ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 224

Brasília - DF, quinta-feira, 23 de novembro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Legislativo ... 1
Atos do Poder Executivo ... 3
Presidência da República ... 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 6
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 9
Ministério da Cultura ... 11
Ministério da Defesa ... 13
Ministério da Educação ... 20
Ministério da Fazenda ... 22
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 28
Ministério da Integração Nacional ... 43
Ministério da Justiça e Segurança Pública ... 45
Ministério da Saúde ... 50
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ... 73
Ministério das Relações Exteriores ... 75
Ministério de Minas e Energia ... 77
Ministério do Desenvolvimento Social ... 82
Ministério do Esporte ... 83
Ministério do Meio Ambiente ... 83
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 83
Ministério do Trabalho ... 85
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 87
Ministério Público da União ... 89
Tribunal de Contas da União ... 89
Poder Judiciário ... 107
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 108

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 224 (1)

ORIGEM :ADPF - 224 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. :DISTRITO FEDERAL
RELATOR :MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) :FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FEBRAFITE
ADV.(A/S) :FELIPE BRAGA ALBUQUERQUE (0015507/CE) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) :PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Plenário, sessão virtual de 20 a 26.10.2017.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO FAZENDÁRIO (GDF) POR SERVIDORES ESTADUAIS. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. PROCESSO DE NATUREZA OBJETIVA. TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS INDIVIDUAIS E CONCRETAS. DESCABIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. O cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será viável desde que haja a observância do *princípio da subsidiariedade*, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais, ou a verificação, *ab initio*, de sua inutilidade para a preservação do preceito. Precedentes desta CORTE.

2. Os processos objetivos do controle abstrato de constitucionalidade, tal qual a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, não constituem meio idôneo para tutelar situações jurídicas individuais e concretas. Precedentes desta CORTE.

3. Agravo Regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

Partes vetadas pelo Presidente da República e rejeitadas pelo Congresso Nacional do projeto transformado na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, que "Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017:

"Art. 9º O art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

"Art. 30. .....

.....

§ 4º Os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao imposto previsto no inciso II do **caput** do art. 155 da Constituição Federal, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstos neste artigo.

§ 5º O disposto no § 4º deste artigo aplica-se inclusive aos processos administrativos e judiciais ainda não definitivamente julgados." (NR)

Art. 10. O disposto nos §§ 4º e 5º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, aplica-se inclusive aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de ICMS instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal por legislação estadual publicada até a data de início de produção de efeitos desta Lei Complementar, desde que atendidas as respectivas exigências de registro e depósito, nos termos do art. 3º desta Lei Complementar."

Brasília, 22 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

LEI Nº 13.508, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Institui o Dia Nacional do Ciclista.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 19 de agosto como o Dia Nacional do Ciclista, a ser celebrado, anualmente, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga

LEI Nº 13.509, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

ATENÇÃO!

ENCERRAMENTO DA VERSÃO IMPRESSA DO DOU A PARTIR DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Como parte do processo de modernização do **Diário Oficial da União (DOU)**, a Imprensa Nacional (IN) deixará de imprimir o **DOU** a partir da edição de 1º de dezembro de 2017. Mesmo com o encerramento da circulação em papel, o **DOU** continuará a ser publicado todos os dias úteis, como acontece há 155 anos, porém, exclusivamente, em sua versão digital, certificada digitalmente, que pode ser acessada no portal da IN: www.in.gov.br.

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre entrega voluntária, destituição do poder familiar, acolhimento, apadrinhamento, guarda e adoção de crianças e adolescentes, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender garantias trabalhistas aos adotantes, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para acrescentar nova possibilidade de destituição do poder familiar.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. .....

§ 1º (VETADO).

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

.....

§ 5º Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

§ 6º A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar." (NR)

"Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

§ 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

§ 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

§ 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

§ 5º Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega.

§ 6º (VETADO).

§ 7º Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.

§ 8º Na hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei.

§ 10. (VETADO)."

"Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

§ 2º (VETADO).

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente."

"Art. 39. .....

.....

§ 3º Em caso de conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotando." (NR)

"Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

.....

§ 2º-A. O prazo máximo estabelecido no **caput** deste artigo pode ser prorrogado por até igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

§ 3º Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias e, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

§ 3º-A. Ao final do prazo previsto no § 3º deste artigo, deverá ser apresentado laudo fundamentado pela equipe mencionada no § 4º deste artigo, que recomendará ou não o deferimento da adoção à autoridade judiciária.

.....

§ 5º O estágio de convivência será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência da criança ou adolescente, ou, a critério do juiz, em cidade limítrofe, respeitada, em qualquer hipótese, a competência do juízo da comarca de residência da criança." (NR)

"Art. 47. .....

.....

§ 10. O prazo máximo para conclusão da ação de adoção será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária." (NR)

"Art. 50. .....

.....

§ 10. Consultados os cadastros e verificada a ausência de pretendentes habilitados residentes no País com perfil compatível e interesse manifesto pela adoção de criança ou adolescente inscrito nos cadastros existentes, será realizado o encaminhamento da criança ou adolescente à adoção internacional.

.....

§ 15. Será assegurada prioridade no cadastro a pessoas interessadas em adotar criança ou adolescente com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos." (NR)

"Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 junho de 1999, e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção.

§ 1º .....

I - que a colocação em família adotiva é a solução adequada ao caso concreto;

II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei;

....." (NR)

"Art. 100. .....

Parágrafo único. .....

.....

X - prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, que promovam a sua integração em família adotiva;

....." (NR)

"Art. 101. .....

.....

§ 10. Recebido o relatório, o Ministério Público terá o prazo de 15 (quinze) dias para o ingresso com a ação de destituição do poder familiar, salvo se entender necessária a realização de estudos complementares ou de outras providências indispensáveis ao ajuizamento da demanda.

....." (NR)

"Art. 151. .....

Parágrafo único. Na ausência ou insuficiência de servidores públicos integrantes do Poder Judiciário responsáveis pela realização dos estudos psicossociais ou de quaisquer outras espécies de avaliações técnicas exigidas por esta Lei ou por determinação judicial, a autoridade judiciária poderá proceder à nomeação de perito, nos termos do art. 156 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." (NR)

"Art. 152. .....

§ 1º .....

§ 2º Os prazos estabelecidos nesta Lei e aplicáveis aos seus procedimentos são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento, vedado o prazo em dobro para a Fazenda Pública e o Ministério Público." (NR)

"Art. 157. .....

§ 1º Recebida a petição inicial, a autoridade judiciária determinará, concomitantemente ao despacho de citação e independentemente de requerimento do interessado, a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar para comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar, ressalvado o disposto no § 10 do art. 101 desta Lei, e observada a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

§ 2º Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é ainda obrigatória a intervenção, junto à equipe interprofissional ou multidisciplinar referida no § 1º deste artigo, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, observado o disposto no § 6º do art. 28 desta Lei." (NR)

"Art. 158. .....

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

.....

§ 3º Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, informar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho do dia útil em que voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar, nos termos do art. 252 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 4º Na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital no prazo de 10 (dez) dias, em publicação única, dispensado o envio de ofícios para a localização." (NR)

"Art. 161. Se não for contestado o pedido e tiver sido concluído o estudo social ou a perícia realizada por equipe interprofissional ou multidisciplinar, a autoridade judiciária dará vista dos autos ao Ministério Público, por 5 (cinco) dias, salvo quando este for o requerente, e decidirá em igual prazo.

§ 1º A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a oitiva de testemunhas que comprovem a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar previstas nos arts. 1.637 e 1.638 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), ou no art. 24 desta Lei.

§ 2º (Revogado).

.....

§ 4º É obrigatória a oitiva dos pais sempre que eles forem identificados e estiverem em local conhecido, ressalvados os casos de não comparecimento perante a Justiça quando devidamente citados.

....." (NR)

"Art. 162. .....

§ 1º (Revogado).

§ 2º Na audiência, presentes as partes e o Ministério Público, serão ouvidas as testemunhas, colhendo-se oralmente o parecer técnico, salvo quando apresentado por escrito, manifestando-se sucessivamente o requerente, o requerido e o Ministério Público, pelo tempo de 20 (vinte) minutos cada um, prorrogável por mais 10 (dez) minutos.

§ 3º A decisão será proferida na audiência, podendo a autoridade judiciária, excepcionalmente, designar data para sua leitura no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

§ 4º Quando o procedimento de destituição de poder familiar for iniciado pelo Ministério Público, não haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança ou adolescente." (NR)

"Art. 163. O prazo máximo para conclusão do procedimento será de 120 (cento e vinte) dias, e caberá ao juiz, no caso de notória inviabilidade de manutenção do poder familiar, dirigir esforços para preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta.

....." (NR)

"Art. 166. .....

§ 1º Na hipótese de concordância dos pais, o juiz:

I - na presença do Ministério Público, ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou por defensor público, para verificar sua concordância com a adoção, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo, tomando por termo as declarações; e

II - declarará a extinção do poder familiar.

.....

§ 3º São garantidos a livre manifestação de vontade dos detentores do poder familiar e o direito ao sigilo das informações.

§ 4º O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado na audiência a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 5º O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1º deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar.

.....

§ 7º A família natural e a família substituta receberão a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar." (NR)

"Art. 197-C. .....

§ 1º É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e dos grupos de apoio à adoção devidamente habilitados perante a Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos.

§ 2º Sempre que possível e recomendável, a etapa obrigatória da preparação referida no § 1º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional, a ser realizado sob orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude e dos grupos de apoio à adoção, com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar e institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

§ 3º É recomendável que as crianças e os adolescentes acolhidos institucionalmente ou por família acolhedora sejam preparados por equipe interprofissional antes da inclusão em família adotiva." (NR)

"Art. 197-E. .....

.....

§ 2º A habilitação à adoção deverá ser renovada no mínimo trienalmente mediante avaliação por equipe interprofissional.

§ 3º Quando o adotante candidatar-se a uma nova adoção, será dispensável a renovação da habilitação, bastando a avaliação por equipe interprofissional.

§ 4º Após 3 (três) recusas injustificadas, pelo habilitado, à adoção de crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, haverá reavaliação da habilitação concedida.

§ 5º A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente." (NR)

"Art. 197-F. O prazo máximo para conclusão da habilitação à adoção será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária."

Art. 3º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 391-A. .....

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo aplica-se ao empregado adotante ao qual tenha sido concedida guarda provisória para fins de adoção." (NR)

"Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392 desta Lei.

....." (NR)

"Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.

....." (NR)

Art. 4º O art. 1.638 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 1.638. .....

.....

V - entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção." (NR)

Art. 5º Revogam-se o § 2º do art. 161 e o § 1º do art. 162 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Terra
Luislinda Dias de Valois Santos

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;

III - alta administração - Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente; e

IV - gestão de riscos - processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

a) integridade;

b) competência;

c) responsabilidade; e

d) motivação;

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Art. 6º Caberá à alta administração dos órgãos e das entidades, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança de que trata o **caput** incluirão, no mínimo:

I - formas de acompanhamento de resultados;

II - soluções para melhoria do desempenho das organizações; e

III - instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Art. 7º Fica instituído o Comitê Interministerial de Governança - CIG, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.

Art. 8º O CIG será composto pelos seguintes membros titulares:

I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministro de Estado da Fazenda;

III - Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

IV - Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União.

§ 1º A suplência dos membros titulares será exercida pelos Secretários-Executivos.

§ 2º As reuniões do CIG serão convocadas pelo seu Coordenador.

§ 3º Representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal poderão ser convidados a participar de reuniões do CIG, sem direito a voto.

Art. 9º Ao CIG compete:

I - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública estabelecidos neste Decreto;

II - aprovar manuais e guias com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública estabelecidos neste Decreto;

III- aprovar recomendações aos colegiados temáticos para garantir a coerência e a coordenação dos programas e das políticas de governança específicos;

IV - incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

V - expedir resoluções necessárias ao exercício de suas competências.

§ 1º Os manuais e os guias a que se refere o inciso II do **caput** deverão:

I - conter recomendações que possam ser implementadas nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional definidos na resolução que os aprovar;

II - ser observados pelos comitês internos de governança, a que se refere o art. 14.

§ 2º O colegiado temático, para os fins deste Decreto, é a comissão, o comitê, o grupo de trabalho ou outra forma de colegiado interministerial criado com o objetivo de implementar, promover ou executar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos.

Art. 10. O CIG poderá constituir grupos de trabalho específicos para subsidiá-lo no cumprimento de suas competências.

§ 1º Representantes de órgãos e entidades públicas e privadas poderão ser convidados a participar dos grupos de trabalho constituídos pelo CIG.

§ 2º O CIG definirá, no ato de criação do grupo de trabalho, seus objetivos específicos e sua composição e, quando for o caso, o prazo para conclusão de seus trabalhos.

Art. 11. A Secretaria-Executiva do CIG será exercida pela Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. Compete à Secretaria-Executiva do CIG:

I - receber, instruir e encaminhar aos membros do CIG as propostas recebidas na forma estabelecida no **caput** do art. 10 e no inciso II do **caput** do art. 13;

II - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CIG;

III - comunicar aos membros do CIG a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias;

IV - comunicar aos membros do CIG a forma de realização da reunião, se por meio eletrônico ou presencial, e o local, quando se tratar de reuniões presenciais; e

V - disponibilizar as atas e as resoluções do CIG em sítio eletrônico ou, quando for confidencial, encaminhá-las aos membros.

Art. 12. A participação no CIG ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. Compete aos órgãos e às entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - executar a política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidos neste Decreto e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do CIG; e

II - encaminhar ao CIG propostas relacionadas às competências previstas no art. 9º, com a justificativa da proposição e da minuta da resolução pertinente, se for o caso.

Art. 14. Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, instituir comitê interno de governança ou atribuir as competências correspondentes a colegiado já existente, por ato de seu dirigente máximo, com o objetivo de garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva, nos termos recomendados pelo CIG.

Art. 15. São competências dos comitês internos de governança:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos neste Decreto;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CIG em seus manuais e em suas resoluções; e

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Art. 16. Os comitês internos de governança publicarão suas atas e suas resoluções em sítio eletrônico, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo.

Art. 17. A alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios:

I - implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público;

II - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;

III - estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício; e

IV - utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

Art. 18 A auditoria interna governamental deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança, por meio da:

I - realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente;

II - adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria; e

III - promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

Art. 19. Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado nos seguintes eixos:

I - comprometimento e apoio da alta administração;

II - existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;

III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e

IV - monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

Art. 20. O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, estabelecerá os procedimentos necessários à estruturação, à execução e ao monitoramento dos programas de integridade dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Wagner de Campos Rosário

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 465, de 22 de novembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.508, de 22 de novembro de 2017.

Nº 466, de 22 de novembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1ª do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 101, de 2017 (nº 5.850/16 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)".

Ouvido, o Ministério do Desenvolvimento Social manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 1º do art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei."

Razões do veto

"Embora louvável, a redução do prazo para reavaliação da situação representaria sobrecarga às atividades das equipes interprofissionais dos Serviços de Acolhimento do SUAS, podendo comprometer a realização e a eficácia do trabalho em outras tarefas essenciais, e que também subsidiam a tomada de decisão pela autoridade judiciária. Não obstante, o acompanhamento sistemático não exclui a imediata comunicação à autoridade em prazo inferior, caso identificados fatos ou situações que a demandem."

O Ministério do Desenvolvimento Social juntamente com o Ministério dos Direitos Humanos, acrescentou, ainda, veto aos dispositivos a seguir transcritos:

§ 6º do art. 19-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la."

Razões do veto

"O dispositivo apresenta incongruência com o proposto § 4º do mesmo artigo, que determina a extinção, e não a suspensão, do poder familiar. Além disso, para a colocação da criança para adoção, seria necessário alcançar-se também o poder familiar do pai, não prevista pelo dispositivo, que só aborda o poder familiar da mãe."

§ 10 do art. 19-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 10. Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento."

Razões do veto

"O prazo previsto no dispositivo é exíguo, e mostra-se incompatível com a sistemática do Estatuto e com o prazo de busca à família extensa, conforme disposto no § 3º do mesmo artigo. Além disso, é insuficiente para se resguardar que a mãe não tenha agido sob influência do estado puerperal e que, assim, possa ainda reivindicar a criança."

§ 2º do art. 19-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte."

Razões do veto

"A manutenção do dispositivo implicaria em prejuízo a crianças e adolescentes com remotas chances de adoção, ao vedar a possibilidade de serem apadrinhadas por quem está inscrito nos cadastros de adoção, sendo que o perfil priorizado nos programas de apadrinhamento é justamente o de crianças e adolescentes com remotas possibilidades de reinserção familiar. A realidade tem mostrado que parte desse contingente tem logrado sua adoção após a participação em programas de apadrinhamento e construção gradativa de vínculo afetivo com padrinhos e madrinhas, potenciais adotantes."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 467, de 22 de novembro de 2017. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 130, de 2014 Complementar (nº 54/15 - Complementar, na Câmara dos Deputados), transformado na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 468, de 22 de novembro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional".

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 001 de 24 de abril de 2017, publicada no DOU nº 79, Seção 1, pág. 1, de 26/04/2017 que criou o Projeto de Assentamento SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO, no município de GOIÁS/GO, Cód. SIPRA GO0440000, **onde se lê** ". prevê a criação de 45 (quarenta e cinco) unidades agrícolas,..." **leia-se:** "...prevê a criação de 46 (quarenta seis) unidades agrícolas...".

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade: AR LOGISTRA SISTEMAS
Processo nº: 99990.000330/2017-11
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR LOGISTRA SISTEMAS, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com instalação técnica localizada na Rua Olavo Bilac -E, nº1842, Sala 01, Jardim América, Chapeco/SC.

Entidade: AR REDER CERTIFICAÇÃO DIGITAL
Processo nº: 99990.000757/2017-10
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR REDER CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com instalação técnica localizada na Avenida Júlio Antônio Thurler, 145, Olaria, Nova Friburgo/RJ.

Entidade: AR CERTDIGITAL
Processo nº: 99990.000682/2017-69
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTDIGITAL, vinculada às AC VALID RFB e AC VALID BRASIL, com instalação técnica localizada na AV. Sagitário No 138, Complemento: CJ.1214 B - Setor A - 2 Ed. Alpha Square, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri/SP.

Entidade: AR ZENARI
Processo Nº: 99990.000770/2017-61
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ZENARI, vinculada às AC SERASA CD, AC SERASA CD SSL V5, AC SERASA RFB e AC SERASA JUS, com instalação técnica localizada na Rua Bosque, nº 1589, Bloco 1, Sala 1208, Edifício Palatino - Barra Funda - São Paulo/SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 654, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Formaliza e atualiza o detalhamento do Planejamento Estratégico para fins de acompanhamento e apuração do desempenho dos programas estruturantes na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no art. 35, Parágrafo único, inciso III, do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016 e a Portaria nº 424, de 14 julho de 2017 que torna público o Planejamento Estratégico da Sead e objetiva a melhoria da gestão institucional para o alcance de resultados efetivos no meio rural, resolve:

Art. 1º Formalizar e atualizar o detalhamento do Planejamento Estratégico da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário 2017 - 2019, propondo para os programas estruturantes, a definição dos respectivos índices, percentual de execução planejada, indicadores e metas para o monitoramento e apuração do desempenho das políticas da Sead respectivos ao ano de 2017, conforme o Anexo I.

Art. 2° Fica Revogada a Portaria n° 460, de 2 de agosto de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO I

QUADRO DE ÍNDICES, INDICADORES E METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEAD 2017 - 2019

Programa Estruturante Finalístico	Índice	% Execução Planejado por Índice	Indicador	Meta
Programa Nacional de Acesso à Terra	Acesso à Terra	100%	Nº de famílias beneficiadas no PNCF	500
			Nº de títulos emitidos (rurais) pelo Terra Legal	5.060
			Nº de títulos urbanos emitidos pelo Terra Legal	105
Programa de Fomento à Comercialização e Organização Produtiva	Fomento à Comercialização e Organização Produtiva	100%	Nº de organizações econômicas da agricultura familiar participantes de feiras nacionais	480
			Nº de organizações econômicas da agricultura familiar participantes de feiras internacionais	20
			Nº de cooperativas com acesso ao PAA - Formação de estoque	60
			Volume de matéria prima adquirida da agricultura familiar no âmbito do selo combustível social (mil toneladas)	3.151,7
			Aquisições da agricultura familiar no âmbito do Selo Combustível Social (em R$)	4.058.903.223
			Nº de organizações econômicas da agricultura familiar atendidas no Ater Mais Gestão	34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			Nº de atendimentos a Organizações Econômicas da Agricultura Familiar atendidas no ATER Mais Gestão	100
Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Fortalecimento da Agricultura Familiar	100%	Nº de operações de crédito do Pronaf	1.600.000
			Nº de agricultores aderidos ao Garantia Safra	1.397.560
			Nº de municípios aderidos ao Garantia Safra	1.687
			Valor Total Segurado para o Seguro da Agricultura Familiar em R$	11.008.000.000
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	100%	Nº de atendimentos de ATER	353.257
		100%	Nº agricultores familiares beneficiários de ATER	132.000
		100%	Nº de operações de crédito do Pronaf -Agroecologia	450
Programa de Fortalecimento da ATER	Fortalecimento da ATER	100%	Nº de atendimentos de ATER	353.257
			Nº agricultores familiares beneficiários de ATER	132.000
			Nº de organizações econômicas da agricultura familiar atendidas no Ater Mais Gestão	34
			Nº de atendimentos a organizações econômicas da Agricultura Familiar atendidas no ATER Mais Gestão	100
Programa de Valorização da Juventude Rural	Valorização da Juventude Rural	100%	Nº de jovens beneficiados no PNCF	150
			Nº de operações de crédito do Pronaf Jovem	365
			Nº de atendimentos de agricultores familiares jovens com ATER	35.729
			Nº de agricultores familiares jovens beneficiários de ATER	13.715
Programa de promoção da autonomia de mulheres rurais	Promoção da autonomia de mulheres rurais	100%	Nº de mulheres beneficiadas no PNCF	150
			Nº de agricultores familiares mulheres com operações de crédito no Pronaf	560.000
			N º de atendimentos de agricultoras familiares mulheres com ATER	150.419
			Nº de agricultoras familiares mulheres beneficiadas com ATER	59.400

SECRETARIA-GERAL

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 20, de 8 de novembro de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República que aprova as condições da transferência do controle acionário detido pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras na Companhia Boa Vista Energia S.A., na Companhia Energética de Alagoas, na Companhia Energética do Piauí, na Centrais Elétricas de Rondônia S.A., na Companhia de Eletricidade do Acre S.A. e na Amazonas Distribuidora de Energia S.A., de forma associada à outorga da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhes foi conferida pelo art. 1º da Resolução nº 21, de 8 de novembro de 2017 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, resolvem, **ad referendum:**

Art. 1º A Resolução nº 20 de 8 de novembro de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§ 1º Além dos ajustes previstos no **caput** deste artigo, a Eletrobras poderá, a critério da Assembleia Geral de Acionistas, assumir os direitos e obrigações de responsabilidade das distribuidoras, referentes à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras das Distribuidoras na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017, inclusive os direitos referentes ao inciso IX do artigo 13º da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, com a nova redação dada pela Lei 13.299, de 21 de junho de 2016, devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, de forma comutativa, direitos e/ou obrigações em valor equivalente.

.....

§ 3º A Assembleia Geral da Eletrobras para deliberação da venda do controle acionário de que trata a presente Resolução e das medidas previstas neste artigo deverá ser realizada até 1º de fevereiro de 2018, de acordo com o que estabelece o art. 4º, § 12, do Decreto nº 9.192, de 6 de novembro de 2017 e o art. 42, I, do Estatuto Social da Eletrobras." (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

FERNANDO COELHO FILHO
Ministro de Estado de Minas e Energia

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 66, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO AMAZONAS, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, e Portaria SE/MAPA nº 2.036, de 15/09/2017, publicada em 18/09/2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21010.002995/2017-51, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento sob número BR AM 477 da empresa MOSS QUATRO M LTDA, CNPJ 04.471.785/0001-31, localizada a Rua Alarico Furtado, 1522, Val Paraíso - Bairro Jorge Teixeira - CEP 69.088-301, Manaus/AM, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número do credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do Amazonas em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

MARK ELBER SALES DANTAS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 609, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 1231, de 09 de junho de 2017, publicada no DOU nº 114, de 16 de junho de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

HABILITAR o Médico Veterinário FERNANDO ASSIS ROCHA VIEIRA, CRMV-PR Nº11118, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.015248/2017-12):

1-EQUINOS, ASININOS, MUARES no Estado do Paraná;

2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

PORTARIAS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 1231, de 09 de junho de 2017, publicada no DOU nº 114, de 16 de junho de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº634 - HABILITAR o Médico Veterinário WILLIAN QUEIROZ, CRMV-PR Nº11787 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná, processo 21034.016802/2017-71.

Nº635 - HABILITAR o Médico Veterinário GUSTAVO FERNANDES, CRMV-PR Nº8377 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE PEIXES no Estado do Paraná, processo 21034.016828/2017-19.

Nº636 - HABILITAR o Médico Veterinário JOÃO PAULO GUBERT DELEVATTI, CRMV-PR Nº15197 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE SUÍNOS no Estado do Paraná, processo 21034.016821/2017-05.

Nº637 - HABILITAR o Médico Veterinário JULIA SOLDI SCHUHLI, CRMV-PR Nº14147 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná, processo 21034.016817/2017-39.

Nº638 - HABILITAR o Médico Veterinário LUCAS VOLNEI SCHNEIDER, CRMV-PR Nº15194 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná, processo 21034.016813/2017-51.

Nº639 - CANCELAR A HABILITAÇÃO do Médico Veterinário VICTOR LUCAS GOMES SILVA CRMV-PR Nº13552, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº287 de 04/07/2016, processo 21034.006674/2016-76.

Nº640 - HABILITAR o Médico Veterinário MARCIA APARECIDA BARBOSA DAS GRAÇAS, CRMV-PR Nº14364 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DE AVES no Estado do Paraná, processo 21034.015871/2017-67.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 105, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto Select 240 EC, registro nº 479097, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de suporte fitossanitário insuficiente amendoim.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Select 240 EC, registro nº 479097, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de citros.

3. De acordo como o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Select 240 EC, registro nº 479097, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Chloris polydactyla na cultura da soja.

4. De acordo com o Artigo 22, § 1º, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chemtura Italy S.r.l. para Lanxess Soluntios Italy S.r.l. - endereço Via Pico dela Mirandola 8 - 04013 Latina - Loc. Scalo - Italy, esta alteração se aplica a todos os registros onde esta conste como importador, manipulador, fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.049381/2017-51.

5. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos pleitos de registro dos produtos Dimilin 480 SC, processo nº 21000.001229/2010-11; Lufenuron Técnico Chemtura, processo nº 21000.03331/2011-32; Crusader, processo nº 21000.015457/2011-50; Glifosato Técnico Chemtura, processo nº 21000.006708/2009-91; Glifosato Chemtura 480 SL, processo nº 21000.001934/2011-08; Emendo-M, processo nº 21000.013395/2011-41; Emendo-CHT, processo nº 21000.003215/2012-02; Adobe 450 FS, processo nº 21000.001016/2014-13; da empresa Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda. - sito à Av. Brasil, nº 5333, Distrito Industrial, CEP: 13505-600 - São Paulo/SP para a empresa Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. - sito à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041- Torre E, 12º e 13 º andares, CEP:04543-011- São Paulo / SP.

6. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Bactur WP, registro nº 1196.

7. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária cancelamos o pleito de registro do produto Imidacloprid Técnico KSH BRA, processo nº 21000.001062/2015-01.

8. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Anpon Electrochemical Co. Ltd. Nº 6 Huai Yan Road, Salt Chemical New Material Industry Park of Huaian, 223215 Huaian, Jiangsu China, no produto Poquer, registro nº 8510.

9. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hangzhou Nutrichem Co., Ltd.Nº 9777, Hong-Shiwu Road, Linjiang Industrial Park, Xiaoshan District 311228 Hangzhou, Zhejiang, China, Shandong Cynda Chemical Co., Ltd. Economic Development Zone 256500 Boxing County, Shandong China, no produto Poquer, registro nº 8510.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Nufarm Australia Limited - 103 Pipe Road, Laverton North - Victoria 3026 - Austrália no produto Texas, registro nº 18407.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Bovemax EC, registro nº 13311, conforme processo n° 21000.012157/2017-12.

12. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, a importar o produto 2,4-D Técnico BRA, registro nº 16807, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Grant, registro nº 7508; Bratt, registro nº 6908; e Pampa, registro nº 2512.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 09 de novembro de 2017, em Ato nº 99 de 07 de novembro de 2017, Seção 1, item 16, onde se lê: ... Lankess Manufacturing Netherlands B.V., leia-se: ... Lanxess Manufacturing Netherlands B.V.

No DOU de 03 de outubro de 2017, em Ato nº 83 Seção 1 item 33, onde se lê: ...Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda - São Paulo/SP, leia-se: ...Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. - São Paulo/SP, no produto Glifosato Técnico Chemtura III - proc. 21000.10900/2010-15.

No DOU de 07 de novembro de 2017, em Ato nº 98 de 03 de novembro de 2017, Seção 1, item 24, onde se lê: ... a. Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG, b. Marca Comercial: ParrudoBR, c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 26417, conforme processo 21000.005701/2015-08, d. Fabricante: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd. - Longcheng Town, Pengze County, Jiujiang, Jiangxi China; Formulador: Ouro Fino Química - Uberaba/MG, e. Nome Químico: N-(3,5-dichlorophenyl)-1,2-dimethylcyclopropane-1,2-dicarboximide; Nome comum: Procimidona, f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica, g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de alface, batata, feijão, soja, tomate, uva., h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico, i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente;

Leia-se: ... a.Nome do titular: Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, b. Marca Comercial: ParrudoBR, c.Resultado do pedido: Deferido, concedido registro nº 26417, conforme processo nº 21000.005701/2015-08, d.Fabricante: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd. - Longcheng Town, Pengze County, Jiujiang, Jiangxi China; Sumitomo Chemical Company Ltd, Osaka Works, 3-1-98, Kasugadenaka, Konohana-ku, 554-8558 Osaka - Japão, formulador: Ouro Fino Química - Uberaba/MG, e.Nome Químico: N-(3,5-dichlorophenyl)-1,2-dimethylcyclopropane-1,2-dicarboximide; Nome comum: Procimidona, f. Nome científico, no caso de agente biológico: não se aplica, g.Indicação de uso: Indicado para as culturas de alface, batata, feijão, soja, tomate e uva; h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico, i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

No DOU de 26 de junho 2017, em Ato nº 51 Seção 1, item 22, onde se lê: ...indicação de uso: indicado para as culturas de algodão, café e soja, leia-se: ...indicado para as culturas de algodão, batata, café, feijão e soja no produto Sperto, registro nº 14617.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS 4ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: acatar parcialmente, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1089	2016	Ademar Ernesto Zorzan	150707674	Mais
2	235	2017	Izaquiel Federizzi	151151251	Mais
3	239	2017	Ricardo Rafael Bickel	150647206	Mais
4	275	2017	Claudio Doro	160611411	Tradicional
5	392	2017	Mauri Marcos Vieira	151275342	Mais
6	429	2017	Anildo Gheno	160346289	Mais
7	446	2017	Cledir Atilio Pedrini	150760651	Mais
8	459	2017	Aires De Alencar Aguirre	161641843	Mais
9	463	2017	Vanir Miguel Schreiner	161478170	Mais
10	579	2017	Augusto Christmann Neto	141795730	Mais
11	590	2017	Joao Beal Mafalda Machado	140752513	Mais
12	592	2017	Luis Brizola Lima	160674176	Mais
13	593	2017	Lucas Dalbianco	160633304	Mais
14	596	2017	Marcos Bervian	160989909	Mais
15	599	2017	Osmar Horing	160159302	Mais
16	600	2017	Rafael Dalbianco	160633833	Mais
17	601	2017	Roque Alves Da Silva	161495696	Mais
18	664	2017	Adelmo Wommer Da Silva	151107728	Tradicional
19	722	2017	Nelson Jose Ottoni	160640648	Tradicional
20	745	2017	Claryntho Herter Salles Pinto	160445413	Tradicional
21	828	2017	Davi Stefenon	160685012	Mais
22	858	2017	Marcelo Antonio Koller	161187191	Mais
23	880	2017	Alcides Conterato	161037163	Mais
24	893	2017	Milton Duarte	161219096	Mais
25	917	2017	Claucir Jorge Faggion	161464081	Mais
26	960	2017	Antonecir Maria Goncalves	151363857	Mais
27	1001	2017	Ivan Galvão Nunes Coelho	161247514	Mais
28	1019	2017	Bruno Oliveira Vila Verde	161629804	Mais
29	1030	2017	Oscar Kuhn	170087813	Mais
30	1037	2017	Vilson Romeu Hammes	160573589	Mais
31	1055	2017	Emerson Fabio Garcia	161353774	Mais
32	1060	2017	Valmor Bellini	160536534	Mais
33	1068	2017	Magda Bosi Brandão Menn	161137625	Mais
34	1082	2017	Valdomiro Luiz Francio	161284317	Mais
35	1140	2017	Joao Carlos Greiner	161236800	Mais
36	1147	2017	Rogerio Teloeken	161687300	Tradicional
37	1149	2017	Vanderleia Seifert Hineraske	161751796	Mais
38	1156	2017	Amarai Moacir Da Costa	161069639	Mais
39	1158	2017	Delci Bartsch	161151734	Tradicional
40	1172	2017	Venildo Jose Perotti	161544461	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presiden te da Com issão Especia de Recusos

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2117

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: acatar parcialmente, por maioria na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	439	2017	Mozart Moises Pedron Mezzomo	161726662	Mais
2	513	2017	Elza Marlene Ludtke Zehtmeyer	151590773	Mais
3	515	2017	Terezinha Geremia	161205999	Mais
4	962	2017	Diegor Slaviero	161000342	Mais
5	1007	2017	Marelice Dal Mas Mezzomo	161706635	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: negar, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	699	2016	Dilma Dos Santos Machado	150752096	Mais
2	700	2016	Elio Machado Frighetto	150783175	Mais
3	714	2016	Nori Antonio Hannauer	150210374	Mais
4	1093	2016	Enir Augusto Rockenbach	151538333	Mais
5	1096	2016	Selestina Bavaresco Cenci	150480858	Mais
6	1382	2016	Joao Antonio Gugel	15038787 6	Mais
7	21	2017	Gabriel De Oliveira Secco	150560819	Mais
8	236	2017	Joao Francisco Garcia De Souza	151861203	Mais
9	273	2017	Alexandre Marangon Wilges	160627641	Mais
10	274	2017	Artemio Stefanello Ciprandi	160470801	Tradicional
11	278	2017	Eder Luis Schumacher	160620662	Mais
12	281	2017	Lauro Aloys Kuntzler	110001248	Mais
13	347	2017	Valdomiro Schuh	150701974	Mais
14	397	2017	Cladimir Joao Markus	120113767	Mais
15	428	2017	Americo Luiz Formighieri	160617520	Mais
16	430	2017	Celestino Vicente Regert	132100700	Tradicional
17	431	2017	Diomar Pedrassani	160847434	Tradicional
18	432	2017	Eclair Luis Nicolodi	160555510	Mais
19	434	2017	Ludovico Sommer	160706714	Mais
20	435	2017	Luis Fernando Comin	160332068	Tradicional
21	436	2017	Luis Fernando Comin	160332127	Tradicional
22	440	2017	Nelson Jose Ottoni	160619428	Tradicional
23	441	2017	Setembrino Batistella	160336568	Mais
24	443	2017	Valcir Marquesin	160468014	Mais
25	444	2017	Ivo Zanchetta	120001201	Mais
26	458	2017	Ademar Casarin	160290365	Mais
27	461	2017	Maria Regina P. Da R. Martins	151134216	Mais
28	462	2017	Ronaldo Chitolina	160271326	Mais
29	511	2017	Carlos Eduardo Ebert	150341945	Mais
30	512	2017	Cristian Rafael Hubner	151846824	Mais
31	514	2017	Maria Tomazini Rizzardi	160541265	Mais
32	580	2017	Maria Ines Muller	151021318	Mais
33	587	2017	Luiz Carlos Deckert	160305738	Mais
34	588	2017	Douglas Poletto	161317295	Mais
35	589	2017	Helio Sielski	160637373	Mais
36	591	2017	Jose Pivatto	160517329	Mais
37	594	2017	Mauro Adilio Frighetto	160336962	Mais
38	595	2017	Marcielli Giacomolli	141256676	Mais
39	597	2017	Neiva Maria F. Dos Passos	161574935	Tradicional
40	598	2017	Olinto Luiz Marquesin	160307306	Mais
41	602	2017	Volnei Jose Pires De Oliveira	160479976	Tradicional
42	603	2017	Wilson Ottoni	160641898	Tradicional
43	621	2017	Henrique Massafra	160480283	Mais
44	622	2017	Jeferson Henrique Kuhn	161221939	Mais
45	624	2017	Rodrigo Juncowski	161751722	Mais
46	665	2017	Luiz Secretti	161152964	Mais
47	673	2017	Evandro Marcos Anesi	161333728	Mais
48	710	2017	Aristeu Jose De Souza	150772594	Mais
49	716	2017	Jorge Luis Matuszewski	160977023	Mais
50	718	2017	Jose Milto Rodrigues	160987757	Mais
51	719	2017	João Aderlei Padilha Camara	161163646	Tradicional
52	720	2017	Lais Galvao Do Amarai	160983100	Mais
53	723	2017	Rosimara Fenner	160575980	Tradicional
54	724	2017	Rubens Gerson Guse Schadeck	161543871	Tradicional
55	725	2017	Sandra Mara Costa Soares	161059090	Mais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

56	726	2017	Silvano Hammes	161490190	Mais
57	727	2017	Silmar Aloisio Kohler	161322123	Tradicional
58	728	2017	Zaluir Francisco Montanha	161100440	Mais
59	734	2017	Rudi Friske	160963183	Mais
60	742	2017	Abrelino Sonza	160297807	Tradicional
61	743	2017	Airton Fernando Bolzan	110679022	Mais
62	746	2017	Douglas Betu Costaneski	161037939	Mais
63	747	2017	Lourdes Konrad Padilha	100693268	Mais
64	829	2017	Dirceu Gresele	160279341	Mais
65	830	2017	Jair Campagnolo	160655411	Mais
66	853	2017	Claudio Francisco Finatto	161185995	Mais
67	855	2017	Ildo Vilson Previatti	161067914	Mais
68	856	2017	Ivete Monika Baldo Schmitz	160663031	Mais
69	857	2017	Jonata Eckert	161189753	Mais
70	859	2017	Miguel Angelo Moscon	160933329	Mais
71	860	2017	Rudimar Prezotto	161187527	Mais
72	870	2017	Ivene Costa Magro	160148390	Tradicional
73	871	2017	Sandro Luis Panassolo	161122140	Mais
74	881	2017	Elisangela Basso Giacomini	161864293	Mais
75	882	2017	João Lenon Rodrigues Contri	160531675	Tradicional
76	883	2017	José Jair Ferreira	161778706	Tradicional
77	884	2017	Nilton Vendrame	160754653	Mais
78	885	2017	Sueli Alves De Lima Testa	161459542	Mais
79	886	2017	Alceu João Bernardi	161178147	Mais
80	887	2017	Dorvalino Favaretto	161098294	Mais
81	888	2017	Horst Fenner	160322209	Tradicional
82	890	2017	Marcos Pelizan	161602944	Tradicional
83	891	2017	Eledair Joaquim Da Silva	161121794	Mais
84	892	2017	Fernando Miguel Streit	161058063	Mais
85	894	2017	Osmar Manfio	161050845	Tradicional
86	895	2017	Nelci Muller	161276723	Mais
87	896	2017	Dacio Dejalme Pasini	161475950	Mais
88	905	2017	Valdoir Dos Santos	161317231	Mais
89	906	2017	Valcir Testa	161247355	Tradicional
90	907	2017	Alci Kehl	161099650	Mais
91	910	2017	José Roberto Dal Molin	161212782	Mais
92	912	2017	Janete Antunes	161588880	Mais
93	914	2017	Sidimar N. De Oliveira	161478355	Mais
94	915	2017	Andre Medeiros Da Silva	151319229	Tradicional
95	916	2017	Arlei Karsten	151170983	Mais
96	956	2017	Norlei Martello Tieppo	161133386	Mais
97	961	2017	Cereni Maria Sturmer	161088428	Mais
98	963	2017	Leonir Leonisio Uebel	150648334	Mais
99	964	2017	Vilmar Antonio Scheffel	161079832	Mais
100	965	2017	William Tonelo Zanetti	161104426	Mais
101	995	2017	Alvadir Paulo Bernardi	161114910	Mais
102	996	2017	Andre Euclides Krombauer	161122421	Mais
103	997	2017	Antonio Turri	161113931	Mais
104	998	2017	Fabio Junior Leseux	161593059	Mais
105	999	2017	Gabriela Nicola	160337141	Mais
106	1000	2017	Ines Nicolla	160337210	Mais
107	1002	2017	Irineo Rude Brandt	161110845	Mais
108	1003	2017	Jose Bavaresco	161113222	Mais
109	1004	2017	Lucemar Antonio Bresolin	161590591	Mais
110	1005	2017	Kelly Mayer Schio	161078281	Mais
111	1006	2017	Lilia Silveira Camargo	161424485	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: não tomar conhecimento do recurso ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	442	2017	Waldecir Serafini	160447495	Mais
2	717	2017	Jose Farias Stefanello	161246229	Mais
3	1142	2017	Jose Valdecir Miri	160993543	Mais

Gabriel Vinicius Lavagnini
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: retirar de pauta, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1036	2017	Ismael Rodrigo Uebel	150675435	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: pedir de vista, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	908	2017	Zaluir Francisco Montanha	161100440	Mais
2	918	2017	Daniel Scheri	161656953	Mais
3	1035	2017	Claudio Adão Aguiar Da Costa	161196310	Mais

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida nos dias 07 e 08 de novembro de 2017, resolve: negar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	873	2014	Fabiana Leske Do N. Schreiner	130464817	Tradicional
2	438	2016	Telio De Moraes De Silva	150560573	Tradicional
3	575	2016	Antonio Ruchel	150499721	Mais
4	598	2016	Carlos Roberto Schneider	150550859	Mais
5	650	2016	Daniel Radtke Duarte	151414080	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quarta Turma de Julgamento Regional, sediada em Porto Alegre/RS, ocorrida no dia 26/04/2017, resolve: acatar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1178	2014	Erivan Machado Pontes	110544152	Tradicional
2	274	2016	Vania Maria Junges Pick	150292458	Mais
3	441	2016	Vilmar Cottica	140716672	Mais
4	608	2016	Rudinei Valdir Birck	150255890	Tradicional
5	652	2016	Eduardo Treviso	150578507	Tradicional
6	729	2016	Eloy Domingos Gregorio	150640786	Tradicional
7	731	2016	Homero Mauri Breunig	150870929	Mais
8	831	2016	Elizandro Fochezatto	151159450	Mais
9	854	2016	Osmar Boff	151173987	Mais
10	1052	2016	Jose Claudimir Tonello	140669242	Mais
11	1383	2016	Mateus Costa Beber	150279061	Tradicional
12	282	2017	Nelson Jose Ottoni	140383149	Tradicional

GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente da 4ª Turma de Julgamento Regional

NERI GELLER
Presidente da Comissão Especial de Recursos

ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Ao oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO, no Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sito à Avenida Loureiro da Silva, nº 515, sexto andar, em Porto Alegre/RS, reuniu-se a Quarta Turma de Julgamento Regional - 4ª TJR-CER/PROAGRO, para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua segunda reunião ordinária, sob a presidência de o representante titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Gabriel Vinicius Lavagnini - Presidente da 4ª TJR/CER/PROAGRO. Presentes os representantes legais das instituições que compõem o colegiado, como segue: João Tmoás Biavaschi, do Banco Central do Brasil - BACEN; Eriberto Jaime Rambo e Fabricio Luis Coelho, do Banco do Brasil - BB; Othon Antônio de Sá Pedreira, Ministério da Fazenda - MF; Neiva Carolina Gabi, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; e Eline Amorim Xavier do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Fabio Avancini Rodrigues - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA . Ausentes os representantes das demais entidades que compõe o colegiado, a saber: Organização das Cooperativas Brasileira - OCB ; Ministério do Planejamento - MP; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA. Participaram também desta reunião como ouvintes os Senhores Daniele Camargo de Oliveira (SICREDI), Plinio Guerra Rego (Banco do Brasil) e o Senhor Elissandro de Souza Barbosa, do MAPA, como secretário da reunião. Foram submetidos a julgamento 220 (duzentos e vinte) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 76 (setenta e sesis) do Banco do Brasil, 105 (cento e cinco) da SICREDI, 02 (dois), da CRESOL CENTRAL, 07 (sete), da CRESOL SICOPER, 01 (um) da SICOOB, 01 (um) da CRESOL BASER e 28 (vinte e oito) do BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, datado de sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, sendo que 57 (cinquenta e sete) tiveram seus recursos acolhidos, 156 (cento e cinquenta e seis) negados, 01 (um) retirado de pauta, 03 (três) pedido de vista pelo Banco Central e 03 (três) não tomar conhecimento. Os processos julgados são: 02 (dois) da safra 2010/2011, 03 (três) da safra 2011/2012, 02 (dois) da safra 2012/2013, 4 (quatro) 2013/2014 18 (dezoito) da safra 2014/2015, 74 (setenta e quatro) da safra 2015/2016 e 117 (cento e dezessete) da safra 2016/2017 ; dos quais 43 (quarenta e três) são PROAGRO "TRADICIONAL" e 177 (cento e setenta e sete) PROAGRO "MAIS". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram de forma contínua durante o dia e foi finalizado às dezoito horas e trinta minutos do dia oitavo de novembro de dois mil e dezessete, do que para constar, eu Elissandro Souza Barbosa, na condição de secretário da reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Porto Alegre, 8 de novembro de 2017.
GABRIEL VINICIUS LAVAGNINI
Presidente

ELISSANDRO SOUZA BARBOSA
Secretário



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.278/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001870/1998 e nº 53000.015837/2013-42, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CÂNDIDO SALES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cândido Sales / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 14 de novembro de 2017

Nº 986/SEI- O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo 53500.007618/2014, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela TV CATARATAS LTDA, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência, de sorte a negar provimento ao recurso, em decorrência da aplicação do disposto no art 5° da Portaria MC n° 231, de 5 de agosto de 2013, nos termos da legislação vigente.

Nº 1.074/SEI- O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo Administrativo no 53900.003381/2014-13 resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 14.477/2015/SEI-MC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 217/2016/SEI-MC, da Consultoria Jurídica junto ao MCTIC, de sorte a INDEFERIR o pedido de transferência de autorização apresentado pela Radio Paraguaçu Paulista FM Ltda - ME, executante do serviço de retransmissão de televisão em caráter secundário, no município de Marabá, estado do Pará, tendo em vista o não atendimento ao disposto no Decreto n.º 5.371 de 17 de fevereiro de 2005.

Nº 1.398/SEI- Acolho o disposto na Nota Técnica n.º 16.682/2017/SEI-MCTIC, oriunda da Secretaria de Radiodifusão, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de emissão de novo boleto de primeira parcela de outorga, formulado pela Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., nos autos do Processo n.º 53000.008410/2002-35, que trata da Concorrência n.º 14/2002 - CEL/MC, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Macapá, estado do Amapá por não ter sido apresentada justificativa plausível para sua emissão. Por consequência, declaro a decadência do direito da Sinal Brasileiro de Comunicação S/C/ Ltda. assinar o contrato de adesão à permissão para a execução do referido serviço.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 14.066, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.005013/2017-88.

Expede autorização à CASCAVEL SERVICO DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 28.981.919/0001-22, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 13.992, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SÍSTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 46.665.188/0001-98 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Reportagem Externa.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATONº 13.875, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Expede autorização à CONDOMÍNIO LE PARC RESIDENTIAL RESORT, CNPJ nº 15.809.399/0001-23 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO Nº 13.938, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Expede autorização à CONSORCIO MOTA-EMPA-CONCRESOLO, CNPJ nº 20.958.845/0001-00 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO Nº 13.981, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Expede autorização à LUDUVICO LACERDA PEREIRA, CPF nº 277.295.675-04 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO Nº 13.998, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) BAHIA SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA, CNPJ nº 13.937.149/0001-43 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Expede autorização à CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA, CNPJ nº 15.141.799/0080-07 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 13.747 - Processo nº 53500.078339/2017-01. Expede autorização à NEEMIAS B. DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 27.613.378/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.748 - Processo nº 53500.078926/2017-92. Expede autorização à INTERACTIVE.COM TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.201.513/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado,em todo o território nacional.

Nº 13.764 - Processo nº 53500.078746/2017-19. Expede autorização à PAULO ROBERTO SOARES DE CARVALHO - ME, CNPJ/MF nº 17.088.110/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.765 - Processo nº 53500.078327/2017-79. Expede autorização à SUPER LINK PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 25.286.128/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.777 -Processo nº 53500.079373/2017-95. Expede autorização à MEC SOLUTION LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.364.007/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.778 - Processo nº 53500.079518/2017-58. Expede autorização à RONALDO SOUZA CORREIA - ME, CNPJ/MF nº 24.724.026/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 13.964, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza DESTAQUE PROPAGANDA E PROMOCOES LTDA, CNPJ nº 12.644.977/0001-20, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Natal/RN, no período de 01/12/2017 a 11/12/2017.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.031 - Altera os Planos Básicos de TV, RTV, TVD e de TVA. Proc. nº 53500.081740/2017-11. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

Nº 14.034 - Altera os Planos Básicos de TV, RTV e TVD. Proc. nº 53500.081741/2017-65. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

Nº 14.036 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Porto Alegre/RS, no período de 22/11/2017 a 22/11/2017.

Nº 14.037 - Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 21/11/2017 a 05/01/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 13.483, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo I do Ato n.º 5.173, de 14 de agosto de 2015. Proc. 53.500.058.716/2017-88. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U. Sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.892, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera os Planos Básicos de RTV, TVD, FM e de OM. Proc. nº 53500.076459/2017-66. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.710/SEI, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.047681/2017-47, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Nova Geração, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rodovia Antonio Pires de Almeida km 12,5 para a Rua Antonio de Almeida KM 25+25m - Palmital, na localidade de Porto Feliz / SP. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 1080/2010 publicada no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2010, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 41/2014, publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2014, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.054970/2006.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 23°14"10"S e longitude 47°31"03"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 981/SEI, DE 9 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.011161/2017-04, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de JUNDIAÍ/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 6.742/SEI, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.012613/2016-86, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de LIMEIRA/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 6.779/SEI, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.069537/2017-61, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Santos/SP, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 14 de novembro de 2017

Nº 1.635/SEI - A DIRETORA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.043263/2017-81, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 21969/2017/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de julho de 2017, da frequência 1250 KHz, outorgada à Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Em 22 de novembro de 2017

Nº 1.944/SEI - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.004850/2017-54, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, da entidade abaixo relacionada.

Entidade	CNPJ	Localidade/UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo	Motivo do Indeferimento
ASSOCIAÇÃO TELEDUCAÇÃO NOVA JUNDIAÍ	67.169.979/0001-05	VÁRZEA PAULISTA/SP	14	*	P	SEQ-R12723 (01250.070171/2017-73)	A entidade está irregular junto ao Fistel.

Art. 2º A nota técnica a respeito do indeferimento estará à disposição do interessado nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 17 de novembro de 2017

Nº 1.776/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.056758/2017-70, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO TIBAGI LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de MATINHOS, estado do Paraná, utilizando o canal digital nº 39 (trinta e nove), nos termos da Nota Técnica nº 24017/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.785/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048393/2017-18, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de JABOTICABAL, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), nos termos da Nota Técnica nº 24160/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.798/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.047573/2012-13, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de FRUTAL, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 24369/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.799/SEI -A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.054952/2017-11, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PONTAL DO PARANÁ, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 39 (trinta e nove), nos termos da Nota Técnica nº 24409/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.807/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.010379/2013-55, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de ARINOS, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 24494/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.835/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.049304/2017-42, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de CAMBUCI, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 48 (quarenta e oito), classe A, nos termos da Nota Técnica nº 25041/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 19 de outubro de 2017

Nº 1.745/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.056887/2017-68, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMISSORA VALE DO APODI LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de APODI/RN, utilizando o canal n.º 252 (duzentos e cinquenta e dois), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 23602/2017/SEI-MCTIC.

LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 21 de novembro de 2017

Nº 1.892/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.038742/2017-85, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 25900/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO CAPANEMA LTDA. - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Capanema, estado do Paraná, mediante utilização do canal n.º 213 (duzentos e treze), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 21 de novembro de 2017

Nº 106-E/2017 - A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a Deliberação de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º - Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0059 - AMIGAS DE SORTE
Processo: 01580.002167/2015-89
Proponente: Popcon Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.281.789/0001-70
Valor total aprovado: de R$ 7.390.304,97 para R$ 10.349.550,33
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 0722-6 conta corrente: 53384-X
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.020.789,72 para R$ 2.832.072,81
Banco: 001- agência: 0722-6 conta corrente: 49.948-X
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 0722-6 conta corrente: 52.608-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 669, realizada em 09/11/2017.
Prazo de captação: 31/12/2017.
Art. 2º - A deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

DEBORA IVANOV

COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL - FSA

RESOLUÇÃO Nº 114-E, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 39ª Reunião, ocorrida em 16 de outubro de 2017, de realização de operações descentralizadas de crédito, com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, por agentes financeiros contratados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, considerando os recursos previstos no Plano Anual de Investimentos de 2017.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 116-E, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 39ª Reunião, ocorrida em 16 de outubro de 2017, de delegação de competência para a Secretaria-Executiva do Fundo Setorial do Audiovisual deliberar, mediante consulta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre os casos omissos do Programa Cinema Perto de Você que porventura envolvam alteração dos objetos financiáveis e das condições financeiras contratadas.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 117-E, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em suas 38ª e 39ª Reuniões, realizadas em, respectivamente, 04 de setembro de 2017 e 16 de outubro de 2017, de destinação de recursos do FSA, na modalidade de investimentos retornáveis, oriundos de saldo orçamentário e de saldo de operações não contratadas de editais encerrados, no valor total de R$ 30.400.000 (trinta milhões e quatrocentos mil reais), para o lançamento de editais de fomento à produção audiovisual pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 118-E, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 39ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2017, da utilização de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dos recursos da ação orçamentária de apoio não reembolsável destinados pelo CGFSA, no Plano Anual de Investimentos de 2016, para a ação de capacitação, com foco na execução de projeto de educação a distância para gestores das empresas produtoras que acessam financiamento público federal.

DEBORA IVANOV

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2017

Nº 132 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 262-E, de 24 de agosto de 2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0092 - AS APARÊNCIAS ENGANAM
Processo: 01580.015915/2015-93
Proponente: CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.508.188/0001-05
Valor total aprovado: R$ 8.389.473,69
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 570.000,00 para R$ 4.000.000,00
Banco: 001- agência: 4305-2 conta corrente: 109957-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 4305-2 conta corrente: 109953-1
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 4305-2 conta corrente: 109961-2
Prazo de captação: até 31/12/2017.
16-0225 - O PALESTRANTE MOTIVACIONAL
Processo: 01416.000404/2016-50
Proponente: CAMISA LISTRADA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.987.306/0001-71
Valor total aprovado: de R$ 5.763.506,88 para R$ 6.330.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.675.331,53 para R$ 3.013.500,00
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 48517-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 48515-2
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 800.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 48518-7
Valor aprovado no Art. Art. 41 MP nº 2.228-1/01: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2017.
17-0327 VENEZA
Processo: 01416.019994/2017-75
Proponente: ANANÃ PRODUÇÕES, EVENTOS E ASSESSORIA DE MARKETING LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.473.536/0001-97
Valor total aprovado: de R$ 8.060.917,50 para R$ 8.766.445,42
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.157.871,62
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 23225-4
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 657.871,62 para R$ 1.170.251,52
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 23227-0
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3519-X conta corrente: 23232-7
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0017 - AOS NOSSOS FILHOS
Processo: 01580.042776/2013-17
Proponente: JLM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.500.952/0001-98
Valor total aprovado: de R$ 6.029.100,00 para R$ 4.823.169,99
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 995.145,00 para R$ 789.324,99
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34.088-X
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.200.000,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34.091-X
Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 3º Realizar a revisão da aprovação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0480 - BRAZIL - DIPLOMÁTICO
Processo: 01416.024068/2017-11
Proponente: C R PRODUÇÕES - FOTO, CINE-VÍDEO LTDA - EPP.
Cidade/UF: São Paulo /SP
CNPJ: 05.780.593/0001-70
Valor total aprovado: R$ 499.730,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 74.730,00 para 474.730,00
Banco: 001- agência: 6806-3 conta corrente: 9198-7
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 702, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

177286 - CIRCULAÇÃO DOIS VELOCISTAS NO GLOBO DA MORTE
Betina Pons Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 16.493.513/0001-11
Processo: 01400030150201754
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 40.300,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a circulação do espetáculo teatral "DOIS VELOCISTAS NO GLOBO DA MORTE". Realizando uma temporada de um mês.

177386 - Jingle Bus
R & C EVENTOS, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.
CNPJ/CPF: 19.552.501/0001-09
Processo: 01400030493201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.993.558,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Jingle Bus é um espetáculo teatral itinerante que conta a história de uma família muito divertida e maluca, com a mistura étnica que compõe a nossa população. Como o Natal é uma festa da união dos povos, este musical pretende trazer este espírito ao palco e levá-lo por toda parte, por onde passar.

177438 - Plano Anual de Atividades e Manutenção 2018 - ALIC
ASSOCIAÇÃO LENÇOENSE DE INCENTIVO À CULTURA
CNPJ/CPF: 08.893.163/0001-52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 01400030571201785
Cidade: Lençóis Paulista - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.825.278,10
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Plano Anual de Atividades e Manutenção do Teatro Municipal "Adélia Lorenzetti" de Lençóis Paulista, a ser desenvolvido pela ALIC - Associação Lençoense de Incentivo à Cultura, visando promover atividades de teatro adulto, teatro infantil, música, dança, circo e contação de histórias, numa extensa programação, durante o ano de 2018.

177432 - Plano Bienal de Atividades do Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu 2018/2019
ASSOCIACAO DO CENTRO DE CULTURA E SUSTENTABILIDADE DE QUEDAS DO IGUACU
CNPJ/CPF: 12.302.684/0001-65
Processo: 01400030562201794
Cidade: Quedas do Iguaçu - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.516.018,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Bienal de Atividades do Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu irá promover nos anos de 2018 e 2019 diversas atividades culturais em prol da comunidade. O Projeto realizará apresentações de dança, teatro, música, e exibições de audiovisual, além de oficinas culturais.

177436 - TODAS AS DANÇAS III
Associação Music"Art de Apoio e Incentivo Cultural
CNPJ/CPF: 03.581.796/0001-01
Processo: 01400030568201761
Cidade: Cornélio Procópio - PR;
Valor Aprovado: R$ 244.528,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: RESUMO: Proporcionar a continuidade do Projeto "Todas as Danças - III Edição", tendo como proposta central o atendimento na prática de Dança, notadamente o Balé, a crianças e adolescentes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do município de Cornélio Procópio, tendo como produto cultural resultante do Projeto, duas apresentações de espetáculo, sendo um deles aberto a acadêmicos em geral, como forma de disseminar a prática da dança no ambiente escolar.

177470 - Turnê do Espetáculo de Dança Despertar Celebração
STYLE BRASIL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.190.469/0001-24
Processo: 01400030624201768
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 2.140.179,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Balé Popular do Recife oferece desde a primeira cena até o ato final, uma série de renovadas imagens coreográficas que o espetáculo Despertar Celebração debruça na cultura popular da dança brasileira, desde as mais puras e variadas formas tradicionais a sua máxima expressão no palco;a evolução até a criação da linguagem desta dança. Quatorze bailarinos revivem a magia da dança folclórica, com o estreito equilíbrio entre a técnica e a beleza artística. A proposta consiste em realizar30 espetáculos e 15 workshop em 15 cidades do Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

177427 - 500 MILHAS DE LONDRINA -PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA
INSTITUTO JOSE GONZAGA VIEIRA
CNPJ/CPF: 06.885.165/0001-74
Processo: 01400030557201781
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 255.780,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a Programação Artística das 500 Milhas de Londrina, reunindo performances culturais das Artes Circenses, Música Instrumental, com destaque para as Bandas Marciais, Big Bands, Taiko, além de Grupos de Danças Étnicas, proporcionando à sociedade em geral o acesso livre e irrestrito a uma programação diversificada.

177461 - ALMA - núcleo 2 - ano 2
Alma - Academia Livre de Música e Artes
CNPJ/CPF: 23.338.995/0001-09
Processo: 01400030609201710
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 358.749,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na oferta gratuita de cursos de formação musical, para alunos do ensino fundamental de escolas públicas, iniciados com o projeto Alma - núcleo 2 - Pronac 163464.

177443 - Oficinas de Música do Programa Campeões da Vida - Ano 3
instituto Guga Kuerten
CNPJ/CPF: 04.003.206/0001-26
Processo: 01400030577201752
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 89.204,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto contempla o custeio de oficinas que tem como objetivo oportunizar o ensino da música (violão e violino) para 30 (trinta) crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, econômica e/ou educacional de três cidades da Grande Florianópolis (Biguaçu, Palhoça e São José)no Estado de Santa Catarina.

177448 - ORQUESTRA DE CÂMARA DA ROCINHA 2018 - Plano Anual
Associação Cultural Professor Hans Ulrich Koch
CNPJ/CPF: 02.044.699/0001-17
Processo: 01400030585201707
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.331.198,80
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Oferta de cursos de instrumentos, prática de conjunto e de orquestra para 150 alunos com vistas ao desenvolvimento da Orquestra de Câmara da Rocinha. De forma complementar serão realizadas ações relacionadas à apreciação e fruição voltadas para alunos e familiares, apresentações da orquestra em caráter artístico-pedagógico e aulas de canto coral, violão, percussão, flauta doce e editoração de partituras.

177425 - Plano Bianual de Atividades do Instituto Baccarelli 2018/2019
SOCIEDADE DE CONCERTOS DE SÃO PAULO
CNPJ/CPF: 55.446.132/0001-33
Processo: 01400030555201792
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 13.741.440,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto refere-se às atividades do Instituto Baccarelli para os anos de 2018 e 2019, um conjunto de ações sócio-culturais voltadas a crianças e jovens de baixa renda que envolve o aprendizado e o aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades musicais, tanto nos corais, quanto nos ensaios de instrumento e de naipe, de forma a prepara-los para a apresentação de 120 concertos gratuitos de música erudita.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

177502 - Colégio Estadual Moyses Lupion
SERVICO SOCIAL AUTONOMO PARANAEDUCACAO
CNPJ/CPF: 02.392.034/0001-02
Processo: 01400030728201772
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 10.594.526,33
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê restauro e qualificação do Colégio Estadual Moses Lupion, tombado e situado no município de Antonina. A recuperação visa, além da restauração do conjunto arquitetônico, à modernização das instalações, incluindo as adaptações necessárias de acessibilidade e conforto ambiental.

177504 - Colégio Estadual Regente Feijó
SERVICO SOCIAL AUTONOMO PARANAEDUCACAO
CNPJ/CPF: 02.392.034/0001-02
Processo: 01400030732201731
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 10.002.872,93
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê restauro e qualificação do Colégio Estadual Regente Feijó, tombado pelo Estado do Paraná e situado no município de Ponta Grossa. A recuperação visa, além da restauração do conjunto arquitetônico, à modernização das instalações, incluindo as adaptações necessárias de acessibilidade e conforto ambiental.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

177442 - ACERVOS
INSTITUTO JOSE GONZAGA VIEIRA
CNPJ/CPF: 06.885.165/0001-74
Processo: 01400030575201763
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 173.479,20
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: RESUMO: Promover o serviço de catalogação do Acervo Histórico e Cultural do Instituto José Gonzaga Vieira, contendo obras de arte, livros de valor histórico e cultural, esculturas, CDs e Vinis de Música Instrumental e Ópera, disponibilizando a visitação e empréstimos regulamentados aos frequentadores do Instituto e sociedade em geral, de forma a disseminar o conhecimento das Artes e o estímulo à visitação a espaços museais.

177385 - Ame a Natureza e a Vida - Minhas Férias Foram Demais!
SALOMON´S WISDOM EDITORA E JOGOS EDUCATIVOS
CNPJ/CPF: 08.983.640/0001-70
Processo: 01400030492201774
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 163.640,80
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a produção e edição de um livro infantil ilustrado com 44 páginas desenhadas. A temática a ser abordada através da ludicidade, é fortalecer o respeito, a preservação e amor pela natureza e pela vida silvestre dos diversos ecossistemas do nosso planeta.

177335 - Livro Você tem certeza que sabe o que é inclusão?
Escola de Gente-Comunicação em Inclusão
CNPJ/CPF: 04.999.034/0001-92
Processo: 01400030311201718
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.434.870,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicar e distribuir gratuitamente 3.000 exemplares do livro "Você tem certeza que sabe o que é inclusão?" a partir de conteúdos sobre diversidade oferecidos pela escritora Claudia Werneck no projeto "Oficinas de Teatro Acessível nas Favelas e Comunidades - Campanha Teatro Acessível. Arte, Prazer e Direitos" (PRONAC 1310141). O livro terá 08 formatos acessíveis: tinta, braile, livro falado (audiobook), QRCode, filme com Libras e legenda, PDF, TXT e Daisy. Os formatos digitais, o livro falado e o filme com Libras serão disponibilizados em CD e DVD acoplados ao livro impresso em tinta, que terá acabamento em wire-o, para facilitar o seu manuseio por pessoas com mobilidade reduzida. O livro é uma ação da campanha "Todas as Pessoas Têm Direito a Conhecer Todas as Histórias", concebida pela WVA Editora em 2011 com apoio da Escola de Gente e o MinC. Em 2016, a WVA foi premiada na ONU, na Áustria, pela campanha, considerada uma das 40 iniciativas mais inovadoras do mundo na área da inclusão.

177454 - RIO GRANDE DOS VENTOS DO SUL
RB Editora Ltda ME
CNPJ/CPF: 91.912.253/0001-97
Processo: 01400030594201790
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 274.968,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Assim como os ingleses convivem com o famoso "fog londrino", o gaúcho, desde tempos imemoriais, ainda quando o território atual do Rio Grande do Sul era palco das muitas disputas entre portugueses e espanhóis, convive com a presença do vento. Seja ele o frio vento minuano, de origem polar, classificado como cortante, seja o Nordestão que sopra no Litoral e que por vezes carrega guarda-sóis e faz a areia chicotear as pernas dos que se aventuram à beira da praia: a temática do vento esteve sempre presente na literatura, mas também nas letras de inúmeras canções, e, ainda, na poesia, e mesmo nas artes plásticas. Pois trechos de romances, letras de canções, poesias, artes plásticas e, ainda, ensaios fotográficos exclusivos estarão reunidos no livro "Rio Grande dos Ventos do Sul". O projeto contemplará a realização de um espetáculo multimídia, com apresentação de canções, recital de poesias, projeção de imagens e esquetes teatrais sobre os gaúchos e sua relação histórica com o vento.

177375 - Território - Sul do Brasil
ADM Produção de Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 07.876.688/0001-17
Processo: 01400030462201768
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 567.850,50
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto pretende viabilizar a produção, edição e distribuição gratuita do livro Território - Sul do Brasil, registro de cunho artístico-cultural que retratará através de fotografias o universo que gira ao redor da região sul do nosso país. Imagens das tradições, do relevo, da vegetação típica, das atividades econômicas tradicionais da região. Fotógrafo: Cesar Machado, especialista em imagens do campo.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

177293 - Plano Anual do Paço Imperial 2018
ASSOCIACAO DE AMIGOS DO PACO IMPERIAL
CNPJ/CPF: 40.300.154/0001-13
Processo: 01400030180201761
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.881.826,39
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Plano Anual do Paço Imperial para 2018, contemplando o programa de exposições de artes visuais, ações educativas, publicações, programação cultural, divulgação, e manutenção do equipamento cultural. Visa dar continuidade, a melhoria da qualidade e a diversificação das atividades oferecidas à população e visitantes.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

177281 - The Baggios
CAROLINA MORENA PIRES CUNHA VILAR
CNPJ/CPF: 076.660.944-85
Processo: 01400030140201719
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 125.355,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A presente proposta tem como objetivo viabilizar a gravação, lançamento e circulação do 4º disco da banda The Baggios. O projeto foi aprovado no Edital Natura Musical 2017 - Nacional e prevê a gravação em estúdio e prensagem do disco; show de lançamento; shows de circulação; e gravação de um documentário de curta duração sobre o processo de produção do álbum. O novo disco do duo, intitulado VULCÃO, foi pensado como evolução dos temas e sonoridades abordadas nas produções anteriores, cumprindo um desejo de ter elementos novos a cada disco. Baggios propõe evidenciar as relações entre o rock, blues (matrizes sonoras da banda), o baião e temas do folclore sergipano sem se prender a estereótipos, tornando o som único. A mistura propõe uma concepção de desert blues, um encontro do sertão com o deserto, swing brasileiro com o do norte da África, mantendo presente a psicodelia oriental através de instrumentos, escalas e melodias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)
177368 - Cidades das Cores
Fernanda Costa Franco
CNPJ/CPF: 006.444.358-28
Processo: 01400030451201788
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Aprovado: R$ 157.951,35
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Cidades das Cores" tem como foco a realização de seis oficinas de Graffiti em duas cidades do interior de SP. As oficinas pretendem atender 120 jovens, de 12 a 18 anos, principalmente de regiões periféricas das cidades. A proposta objetiva levar a arte para as ruas das cidades, envolvendo a população na cultura do Graffiti, aplicando seus conceitos e técnicas. Além das oficinas, o projeto prevê a produção de dois painéis, um para cada cidade, como presente/contrapartida para a população e uma exposição dos trabalhos dos alunos.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
177150 - CULT Sul Minas
PAULA ALVES NETTO
CNPJ/CPF: 331.569.918-64
Processo: 01400029640201716
Cidade: São Lourenço - MG;
Valor Aprovado: R$ 98.813,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Cult Sul Minas é uma revista cultural com veiculação gratuita para a população. Elaborada dentro da nossa micro região do Sul de Minas. A revista se propõe em ser uma lente através da qual o leitor vê a cultura e seus patrimônios que aparecem como identidade e fortalecimento dos laços que unificam os habitantes dos municípios. Registrando a cultura transmitida de geração em geração onde constantemente podem ser recriadas pelas populações de forma a interagir com a nossa natureza e a nossa história. A Cult Sul Minas é um trabalho de pesquisa e arte que vai interligar nossos municípios, preservando e promovendo cada vez mais a criatividade humana e identificação do nosso povo e dos nossos visitantes com a nossa cultura. Abarcando tanto o que é material e palpável, como o imaterial e intangível, onde é valorizada a arte, sua própria apresentação em si e as pessoas que estão fazendo a arte, suas habilidades, sabedorias, crenças e técnicas.
177185 - OS XOKLENG
ALEX LEONARDO GUENTHER
CNPJ/CPF: 988.268.759-87
Processo: 01400029781201721
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 108.750,00
Prazo de Captação: 23/11/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa editar uma revista em quadrinhos relatando a saga vivida pelo povo indígena Xokleng em seu contato com os brancos, especificadamente no Vale do Itajaí.

PORTARIA Nº 703, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Alterar a(s) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 171995 - EX AFRICA, publicado na portaria nº 0491/17 de 10/08/2017, no D.O.U. de 11/08/2017.
Onde se lê: MADAI Produções EIRELI - ME
Leia-se: MADAI Produções EIRELI - EPP
Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 1510414 - Ayrton Senna do Brasil, Um Musical, publicado na portaria nº 0743/15 de 23/12/2015, publicada no D.O.U. em 24/12/2015.
Onde se lê: O objetivo do projeto em referencia consiste na concepção, criação, construção e temporada do musical Ayrton Senna. O projeto terá sua estreia no Teatro Passeio, com 05 apresentações semanais, de quinta a domingo, com 02 sessões aos sábados, totalizando 68 apresentações.
Leia-se: O objetivo do projeto em referencia consiste na concepção, criação, construção e temporada do musical Ayrton Senna. O projeto terá sua estreia no Teatro Riachuelo, com 05 apresentações semanais, de quinta a domingo, com 02 sessões aos sábados, totalizando 53 apresentações.
Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 704, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1510414 - Ayrton Senna do Brasil, Um Musical
Aventura Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 10.543.638/0001-22
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 1.542.380,00
Valor total atual: R$ 7.826.500,00

PORTARIA Nº 705, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
174322 - Orlando - Circulação Br Distribuidora
Grupo Expressões Humanas
CNPJ/CPF: 13.951.486/0001-95
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 6.000,00
Valor total atual: R$ 274.208,24
172283 - SALINA (A ÚLTIMA VÉRTEBRA)
AMOK PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.373.093/0001-50
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 6.562,50
Valor total atual: R$ 310.378,46
172436 - UZ
La Vaca Productora de Arte Ltda
CNPJ/CPF: 13.206.870/0001-63
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 10.200,00
Valor total atual: R$ 123.880,23

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA Nº 258/JJAER, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova a regulamentação da competência, da organização e do funcionamento da Junta de Julgamento da Aeronáutica, assim como dos procedimentos dos respectivos processos.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art. 10 do ROCA 20-7 "Regulamento do DECEA", aprovado pela Portaria nº1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, e considerando o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e no parágrafo 6º, do Art. 19 do Decreto 6.834, de 30 de abril de 2009, na redação dada pelo Decreto nº 7.245, de 28 de julho de 2010, resolve:
Art. 1º Aprovar a reedição do Regulamento da competência, da organização e do funcionamento da Junta de Julgamento da Aeronáutica, assim como dos procedimentos dos respectivos processos, na forma do Anexo I a esta Portaria.
Art. 2º Aprovar a Tabela para Enquadramento de Infrações de Tráfego Aéreo na forma do Anexo II a esta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação.
Art. 4º Ficam revogadas as Portarias DECEA nº 9/DGCEA, de 5 de janeiro de 2011, e a nº 258/JJAER, de 15 de agosto de 2013.

Ten Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS

ANEXO I

REGULAMENTO DA COMPETÊNCIA, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DA JUNTA DE JULGAMENTO DA AERONÁUTICA - RJJAER
TÍTULO I

DA COMPETÊNCIA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUNTA DE JULGAMENTO DA AERONÁUTICA
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE, SEDE, FUNCIONAMENTO E JURISDIÇÃO
Seção I
Da Finalidade
Art. 1º A Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAER), prevista no Decreto nº 7.245, de 28 de julho de 2010, tem por finalidade apurar e aplicar as penalidades e providências administrativas previstas na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, "Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA)", e na legislação complementar, por condutas que configurem Infrações de Tráfego Aéreo e descumprimento das normas que regulam o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).
Seção II
Da Sede
Art. 2º A JJAER tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro-RJ.
Seção III
Do Funcionamento
Art. 3º A JJAER funciona de forma autônoma e está subordinada administrativamente ao Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DGCEA).
Seção IV
Da Jurisdição
Art. 4º A JJAER possui jurisdição em todo o território nacional, incluindo o espaço aéreo de responsabilidade do Brasil estendido sobre águas internacionais, por meio de Acordo Internacional.
Parágrafo único. Aplica-se, também, este Regulamento, no que for cabível, a toda aeronave de matrícula brasileira que cometa infração de tráfego aéreo fora da área de jurisdição mencionada neste artigo, quando a autoridade aeronáutica competente, do Estado com jurisdição sobre o espaço aéreo onde ocorreu a infração, remeter os autos do procedimento de investigação à JJAER.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DA JUNTA DE JULGAMENTO DA AERONÁUTICA
Seção I
Da Organização
Art. 5º A JJAER tem a seguinte estrutura básica:
I - Presidente;
II - Junta de Julgamento (JJ); e
III - Junta Recursal (JR).
Parágrafo único. A JJAER dispõe de Secretarias.
Art. 6º A Junta de Julgamento (JJ) tem a seguinte constituição:
I - Presidente;
II - Membros Efetivos; e
III - Membros Suplentes.
Parágrafo único. Os Membros Efetivos e Suplentes serão compostos em número de três membros, indicados pelo Comandante da Aeronáutica entre militares e servidores que possuam, preferencialmente, formação técnica ou jurídica, sendo um deles o Presidente.
Art. 7º A Junta Recursal (JR) tem a seguinte constituição:
I - Presidente;
II - Membros Efetivos; e
III - Membros Suplentes.
Parágrafo único. Os Membros Efetivos e Suplentes serão compostos em número de três membros, indicados pelo Comandante da Aeronáutica entre militares e servidores que possuam, preferencialmente, formação técnica ou jurídica, sendo um deles o Presidente.
Seção II
Da Competência
Art. 8º À Junta de Julgamento compete:
I - processar e julgar as questões incidentes em processos de sua competência e que lhe tenham sido submetidas;
II - deliberar, em primeira instância, sobre os processos administrativos destinados a apurar, julgar administrativamente e aplicar penalidades ou providências administrativas por infrações de tráfego aéreo cometidas e por descumprimento das normas que regulam o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
III - arquivar o Procedimento de Investigação enviado em desconformidade com este Regulamento e com a legislação vigente;
IV - solicitar diligências, quando necessárias, visando complementar dados ou informações relevantes para a instrução do Processo Administrativo e o seu julgamento;
V - encaminhar à Junta Recursal os Processos Administrativos em grau de recurso, para as deliberações pertinentes, observada a hipótese de retratação;
VI - emitir, após o julgamento de um Processo Administrativo, a correspondente Decisão, acompanhada da "Certidão de Julgamento" para a Secretaria de Apoio da JJAER;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente ou pelos membros sobre a interpretação e execução de julgado ou norma regimental, ou a questão de ordem dos processos de sua competência; e

VIII - remeter à autoridade competente cópia dos autos do processo, quando houver indícios de crime de responsabilidade ou de crime comum de ação pública.

Art. 9º À Junta Recursal compete:

I - deliberar, em segunda instância, sobre recursos interpostos contra as decisões administrativas da Junta de Julgamento;

II - processar e julgar as questões incidentes em processos de sua competência e que lhe tenham sido submetidas;

III - solicitar diligências, quando necessárias, visando complementar dados ou informações relevantes para a instrução do Processo Administrativo e o seu julgamento;

IV - emitir, após o julgamento de um Processo Administrativo, a correspondente Decisão, acompanhada da "Certidão de Julgamento" para a Secretaria de Apoio da JJAER;

V - resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente ou pelos membros sobre a interpretação e execução de julgado ou norma regimental, ou a questão de ordem dos processos de sua competência;

VI - editar enunciado mediante proposta de qualquer das Juntas, após reiteradas decisões sobre a matéria;

VII - aprovar alteração ou cancelamento de enunciado; e

VIII - remeter à autoridade competente cópia dos autos do processo, quando houver indícios de crime de responsabilidade ou de crime comum de ação pública.

Art. 10 - À Secretaria de Apoio (SECAP) da Junta de Julgamento da Aeronáutica compete:

I - receber os documentos relativos aos Procedimentos de Investigação encaminhados pelos Órgãos Regionais;

II - verificar o ordenamento dos documentos e o cumprimento das formalidades previstas no Título II;

III - cadastrar, distribuir, controlar, organizar e arquivar os documentos, de acordo com as decisões impostas pelas Juntas;

IV - solicitar aos Órgãos Regionais a complementação dos dados requeridos para a correta instrução do Procedimento de Investigação;

V - verificar a conformidade da documentação recebida dos Órgãos Regionais;

VI - proceder à devolução da documentação aos Órgãos Regionais quando insuficientemente instruída;

VII - providenciar a abertura do Processo Administrativo, quando devidamente instruído e desde que atendidas todas as formalidades previstas no Título II;

VIII - lavrar o Auto de Infração (AI), em duas vias, por meio de formulário próprio;

IX - encaminhar ao infrator e, conforme o caso, ao proprietário, operador ou explorador da aeronave, a Notificação de Autuação (NA), juntamente com a segunda via do Auto de Infração (AI);

X - zelar pela correta instrução do Processo Administrativo;

XI - receber os documentos relativos às defesas e aos recursos interpostos, procedendo à verificação de sua tempestividade e a sua juntada ao Processo Administrativo correspondente, bem como submetê-los à apreciação e ao julgamento da respectiva Junta;

XII - registrar, acompanhar e controlar o envio das Notificações emitidas, do seu recebimento pelo infrator, dos prazos para a apresentação da defesa e da interposição de recurso, assim como de outros prazos processuais relativos aos Processos Administrativos;

XIII - emitir certidões;

XIV - agendar, apoiar e coordenar a realização das sessões das Juntas de Julgamento e Recursal, no preparo e na disponibilização dos processos administrativos com todos os elementos constitutivos, para apreciação e julgamento pelos membros nas sessões;

XV - providenciar o registro, em Atas específicas, de todos os assuntos objeto das reuniões e deliberações das Juntas de Julgamento e Recursal, zelando para que nessas atas sejam firmadas as assinaturas de todos os membros participantes, bem como a decisão proferida pelo Presidente da Junta respectiva em todos os processos;

XVI - elaborar, com base no voto do Relator e na decisão proferida pela Junta, as correspondentes "Certidões de Julgamento", com o extrato das decisões proferidas, para assinatura do Presidente da Junta respectiva;

XVII - elaborar as Notificações de Decisão (ND) e encaminhá-las ao autuado, devidamente acompanhadas das respectivas Certidões de Julgamento;

XVIII - gerenciar o Sistema de Controle de Infrações de Tráfego Aéreo (SCITA), procedendo à inserção e atualização dos dados pertinentes, extraindo relatórios, estatísticas e indicadores, acompanhando o andamento dos processos, sugerindo melhorias e adotando todas as medidas requeridas para o melhor aproveitamento das funcionalidades disponibilizadas pela ferramenta;

XIX - elaborar, semestralmente, ou quando solicitado pelo Presidente da JJAER, relatório estatístico relativo aos Processos Administrativos e aos julgamentos realizados pelas Juntas de Julgamento e Recursal;

XX - manter atualizado o arquivo da Secretaria;

XXI - observar e zelar para que sejam cumpridos rigorosamente os prazos processuais na condução dos Processos Administrativos a que se refere o Título II;

XXII - emitir Guia de Recolhimento da União (GRU) para os Processos Administrativos que contenham decisões de multas pecuniárias; e

XXIII - efetuar o controle da cobrança e arrecadação dos recursos oriundos dos pagamentos de multas aplicadas.

Seção III

Das Atribuições

Art. 11 - Ao Presidente da Junta de Julgamento e da Junta Recursal incumbe:

I - convocar, suspender e encerrar as sessões;

II - dirigir os trabalhos da respectiva Junta, presidindo as sessões plenárias e delas participar, com exercício de voto;

III - proferir o voto de qualidade, nos termos deste Regulamento;

IV - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;

V - submeter questões de ordem à Junta respectiva, apurar votos e consignar por escrito no processo o resultado do julgamento;

VI - assinar a certidão de julgamento;

VII - convocar as sessões extraordinárias da Junta, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;

VIII - adotar providências para a manutenção da ordem nas sessões;

IX - supervisionar a distribuição dos processos aos membros das Juntas;

X - zelar pela regular intimação das decisões da respectiva Junta;

XI - designar e comunicar à SECAP o dia para julgamento dos processos, atendidas às indicações do Relator;

XII - baixar os atos indispensáveis à disciplina dos serviços da respectiva Junta;

XIII - determinar a suspensão de julgamento em curso na respectiva Junta;

XIV - apresentar ao Presidente da JJAER o Relatório Semestral das Atividades da Junta, nos meses de julho e janeiro de cada ano ou quando solicitado;

XV - retirar processos de pauta, mesmo que durante a sessão de julgamento, por solicitação do membro ou por outra razão, desde que motivado o ato;

XVI - mandar incluir em pauta os processos; e

XVII - desempenhar outras atribuições correlatas, delegadas pelo Presidente da JJAER.

Art. 12 - Cada uma das Juntas terá um de seus Membros Efetivos com formação jurídica, a quem caberá dirigir o processo até sua distribuição ao Relator.

§ 1º - Após despacho conclusivo da SECAP, o membro com formação jurídica determinará, caso necessário, o reenquadramento da infração, para a lavratura do auto de infração e notificação do interessado, pronunciando, ainda, as providências necessárias ao saneamento do processo.

§ 2º - As funções saneadoras do membro com formação jurídica serão exercidas em quaisquer das duas Juntas, sem prejuízo das suas atribuições enquanto julgador da Junta para a qual for indicado.

Art. 13 As atribuições dos membros da JJ e JR serão definidas em Regimento Interno.

Seção IV

Do Mandato

Art. 14 O Presidente e os demais Membros têm mandato de dois anos, a partir de sua indicação, permitida a recondução, ou a sua indicação para compor a outra Junta.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a destituição, a qualquer tempo, mediante a indicação de novo membro para a composição de qualquer das Juntas.

Art. 15 Nenhum Membro Efetivo da Junta de Julgamento poderá integrar, simultaneamente, a Junta Recursal.

Art. 16 Se ocorrer a vacância da Presidência ou dos demais assentos das Juntas, o suplente assumirá a titularidade enquanto não ocorrer nova indicação, a ser realizada nos termos do art. 14.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DA JUNTA DE JULGAMENTO DA AERONÁUTICA

Seção I

Do Processo

Art. 17 As petições e os processos serão registrados no protocolo da JJAER por meios convencionais ou, se disponíveis, eletrônicos, no horário de funcionamento do órgão.

Parágrafo único. Será admitido o protocolo de defesas, recursos e demais petições nos Órgãos Regionais do DECEA.

Art. 18 O registro dar-se-á pela mesma numeração que o feito tomou nos Órgãos Regionais, sendo facultada à Secretaria a adoção de uma numeração interna, complementar, para efeito de controle dos autos.

Art. 19 No ato do registro, anotar-se-ão na capa dos autos os nomes de todos interessados, o número do feito e o órgão de origem.

Parágrafo único. Em caso de processo de trâmite sigiloso, os nomes das partes serão veiculados apenas por suas iniciais.

Art. 20 A SECAP deverá anotar na capa dos autos, de ofício ou por solicitação do Relator ou da Junta:

I - o impedimento ou a suspeição dos membros;

II - a tramitação sigilosa; e

III - a preferência legal, no caso de pessoa idosa.

Seção II

Da Distribuição

Art. 21 Cada Processo será distribuído a um Relator.

Parágrafo único. Os processos em que haja a incidência da prescrição ou da decadência poderão ser declarados extintos por decisão monocrática do Presidente da respectiva Junta, não havendo, nessa hipótese, distribuição e Sessão Pública.

Art. 22 A distribuição será feita de ofício pela SECAP da Junta de Julgamento da Aeronáutica.

Art. 23 A distribuição será equitativa entre os membros de cada Junta, incluídos seus respectivos Presidentes, cabendo à SECAP realizar compensações.

Art. 24 O recurso será distribuído ao Relator e levado à Junta para reconsideração.

Parágrafo único. A SECAP deverá observar a regularidade quanto à legitimação do recorrente para interpor recurso, informando o Relator quando da distribuição.

Seção III

Da Formalidade

Art. 25 Os atos do processo serão formalizados e autenticados mediante assinatura ou rubrica dos Presidentes das Juntas, dos demais membros, ou de servidor ou militar para tanto designado, conforme o caso.

Art. 26 A autenticação dar-se-á pelo crivo de conferência com o original, em se tratando de cópias de documentos.

Art. 27 As notificações seguirão o disposto no Título II.

Art. 28 As pautas dos julgamentos das Juntas serão controladas e organizadas pela Secretaria da Presidência, e divulgadas, com antecedência de 5 (cinco) dias da data do Julgamento, na internet, no sítio da Junta de Julgamento da Aeronáutica.

§ 1º - As atas e as certidões de julgamento serão disponibilizadas após a realização das Sessões das Juntas.

§ 2º - Cada pauta terá um número sequencial, referente a determinado ano, iniciada a contagem no início de cada ano.

Art. 29 A vista dos autos ao autuado ou recorrente, ou aos advogados, ocorrerá na sede da JJAER.

Seção IV

Das Sessões

Art. 30 As Sessões da Junta de Julgamento e da Junta Recursal serão convocadas, eventualmente, de acordo com a necessidade.

Art. 31 As deliberações serão tomadas com a presença de três membros da Junta, cabendo voto único a cada um.

Art. 32 Os resultados dos julgamentos serão obtidos por maioria de votos.

Art. 33 Os processos apresentados à Junta deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de voto.

Art. 34 Os processos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na Junta e conforme inclusão na pauta de julgamento.

Art. 35 São atribuições comuns a todos os membros das Juntas:

I - comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da Junta;

II - justificar as eventuais ausências, suspeições e impedimentos;

III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o seu voto;

IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto, quando for vencido;

V - comunicar ao Presidente da Junta, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da Junta;

VI - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso; e

VII - assinar as atas das sessões.

Art. 36 Nas sessões solenes tomará primeiro o assento o Presidente, seguido do membro de maior precedência hierárquica e, se servidores públicos, o de maior precedência funcional, tempo na instituição e idade, respectivamente.

Art. 37 Não haverá hierarquia entre os membros das Juntas quando das sessões, para fins de debates e votação.

Art. 38 O Presidente tem assento à mesa de julgamento na parte central nas sessões.

Art. 39 As sessões começarão na hora definida em pauta e se encerrarão quando cumprido o fim a que se destinarem.

Art. 40 As sessões e votações serão públicas, ressalvados os casos em que se justifique o interesse público pela reserva da publicidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 41 As sessões seguirão a seguinte ordem:
I - abertura, pelo Presidente da Junta;
II - verificação do quórum necessário para julgamento;
III - aprovação ou não da ata da sessão anterior;
IV - retirada ou adiamento de feitos de pauta, justificadamente; e
V - julgamento dos Processos.

Art. 42 Os processos que versem sobre matéria semelhante poderão ser julgados conjuntamente.

Art. 43 Poderá o interessado presente pedir preferência no julgamento do seu processo, adotando-se, quando existir mais de um, a ordem de pedido.

Art. 44 Não haverá sustentação ou manifestação oral de interessados quando do julgamento dos processos, exceto se assim o permitir, excepcionalmente, o Presidente, por interesse público justificável.

Seção V

Dos Julgamentos

Art. 45 Não participarão do julgamento os membros que não tenham assistido aos debates, salvo quando se declararem esclarecidos do processo.

Parágrafo único. Poderão os julgadores presentes expor síntese do processo, dos debates e dos votos até então apresentados.

Art. 46 A certidão de julgamento se reportará aos votos e conterá a decisão da Junta de Julgamento ou da Junta Recursal.

Parágrafo único. Poderá haver registro taquigráfico ou fonográfico dos julgamentos, contendo o relatório, discussão, votos e demais atos produzidos em sessão, podendo ser juntados aos autos, depois de revistos e aprovados posteriormente pelos julgadores presentes na sessão.

Art. 47 O voto conterá:
I - relatório, que será sucinto, trazendo o resumo do fato, da defesa e do recurso, e das principais manifestações constantes do Processo Administrativo;
II - fundamentação, baseada na adequação dos fatos às normas jurídicas e/ou técnicas vigentes; e
III - pronunciamento, que será conclusivo quanto à aplicação ou não de penalidade ou providência administrativa, arquivamento do feito, cancelamento do Auto de Infração, dentre outras providências e, na Junta Recursal, reforma da decisão proferida pela Junta de Julgamento.

Art. 48 A Junta pronunciar-se-á, por maioria, sobre a reconsideração, nos termos do recurso, aplicando-se ao trâmite as mesmas regras para desempate e processamento.

Art. 49 O voto do Relator deverá ser escrito, e o dos demais membros poderá ser oral, acolhendo ou divergindo do voto do Relator, no momento da sessão.

Art. 50 O voto de divergência deverá ser escrito e fundamentado.

Art. 51 Os demais votos, caso complementem ou divirjam do voto do Relator, serão por escrito e assinados por quem os proferiu, e farão parte do processo.

Art. 52 Será suficiente a manifestação oral do julgador, a ser consignada na certidão de julgamento, caso acompanhe integralmente a relatoria ou a dissidência.

Art. 53 Caso um dos membros peça vista dos autos, para voto, o processo será incluso na próxima pauta de votação, ou, no máximo, na subsequente, oportunidade em que se prosseguirá ao julgamento do processo a partir do ponto de interrupção, sendo lavrada ata da interrupção.

Parágrafo único. Se o pedido de vista for feito durante a sessão de julgamento, o processo voltará à pauta após a análise do julgador solicitante e constará do seu voto a expressão "voto-vista".

Art. 54 O membro que não for Relator poderá, antes da sessão, requerer à SECAP vista dos autos, para análise.

Art. 55 Não será admitido voto sem que o mesmo seja apresentado em Sessão, para debate.

Art. 56 O voto do Relator trará proposta de ementa, que será revista pelos demais membros, quando do julgamento.

Seção VI

Das Decisões

Art. 57 Considera-se Decisão o resultado do julgamento após a discussão do voto do Relator por todos os membros da Junta respectiva, sendo obtida por maioria de votos.

§ 1º - O teor da decisão será declarado ao fim do julgamento de cada processo pelo Presidente da Junta.

§ 2º - Da decisão constará o pronunciamento do voto vencido, quando houver voto divergente.

Art. 58 O teor da decisão da Junta constará da certidão de julgamento, assinada pelo Presidente da Junta respectiva após a sessão.

Art. 59 A certidão de julgamento conterá:
I - cabeçalho;
II - autuação, contendo o número do Processo e do Auto de Infração, o nome do Presidente da Sessão, do autuado, de eventuais interessados e de seus advogados, do Relator, a data e o número da pauta e a data do julgamento;
III - ementa; e
IV - certidão, com a decisão proclamada pela Junta, acrescida da consignação de eventuais ausências, impedimentos ou suspeições, e o pronunciamento dos demais votantes.

Art. 60 Após a sessão será produzida ata, assinada pelos três membros da Junta respectiva, contendo o número do processo, o nome do Relator e a decisão da Junta para cada feito designado na pauta do dia, incluindo eventuais pedidos de vista.

Art. 61 Em se tratando de situação na qual, após os três votos, não possa prevalecer a maioria, caberá ao Presidente da respectiva Junta o voto de qualidade, o qual não poderá dissentir dos votos dominantes.

Art. 62 Caso dois dos votos sejam pela aplicação de penalidades e/ou providências administrativas diferentes, um do outro, e o terceiro voto seja pelo arquivamento, não poderá o voto de qualidade dissentir da maioria, pronunciando o arquivamento.

Seção VII

Da Suspeição e do Impedimento

Art. 63 Os integrantes da JJAER declarar-se-ão impedidos ou suspeitos mediante despacho motivado, de preferência, antes da inclusão em pauta de julgamento.

Art. 64 É defeso ao membro exercer as suas funções no processo administrativo:
I - em que for autuado;
II - quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, do autuado, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau; e
III - quando fizer parte de órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica autuada.

Art. 65 Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do membro, quando:
I - amigo íntimo ou inimigo capital do autuado;
II - o autuado for credor ou devedor do membro, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.

Parágrafo único. Poderá ainda o membro declarar-se suspeito por motivo íntimo.

Art. 66 O incidente de suspeição ou impedimento dar-se-á por simples petição juntada pelo interessado até antes do julgamento do processo, devendo o julgador reputado suspeito ou impedido pronunciar- se a respeito.

Seção VIII

Das Substituições

Art. 67 Nos impedimentos, suspeições e ausências, o Presidente de cada Junta será substituído pelo seu respectivo suplente ou, nos impedimentos, suspeições e ausências deste, pelo membro efetivo de maior precedência hierárquica e, se servidores públicos, o de maior precedência funcional, tempo na instituição e idade, respectivamente.

Art. 68 Os membros deverão comunicar ao Presidente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da Junta.

§ 1º - Igual comunicação deverá ser feita pelos suplentes, mesmo que não estejam, quando do afastamento, no exercício da titularidade.

§ 2º - Em se tratando do Presidente, a comunicação será dirigida aos demais membros titulares, convocando, no mesmo ato, seu suplente para substituição.

Art. 69 Os membros serão substituídos por seus suplentes quando das licenças, afastamentos e demais ausências.

§ 1º - A substituição também se dará no caso de suspeição ou impedimento do titular.

§ 2º - Caso também ocorra licença, afastamento e ausência do suplente, será convocado à titularidade outro suplente que não esteja afastado, licenciado, suspeito ou impedido.

§ 3º - Poderá o Presidente deixar de convocar o membro suplente se a brevidade do afastamento ou ausência do titular assim o justificar.

Art. 70 Se o Relator se afastar após a inclusão de processo de sua relatoria em pauta ou concomitantemente à inclusão, a SECAP deverá remeter os autos ao suplente, para que o mesmo elabore seu voto, cabendo a este pedir novo dia para Julgamento.

Art. 71 Se o julgamento de um processo do qual o suplente funcione como Relator não se findar antes do retorno do titular, o suplente continuará a exercer as funções, naqueles autos, enquanto perdurar o julgamento do processo.

Parágrafo único. Quando tenha funcionado como Relator, o suplente será dispensado da presença para aqueles autos em que já tenha produzido voto apresentado em sessão.

Art. 72 Em caso de licença para o tratamento da própria saúde, qualquer membro da Junta somente poderá reassumir suas funções se não houver contraindicação médica.

Parágrafo único. O retorno do membro licenciado poderá ocorrer a qualquer tempo.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO PARA A APURAÇÃO E JULGAMENTO DE INFRAÇÕES DE TRÁFEGO AÉREO E DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE REGULAM O SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO (SISCEAB)

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Seção I

Da Condução

Art. 73 Na condução dos preceitos de que trata este Regulamento, devem ser observados, dentre outros, os princípios da legalidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo sua observância obrigatória por parte de todos os Agentes da Autoridade Aeronáutica.

Seção II

Das Conceituações

Art. 74 Os termos empregados neste Regulamento são de uso corrente no COMAER e estão definidos de acordo com os textos a seguir descritos.

I - AGENTES DA AUTORIDADE AERONÁUTICA:

São Agentes da Autoridade Aeronáutica, no âmbito das suas respectivas competências, nos termos do CBA, da legislação complementar e de normas específicas de tráfego aéreo:
a) o Diretor-Geral do DECEA;
b) o Vice-Diretor do DECEA;
c) o Chefe do Subdepartamento de Operações do DECEA;
d) o Chefe do Subdepartamento Técnico do DECEA;
e) o Chefe do Subdepartamento de Administração do DECEA;
f) os Comandantes dos Órgãos Regionais do DECEA, ou quem a eles se equipare;
g) os Chefes das Divisões Operacionais dos Órgãos Regionais do DECEA;
h) os Chefes das Divisões Técnicas dos Órgãos Regionais do DECEA;
i) os Chefes de Órgãos de Serviço de Tráfego Aéreo (ATS);
j) os Controladores de Tráfego Aéreo em exercício;
k) os Controladores de Operações Aéreas Militares em exercício;
l) os Operadores de EPTA em exercício;
m) os Inspetores de Controle do Espaço Aéreo (INSPCEA);
n) o Presidente e Membros das Juntas de Julgamento e Recursal;
o) o Chefe da SECAP da JJAER; e
p) outros Agentes por definição legal ou designação expressa da Autoridade Aeronáutica.

II - AUTO DE INFRAÇÃO (AI):

Ato administrativo lavrado pela SECAP da Junta de Julgamento da Aeronáutica, com a finalidade de registrar e caracterizar a ocorrência de transgressão, infração ou descumprimento de normas ou regras de tráfego aéreo e demais normas que regulam o SISCEAB, nos termos do CBA, da legislação complementar ou normas específicas de tráfego aéreo;

III - ÁREA DE MANOBRAS: parte do aeródromo destinada ao pouso, decolagem e táxi de aeronaves, excluídos os pátios;

IV - CIRCULAÇÃO AÉREA GERAL (CAG): conjunto de voos de aeronaves civis e/ou militares, efetuados segundo as regras de tráfego aéreo estabelecidas para as aeronaves em geral em tempo de paz e que se beneficiam dos serviços de tráfego aéreo prestados pelos órgãos ATS;

V - CIRCULAÇÃO OPERACIONAL MILITAR (COM): conjunto de movimentos aéreos militares que, por razões técnicas, operacionais e/ou de segurança nacional, está sujeito a procedimentos especiais ou mesmo dispensado de cumprir certas regras de tráfego aéreo, beneficiando-se dos serviços prestados pelos Órgãos de Controle de Operações Aéreas Militares (OCOAM) ou, quando no contexto de uma operação militar, também dos serviços prestados pelos órgãos ATC que forem envolvidos;

VI - DECISÃO: ato administrativo que tem como finalidade o registro das decisões proferidas pela Junta de Julgamento da Aeronáutica, após deliberação sobre um Processo Administrativo referente à infração de tráfego aéreo e descumprimento das normas que regulam o SISCEAB;

VII - ESTAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS E DE TRÁFEGO AÉREO (EPTA): Estações Aeronáuticas, pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, dotadas de pessoal, instalações, equipamentos e materiais suficientes para: prestar, isolada ou cumulativamente, os Serviços de Controle de Aproximação (APP) e Controle de Aeródromo (TWR), o Serviço de Informação de Voo de Aeródromo (AFIS) e de Alerta; apoiar a navegação aérea por meio de auxílios à navegação aérea; apoiar às operações de pouso e decolagem em plataformas marítimas ou, ainda, veicular mensagens de caráter geral entre as entidades autorizadas e suas respectivas aeronaves, em complemento à infraestrutura de navegação aérea operada pelo COMAER;

VIII - FICHA DE COMUNICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÁFEGO AÉREO (FCI): documento utilizado, no âmbito do SISCEAB, para que os Órgãos Regionais comuniquem à JJAER, após a devida apuração, a ocorrência de uma infração de tráfego aéreo cometida por operador, explorador ou proprietário de aeronave civil ou militar na CAG e o descumprimento das normas que regulam o SISCEAB;

IX - FORMULÁRIO DE ANÁLISE PRELIMINAR (FAP): formulário utilizado, no âmbito do SISCEAB, para que o órgão ATS local registre as informações relativas às análises preliminares sobre uma irregularidade com base em todas as informações, dados, registros, fatos e situações relacionados a uma suposta infração de tráfego aéreo comunicada ou constatada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - INFRAÇÃO DE TRÁFEGO AÉREO: operação de aeronave que contrarie as regras de tráfego aéreo estabelecidas pelo DECEA, ou em descumprimento do CBA e da legislação complementar, sujeitando o infrator às penalidades e demais providências administrativas pertinentes;

XI - INFRATOR: pessoa natural ou jurídica que infringe norma de tráfego aéreo e descumpre normas que regulam o SISCEAB, estabelecidas no CBA e na legislação complementar, ficando sujeita às penalidades e demais providências administrativas legais pertinentes;

XII - IRREGULARIDADE DE TRÁFEGO AÉREO: ação, omissão, situação, fato ou circunstância indicativa de descumprimento, inobservância, ou transgressão à norma ou legislação aplicável ao controle e à segurança do tráfego aéreo reportada por órgão ATS local, Agente da Autoridade Aeronáutica ou por terceiros, cuja ocorrência deverá ser objeto de apuração circunstanciada, com o objetivo de verificar se tal irregularidade caracteriza uma infração de tráfego aéreo;

XIII - MENSAGEM DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADE DE TRÁFEGO AÉREO (MSG-ITA): mensagem padronizada emitida por órgão ATS local ou Agente de Autoridade Aeronáutica, com a finalidade de comunicar, imediatamente, ao Órgão Regional do DECEA a ocorrência de ação, omissão, situação, fato ou circunstância indicativa de descumprimento, inobservância, ou transgressão à norma ou legislação aplicável ao controle e à segurança do tráfego aéreo brasileiro;

XIV - METAR: nome do código utilizado para a descrição completa das condições meteorológicas observadas em um aeródromo;

XV - NOTAM: aviso distribuído por meios de telecomunicações que contenha informação relativa ao estabelecimento, condição ou modificação de qualquer instalação aeronáutica, serviço, procedimento ou perigo, cujo conhecimento oportuno seja essencial para o pessoal encarregado das operações de voo;

XVI - NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO (NA): documento padronizado emitido pela SECAP, com a finalidade de notificar um infrator sobre a prática de uma infração de tráfego aéreo ou o descumprimento das normas que regulam o SISCEAB, mediante o encaminhamento do correspondente Auto de Infração (AI), assegurando ao notificado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

XVII - NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO (ND): documento padronizado emitido pela SECAP, com a finalidade de comunicar Decisão proferida em um Processo Administrativo referente à Infração de Tráfego Aéreo ou ao descumprimento das normas que regulam o SISCEAB;

XVIII - ÓRGÃO DE CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (ATC): expressão genérica que se aplica, segundo o caso, a um Centro de Controle de Área (ACC), a um Controle de Aproximação (APP) ou a uma Torre de Controle de Aeródromo (TWR);

XIX - ÓRGÃO DOS SERVIÇOS DE TRÁFEGO AÉREO (ATS): expressão genérica que se aplica, segundo o caso, a um órgão de controle de tráfego aéreo ou a um órgão de informação de voo;

XX - ÓRGÃO REGIONAL DO DECEA: organização do COMAER, subordinada ao DECEA, elo do SISCEAB, com jurisdição operacional sobre uma determinada Região de Informação de Voo (FIR) e o SRPV-SP;

XXI - ÓRGÃO DE CONTROLE DE OPERAÇÕES AÉREAS MILITARES (OCOAM): órgão qualificado para prestar os serviços de controle de tráfego aéreo, informação de voo e alerta às aeronaves engajadas em operações de defesa aérea, aerotática ou aeroestratégica, reais ou de treinamento, por meio da aplicação das regras da circulação operacional militar;

XXII - SPECI: nome do código utilizado para a descrição completa das condições meteorológicas quando ocorrerem variações significativas entre os intervalos das observações regulares; e

XXIII - TRÁFEGO AÉREO: todas as aeronaves em voo ou operando na área de manobras de um aeródromo.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Seção I

Do Órgão Central

Art. 75 Compete ao DECEA:

I - apoiar a Junta de Julgamento da Aeronáutica em suas funções.

II - comunicar, via ofício, à autoridade competente a infração de tráfego aéreo que tenha tido envolvimento de aeronave militar;

III - comunicar, via ofício, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a conclusão de processo administrativo referente a apuração e julgamento de infração de tráfego aéreo relacionado com operador, explorador ou proprietário de aeronave civil, para a aplicação das penalidades e providências administrativas previstas no CBA e na legislação complementar; e

IV - recolher ao Fundo Aeronáutico os valores arrecadados com as cobranças de multas por infrações de tráfego aéreo.

Seção II

Dos Demais Órgãos

Art. 76 Compete ao Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA): efetuar contato com o Órgão Regional do DECEA responsável pela área onde se deu a ocorrência, para as providências iniciais de apuração, preservando os registros pertinentes e encaminhando-os, logo que possível, para que o Regional possa instruir os autos do Procedimento de Investigação relativo aos fatos relatados, sempre que constatar alguma irregularidade relacionada ao tráfego aéreo.

Art. 77 Compete aos Órgãos Regionais do DECEA:

I - receber dos Órgãos ATS as Mensagens ITA;

II - proceder à investigação da Irregularidade de Tráfego Aéreo, na sua área de jurisdição, para apuração quanto à caracterização ou não de uma infração de tráfego aéreo nos termos deste Regulamento, em observância à legislação específica;

III - anexar, aos autos do procedimento de investigação correspondente, todos os documentos e demais registros de fatos ou circunstâncias necessárias à apuração e caracterização de uma infração de tráfego aéreo cometida, numerando-os em ordem cronológica, rubricando todas as folhas dos autos e zelando pela sua organização, instrução e indexação;

IV - analisar documentos e apurar fatos e circunstâncias referentes a uma irregularidade de tráfego aéreo relatada ou constatada, de forma a aferir se a ocorrência caracteriza uma infração de tráfego aéreo;

V - emitir, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da MSG-ITA, a correspondente FCI, após a devida análise dos documentos, fatos e circunstâncias constantes do procedimento de investigação competente, uma vez caracterizada a ocorrência de infração de tráfego aéreo;

VI - enviar, via ofício, à JJAER, os autos do procedimento de investigação, devidamente instruídos com todos os documentos e demais registros de fatos ou circunstâncias apuradas, em até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da MSG-ITA, observado o que dispõe o art. 92 e seus parágrafos;

VII - controlar e arquivar, no próprio Órgão Regional, mediante justificativa devidamente fundamentada e assinada pela Autoridade competente, os procedimentos de investigação nos quais não tenha sido constatada a existência de infração de tráfego aéreo;

VIII - nos casos em que for constatada a ocorrência de uma infração ao CBA, ou a norma ou regra de competência da ANAC, encaminhar cópia autenticada dos autos àquela Agência para os procedimentos cabíveis, observado o que dispõe o art. 92 e seus parágrafos;

IX - assegurar, por cinco anos, a preservação de dados e informações pertinentes relacionados a uma MSG-ITA recebida (transcrição de gravação de comunicações ou registros de comunicações em Livro de Registro de Comunicações "LRC" ou Livro de Registro de Ocorrências "LRO", revisualização ou gravação de imagens radar, dados meteorológicos, Mensagem de Plano de Voo Apresentado "FPL" / Mensagem de Plano de Voo em Vigor "CPL" etc.) de acordo com a legislação específica;

X - proceder à inserção e atualização dos dados pertinentes no Sistema de Controle de Infrações de Tráfego Aéreo (SCITA), quando disponível, bem como efetuar consultas necessárias para o acompanhamento dos processos;

XI - incluir como item de inspeção técnica aos órgãos ATS jurisdicionados a verificação quanto ao cumprimento dos procedimentos constantes deste Regulamento; e

XII - receber os documentos relativos às defesas e aos recursos interpostos, bem como os demais documentos apresentados pelos interessados, procedendo o envio à SECAP, para a instrução de um processo administrativo.

Art. 78 Compete aos Órgãos ATS:

I - enviar, no primeiro dia útil subsequente, ao Órgão Regional do SISCEAB de sua área a MSG-ITA, toda vez que constatar ou for informado de uma irregularidade de tráfego aéreo;

II - providenciar a preservação dos dados e informações pertinentes, relacionados a uma MSG-ITA emitida (transcrição de gravação de comunicações ou registros de comunicações - LRC e LRO -, revisualização ou gravação de imagens radar, FPL/CPL etc.), nos prazos previstos neste Regulamento;

III - analisar, preliminarmente, toda documentação disponível relacionada à irregularidade de tráfego aéreo, emitindo o correspondente FAP, que deverá ser assinado pelo Chefe do Órgão ATS ou OCOAM, conforme o caso;

IV - encaminhar ao Órgão Regional do DECEA de sua área, para a devida instrução do procedimento de investigação, o FAP, bem como toda a documentação relativa à irregularidade de tráfego aéreo, em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de sua ocorrência; e

V - proceder à inserção e atualização dos dados pertinentes no SCITA, quando disponível.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA A APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E INFRAÇÕES DE TRÁFEGO AÉREO

Seção I

Da Comunicação

Art. 79 A comunicação de fatos ou situações que apresentem indícios de irregularidade de tráfego aéreo poderá ser feita por Agentes da Autoridade Aeronáutica ou, ainda, por qualquer pessoa, cabendo aos Órgãos Regionais a responsabilidade pela adoção das providências administrativas necessárias à devida apuração dos fatos ou situações informadas.

Art. 80 O Agente da Autoridade Aeronáutica de um órgão ATS/OCOAM, ao constatar ou tomar conhecimento de uma irregularidade de tráfego aéreo, promoverá a sua imediata comunicação ao responsável pelo Órgão ATS/OCOAM, no seu turno de serviço.

Art. 81 Quando da ocorrência de uma irregularidade de tráfego aéreo e visando prestar informações para a devida instauração de procedimento de investigação pelo Órgão Regional do DECEA, o responsável pelo Órgão ATS/OCOAM local, no turno de serviço, adotará as seguintes providências:

I - determinar o registro da ocorrência no LRO e providenciar cópia do LRC ou, onde houver gravador, a preservação da gravação das comunicações correspondentes;

II - determinar a coleta de todos os dados necessários para o preenchimento da Mensagem de Comunicação de Irregularidade de Tráfego Aéreo (MSG-ITA). Ex.: FPL, METAR/SPECI, NOTAM e outras fontes, quando for o caso;

III - informar a ocorrência da irregularidade de tráfego aéreo ao Chefe do Órgão ATS/OCOAM, preparar e propor a expedição da MSG-ITA para o Órgão Regional do DECEA de sua área, com prioridade FF, nos termos deste Regulamento; e

IV - coordenar a análise de toda a documentação disponível relacionada à ocorrência de uma irregularidade de tráfego aéreo informada em MSG-ITA, emitindo o FAP correspondente e apresentando ao Chefe do Órgão ATS/OCOAM as análises efetuadas.

Seção II

Das Atribuições

Art. 82 O Chefe do Órgão ATS/OCOAM deverá:

I - adotar as providências necessárias para o imediato envio da MSG-ITA ao Órgão Regional do DECEA, quando constatada a existência de uma irregularidade de tráfego aéreo;

II - analisar, preliminarmente, toda documentação disponível relacionada à irregularidade de tráfego aéreo e encaminhar ao Órgão Regional do DECEA de sua área, em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de ocorrência, para a devida instrução do procedimento de investigação, o FAP, bem como toda a documentação relativa à irregularidade de tráfego aéreo; e

III - proceder à inserção e atualização dos dados pertinentes no SCITA, quando disponível.

Art. 83 Os demais agentes da Autoridade Aeronáutica que tiverem ciência de uma irregularidade de tráfego aéreo ou indícios de sua prática deverão coletar todas as informações necessárias e disponíveis para a adequada apuração do fato ou situação informada, encaminhando-as ao Órgão Regional do DECEA da área de ocorrência da suposta irregularidade, que obterá junto ao seu órgão ATS/OCOAM os demais documentos para a instrução do procedimento de investigação.

Seção III

Das Comunicações Realizadas por Terceiros

Art. 84 No caso de comunicação, por terceiros, de fato ou situação indicativa de irregularidade de tráfego aéreo, o Órgão ou a Organização que receber a comunicação deverá, além do disposto no item anterior, adotar as seguintes providências:

I - coletar todas as informações necessárias à adequada apuração do fato ou situação informada;

II - coletar os dados da pessoa que informou o fato ou situação (nome e endereço completos, documento de identificação, e-mail e telefones), para futuros contatos, quando necessário;

III - juntar as informações e dados sobre os fatos ou situação informada, providenciando as análises necessárias para a confirmação da suposta irregularidade de tráfego aéreo;

IV - efetuar os registros devidos dos fatos e de situações comprobatórias da irregularidade no LRO competente, se couber; e

V - reservar ou solicitar a reserva da gravação das comunicações orais ATS correspondentes e, quando disponível, da revisualização ou gravação dos dados radar, bem como de outros documentos julgados pertinentes, incluindo as condições meteorológicas do momento do fato, se couber.

Seção IV

Dos Registros e Procedimentos

Art. 85 Os registros feitos no LRO deverão conter, quando relacionados a uma irregularidade de tráfego aéreo:

I - descrição sucinta da ocorrência;

II - identificação da aeronave: matrícula, número do voo; qualquer outro designador oficial de matrícula, conforme o Plano de Voo;

III - tipo de aeronave;

IV - data e hora (UTC) da ocorrência;

V - espaço aéreo ou local da ocorrência;

VI - aeródromo de partida;

VII - aeródromo de destino;

VIII - nível de voo e rota ATS, se pertinente;

IX - informações meteorológicas; e

X - informações complementares, julgadas necessárias.

Art. 86 A inexistência de um ou mais dados listados no item anterior não deve impedir o encaminhamento da MSG-ITA ao Órgão Regional do DECEA pelo Órgão ATS.

Art. 87 O Órgão Regional do DECEA, ao tomar conhecimento de uma irregularidade de tráfego aéreo, por intermédio de uma MSG-ITA, ou por qualquer outro meio legal, deverá, no devido procedimento de investigação, analisar se a ocorrência constitui Infração ao CBA, à legislação complementar ou a outra norma relacionada ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Art. 88 Após a realização da análise para a constatação da ocorrência de infração de tráfego aéreo, o Órgão Regional do DECEA deverá, ainda:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - elaborar a FCI, nos termos deste Regulamento, ou elaborar a Justificativa de Inexistência de Infração de Tráfego Aéreo, quando não for confirmada a existência da Infração;

II - instruir adequadamente os autos com toda a documentação pertinente à Infração identificada, nos termos deste Regulamento; e

III - enviar, via ofício, à JJAER, o procedimento de investigação devidamente indexado e instruído, nos termos deste Regulamento, em até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da MSG-ITA, observado o que dispõe o art. 92 e seus parágrafos.

Art. 89 A FCI ou, conforme o caso, a Justificativa de Inexistência de Infração de Tráfego Aéreo, devidamente preenchida e assinada pelo Chefe da Divisão de Operações (DO) do Órgão Regional, deverá ser anexada ao procedimento de investigação correspondente.

Art. 90 No Preenchimento da FCI, o Órgão Regional do DECEA deverá coletar e informar todos os dados cadastrais do infrator, de acordo com os cadastros e bancos de dados disponíveis nos órgãos integrantes do Sistema de Aviação Civil e/ou órgãos militares.

Art. 91 O Órgão Regional do DECEA deverá, ainda, analisar se a irregularidade envolve Segurança do Controle do Espaço Aéreo e, sendo o caso, encaminhar uma cópia da documentação à Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes e Incidentes do Controle do Espaço Aéreo (SIPACEA), que dará prosseguimento ao trâmite, conforme necessário, independentemente do processo de apuração de infração de tráfego aéreo.

Art. 92 Se o procedimento de investigação caracterizar, concomitantemente, irregularidade de competência de dois ou mais órgãos distintos, sendo um deles a JJAER, o Órgão Regional do DECEA deverá encaminhar o procedimento de investigação à JJAER, remetendo cópia autenticada dos autos ao outro órgão competente.

§ 1º - Em se tratando de irregularidade de competência exclusiva da ANAC, o Órgão Regional do DECEA deverá encaminhar os autos àquela Agência, para os procedimentos cabíveis.

§ 2º - Nos casos em que a apuração das MSG-ITA indicar infração às normas da CAG, o procedimento de investigação deverá ser encaminhado à JJAER.

§ 3º - Em caso de irregularidade supostamente cometida por aeronave militar, seja em descumprimento às normas da COM ou da CAG, o procedimento de investigação deverá ser enviado à JJAER, que encaminhará ao Subdepartamento de Operações do DECEA para providências junto ao Comando Operacional do infrator.

§ 4º - Para os fins do parágrafo anterior, a expressão "Comando Operacional do infrator" abrangerá Marinha, Exército e Aeronáutica.

§ 5º - O Órgão Regional do DECEA, no caso do § 1º e sempre que remeter o original dos autos a outro órgão fora da estrutura do DECEA, deverá manter cópia autenticada dos mesmos, para fins de controle e arquivamento.

Art. 93 O Órgão Regional, ao tomar conhecimento de uma MSG-ITA, deverá coordenar com o Órgão ATS emissor da Mensagem a adequada remessa da documentação pertinente à instrução do procedimento de investigação, para apurar a irregularidade informada, adotando as providências necessárias para o controle do prazo de remessa do referido procedimento à JJAER.

Art. 94 A SECAP da JJAER, ao receber os autos do procedimento de investigação, por meio da FCI encaminhada pelo Órgão Regional, na qual tenha sido constatada a ocorrência de Infração de Tráfego Aéreo, deverá:

I - analisar o procedimento de investigação, quanto a sua formalidade, de acordo com o previsto neste Regulamento;

II - solicitar ao Órgão Regional competente que providencie as correções e ajustes pertinentes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso seja constatada alguma impropriedade formal no processo ou quando da necessidade de instruí-lo com novas informações ou dados;

III - lavrar, após verificada a existência de infração de tráfego aéreo, o AI, em formulário próprio, sem emendas ou rasuras, em duas vias, considerando os dados e informações constantes da FCI, instaurando o correspondente Processo Administrativo;

IV - expedir NA, para remessa ao explorador, proprietário ou operador da aeronave, por via postal, com aviso de recebimento (AR), devidamente acompanhada da segunda via do AI, de acordo com informações contidas no cadastro disponível dos órgãos do Sistema de Aviação Civil ou outro disponível, para assegurar o recebimento pelo destinatário; e

V - destinar a primeira via do AI à instrução do processo administrativo.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Do Início e Instauração Processual

Art. 95 Na condução do processo administrativo deverá ser garantido o respeito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 96 Os Processos Administrativos serão instaurados pela SECAP da Junta de Julgamento da Aeronáutica com a lavratura do AI, após verificada a existência de infração de tráfego aéreo ou descumprimento das normas que regulam o SISCEAB.

Parágrafo único. Nos casos de procedimentos oriundos da Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA), e não sendo o caso exclusivamente de transgressão disciplinar, o feito, antes do encaminhamento à JJAER, deverá ser remetido ao SDTE ou SDOP, ou setor competente, conforme o caso, para que elabore parecer conclusivo sobre a existência de infração, abordando os riscos que a ação ou omissão representam para a segurança operacional do SISCEAB.

Art. 97 Para cada FCI emitida deverá ser constituído um único processo administrativo, exceto no caso de FCI oriundas de infrações cometidas em deslocamentos decorrentes do mesmo plano de voo.

Art. 98 Os Processos Administrativos serão instruídos, ordinariamente, com base nos Procedimentos de Investigação enviados pelos Órgãos Regionais, com toda a documentação necessária à apuração dos fatos, e, complementarmente, pela SECAP da JJAER, de ofício ou por determinação da Junta de Julgamento e Junta Recursal.

Art. 99 No caso de Processo considerado incompleto ou com falhas processuais, a JJAER deverá efetuar diligências junto ao Órgão Regional do SISCEAB que o originou, para que este estabeleça a sua regularização no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 100 Os Processos Administrativos deverão ser instruídos e indexados com todos os documentos necessários à adequada apuração da infração de tráfego aéreo, em especial, com os seguintes documentos:

I - FCI emitida pelo Órgão Regional;

II - Relatório de fiscalização ou de ocorrência, quando couber;

III - FAP emitido pelo órgão ATS local;

IV - primeira via do AI, emitida pela JJAER;

V - segunda via da NA, emitida pela JJAER;

VI - Aviso de Recebimento (AR) do AI e da NA, ou outro documento que comprove os seus recebimentos pelo interessado;

VII - defesa do Autuado, quando houver;

VIII - certidão de decurso de prazo ou da tempestividade da defesa, emitidas pela SECAP da JJAER; e

IX - demais documentos e registros relativos à ocorrência, irregularidade ou infração.

Art. 101 O Processo Administrativo deverá possuir todas as suas páginas numeradas e rubricadas no canto direito superior da folha, com a indicação do órgão ou setor que procedeu à juntada, disposto em capa própria em que conste sua identificação, com documentos organizados em ordem cronológica.

Art. 102 O processo administrativo deverá ser cadastrado no Sistema de Controle de Infrações de Tráfego Aéreo próprio, que permita o adequado gerenciamento desses processos, preferencialmente, por meio de um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos.

Art. 103 Em todas as etapas da tramitação de um processo administrativo, deverá ser verificada a sua conformidade processual, elaborando-se os despachos e/ou certidões de encaminhamento correspondentes, que deverão conter data e assinatura do servidor ou militar responsável pelo encaminhamento e/ou certificação.

Art. 104 O interessado, devidamente identificado, poderá acompanhar o processo administrativo, podendo ter vista dos autos, bem como deles extrair cópias, mediante solicitação expressa dirigida à JJAER e o pagamento das despesas correspondentes.

Seção II

Das Notificações

Art. 105 O autuado deverá ser notificado para ciência do AI e ciência de Decisão, visando garantir o exercício do direito da ampla defesa e do contraditório, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis quanto à data de comparecimento, quando for o caso.

Art. 106 As Notificações deverão fazer referência ao número do AI, bem como ao número do respectivo processo administrativo.

Art. 107 As Notificações realizar-se-ão da seguinte forma:

I - ordinariamente, por via postal, remetida para o endereço do notificado constante nos cadastros existentes, cuja entrega será comprovada pelo Aviso de Recebimento (AR) ou documento equivalente, emitido pelo serviço postal e devidamente assinado;

II - pessoalmente, pelo servidor ou militar a quem for conferida tal atribuição, comprovando-se pelo ciente do notificado, seu representante ou preposto ou, no caso de sua ausência ou de recusa de aposição de assinatura, pela declaração expressa de quem proceder à notificação;

III - pela ciência aposta pelo notificado, seu representante ou preposto, em razão do comparecimento espontâneo no local onde tramita o processo;

IV - por qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do autuado, do seu representante ou preposto; e

V - por edital publicado uma única vez no Diário Oficial da União, se frustradas as tentativas de notificação por via pessoal, postal ou qualquer outro meio, ou no caso de autuados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido.

Art. 108 Considera-se a data de recebimento da Notificação pelo infrator:

I - quando encaminhada por via postal a data de seu recebimento, devidamente aposta no Aviso de Recebimento (AR) ou documento equivalente, ou, se esta for omitida, a data disponibilizada pelo serviço postal;

II - se pessoalmente, a data da ciência do notificado, seu representante ou preposto ou, no caso de recusa de ciência, a data declarada pelo servidor ou militar que efetuar a notificação;

III - se a parte comparecer para tomar ciência do processo ou justificar sua omissão, a data de seu comparecimento; e

IV - se por edital, a data de sua publicação.

Seção III

Do Auto de Infração

Art. 109 O AI Conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - numeração sequencial e indicação do órgão emissor;

II - identificação e endereço do autuado;

III - local e data da lavratura do AI;

IV - descrição objetiva do fato ou do ato constitutivo da infração, incluindo data, local e hora da ocorrência, identificação e tipo da aeronave ou do voo;

V - indicação do dispositivo legal ou da legislação complementar infringida;

VI - indicação do prazo e local para apresentação de defesa pelo interessado; e

VII - assinatura e identificação do Autuante.

Art. 110 O AI não terá sua eficácia condicionada à assinatura do autuado ou de testemunhas ou à indicação do endereço do autuado.

Art. 111 Os vícios processuais meramente formais do AI que não acarretarem lesões ao interesse público nem prejuízo a terceiros poderão ser convalidados pela Administração.

Art. 112 Para fins de convalidação do AI, são considerados vícios formais, dentre outros:

I - omissão ou erro no enquadramento da infração, desde que a descrição dos fatos permita identificar a conduta punível;

II - inexatidão no nome do autuado;

III - erro na digitação do CNPJ ou CPF do autuado;

IV - descrição diferente da matrícula ou tipo da aeronave;

V - erro na digitação do endereço do autuado; e

VI - erro de digitação ao descrever o local, data ou hora da ocorrência do fato.

Art. 113 Verificada a existência de vício insanável, deverá ser declarada a nulidade do Auto de Infração e emitido novo Auto de Infração.

Seção IV

Da Defesa e do Recurso

Art. 114 Caberá Defesa, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Notificação de Autuação, a qual deverá ser dirigida ao Presidente da Junta de Julgamento e endereçada à JJAER.

Art. 115 A defesa deverá ser protocolada na sede da JJAER, ou nos Órgãos Regionais do DECEA, ou enviada por via postal à JJAER, segundo o endereço constante do Auto de Infração e da Notificação de Autuação.

Art. 116 A Defesa não será apreciada quando for oferecida:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado ou não se faça representar legalmente; ou

III - ao órgão incompetente.

Art. 117 Quando a Defesa for encaminhada por via postal, a tempestividade da mesma será aferida pela data da postagem e certificada nos autos, desde que enviada para o endereço indicado na Notificação, devendo o envelope com as informações da postagem ser juntado ao Processo.

Art. 118 Quando a defesa for protocolada fora do prazo, deverá ser registrado tal fato no processo e juntado o documento, ainda que intempestivo.

Art. 119 Cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado em sua defesa, devendo apresentar todas as razões de fato e de direito necessárias, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente.

Art. 120 A defesa do autuado, Pessoa Física, poderá ser feita pessoalmente ou por procurador, hipótese em que será obrigatória a apresentação do correspondente instrumento de mandato procuratório. No caso de Pessoa Jurídica, apresentar também cópia do contrato social ou atos constitutivos e última alteração registrada na Junta Comercial ou do Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ), da sua sede, que demonstre os poderes da titularidade na sociedade para representá-la ou para outorga de procuração.

Art. 121 Ao término do prazo estabelecido na NA e no AI para a apresentação da Defesa, havendo ou não a apresentação desta pelo Autuado, a SECAP da JJAER deverá emitir a Certidão correspondente e convocar a Junta de Julgamento para deliberação sobre o processo administrativo, por determinação do seu Presidente.

§ 1º - Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, antes da decisão, poderá ser ofertado ao interessado prazo para memoriais, por despacho fundamentado do Relator.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, o interessado será notificado na forma do art. 107.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 122 O processo será distribuído ao Relator para análise e emissão do seu voto, e posterior deliberação pela Junta.

Art. 123 A Junta de Julgamento se reunirá em Sessão Pública, na data designada na convocação, para analisar, julgar e decidir sobre o processo, considerando toda a documentação constante dos autos.

Art. 124 Após deliberação, a Junta deverá expedir a correspondente Certidão de Julgamento, assinada pelo seu Presidente.

Art. 125 A SECAP da JJAER providenciará a Notificação da Decisão, para encaminhamento ao infrator, concedendo prazo de 10 (dez) dias para a interposição de Recurso, contados da data da ciência pelo autuado, o qual deverá ser dirigido ao Presidente da Junta de Julgamento.

Art. 126 O recurso deverá ser protocolado na sede da JJAER, ou nos Órgãos Regionais do DECEA, ou enviado por via postal à JJAER, com as razões e os documentos que o fundamentam, respeitando as mesmas condições previstas no art. 120.

Art. 127 A SECAP da JJAER, após análise da tempestividade do recurso, deverá encaminhá-lo à Junta de Julgamento, para reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias, e posterior convocação da Junta Recursal, quando couber, para fins de análise e decisão a respeito.

Art. 128 Caso a Junta de Julgamento decida por reconsiderar sua decisão, acatando os termos do recurso, emitirá nova decisão, a qual será notificada ao interessado por intermédio da SECAP da JJAER.

Art. 129 Os recursos terão efeito suspensivo.

Art. 130 O recurso não será admitido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado; e

IV - após exaurida a esfera administrativa.

Art. 131 Na hipótese de recurso encaminhado por via postal, a tempestividade do mesmo será aferida pela data da postagem, desde que enviado para o endereço indicado na Notificação, devendo o envelope com as informações da postagem ser anexado ao Processo.

Art. 132 A Junta Recursal ao decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Art. 133 O julgamento dos recursos pela Junta Recursal poderá resultar nas seguintes providências:

I - manutenção da penalidade ou da providência administrativa

II - revisão da penalidade imposta, inclusive do valor da multa aplicada ou do prazo da penalidade de suspensão, ou das exigências à liberação do bem detido, interditado ou apreendido;

III - anulação ou revogação, total ou parcial da decisão; ou

IV - arquivamento.

Art. 134 Se do julgamento do processo pela Junta Recursal puder decorrer agravamento da situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 5 (cinco) dias, suas alegações antes da decisão.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES E DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Seção I

Das Sanções

Art. 135 As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente ou pela Junta de Julgamento da Aeronáutica, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 136 Após o devido processo administrativo constatar a ocorrência de infração de tráfego aéreo ou descumprimento das normas que regulam o SISCEAB previstas no CBA, na legislação complementar ou em norma específica do controle do espaço aéreo, as penalidades e providências administrativas a serem aplicadas são:

I - multa;

II - suspensão;

III - cassação;

IV - detenção;

V - interdição;

VI - apreensão;

VII - intervenção; e

VIII - as demais previstas na legislação e nas normas de competência do DECEA.

Art. 137 A penalidade de multa será calculada a partir do valor intermediário e aplicada dentro dos limites previstos na Tabela para Enquadramento de Infrações de Tráfego Aéreo.

Parágrafo único. Se o porte econômico do infrator puder tornar inexpressiva a penalidade de multa a ser aplicada, esta poderá ser elevada até o seu quíntuplo, respeitado o limite previsto no art. 299 do CBA.

Art. 138 Concluída a fase de instrução e de julgamento do processo administrativo, no caso de aplicação das penalidades e providências administrativas de multa, suspensão, cassação, interdição ou apreensão, a Decisão e a Notificação de Decisão devem conter o valor da pena pecuniária ou o prazo de vigência da medida restritiva de direitos, conforme o caso.

Art. 139 Na detenção, interdição e apreensão, a Decisão e a Notificação de Decisão devem conter as exigências legais a serem cumpridas pelo infrator para fins de liberação da aeronave.

Art. 140 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, as circunstâncias de tempo e lugar, a maior ou menor extensão do dano ou perigo de dano, a unicidade ou a pluralidade de lesados ou possíveis lesados, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 141 Para efeitos de aplicação de penalidades e providências administrativas serão consideradas circunstâncias atenuantes:

I - o reconhecimento da prática da infração no prazo para a defesa; e

II - a inexistência de aplicação de penalidades e providências administrativas ao infrator no último ano.

Parágrafo único. Ao reconhecer a prática da infração, nos termos do inciso I, o autuado poderá, dentro do prazo para defesa, desistir de sua apresentação e consequentemente de eventual recurso, solicitando a aplicação de multa em montante correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total, levando-se em consideração todas as circunstâncias agravantes e atenuantes, para imediato cumprimento.

Art. 142 Para efeito de aplicação de penalidades e providências administrativas serão consideradas circunstâncias agravantes:

I - reincidência;

II - obstruir o procedimento de investigação e/ou o processo administrativo, ou ainda o trabalho dos órgãos de controle;

III - a obtenção, para si ou para outrem, de vantagens resultantes da infração;

IV - a exposição ao risco da integridade física de pessoas ou da segurança de voo;

V - a destruição de bens públicos; e

VI - quando implicar o acionamento de aeronave de Defesa Aeroespacial ou outra aeronave militar.

Art. 143 Ocorre a reincidência quando houver o cometimento de igual infração de tráfego aéreo ou igual descumprimento das normas que regulam o SISCEAB, após penalização definitiva anterior.

Art. 144 Para efeito de reincidência, não prevalece à infração anterior se entre a data de seu cometimento e a infração posterior tiver decorrido período de tempo igual ou superior a um ano.

Art. 145 Tratando-se de infrações administrativas de mesma natureza, praticadas pelo agente em momentos sucessivos, haverá infração continuada, desde que as condições de tempo, lugar e maneira de execução caracterizem que uma ação ou omissão é a continuação da primeira.

§ 1º - Nas infrações de tráfego aéreo, consideram-se infrações continuadas aquelas que são ou deveriam ser oriundas de um mesmo plano de voo.

§ 2º - A graduação da penalidade ou da providência administrativa será dada aplicando-se a penalidade ou a providência administrativa correspondente a uma só das infrações, se idênticas, ou à mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

§ 3º - Para fins do disposto no parágrafo anterior, o aumento será graduado segundo o número de infrações praticadas.

§ 4º - Quando da aplicação da penalidade de multa, quer isolada quer cumulativamente com outras penalidades ou providências administrativas, o valor encontrado após o aumento previsto no parágrafo anterior poderá ultrapassar os limites constantes da Tabela para Enquadramento de Infrações de Tráfego Aéreo, desde que respeitado o limite previsto no art. 299 do CBA.

§ 5º - Na hipótese de infração continuada, e sendo também o caso do parágrafo único do artigo 137, este terá aplicação após o disposto no § 4º deste artigo.

Art. 146 A pena de suspensão poderá ser aplicada, nas hipóteses previstas no CBA, sem prejuízo da penalidade de imposição de multa.

Art. 147 A suspensão será aplicada para período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

Art. 148 A aplicação das penalidades estabelecidas neste Regulamento não exclui outras previstas em legislação específica nem exonera o infrator das cominações civis, penais e administrativas cabíveis.

Seção II

Da Cobrança e Gestão Financeira dos Valores Oriundos de Multas

Art. 149 A cobrança e a gestão financeira dos valores oriundos de pagamentos de multas por infrações de tráfego aéreo devidos em razão de decisões definitivas serão efetuadas, com o apoio do DECEA, por intermédio da SECAP da JJAER, por meio de GRU.

Art. 150 Nos casos de inadimplência de multas, a SECAP da JJAER deverá providenciar:

I - a inclusão no Sistema de Consulta de Multas, para efeito de impedimento de realização de homologações, registros, concessões, transferências de propriedade de aeronaves e certificados, ou qualquer prestação de serviços;

II - a inclusão do inadimplente no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; e

III - a remessa dos Processos Administrativos à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para fins de cobrança judicial.

Art. 151 Os recursos oriundos do pagamento de multas decorrentes de processos administrativos de infração de tráfego aéreo constituirão receitas do Fundo Aeronáutico.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Art. 152 O Presidente da JJAER, quando do Julgamento, de ofício ou mediante pedido dos demais membros, poderá requisitar o auxílio de outras autoridades quando necessário à segurança e à ordem das sessões ou dos trabalhos da Junta.

Art. 153 Sempre que houver desacato à Junta, ou a seus membros, ou outra forma de crime de ação pública, o Presidente da JJAER comunicará o fato ao órgão competente do Ministério Público, encaminhando os elementos de que dispuser para a propositura da ação penal.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES NÃO CONSTANTES DO CAPÍTULO ANTERIOR

Art. 154 Os prazos previstos neste Regulamento começam a correr a partir da data da ciência, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 155 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 156 Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo, exceto quando a lei dispõe o prazo em dias úteis.

Art. 157 É facultado a JJAER manter arquivo do histórico de todos os infratores, para efeito de estatística ou outros controles pertinentes.

Art. 158 As disposições constantes do Título II relacionadas às infrações de tráfego aéreo aplicar-se-ão, no que couber, aos demais processos destinados a apuração, julgamento e aplicação de penalidades ou providências administrativas por descumprimento das normas que regulam o SISCEAB.

CAPÍTULO III

DOS CASOS OMISSOS

Art. 159 Os casos omissos no presente Regulamento serão encaminhados pela Junta de Julgamento da Aeronáutica à apreciação do Diretor-Geral do DECEA.

CAPÍTULO IV

DA VIGÊNCIA

Art. 160 Este Regulamento entra em vigor na data da publicação que o aprovou.

ANEXO II

TABELA PARA ENQUADRAMENTO DE INFRAÇÕES DE TRÁFEGO AÉREO (em R$)

Tabela 1

Enquadramento de Infrações de Tráfego Aéreo PESSOA FÍSICA

Código Brasileiro de Aeronáutica "Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986"				
Artigo 299				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 01	Inciso V - Fornecimento de dados, informações ou estatísticas inexatas ou adulteradas.	1.000	3.500	6.000
ITA 02	Inciso VII - Prática reiterada de infrações graves.	3.000	5.000	7.000

Artigo 302, inciso I, Infrações referentes ao uso das aeronaves				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 03	Alínea "c" - Utilizar ou empregar aeronave em desacordo com as prescrições dos respectivos certificados ou com estes vencidos.	1.200	4.200	7.200
ITA 04	Alínea "g" - Utilizar ou empregar aeronave com inobservância das Normas de Tráfego Aéreo emanadas da autoridade aeronáutica.	1.200	4.200	7.200
ITA 05	Alínea "h" - Introduzir aeronave no País, ou utilizá-la sem autorização de sobrevoo.	1.000	3.500	6.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ITA 06	Alínea "s" - Realizar voo por instrumentos com aeronave não homologada para esse tipo de operação.	800	2.800	4.800
ITA 07	Alínea "v" - Operar aeronave com plano de voo visual quando as condições meteorológicas estiverem abaixo dos mínimos previstos para esse tipo de operação.	1.200	4.200	7.200
ITA 08	Alínea "x" - Operar radiofrequências não autorizadas, capazes de causar interferência prejudicial aos serviços de telecomunicações aeronáuticas.	1.000	3.500	6.000
Artigo 302, inciso II, Infrações Imputáveis a Aeronautas e Aeroviários ou Operadores de Aeronaves				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 09	Alínea "a" - Preencher com dados inexatos documentos exigidos pela fiscalização.	1.000	3.500	6.000
ITA 10	Alínea "b" - Impedir ou dificultar a ação dos agentes públicos, devidamente credenciados, no exercício de missão oficial.	600	2.100	3.600
ITA 11	Alínea "i" - Desobedecer aos regulamentos e às normas de tráfego aéreo.	1.200	4.200	7.200
ITA 12	Alínea "k" - Inobservar as normas sobre assistência e salvamento.	1.200	4.200	7.200
ITA 13	Alínea "m" - Infringir regras, normas ou cláusulas de Convenções ou atos internacionais.	1.000	3.500	6.000
ITA 14	Alínea "n" - Infringir as normas e regulamentos que afetem a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de voo.	1.000	3.500	6.000
ITA 15	Alínea "r" - Taxiar aeronave para decolagem, ingressando na pista sem observar o tráfego.	1.200	4.200	7.200
ITA 16	Alínea "s" - Retirar-se de aeronave com o motor ligado sem tripulante a bordo.	600	2.100	3.600
ITA 17	Alínea "t" - Operar aeronave deixando de manter fraseologia-padrão nas comunicações radiotelefônicas.	1.200	4.200	7.200
Artigo 302, inciso III, Infrações Imputáveis à Concessionária ou Permissionária de Serviços Aéreos				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 18	Alínea "a" - Permitir a utilização de aeronave sem situação regular no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), ou sem observância das restrições do certificado de navegabilidade.	1.000	3.500	6.000
ITA 19	Alínea "k" - Deixar de recolher, na forma e nos prazos da regulamentação respectiva, as tarifas, taxas, preços públicos e contribuições a que estiver obrigada.	1.000	3.500	6.000
ITA 20	Alínea "m" - Desrespeitar convenção ou ato internacional a que estiver obrigada.	1.000	3.500	6.000
Artigo 302, inciso VI, Infrações Imputáveis a Pessoas Naturais ou Jurídicas não Compreendidas nos Grupos Anteriores				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 21	Alínea "d" - Utilizar-se de aeronave sem dispor de habilitação para sua pilotagem.	1.200	4.200	7.200
ITA 22	Alínea "f" - Construir campo de pouso sem licença, utilizar campo de pouso sem condições regulamentares de uso, ou deixar de promover o registro de campo de pouso.	2.400	4.200	6.000
ITA 23	Alínea "g" - Implantar ou explorar edificação ou qualquer empreendimento em área sujeita a restrições especiais, com inobservância destas.	2.000	3.500	5.000
ITA 24	Alínea "m" - Deixar, o proprietário ou operador de aeronave, de recolher, na forma e nos prazos da respectiva regulamentação, as tarifas, taxas, preços públicos ou contribuições a que estiver obrigado.	1.000	3.500	6.000

Infrações Imputáveis a Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), com base na ICA 63-10				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 25	a) utilizar frequência(s) do SMA não autorizada(s).	2.400	4.200	6.000
ITA 26	b) utilizar frequência(s) do SMA em comunicação terra/terra.	2.400	4.200	6.000
ITA 27	c) utilizar frequência(s) do SFA para comunicações com aeronaves.	2.400	4.200	6.000
ITA 28	d) desativar frequência(s) sem prévia autorização.	2.400	4.200	6.000
ITA 29	e) alterar características técnicas da EPTA sem autorização.	2.400	4.200	6.000
ITA 30	f) operar a EPTA por pessoal não qualificado.	2.400	4.200	6.000
ITA 31	g) deixar de observar as prescrições estabelecidas nas legislações de Tráfego Aéreo.	2.400	4.200	6.000
ITA 32	h) deixar a EPTA de funcionar nos horários previstos, sem prévia autorização.	2.400	4.200	6.000
ITA 33	i) deixar a EPTA de prestar serviços pertinentes durante sua operação.	2.400	4.200	6.000
ITA 34	j) executar a manutenção de forma deficiente dos equipamentos e instalações.	2.400	4.200	6.000
ITA 35	k) deixar a EPTA de expedir PRENOTAM das informações que devam ser divulgadas por NOTAM.	2.400	4.200	6.000
ITA 36	l) deixar de cumprir as Normas e Instruções emitidas pelo DECEA.	2.400	4.200	6.000

Infrações Imputáveis a Pessoas Naturais ou Jurídicas relativas à Aeródromos, com base na Portaria 957/GC3, de e na ICA 11-3				
Código	Infrações	PESSOA FÍSICA		
ITA 37	a) deixar de cumprir as Normas e Instruções emitidas pelo DECEA e pelo COMAER.	2.400	5.000	7.600

Tabela 2
Enquadramento de Infrações de Tráfego Aéreo PESSOA JURÍDICA

Código Brasileiro de Aeronáutica "Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986"				
Artigo 299				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 01	Inciso V - Fornecimento de dados, informações ou estatísticas inexatas ou adulteradas.	2.000	7.000	12.000
ITA 02	Inciso VII - Prática reiterada de infrações graves.	6.000	10.000	14.000
Artigo 302, inciso I, Infrações referentes ao uso das aeronaves				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 03	Alínea "c" - Utilizar ou empregar aeronave em desacordo com as prescrições dos respectivos certificados ou com estes vencidos.	2.400	8.400	14.400
ITA 04	Alínea "g" - Utilizar ou empregar aeronave com inobservância das Normas de Tráfego Aéreo emanadas da autoridade aeronáutica.	2.400	8.400	14.400
ITA 05	Alínea "h" - Introduzir aeronave no País, ou utilizá-la sem autorização de sobrevoo.	2.000	7.000	12.000
ITA 06	Alínea "s" - Realizar voo por instrumentos com aeronave não homologada para esse tipo de operação.	1.600	5.600	9.600
ITA 07	Alínea "v" - Operar aeronave com plano de voo visual quando as condições meteorológicas estiverem abaixo dos mínimos previstos para esse tipo de operação.	2.400	8.400	14.400
ITA 08	Alínea "x" - Operar radiofrequências não autorizadas, capazes de causar interferência prejudicial aos serviços de telecomunicações aeronáuticas.	2.000	7.000	12.000
Artigo 302, inciso II, Infrações Imputáveis a Aeronautas e Aeroviários ou Operadores de Aeronaves				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 09	Alínea "a" - Preencher com dados inexatos documentos exigidos pela fiscalização.	2.000	7.000	12.000
ITA 10	Alínea "b" - Impedir ou dificultar a ação dos agentes públicos, devidamente credenciados, no exercício de missão oficial.	1.200	4.200	7.200
ITA 11	Alínea "i" - Desobedecer aos regulamentos e às normas de tráfego aéreo.	2.400	8.400	14.400
ITA 12	Alínea "k" - Inobservar as normas sobre assistência e salvamento.	2.400	8.400	14.400
ITA 13	Alínea "m" - Infringir regras, normas ou cláusulas de Convenções ou atos internacionais.	2.000	7.000	12.000
ITA 14	Alínea "n" - Infringir as normas e regulamentos que afetem a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de voo.	2.000	7.000	12.000
ITA 15	Alínea "r" - taxiar aeronave para decolagem, ingressando na pista sem observar o tráfego.	2.400	8.400	14.400
ITA 16	Alínea "s" - Retirar-se de aeronave com o motor ligado sem tripulante a bordo.	1.200	4.200	7.200
ITA 17	Alínea "t" - Operar aeronave deixando de manter fraseologia-padrão nas comunicações radiotelefônicas.	2.400	8.400	14.400
Artigo 302, inciso III, Infrações Imputáveis à Concessionária ou Permissionária de Serviços Aéreos				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 18	Alínea "a" - Permitir a utilização de aeronave sem situação regular no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), ou sem observância das restrições do certificado de navegabilidade.	2.000	7.000	12.000
ITA 19	Alínea "k" - Deixar de recolher, na forma e nos prazos da regulamentação respectiva, as tarifas, taxas, preços públicos e contribuições a que estiver obrigada.	2.000	7.000	12.000
ITA 20	Alínea "m" - Desrespeitar convenção ou ato internacional a que estiver obrigada.	2.000	7.000	12.000
Artigo 302, inciso VI, Infrações Imputáveis a Pessoas Naturais ou Jurídicas não Compreendidas nos Grupos Anteriores				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 21	Alínea "d" - Utilizar-se de aeronave sem dispor de habilitação para sua pilotagem.	2.400	8.400	14.400

ITA 22	Alínea "f" - Construir campo de pouso sem licença, utilizar campo de pouso sem condições regulamentares de uso, ou deixar de promover o registro de campo de pouso.	4.800	8.400	12.000
ITA 23	Alínea "g" - Implantar ou explorar edificação ou qualquer empreendimento em área sujeita a restrições especiais, com inobservância destas.	4.000	7.000	10.000
ITA 24	Alínea "m" - Deixar, o proprietário ou operador de aeronave, de recolher, na forma e nos prazos da respectiva regulamentação, as tarifas, taxas, preços públicos ou contribuições a que estiver obrigado.	2.000	7.000	12.000

Infrações Imputáveis a Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA)				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 25	a) utilizar frequência(s) do SMA não autorizada(s).	4.800	8.400	12.000
ITA 26	b) utilizar frequência(s) do SMA em comunicação terra/terra.	4.800	8.400	12.000
ITA 27	c) utilizar frequência(s) do SFA para comunicações com aeronaves.	4.800	8.400	12.000
ITA 28	d) desativar frequência(s) sem prévia autorização;	4.800	8.400	12.000
ITA 29	e) alterar características técnicas da EPTA sem autorização.	4.800	8.400	12.000
ITA 30	f) operar a EPTA por pessoal não qualificado.	4.800	8.400	12.000
ITA 31	g) deixar de observar as prescrições estabelecidas nas legislações de Tráfego Aéreo.	4.800	8.400	12.000
ITA 32	h) deixar a EPTA de funcionar nos horários previstos, sem prévia autorização.	4.800	8.400	12.000
ITA 33	i) deixar a EPTA de prestar serviços pertinentes durante sua operação.	4.800	8.400	12.000
ITA 34	j) executar a manutenção de forma deficiente dos equipamentos e instalações.	4.800	8.400	12.000
ITA 35	k) deixar a EPTA de expedir PRENOTAM das informações que devam ser divulgadas por NOTAM.	4.800	8.400	12.000
ITA 36	l) deixar de cumprir as Normas e Instruções emitidas pelo DECEA.	4.800	8.400	12.000

Infrações Imputáveis a Pessoas Naturais ou Jurídicas relativas à Aeródromos, com base na Portaria 957/GC3 e ICA 11-3				
Código	Infrações	PESSOA JURÍDICA		
ITA 37	a) deixar de cumprir as Normas e Instruções emitidas pelo DECEA e pelo COMAER.	4.800	10.000	15.200

COMANDO DA MARINHA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

1º DISTRITO NAVAL

CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 161/CPRJ, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria nº 152/2017, desta Capitania.

O CAPITÃO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de três de junho de 2004, de acordo com o inciso I, art. 4º da Lei nr 9537/97, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), e das Normas Técnicas Orientadoras para as Capitanias - NORTEC-50/DPC, aprovadas pela Portaria nº 102 de 20 de maio de 2013, do Diretor de Portos e Costas, resolve:

Art. 1º Alterar na NPCP-CPRJ, o Ponto de Espera de Prático de acesso à Baía de Sepetiba, para a seguinte posição:

Lat. 23º 08.38"S / Long. 044º 02.40"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 152, de 31 de outubro de 2017.

SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

PORTARIA Nº 162/CPRJ, 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera as Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro NPCP-RJ/2012.

O CAPITÃO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 0302 e 0304 das Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-8/DPC/2013 (1ºRevisão), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro" - NPCP-RJ/2012, conforme a seguir:

1 - No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS ESPECIAIS";

1 - Na Seção I - "RESTRIÇÕES OPERACIONAIS";

1.1.1- No Subitem 0404.2 - "RESTRIÇÕES DE FUNDEIO - FUNDEADOUROS";

1.1.2 - Na Alínea d "Terminal Alte Maximiano Eduardo Fonseca (TEBIG)", substituir o texto existente por:

"O fundeadouro terá as seguintes coordenadas, sendo:

a) Área de fundeio de navios pesados:

23°06,0"S 044°28,36"W

23°07,19"S 044°26,61"W

23°10,27"S 044°29,38"W

23°09,06"S 044°31,14"W

b) Área de fundeio de navios leves (calado até 13m):

23°06,70"S 044°25,73"W

23°06,70"S 044°23,56"W

23°07,70"S 044°26,10"W

23°07,70"S 044°23,93"W"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 2.691, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16.06.2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Operações e Tecnologias	Adjunto A, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Antonio Henrique Queiroz Conceição	1º
				Cristiane Nascimento Brandão	2º
	Administração Pública	Adjunto A, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Ana Claudia Pedrosa de Oliveira	1º

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

PORTARIAS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

N° 2.732 - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 037, de 09/05/2017, publicado no DOU em 11/05/2017, retificado no DOU em 31/05/2017 e 01/06/2017, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Operações e Tecnologias	Adjunto A, Nível 1.	DE	Não houve candidatos aprovados	

N° 2.733 - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 006, de 18/01/2017, publicado no DOU em 19/01/2017, retificado no DOU em 19/01/2017; 23/01/2017, 09/02/2017 e 04/07/2017 por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/ Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Economia	Adjunto A, Nível 1	DE	Não houve candidatos aprovados	

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 911, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cronograma do Censo da Educação Superior 2017.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece o inciso I, II e VI, do art. 16, do Anexo I, do Decreto n° 6.317, de 20 de dezembro de 2007, o Art. 4º e 6º do Decreto n° 6.425, de 4 de abril de 2008, o art. 31, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e a Portaria nº 794, de 23 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer um cronograma para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2017.

I - ficam estabelecidas as seguintes datas e os respectivos responsáveis para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2017, a ser realizado em todo território nacional, via Internet, por meio do sistema Censup, no endereço: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2017/, pelas Universidades Federais, Institutos e Centros Tecnológicos Federais, Faculdades Federais e demais Instituições de Educação Superior: Estaduais, Municipais, Privadas e Especiais:

a)período de atualização do cadastro do Pesquisador Institucional (PI) das Instituições da Educação Superior (IES):

Data Inicial: 14/12/2017

Data Final: 31/01/2018

Responsáveis: Representante legal e Pesquisador Institucional da IES;

b)abertura do Sistema do Censo da Educação Superior (Censup) na Internet para entrada de dados:

Data: 01/02/2018

Responsável: Inep;

c)período de coleta de dados, por digitação nos questionários eletrônicos e por importação de dados pela Internet:

Data Inicial: 01/02/2018

Data Final: 24/04/2018

Responsáveis: Representante legal e Pesquisador Institucional (PI) da IES;

d) d)período de verificação da consistência, conferência, ajustes e validação dos dados coletados:

Data Inicial: 25/04/2018

Data Final: 04/06/2018

Responsável: Inep, Representante legal e Pesquisador Institucional (PI) da IES;

e)período de consolidação e homologação dos dados:

Data Inicial: 05/06/2018

Data Final: 02/07/2018

Responsável: Inep;

f)período de preparação dos dados:

Data Inicial: 03/07/2018

Data Final: 03/09/2018

Responsável: Inep;

g)data de divulgação do Censo da Educação Superior:

Data: 14/09/2018

Responsável: Inep;

Art. 2º Ficam assegurados o sigilo e a proteção de dados pessoais apurados no Censo da Educação Superior, os quais serão utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Art. 3º Os dados cadastrais sobre instituições e cursos de educação superior serão obtidos do sistema e-MEC e constituirão a base de dados para a coleta do Censo da Educação Superior 2017, de acordo com os § 4º e 5º, do Art. 61-A e Art. 61-H da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 4º O representante legal da Instituição de Educação Superior (IES) é responsável pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas ao Censo da Educação Superior, nos termos do Decreto 6.425, de 04 de abril de 2008.

Art. 5º O Pesquisador Institucional (PI), indicado pelo representante legal da Instituição de Educação Superior (IES), por meio de ofício, é o representante oficial da IES junto ao Inep, sendo o responsável por responder os questionários eletrônicos do sistema Censup, por verificar e corrigir as possíveis inconsistências nos dados declarados e por responder, no limite de suas atribuições, a questionamentos do Inep referentes ao Censo da Educação Superior, observando o cronograma estabelecido no inciso I do artigo 1° desta portaria.

I - a responsabilidade pela alteração do PI, cadastrado no sistema, é do representante legal da IES e deverá ser informada, a qualquer tempo, ao Inep, por meio de ofício, contendo os seguintes dados do Pesquisador Institucional: nome completo; telefones de contato (celular e comercial); número de cadastro de pessoa física (CPF); endereços eletrônicos (e-mails) para envio de correspondência e o código e nome da IES. O ofício com as informações do PI deverá ser encaminhado ao Inep em papel timbrado da IES, assinado pelo seu representante legal para o endereço eletrônico: censosuperior@inep.gov.br.

II - não havendo a substituição do PI, para o Censo 2017, far-se-á necessária a confirmação e/ou a atualização, pelo próprio PI, dos dados cadastrados no sistema Censup para a sua permanência. O acesso ao Censup estará disponível após a validação dos dados pelo Inep.

Art. 6º Para o Censo da Educação Superior, o Pesquisador Institucional deve ter como referência a documentação administrativa e/ou outra pertinente que comprove os dados informados ao Censup.

Art. 7º Após a divulgação do Censo da Educação Superior, as informações do Censo passam a figurar estatísticas oficiais da educação superior, não sendo possível realizar qualquer alteração nos dados.

Art. 8º Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Inep.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARIA INÊS FINI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.183, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade Cenecista de Nova Petrópolis (Cód. e-MEC 2084). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 380/2017-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade Cenecista de Nova Petrópolis (Cód. e-MEC 2084), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 65, de 4 de abril de 2017, Seção 1, página 69, no número de ordem 475, do anexo da Portaria nº 266, de 3 de abril de 2017, onde se lê: "COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (Bacharelado)", leia-se: "JORNALISMO (Bacharelado)", conforme Nota Técnica nº 57/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Registro e-MEC nº 201704847 e Processo SEI nº 23000.036752/2017-61).

No Diário Oficial da União nº 65, de 4 de abril de 2017, Seção 1, página 83, do anexo da Portaria nº 268, de 3 de abril de 2017, no número de ordem 50, onde se lê: "100 (cem)", leia-se: "300 (trezentas)", conforme Nota Técnica nº 58/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Registro e-MEC nº 201705428 e Processo SEI nº 23000.042089/2017-33).

No Diário Oficial da União nº 26, de 6 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 39, do anexo da Portaria nº 56, de 3 de fevereiro de 2017, no número de ordem 13, onde se lê: "150 (cento e cinquenta)", leia-se: "250 (duzentas e cinquenta)", conforme Nota Técnica nº 56/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Registro e-MEC nº 201402674 e Processo SEI nº 23000.020398/2017-52).

No Diário Oficial da União nº 136, de 18 de julho de 2017, Seção 1, página 23, no número de ordem 13, do anexo da Portaria nº 753, de 17 de julho de 2017, onde se lê: "SOCIEDADE PADRE ANCHIETA DE ENSINO LTDA.", leia-se: "ESCOLAS PADRE ANCHIETA LTDA.", conforme Nota Técnica nº 55/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Registro e-MEC nº 201360873 e Processo SEI nº 23000.035128/2017-46).

No Diário Oficial da União nº 6, de 9 de janeiro de 2012, Seção 1, página 28, do anexo da Portaria nº 1, de 6 de janeiro de 2012, no número de ordem 536, onde se lê: "ENFERMAGEM", leia-se: "ENFERMAGEM (Bacharelado)"; e no número de ordem 537, onde se lê: "RADIOLOGIA", leia-se: "RADIOLOGIA (Tecnológico)", conforme Nota Técnica nº 54/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Processo SEI nº 23000.035588/2017-74).

No Diário Oficial da União nº 26, de 6 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 40, do anexo da Portaria nº 56, de 3 de fevereiro de 2017, no número de ordem 40, onde se lê: "AVENIDA IRAÍ, 297, MOEMA, SÃO PAULO/SP", leia-se: "AVENIDA INTERLAGOS 1329, JARDIM MARAJOARA - SÃO PAULO/SP", conforme Nota Técnica nº 53/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Registro e-MEC nº 201402408 e Processo SEI nº 23000.034035/2017-02).

No Diário Oficial da União nº 156, de 15 de agosto de 2017, Seção 1, página 24, no número de ordem 26, do anexo da Portaria nº 916, de 14 de agosto de 2017, onde se lê: "LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)", leia-se: "LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)", conforme Nota Técnica nº 59/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES, de 21/11/2017. (Registro e-MEC nº 201350068 e Processo SEI nº 23000.043493/2017-24).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIAS DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.673 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 18/01/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2015, DOU de 20/01/2015, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 49, DOU de 18/01/2017.
INSTITUTO DE BIOLOGIA
Departamento: BIOLOGIA GERAL
Área de Conhecimento: Biologia Celular e Molecular e Genética
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.674 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 18/01/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 43, DOU de 18/01/2017.
ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
Departamento: ZOOTECNIA
Área de Conhecimento: Nutrição de Cães e Gatos
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SEI Nº 663, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/UFU/nº. 95, de 05/01/2017, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Diário Oficial da União em 09/01/2017, seção 2, p. 26. Resolve:

Art. 1º PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados regidos pelos seguintes editais:

1. Edital 058/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pelo Instituto de Artes, na Área: Dança, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2016;

2. Edital 060/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Artes, na Área I: Música, Subárea: Música Popular: Arranjo, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2016;

3. Edital 063/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Economia, na Área: Métodos Quantitativos, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2016;

4. Edital 070/2016 de Concurso Público realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, na Área I: Projeto de Arquitetura e Urbanismo e Design em Mídias Digitais, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016;

5. Edital 070/2016 de Concurso Público realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, na Área II: Projeto de Produto, Materiais e Processos Produtivos, Modelagem Eletrônica Avançada, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016;

6. Edital 079/2016 de Concurso Público realizado pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, na Área: História, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2016;

7. Edital 072/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, na Área: Tecnologia e Projeto: Materiais, Técnicas Construtivas e Estruturas, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2016;

8. Edital 062/2016 de Concurso Público realizado pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, na Área I: Física Experimental, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2016;

9. Edital 066/2016 de Concurso Público realizado pela Faculdade de Educação Física, na Área: Aspectos Pedagógicos do Movimento Humano, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2016;

10. Edital 069/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Geografia, na Área: Geologia, Subárea IV: Hidrogeologia, Geotécnica e Geologia Ambiental, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11. Edital 064/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Ciências Agrárias , na Área: Fitotecnia, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2016;

12. Edital 075/2016 de Processo Seletivo Simplificado realizado pela Escola de Educação Básica, na Área: Arte, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2016;

13. Edital 076/2016 de Concurso Público realizado pela Faculdade de Engenharia Civil, na Área I: Geotecnia, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2016;

14. Edital 081/2016 de Concurso Público realizado pelo Instituto de Ciências Agrárias, na Área: Fitossanidade, Subárea I: Entomologia Florestal, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2016;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MARCIO MAGNO COSTA

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/3190
(SEI 19957.006555/2017-41)
BI CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS IMOBILIARIOS
Objeto: Apurar a responsabilidade de (i) Reinaldo Zakalski da Silva, na qualidade de administrador da BI Cia Securitizadora de Créditos Imobiliários, por infração aos art. 21, V, da instrução CVM nº 480/09, e aos art. 142, IV, e 176, caput, da Lei 6.404/76; (ii) Alice Figueira Nunes, administradora da mesma companhia, por infração aos arts. 142, IV, e art. 176, caput, da Lei 6.404/76 e (iii) Gabriela Zakalski Nunes da Silva, administradora da mesma companhia, pela infração do art. 142, IV, da Lei 6.404/76.
Assunto: Pedido de dilação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Alice Figueira Nunes	Não constituiu advogado
Gabriela Zakalski Nunes Muniz	Não constituiu advogado
Reinaldo Zakalski da Silva	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de dilação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por Reinaldo Zakalski da Silva, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 08/12/2017.

GUSTAVO DOS SANTOS MULÉ
Em exercício

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 22 de novembro de 2017

Publica o Protocolo ICMS 40/17, aprovado na 277ª Reunião Extraordinária da COTEPE, realizada no dia 13.11.2017.

Nº 158 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados indicadas em seu texto:

PROTOCOLO ICMS 40, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de regime especial relativamente às transferências com madeira em tora da espécie eucalipto das filiais da empresa SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A situadas no Estado do Pará para o estabelecimento industrial da mesma empresa situada no Estado do Maranhão.

Os Estados do Maranhão e do Pará, neste ato, representados pelos seus Secretários de Fazenda, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional e na Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte,

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os Estados do Pará e do Maranhão acordam em conceder, às filiais da SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A, doravante, neste ato, denominada EMPRESA, Regime Especial para cumprimento de obrigações tributárias acessórias relacionadas com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativamente a operações de transferências com madeira em tora da espécie eucalipto das filiais da EMPRESA situadas no Estado do Pará, e listadas no Anexo I deste Protocolo, para o estabelecimento industrial da mesma EMPRESA situada na Av. Newton Bello s/nº, estrada Imperatriz a Coquelândia (Arroz), Km 13, Imperatriz - Maranhão, inscrita no CNPJ sob o número 16.404.287/0222-05 e inscrição estadual número 12.351.907-1, nos termos descritos neste Protocolo.

Cláusula segunda A EMPRESA, por suas filiais situadas no Estado do Pará fica autorizada, de forma centralizada por circunscrição de Coordenação Regional da Administração Tributária e Não Tributária - CERAT, listadas no Anexo II, a efetuar o recolhimento mensal antecipado do ICMS de todas as operações até o final de cada mês, relativo às transferências com madeira em tora que ocorrerão no mês subsequente destinadas ao seu estabelecimento industrial da mesma EMPRESA situado na cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

§ 1º O recolhimento antecipado do ICMS, de que trata o caput, será efetuado mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAE - SEFA/PA, em separado para a filial da CERAT correspondente identificada no Anexo II deste Protocolo, sob o código de receita 0964, com referência ao mês da saída por transferência efetiva das madeiras.

§ 2º A base de cálculo, para os efeitos do pagamento antecipado do ICMS, será a média aritmética das operações nos seis meses anteriores àquele em curso, com base no real volume identificado quando da entrada da madeira no estabelecimento industrial de Imperatriz.

§ 3º A base de cálculo do ICMS, para efeitos do pagamento do imposto antecipado, será fixada com supedâneo no Boletim de Preços Mínimos de Mercado, quando o preço declarado pelo contribuinte for inferior ao do mercado.

Cláusula terceira Nas operações de transferências da madeira em tora, da espécie eucalipto, remetida pelos estabelecimentos situados no Estado do Pará, relacionados no Anexo I para o estabelecimento industrial situado em Imperatriz, no Estado do Maranhão, será emitida Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, com destaque do ICMS, por veículo e por viagem, em volumes estimados nunca inferiores a 63 m^3 (sessenta e três metros cúbicos).

Cláusula quarta A EMPRESA fica obrigada a emitir, no primeiro dia subsequente ao mês em que ocorreram as transferências, de forma individualizada, por inscrição estadual, NF-e Complementar das eventuais diferenças apuradas nas quantidades de madeiras transportadas, nunca superior a 5% (cinco por cento) das quantidades estimadas.

§ 1º A NF-e de que trata esta cláusula será emitida com base no relatório mensal de que trata a cláusula quinta deste Protocolo.

§ 2º Os saldos de ICMS apurados nas filiais listadas no Anexo I deverão ser transferidos para as três filiais relacionadas no Anexo II.

§ 3º Na hipótese de o volume ser maior que as quantidades transportadas, o saldo do imposto será recolhido até o 5º (quinto dia) do mês subsequente em que ocorreu a saída por transferência, em Documento Estadual de Arrecadação - DAE - SEFA/PA, em separado, com referência ao mês subsequente à saída, sob o Código da Receita 0964, devendo fazer constar no documento a expressão "Complementação ao pagamento antecipado do ICMS, no dia / / , efetuado mediante DAE nº .".

§ 4º Na hipótese de o volume ser menor que as quantidades transportadas, o saldo do imposto será apropriado em forma de crédito no mês subsequente em que ocorreu a saída.

§ 5º Na hipótese dos §§ 2º e 3º, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, a EMPRESA fica sujeita ao pagamento das diferenças do ICMS detectadas, devidamente atualizado e com os acréscimos legais cabíveis.

Cláusula quinta A EMPRESA se compromete a entregar nas CERAT/Marabá, CERAT/Tucuruí e CERAT/Paragominas, quando solicitado, Relatório Mensal, em planilha eletrônica, gravada em meio magnético ou meio óptico não regravável, informando o volume de madeira transportado com destino a sua unidade fabril de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

§ 1º O Relatório Mensal de que trata esta cláusula, conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - o número do Regime Especial;

II - da Nota Fiscal eletrônica de transferência da madeira:

a) data da emissão, número do documento e da chave;

b) identificação do estabelecimento filial e emissor do documento;

c) dados do estabelecimento destinatário;

d) valor da mercadoria transportada (R$);

e) valor do ICMS destacado (R$);

f) quantidade (real) em metros cúbicos (m^3) da madeira transportada;

g) notas fiscais eletrônicas - NF-e canceladas;

h) CFOP da operação;

III - Informação adicional, em forma de extrato:

a) saldo inicial do ICMS;

b) saldo final do ICMS.

Cláusula sexta Além dos requisitos obrigatórios constante do Regulamento do ICMS dos estados signatários deste Protocolo, a EMPRESA fará constar em todos os documentos fiscais emitidos nos termos estabelecidos neste Protocolo e no Regime Especial dele decorrente a seguinte expressão: "Procedimento Autorizado Mediante Regime Especial nº ...../17-SEFA/PA, nos termos do Protocolo ICMS nº 40/17.".

Cláusula sétima Este Protocolo, bem como o Regime Especial dele decorrente, poderá ser a qualquer momento denunciado unilateralmente por um dos estados signatários, na ocorrência de:

I - superveniência de norma legal com ele conflitante;

II - situação em que o Protocolo, bem como o Regime Especial dele decorrente, seja prejudicial aos interesses das Secretarias de Fazenda das unidades federadas signatárias;

III - inobservância a qualquer dos seus termos e condições;

IV - dificuldades criadas pelo contribuinte (EMPRESA), por qualquer meio, à ação fiscal de qualquer uma das unidades federadas signatárias;

V - falta de recolhimento do ICMS.

Cláusula oitava O presente Protocolo, bem como o Regime Especial dele decorrente, não dispensa a EMPRESA do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação estadual dos estados signatários, devendo fazer os registros próprios.

Cláusula nona As Secretarias de Fazenda das unidades da Federação signatárias prestar-se-ão assistência mútua para a fiscalização das remessas abrangidas por este Protocolo, ficando autorizadas:

I - ao estabelecimento e a exigência de obrigações complementares relacionadas ao seu objeto;

II - a designação de servidores para exercerem atividades de fiscalização em estabelecimentos localizados nos territórios das unidades da Federação signatárias, desde que previamente credenciados.

Cláusula décima Caso seja constatado o descumprimento das obrigações estabelecidas neste Protocolo, o credenciamento para utilização do Regime Especial nele estabelecido poderá ser cassado.

Cláusula décima primeira Para efeito dos procedimentos disciplinados nas cláusulas anteriores, será observada a legislação tributária da respectiva da unidade federada, em especial quanto à escrituração de livros e emissão de documentos, bem como à imposição de penalidades.

Cláusula décima segunda Nas hipóteses não contempladas neste Protocolo observar-se-ão as normas previstas na legislação tributária pertinente de cada unidade signatária.

Cláusula décima terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos por doze meses, a partir de 1º de novembro de 2017.

ANEXO I

PROTOCOLO ICMS Nº 40, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

I - na BR-010, s/nº, Km 16, Zona Rural, Dom Elizeu/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0336-73, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.431.852-3;

II - na BR-222, s/nº, Zona Rural, Dom Elizeu/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0344-83, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.448.552-7;

III - na BR-010, s/nº, Km 25, Zona Rural, Ulianópolis/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0337-54, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.431.853-1;

IV - na BR-010, s/nº, Km 12, Zona Rural, Paragominas/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0338-35, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.431.854-0;

V - na BR-222, s/nº, Km 86, Zona Rural, Lote 16, Rondon do Pará/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0339-16, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.431.855-8;

VI - na PA-150, s/nº, Km 19, Zona Rural, Gleba Geladinho, Praia Alta, Nova Ipixuna/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0352-93, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.470.457-1;

VII - na Estada Vicinal do Garrafão, s/nº, Km 203, Abel Figueiredo/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0354-55, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.475.696-2;

VIII - na PA-150, Km 230, Vila Jutuba, s/nº, Goianésia/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0366-99, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.515.045-6;

IX - na BR-230, Km 11, s/nº, Zona Rural, São João do Araguaia/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0368-50, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.520.946-9;

X - na Estrada Vicinal do Urubu Jacundá, s/nº, Zona Rural, Dom Jacundá/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0369-31, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.529.734-1.

ANEXO II

PROTOCOLO ICMS Nº , DE DE DE 2017

I - CERAT PARAGOMINAS, filial localizada na BR-010, s/nº, Km 12, Zona Rural, Paragominas/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0338-35, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.431.854-0;

II - CERAT MARABÁ, filial localizada na BR-222, s/nº, Km 86, Zona Rural, Lote 16, Rondon do Pará/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0339-166, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.431.855-8;

III - CERAT TUCURUÍ, filial localizada na PA-150, Km 230, Vila Jutuba, s/nº Goianésia/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.404.287/0366-99, e no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.515.045-6.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.764, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2 de julho de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a Instrução Normativa RFB nº 1.680, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a identificação das contas financeiras em conformidade com o Padrão de Declaração Comum (Common Reporting Standard - CRS).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, no art. 30 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, no Decreto Legislativo nº 105, de 14 de abril de 2016, no Decreto nº 4.489, de 28 de novembro de 2002, no Decreto nº 8.842, de 29 de agosto de 2016, na Instrução Normativa RFB nº 802, de 27 de dezembro de 2007, e no Acordo Multilateral de Autoridades Competentes do Common Reporting Standard, de 21 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida dos arts. 7º-A e 8º-A:

"Art. 7º-A As entidades de que trata o art. 4º estão obrigadas à apresentação das informações anuais relativas às operações financeiras mencionadas nos incisos I, II, III, XI e XII do caput do art. 5º, quando:

I - não atingidos os limites previstos no art. 7º; e

II - as operações financeiras não se caracterizarem como "Conta Excluída", de acordo com as previsões contidas nos subparágrafos do item C(17) da Seção VII do Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 1.680, de 28 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. As informações anuais de que trata o caput devem ser prestadas apenas com relação ao mês de dezembro, ou ao mês do encerramento da conta, e compreendem, independentemente da residência fiscal, todas as informações previstas no § 6º do art. 5º, exceto os lançamentos a crédito e a débito efetuados no mês."

"Art. 8º-A As entidades de que trata o art. 4º estão obrigadas à apresentação das informações anuais relativas às operações financeiras mencionadas nos incisos IV a VI do caput do art. 5º, quando:

I - não atingidos os limites previstos no art. 8º; e

II - as operações financeiras não se caracterizarem como "Conta Excluída", de acordo com as previsões contidas nos subparágrafos do item C(17) da Seção VII do Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 1.680, de 2016.

Parágrafo único. As informações anuais de que trata o caput devem ser prestadas apenas com relação ao mês de dezembro, ou ao mês do encerramento da conta, e compreendem, independentemente da residência fiscal, todas as informações previstas no § 8º do art. 5º, exceto os lançamentos a crédito e a débito efetuados no mês."

Art. 2º Excepcionalmente, para os fatos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017, as informações de que tratam os arts. 7º-A e 8º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2015, poderão ser entregues até o último dia útil do mês de maio de 2018.

Art. 3º O Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 1.680, de 28 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - A redação do parágrafo D(4) da Seção VII fica alterada nos termos a seguir:

"4. O termo "Jurisdição Declarante" significa uma jurisdição:

(i) com a qual exista um compromisso formal do Brasil de fornecer as informações especificadas na Instrução Normativa RFB nº 1.680, de 28 de dezembro de 2016, e (ii) que tenha sido identificada na lista publicada no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/legislacao/acordos-internacionais/acordos-para-intercambio-de-informacoes-relativas-a-tributos/convencao-multilateral-sobre-assistencia-mutua-administrativa-em-materia-tributaria/notificacoes-crs-mcaa/nf-crs-1f.pdf>" (NR)

II - fica excluído o parágrafo C(17)g da Seção VII.

Art. 4º A Coordenação-Geral de Fiscalização deverá editar, a partir da publicação desta Instrução Normativa, em relação à e-Financeira, as alterações necessárias nos leiautes e no manual de orientação.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

PORTARIA Nº 193, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Excluir, a pedido, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica PLP CONSULTORIA LTDA , CNPJ: 01.032.499/0001-81, com efeitos a partir de 06 de outubro de 2017, conforme requerimento de desistência constante no processo administrativo n° 12221.002282/2017-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BÁRBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM , no uso da(s) atribuição(ões) que lhe conferem os inciso(s) incisos II e VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, considerando o que consta do processo administrativo 12266.721976/2017-34, declara:

Art. 1º Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a Empresa RLX INDUSTRIAL IMPORTADORA LTDA - CNPJ nº 07.312.248/0001-37 nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

Art. 2º A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.048, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. DIREITO DE CREDITAMENTO. INSUMOS. BENS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO.

Os dispêndios com bens e serviços para manutenção de máquinas, equipamentos e ferramentas utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda podem gerar créditos a serem descontados no regime de apuração não cumulativa da Cofins, desde que observadas as condições previstas na legislação de regência.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso II; Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. DIREITO DE CREDITAMENTO. INSUMOS. BENS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO.

Os dispêndios com bens e serviços para manutenção de máquinas, equipamentos e ferramentas utilizados diretamente na fabricação de produtos destinados à venda podem gerar créditos a serem descontados no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, desde que observadas as condições previstas na legislação de regência.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013, E À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso II; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 66.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

PORTARIA Nº 19, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso I do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Inobservância das exigências", a pessoa jurídica CAENGE CARVALHO ALVIM ENENGHARIA LTDA, CNPJ: 19.160.548/0001-27, conforme registrado no processo administrativo n° 10695.001519/2017-44, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

PORTARIA Nº 21, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "Inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", a pessoa jurídica CORPORAÇÃO DE MÉDICOS CATÓLICOS, CNPJ: 17.216.086/0001-97, conforme registrado no processo administrativo n° 10695.001514/2017-11, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

PORTARIA Nº 22, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso I do artigo 5º da Lei 9.964/2000 - "inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nos incisos I a V do caput do art. 3º: (não fornecer declarações com os dados sobre as receitas mensais) e o Parecer PGFN/CDA nº 1206/2013 (configuração de inadimplência/parcelas irrisórias), a pessoa jurídica CONSTRUTORA EGIDE VIA LTDA., CNPJ: 21.397.245/0001-74, conforme registrado no processo administrativo n° 10695.001283/2017-46, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 12963.720059/2017-75 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art 1º - Baixar por inexistência de fato a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa ANTONIO BATISTA RAMOS - ME, CNPJ 17.416.793/0001-27. A baixa da inscrição é motivada pela diligência - TDPF-D de nº 0611200.2017.00146, conforme previsto no art. 29, II, b) da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 12963.720060/2017-08 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art 1º - Baixar por inexistência de fato a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa RAMOS & ALFEU LTDA - ME, CNPJ 18.104.752/0001-68. A baixa da inscrição é motivada pela diligência - TDPF-D de nº 0611200.2017.00147, conforme previsto no art. 29, II, b) da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 12963.720058/2017-21 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art 1º - Baixar por inexistência de fato a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa PESQUEIRO RANCHO AZUL LTDA - ME, CNPJ 24.841.834/0001-98. A baixa da inscrição é motivada pela diligência - TDPF-D de nº 0611200.2017.00144-0, conforme previsto no art. 29, II, b) da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 12963.720057/2017-86 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art 1º - Baixar por inexistência de fato a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa INSTITUTO EDUCACIONAL META LTDA - EPP, CNPJ 04.570.411/0001-73. A baixa da inscrição é motivada pela diligência - TDPF-D de nº 0611200.2017.00145-9, conforme previsto no art. 29, II, b) da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 12963.720061/2017-44 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art 1º - Baixar por inexistência de fato a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa OLIVEIRA E FERNANDES COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, CNPJ 16.538.254/0001-06. A baixa da inscrição é motivada pela diligência - TDPF-D de nº 0611200.2017.00155-6, conforme previsto no art. 29, II, b) da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Baixa de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 12963.720062/2017-99 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art 1º - Baixar por inexistência de fato a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa SEVERINI IMOVEIS LTDA - ME, CNPJ 16.673.269/0001-79. A baixa da inscrição é motivada pela diligência - TDPF-D de nº 0611200.2017.00156-4, conforme previsto no art. 29, II, b) da IN RFB nº 1634/2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA/MG, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º - Incluído no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

NOME	CPF	Nº PROCESSO
MARIA DA GUARDA LIRA NETA	228.018.983-68	10650.721397/2017-22

Art. 2º - A interessada relacionada no Artigo 1º deverá se inscrever no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudante de Despachantes Aduaneiro, por meio do Sistema CAD-ADUANA, nos termos do Artigo 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012 e dos artigos 1º e 2º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
ANA CAROLINA DE MORAES MIRANDA	058.537.127-05	12466.720418/2017-03
PATRÍCIA RIBEIRO DE SOUZA	100.795.367-51	12466.720466/2017-93
SABRINA SENA GUIMARÃES	124.654.637-05	12466.720527/2017-12
SÉRGIO PETRI	002.837.097-07	12466.720187/2017-20

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRICIO BETTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Alfandega, até 23/02/2041, os 123 Tanques implantados na Instalação Portuária Marítima de Uso Público que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas no art. 301 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, e da competência conferida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições estabelecidas pela retro referida norma c/c Instrução Normativa SRF nº 106, de 24 de novembro de 2000, e à vista do que consta no processo nº 11128.007261/2007-15, declara:

Art. 1º. ALFANDEGADOS, a título permanente, até 23/02/2041, os 123 (cento e vinte e três) Tanques identificados sob os nºs 551, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 691, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1151, 1152, 1153, 1154, 1201, 1202, 1203, 1301, 1302, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1501, 1502, 1503, 2101, 2012, 2013, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2151, 2152, 2201, 2301, 2401, 3101, 3102, 3103, 3104, 3105, 3106, 3107, 3108, 3151, 3152, 3201, 3301, 3401, 4101, 4102, 4103, 4104, 4105, 4106, 4107, 4108, 4151, 4152, 4201, 4301, 4401, 5111, 5112, 5113, 5301, 5302, 5401, 5402, 6101, 6102, 6103, 6104, 6105, 731, 7111, 7151, 7211, 7212, 7213, 7214, 7301, 7401, 8101, 8102, 8103, 8104, 8105, 8106, 8107, 8108, 8151, 8152, 8201, 8301, 8401, 9101, 9102, 9103, 9104, 9105, 9106, 9107, 9108, 9151, 9152, 9201, 9301, 9401, 10401, 10501, 10601, 10801 e 10802 com capacidade nominal total de 252.656,964 m³, os quais estão implantados na Instalação Portuária Marítima de Uso Público situada na margem esquerda do Porto Organizado de Santos - Ilha de Barnabé, s/nº - município de Santos/SP, administrada por AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.798.096/0002-54, com área total de 59.901,68 m², arrendada da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP conforme o Contrato DP/10.2001, celebrado em 23 de fevereiro de 2001, e seus Primeiro a Sexto Instrumentos de Retificação, Ratificação e Aditamento, e se destinam à armazenagem de granéis líquidos em operações de importação, exportação.

Art. 2º. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da ALF/Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao seu controle fiscal.

Art. 3º. Permanece atribuído ao mesmo o código 8.93.22.18-5.

Art. 4º. O Terminal segue credenciado a operar o regime especial de entreposto aduaneiro na importação nos termos do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 145, de 22 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. de 12 de janeiro de 2010.

Art. 5º. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75 e suas alterações em conformidade com a legislação específica aplicável.

Art. 6º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo a RFB revê-lo a qualquer momento para sua eventual adequação às normas.

Art. 7º. Ficam revogados o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 39, de 27 de abril de 2012, publicado no D.O.U. de 03 de maio de 2012, e o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 18, de 30 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 13 de maio de 2015, sem interrupção de sua força normativa.

Art. 8º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.723.545/2017-71, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 6.072 (seis mil e setenta e dois) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 12 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	400	4.800
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 15 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	50	600
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 18 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	56	672

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 33, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.723.574/2017-33, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 28.800 (vinte e oito mil e oitocentos) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1.000ml	2.400	28.800

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 34, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.723.591/2017-71, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 28.800 (vinte e oito mil e oitocentos) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1.000ml	2.400	28.800

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA Nº 120, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Alteração de prazos de início e vencimento para atos processuais.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e considerando as competências constantes do artigo 302 do referido Regimento Interno e as disposições preconizadas no parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, resolve:

Art. 1º Em vista da impossibilidade de realização de expediente regular no dia 21 de novembro de 2017 na Agência da Receita Federal do Brasil em Mogi das Cruzes - ARF/MCS, vinculada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos - DRF/SJC, em decorrência da interrupção no fornecimento de água da rede pública por parte da concessionária municipal local ao respectivo edifício sede, reconhecer que, no mencionado dia, a referida Unidade Administrativa não manteve expediente normal.

Parágrafo Único. Por consequência, e em conformidade ao rito do processo administrativo-fiscal, o prazo de início ou de vencimento que tenha ocorrido na data citada no caput não deverá ser considerado, observando-se o § único do artigo 5º do Decreto 70.235/72 e artigo 210 da Lei nº 5.172/66 (CTN).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os respectivos atos e os efeitos pertinentes.

ROGÉRIO HINO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nos arts. 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

I - EXCLUÍDA do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), com efeitos a partir de primeiro de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2017, a pessoa jurídica LINCE ZELADORIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.081.533/0001-48, com endereço na Rua Major José dos Santos Moreira, 646, São Benedito, Pindamonhangaba/SP, CEP 12410-050, nos termos do inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, combinados com os artigos 73, inciso II, letra "c", itens "1 e 2", art. 75, inciso I, § 1º, e art. 76, inciso I, estes da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo nº 10860.721430/2017-49.

II - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo Único - Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VICENTE DE JORGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 287, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Reinclui pessoa jurídica no REFIS.

A DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, conforme despacho exarado no processo administrativo a seguir indicado:

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	Portaria de exclusão
59.491.852/0001-71	CONDOMINIO EDIFICIO ELIANE	16152.720184/2017-81	244/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancela o registro especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 91, de 24 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2016, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Cancela, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO-UP 08190/01386, concedido pelo ADE 1345/2010 de 14/07/10, publicado no DOU em 20/07/10 -Processo 11610.001269/2010-21 para o estabelecimento da empresa SINERGIA COMUNICACAO S.A. inscrita no CNPJ sob o Nº 54.485.354/0001-00 com endereço declarado à Rua Martiniano de Carvalho,548 - Liberdade.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO SHIOTA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PESSOAS FÍSICAS

PORTARIA Nº 158, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o horário de expediente em dezembro/17 nos CACs da Derpf/SPO.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PESSOAS FÍSICAS EM SÃO PAULO/SP, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 303 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer, por motivo de força maior, em caráter excepcional, que o encerramento do horário de funcionamento dos Centros de Atendimento ao Contribuinte desta Derpf/SPO, se dará às 13h00, com distribuição de senhas até as 12h30min, nos seguintes dias de dezembro/2017:

- CAC Derpf 3 (CAC Luz): encerramento antecipado no dia 07 de dezembro de 2017;
- CAC Derpf 4 (CAC Malha): encerramento antecipado no dia 14 de dezembro de 2017;
- CAC Derpf 1 (CAC Praça Ramos): encerramento antecipado no dia 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º As datas estabelecidas no Artigo 1º, nos respectivos CACs, não serão consideradas como de expediente normal, para os fins do parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 70.235/1972.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

CLAUDIO AFFONSO DE ANDRADE

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.062, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

Assunto: Normas de Administração Tributária

BAGAGEM ACOMPANHADA. ISENÇÃO. DECLARAÇÃO DE BAGAGEM ACOMPANHADA (DBA).

Bens adquiridos pelo viajante no exterior para utilização no Brasil, porém não destinados ao seu uso ou consumo pessoal durante a viagem, ainda que pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais, não se enquadram no conceito de bens de uso ou consumo pessoal para fins de fruição da isenção de caráter geral.

Bens adquiridos pelo viajante, no mercado interno ou no exterior, para utilização durante a viagem, em compatibilidade com as circunstâncias desta e destinados ao seu uso ou consumo pessoal, e que pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais, enquadram-se no conceito de bens de uso ou consumo pessoal para fins de fruição da isenção de caráter geral.

Ao ingressar no País, o viajante procedente do exterior está dispensado de dirigir-se ao canal "bens a declarar" quando trouxer bens enquadrados no conceito de bens de uso ou consumo pessoal, quando o valor global para outros bens não ultrapassar o limite de isenção para a via de transporte ou ainda quando os outros bens não excederem limite quantitativo para fruição da isenção de caráter geral.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 181, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

Dispositivos Legais: arts. 2º, 3º, 3º-A, 6º, 32 e 33 da IN RFB nº 1.059, de 02 de agosto de 2010; art. 22 da IN RFB 1.396, de 16 de setembro de 2013.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.063, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015).

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

É ineficaz a consulta quando não versar sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, I, c/c art. 46; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, arts. 2º, § 2º, c/c 18, I.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.064, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de utilização do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015).

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

É ineficaz a consulta quando não versar sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, I, c/c art. 46; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, arts. 2º, § 2º, c/c 18, I.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.065, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL. PROCESSADOR E MONITOR NO MESMO CORPO (ALL IN ONE). ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE.

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA SRRF08/DISIT Nº 62, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

A receita bruta das vendas a varejo de computadores denominados all in one, cuja classificação fiscal corresponde ao código 8471.41.90 da TIPI, não se aplica a redução da alíquota a zero da Contribuição para o PIS/Pasep a que se refere o art. 28 da Lei nº 11.196, de 2005.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 27, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 28 a 30; Lei nº 13.241, de 2015; Medida Provisória nº 690, de 2015; Decreto nº 5.602, de 2005, arts. 1º e 2º; Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados - TIPI.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL. PROCESSADOR E MONITOR NO MESMO CORPO (ALL IN ONE). ALÍQUOTA ZERO. INAPLICABILIDADE.

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA SRRF08/DISIT Nº 62, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

A receita bruta das vendas a varejo de computadores denominados all in one, cuja classificação fiscal corresponde ao código 8471.41.90 da TIPI, não se aplica a redução da alíquota a zero da Cofins a que se refere o art. 28 da Lei nº 11.196, de 2005.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 27, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 11.196, de 2005, arts. 28 a 30; Lei nº 13.241, de 2015; Medida Provisória nº 690, de 2015; Decreto nº 5.602, de 2005, arts. 1º e 2º; Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados - TIPI.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.067, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Assunto: Normas de Administração Tributária

CNPJ. INSCRIÇÃO. UNIDADES AUXILIARES.

Conforme o disposto na IN RFB nº 1.634, de 2016, as pessoas jurídicas estão obrigadas a inscrever no CNPJ os seus estabelecimentos, assim entendidos, grosso modo, todos os locais nos quais desenvolvam suas atividades, incluindo as unidades auxiliares constantes do Anexo VII desta Instrução Normativa.

Tal conclusão decorre do fato de que o referido diploma não reproduziu a exceção prevista nos normativos anteriormente vigentes (até a IN SRF nº 200, de 2002, inclusive) os quais estabeleciam que não se caracterizaria como estabelecimento, para efeito de obrigatoriedade de inscrição, a unidade, móvel ou imóvel, quando considerada mera extensão da atividade de um outro.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT - Nº 148, DE 3 DE JUNHO DE 2014.

Dispositivos Legais: IN RFB nº 1.634 de 2016, art. 3º, Caput e parágrafo 2º; IN RFB nº 1.396 de 2013, arts. 9º e 22.

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.068, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. RETENÇÃO NA FONTE. DESOBRIGAÇÃO.

Não estão sujeitos à retenção na fonte do Imposto de Renda os rendimentos pagos ou creditados por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de esterilização de materiais médico-hospitalares e odontológicos, por não se enquadrar tal serviço dentre aqueles relacionados nos arts. 647 § 1º e 649 do RIR/1999.

Os serviços de esterilização de materiais médico-hospitalares e odontológicos não estão sujeitos à retenção referente ao PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), disposta no art. 30 da Lei nº 10.833/2003.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT - Nº 44, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dispositivos Legais: Decreto nº 3.000/1999 (RIR), arts. 647, § 1º e 649; art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003; art. 1º, §2º, inc. I, da IN SRF nº 459, de 2004;

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.069, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CÓDIGO FPAS 582. ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NÃO ENQUADRAMENTO.

As sociedades de economia mista, entes dotados de personalidade jurídica de direito privado, não se confundem com órgãos públicos, autarquias ou fundações públicas.

Por tal motivo, suas atividades não se enquadram no código FPAS 582.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT - Nº 128, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: CF/88, art. 173, §1º, II; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 72, 78, 109, 109-A, 110-B, 110-C, 259, §1º do art. 260, inciso III do art. 394; art. 111 do CTN;

KARINA ALESSANDRA DE MATTERA GOMES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 104, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta do processo n.º 10980.725.512/2012-91 resolve:

Art. 1º cancelar, de ofício, o Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 196, de 20 de Julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 01 de agosto de 2012.

Art. 2o O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 107, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta do processo n.º 19985.725.046/2017-83, resolve:

Art. 1º cancelar, a pedido do contribuinte, o Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 251, de 24 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União no dia 25 de junho de 2010.

Art. 2o O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara a pessoa jurídica que menciona habilitada a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo fiscal nº 13983.720265/2017-18, declara que:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica a seguir identificada HABILITADA a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, em conformidade com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial	PEQUENA CENTRAL HIDRELETRICA IBICUI II LTDA
CNPJ	11.591.158/0001-08
Nome do projeto	CGH Ibicuí II
Portaria de aprovação do projeto	Portaria nº 219, de 21/07/2017
Setor de infraestrutura favorecido	Energia
Período de execução	01/12/2016 a 31/05/2018

Art. 2º - A habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

STEVE FOERSTER DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº º 091/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial PAES/ Previdenciário de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa física MARIA SANDRA FERREIRA ALFAMA, CPF 222.074.810-34, CEI 39.220.00361-01, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do PAES.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br> ,com a utilização da Senha PAES.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo

dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DANIEL PINHEIRO
Chefe

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 970, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 27.384 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e quatro) Certificados Financeiros do Tesouro, série B, subsérie 1 - CFT-B1, no valor de R$ 36.357.462,96 (trinta e seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 19/10/2017	QUANTIDADE	VALOR (R$)
01/01/2015	01/01/2030	1.327,69	27.384	36.357.462,96
TOTAL			27.384	36.357.462,96

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 971, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de NOVEMBRO de 2017, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996.

R$ 1,00

UF	COEF (%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRICILLA MARIA SANTANA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 62, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.000464/2017-76 e do Parecer nº 37, de 16 de novembro de 2017, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial DECOM desta Secretaria, e por terem sido verificados preliminarmente a existência de dumping nas exportações para o Brasil de borracha nitrílica (NBR), comumente classificada no item 4002.59.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL NCM, originárias da Coreia do Sul e da França, e o vínculo significativo entre as exportações objeto de dumping e o dano à indústria doméstica, decide:

1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente.

2. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo I.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO I

1. DO PROCESSO

1.1. Da investigação anterior

Em 9 de fevereiro de 2010, a Nitriflex S.A. Indústria e Comércio, protocolou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) - Por meio da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior passou a ser denominado Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços).- petição de início de investigação de dumping nas exportações de borracha nitrílica da Argentina, Coreia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), França, Índia e Polônia para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o Parecer nº 19, de 20 de setembro de 2010, recomendou-se o início da investigação, que se deu por intermédio da Circular SECEX nº 41, de 29 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 1º de outubro de 2010.

Consoante o que constava do Parecer DECOM nº 34, de 27 de outubro de 2011, foi encerrada a investigação para Índia e Polônia, nos termos da Circular SECEX nº 51, de 1º de novembro de 2011, publicada no D.O.U. de 4 de novembro de 2011, por razão de o volume das importações destes países ter sido considerado insignificante, de acordo com o previsto no inciso III do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995.

Por meio da Circular SECEX nº 13, de 26 de março de 2012, publicada no D.O.U de 27 de março de 2012, tal investigação foi encerrada, sem aplicação de medidas, considerando que não ficou caracterizada a existência de dano à indústria doméstica, nos termos do inciso I do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995.

1.2. Da petição

Em 28 de abril de 2017, a Nitriflex S.A. Indústria e Comércio, doravante denominada Nitriflex ou peticionária, protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de borracha nitrílica, não hidrogenada e não estendida em óleo, quando originárias da Coreia do Sul e da França, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

No dia 16 de maio de 2017, por meio do Ofício nº 01.253/2017/CGSC/DECOM/SECEX, solicitou-se à peticionária, com base no § 2º o do art. 41 do Decreto nº o 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. A peticionária, em 25 de maio de 2017, solicitou, mediante justificativa, prorrogação do prazo para resposta ao mencionado ofício. Dentro do prazo prorrogado, as informações solicitadas foram apresentadas pela Nitriflex.

1.3. Das notificações aos governos dos países exportadores

Em 23 de junho de 2017, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, os Governos da Coreia do Sul e da França, por meio de suas embaixadas, e a Delegação da União Europeia no Brasil, foram notificados, por meio dos Ofícios nº s 1.752/2017/CGSC/DECOM/SECEX, 1.753/2017/CGSC/DECOM/SECEX e 1.754/2017/CGSC/DECOM/SECEX, respectivamente, da existência de petição devidamente instruída, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

1.4. Do início da investigação

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 23, de 23 de junho de 2017, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de prática de dumping nas exportações de borracha nitrílica da Coreia do Sul e da França para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

Dessa forma, com base no parecer supramencionado, a investigação foi iniciada em 26 de junho de 2017, por meio da publicação no D.O.U da Circular SECEX nº 37, de 23 de junho de 2017.

1.5. Das notificações de início de investigação e da solicitação de informações às partes

Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados do início da investigação, além da peticionária, os produtores/exportadores sul-coreanos e franceses, os importadores brasileiros ambos identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) , os governos da Coreia do Sul e da França e a representação da União Europeia no Brasil, tendo sido encaminhado o endereço eletrônico no qual pôde ser obtida a Circular SECEX nº 37, de 23 de junho de 2017.

Considerando o § 4º o do mencionado artigo, foi também encaminhado aos produtores/exportadores sul-coreanos e franceses, aos governos da Coreia do Sul e da França e à representação da União Europeia no Brasil o endereço eletrônico no qual pôde ser obtido o texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação, bem como suas informações complementares.

Ademais, conforme disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram encaminhados aos produtores/exportadores e aos importadores os endereços eletrônicos nos quais poderiam ser obtidos os respectivos questionários.

Cabe mencionar que as empresas Alpargatas S.A. e General Motors do Brasil Ltda., bem como a Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha ABIARB solicitaram habilitação como partes interessadas na presente investigação, nos termos da alínea "V" do § 2º o do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, tendo sido tais pedidos protocolados no SDD em 17 de julho de 2017.

Em 20 de julho de 2017, os referidos pedidos de habilitação foram deferidos, por meio dos ofícios nº s 02.125 a 02.127/2017/CGSC/DECOM/SECEX, após verificar-se que se tratavam de empresas consumidoras de borracha nitrílica, assim como entidade de classe que representa usuários importadores de borracha nitrílica e, a partir de então, as empresas e a Associação passaram a ser consideradas partes interessadas desta investigação.

Com base no art. 50 do Regulamento Brasileiro, todos os questionários (produtor/exportador e importador) tiveram prazo de restituição de trinta dias, contado a partir da data de ciência, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014.

1.6. Do recebimento das informações solicitadas

1.6.1. Dos importadores

Os importadores Arlanxeo Brasil S.A. (Arlanxeo Brasil), Auriquimica Ltda. (Auriquimica), Gates do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (Gates), Indústria Química Anastacio S.A. (Química Anastacio), Netzsch do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (Netzsch), Techseal Vedações Técnicas S.A. (Techseal), TMD Friction do Brasil S.A. (TMD), Trelleborg Santana de Parnaíba Indústria e Comércio de Soluções em Polímeros Ltda. (Trelleborg) e Weatherford Indústria e Comércio Ltda. (Weatherford) apresentaram suas respostas ao questionário do importador dentro do prazo originalmente previsto ou dentro do prazo prorrogado, após as devidas solicitações e justificativas para a extensão do prazo apresentadas pelas empresas. Cumpre ressaltar que devido à indisponibilidade temporária do SDD no dia 4 de setembro de 2017, o prazo para envio da resposta ao questionário do importador foi prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à normalização do sistema, qual seja, 5 de setembro de 2017.

Foram solicitadas informações complementares e esclarecimentos adicionais às respostas ao questionário apresentadas pelas empresas Arlanxeo Brasil, Auriquimica, Gates, Química Anastacio, Netzsch, Teadit, Techseal, TMD e Trelleborg.

No tocante à Teadit, a empresa apresentou resposta ao questionário do importador tempestivamente. Entretanto, o início da vigência da procuração - 2 de agosto de 2017 - que conferiu poderes aos outorgados de representar a empresa perante o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços é posterior à data de protocolo no SDD (1º de agosto de 2017) da resposta ao questionário do importador realizada por estes representantes. Por meio do Ofício nº 02.307/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 11 de agosto de 2017, solicitou-se a reapresentação da procuração com data de início de vigência igual ou anterior a à data de apresentação do questionário. A Teadit não apresentou manifestação em relação ao mencionado ofício, tampouco resposta às informações complementares solicitadas, de modo que sua resposta ao questionário do importador foi tida como inexistente.

Às empresas Cya Rubber Distribuidora Ltda. (Cya Rubber) e Proquimil Produtos Químicos Ltda. (Proquimil) foi concedida extensão do prazo para resposta do questionário do importador, após solicitação de prorrogação do prazo, acompanhada de justificativa, apresentada tempestivamente. A Cya Rubber, a despeito do pedido de prorrogação de prazo, não apresentou a resposta ao questionário, enquanto que a Proquimil apresentou sua resposta ao questionário fora do prazo concedido, tendo sido informada mediante ofício de que sua resposta não seria juntada aos autos do processo.

Os demais importadores não apresentaram resposta ao questionário do importador.

A empresa Auriquimica não apresentou resposta ao ofício de solicitação de informações complementares.

As demais empresas apresentaram tempestivamente as suas respostas ao pedido de informações complementares ao questionário, tendo sido consideradas para fins de determinação preliminar. Insta mencionar que devido à instabilidade do SDD, ocorrida de 18 de setembro a 16 de outubro de 2017, os prazos para o envio das repostas às informações complementares ao questionário que se encerravam no referido período foram prorrogados para o primeiro dia útil seguinte à normalização do sistema, qual seja, 18 de outubro de 2017.

1.6.2. Dos produtores/exportadores

As empresas Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S (Arlanxeo) e LG Chem Ltd. (LG Chem) apresentaram suas respostas dentro do prazo prorrogado, após as devidas solicitações e justificativas para a extensão do prazo apresentadas pelas empresas.

Após a análise das respostas ao questionário, por meio dos Ofícios nº s 2.634 e 2.635/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 25 de setembro de 2017, foram solicitadas informações complementares, com prazo para resposta até 16 de outubro de 2017. Na ocasião, as empresas também foram notificadas de que determinadas informações fornecidas em resposta ao questionário não foram aceitas, nos termos do art. 181 do Decreto nº 8.058, de 2013, tendo sido dada oportunidade de manifestação às mencionadas empresas.

No dia 4 de outubro de 2017, a produtora LG Chem apresentou solicitação, com as devidas justificativas, de prorrogação de prazo para resposta ao pedido de informações complementares ao questionário do produtor/exportador. Após deferimento da extensão do prazo, a resposta da empresa ao mencionado ofício foi tempestivamente apresentada. Entretanto, cabe ressaltar que este Documento considerou apenas as informações apresentadas nos autos até o dia 18 de outubro, não refletindo, portanto, as informações complementares protocoladas pela LG Chem.

Por sua vez, a empresa francesa Arlanxeo apresentou tempestivamente, no dia 16 de outubro de 2017, resposta às informações complementares ao questionário do produtor/exportador, tendo sido, portanto, considerada para fins de determinação preliminar.

As empresas Kumho Industrial Co., Ltd., Kumho Petrochemical Co., Ltd. e Omnova Solutions não responderam ao questionário enviado.

1.7. Da verificação in loco na indústria doméstica

Com base no § 3º o do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, técnicos do DECOM realizaram verificação in loco nas instalações da Nitriflex, no período de 14 a 18 de agosto de 2017, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa no curso da investigação.

Foram cumpridos os procedimentos previstos nos roteiros de verificação, encaminhados previamente à empresa, tendo sido verificados os dados apresentados na petição e em suas informações complementares.

As informações fornecidas pela empresa ao longo da verificação foram consideradas válidas, depois de realizadas as correções pertinentes. Os indicadores da indústria doméstica constantes nesta circular incorporam o resultado da verificação in loco.

A versão restrita do relatório de verificação in loco consta dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

1.8. Do pedido de aplicação de direitos provisórios

A Nitriflex defendeu, em manifestação protocolada em 5 de outubro de 2017, existirem no processo em epígrafe todos os elementos necessários à aplicação de direitos antidumping provisórios previstos no art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013:

Direitos provisórios somente poderão ser aplicados se:

"I - uma investigação tiver sido iniciada de acordo com as disposições constantes da Seção III do Capítulo V, o ato que tenha dado início à investigação tiver sido publicado e às partes interessadas tiver sido oferecida oportunidade adequada para se manifestarem;

II - houver determinação preliminar positiva de dumping, de dano à indústria doméstica e do nexo de causalidade entre ambos; e

III - a CAMEX julgar que tais medidas são necessárias para impedir que ocorra dano durante a investigação."

Neste contexto, ressaltou a existência de dumping nas exportações de NBR da Coreia do Sul e da França para o Brasil, conforme margens de dumping apuradas quando do início da investigação e concluiu que as importações investigadas teriam contribuído diretamente para o dano sofrido pela indústria doméstica ao longo do período investigado.

Dessa forma, a Nitriflex requereu que fosse recomendada a aplicação de direito provisório, na forma de alíquota específica, conforme margem de dumping apurada no início da investigação de US$ 0,17/kg para a Coreia do Sul e US$ 0,83/kg para a França.

1.9. Dos prazos da investigação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São apresentados no quadro abaixo os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º o do art. 65 do Regulamento Brasileiro. Recorde-se que tais prazos servirão de parâmetro para o restante da presente investigação:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação.	06/02/2018
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	26/02/2018
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	13/03/2018
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	02/04/2018
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	17/04/2018

Cumpre ressaltar que o prazo para recebimento de informações a serem consideradas nesta Determinação Preliminar se encerraria no dia 91 da investigação, qual seja, 25 de setembro de 2017. No entanto, devido a problemas técnicos no Sistema DECOM Digital, o referido prazo foi estendido para o dia 18 de outubro de 2017. Nesse sentido, o prazo de elaboração da determinação preliminar, previsto no art. 65, do Decreto 8.058, de 2013, também foi estendido, a fim de possibilitar a incorporação das informações prestadas pelas partes interessadas. Ressalte-se que o prazo original encerrar-se-ia no dia 24 de outubro de 2017 e foi estendido para 16 de novembro de 2017.

Ressalte-se que foi solicitada anuência para a realização de verificação in loco na produtora/exportadora Arlanxeo no período de 20 a 24 de novembro de 2017, por meio do ofício nº 2.657/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 9 de outubro de 2017, tendo a empresa francesa anuído com a data proposta por meio de manifestação protocolada em 16 de outubro de 2017. No tocante à LG Chem, a verificação in loco será oportunamente agendada, por meio de comunicação oficial.

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1. Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação é a borracha nitrílica (NBR), não hidrogenada e não estendida em óleo, com teor de acrilonitrila maior ou igual a 20% e menor ou igual a 50%, viscosidade Mooney a 100ºC variando entre 20 e 120, exportada pela Coreia do Sul e pela França para o Brasil. Ressalta-se que não estão incluídas no escopo da investigação as borrachas NBR na forma líquida.

A NBR é um copolímero sintético de butadieno e acrilonitrila pertencente à classe das borrachas especiais resistentes a óleos. A polimerização é efetuada por processo de emulsão, podendo ser realizada a quente ou a frio, obtendo-se os denominados "hot nitriles" e "cold nitriles", conforme a temperatura a qual o produto tenha sido submetido seja superior a 30ºC, ou situando-se entre 5ºC e 15ºC, respectivamente.

A borracha nitrílica possui variações em sua composição de acordo com o teor de acrilonitrila e butadieno em sua composição. Segundo a peticionária, o teor de acrilonitrila na composição da NBR pode variar de 18% a 50%. Note-se que quanto maior o teor de acrilonitrila, maior a resistência química do artefato. Os produtos fabricados de acordo com a referida variação podem ser denominados NBR de baixo, médio, alto e ultra alto teor de acrilonitrila.

As borrachas nitrílicas geralmente se apresentam sob a forma de "fardos" ou em pó. Quando compostas com o termoplástico PVC, podem se apresentar também sob forma de mantas, tiras ou grânulos.

A NBR é utilizada em aplicações em que, além das boas propriedades mecânicas e/ou boa resistência à fadiga dinâmica, é também exigida boa resistência a óleos e/ou gasolina, boa resistência ao envelhecimento por calor e à abrasão. Por isso, é utilizada na indústria em geral, automobilística e no setor de óleos minerais.

Na produção de NBR, muitos parâmetros podem ser combinados de forma a disponibilizar uma grande diversidade de graus comerciais do produto. Alguns desses parâmetros são: teor de acrilonitrila, que influencia diretamente a resistência a óleo e a gasolina, bem como a flexibilidade à baixa temperatura; temperatura de polimerização, que origina os "hot nitriles" ou "cold nitriles"; modificador de cadeia, que provoca diferenças na viscosidade Mooney e no processamento; e estabilizador, que origina diferenças na cor e na estabilidade durante a armazenagem.

A NBR pode oferecer resistência à baixa temperatura (entre -10 e -50ºC), a óleos, a combustível e a solventes. Deve-se ressaltar que essa resistência é determinada em função do teor de acrilonitrila presente na borracha. A NBR apresenta, ainda, resistência à fadiga dinâmica e baixa permeabilidade ao gás.

Estas características, combinadas a boa resistência à alta temperatura e à abrasão, tornam a utilização da borracha de NBR apropriada para uma variedade de aplicações.

A borracha nitrílica é usualmente aplicada em "o-rings" (anéi s de borracha), membranas, foles, tubos e mangueiras, quer para aplicações hidráulicas ou pneumáticas, quer para transporte de hidrocarbonetos alifáticos (propano e buteno), correias transportadoras, material de fricção, cobertura de rolos para diversos fins, especialmente para as indústrias de pintura têxtil, e solas para calçado de segurança.

O produto objeto da investigação não está sujeito a nenhuma norma ou regulamento técnico oficial, não havendo nenhum certificado internacional de qualidade ou de especificações do produto, sendo estas últimas definidas com base nas necessidades do mercado mundial. Entre as especificações em questão encontram-se: teor de acrilonitrila, teor de butadieno, "viscosidade Mooney", categoria, polimerização, composição da mistura NBR-PVC e agente de partição.

Quanto aos canais de distribuição, o produto objeto da investigação é comercializado por meio de distribuidores ou diretamente aos clientes finais no Brasil.

Em sua resposta ao questionário do produtor/exportador, a LG Chem afirmou não haver diferenças no processo produtivo de acordo com a destinação do produto. Ademais, esclareceu que sua produção é realizada de forma contínua em 3 turnos de revezamento.

A empresa sul-coreana demonstrou, por meio de fluxograma, as principais etapas do seu processo produtivo de NBR, bem como os equipamentos utilizados. A primeira etapa de produção consiste [confidencial].

A Arlanxeo, por sua vez, pontuou que os principais ingredientes (monômeros) da NBR, a acrilonitrila e o butadieno, são em princípio baseados em óleo cru. Explicou, ainda, que a NBR é produzida em um processo de polimerização por emulsão de radicais livres (aquosa), e que, portanto, pode conter emulsificadores residuais, como ácidos graxos ou de colofônia.

A NBR produzida pela Arlanxeo pode ser classificada em duas categorias principais: o grade padrão e o grade especial de NBR, sendo que todos os grades e subgrades são oferecidos globalmente para todos os clientes.

A exportadora apresentou, em resposta ao questionário, as características principais dos produtos por ela comercializados:

(i) Grades padrão:

- os produtos considerados como grades padrão de NBR são classificados de acordo com a proporção de Acrilonitrila / Butadieno;
- o conteúdo de acrilonitrila pode variar entre 18% e 50%. Quanto maior o conteúdo de acrilonitrila, melhor é a resistência ao óleo do elastômero, e quanto menor o conteúdo de acrilonitrila, melhor será a flexibilidade a frio;
- o segundo critério de classificação do produto refere-se à viscosidade dos elastômeros, e cobre uma faixa de 30 MU a 125 MU de viscosidade;
- o cliente escolhe o produto NBR de acordo com os requisitos de suas aplicações (as principais aplicações são compostos de borracha resistentes a graxa e óleo); e
- as principais aplicações para NBR de grade padrão são mangueiras, vedações, juntas, estatores de bomba, pavimentos, sapatos, cabos e modificações plásticas. As principais indústrias de consumo são a automotiva, de transporte, maquinário, cabos, plásticos, construção, óleo e gás.

(ii) Grades especiais:

- para os grades especiais de NBR, o copolímero de emulsão de acrilonitrila/butadieno é modificado por:
- remoção do emulsificante, o que resulta em polímeros muito puros de NBR que são usados em processos de baixa sujidade de moldes (polímeros padrão que contêm emulsificantes do processo produtivo aumentam a frequência em que são necessários ciclos de limpeza dos moldes de borracha, e, portanto, aumentam os custos de produção);
- incorporação de um terceiro monômero ao polímero (como [confidencial] para os grades Krynac X), que adiciona ao elastômero alta resistência à abrasão, para aplicação industrial envolvendo processos de rotação;
- incorporação de um agente "cross-linker" aos grades Krynac XL, o que resulta em polímeros com baixa dilatação para processos de extrusão; e
- adição direta de um óleo no processo produtivo dos grades Krynac M, para indústrias envolvendo processos de rolagem.

Os grades de NBR da Arlanxeo vendidos em pó são produzidos por tecnologia de moagem ou spray. Os produtos são classificados nas marcas Krynac e Perbunan (vendidos em fardos de 25 kg), e Baymod N (vendido na forma em pó).

2.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil é a borracha NBR com características semelhantes às descritas no item 2.1. O produto fabricado pela Nitriflex pode ser polimerizado a quente ou a frio, possui teor de acrilonitrila variando entre 27% e 47% e viscosidade Mooney a 100ºC variando entre 20 e 120. A linha de produtos da Nitriflex inclui aqueles com resistência a óleos e combustíveis para aplicações gerais e específicas, como peças automobilísticas e produtos industriais possíveis de se processar por moldagem, extrusão e calandragem.

O processo produtivo da borracha nitrílica adotado pela peticionária compreende as seguintes etapas:

(i) Reação:

O tipo de polimerização empregado pela peticionária é o de polimerização em emulsão e o processo de reação em batelada. Para a reação das borrachas nitrílicas é necessária a utilização de um emulsificante.

Preparado o emulsificante, a etapa seguinte consiste no carregamento do reator. Com o reator em vácuo, o emulsificante é transferido para o reator onde também são adicionados os monômeros (acrilonitrila e butadieno), modificador de cadeia, o iniciador e o ativador. A reação é acompanhada por meio dos seguintes parâmetros: temperatura (°C), pressão (kgf/cm²) e sólidos totais (%), sendo este último o que determinará o final da reação.

Quando a reação atinge o alvo de sólidos totais, especificado pela área técnica, é adicionado o terminador.

Ao fim da reação, ainda no reator, é adicionada uma solução de pó-estabilizador.

(ii) Recuperação de monômeros

Depois de finalizada a reação, a borracha nitrílica, ainda sob a forma de látex, é transferida para o vaso de expansão onde são recuperados os monômeros que não foram convertidos em polímero durante a reação. A recuperação é realizada por meio de injeção de vapor em determinadas condições de temperatura e pressão, para cada tipo de borracha.

(iii) Armazenamento

Após a recuperação dos monômeros, o látex é transferido para o tanque de armazenamento. Antes do início da coagulação esta mistura recebe uma solução de antioxidante.

Do tanque de armazenamento, o látex segue para a coagulação e secagem.

(iv) Coagulação e secagem

O látex segue do tanque de armazenamento para o vaso de coagulação, onde recebe o coagulante e a água mãe. Para garantir a máxima coagulação, do vaso de coagulação a mistura segue por transbordamento para o vaso de conversão.

Do vaso de conversão a mistura segue, também por transbordamento, para uma peneira que separa a borracha da água mãe. A água mãe retorna para o vaso de coagulação, já a borracha segue para o vaso de lavagem. No vaso de lavagem, a borracha é lavada com água para retirar o coagulante e, caso necessário, há ajuste do pH.

Do vaso de lavagem a borracha passa por outra peneira onde é separada da água de lavagem. A borracha segue para a desumidificadora para retirar o excesso de água e, posteriormente, para o desintegrador que corta a borracha em pedaços menores visando facilitar a secagem. Do desintegrador a borracha segue através de transportadores para o secador.

Ao final do secador, a borracha passa nos quebradores e cai no elevador que transporta a borracha até a balança. Quando a sua massa alcança 33 kg, a borracha cai na prensa onde o fardo de borracha é formado.

Da prensa o fardo de borracha passa por um detector de metais, na embaladora, para envolver o fardo em um filme de polietileno e, posteriormente, por uma inspeção visual antes de ser colocado na caixa.

O produto fabricado pela indústria doméstica, assim como o produto objeto da investigação, não está sujeito a nenhuma norma ou regulamento técnico específico.

2.3. Da classificação e do tratamento tarifário

A NBR é normalmente classificada no subitem 4002.59.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, cuja descrição é apresentada a seguir:

4002	Borracha sintética e borracha artificial derivada dos óleos, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras; misturas dos produtos da posição 40.01 com produtos da presente posição, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras.
4002.5	Borracha de acrilonitrila-butadieno (NBR)
4002.59.00	Outras

A alíquota do Imposto de Importação desse subitem tarifário se manteve constante, em 25%, durante todo o período de análise de dano.

Cabe destacar que o referido subitem é objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/ Mercosul, que reduzem a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto objeto da investigação:

Preferências Tarifárias

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Mercosul	ACE-18 Mercosul	100%
Bolívia	ACE-36 Mercosul-Bolívia	100%
Chile	ACE-35 Mercosul - Chile	100%
Colômbia	ACE-59 Mercosul-Colômbia	100%
Equador	ACE-59 Mercosul - Equador	100%
Israel	ALC Mercosul Israel	100%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Peru	ACE-58 Mercosul Peru	100%
México	ACE-59 Brasil-México	30%
Cuba	APTR04 Cuba - Brasil	28%
Venezuela	APTR04 Venezuela-Brasil	28%

2.4. Da similaridade

O § 1º o do art. 9º o do Decreto nº o 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º o do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Dessa forma, conforme informações obtidas na petição, o produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil:

(i) são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, quais sejam, acrilonitrila e butadieno;

(ii) apresentam semelhantes composições químicas, variando entre NBR de baixo, médio, alto e ultra teor de acrilonitrila;

(iii) possuem as mesmas características físicas, apresentando-se, normalmente, sob a forma de fardos, em pó, mantas, tiras ou grânulos;

(iv) não seguem nenhuma norma ou regulamento técnico em específico, porém se baseiam em especificações requeridas pela indústria, tais como variações nas composições dos monômeros ou da "viscosidade Mooney";

(v) são produzidos segundo processo de produção semelhante, composto por 4 etapas básicas (reação, recuperação de monômeros, armazenamento e coagulação e secagem);

(vi) têm os mesmos usos e aplicações, sendo destinados a diversas aplicações industriais (mercado automobilístico, calçadista, de artefatos industriais, etc.);

(vii) apresentam alto grau de substitutibilidade, além de serem considerados concorrentes entre si, visto que se destinam ambos aos mesmos segmentos industriais e comerciais, sendo, inclusive, adquiridos por clientes em comum; e

(viii) são vendidos aos mesmos tipos de clientes, quais sejam, distribuidores e consumidores finais.

2.5. Das manifestações acerca da similaridade

Em resposta ao pedido de informações complementares, protocolado em 4 de outubro de 2017, a Arlanxeo Brasil dissertou acerca das diferenças entre o produto nacional e o importado. A importadora asseverou que embora uma comparação superficial não indicasse grandes diferenças em termos de características básicas (como o teor de acrilonitrila e viscosidade Mooney), existiriam várias características não reportadas em boletins técnicos ou catálogos que seriam facilmente identificadas no processo fabril de clientes, pois exerceriam grande influência na produtividade e na qualidade dos produtos.

Conforme a Arlanxeo Brasil, clientes finais que utilizam processos de produção muito críticos (como a injeção de compostos de borracha), ou que produzem peças de geometria muito complexa teriam preferência pelo produto importado, "uma vez que a utilização do produto nacional resulta em níveis mais elevados de refugo, principalmente devido a maiores índices de sujidade dos moldes utilizados". Esses maiores índices de sujidade obrigariam os clientes a realizarem mais paradas para realizar limpeza de maquinário, o que chegaria a impossibilitar o uso do produto nacional para alguns clientes.

A importadora esclareceu ainda que a produção nacional é realizada por processo em bateladas, ao passo que alguns dos produtos estrangeiros são produzidos em plantas de processo contínuo. Logo, clientes que produzem peças de dimensões controladas, por exemplo, deveriam utilizar NBR produzida em plantas de processo contínuo, "uma vez que o processo em bateladas faz com que haja variação das propriedades de um mesmo lote. Essa variação é intrínseca ao processo em bateladas, mas reduz o desempenho da borracha, uma vez que, quanto mais variações nas propriedades de um mesmo lote, maior a variação nas dimensões do produto final". Assim, segundo palavras da importadora, o uso de NBR produzido em bateladas em algumas indústrias poderia reduzir a sua produtividade e aumentar seus níveis de refugo, por exigir ajustes mais frequentes do processo produtivo.

A Arlanxeo Brasil mencionou ainda que alguns produtos importados não possuiriam equivalentes diretos produzidos pela indústria doméstica:

Baymod N 34.52 e Baymod N 34.82: devido ao tipo de agente de partição utilizado no produto importado, não haveria equivalente direto do produtor nacional, que utilizaria carbonato de cálcio em concentrações maiores para obter o mesmo grau de friabilidade, mas consequentemente concentra menos polímero, causando maior custo final ao cliente. Adicionalmente a este fato, os grades Baymod possuiriam aprovação do FDA (Food and Drug Administration) dos EUA para contato com alimentos, o que não ocorreria com o produto doméstico;

Baymod N XL 38.43: o produto importado seria produzido por processo de secagem por spray, que não seria utilizado pelo produtor nacional. Segundo a importadora, o produto produzido pelo processo de secagem por spray não seria substituível por NBR secado por outros métodos, uma vez que esse processo de secagem conferiria ao material características especiais, como tamanho reduzido de partícula e uniformidade geométrica, que não poderiam ser obtidas por processos de moagem convencionais. Essas características seriam críticas na produção de materiais de fricção por via seca;

Krynac 4975 F: O teor de acrilonitrila deste produto seria de 48,5%, significativamente maior do que o produto nacional de maior teor de acrilonitrila (45%), nas palavras da importadora. Isto impactaria diretamente na resistência química do produto; ou seja, o produtor nacional não possuiria um grade com resistência química equivalente ou superior a este grade importado;

Krynac X 160: O teor de acrilonitrila e carboxila desse produto seria diferente do produto nacional, uma vez que a indústria doméstica produziria somente um tipo de borracha nitrílica carboxilada (XNBR);

Krynac XL 34.70: esse grade seria pré-reticulado em reator, enquanto o produtor nacional não ofereceria em sua linha de produtos nenhum grade pré-reticulado. Essa característica, segundo a importadora, seria ingrediente chave em compostos especiais para calandras ou extrusão onde se deseja facilitar o manuseio em processo;

Perbunan 1846 F: O teor de acrilonitrila deste produto seria de 18%, que seria menor do que o produto nacional de menor teor de acrilonitrila (27%). Isto impactaria diretamente na flexibilidade do produto a baixas temperaturas; ou seja, o produtor nacional não possuiria um grade com flexibilidade a baixas temperaturas equivalente ou superior a este grade importado;

Perbunan 4456 F: esse material faria parte da linha de produtos importados de maior pureza, similar à linha "Clean" do produtor doméstico. Porém, dos produtos de pureza elevada produzidos localmente, o teor máximo de acrilonitrila seria 39%, enquanto o teor do produto importado seria 44%; consequentemente, conforme a Arlanxeo Brasil, o produto apresentaria maior resistência química do que os demais produtos nacionais de elevado grau de pureza.

Tendo em vista que a Nitriflex teria eliminado da petição as borrachas nitrílicas com teor de acrilonitrila extremamente alto ou extremamente baixo, que não seriam produzidas pela indústria doméstica, a Arlanxeo Brasil solicitou que os produtos supramencionados (exceto o Perbunan 1846 F, que já se encontraria fora do escopo), por não serem produzidos pela indústria nacional, e tampouco serem substitutos para os produtos nacionais, fossem eliminados do escopo da presente investigação.

Em resposta ao questionário do importador protocolada em 4 de setembro de 2017, a Auriquimica discorreu acerca da similaridade do produto, afirmando que existiriam diferenças técnicas entre o produto nacional e o importado que, segundo a empresa, interferem na produção de produtos finais de clientes consumidores desse tipo de polímero.

Dentre as características que diferenciariam o produto importado do doméstico, estaria a menor sujidade de molde na produção de artefatos de borracha pelo processo de injeção e compressão, menor ciclo de tempo de mistura dos compostos, menor ciclo de tempo de vulcanização com consequente aumento de produtividade e redução de custo de produção e controle de dureza devido à faixa de variação acrilonitrila e viscosidade Mooney.

Acrescentou ainda que a indústria doméstica não teria em seu portfólio todos os grades de NBR dos quais a indústria necessitaria, tais como: NBR com 50% de acrilonitrila, NBR com 18% de acrilonitrila, NBR com 28% de acrilonitrila e 38% de viscosidade Mooney e NBR com plastificante.

Por fim, a Auriquimica relatou que alguns clientes reclamariam da NBR nacional, uma vez que a borracha produzida pela Nitriflex não traria uma constância de lote a lote, podendo apresentar performances diversas em cada aquisição.

A Empresa Techseal, em resposta ao questionário do importador protocolada em 1º o de setembro de 2017, afirmou que recorre ao produto importado visto que os produtos nacionais apresentariam problemas na produção contínua direta ou indireta. Segundo a importadora, um dos fatores de principal relevância no seu processo produtivo é o fenômeno denominado sujidade determinado pelo arraste de material nos canais do molde no momento da injeção. Conforme palavras da Techseal, nos compostos em que se utiliza elastômero importado, este fenômeno raramente ocorreria; já com relação à NBR nacional, este fenômeno ocorreria praticamente a cada injeção, resultando na necessidade de limpeza do ferramental a cada 30 minutos em média.

Em resposta ao questionário do importador protocolada no dia 1º o de setembro de 2017, a empresa Netzsch afirmou que a NBR produzida nacionalmente apresenta uma variação muito grande de características, principalmente no que se refere à variação do teor de acrilonitrila (entre 43% e 48%). Este fator afetaria as condições de processamento e propriedades físicas e químicas do composto final utilizado na fabricação de peças acabadas para as bombas de extração de petróleo.

A importadora acrescentou que "com range tão flexível como o encontrado no produto nacional" seria muito difícil manter a estabilidade e o padrão de qualidade dos estatores fabricados pela Netzsch e exigidos pelo mercado, cuja eventual falha no campo poderia causar prejuízos incalculáveis.

Por sua vez, a Nitriflex apresentou, em sua petição de início, detalhes acerca da similaridade do produto. A peticionária ressaltou que o produto fabricado pelos produtores/exportadores sul-coreanos tratar-se-ia de NBR commodity, a qual pode ter utilização mais abrangente que aquele fabricado pelos franceses.

No que tange ao processo de secagem para a NBR em pó, a peticionária apontou que este processo pode ser realizado por meio de spray drying, que não é utilizado pela indústria doméstica, mas seria utilizado pelos produtores/exportadores investigados. No entanto, essa diferença no processo produtivo, de acordo com a peticionária, não alteraria o produto final, sendo substituíveis os produtos fabricados por meio dos dois processos de secagem.

A Nitriflex discorreu, ainda, acerca dos diferentes processos produtivos de NBR. Enquanto a peticionária produziria por regime de bateladas, as produtoras/exportadoras utilizariam o processo de reação contínua. No entanto, conforme entendimento da peticionária, essa diferença no processo produtivo não seria significativa e não comprometeria a qualidade e as aplicações do produto.

2.6. Dos comentários acerca das manifestações

No que diz respeito aos pleitos de exclusão de tipos de produtos em razão da inexistência de produção nacional, cumpre ressaltar que o conceito de similaridade abarca não só o produto idêntico, mas aquele com características semelhantes. Não existe na legislação multilateral exigência que obrigue a indústria doméstica a fabricar todos os tipos e/ou modelos de produtos exportados pelos exportadores investigados.

Como demonstrado anteriormente, o produto fabricado no Brasil é fabricado a partir das mesmas matérias-primas, possui as mesmas características físicas, é produzido segundo processo de fabricação semelhante, é vendido por meio de canais de distribuição análogos e se presta às mesmas finalidades que o produto importado.

A depender da aplicação a que a borracha NBR é destinada, haverá a exigência de fabricação de borracha NBR segundo especificações (conteúdo de acrilonitrila, viscosidade Mooney, elasticidade, resistência a abrasão, a temperatura, a óleo, a gás), as quais determinarão a aplicação de componentes, tecnologias ou agentes químicos de partição também específicos.

Assim, para fins de determinação preliminar, considerou-se que não foram apresentados argumentos que demonstrassem categoricamente a diferença de aplicação dos produtos mencionados daqueles fabricados pela indústria doméstica. Além disso, considerando que não houve tempo hábil para que a indústria doméstica apresentasse argumentos acerca das alegações dos exportadores, que pudessem constar deste Documento, concluiu-se, preliminarmente, que os produtos mencionados pela Arlanxeo Brasil não deveriam ser excluídos do escopo da investigação, na medida em que não restou definitivamente comprovado que as características dos produtos mencionados implicariam na inviabilidade da substituição destes pelos similares da indústria doméstica.

A Arlanxeo afirmou ainda exportar um produto fabricado a partir do processo de spray drying ou processo de secagem por aspersão, que não seria fabricado pela indústria doméstica. Segundo a importadora, o produto produzido a partir desse processo não seria substituível por NBR secado por outros métodos, uma vez que esse processo de secagem conferiria ao material características especiais, como tamanho reduzido de partícula e uniformidade geométrica, que não poderiam ser obtidas por processos de moagem convencionais. Segundo a Arlanxeo, essas características seriam críticas na produção de materiais de fricção por via seca.

A alegação da empresa, no entanto, não condiz com o argumento apresentado pela indústria doméstica de que desconheceria modificações na aplicação dos produtos fabricados pelos diferentes métodos de produção.

Na investigação anterior, objeto do processo MDIC/SECEX/DECOM/52000.004266/2010-13, a borracha NBR fabricada a partir do processo de spray drying foi considerada como produto similar para fins de início da investigação, mas foi excluída do escopo investigado após as verificações in loco nos exportadores. Segundo consta do Parecer DECOM nº o 5, de 2012, as borrachas NBR que tivessem sido produzidas pelo processo de spray drying, cujo tamanho da partícula fosse menor ou igual a 0,12 mm, foram excluídas do escopo da investigação, porque ter-se-ia concluído que tal processo produziria um tipo de borracha, cuja destinação exigiria especificações rigorosas de tamanho e de regularidade da NBR em forma de pó. Assim, as borrachas nitrílicas em pó com granulometria igual ou inferior a 0,12 mm que tenham sido produzidas pelo processo de spray drying foram excluídas do escopo da investigação anterior.

Tendo em vista as conclusões da investigação anterior, questionou-se, neste procedimento, a pertinência de incluir as borrachas NBR fabricadas por processo de spray drying na investigação.

A peticionária afirmou, a esse respeito, durante a realização de verificação in loco, que, apesar de não utilizar tal processo produtivo em sua planta, teria à sua disposição um novo sistema de moagem de borracha NBR, em fase de teste com os clientes, que seria capaz de moer a partícula de borracha em tamanhos similares àqueles atingidos pelo processo de spray drying (200 micrômetros). A única diferença, segundo a peticionária, estaria no formato disforme da partícula obtida pela moagem quando comparado à esfericidade da partícula obtida pelo processo spray drying. A peticionária declarou, entretanto, desconhecer eventuais vantagens das partículas esféricas sobre as disformes nas aplicações de NBR em pó.

Ressalte-se que, conforme explicitado anteriormente, o conceito de similaridade não pressupõe a produção, por parte da indústria doméstica, de todos os tipos de produto idênticos àqueles exportados para o Brasil. Isso, não obstante, tem-se o fato de que as borrachas fabricadas por processo spray drying foram excluídas de processo anterior, devido a características específicas do produto. No entanto, na presente investigação, a indústria doméstica apresentou argumentação acerca do desenvolvimento de novo sistema de moagem, por meio do qual seria possível fabricar borracha com características semelhantes àquela fabricada por spray drying. Ressalte-se que, na ocasião da verificação in loco na indústria doméstica, foram obtidos tais esclarecimentos acerca do referido sistema de moagem, conforme informações constantes do relatório de verificação, que integra os autos do processo.

Para fins de determinação preliminar, decidiu-se pela manutenção das borrachas NBR produzidas pelo processo de spray drying no escopo da investigação. No entanto, buscar-se-ão maiores detalhamentos sobre o produto quando da verificação in loco no produtor/exportador francês. Nessa ocasião, será dada a oportunidade para que a empresa possa comprovar em que medida as singularidades do produto afastam a similaridade deste tipo de produto daqueles considerados no escopo da investigação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No que tange ao teor de acrilonitrila, a concentração dessa matéria-prima traz implicações importantes em termos de características e aplicações para a borracha NBR em questão. Na investigação anterior, em razão da manifestação do produtor francês que foi sucedido pela Arlanxeo, concluiu-se que não haveria similar nacional para as borrachas NBR de teor de acrilonitrila extremamente baixas ou extremamente altas. Por essa razão, a peticionária limitou o seu pleito às borrachas NBR com teor de acrilonitrila maior ou igual a 20% e menor ou igual a 50%. Os argumentos apresentados pela Arlanxeo não foram suficientes para, nesta determinação preliminar, justificar a exclusão de borrachas NBR com teor de acrilonitrila acima de 48,5%, uma vez que não restou demonstrada e/ou comprovada a inviabilidade de substituição deste tipo de NBR por outro fabricado pela indústria doméstica. Além disso, tendo em vista a ausência de manifestação das demais partes interessadas a respeito do tema, considerou-se, para fins de determinação preliminar, que os mencionados tipos de NBR deveriam ser mantidos no escopo da investigação.

Com relação à alegação de que produção nacional é realizada por processo em bateladas, e que a utilização de borracha NBR produzida por processo em batelada poderia implicar redução de produtividade e aumento dos níveis de refugo no processo produtivo dos consumidores finais da borracha NBR, ressalte-se que os exportadores fabricam borracha NBR por processo de produção contínua e por batelada, e não foi aludida nenhuma diferença entre o produto da mesma empresa, quando fabricados por métodos diferentes. Não há elementos nos autos indicando quais produtos, quando destinados para o Brasil, foram produzidos por um ou outro método. Dessa forma, não foi possível avaliar se o processo de produção contínua ou por batelada possuiria implicações sobre a borracha fabricada.

No tocante às manifestações dos importadores acerca da diferença no grau de sujidade de molde na produção de artefatos de borracha para o produto importado e para o nacional, cumpre esclarecer que, embora ela possa existir, considerou-se, para fins de determinação preliminar, que essa característica não parecia inviabilizar a substituição de um produto pelo outro, parecendo afetar, apenas, a eficiência produtiva das empresas que os utilizam.

2.7. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

O art. 9º o do Decreto nº o 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise constante no item 2.4 deste Documento, concluiu-se, para fins de determinação preliminar, que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da investigação, nos termos do art. 9º o do Decreto nº o 8.058, de 2013.

Durante a investigação serão colhidas informações mais detalhadas sobre os produtos fabricados pelas origens investigadas e pela indústria doméstica para que, eventualmente, possam ser determinadas exclusões de determinados tipos de produtos.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Tendo em vista que a peticionária consiste na única produtora nacional do produto similar doméstico, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de borracha nitrílica da empresa Nitriflex S.A. Indústria e Comércio, a qual representa a totalidade da produção nacional do produto similar doméstico.

Insta ressaltar que, ao início da investigação, buscou-se identificar outros produtores de borracha nitrílica no mercado doméstico, por meio dos ofícios nº o 1.250/2017/CGSC/DECOM/SECEX e 1.251/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 3 de maio de 2017, enviados à Associação Brasileira de Indústria Química (ABIQUIM) e à empresa Lanxess Elastômeros do Brasil S/A. No entanto, apenas a Nitriflex foi apontada como produtora nacional de NBR similar ao objeto da investigação.

4. DO DUMPING

De acordo com o art. 7º o do Decreto nº o 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

4.1. Do dumping para efeitos de início da investigação

Na presente análise, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2016, a fim de se verificar a existência de prática de dumping nas exportações para o Brasil de NBR, originárias da Coreia do Sul e da França.

4.1.1. Da Coreia do Sul

4.1.1.1. Do valor normal

De acordo com o art. 8º o do Decreto nº o 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Segundo informações da peticionária, ao início da investigação, não foi possível a obtenção de provas ou amostras válidas que embasassem as informações acerca dos preços praticados pelos produtores sul-coreanos no mercado local. A empresa alegou que, diante da similaridade do produto brasileiro com o produto objeto da investigação, as empresas sul-coreanas não disponibilizam acesso a seus preços no mercado interno, por questões concorrenciais. Dessa forma, tratar-se-ia de informações em geral confidenciais e não facilmente disponíveis para terceiros.

Dessa forma, com base no art. 14, inciso I, do Decreto nº o 8.058, de 2013, a peticionária apresentou, para apuração do valor normal da Coreia do Sul ao início da investigação, o preço médio da NBR exportada para terceiro país.

A peticionária, em sua resposta às informações complementares à petição, sugeriu que fosse utilizado o preço das exportações da Coreia do Sul para o Japão.

A peticionária justificou sua escolha pelo Japão com base nos seguintes fatores: (i) proximidade geográfica com a Coreia do Sul, o que implica custos e despesas mais similares àqueles incorridos nas vendas ao mercado doméstico sul-coreano e (ii) o mercado consumidor japonês, além de ser relevante, se assemelharia ao brasileiro, haja vista existirem grandes montadoras de automóveis, indicando grande consumo de componentes e peças à base de NBR. Além disso, o Japão seria a alternativa mais adequada do que a Índia, tendo em vista a medida antidumping aplicada por esta última (prorrogada em 2015) sobre as importações de NBR originárias da Coreia do Sul, após constatação da continuação da prática de dumping por parte dos produtores/exportadores sul-coreanos e do dano sofrido pela indústria doméstica indiana decorrente de tal prática.

Após conferência dos dados de exportação no sítio eletrônico de estatísticas oficiais do governo sul-coreano - Korean Customs Service, constatou-se que o volume exportado de NBR para o Brasil em 2016 era próximo ao volume exportado ao Japão no mesmo período. Dessa forma, considerando a proximidade geográfica dos dois países e a semelhança de volume vendido pela Coreia do Sul ao Japão e ao Brasil no período de investigação de indícios de dumping, considerou-se apropriada a indicação da peticionária do Japão como país de destino das exportações coreanas para fins de apuração do valor normal. Dessa forma, o valor normal da Coreia do Sul, para fins de início da investigação, foi apurado com base no preço de exportação dessa origem para o Japão.

Os dados de exportações de NBR da Coreia do Sul para o Japão foram coletados do sítio eletrônico da Korea Customs Service, a aduana coreana, considerando-se o código tarifário do SH 4002.59, no qual o produto é comumente classificado.

Para fins de comprovação das informações apresentadas, foi realizada consulta à referida base, na qual foram confirmados os dados fornecidos pela peticionária.

Dessa forma, para fins de início da investigação, o valor normal apurado para a Coreia do Sul foi US$ 1,69/kg.

4.1.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº o 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto sob análise.

Para fins de apuração do preço de exportação da Coreia do Sul para o Brasil, foram consideradas as exportações de NBR objeto da análise destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, de janeiro a dezembro de 2016. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados, ao início da investigação, tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo do pedido.

Cumpre ressaltar que o volume de exportação da Coreia do Sul [confidencial] kg constante no parecer de início da presente investigação, utilizado para fins de cálculo do preço de exportação, foi reportado erroneamente. Ciente deste fato, corrigiu-se o referido equívoco, alterando o volume para [confidencial] kg. Entretanto, tal erro material não alterou o preço de exportação encontrado para a Coreia do Sul.

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto sob análise, no período de investigação de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a Coreia do Sul de US$ 1,52/kg.

4.1.1.3. Da margem de dumping

Relembre-se que a margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a Coreia do Sul ao início da investigação:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
1,69	1,52	0,17	11,2

4.1.2. Da França

4.1.2.1. Do valor normal

De acordo com o art. 8º º o do Decreto nº o 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Segundo informações da peticionária, não foi possível a obtenção de provas ou amostras válidas que embasassem as informações acerca dos preços praticados pelos produtores franceses no mercado local. Assim como no caso da Coreia, a empresa alegou que, diante da similaridade do produto brasileiro com o produto objeto da investigação, as empresas francesas não disponibilizam acesso a seus preços no mercado interno, por questões concorrenciais. Dessa forma, tratar-se-iam de informações em geral confidenciais e não facilmente disponíveis para terceiros.

Dessa forma, com base no art. 14, inciso I, do Decreto nº o 8.058, de 2013, a peticionária apresentou, para apuração do valor normal da França ao início da investigação, o preço médio da NBR exportada para terceiro país, neste caso, a Alemanha.

A peticionária justificou sua escolha pela Alemanha com base nos seguintes fatores: (i) a fábrica da principal produtora de NBR da França encontra-se localizada em cidade próxima à fronteira com a Alemanha, o que indica que as vendas destinadas a esse país incorrem em custos e despesas semelhantes àqueles incorridos nas vendas ao mercado doméstico francês; (ii) a Alemanha possui relevante mercado consumidor de NBR e também conta com plantas próprias para a produção doméstica do referido produto; e (iii) o mercado consumidor alemão se assemelharia ao brasileiro, haja vista existirem grandes montadoras e consumo significativo de automóveis, indicando grande consumo de componentes e peças a base de NBR.

Considerando a proximidade geográfica da planta produtiva do produtor/exportador francês com a Alemanha e o fato de este país constituir mercado consumidor relevante de NBR, considerou-se apropriada a indicação da peticionária. Dessa forma, o valor normal da França, para fins de início da investigação, foi apurado com base no preço de exportação dessa origem para a Alemanha.

Ressalte-se que, em virtude da ausência de dados de exportação da França para a Alemanha na base de dados da Eurostat, tanto o volume como o valor exportados pela França foram extraídos com base nos dados de importação da Alemanha, via consulta ao sítio eletrônico da própria Eurostat, considerando-se o código tarifário do SH 4002.59, no qual o produto é comumente classificado. Para fins de comprovação das informações apresentadas, foi realizada consulta à referida base, na qual foram confirmados os dados fornecidos pela peticionária.

Cumpre salientar que o valor obtido da base de dados da Eurostat, por se tratar de importações, é evidenciado na condição CIF. Para fins de ajuste ao valor FOB, tendo em vista que a peticionária afirmou não ter conhecimento do valor de frete e seguro internacional entre a França e a Alemanha, utilizou-se a cotação de frete/seguro das vendas da França para a Alemanha. Dessa forma, por meio de acesso ao sítio eletrônico http://www.worldfreightrates.com/pt/freight (acesso em 07/06/2017), foi obtida cotação de transporte de um contêiner de vinte pés (contendo produto da categoria "Plásticos e Borracha") da França (Wantzenau) para a Alemanha (Munique). Esclareça-se que, tendo em vista a proximidade geográfica da fábrica do principal produtor/exportador francês com a fronteira alemã, buscou-se valor de frete/seguro que seria incorrido em transporte por via terrestre (caminhão). Obteve-se o valor médio (considerando o intervalo fornecido após a mencionada consulta) de US$ 145,90/contêiner. Por meio de consulta a três faturas referentes às exportações realizadas pela peticionária, apresentadas na resposta ao pedido de informações complementares, foi possível constatar que um contêiner de 20 pés contém, considerando a média simples das quantidades constantes nas três faturas mencionadas, 8.713,6 kg de NBR. Dividindo-se o valor de frete/seguro obtido por contêiner pela quantidade média ali contida, obteve-se o valor de US$ 0,017/kg.

A seguir é apresentada tabela em que o cálculo do valor normal para fins de início da investigação, na condição FOB, é demonstrado:

Valor Normal

Valor Exportado à Alemanha (US$) CIF	Volume (kg)	Preço CIF (US$/kg)	Frete e seguro Internacionais (US$/kg)	Valor normal (US$/kg) FOB
34.207.527,92	13.006.700	2,63	0,017	2,61

Dessa forma, para fins de início da investigação, o valor normal apurado para a França, na condição FOB, foi US$ 2,61/kg.

4.1.2.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº o 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da investigação, é o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto sob análise.

Para fins de apuração do preço de exportação da França para o Brasil, ao início da investigação, foram consideradas as exportações de NBR objeto da análise destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de investigação de dumping, ou seja, de janeiro a dezembro de 2016. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras,

disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo do pedido.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
3.081.498,59	1.732.442,0	1,78

Dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de investigação de dumping, pelo respectivo volume importado, em quilogramas, chegou-se ao preço de exportação apurado para a França de US$ 1,78/kg.

4.1.2.3.4. Da margem de dumping

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a França:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
2,61	1,78	0,83	46,6

Identificou-se, em revisão posterior de seus cálculos após a publicação da Circular de início de investigação, que a margem de dumping relativa à França, no valor de 43,8%, estava incorreta. Ante o exposto, corrigiu-se tal equívoco, alterando a referida margem de dumping relativa da França para 46,6%.

4.1.3. Das manifestações acerca do dumping para efeito de início da investigação

Em manifestação protocolada em 4 de outubro de 2017, a empresa Arlanxeo Brasil S.A. evidenciou a metodologia utilizada, para fins de início da investigação, na apuração da margem de dumping da França (valor normal com base nas exportações de NBR da França para a Alemanha), a qual teria desconsiderado os diferentes padrões de demanda existentes nos mercados alemão e brasileiro. De acordo com a Arlanxeo Brasil, os importadores alemães seriam, de forma geral, consumidores de grades mais elevados de borracha, geralmente utilizados para produtos de alta performance, enquanto o mercado brasileiro demandaria, geralmente, NBR padrão, sem valor agregado e de preço muito inferior. Consequentemente, o produto exportado para a Alemanha seria "obviamente" mais caro do que o produto exportado ao Brasil.

4.1.4. Dos comentários acerca das manifestações

Para fins de início da investigação, exige-se que a peticionária apresente indícios da existência de dumping, devendo colacionar aos autos elementos probatórios do valor normal e do preço de exportação. O § 1º o art. 42 do Regulamento Brasileiro determina que a correção e a adequação dos dados e indícios contidos na petição serão examinadas com base nas informações prontamente disponíveis.

O conjunto probatório apresentado pela peticionária estava fundamentado em fontes públicas, e a impossibilidade de apresentar informações mais detalhadas foi devidamente justificada, de forma que os indícios da existência de dumping foram considerados adequados para instruir a petição. No curso do processo são buscadas novas informações, solicitando-se, inclusive, a participação dos exportadores do produto investigado por meio das respostas ao questionário do produtor/exportador. O produtor/exportador francês apresentou resposta tempestiva, e a determinação da margem de dumping preliminar levou em consideração as informações apresentadas, sendo que eventuais diferenças existentes entre o valor normal e o preço de exportação foram levadas em consideração para fins de justa comparação, conforme detalhado no item 4.2.

4.2. Do dumping para efeitos de determinação preliminar

Para fins de determinação preliminar, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2016, a fim de se verificar a existência de prática de dumping nas exportações para o Brasil de borracha nitrílica, originárias da França e Coreia do Sul.

As seguintes empresas apresentaram respostas tempestivas ao questionário do produtor/exportador: Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S. e LG Chem Ltd.

Cumpre ressaltar que as conclusões apresentadas neste Documento refletem as informações apresentadas por ambas empresas em resposta ao questionário do produtor/exportador e as informações complementares apresentadas pela empresa Arlanxeo, uma vez que a sua resposta ao pedido de informações complementares foi apresentada antes da data final considerada neste Documento. Insta salientar, ainda, que todos os dados fornecidos pelas produtoras/exportadoras e suas empresas relacionadas serão submetidos a procedimento de verificação in loco.

4.2.1. Da Coreia do Sul

4.2.1.1. LG Chem Ltd

4.2.1.1.1. Do valor normal

O valor normal da LG Chem Ltd. foi apurado para fins da determinação preliminar a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador, relativos aos preços efetivos de venda do produto similar praticados no mercado interno sul-coreano, de acordo com o contido no art. 8º o do Decreto nº o 8.058, de 2013.

Assim, foram reportados os preços brutos praticados em todas as vendas da empresa destinadas ao mercado interno sul coreano. Para fins de apuração do valor normal ex fabrica, a empresa solicitou a dedução das seguintes rubricas do preço bruto praticado em suas operações de vendas: ajustes de faturamento, despesa unitária financeira, frete unitário interno unidade de produção/armazenagem para o cliente, despesa unitária indireta de venda, despesa unitária de manutenção de estoque e despesa unitária de embalagem.

Ressalta-se, a esse respeito, que, por meio do Ofício nº o 02.634/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 25 de setembro de 2017, notificou-se a empresa LG Chem Ltd. acerca das informações que não foram aceitas para fins de determinação preliminar e conferiu-se prazo para que a exportadora fornecesse as explicações pertinentes acerca da ausência/inconsistência das informações apresentadas em resposta ao questionário, conforme estipulado pelo art. 181 do Decreto nº o 8.058, de 2013. Entretanto, o prazo para resposta ao mencionado ofício findou após a data considerada neste Documento e, por isso, as explicações apresentadas pela empresa não foram consideradas para fins de determinação preliminar.

Neste contexto, a despesa unitária financeira e a despesa unitária de manutenção de estoques não foram aceitas da forma como foram reportadas, tendo em vista a inconsistência da metodologia adotada para o cálculo destas rubricas, que não utilizou a taxa de juros de curto prazo efetivamente utilizada pela empresa durante o período de investigação de dumping, conforme constava nos dados de empréstimos apresentado pela própria empresa em resposta ao questionário do produtor exportador.

Dessa forma, o valor normal ex fabrica foi calculado por meio da dedução das rubricas de ajustes de faturamento, frete unitário interno unidade de produção/armazenagem para o cliente, despesas indiretas de venda unitárias e despesa unitária de embalagem do preço bruto de venda praticado pela empresa, conforme os dados de vendas no mercado interno sul-coreano reportados em resposta ao questionário.

Com relação ao ajuste de faturamento, a empresa sul-coreana explicou tratar-se de ajustes de valor realizados para certas vendas para o mercado doméstico, que totalizaram KRW [confidencial] em P5.

As demais rubricas foram deduzidas em conformidade com os dados reportados no Apêndice de vendas no mercado interno da produtora francesa. As metodologias empregadas para reportar os dados foram consideradas adequadas para fins de determinação preliminar, e serão sujeitas à validação por meio do procedimento de verificação in loco.

Foram ainda deduzidos, para fins de cálculo do valor normal ex fabrica, os custos de oportunidade das operações: custo financeiro e despesa de manutenção de estoque, apurados com base na melhor informação disponível, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, os valores de taxas de juros utilizados pela LG Chem Ltd. na apuração destas rubricas não foram aceitos. Assim, a despesa unitária financeira e a despesa unitária de manutenção de estoques foram apuradas, para fins de determinação preliminar, com base na melhor informação disponível, empregando-se metodologia diversa daquela utilizada pela exportadora para apuração de sua taxa de juros de curto prazo.

A esse respeito, cumpre ressaltar que a empresa reportou em sua resposta ao questionário do produtor/exportador, o saldo final da conta contábil de empréstimos de curto prazo para todos os meses de 2016, bem como a quantia mensal despendida para o pagamento dos juros desses empréstimos. Em seu cálculo, [confidencial].

Entretanto, tal cálculo não leva em consideração as variações mensais das diferentes taxas de juros durante o período analisado vis a vis as variações mensais dos saldos de empréstimos de curto prazo. Sendo assim, optou-se por calcular a taxa média de juros para cada mês de 2016 (valor pago mensal a título de juros de empréstimos de curto prazo/ saldo final mensal da conta contábil de empréstimos). Foram, então, somadas as taxas de juros mensais, totalizando uma taxa média anual de [confidencial]%. Esta taxa foi utilizada nos cálculos de despesa unitária financeira e despesa unitária de manutenção de estoque em substituição à taxa reportada pela empresa ([confidencial]) para fins de determinação preliminar.

Após o cálculo do valor de venda ex fabrica, nos termos do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013, buscou-se apurar se as vendas do produto similar pela LG Chem no mercado de comparação poderiam ser consideradas operações comerciais normais. Nesse sentido, buscou-se, inicialmente, apurar se as vendas reportadas em resposta ao questionário do produtor/exportador foram realizadas a preços inferiores ao custo de produção unitário do produto similar, de acordo com o estabelecido no § 1º o do mencionado artigo.

Para tanto, procedeu-se à comparação entre o valor de venda ex fabrica e o custo total de produção de cada uma das operações reportadas no Apêndice de vendas no mercado interno sul-coreano.

Ressalte-se que o custo total de produção foi auferido por meio dos dados reportados pela empresa no Apêndice de custo. No referido Apêndice, além do custo de manufatura, há o valor do custo total de produção, o qual corresponde à soma do custo de manufatura com valores relativos a despesas gerais e administrativas, despesas/receitas financeiras e outras despesas. Cumpre ressaltar que a metodologia de cálculo utilizada pela empresa para reportar os valores de custo foi considerada adequada, para fins de determinação preliminar, e será submetida a procedimento de verificação in loco.

Ressalte-se, ainda a esse respeito, que, para a apuração do custo total de produção utilizado no teste de vendas abaixo do custo, foram considerados os valores mensais correspondentes ao custo de produção, por código de produto - CODIP, reportados pela empresa. Saliente-se que, para os meses em que não houve produção de borracha NBR classificada em determinado CODIP, buscou-se o custo de produção do mesmo CODIP no mês anterior. Nos casos em que não houve produção no mês anterior ao da referida venda, empregou-se o custo médio de produção do período de investigação de dumping para borracha NBR categorizada no CODIP em questão.

Aplicando-se as metodologias descritas, foi possível atribuir o custo total de produção por operação para a totalidade das operações de venda.

Nesse contexto, após a comparação entre o valor da venda ex fabrica e o custo total de produção, constatou-se que, do total de transações envolvendo borracha nitrílica realizadas pela LG Chem no mercado sul-coreano, ao longo dos 12 meses que compõem o período de investigação de dumping, 19,2% ([confidencial]kg) foram realizadas a preços abaixo do custo unitário mensal no momento da venda (computados os custos unitários de produção do produto similar, fixos e variáveis bem como as despesas gerais e administrativas, despesas/receitas financeiras e outras despesas/receitas financeiras).

Assim, o volume de vendas abaixo do custo unitário foi inferior a 20% do volume vendido nas transações consideradas para a determinação do valor normal, o que, nos termos do inciso II do § 3º o art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013, não o caracteriza como quantidade substancial, não podendo, portanto, ser desprezado na apuração do valor normal.

Passou-se, então, ao exame das vendas realizadas pelo produtor/exportador a partes relacionadas no mercado interno. Em resposta ao questionário, a LG Chem afirmou realizar vendas à empresa relacionada [confidencial]. A esse respeito, cumpre ressaltar que somente foi comercializado a essa empresa, ao longo do período de investigação de dumping, o CODIP [confidencial] sendo que tal CODIP não foi vendido a outras empresas coreanas e tampouco exportado ao Brasil.

Dessa forma, nos termos do § 9º do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013, a fim de avaliar se as referidas vendas poderiam ser consideradas como operações comercias normais, comparou-se seu preço médio de venda com o preço médio de venda do CODIP mais próximo, vendido a partes não relacionadas no mercado sul-coreano. A diferença de preço auferida foi superior a 3%, de modo que as vendas deste CODIP a este determinado cliente não foram consideradas como operações normais de comércio.

Passou-se, por fim, à análise de suficiência a fim de averiguar se as vendas no mercado interno representaram quantidade suficiente para apuração do valor normal. Para tanto, considerou-se o volume segmentado por CODIP. Dos [confidencial] CODIPs exportados ao Brasil, apenas o volume de vendas no mercado interno do [confidencial] foi inferior a 5% do volume exportado ao Brasil, constituindo quantidade insuficiente para apuração do valor normal, nos termos do § 1º o do art. 12 do Decreto nº o 8.058, de 2013.

Dessa forma, aplicaram-se metodologias distintas paras os tipos de produto cujas vendas alcançaram quantidade suficiente e para os produtos cujo volume vendido foi inferior a 5% do volume exportado.

Assim, para o código de produto [confidencial] o valor normal foi calculado a partir do valor construído, conforme determina o art. 13 do Decreto nº o 8.058, de 2013. Nesse sentido, partiu-se do custo de produção no país de origem declarado, acrescido de razoável montante a título de despesas gerais e administrativas, despesas financeiras e lucro, nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013.

O custo total médio de produção do referido CODIP, correspondente ao custo de manufatura, acrescido das despesas gerais e administrativas, despesas/receitas financeiras e outras despesas/receitas, foi auferido por meio dos valores reportados pela empresa sul-coreana no Apêndice de custo de fabricação da resposta ao questionário do exportador.

O custo de manufatura da LG Chem representa a soma dos custos variáveis, mão de obra e custos fixos. Dentre os custos variáveis, destacam-se as matérias-primas, cujas principais consistem em butadieno e acrilonitrila, além das utilidades, representadas pela energia elétrica. Há ainda os custos de mão de obra direta e, por fim, os custos fixos, que se subdividem em depreciação e outros custos fixos.

Ao custo de manufatura foi acrescido montante a título de despesas gerais e administrativas, despesas financeiras e outras despesas e receitas, conforme metodologia utilizada pela empresa, a fim de reportar o custo total de produção.

Com relação à margem de lucro, partiu-se do valor bruto de vendas das operações comerciais normais, destinadas ao mercado interno sul-coreano. Do referido valor, deduziram-se as rubricas de ajustes de faturamento, frete unitário interno unidade de produção/armazenagem para o cliente, despesa unitária de embalagem e custos de oportunidade, chegando-se, ao valor normal ex fabrica, à vista. Adicionalmente, deduziu-se o custo total de produção, conforme o tipo de produto vendido em cada uma das operações. Chegou-se, dessa forma, ao lucro líquido de todas as despesas operacionais, exceto despesas indiretas de vendas.

Feito isso a margem de lucro foi calculada pela divisão da soma do lucro de todas as operações sob condições normais de comércio pela soma do custo total dessas operações, e alcançou [confidencial]%. O percentual auferido, referente à participação do lucro no custo, foi então aplicado ao custo total de produção do CODIP para o qual não houve vendas em quantidade suficiente no mercado interno sul-coreano, ao longo do período de investigação de dumping, por meio da fórmula [custo + (custo x lucro)], chegando-se, dessa forma, ao valor normal construído para o referido CODIP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No caso dos CODIPs, vendidos em quantidade suficiente, o valor normal ex fabrica fora auferido a partir dos dados reportados pela empresa no Apêndice de vendas no mercado interno, conforme detalhamento das rubricas apresentado anteriormente. Cumpre ressaltar, a esse respeito, que apesar de as despesas indiretas de vendas terem sido deduzidas, para fins do teste de vendas abaixo do custo, estas não foram deduzidos para fins de garantir a justa comparação com o preço de exportação.

Registre-se que a empresa apresentou os dados de vendas destinadas ao mercado sul-coreano em moeda local (Korean won). Nesse sentido, para fins de determinação preliminar, de acordo com o disposto no art. 23 do Decreto nº o 8.058, de 2013, realizou-se conversão cambial dos valores reportados em moeda local para dólares estadunidenses, utilizando-se a paridade diária da moeda sul-coreana em relação ao dólar no período de investigação de dumping, extraída do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Quanto ao CODIP para o qual construiu-se o valor normal, a conversão para dólares estadunidenses foi realizada com base na paridade diária média da moeda sul-coreana em relação ao dólar no período de investigação de dumping, extraída do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Cumpre ainda ressaltar que a empresa forneceu os dados de vendas segmentados conforme determinadas características do produto. Dessa forma, o valor normal foi apurado levando-se em consideração o tipo de produto.

Diante do exposto, o valor normal da LG Chem Ltd., na condição ex fabrica, ponderado pela quantidade de cada tipo do produto exportado alcançou US$ 1,46/kg (um dólar estadunidense e quarenta e seis centavos por quilograma).

4.2.1.1.2. Do preço de exportação

Conforme informações prestadas pela LG Chem em resposta ao questionário do produtor/exportador, as exportações do produto objeto da investigação, durante o período de investigação de dumping, foram realizadas [confidencial] por intermédio da empresa LG Chem America Inc. (LG CAI), trading company relacionada, localizada nos Estados Unidos. Insta mencionar que [confidencial] operações de venda da LG Chem foram realizadas diretamente para clientes independentes no Brasil, que totalizaram [confidencial] ou [confidencial] do total exportado durante o período de investigação de dumping.

Dessa forma, foi aplicada metodologia distinta para apuração do preço de exportação para cada canal de distribuição.

No caso das vendas realizadas por intermédio da trading relacionada, o preço de exportação da LG Chem foi apurado a partir dos preços efetivos de venda do produto objeto da investigação exportado ao Brasil pela LG CAI, de acordo com o contido no art. 20 do Decreto nº o 8.058, de 2013, segundo o qual, na hipótese de o produtor e o exportador serem partes associadas ou relacionadas, o preço de exportação será reconstruído a partir do preço efetivamente recebido, ou o preço a receber, pelo exportador, por produto exportado ao Brasil.

Já o preço referente às operações de venda realizadas diretamente a clientes independentes no Brasil foi apurado conforme o art. 18 do Decreto nº o 8.058, de 2013, segundo o qual, na hipótese de o produtor ser o exportador do produto objeto da investigação, o preço de exportação será o recebido, ou o preço de exportação a receber, pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Tendo em vista os diferentes canais de distribuições utilizados na exportação do produto objeto da investigação para o Brasil, apresentam-se, a seguir, separadamente, as metodologias de cálculo aplicadas para cada um deles.

4.2.1.1.2.1. Do preço de exportação reconstruído

No caso das operações de exportação realizadas por intermédio na trading relacionada LG CAI, procedeu-se à reconstrução do preço de exportação, a partir do preço de exportação ao primeiro comprador independente no Brasil. A reconstrução visa a retirar o efeito da trading relacionada sobre as exportações da LG Chem para o Brasil.

Nesse sentido, foram deduzidos do preço praticado nas exportações para o Brasil pela empresa LG CAI, valores a título de despesas gerais e administrativas, despesas de venda e margem de lucro da trading. Tanto as despesas gerais e administrativas como as despesas de vendas foram deduzidas conforme os dados reportados pela LG CAI na resposta ao questionário do grupo LG. No entanto, a margem de lucro da própria empresa não pôde ser considerada, uma vez que poderia estar influenciada pelo relacionamento entre as empresas.

As despesas gerais e administrativas e despesas de vendas da LG CAI, para fins de determinação preliminar, foram calculadas a partir dos demonstrativos financeiros da empresa apresentados em resposta ao questionário. Nesse sentido, calculou-se a participação das referidas despesas sobre a receita de vendas do período de investigação de dumping. Com base na mencionada metodologia, o percentual auferido a título de despesas de vendas, gerais e administrativas totalizou o percentual de [confidencial]%.

Ressalte-se que, por meio do ofício nº o 02.634/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 25 de setembro de 2017, a empresa foi notificada acerca das informações faltantes e foi conferido prazo para que a exportadora apresentasse explicações acerca dos balancetes apresentados.

Quanto à margem de lucro, o valor foi obtido a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2016 da trading company Posco Daewoo Corporation, publicadas no sítio eletrônico da empresa (www.daewoo.com/eng/auditReport.do), alcançando o percentual de 1,06%. A Posco Daewoo Corporation é uma empresa multinacional que possui 25 empresas subsidiárias ao redor do mundo, sendo uma, inclusive, situada nos Estados Unidos Posco Daewoo America Corp.

O grupo Posco Daewoo atua em vários segmentos de negócios tais como serviços de exportação, serviços de agência de exportação, serviços de trading, fabricação, distribuição e desenvolvimento de recursos naturais. Os principais produtos vendidos pela empresa incluem produtos químicos, aço industrial e peças de automóveis. A empresa é listada na Bolsa de Valores da Coreia do Sul desde 23 de março de 2001.

Cumpre ressaltar que se buscou, primeiramente, trading companies com sede nos Estados Unidos especializadas na distribuição de produtos químicos. No entanto, não encontrou nenhuma cujos demonstrativos financeiros fossem disponibilizados ao público. Dessa forma, os dados da Posco Daewoo Corporation foram considerados adequados, para fins de determinação preliminar.

Após as deduções descritas acima, a fim de apurar o valor de venda FOB na produtora, foram deduzidos os valores de frete e seguro internacionais incorridos pela LG Chem. Calculou-se, para tanto, um valor unitário dessas rubricas a partir dos dados da empresa sul-coreana e atribuíram-se valores de frete e seguro internacionais às operações da LG CAI, de acordo com os termos de comércio informados pela empresa.

Chegou-se então ao preço de exportação FOB da LG Chem nas operações de exportação intermediadas por sua trading relacionada. A fim de auferir o valor ex fabrica das referidas operações, foram ainda deduzidos os valores referentes ao custo financeiro incorrido pela LG CAI, às despesas diretas de venda (manuseio e corretagem, frete interno terrestre e custo de embalagem) e à despesa de manutenção de estoque incorridos pela produtora sul-coreana (LG Chem).

Com relação às despesas de venda incorridas pela LG Chem, foram deduzidos, em conformidade com o solicitado pela LG Chem em resposta ao questionário do produtor/exportador, os valores relativos ao custo de embalagem, frete interno da planta para o porto e despesas com manuseio de carga e corretagem. Assim, após o cálculo dessas despesas em bases unitárias, deduziram-se os valores das operações de venda da LG CAI para o Brasil.

Ademais, deduziu-se, do preço de exportação FOB da LG Chem, o valor relativo ao custo financeiro incorrido pela trading relacionada nas exportações do produto investigado para o Brasil, durante o período de investigação de dumping. O referido custo foi calculado tomando-se por base a taxa básica de juros estabelecida pelo Federal Reserve (FED) nos Estados Unidos em 2016, qual seja, 0,5% - tendo em vista que a LG CAI está localizada em território estadunidense - aliada às informações apresentadas pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador acerca da diferença de dias entre a data da venda e a data do pagamento, relativa às operações de exportação reportadas.

Com relação à despesa de manutenção de estoque, partiu-se dos dados relativos à empresa fabricante LG Chem. Ressalte-se, a esse respeito, que, apesar das vendas serem realizada por intermédio da trading relacionada, o produto é enviado da Coreia diretamente ao cliente final no Brasil. A referida despesa foi então calculada a partir da taxa de juros apurada pela equipe técnica - relativa a empréstimos de curto prazo - e do número médio de dias em estoque, informados pela LG Chem, bem como do custo de manufatura relativo ao tipo de produto vendido em cada uma das operações reportadas pela produtora sul-coreana. A fim de alocar a despesa de manutenção de estoque da LG Chem às operações de exportação da LG CAI, apurou-se o valor unitário referida despesa conforme os pressupostos supracitados.

Ressalte-se que a metodologia de cálculo apresentada pela empresa para fins de cálculo da taxa de juros de curto prazo, foi ajustada conforme alterações descritas no item 4.2.1.1.1.

Tendo em vista que o cálculo da LG Chem não levava em consideração as variações mensais das diferentes taxas de juros durante o período analisado tampouco as variações mensais dos montantes de empréstimos, optou-se por calcular a taxa média de juros para cada mês de 2016 (valor pago mensal a título de juros de empréstimos de curto prazo/ saldo final mensal da conta contábil de empréstimos). Após, foram somadas as taxas de juros mensais, totalizando uma taxa média anual de [confidencial]. Esta taxa foi utilizada nos cálculos de despesa unitária financeira e despesa unitária de manutenção de estoque em substituição à taxa reportada pela empresa ([confidencial]) para fins de determinação preliminar.

A esse respeito, cumpre ressaltar que, por meio do ofício nº o 02.634/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 25 de setembro de 2017, notificou-se a empresa acerca das informações que não foram aceitas e conferiu-se prazo para a apresentação de esclarecimentos adicionais. Entretanto, o prazo para resposta ao mencionado ofício findou após a data considerada neste Documento e, por isso, as explicações apresentadas pela empresa não foram consideradas para fins de determinação preliminar.

Por fim, tendo em vista que a empresa apresentou os dados de exportação ao Brasil em moeda local (Korean won), realizou-se conversão cambial dos valores reportados para dólares estadunidenses, de acordo com o disposto no art. 23 do Decreto nº o 8.058, de 2013, utilizando a paridade diária da data de cada venda da moeda sul-coreana em relação ao dólar no período de investigação de dumping, extraída do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Considerando todo o exposto, apurou-se o valor total das exportações, na condição ex fabrica, relativos às operações de venda da LG Chem, por intermédio da trading relacionada, LG CAI.

4.2.1.1.2.2. Do preço de exportação nas vendas diretas a clientes finais brasileiros

No tocante às operações de venda direta da LG Chem para clientes independentes no Brasil, a fim de auferir o preço de exportação na condição ex fabrica, foram deduzidas as seguintes rubricas do preço de exportação bruto praticado pela produtora sul coreana: frete e seguro internacional, frete terrestre até o porto, manuseio e corretagem, custo financeiro, despesas de manutenção de estoque e custo de embalagem.

Com exceção dos custos de oportunidade custo financeiro e despesas de manutenção de estoque todas as rubricas foram deduzidas em conformidade com os dados reportados no Apêndice de exportações para o Brasil da produtora sul-coreana apresentados em resposta ao questionário. As metodologias empregadas para reportar os dados foram consideradas adequadas para fins de determinação preliminar, e serão sujeitas à validação por meio do procedimento de verificação in loco.

Com relação ao custo financeiro, utilizou-se a taxa de juros de curto prazo calculada pela equipe técnica ([confidencial]%) em detrimento à taxa calculada pela produtora sul-coreana, conforme explicitado anteriormente. Essa taxa foi multiplicada pela diferença de dias entre a data da fatura e a data do pagamento e pelo preço bruto unitário, dividindo-se posteriormente por 365.

Já a despesa de manutenção de estoque foi calculada a partir da taxa de juros ajustada, conforme explicações constantes do item 4.2.1.1.2.1, relativa a empréstimos de curto prazo e do número médio de dias em estoque, informados pela LG Chem, bem como do custo de manufatura relativo ao tipo de produto vendido em cada uma das operações reportadas pela produtora sul-coreana.

Após as deduções descritas acima, apurou-se o valor total de exportação, na condição ex fabrica, relativo às exportações da LG Chem diretamente para clientes independentes no Brasil. Esse valor foi então convertido para dólares estadunidenses levando-se em consideração a paridade da moeda sul-coreana em relação ao dólar, publicada pelo Banco Central do Brasil, na data de cada uma das operações de exportação, de acordo com o disposto no art. 23 do Decreto nº o 8.058, de 2013.

4.2.1.1.2.3. Preço de exportação para fins de margem de dumping

Tendo sido apurados os valores, na condição ex fabrica, referentes aos dois canais de distribuição utilizados pela LG Chem, conforme metodologias descritas nos itens 4.2.1.1.2.1 e 4.2.1.1.2.2, chegou-se ao valor ex fabrica total de exportação e, finalmente, ao preço de exportação total da empresa sul-coreana.

Dessa forma, o preço de exportação da LG Chem, na condição ex fabrica, ponderado pelos CODIPs exportados pela empresa, apurado para fins de determinação preliminar, alcançou US$ 1,19/kg (um dólar estadunidense e dezenove centavos por quilograma).

4.2.1.1.3. Da margem de dumping

Deve-se ressaltar que a comparação entre o valor normal e o preço de exportação da LG Chem levou em consideração os diferentes tipos do produto comercializados pela empresa. A margem de dumping foi apurada pela diferença entre o valor normal e o preço de exportação de cada tipo de produto, e essa diferença foi, por sua vez, ponderada pela quantidade exportada de cada tipo de produto.

A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas para a Coreia do Sul:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
1,46	1,19	0,26	22,2%

Ressalte-se que os dados da tabela anterior foram arredondados, porém todos os cálculos foram realizados considerando-se todas as casas decimais disponíveis.

4.2.2. Da França

4.2.2.1. Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S.

4.2.2.1.1. Do valor normal

O valor normal da Arlanxeo foi apurado a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador, relativos aos preços efetivos de venda do produto similar praticados no mercado interno francês, de acordo com o contido no art. 8º o do Decreto nº o 8.058, de 2013.

Ressalte-se que, por meio do Ofício nº o 2.635/2017/CGSC/DECOM/SECEX, de 25 de setembro de 2017, solicitaram-se informações complementares àquelas apresentadas na resposta ao questionário do produtor/exportador. Ademais, a empresa Arlanxeo foi notificada acerca das informações não aceitas e conferiu-se prazo para que a exportadora fornecesse as explicações pertinentes acerca da ausência/inconsistência das informações apresentadas em resposta ao questionário, conforme estipulado pelo art. 181 do Decreto nº o 8.058, de 2013. A empresa apresentou resposta ao referido ofício em data anterior àquela considerada para fins de determinação preliminar, de forma que as informações complementares ao questionário foram consideradas em todos os cálculos constantes deste item.

Com vistas à apuração do valor normal ex fabrica, foram deduzidas as seguintes rubricas do valor bruto de suas vendas destinadas ao mercado interno francês: desconto para pagamento antecipado, desconto de quantidade, outros descontos, frete incorrido da fábrica ao armazém, despesa de armazenagem, frete interno unidade de produção/armazenagem para o cliente, seguro interno, despesa indireta de vendas, custo de embalagem, custo financeiro e custo de manutenção de estoque.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ressalte-se que o custo financeiro não foi aceito da maneira como foi reportado. A empresa havia reportado o custo financeiro como o resultado da fórmula:

Faturamento de vendas x termo de pagamento x Taxa de juros de curto prazo para 2016 ([confidencial]%)

No entanto, não se aceitou a metodologia proposta pela empresa, na medida em que fora utilizada o termo de pagamento pactuado pela empresa com seus clientes, e não o prazo efetivo de pagamento para as operações de venda no mercado interno. Dessa forma, o custo financeiro foi recalculado por meio da seguinte fórmula:

Faturamento de vendas x (diferença de dias entre a data do pagamento e a data da venda/365) x Taxa de juros de curto prazo para 2016 ([confidencial]%)

O custo de manutenção de estoque foi recalculado a partir dos dados constantes da reposta ao questionário, retificando-se, primeiramente, o tempo médio de armazenagem em dias. A retificação se referiu apenas ao arredondamento do número de dias para o número inteiro mais próximo. Em segundo lugar, ressalte-se, também, que não foi aceita a metodologia do cálculo do custo de manutenção de estoque. A empresa havia reportado o custo de manutenção de estoque como o resultado da fórmula:

Faturamento de vendas x tempo médio de permanência em estoque ([confidencial] dias)/360 x Taxa de juros de curto prazo para 2016 ([confidencial]%)

No entanto, o não se aceitou a metodologia proposta pela empresa, na medida em que fora utilizado o faturamento de vendas, e não o custo de fabricação. Dessa forma, o custo de manutenção de estoque foi recalculado por meio da seguinte fórmula:

Custo de fabricação x tempo médio de permanência em estoque ([confidencial] dias)/365 x Taxa de juros de curto prazo para 2016 ([confidencial]%)

As demais rubricas foram deduzidas em conformidade com os dados reportados no Apêndice de vendas no mercado interno da produtora francesa. As metodologias empregadas para reportar os dados foram consideradas adequadas para fins de determinação preliminar, e serão sujeitas à validação por meio do procedimento de verificação in loco.

Assim, após a apuração dos preços na condição ex fabrica, à vista, de cada uma das operações de venda destinadas ao mercado interno francês, buscou-se, para fins de apuração do valor normal, identificar operações que não correspondem a operações comercial normais, nos termos do § 7º o do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013.

Nesse sentido, constatou-se que haviam sido reportadas, no Apêndice de vendas no mercado interno da Arlanxeo, operações de venda de [confidencial] no mercado interno francês, as quais foram excluídas da base de dados, por não se tratarem de operações comerciais normais.

Ademais, cumpre ressaltar que a Arlanxeo reportou as devoluções de vendas no mercado doméstico, relacionando-as com as respectivas faturas de venda originais. Tendo sido possível correlacionar as devoluções com as operações de venda, elas foram deduzidas da base de dados da empresa, para fins de apuração do valor normal.

Feito isso, buscou-se apurar se as vendas da empresa no mercado doméstico francês foram realizadas a preços inferiores ao custo de produção unitário do produto similar, no momento da venda, conforme o estabelecido no § 1º o do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013. Para tanto procedeu-se à comparação entre o valor de cada venda na condição ex fabrica e o custo total de fabricação.

Ressalte-se que o custo total de produção foi auferido por meio dos dados reportados pela empresa no Apêndice de custo. No referido Apêndice, além do custo de manufatura, há o valor do custo total de produção, o qual corresponde à soma do custo de manufatura com valores relativos a despesas gerais e administrativas, despesas/receitas financeiras e outras despesas. Cumpre ressaltar que a metodologia de cálculo utilizada pela empresa para reportar os valores de custo foi considerada adequada, para fins de determinação preliminar, e será submetida a procedimento de verificação in loco.

Ressalte-se, ainda a esse respeito, que para a apuração do custo total de produção, utilizado no teste de vendas abaixo do custo, foram considerados os valores mensais, por CODIP, reportados pela empresa. Saliente-se que para os meses em que não houve produção de borracha NBR classificada em determinado CODIP, buscou-se o custo de produção do mesmo CODIP no mês anterior. Nos casos em que não houve produção no mês anterior ao da referida venda, empregou-se o custo médio de produção do período de investigação de dumping para borracha NBR categorizada no CODIP em questão. Nos casos em que não houve produção de borracha NBR categorizada no CODIP no período de apuração de dumping, foi considerado o custo do produto classificado no CODIP mais próximo, fabricado no mês da venda.

Aplicando-se as metodologias descritas, foi possível atribuir o custo total de produção por operação para a totalidade das operações de venda.

Dessa forma, após a comparação entre o valor da venda ex fabrica e o custo total de produção, verificou-se que, do total de transações envolvendo borracha NBR realizadas pela Arlanxeo, destinadas ao mercado francês, ao longo dos 12 meses que compõem o período de investigação de dumping, 6,6% ([confidencial] kg) foram realizadas a preços abaixo do custo unitário mensal no momento da venda.

Assim, o volume de vendas abaixo do custo unitário não superou 20% do volume vendido nas transações consideradas para a determinação do valor normal, não podendo, portanto, nos termos do inciso II do § 3º o do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013, ser desprezado na apuração do valor normal.

Desse modo, o volume comercializado pela Arlanxeo no mercado interno francês e considerado para fins de cálculo do valor normal totalizou [confidencial] kg de borracha NBR. Esse volume foi classificado por tipo de produto para fins de realização do teste de suficiência, que visa a apurar se as vendas do produto similar no mercado interno do país exportador correspondem a 5% ou mais das vendas do produto objeto da investigação exportado para o Brasil.

Nesse sentido, nos termos do § 1º o do art. 12 do Decreto nº o 8.058, de 2013, as vendas dos CODIPs [confidencial], para consumidores finais, e dos CODIPs [confidencial], para distribuidores, não foram consideradas como em quantidade suficiente para a determinação do valor normal, uma vez que não alcançaram 5% do volume de borracha NBR exportado ao Brasil no período de investigação de dumping.

Dessa forma, aplicaram-se metodologias distintas paras os tipos de produto cujas vendas alcançaram quantidade suficiente e para os produtos cujo volume vendido foi inferior a 5% do volume exportado.

Para os produtos cujas vendas no mercado interno alcançaram quantidade suficiente para determinação do valor normal, calculou-se o valor normal ex fabrica a partir dos dados reportados no Apêndice de vendas no mercado interno, conforme detalhamento das rubricas apresentado anteriormente.

Ressalte-se que as despesas indiretas de vendas foram deduzidas para fins do teste de vendas abaixo do custo. No entanto, no caso do valor normal ex fabrica para fins do cálculo da margem de dumping, não foram deduzidos valores de despesas indiretas de venda, a fim de garantir a justa comparação com o preço de exportação.

Já para os CODIPs que não alcançaram quantidade suficiente, apurou-se o valor normal construído, conforme determina o art. 13 do Decreto nº o 8.058, de 2013. O valor construído consistiu no custo de produção no país de origem declarado, acrescido de razoável montante a título de despesas gerais e administrativas, despesas de comercialização, despesas financeiras e lucro, nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº o 8.058, de 2013.

O custo de manufatura da empresa francesa representa a soma dos custos variáveis, mão de obra e custos fixos. Dentre os custos variáveis, destacam-se todas as matérias-primas, cujos principais componentes consistem em butadieno e acrilonitrila, e as utilidades, representadas pela energia elétrica e vapor. Há ainda os custos de mão de obra direta e indireta e, por fim, os custos fixos, que se subdividem em depreciação e outros custos fixos.

Ao custo de manufatura foi acrescido montante a título de despesas gerais e administrativas, despesas financeiras e outras despesas e receitas, conforme metodologia utilizada pela empresa, a fim de reportar o custo total de produção.

Para apurar a margem de lucro, partiu-se do valor bruto de vendas das operações comerciais normais, destinadas ao mercado interno francês. Do referido valor, deduziram-se as rubricas de descontos, despesas diretas de vendas e custos de oportunidade, chegando-se, ao valor normal ex fabrica, à vista. Adicionalmente, deduziu-se o custo total de produção, conforme o tipo de produto vendido em cada uma das operações. Chegou-se, dessa forma, ao lucro líquido de todas as despesas operacionais, exceto despesas indiretas de vendas. Ressalte-se, a esse respeito, que as despesas indiretas de venda não são deduzidas do valor normal, a fim de garantir a justa comparação com o preço de exportação.

Feito isso, a margem de lucro foi calculada pela divisão da soma do lucro de todas as operações sob condições normais de comércio pelo valor total ex fabrica dessas operações, e alcançou [confidencial]%. O percentual auferido foi então aplicado ao custo total de produção de cada um dos CODIPs para os quais não houve vendas em quantidade suficiente no mercado interno francês ao longo do período de investigação de dumping, chegando-se, dessa forma, ao valor normal construído para os referidos CODIPs.

Por fim, cumpre destacar que os dados da Arlanxeo foram reportados em euros. Para fins de conversão do valor normal para dólares estadunidenses, utilizou-se a paridade diária do euro em relação ao dólar. Para os casos em que houve construção do valor normal por CODIP, ao custo de produção, em euros, foi convertido para dólares estadunidenses, utilizando-se a paridade média do euro em relação ao dólar para o período de investigação de dumping. Em ambos os casos a taxa de câmbio utilizada foi extraída do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Diante do exposto, o valor normal da Arlanxeo, na condição ex fabrica, ponderado pela quantidade de cada tipo do produto exportado ao Brasil alcançou US$ 2,26/kg (dois dólares estadunidenses e vinte e seis centavos por quilograma).

4.2.2.1.2. Do preço de exportação

A Arlanxeo informou que realizou vendas para o Brasil por meio da empresa importadora relacionada Arlanxeo Brasil S.A. e diretamente para clientes independentes no Brasil. A empresa francesa reportou os dados referentes às vendas para a empresa brasileira e às vendas diretas aos clientes independentes.

As informações referentes às vendas da Arlanxeo Brasil S.A. ao primeiro comprador independente foram fornecidas por meio da resposta desta empresa ao questionário do importador.

Nesse contexto, foi aplicada metodologia distinta para apuração do preço de exportação para cada canal de distribuição.

O preço referente às exportações destinadas à Arlanxeo Brasil S.A. foi apurado conforme o inciso I do art. 21 do Decreto nº o 8.058, de 2013, segundo o qual, em razão de associação ou relacionamento entre o produtor e o importador, o preço de exportação poderá ser construído a partir do preço pelo qual os produtos importados foram revendidos pela primeira vez a um comprador independente. Dessa forma, foram utilizados os dados de revenda do produto objeto da investigação no mercado brasileiro, apresentados pela Arlanxeo Brasil S.A. em sua resposta ao questionário do importador.

Já o preço referente às operações de venda realizadas diretamente a clientes independentes no Brasil foi apurado conforme o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, segundo o qual, na hipótese o produtor ser o exportador do produto objeto da investigação, o preço de exportação será o recebido, ou o preço de exportação a receber, pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

Tendo em vista os diferentes canais de distribuições utilizados na exportação do produto objeto da investigação para o Brasil, apresentam-se, a seguir, separadamente, as metodologias de cálculo aplicadas para cada um deles.

4.2.2.1.2.1. Do preço de exportação reconstruído

Com relação às operações de exportação destinadas à empresa importadora relacionada Arlanxeo Brasil S.A., partiu-se dos dados de revenda da empresa brasileira ao primeiro comprador independente no Brasil. Cumpre ressaltar que a reconstrução visa a retirar o efeito da empresa revendedora relacionada sobre as exportações da Arlanxeo para o Brasil.

Inicialmente, a fim de se apurar o valor líquido da revenda, deduziram-se do preço bruto reportado em resposta ao questionário do importador os tributos IPI, PIS, COFINS, ICMS e as despesas de frete e seguro interno incorridas pela Arlanxeo Brasil.

Feito isso, foram deduzidos do valor líquido da revenda, as despesas incorridas na revenda, com exceção de frete e seguro sobre vendas, já deduzidos anteriormente. Ademais, foram deduzidos os valores de despesas indiretas de vendas, despesas gerais e administrativas, outras despesas relacionadas a custos de armazém geral e margem de lucro.

Tanto as despesas gerais e administrativas como as despesas de vendas foram deduzidas conforme os dados informados pela Arlanxeo Brasil em resposta ao questionário do importador. No entanto, como a Arlanxeo Brasil S.A é relacionada ao produtor exportador Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S., a margem de lucro da própria empresa não pôde ser considerada, uma vez que tende a ser impactada por este relacionamento.

Cumpre ressaltar que se buscou identificar empresa distribuidora com sede no Brasil, que atuasse em segmento semelhante ao de NBR, porém não encontrou nenhuma empresa cujos demonstrativos financeiros fossem disponibilizados ao público. Dessa forma, para fins de determinação preliminar, a margem de lucro foi apurada com base no segmento de distribuição constante dos demonstrativos financeiros publicados da empresa Braskem S.A., importante distribuidora de produtos químicos, com mais de 1,5 mil produtos em seu portfólio.

Ressalte-se que os produtos distribuídos pela empresa são classificados como commodities, assim como as borrachas sintéticas. Utilizou-se, nesse sentido, a margem de lucro do segmento de distribuição química da Braskem S.A., correspondente a 4,3% para o ano de 2016 (período que coincide com o período de investigação de dumping).

Adicionalmente, para fins de apuração do valor CIF internado, deduziu-se do valor líquido de revenda o frete interno referente ao transporte do produto do local de desembaraço ao local de armazenagem.

Buscou-se, então, apurar os montantes referentes ao Imposto de Importação, às despesas de internação e ao AFRMM, incorridos no desembaraço da mercadoria no Brasil, a fim de se apurar o valor CIF no Brasil. Esses valores foram calculados com base nos dados reportados pela Arlanxeo Brasil S.A. no Apêndice relativo às importações do produto objeto da investigação.

O valor total de Imposto de Importação foi dividido pela quantidade importada, tendo sido encontrado um valor unitário de R$ [confidencial]/kg, o qual foi atribuído a cada transação de revenda do produto importado no mercado brasileiro. De forma similar, calculou-se o valor unitário de AFRMM, que alcançou R$[confidencial]/kg e que foi atribuído às transações de revenda do produto importado.

O montante das despesas de internação, por sua vez, foi calculado por meio da soma das despesas reportadas pela Arlanxeo Brasil S.A. no Apêndice referente às importações, descontados os valores do frete e do seguro internacionais, do AFRMM, do transporte interno (local desembaraço para o importador) e do Imposto de Importação. A despesa de internação encontrada foi então dividida pelo valor CIF, em reais, constante do referido Apêndice, tendo sido auferido o percentual de [confidencial]%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O valor CIF no Brasil foi então apurado pela dedução do Imposto de Importação, das despesas de internação e do AFRMM do valor CIF internado.

Posteriormente, a fim de se apurar o valor da venda na condição FOB, deduziram-se os valores referentes ao frete e seguro internacionais do valor CIF no Brasil. Os valores de frete e de seguro internacionais unitários foram apurados com base nos dados provenientes do apêndice de importações do produto objeto da investigação apresentado pela Arlanxeo Brasil S.A. Nesse sentido, alcançou-se o valor de R$ [confidencial]/kg para o frete internacional e de R$ [confidencial] por quilograma para o seguro internacional.

Os valores unitários de frete e seguro internacionais foram atribuídos a cada transação de revenda do produto importado no mercado brasileiro e deduzidos do valor CIF no Brasil, chegando-se ao valor FOB na França.

A partir do valor FOB na França, foram deduzidas as despesas diretas de venda do fabricante (referentes a frete e a seguro internos nas operações para a parte relacionada), o custo financeiro, o custo de manutenção de estoque incorrido pelo importador, o custo de manutenção de estoque incorrido durante o trânsito internacional da mercadoria e o custo de manutenção de estoque incorrido pelo produtor/exportador.

Com exceção dos custos de manutenção de estoque, as rubricas deduzidas foram consideras conforme apresentadas pelo produtor/exportador e pelo importador relacionado em suas repostas aos questionários.

As despesas diretas de vendas do fabricante referem-se aos valores de frete e seguro internos, considerando-se apenas as operações de exportação para a parte relacionada. Apurou-se um valor unitário de C>r-6pt<= [confidencial]/kg, para as referidas despesas. O valor unitário da despesa foi convertido pela taxa de câmbio média de 3,8527, conforme a taxa de câmbio oficial, publicada pelo Banco Central do Brasil para o período de análise de dumping. Dessa forma, atribuiu-se às operações de revenda o valor unitário de R$ [confidencial]/kg a título de despesa direta de venda, incorridas pelo fabricante.

O custo financeiro foi calculado tomando-se por base taxa de juros informada pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e a diferença de dias entre a data da venda e a data do pagamento, relativa às operações de exportação reportadas.

O custo de manutenção de estoque incorrido pelo importador havia sido reportado como o valor resultante da seguinte fórmula:

Faturamento de revenda x tempo médio de permanência em estoque /30 x Taxa de juros mensal

O custo de manutenção de estoque foi recalculado a partir dos dados constantes da reposta ao questionário, retificando-se, primeiramente, o tempo médio de armazenagem em dias. A retificação se referiu apenas ao arredondamento do número de dias para o número inteiro mais próximo. Em segundo lugar, a fórmula do cálculo da referida rubrica não foi aceita, alterando-se o faturamento da revenda pelo custo de fabricação médio por CODIP, conforme consta do Apêndice de Custo da produtora/exportadora.

Foi atribuído um custo de manutenção de estoque incorrido durante o trânsito internacional da mercadoria. A partir da resposta ao questionário do importador, foi possível determinar o tempo médio de trânsito da mercadoria como sendo a diferença entre o embarque no país exportador e o desembaraço no Brasil. Para o cálculo da referida rubrica, foi considerado o tempo médio de [confidencial] dias resultado de arredondamento da média de dias em trânsito de todas as operações para o número inteiro mais próximo). O valor considerado para o referido cálculo foi o custo de fabricação médio por CODIP, conforme consta do Apêndice de Custo da produtora/exportadora. Como a responsabilidade sobre o trânsito da mercadoria recaía sobre o exportador, utilizou-se a taxa de juros de curto prazo informada pelo exportador francês em sua reposta ao questionário ([confidencial]% ao ano).

Ressalte-se que o custo de manutenção de estoque incorrido pela produtora/exportadora Arlanxeo não foi aceito da maneira como foi reportado. O referido custo de manutenção de estoque foi recalculado conforme a fórmula apresentadas no item 4.2.2.1.1.

Após as deduções descritas acima, apurou-se o valor total de exportação, na condição ex fabrica, relativo às exportações da Arlanxeo, por intermédio de sua importadora relacionada no Brasil. Esse valor foi então convertido para dólares estadunidenses levando em consideração a taxa de câmbio oficial, publicada pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data de cada uma das operações de revenda, de acordo com o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

4.2.2.1.2.2. Do preço de exportação nas vendas diretas a clientes finais brasileiros

Inicialmente, ressalte-se que todas as exportações da empresa para o Brasil foram apresentadas em sua reposta ao questionário do produtor/exportador, inclusive aquelas destinadas à empresa relacionada Arlanxeo Brasil S.A.

No entanto, a metodologia de cálculo descrita a seguir não considerou as vendas para partes relacionadas no Brasil, mas tão somente as operações de exportação direta para clientes independentes no Brasil. Ressalte-se que as exportações a partes relacionadas tiveram seu preço de exportação reconstruído, conforme metodologia descrita no item anterior.

Cumpre ressaltar, incialmente, que foi identificada operação de [confidencial] relativa a operação de venda realizada antes do início do período de investigação de dumping. Ademais, foram identificadas algumas operações de [confidencial], com quantidade negativa e valor igual a zero, para as quais não foi possível correlacionar as operações de venda originais. Dessa forma, para fins de determinação preliminar, decidiu-se por desconsiderar as referidas operações na apuração do preço de exportação. Ressalte-se que todos os dados da empresa francesa serão submetidos a procedimento de verificação in loco, por meio do qual buscar-se-ão esclarecimentos adicionais acerca [confidencial].

A fim de se apurar o preço de exportação líquido, na condição ex fabrica, deduziram-se do preço bruto reportado em resposta ao questionário do produtor/exportador: descontos, frete interno da unidade de produção/armazenagem para o porto de embarque, seguro interno, seguro internacional, comissões sobre as vendas, custo de embalagem, custo financeiro e custo de manutenção de estoque.

Ressalte-se que, algumas colunas do apêndice de exportação estavam nomeadas como valores "unitários", mas pela análise da parte textual do questionário e das fórmulas na planilha apresentada, constatou-se que se tratavam de valores totais.

Ressalte-se que o custo financeiro não foi aceito da maneira como foi reportado. A empresa havia reportado o custo financeiro como o resultado da fórmula:

Faturamento de vendas x termo de pagamento x Taxa de juros de curto prazo para 2016 ([confidencial]%)

No entanto, não foi aceita a metodologia proposta pela empresa, na medida em que fora utilizada o termo de pagamento pactuado pela empresa com seus clientes, e não o prazo efetivo de pagamento para as operações de venda no mercado interno. Dessa forma, o custo financeiro foi recalculado por meio da seguinte fórmula:

Faturamento de vendas x (diferença de dias entre a data do pagamento e a data da venda/365) x Taxa de juros de curto prazo para 2016 ([confidencial]%)

Ademais, o custo de manutenção de estoque incorrido pelo produtor/exportador foi recalculado a partir dos dados constantes da reposta ao questionário, retificando-se o tempo médio de armazenagem em dias. A retificação se referiu apenas ao arredondamento do número de dias para o número inteiro mais próximo ([confidencial] dias). A fórmula do cálculo da referida rubrica, no entanto, foi mantida como reportada pelo exportador, e levou em consideração a taxa de juros de curto prazo informada pelo exportador francês em sua reposta ao questionário ([confidencial]% ao ano).

As demais rubricas foram deduzidas em conformidade com os dados reportados no Apêndice de exportações para o Brasil da produtora francesa. As metodologias empregadas para reportar os dados foram consideradas adequadas para fins de determinação preliminar, e serão sujeitas à validação por meio do procedimento de verificação in loco.

Após as deduções descritas acima, apurou-se o valor total de exportação, na condição ex fabrica, relativo às exportações da Arlanxeo diretamente para clientes independentes no Brasil. Esse valor foi então convertido para dólares estadunidenses levando-se em consideração a paridade euro-dólar oficial, publicada pelo Banco Central do Brasil, em vigor na data de cada uma das operações de exportação, de acordo com o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

4.2.2.1.2.3. Preço de exportação para fins de margem de dumping

Tendo sido apurados os valores, na condição ex fabrica, referentes aos dois canais de distribuição utilizados pela Arlanxeo, conforme metodologias descritas nos itens 4.2.2.1.2.1 e 4.2.2.1.2.2, chegou-se ao valor ex fabrica total de exportação e, finalmente, ao preço de exportação total da empresa francesa.

Dessa forma, o preço de exportação da Arlanxeo na condição ex fabrica, ponderado pelos CODIPs, apurado para fins de determinação preliminar, alcançou US$ 1,55/kg (um dólar estadunidense e cinquenta e cincos centavos por quilograma).

4.2.2.1.3. Da margem de dumping

Deve-se ressaltar que a comparação entre o valor normal e o preço de exportação da Arlanxeo levou em consideração os diferentes tipos de produto. A margem de dumping foi apurada pela diferença entre o valor normal e o preço de exportação de cada tipo de produto, e essa diferença foi, por sua vez, ponderada pela quantidade exportada de cada tipo de produto.

A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas para a Arlanxeo:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
2,26	1,55	0,71	45,7%

4.2.1. Das manifestações acerca do dumping para efeito de determinação preliminar

Em manifestação protocolada em 4 de outubro de 2017, no tocante à determinação preliminar, a Arlanxeo Brasil defendeu que, ao se considerarem as informações constantes de sua resposta ao questionário do importador, bem como os dados apresentados pela Arlanxeo Emulsion Rubber, em resposta ao questionário do produtor/exportador, seria "precipitada" a recomendação de aplicação de medida provisória com base nas mesmas informações utilizadas quando do início da investigação. As particularidades dos produtos e dos mercados teriam que ser consideradas e o DECOM teria disponível para sua análise os dados empíricos relacionados às operações que pretende investigar, tendo em vista a alegada tempestividade, nos termos do § 8º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013, da apresentação dos respectivos questionários.

4.2.2. Dos comentários acerca das manifestações

Conforme se depreende da leitura do item 4.2, para fins de determinação preliminar a margem de dumping do produtor/exportador foi apurada a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e ao ofício de informações complementares, e pelos dados fornecidos pela Arlanxeo Brasil em resposta ao questionário do importador e ao ofício de informações complementares.

Ressalte-se que esses dados passarão por validação por meio de verificação in loco, e sua utilização para fins de determinação final estará condicionada aos resultados atingidos pelo procedimento de verificação.

4.3. Da conclusão preliminar a respeito do dumping

A partir das informações anteriormente apresentadas, constatou-se preliminarmente a existência de dumping nas exportações de borracha nitrílica da Coreia do Sul e da França para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2016.

Outrossim, observou-se que as margens de dumping apuradas não se caracterizaram como de minimis, nos termos do § 1º º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de NBR. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de dano à indústria doméstica. Assim, para efeito da análise relativa à determinação preliminar, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, dividido da seguinte forma:

P1 janeiro a dezembro de 2012;
P2 janeiro a dezembro de 2013;
P3 janeiro a dezembro de 2014;
P4 janeiro a dezembro de 2015; e
P5 janeiro a dezembro de 2016.

5.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de NBR importada pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 4002.59.00, fornecidos pela RFB.

A partir da descrição detalhada das mercadorias, verificou-se que são classificadas no referido subitem da NCM importações de NBR, bem como de outros produtos, distintos do produto objeto da investigação e de seus similares. Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, de forma a se obterem as informações referentes exclusivamente ao produto analisado.

Dessa forma, foram excluídas da análise as importações de produtos que não estão incluídos no escopo da investigação (borrachas NBR hidrogenadas; estendidas em óleo; na forma líquida; com teor de acrilonitrila extremamente baixo - menor que 20%; com teor de acrilonitrila extremamente alto - maior que 50%) e produtos distintos de NBR, tais como borracha de acrilonitrila estireno butadieno, e polibutadieno hidroxiterminado, entre outros.

Tendo em vista as respostas ao questionário do produtor/exportador e as informações complementares solicitadas, mais especificamente da empresa francesa Arlanxeo, foi possível, para fins de determinação preliminar, obter maiores detalhes acerca do tipo de borracha nitrílica importada, principalmente no que se refere ao teor de acrilonitrila.

Constatou-se, portanto, que a NBR de marca "Perbunan 1846 F" possui teor de acrilonitrila inferior ao determinado no escopo da investigação. Dessa forma, realizou-se nova depuração das importações, de forma a se obter as informações referentes exclusivamente às borrachas nitrílicas nas características apontadas no item 2.1.

Em que pese o auxílio das respostas aos questionários, contudo, ainda restaram importações cujas descrições nos dados disponibilizados pela RFB não permitiram concluir se o produto importado consistia de fato em NBR incluída no escopo da investigação. Nesse contexto, para fins de determinação preliminar, foram consideradas como importações de produto objeto da investigação os volumes e os valores das importações de NBR descrita de forma genérica ou insuficiente nas declarações de importação.

O resultado da nova depuração ajusta aquele exposto no Parecer DECOM nº 23, de 23 de junho de 2017, que trata do início da presente investigação.

5.1.1. Da avaliação cumulativa das importações

O art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que quando as importações de um produto de mais de um país forem simultaneamente objeto de investigação que abranja o mesmo período de investigação de dumping, os efeitos de tais importações poderão ser avaliados cumulativamente se for verificado que:

(i) a margem de dumping determinada em relação às importações de cada um dos países não é de minimis, ou seja, inferior a 2% do preço de exportação, nos termos do § 1º do art. 31 do mencionado Decreto;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(ii)volume de importação de cada país não é insignificante, isto é, não representa menos de 3% do total das importações pelo Brasil do produto objeto da investigação e do produto similar, nos termos do § 2º do art. 31 do Regulamento Brasileiro; e

(iii)a avaliação cumulativa dos efeitos daquelas importações é apropriada tendo em vista as condições de concorrência entre os produtos importados e as condições de concorrência entre os produtos importados e o produto similar doméstico.

Como demonstrado anteriormente no item 4.2 deste Documento, constatou-se que as margens relativas de dumping apuradas para cada um dos países investigados não foram de minimis.

Ademais, os volumes individuais das importações originárias da Coreia do Sul e França corresponderam, respectivamente, 36,5% e 49,6% do total importado pelo Brasil em P5, não se caracterizando, portanto, como volume insignificante.

Ainda, (i) não há elementos nos autos da investigação indicando a existência de restrições às importações de borracha nitrílica pelo Brasil que pudessem apontar para eventuais condições de concorrência distintas entre os países investigados e (ii) não foi evidenciada nenhuma política que afetasse as condições de concorrência entre o produto objeto da investigação e o similar doméstico. Foi constatado, inclusive, que ambos são vendidos aos mesmos tipos de clientes, quais sejam, a distribuidores e consumidores finais, apresentando alto grau de substitutibilidade, conforme evidenciado no item 2.4 deste Documento.

5.1.2. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de NBR no período de investigação de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em número-índice kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
Coreia do Sul	100,0	188,2	195,6	168,4	197,6
França	100,0	106,0	106,8	104,5	100,0
Total sob análise	100,0	128,3	130,9	121,8	126,4
Alemanha	100,0	10.423,1	17.906,9	42.800,7	28.043,3
Argentina	100,0	199,4	216,7	89,8	82,1
China	100,0	29,4	106,2	8,2	210,1
EUA	100,0	97,8	24,2	32,8	9,9
Índia	100,0	-	-	-	2,4
Itália	100,0	86,2	48,4	37,8	87,8
Japão	100,0	0,5	0,1	138,2	177,4
México	100,0	48,3	117,7	53,2	84,9
Rússia	-	-	100,0	-	144,6
Taipé Chinês	100,0	125,7	26,5	24,8	-
Demais Países*	100,0	53,5	5,2	37,3	957,0
Total (exceto sob análise)	100,0	126,0	126,8	59,9	69,1
Total Geral	100,0	127,8	130,0	107,7	113,3

*Demais Países: Áustria, Espanha, Finlândia, Malásia, Países Baixos, Polônia, Reino Unido, Singapura, Suécia e Suíça.

O volume das importações brasileiras de NBR da Coreia e da França apresentou crescimento durante quase todos os períodos considerados, à exceção de P3 para P4, quando diminuiu 6,9%. Nos demais períodos houve aumentos de 28,3% (P1 para P2), 2% (P2 para P3) e 3,8% (P4 para P5). Ao longo dos cinco períodos, observou-se aumento acumulado no volume importado de 26,4%.

Por sua vez, o volume importado de outras origens diminuiu 52,8% de P3 para P4, aumentou 26% de P1 para P2, 0,7% de P2 para P3 e 15,3% de P4 para P5. Durante todo o período analisado, houve diminuição acumulada dessas importações de 30,9%.

Insta mencionar que os volumes de importações dos EUA e do México em P5 foram alterados em relação ao Parecer de início, tendo em vista a identificação de equívocos de cálculos constatados somente após a publicação da Circular de início de investigação.

No que se referem às importações brasileiras totais de NBR, constatou-se que estas, de P1 para P2, P2 para P3 e P4 para P5 aumentaram 27,8%, 1,7% e 5,3% respectivamente. Já de P3 para P4, estas diminuíram 17,1%. Durante todo o período analisado, houve aumento acumulado dessas importações de 13,3%.

Ressalta-se o crescimento da participação das importações investigadas no total geral importado nos períodos analisados (P1 - P5). Em P1, esta era equivalente a 77,2%, passando a representar 86,1% do total de NBR importado pelo Brasil em P5.

5.1.3. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de NBR no período de investigação de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (em número-índice de Mil US$ CIF)

	P1	P2	P3	P4	P5
Coreia do Sul	100,0	143,6	138,8	100,4	92,8
França	100,0	78,3	69,5	60,0	40,7
Total sob análise	100,0	92,4	84,5	68,8	52,0
Alemanha	100,0	860,0	1.248,5	3.494,5	1.920,1
Argentina	100,0	156,3	161,3	59,8	44,4
China	100,0	48,0	101,8	5,7	147,1
EUA	100,0	83,7	22,3	25,9	8,0
Índia	100,0	-	-	-	1,5
Itália	100,0	73,1	36,1	25,0	60,3
Japão	100,0	8,7	0,2	79,6	96,9
México	100,0	39,6	91,5	36,8	32,1
Rússia	-	-	100,0	-	97,5
Taipé Chinês	100,0	141,4	27,0	21,6	-
Demais Países*	100,0	57,2	5,5	49,6	77,7
Total (exceto sob análise)	100,0	99,0	81,6	40,6	32,6
Total Geral	100,0	94,1	83,8	61,5	47,0

*Demais Países: Áustria, Espanha, Finlândia, Malásia, Países Baixos, Polônia, Reino Unido, Singapura, Suécia e Suíça.

Destaca-se que os valores das importações brasileiras de NBR das origens investigadas decresceram em todos os períodos analisados: 7,6% de P1 para P2, 8,5% de P2 para P3, 18,7% de P3 para P4 e 24,4% de P4 para P5. Tomando-se todo o período de análise (P1 P5), houve diminuição desses valores de 48%.

Da mesma forma, verificou-se que a evolução dos valores importados das outras origens também se deu em tendência decrescente, com quedas de 1% de P1 para P2, 17,6% de P2 para P3, 50,3% de P3 para P4 e 19,8% de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, evidenciou-se queda nos valores importados dos demais países de 67,4%.

Preço das Importações Totais (em número-índice de US$ CIF/kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
Coreia do Sul	100,0	76,3	70,9	59,6	47,0
França	100,0	73,8	65,1	57,4	40,7
Total sob análise	100,0	72,1	64,6	56,5	41,1
Alemanha	100,0	8,3	7,0	8,2	6,8
Argentina	100,0	78,4	74,5	66,5	54,1
China	100,0	163,3	95,8	69,6	70,0
EUA	100,0	85,6	92,2	78,9	80,9
Índia	100,0	-	-	-	64,4
Itália	100,0	84,7	74,5	66,1	68,7
Japão	100,0	1.744,4	228,0	57,6	54,6
México	100,0	81,9	77,7	69,2	37,9
Rússia	-	-	100,0	-	67,4
Taipé Chinês	100,0	112,5	102,1	87,3	-
Demais Países*	100,0	106,9	105,1	133,1	8,1
Total (exceto sob análise)	100,0	78,6	64,3	67,8	47,1
Total Geral	100,0	73,7	64,5	57,1	41,5

*Demais Países: Áustria, Espanha, Finlândia, Malásia, Países Baixos, Polônia, Reino Unido, Singapura, Suécia e Suíça.

Observou-se que o preço CIF médio por quilograma das importações brasileiras de NBR das origens investigadas decresceu em todos os períodos, com quedas de 28,1% de P1 para P2, 10,3% de P2 para P3, 12,6% de P3 para P4 e 27,2% de P4 para P5. De P1 para P5, o preço de tais importações acumulou queda de 59%.

O preço CIF médio por quilograma ponderado de outros fornecedores estrangeiros apresentou a seguinte trajetória: diminuiu 21,4% e 18,1% de P1 para P2 e P2 para P3, respectivamente, aumentou 5,1% de P3 para P4 e voltou a diminuir de P4 para P5 (30,4%). De P1 para P5, o preço de tais importações diminuiu 52,9%.

Ademais, constatou-se que o preço CIF médio ponderado das importações brasileiras investigadas foi inferior ao preço CIF médio ponderado das importações totais brasileiras das demais origens em todos os períodos de investigação de dano.

5.2. Do mercado brasileiro

Primeiramente, destaque-se que, como não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, o consumo nacional aparente (CNA) e o mercado brasileiro se equivalem. Assim, para dimensionar o mercado brasileiro de NBR, foram consideradas as quantidades vendidas pela indústria doméstica no mercado interno, líquidas de devoluções, de NBR de fabricação própria, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Mercado Brasileiro (em número-índice de kg)

Período	Vendas Internas	Importações -Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100	100	100	100
P2	92,1	128,3	126,0	102,4
P3	73,2	130,9	126,8	89,5
P4	64,6	121,8	59,9	77,0
P5	58,5	126,4	69,1	74,3

Inicialmente, deve-se ressaltar que a indústria doméstica não realizou revendas de produtos importados durante o período de investigação de dano.

Observou-se a seguinte evolução do mercado brasileiro de NBR: crescimento de P1 para P2 de 2,4% e quedas de 12,5% de P2 para P3, 14% de P3 para P4 e 3,4% de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação de dano (P1 P5), o mercado brasileiro decresceu 25,7%.

Verificou-se que as importações sob análise aumentaram, em todo o período considerado, [confidencial] kg (26,4%), ao passo que o mercado brasileiro diminuiu [confidencial] kg (25,7%). Já no último período, de P4 para P5, as importações em análise aumentaram [confidencial] kg (3,8%), enquanto o mercado brasileiro de NBR contraiu [confidencial] kg (3,4%).

5.3. Da evolução das importações

5.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de NBR.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número-índice)

Período	Mercado Brasileiro (kg)	Participação Importações Investigadas (%)	Participação Importações Outras Origens (%)	Participação Importações Totais (%)
P1	100	100	100	100
P2	102,4	125,7	122,7	125,0
P3	89,5	146,4	140,9	145,1
P4	77,0	158,6	77,3	139,9
P5	74,3	170,3	92,4	152,8

Observou-se que a participação das importações investigadas no mercado brasileiro apresentou aumentos de [confidencial] p.p., [confidencial] p.p., [confidencial] p.p. e [confidencial] p.p. de P1 para P2, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Considerando todo o período (P1 P5), a participação de tais importações no mercado brasileiro aumentou [confidencial] p.p.

A participação das demais importações no mercado brasileiro aumentou [confidencial] p.p. de P1 para P2 e [confidencial] p.p. de P2 para P3, diminuiu [confidencial] p.p. de P3 para P4 e voltou a subir de P4 para P5 ([confidencial] p.p.). Considerando todo o período de análise, a participação de tais importações no mercado brasileiro diminuiu [confidencial]p.p.

Já a participação das importações totais no mercado brasileiro aumentou [confidencial] p.p. de P1 para P2 e [confidencial] p.p. de P2 para P3, diminuiu [confidencial] p.p. de P3 para P4 e aumentou [confidencial] p.p. de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, a participação de tais importações no mercado brasileiro aumentou [confidencial] p.p.

5.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de NBR.

Importações Investigadas e Produção Nacional (em número-índice)

	Produção Nacional (kg) (A)	Importações investigadas (kg) (B)	[(B) / (A)] %
P1	100	100	100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

P2	89,4	128,3	143,5
P3	76,3	130,9	171,5
P4	72,8	121,8	167,7
P5	69,5	126,4	182,3

Observou-se que a relação entre as importações em análise e a produção nacional de NBR aumentou [confidencial] p.p. de P1 para P2, [confidencial] p.p. de P2 para P3 e [confidencial] p.p. de P4 para P5, tendo diminuído [confidencial] p.p. de P3 para P4. Assim, ao considerar-se todo o período, essa relação, que era de [confidencial]% em P1, passou a [confidencial]% em P5, representando aumento acumulado de [confidencial] p.p.

5.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de investigação de dano, as importações a preços de dumping cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [confidencial] kg em P1 para [confidencial] kg em P4 e [confidencial] kg em P5 aumento de [confidencial] kg de P1 para P5 26,4% e [confidencial] kg de P4 para P5 3,8%;

b) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação de tais importações apresentou aumento de [confidencial] p.p. de P1 ([confidencial]%) para P5 ([confidencial]%) e de [confidencial] p.p. de P4 ([confidencial]%) para P5;

c) em relação à produção nacional, pois de P1 ([confidencial]%) para P5 ([confidencial]%), houve aumento dessa relação de [confidencial] p.p, enquanto de P4 ([confidencial]%) para P5 o aumento correspondeu a [confidencial] p.p..

Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações a preços de dumping, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro.

Além disso, as importações a preços de dumping foram realizadas a preços CIF médios ponderados mais baixos que os das demais importações brasileiras durante todo o período analisado.

6. DO DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica. Destaque-se que os indicadores de dano constantes deste Documento refletem os resultados dos procedimentos de verificação in loco realizados na indústria doméstica.

Conforme explicitado no item 5, para efeito da análise relativa à determinação preliminar da investigação, considerou-se o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016.

6.1. Dos indicadores da indústria doméstica

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de NBR da Nitriflex, que foi responsável por 100% da produção nacional do produto similar fabricado no Brasil. Dessa forma, os indicadores considerados neste Documento refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Esclareça-se que a peticionária realizou vendas tanto para partes independentes quanto para relacionadas (R&D Internacional, Nitriflex Distribuidora, Nitriflex SP e Brampac). Segundo a Nitriflex, as vendas para duas dessas partes relacionadas (R&D Internacional e Nitriflex Distribuidora) seriam equiparadas às vendas para clientes não relacionados, inclusive no que se refere ao preço. Dessa forma, para fins de análise de dano, deveriam ser tratadas de forma equivalente às vendas para as partes não relacionadas. Constatou-se, pela análise dos dados fornecidos na petição, que as vendas para essas citadas empresas (R&D Internacional e Nitriflex Distribuidora) foram inferiores a 0,2% do total das vendas de NBR da peticionária ao longo do período de análise de dano (à exceção de P3, quando as vendas para essas duas partes relacionadas atingiram 4,2% do volume vendido de borracha nitrílica pela Nitriflex S.A.). Logo, considerou-se apropriada a sugestão da forma de apresentação dos dados feita pela peticionária, equiparando as vendas para as partes relacionadas R&D Internacional e Nitriflex Distribuidora como vendas para clientes não relacionados. Já as vendas para as outras duas partes relacionadas que comercializam NBR (Nitriflex SP e Brampac) ocorreriam apenas no plano jurídico, com preço menor do que aquele praticado para clientes não relacionados.

Explanou-se, ainda, que as vendas realizadas à Nitriflex SP e Brampac eram motivadas por [confidencial], e ocorreriam da seguinte forma: (i) a peticionária emite as notas fiscais de venda para essas duas empresas com preço menor do que aquele praticado para clientes não relacionados; (ii) há a nova emissão de faturas, dessa vez direcionada ao cliente final, sendo a Nitriflex SP e a Brampac identificadas como as vendedoras e cujo preço é equivalente àquele praticado pela peticionária para clientes não relacionados; e (iii) a mercadoria é expedida diretamente da peticionária ao cliente final, sendo esta a responsável pelo pagamento do frete.

A fim de confirmar tal informação, requisitou-se à empresa, no decorrer da visita in loco, que fosse realizada uma comparação entre os preços de venda da Nitriflex S.A. para a Nitriflex SP e os preços de venda da Nitriflex S.A. para a Nitriflex Distribuidora. Para tanto, selecionaram-se as vendas de um mesmo CODIP a fim de possibilitar a justa comparação. Devido às variações dos preços das commodities em um determinado ano, foi selecionado um mês, dentro do período de investigação, para aferição dos valores. Realizados esses procedimentos, constatou-se que o preço de venda para Nitriflex SP era cerca de [confidencial]ao preço praticado nas vendas para a Nitriflex Distribuidora.

Ademais, a partir da base de dados fornecida pela peticionária e validada pela equipe técnica no curso da verificação in loco, foram realizados exercícios nos quais não foram constatadas diferenças significativas entre os preços praticados para a R&D Internacional e Nitriflex Distribuidora em comparação às demais empresas independentes.

Dessa forma, para fins de análise de dano, as informações relativas a volume de vendas no mercado interno, seus preços e os resultados auferidos pela indústria doméstica decorrentes dessas vendas foram consideradas levando em conta as operações realizadas pela peticionária (para clientes não relacionados e para a R&D e a Nitriflex Distribuidora, equiparadas aos clientes não relacionados) e aquelas realizadas pela Nitriflex SP e pela Brampac para os clientes finais. Assim, a fim de não contabilizar, duplamente, as vendas da peticionária para essas duas partes relacionadas e aquelas faturadas por essas empresas para os consumidores, foram consideradas apenas as operações destinadas aos clientes finais. Entendeu-se que levar em conta os preços mais reduzidos praticados pela peticionária para suas partes relacionadas poderia "agravar" ou até mesmo "criar" uma situação de dano que não seria constatada na realidade. Nesse sentido, julgou-se apropriada a consideração das operações destinadas aos clientes finais, para fins de análise de dano, já que estas refletem os montantes efetivamente recebidos pela Nitriflex em suas vendas de NBR no mercado interno, demonstrando a situação de fato enfrentada pela empresa.

Com relação ao volume de vendas, esclareça-se que se constataram diferenças nas quantidades vendidas reportadas pela Nitriflex S.A (relativas a suas vendas para partes relacionadas e não relacionadas) e aquelas reportadas na consolidação, referentes apenas às vendas para os clientes finais (consideradas na análise de dano, conforme mencionado no parágrafo anterior), em P1, P2, P3 e P4. Segundo a peticionária, as mencionadas diferenças são decorrentes de diferenças temporais nos registros contábeis das vendas por parte da Nitriflex ou de suas partes relacionadas (Nitriflex SP e Brampac) ou por erros de contabilização. Ressalte-se que as diferenças representaram 1,5% (P1), 0,1% (P2), 0,03% (P3) e 0,7% (P4) das vendas da Nitriflex S.A, tendo sido esclarecidas pela peticionária em sua resposta ao pedido de informações complementares e verificadas durante a visita in loco, sendo confirmada a correção dos dados reportados na petição.

Ressalte-se que os demais indicadores analisados se referem apenas à produtora de NBR, a Nitriflex S.A.

Esclareça-se também que em agosto de 2015 iniciou-se processo de recuperação judicial da Nitriflex S.A com vistas a evitar o encerramento das atividades da empresa. Assim, os indicadores da indústria doméstica evidenciados ao longo deste item, referentes a P4 e P5, refletem a mencionada recuperação judicial. Mais detalhes a respeito desta estão evidenciados no item 8.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela peticionária e ajustados após a verificação in loco, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste Documento.

6.1.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de NBR de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informado na petição e averiguado durante a verificação in loco. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica (em número-índice de kg)

	Totais (kg)	Vendas no Mercado Interno (kg)	(%)	Vendas no Mercado Externo (kg)	(%)
P1	100	100	100	100	100
P2	93,5	92,1	98,5	102,2	109,0
P3	80,0	73,2	91,5	120,8	150,7
P4	71,9	64,6	89,7	115,9	161,1
P5	68,3	58,5	85,7	126,2	184,7

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno decresceu em todos os períodos: 7,9% de P1 para P2, 20,5% de P2 para P3, 11,7% de P3 para P4 e 9,3% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise (P1 P5), o volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno apresentou declínio de 41,5%.

Já as vendas destinadas ao mercado externo aumentaram em quase todos os períodos, à exceção de P3 para P4, quando diminuíram 4,1%. Nos demais períodos, essas vendas cresceram 2,2% de P1 para P2, 18,1% de P2 para P3 e 8,9% de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, as vendas destinadas ao mercado externo da indústria doméstica aumentaram 26,2%.

Em relação às vendas totais da indústria doméstica, observou-se queda em todos os períodos: 6,5% de P1 para P2, 14,5% de P2 para P3, 10,1% de P3 para P4 e 5,1% de P4 para P5. Durante todo o período de análise, as vendas totais da indústria doméstica diminuíram 31,7%.

6.1.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro (em número-índice)

	Vendas no Mercado Interno (kg)	Mercado Brasileiro (kg)	Participação (%)
P1	100	100	100
P2	92,1	102,4	89,9
P3	73,2	89,6	81,6
P4	64,6	76,9	83,8
P5	58,5	74,3	78,8

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de NBR diminuiu em quase todos os períodos analisados: [confidencial] p.p. de P1 para P2, [confidencial] p.p. de P2 para P3 e [confidencial] p.p. de P4 para P5, tendo crescido, no entanto, de P3 para P4 ([confidencial] p.p.). Tomando todo o período de análise (P1 a P5), observou-se que esta participação diminuiu [confidencial] p.p.

6.1.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

A capacidade instalada da indústria doméstica foi assim calculada: utilizou-se como base para apuração da capacidade instalada a cesta média de produção dos tipos de borracha NBR, cuja produção/hora representa [confidencial]. A planta tem [confidencial]e opera em regime de [confidencial], obtendo-se um total de horas produtivas no mês de [confidencial]. Considerando-se tais dados, a capacidade de produção da planta foi calculada em [confidencial].

O cálculo da capacidade efetiva levou em consideração as paralisações da planta, necessárias para efetuar a troca de tipo de produto (set up) a ser fabricado e para manutenção preventiva e corretiva. O tempo apurado de paralisação por mês é de [confidencial]. Instados a esclarecer este dado durante a verificação in loco, representantes da empresa forneceram uma tabela, explicando que, para o cálculo da média de horas paradas, foram utilizados os dados de produção dos reatores[confidencial] dos últimos 6 meses de 2015. No cálculo, foram desconsideradas as horas paradas anormais, ou seja, que ocorreram em virtude de problemas específicos daquele período relacionados ao pedido de recuperação judicial ([confidencial]).

Considerando-se tais dados, calculou-se a capacidade efetiva da planta em [confidencial].

O método de cálculo utilizado para apurar as capacidades instaladas nominal e efetiva da empresa reflete a capacidade de produção apenas do produto similar. No entanto, os valores encontrados seriam próximos aos valores de capacidade nominal e efetiva total da empresa, uma vez que a capacidade de produção da fábrica foi calculada em função da saída do produto na linha de secagem, que é considerado [confidencial].

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada nominal e efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade:

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número índice)

Período	Capacidade Instalada Nominal (kg)	Capacidade Instalada Efetiva (kg)	Produção similar doméstico (kg)	Produção Outros Produtos (kg)	Grau de ocupação (%)
P1	100	100	100	100	100
P2	100	100	89,4	92,0	90,0
P3	100	100	76,3	70,4	75,0
P4	100	100	72,8	52,7	68,1
P5	100	100	69,5	85,4	73,2

O volume de produção da indústria doméstica diminuiu 10,6%, 14,6%, 4,7% e 4,5% de P1 para P2, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Ao considerar os extremos da série, houve decréscimo de 30,5% no volume de produção de NBR da indústria doméstica.

As capacidades instaladas nominal e efetiva da indústria doméstica se mantiveram estáveis durante todos os períodos analisados.

Já com relação ao grau de ocupação da capacidade instalada, é importante destacar que este foi calculado levando-se em consideração o volume de produção não só do produto similar produzido pela Nitriflex, as borrachas NBR, mas também dos outros produtos que são produzidos na mesma linha de produção, como borrachas SBR, por exemplo.

O grau de ocupação da capacidade instalada apresentou a seguinte evolução: redução de [confidencial] p.p. de P1 para P2, de [confidencial] p.p. de P2 para P3 e de [confidencial] p.p. de P3 para P4 e aumento de [confidencial] p.p. de P4 para P5. Quando considerados os extremos da série, verificou-se decréscimo de [confidencial] p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada. Cumpre mencionar a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

elevada ociosidade da planta produtiva de NBR, de modo que, a despeito da manutenção da capacidade produtiva ao longo do período de análise de ano, o grau de ocupação, que já era inferior a [confidencial]% em P1, apresentou decréscimo quando considerado o referido período.

6.1.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado.

Estoque Final (em número-índice de kg)

Período	Estoque inicial	Produção	Vendas no Mercado Interno	Vendas no Mercado Externo	Devolução	Outras Entradas/ Saídas	Estoque Final
P1	100	100	100	100	100	100	100
P2	157,7	89,4	90,5	106,3	86,9	13,7	76,1
P3	120,0	76,3	72,2	125,1	68,5	96,2	45,6
P4	72,0	72,8	63,3	123,7	137,0	8,4	103,0
P5	162,5	69,5	57,9	130,6	74,3	12,1	158,6

Ressalte-se que, apesar de terem sido reportados na petição e verificados durante procedimento de verificação in loco os estoques da Nitriflex S.A, Nitriflex SP e Brampac, o quadro de estoque final demonstrado no quadro anterior refere-se apenas à movimentação da Nitriflex S.A, com vistas a evitar a duplicidade das informações (duplo movimento referente às mesmas mercadorias), já que a única empresa que realiza movimentação física de estoques é a Nitriflex S.A.

O volume do estoque final de borrachas NBR da indústria doméstica decresceu 23,9% de P1 para P2 e 40% de P2 para P3, aumentando 125,8% de P3 para P4 e 53,9% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, o volume do estoque final da indústria doméstica cresceu 58,6%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção (em número-índice)

Período	Estoque Final (kg)	Produção (kg)	Relação (%)
P1	100	100	100
P2	76,1	89,4	85,5
P3	45,6	76,3	60,0
P4	103,0	72,8	140,0
P5	158,6	69,5	227,3

A relação estoque final/produção diminuiu [confidencial] p.p. de P1 para P2 e [confidencial] p.p. no período de P2 para P3, tendo aumentado [confidencial] p.p. de P3 para P4 e [confidencial] p.p. de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, a relação estoque final/produção aumentou [confidencial] p.p.

6.1.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir, elaboradas a partir das informações apresentadas pela peticionária e ajustadas quando da verificação in loco, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de borrachas NBR da Nitriflex S.A.

Ressalte-se que o número de empregados e a massa salarial referentes à produção/venda de NBR, abaixo explicitados, referem-se apenas aos empregados contratados pela indústria doméstica, não incluindo os dados daqueles terceirizados.

Ainda, segundo informações apresentadas na petição, o regime de trabalho utilizado pela Nitriflex consiste em [confidencial], sendo que a produção ocorre por bateladas.

Ademais, a peticionária esclareceu que os dados relativos ao número de empregados e à massa salarial foram obtidos da seguinte maneira: i) primeiramente foi analisada a relação de funcionários por centro de custos, de todos os meses incluídos no período de investigação. ii) após, identificou-se os centros de custo que serviram como base para separação dos funcionários entre produção direta, indireta, vendas e administrativo. iii) por fim, para alocar a quantidade de funcionários para os produtos NBR, foi realizado rateio com base na participação do faturamento líquido de NBR em relação ao faturamento líquido total da empresa.

Número de Empregados (em número-índice)

Número de Empregados	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100	92	84	77	71
Administração e Vendas	100	85	92	85	85
Total	100	91	85	77	73

Verificou-se que, de P1 para P2, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5, o número de empregados que atuam na linha de produção decresceu 8,1%, 8,8%, 8,6% e 7,1%, respectivamente. Ao analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção diminuiu 28,8% ([confidencial] postos de trabalho).

Em relação aos empregados envolvidos no setor administrativo e de vendas do produto sob análise, houve diminuição de 15,4% de P1 para P2 e 8,3% de P3 para P4. De P2 para P3, houve elevação de 9,1%, enquanto que de P4 para P5 houve a manutenção do número de empregados em relação ao período anterior. De P1 para P5, o número de empregados na área administrativa e de vendas decresceu 15,4% [confidencial] postos de trabalho).

Produtividade por Empregado (em número-índice)

	Produção (kg)	Empregados ligados à produção	Produção por empregado envolvido na produção (kg)
P1	100	100	100
P2	91,9	89,4	97,3
P3	83,8	76,3	91,1
P4	76,6	72,8	95,0
P5	71,2	69,5	97,6

A produtividade por empregado ligado à produção apresentou o seguinte comportamento: diminuiu 2,7% de P1 para P2 e 6,3% de P2 para P3. De P3 para P4 e de P4 para P5, aumentou 4,3% e 2,7%, respectivamente. Considerando-se todo o período de análise, a produtividade por empregado ligado à produção decresceu 2,4%.

Massa Salarial (em número-índice de Mil R$ atualizados)

Massa Salarial	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100	91,1	81,9	76,3	67,3
Administração e Vendas	100	93,4	105,4	91,5	109,8
Total	100	91,4	85,1	78,3	73,1

A massa salarial dos empregados da linha de produção apresentou redução de 8,9%, 10%, 6,9% e 11,7% de P1 para P2, de P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Ao considerar-se todo o período de análise, de P1 para P5, a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção decresceu 32,7%.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e vendas apresentou redução de 6,6% e 13,1% de P1 para P2 e de P3 para P4, respectivamente. De P2 para P3, bem como de P4 para P5, houve aumento de 12,7% e 20%, respectivamente. Considerando-se todo o período de análise, a massa salarial dos empregados ligados à administração e vendas aumentou 9,8%.

6.1.6. Do demonstrativo de resultado

6.1.6.1. Da receita líquida

Os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno estão líquidos dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica
(Mil R$ atualizados e número-índice de Mil R$ atualizados)

	Receita Total		Mercado Interno		Mercado Externo	
			Valor	% total	Valor	% total
P1	[confidencial]	100	[confidencial]	100	[confidencial]	
P2	[confidencial]	80,5	[confidencial]	82,3	[confidencial]	
P3	[confidencial]	61,6	[confidencial]	90,8	[confidencial]	
P4	[confidencial]	52,1	[confidencial]	103,9	[confidencial]	
P5	[confidencial]	45,7	[confidencial]	101	[confidencial]	

A receita líquida referente às vendas no mercado interno decresceu em todos os períodos analisados: 19,5% de P1 para P2, 23,5% de P2 para P3, 15,5% de P3 para P4 e 12,3% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, a receita líquida obtida com as vendas no mercado interno diminuiu 54,3%.

A receita líquida obtida com as vendas no mercado externo diminuiu 17,7% de P1 para P2, cresceu 10,3% de P2 para P3 e 14,5% de P3 para P4, tendo voltado a diminuir de P4 para P5 (2,8%). Ao se considerar o período de P1 a P5, a receita líquida obtida com as vendas no mercado externo cresceu 1%.

A receita líquida total diminuiu [confidencial]% de P1 para P2, [confidencial]% de P2 para P3, [confidencial]% de P3 para P4 e [confidencial]% de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos do período de análise, a receita líquida total obtida com as vendas de NBR da Nitriflex diminuiu [confidencial]%.

6.1.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda apresentados na tabela a seguir foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas, respectivamente, nos itens 6.1.6.1 e 6.1.1 deste Documento. Deve-se ressaltar que os preços médios de venda no mercado interno apresentados se referem exclusivamente às vendas de fabricação própria.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica
(R$ atualizados/kg e número-índice de R$ atualizados/kg)

	Preço (mercado interno)	Preço (mercado externo)
P1	100	100
P2	87,5	80,5
P3	84,2	75,1
P4	80,6	89,6
P5	78	80

Observou-se que o preço médio de NBR de fabricação própria vendida no mercado interno apresentou queda ao longo de todo o período analisado: 12,6% de P1 para P2, 3,7% de P2 para P3, 4,2% de P3 para P4 e 3,3% de P4 para P5. Assim, de P1 para P5, o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno diminuiu 22%.

Já o preço médio do produto vendido no mercado externo diminuiu 19,5% de P1 para P2, 6,6% de P2 para P3 e 10,7% de P4 para P5, tendo crescido 19,3% de P3 para P4. Tomando-se os extremos da série, observou-se queda de 19,9% dos preços médios de NBR vendida ao mercado externo.

6.1.6.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir apresentam a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de NBR de fabricação própria no mercado interno, conforme informado pela peticionária e ajustado durante a verificação in loco.

Esclareça-se que, segundo informações contidas na petição e verificadas durante a visita in loco, as despesas e receitas operacionais da Nitriflex foram rateadas com base na participação do faturamento líquido de NBR sobre o faturamento líquido total da empresa.

Esclareça-se também que a peticionária usou duas metodologias diferentes para a apuração do frete sobre vendas. Para P5 foi possível a obtenção dos valores de frete referentes a cada operação de venda (valores "nota a nota"). De P1 a P4, no entanto, não tendo sido possível a obtenção dos dados da mesma forma, foram extraídos os valores referentes à despesa de frete total da empresa do sistema contábil, tendo esses valores sido rateados pela quantidade vendida de NBR no mercado interno em cada um desses períodos, para obtenção dos valores unitários reportados. Entretanto, no decorrer da verificação in loco, quando analisada a metodologia utilizada em P5, constatou-se que no caso das faturas de venda de NBR que continham outros produtos além do objeto da investigação, havia sido atribuído todo o frete do conhecimento de transporte apenas a NBR. A fim de corrigir essa discrepância, foi solicitado que a empresa uniformizasse a metodologia para atribuição do frete e realizasse rateio tal como fora feito para os demais períodos.

Cumpre explicitar que a queda do valor registrado a título de resultado financeiro em P5 deveu-se ao fato de que, como consequência da recuperação judicial, os pagamentos aos bancos das dívidas vencidas foram suspensos. Portanto, para evitar a postergação do pagamento das dívidas, os bancos executaram todas as garantias que a peticionária possuía em razão dos empréstimos, liquidando-os. Dentre essas garantias havia duplicatas, aplicações financeiras e móveis. Com relação às outras despesas (receitas) operacionais, estas incluem: [confidencial]. Por fim, esclareça-se que a rubrica de despesas administrativas inclui, em P4 e P5, as despesas incorridas com a recuperação judicial, tais como honorários de advogados e do administrador do processo.

Demonstração de Resultados (Mil R$ atualizados e número-índice de Mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	80,5	61,6	52,1	45,7
CPV	100,0	79,9	66,2	52,9	46,4
Resultado Bruto	100,0	88,5	4,8	42,0	36,5
Despesas Operacionais	100,0	114,6	45,6	54,5	57,3
Despesas gerais e administrativas	100,0	77,6	70,1	74,3	108,1
Despesas com vendas	100,0	60,1	54,1	60,0	46,2
Resultado financeiro (RF)	100,0	142,8	123,9	100,6	27,1
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	151,7	(154,6)	(72,4)	42,0
Resultado Operacional	(100,0)	(129,5)	(68,8)	(61,6)	(69,2)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(109,8)	13,2	(3,5)	(132,0)
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	17,3	(415,2)	(233,5)	(404,6)

Margens de Lucro (Em número-índice de %)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	109,9	7,8	80,6	80,0
Margem Operacional	(100,0)	(160,8)	(111,7)	(118,3)	(151,6)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Margem Operacional (exceto RF)	(100,0)	(136,3)	21,4	(6,8)	(289,0)
Margem Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	21,4	(673,9)	(448,4)	(886,0)

O resultado bruto apresentou reduções de 11,5% (P1 para P2), 94,5% (P2 para P3) e 13% (P4 para P5), tendo crescido apenas de P3 para P4 (770%). Ao se observarem os extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 63,5% menor do que o resultado bruto verificado em P1.

Observou-se que a margem bruta da indústria doméstica apresentou recuo de [confidencial]p.p. de P2 para P3. De P1 para P2 e de P3 para P4, a margem bruta da indústria aumentou [confidencial] p.p. e [confidencial] p.p., respectivamente. De P4 para P5, a margem bruta se manteve estável. Considerando os extremos da série, a margem bruta obtida em P5 diminuiu [confidencial]p.p. em relação a P1.

O resultado operacional da indústria doméstica, negativo em todos os períodos, apresentou, sempre em relação ao período anterior, o seguinte comportamento: diminuiu 29,5% em P2, cresceu 46,8% em P3, cresceu 10,5% em P4 e diminuiu 12,4% em P5. Ao considerar-se todo o período de análise, o prejuízo operacional em P5 foi 30,8% menor do que aquele de P1.

Já a margem operacional diminuiu [confidencial]p.p. de P1 para P2, [confidencial]p.p. de P3 para P4 e [confidencial]p.p. de P4 para P5, tendo crescido [confidencial]p.p de P2 para P3. Assim, considerando-se todo o período de análise, a margem operacional obtida em P5 diminuiu [confidencial]p.p. em relação a P1.

O resultado operacional exclusive o resultado financeiro, negativo em quase todos os períodos, à exceção de P3, diminuiu 9,8%, 126,9% e 3.625,1% de P1 para P2, de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. De P2 para P3, aumentou 112%. Considerando todo o período de análise, o resultado operacional exclusive o resultado financeiro diminuiu 32%.

A margem operacional exceto o resultado financeiro apresentou comportamento semelhante ao da margem operacional, caindo [confidencial]p.p. de P1 para P2, [confidencial]p.p. de P3 para P4 e [confidencial]p.p. de P4 para P5, tendo crescido [confidencial] p.p. de P2 para P3. Quando são considerados os extremos da série (P1 P5), observou-se queda de [confidencial]p.p. da margem operacional exceto o resultado financeiro.

O resultado operacional exclusive o resultado financeiro e outras despesas operacionais, negativo em quase todos os períodos, à exceção de P2, diminuiu 2.503,7% de P2 para P3 e 73,3% de P4 para P5. Já de P1 para P2 e de P3 para P4, aumentou 117,3% e 43,8%, respectivamente. Considerando todo o período de análise, o prejuízo operacional exclusive o resultado financeiro e outras despesas operacionais aumentou 304,6%.

A margem operacional exclusive o resultado financeiro e outras despesas operacionais apresentou o seguinte comportamento: aumentou [confidencial] p.p. de P1 para P2, diminuiu [confidencial] p.p. de P2 para P3, voltou a crescer, [confidencial] p.p., de P3 para P4, tendo diminuído [confidencial] p.p. de P4 para P5. Considerando todo o período (de P1 a P5), essa margem diminuiu [confidencial]p.p.

A tabela abaixo apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por quilograma vendido.

DRE - Mercado Interno (em número-índice de R$ atualizados/kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	87,5	84,2	80,6	78,0
CPV	100,0	86,8	90,5	81,9	79,3
Resultado Bruto	100,0	96,2	6,6	65,0	62,4
Despesas Operacionais	100,0	124,5	62,3	84,4	97,9
Despesas gerais e administrativas	100,0	84,3	95,9	115,2	184,7
Despesas com vendas	100,0	65,3	74,0	93,0	78,9
Resultado financeiro (RF)	100,0	155,1	169,4	155,8	46,3
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	164,8	(211,4)	(112,1)	71,7
Resultado Operacional	(100,0)	(140,7)	(94,1)	(95,4)	(118,2)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(119,2)	18,0	(5,5)	(225,5)
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	18,8	(567,6)	(361,6)	(691,1)

O resultado bruto unitário auferido com a venda do produto similar doméstico no mercado brasileiro diminuiu em quase todos os períodos analisados, à exceção de P3 para P4, quando subiu 866,7%. De P1 para P2, P2 para P3 e P4 para P5, este diminuiu 4,4%, 93% e 3,4%, respectivamente. Considerando todo o período de análise (P1 a P5), esse resultado diminuiu 37,8%.

O resultado operacional apresentou a seguinte evolução: queda de 40,8% de P1 para P2, aumento de 33% de P2 para P3 e quedas de 1,4% e 23,3% de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. De P1 a P5, o resultado operacional unitário diminuiu 17,8%.

O resultado operacional exclusive o resultado financeiro unitário diminuiu 19% de P1 para P2, aumentou 114,7% de P2 para P3 e diminuiu 127,3% de P3 para P4 e 4.633,3% de P4 para P5. Ao longo do período analisado (P1-P5), esse resultado diminuiu 125,4%.

Já o resultado operacional unitário exclusive o resultado financeiro e as outras despesas aumentou 118,8% de P1 para P2, diminuiu 3.066,7% de P2 para P3, aumentou 36% de P3 para P4 e voltou a cair de P4 para P5 (89,5%). Considerando de P1 a P5, esse resultado apresentou piora de 575%.

6.1.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.7.1. Dos custos

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação de NBR pela Nitriflex.

Custo de Produção (Número-índice de R$ atualizados/kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	82,3	83,3	72,7	68,9
Matéria-prima	100,0	80,1	81,5	66,2	61,8
Outros insumos	100,0	108,7	119,6	113,8	121,3
Utilidades	100,0	101,2	95,4	143,1	144,0
2 - Custos Fixos	100,0	103,0	105,5	110,7	96,1
Mão de obra direta	100,0	108,5	115,1	119,2	97,9
Depreciação	100,0	112,4	123,6	125,9	115,6
Outros custos fixos	100,0	87,9	94,3	98,6	94,2
3 - Custo de Produção (1+2)	100,0	87,5	89,0	82,4	75,8

O custo da matéria-prima para fabricação de NBR diminuiu durante quase todo o período analisado: 17,7%, de P1 para P2, 12,7% de P3 para P4 e 5,2% de P4 para P5. De P2 para P3, este custo aumentou 1,3%. De P1 para P5, diminuiu 31,1%. Ressalte-se que a redução dessa rubrica de custos foi significativa a partir de P4, muito em função do plano de recuperação judicial, a partir do qual a peticionária passou a negociar a compra de matérias-primas à vista, o que diminuiu seu preço, bem como causou a cessação do pagamento de encargos financeiros incorridos em compras com termos de pagamento a prazo.

O custo de produção por quilograma do produto similar apresentou a mesma evolução: diminuiu 12,5% de P1 para P2, aumentou 1,6% de P2 para P3, diminuiu 7,4% de P3 para P4 e 7,9% de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série, o custo de produção diminuiu 24,2%.

6.1.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de investigação de dano.

Participação do Custo no Preço de Venda (em número-índice de R$ atualizados/kg)

	Custo de Produção	Preço de Venda no Mercado Interno	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	87,5	87,5	100,1
P3	89,0	84,2	105,6
P4	82,4	80,6	102,1
P5	75,8	78,0	97,2

A relação custo de produção/preço se manteve estável de P1 para P2, elevou-se [confidencial]p.p. de P2 para P3 e caiu [confidencial] p.p. de P3 para P4 e [confidencial]p.p. de P4 para P5. Ao considerar todo o período (P1 a P5), a relação custo de produção/preço diminuiu [confidencial]p.p.

Observou-se que, de P1 para P5, assim como de P4 para P5, houve queda do preço (22% e 3,3%, respectivamente) enquanto o custo de produção caiu, nos mesmos períodos, 24,1% e 7,9%.

6.1.7.3. Da comparação entre o preço do produto sob análise e similar nacional

O efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto sob análise é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações em análise impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço da NBR das origens em análise com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado, por quilo, do produto importado dessas origens no mercado brasileiro, considerando-se as duas primeiras características do CODIP.

Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida, em quilogramas, no mercado interno durante o período de investigação de dano. Ressalte-se que, da mesma forma que o preço CIF da NBR, o preço da indústria doméstica também foi calculado com base nas duas características mais relevantes do CODIP.

Cumpre ressaltar que, tendo em vista a miríade de CODIPs, fruto das variadas combinações de características do produto, elegeu-se as duas características mais relevantes do CODIP, qual seja, categoria e teor de acrilonitrila (características "A" e "B" dos questionários, respectivamente) para o cálculo dos preços do produto investigado e do produto similar doméstico, para fins de comparação.

Logo, procedeu-se a classificação por CODIP - das duas características mais relevantes - das borrachas nitrílicas importadas constantes dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, bem como a classificação dos importadores entre consumidores finais (código "1") ou distribuidores (código "2"). Assim, foram identificados [confidencial] CODIPs importados: [confidencial].

Insta mencionar que para um número residual de importações, cujas descrições nos dados disponibilizados pela RFB são genéricas, não foi possível atribuir categoria ao produto (fardo, pó, etc.) e/ou o teor de acrilonitrila presente na borracha. Nesse sentido, apenas 1,5% dos dados de importação não puderam ser identificados, tendo sido classificados apenas pela categoria de cliente.

Quando da comparação dos preços do produto importado com os preços do similar doméstico, alguns CODIPs importados não encontraram correspondência, ou seja, a indústria doméstica não produziu alguns dos supracitados CODIPs no período analisado. São eles: [confidencial]. Tendo em vista que o preço da NBR varia de acordo com a graduação de acrilonitrila (preço cresce proporcionalmente ao teor de acrilonitrila empregado na borracha), considerou-se mais fidedigno atribuir a estes códigos de produtos não fabricados pela indústria doméstica o preço da característica "B" teor de acrilonitrila mais próxima ao produto importado, mantendo inalteradas as demais disposições. Logo, para o CODIP [confidencial], foi utilizado o preço da indústria doméstica do CODIP[confidencial]. Para [confidencial], utilizou-se [confidencial]; para [confidencial] utilizou-se [confidencial]; para [confidencial] utilizou-se [confidencial]; para [confidencial] utilizou-se [confidencial]; para [confidencial] utilizou-se [confidencial].

Para aqueles 1,5% de importações que não puderam ser identificados por CODIP, foi utilizado o preço médio da indústria doméstica em cada período segmentado por categoria de cliente.

Deve-se ressaltar que não há disponível na petição os valores e quantidades das devoluções segmentados por tipo de produto. Dessa forma, utilizou-se rateio para fins de atribuição do valor e da quantidade das devoluções para cada CODIP. O critério utilizado baseou-se na participação da quantidade vendida de cada CODIP sobre a quantidade vendida total. Os percentuais auferidos foram aplicados ao valor e quantidade totais das devoluções de cada período, a fim de se obter o valor e a quantidade das devoluções de vendas por CODIP e, finalmente, a receita líquida de vendas e a quantidade líquida para cada código de produto.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da Coreia do Sul e da França, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB.

Em seguida, foram adicionados: (i) o valor, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor do AFRMM calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente, e (iii) os valores das despesas de internação apuradas aplicando-se o percentual de 5,6%, obtido a partir das respostas dos importadores (Arlanxeo Brasil, Química Anastacio, Netzsch, Techseal, TMD, Trelleborg, Weatherford) ao questionário, sobre o valor CIF de cada uma das operações de importações constantes dos dados da RFB.

Insta salientar que a empresa Gates apresentou em sua resposta ao questionário do importador os valores referentes às despesas de internação do produto objeto da investigação. Entretanto, tendo em vista a discrepância dos dados reportados pela empresa, [confidencial], excluiu-se do cálculo de despesas de internação, para fins de determinação preliminar, as despesas de internação reportadas por este importador.

Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo e aquelas destinadas à Zona Franca de Manaus. Ademais, registre-se que cada uma das rubricas mencionadas foi dividida pelo volume de importações analisadas, a fim de se obter o seu valor por quilograma.

Por fim, os preços internados do produto das origens sob análise, assim obtidos, foram atualizados com base no IPA-OG Produtos Industriais, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica, de modo a determinar a subcotação dos preços da NBR importada.

As tabelas a seguir, por sua vez, demonstram os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para as origens investigadas para cada período de investigação de dano.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subcotação do Preço das Importações das Origens Investigadas (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF (R$/kg)	100	80,0	78,0	92,9	73,3
Imposto de Importação (R$/kg)	100	78,5	68,0	77,0	55,0
AFRMM (R$/kg)	100	133,3	133,3	133,3	100,0
Despesas de internação (R$/kg)	100	80,0	77,8	93,3	73,3
CIF Internado (R$/kg)	100	80,5	81,4	98,6	79,9
CIF Internado (R$ atualizados/kg)	100	75,6	72,7	84,0	63,1
Preço Ind. Doméstica (R$ atualizados/kg)	100	86,3	80,9	79,6	75,3
Subcotação (R$ atualizados/kg)	100	106,2	95,7	71,2	97,8

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado das origens sob análise, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos.

Além disso, considerando que houve redução do preço médio de venda da indústria doméstica de P1 para P5 (22%) e de P4 para P5 (3,3%), constatou-se a ocorrência de depressão dos preços da indústria doméstica nesses períodos.

Por fim, não se constatou a supressão do preço médio de venda da Nitriflex no mercado interno em P5, tanto em relação a P1 quando a P4, uma vez que o custo de produção diminuiu 24,1% e 7,9% nos respectivos períodos, tendo o preço apresentando redução, porém em menor grau: 3,3% de P4 para P5 e 22% de P1 para P5.

6.1.7.4. Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping dos produtores/exportadores do produto objeto da investigação identificados em P5, da Coreia do Sul e da França, afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações para o Brasil de borracha NBR fabricada pelas empresas não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

Considerando que o montante correspondente ao valor normal representa o menor preço pelo qual uma empresa pode exportar determinado produto sem incorrer na prática de dumping, procurou-se quantificar a qual valor a borracha NBR chegaria ao Brasil, considerando os custos de internação, caso aquele preço fosse praticado nas suas exportações.

Para isso, os produtores/exportadores foram classificados entre aqueles que responderam adequadamente ao questionário do produtor/exportador e tiveram suas margens de dumping apuradas individualmente, e aqueles que não responderam ao questionário do produtor/exportador.

Para as empresas que responderam adequadamente ao questionário do produtor/exportador, calculou-se valor normal, na condição FOB, a partir de suas respectivas respostas ao questionário, considerando-se os diferentes tipos de produto. Para as empresas não responderam ao questionário do produtor/exportador, o valor normal, na condição FOB, foi calculado por meio da mesma metodologia utilizada para fins de início da investigação.

Ao valor normal na condição FOB, adicionaram-se os valores referentes ao frete e ao seguro internacional, extraídos dos dados detalhados de importação da RFB para obtenção do valor normal na condição de venda CIF. Os valores de frete e seguro internacionais foram calculados a partir do valor por quilograma extraído dos dados da RFB, convertidos para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio diária do dia do desembaraço aduaneiro. Também foram somados o imposto de importação, o AFRMM e as despesas de internação. O valor do AFRMM foi calculado a partir do valor por quilograma extraído dos dados da RFB. Os valores do Imposto de Importação e de despesas de internação foram calculados considerando-se a mesma metodologia utilizada no cálculo de subcotação, constante do item 6.1.7.3.

O preço da indústria doméstica em reais foi convertido em dólares estadunidenses venda a venda, considerando a taxa de câmbio diária disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

Considerando o valor normal CIF apurado, isto é, o preço pelo qual o produto objeto da investigação seria vendido ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras originárias da Coreia do Sul e da França seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados nas tabelas a seguir: [confidencial].

A partir da metodologia descrita anteriormente, concluiu-se que o valor normal ponderado das origens investigadas, em base CIF, internalizado no Brasil, supera o preço da indústria doméstica em [confidencial].

Assim, ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, constatou-se que o produto objeto da investigação ingressaria no mercado brasileiro acima do preço o preço praticado pela indústria doméstica, inexistindo, nestas condições, subcotação.

6.1.8. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela peticionária na petição e ajustado durante a verificação in loco. Ressalte-se que, tendo em vista a impossibilidade de se apresentarem fluxos de caixa completos e exclusivos para a linha de produção do produto similar, a análise do fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios da Nitriflex.

Fluxo de Caixa (Número-índice de Mil R$ atualizados)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(100,0)	38,7	81,9	126,9	31,2
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	100,0	(54,7)	(373,2)	(206,4)	73,8
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	(2,6)	(43,9)	(145,2)	(74,3)
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	(100,0)	394,2	33,6	(188,1)	(261,8)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa apresentou o seguinte comportamento: de P1 para P2, verificou-se aumento líquido nas disponibilidades da empresa de 494,2%. De P2 para P3, de P3 para P4 e de P4 para P5 houve quedas de 91,5%, 659% e 39,2%, respectivamente, tendo havido, inclusive, geração de caixa negativa em P1, P4 e P5.

6.1.9. Do retorno sobre os investimentos

A tabela a seguir mostra o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da Nitriflex pelo valor do ativo total dessa empresa, constante de suas demonstrações financeiras apresentadas na petição e averiguadas durante a visita in loco.

Retorno sobre os Investimentos (Número-índice)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A) (Mil R$)	(100,0)	(242,7)	(116,8)	(113,3)	(127,4)
Ativo Total (B) (Mil R$)	100,0	106,5	104,3	105,4	103,8
Retorno (A/B) (%)	(100,0)	(228,0)	(111,9)	(107,5)	(122,8)

Observou-se que a taxa de retorno sobre os investimentos foi negativa em todos os períodos de investigação de dano. De P1 para P2, o retorno sobre os investimentos diminuiu [confidencial] p.p. De P2 para P3 e de P3 para P4, tal retorno apresentou melhora de [confidencial] p.p., [confidencial] p.p., respectivamente, voltando a se reduzir em [confidencial] p.p. de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série, o retorno sobre os investimentos constatado em P5 foi inferior ao retorno verificado em P1 em [confidencial] p.p.

6.1.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, calcularam-se os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da Nitriflex, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (Número-índice)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	89,3	89,6	102,1	101,1
Índice de Liquidez Corrente	100,0	87,5	87,5	116,4	122,6

O índice de liquidez geral diminuiu 10,8% de P1 para P2 e 1,4% de P4 para P5. Já de P2 para P3, manteve-se estável e de P3 para P4 aumentou 14,5%. Ao longo do período (P1 a P5), verificou-se aumento de 0,7%. O índice de liquidez corrente, por sua vez, registrou diminuição de 12,7% de P1 para P2, manteve-se constante de P2 para P3, e aumentou 33,3% de P3 para P4 e 4,3% de P4 para P5. Ao se analisarem os extremos da série, esse índice aumentou 21,5%. Ressalte-se que os dados da tabela anterior foram arredondados, porém a análise da variação dos valores foi realizada a partir dos dados considerando-se todas as casas decimais.

Tendo em vista que, de P1 para P5, tanto o índice de liquidez geral quanto o de liquidez corrente aumentaram, conclui-se que a indústria doméstica elevou sua capacidade de saldar suas obrigações tanto de curto quanto de longo prazo.

6.1.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno registrou decréscimo em P5 em relação aos períodos anteriores de análise de dano. Em relação ao primeiro período de análise de dano, P1, o volume de vendas diminuiu 41,5%. Já com relação a P4, o volume de vendas diminuiu 9,3%. Por outro lado, o mercado brasileiro diminuiu, em P5, 25,7% em relação a P1 e 3,4% em relação a P4.

Sendo assim, em se considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do volume de venda dessa indústria, constatou-se que a indústria doméstica não cresceu no período de análise de dano. Ademais, se comparado esse movimento das vendas da indústria doméstica vis a vis aquele apresentado pelo mercado brasileiro, conclui-se que a indústria doméstica também não apresentou crescimento relativo durante o período de análise (tendo diminuído sua participação no mercado brasileiro, em P5, em [confidencial] p.p., quando comparada com P1, e [confidencial] p.p., quando comparada a P4).

No entanto, ao contrário da tendência das vendas da indústria doméstica e do mercado brasileiro, ao longo do período analisado (P1-P5), as importações objeto da análise apresentaram crescimento de 26,1%, tendo ganhado [confidencial] p.p. de participação no mercado brasileiro.

6.2. Da conclusão preliminar sobre o dano da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores da indústria doméstica, verificou-se que:

a) as vendas da indústria doméstica no mercado interno diminuíram [confidencial] kg (9,3%) em P5, em relação a P4. Da mesma forma, de P1 para P5, também houve queda nas vendas da indústria doméstica de [confidencial] kg (41,5%), de modo que sua participação no mercado brasileiro caiu [confidencial] p.p no mesmo período;

b) a produção da indústria doméstica diminuiu [confidencial] kg (30,5%) em P5, em relação a P1, e [confidencial] kg (4,5%) de P4 para P5. Essa queda na produção levou à diminuição do grau de ocupação da capacidade instalada efetiva em [confidencial] p.p. de P1 para P5. De P4 para P5 houve aumento no grau de ocupação de [confidencial] p.p., que está intimamente ligado à elevação da produção de outros produtos (62,1%) nesse período;

c) em P5, os estoques aumentaram em relação a P1 (58,6%) e em relação a P4 (53,9%). A relação estoque final/produção aumentou [confidencial] p.p. de P1 a P5 e [confidencial] p.p. de P4 para P5;

d) o número total de empregados da indústria doméstica, em P5, foi 27,4% menor quando comparado a P1. A massa salarial total apresentou queda de 26,9% de P1 para P5. Nesse mesmo sentido, o número de empregados ligados à produção, em P5, foi 28,8% menor quando comparado a P1. A massa salarial dos empregados ligados à produção em P5, por sua vez, diminuiu 32,7% em relação a P1;

e) a receita líquida obtida pela indústria doméstica com a venda de NBR no mercado interno diminuiu 54,3% de P1 para P5, e 12,3% de P4 para P5. Isso se deveu à retração significativa do preço, que caiu 22% de P1 para P5, bem como à queda na quantidade vendida, que foi reduzida em 41,5% no mesmo período;

f) o resultado bruto e a rentabilidade bruta obtida pela indústria doméstica no mercado interno também sofreram reduções. O resultado bruto verificado em P5 foi 63,5% menor do que o observado em P1, e 13% menor que em P4. Analogamente, a margem bruta obtida em P5 diminuiu [confidencial]p.p. em relação a P1, [confidencial]em relação a P4;

A partir da análise dos indicadores da indústria doméstica, verificou-se que a indústria doméstica apresentou deterioração de quase todos os seus indicadores de P4 para P5 e de P1 a P5: queda das suas vendas de NBR no mercado interno e seu respectivo preço, da produção, da receita líquida, do resultado bruto e sua respectiva margem de lucro, da margem operacional, do resultado operacional exclusive o resultado financeiro e sua respectiva margem, do resultado financeiro exclusive o resultado financeiro e outras despesas operacionais e sua respectiva margem, do número de empregados (ligados à produção e de administração e vendas), além de aumento dos estoques e da relação estoque/produção. Ressalte-se que em P5, contrariando a tendência de encolhimento do mercado brasileiro, foi o período no qual as importações atingiram a sua maior participação no mercado, ao menor preço da série analisada.

Dessa forma, constatou-se deterioração tanto da quantidade produzida e vendida pela indústria doméstica, quanto de seus indicadores de rentabilidade: o resultado bruto, o resultado operacional exclusive o resultado financeiro e o resultado operacional exclusive o resultado financeiro e as outras despesas decresceram, de P1 a P5, respectivamente, 63,5%, 32% e 304,6%.

Dessa forma, pôde-se concluir pela existência de dano à indústria doméstica no período investigado.

7. DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de se demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços de dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1. Do impacto das importações a preços de dumping sobre a indústria doméstica

Consoante o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações a preços de dumping contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

Conforme já mencionado, as importações em análise cresceram em quase todos os períodos, com exceção de P3 para P4. De P1 a P5, essas importações cresceram 26,4% (ao passo que o mercado brasileiro retraiu 25,7%), tendo apresentado ganho de [confidencial] p.p. em participação no mercado brasileiro. De P4 para P5, as importações aumentaram 3,8% em termos absolutos e [confidencial] p.p. em relação ao mercado brasileiro.

Enquanto isso, nos mesmos períodos (P1 P5 e P4 P5), o volume de vendas da indústria doméstica decresceu em patamar superior ao crescimento das importações investigadas (com quedas de 41,5% e 9,3%, respectivamente). Além disso, observou-se queda da participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de [confidencial] p.p. de P1 a P5 e de [confidencial] p.p. de P4 para P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A comparação entre o preço do produto investigado e o preço do produto similar revelou que em todos os períodos aquele esteve subcotado em relação a este, tendo havido um expressivo crescimento da subcotação de P4 para P5 (37,3%). Essa subcotação contribuiu para a depressão do preço médio da indústria doméstica em P5, visto que este apresentou redução de 22% em relação a P1 e 3,3% em relação a P4.

Mesmo com essa redução dos preços da indústria doméstica, observou-se que em P5, período em que as importações analisadas apresentaram menor preço, o volume de vendas do produto similar atingiu o menor patamar em todo o período de análise.

Nesse contexto, as vendas da indústria doméstica de NBR no mercado interno, em valor (representado pela receita líquida), apresentaram queda de 54,3% de P1 a P5 e 12,3% de P4 para P5, o que contribuiu para a diminuição de 304,6% e 73,3% do resultado operacional (exclusive o resultado financeiro e as outras despesas) obtido pela indústria doméstica em P5, em relação a P1 e a P4, respectivamente.

Ademais, pressionada pelos baixos preços praticados pelos produtores investigados, a indústria doméstica viu-se obrigada a diminuir seu preço de venda de NBR no mercado interno (22% de P1 a P5 e 3,3% de P4 para P5), fato que pressionou as margens e a rentabilidade da indústria doméstica no mercado brasileiro durante todo o período de investigação de dano.

Em decorrência da análise acima minuciada, pôde-se concluir preliminarmente que as importações de NBR a preços de dumping contribuíram significativamente para a ocorrência de dano à indústria doméstica.

7.2. Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período analisado.

7.2.1. Volume e preço de importação das demais origens

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras oriundas dos demais países, que o eventual dano causado à indústria doméstica não pode ser a elas atribuído, tendo em vista que tal volume diminuiu 30,9% de P1 para P5, tendo também diminuído sua participação no mercado brasileiro, passando de [confidencial]% em P1 para [confidencial]% em P5. Além disso, deve-se ressaltar que o volume das importações de NBR das demais origens foi inferior ao volume das importações a preços de dumping em todos os períodos de análise e com preços, em todo o período, maiores.

7.2.2. Impacto do processo de liberalização das importações sobre os preços domésticos

Não houve alteração das alíquotas do Imposto de Importação aplicadas às importações de NBR pelo Brasil no período de investigação de dano. Desse modo, o eventual dano à indústria doméstica não pode ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

7.2.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de NBR apresentou contração em quase todos os períodos considerados, exceto de P1 para P2, quando aumentou 2,4%. De P1 para P5, o mercado brasileiro de NBR decresceu 25,7%. Já de P4 para P5, a queda correspondeu a 3,4%.

No período, a indústria doméstica reduziu suas vendas em [confidencial] kg (de P1 a P5) e [confidencial] kg (de P4 para P5), enquanto o mercado brasileiro se contraiu [confidencial] kg (P1 a P5) e [confidencial] kg (P4 a P5). Dessa forma, percebe-se que além de a indústria doméstica ter absorvido toda a queda do mercado, ainda enfrentou queda adicional de suas vendas. Por outro lado, mesmo frente à contração de mercado, as importações investigadas aumentaram [confidencial] kg de P1 a P5 e [confidencial] kg de P4 para P5. Ademais, nota-se também a elevação da participação das importações investigadas no mercado brasileiro de NBR, aumentando sua participação em [confidencial] p.p. e [confidencial] p.p. de P4 para P5 e de P1 para P5, respectivamente.

Dessa forma, conclui-se que a queda do mercado brasileiro impactou negativamente os indicadores da indústria doméstica. No entanto, diante do aumento das importações, evidenciado a despeito da queda do mercado, conclui-se que o eventual dano causado à indústria doméstica pela queda do mercado brasileiro de borracha NBR não é capaz de afastar os efeitos danosos das importações a preço de dumping.

Além disso, durante o referido período não foram constatadas mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro.

7.2.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de NBR pelos produtores domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.2.5. Progresso tecnológico

Também não foram identificadas evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. A NBR da Coreia do Sul e da França e aquela fabricada no Brasil são produzidas a partir de processo produtivo semelhante e são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

7.2.6. Desempenho exportador

As vendas para o mercado externo da indústria doméstica aumentaram tanto de P1 a P5 (26,2%) quanto de P4 para P5 (8,9%), tendo atingido seu maior patamar no último período da série.

Dessa forma, conclui-se que o dano causado à indústria doméstica não pode ser atribuído a seu desempenho exportador, até mesmo porque o aumento do volume exportado contribuiu para a geração de ganhos de escala e de produtividade, com redução dos custos fixos e, por conseguinte, redução de suas perdas de lucratividade.

7.2.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica diminuiu 2,4% em P5 com relação a P1, todavia houve aumento de 2,7% de P4 em relação a P5.

Observou-se que a redução no número de empregados foi acompanhada de queda na produção da indústria doméstica ainda mais intensa, o que justifica a perda de produtividade quando comparado os extremos da série, não podendo ser atribuído o dano constatado aos indicadores da indústria doméstica.

7.2.8. Consumo cativo

Não houve consumo cativo no período, não podendo, portanto, ser considerado como fator causador de dano.

7.2.9. Importações ou a revenda do produto importado pela indústria doméstica

A indústria doméstica não realizou importações de NBR ao longo do período analisado, pelo que não se pode considerar tal hipótese como causadora de dano à indústria doméstica.

7.3. Das manifestações acerca da causalidade

Em manifestação protocolada em 4 de outubro de 2017, a empresa Arlanxeo Brasil alegou não haver nos autos do processo elementos que levem à conclusão definitiva acerca da existência de dumping e de nexo causal entre as importações investigadas e o dano à indústria doméstica.

Conforme exposto pela empresa, o comportamento e as tendências das exportações realizadas pela Arlanxeo França, e do país como um todo, para o Brasil não indiciariam nenhuma correlação com os indicadores de dano da indústria doméstica.

Ainda, as importações francesas de NBR, ao contrário das importações da Coreia do Sul (crescimento de 97,6% entre P1 e P5) teriam apresentado comportamento estável durante o período investigado, com queda de 0,2% entre P1 e P5. Dessa forma, seguindo seus argumentos, analisar conjuntamente as importações de ambas as origens serviria "apenas para contaminar as importações francesas com a tendência suspeita das importações da Coreia do Sul".

Ademais, em que pese a ocorrência de "picos agudos" nos resultados e margens da indústria doméstica durante o período investigado, não teria havido alterações significativas no volume de NBR exportado pela França para o Brasil. Por outro lado, as importações sul-coreanas teriam praticamente dobrado entre P1 e P2 e, como consequência, a indústria doméstica teria apresentado resultados e margens mais negativos entre P2 e P3.

Além disso, a queda nos preços da Nitriflex não poderia ser diretamente atribuída às importações investigadas, tendo em vista que, entre P1 e P5, os seus preços de venda no mercado doméstico teriam diminuído (22,1%) proporcionalmente a seus preços de venda ao mercado externo (diminuição de 20%) e aos seus custos de produção (diminuição de 24,2%).

A Arlanxeo Brasil destacou, também, a ocorrência de margem negativa de subcotação das importações francesas em três dos períodos investigados, além de "subcotação mínima" para ambas as origens. Diante disso, a empresa reiterou a alegada ausência de indícios suficientes que sugerissem que as importações investigadas, e "especialmente as importações da França", tiveram qualquer efeito na redução de preços e margens da indústria doméstica.

Por fim, de acordo com a Arlanxeo Brasil, as alegadas diferenças relevantes entre a França e a Coreia do Sul, além da necessidade de se realizar uma análise aprofundada para se avaliar a existência de nexo causal entre essas importações e o dano à indústria doméstica constituiriam prova de que uma eventual determinação preliminar positiva seria prematura, além de contrariar toda a legislação existente aplicável. A ausência de análise minuciosa, ainda, prejudicaria "seriamente" o abastecimento do mercado brasileiro.

Em manifestação protocolada em 5 de outubro de 2017, a Nitriflex evidenciou as quedas existentes na produção, no grau de ocupação e nas vendas do produto similar no mercado doméstico ao longo de todo o período investigado, em que pese ter havido crescimento de suas vendas ao mercado externo. Evidenciou-se, também, a queda contínua nos preços das importações investigadas ao longo do período investigado.

Assim, a peticionária alegou que "não há como negligenciar que a queda do preço em mais da metade ao longo da série certamente fez com que os produtos importados tomassem de forma desleal a parcela do mercado da indústria doméstica". A deterioração dos indicadores da indústria doméstica estaria, portanto, diretamente relacionada às exportações investigadas.

Para fins de corroborar seus argumentos, a peticionária reproduziu a evolução de seus principais indicadores (faturamento, receita operacional líquida, margem bruta, resultado bruto, margem operacional, emprego e massa salarial e estoques). Destacou, ainda, a reestruturação da empresa ocorrida em P4 em função de recuperação judicial homologada. Após essa recuperação judicial, sem a qual, segundo a Nitriflex, sua situação financeira estaria talvez em estado de falência, o cenário projetado seria de recuperação da empresa, o que não teria ocorrido, mas sim, um cenário "desastroso" em P5, devido à "concorrência desleal" das importações investigadas.

A peticionária destacou, ainda, a subcotação do preço das importações investigadas existente em todos os períodos, além da depressão de seus preços em virtude da "deslealdade do preço das origens investigadas". Não seria mais possível à indústria doméstica acompanhar os preços internacionais, sob o alegado risco de se fecharem as portas. Diante desse cenário, restaria evidenciado, segundo a peticionária, a relação de causa e efeito entre a prática de preços com dumping e a existência de dano à indústria doméstica.

Ainda de acordo com a Nitriflex, a deterioração dos indicadores da indústria doméstica teria se dado concomitantemente à elevação do market share das origens investigadas, bem como em razão da queda dos preços de exportação, os quais teriam estado subcotados durante todo o período de análise de dano. Nesse sentido, não fosse pelos preços de dumping e pela subcotação, a indústria doméstica não teria sofrido depressão de preço, e poderia manter a viabilidade de suas margens operacionais.

7.4. Dos comentários acerca das manifestações

Com relação às manifestações da Arlanxeo Brasil sobre a existência de dumping e de nexo de causalidade entre as importações a preço de dumping, sugere-se a leitura dos itens referentes ao dumping e à causalidade, em que se conclui pela existência de ambos.

Ademais, de acordo com o art. 3.3 do ADA e o art. 31 do Decreto nº º 8.058, de 2013, os efeitos das importações investigadas foram tomados de forma cumulativa, uma vez que foi verificado que as margens relativas de dumping de cada uma das origens investigadas não foram de minimis e o volume de importações de cada país não foi insignificante. Nesse sentido, não cabe realizar-se a análise da evolução das importações e de seus efeitos sobre a indústria doméstica segmentada por origem investigada, para fins de determinação de dano.

A Arlanxeo Brasil afirmou que a queda nos preços da indústria doméstica não poderia ser diretamente atribuída às importações investigadas, tendo em vista que, entre P1 e P5, os seus preços de venda no mercado doméstico teriam diminuído (22,1%) e aos seus custos de produção (diminuição de 24,2%). Ocorre que frente ao aumento das importações investigadas a preços cada vez menores, a indústria doméstica se viu obrigada a baixar os preços em medida semelhante ao rebaixamento dos custos. A queda nos custos da indústria doméstica não implicou melhora nos resultados operacionais da empresa, porque a concorrência com o produto importado a preço de dumping impediu a manutenção de seus preços.

Com relação à manifestação a respeito da subcotação, cumpre esclarecer que os dados apresentados para fins de início da investigação tomaram por base informações que não levavam em consideração os tipos de produto e as categorias de cliente para os quais os produtos eram direcionados no mercado brasileiro. Para fins de determinação preliminar, a partir da análise das respostas ao questionário dos produtores/exportadores e ao questionário dos importadores, foi possível realizar uma análise mais aprofundada dos dados. A análise de subcotação apresentada no item 6.1.7.3 demonstra que houve subcotação em todos os períodos de análise, de forma que se constatou o efeito significativo das importações no preço da indústria doméstica.

A análise dos indicadores da indústria doméstica e sua relação causal, conforme descrito pela peticionária não difere substancialmente daquela apresentada nos itens 6.2 e 7.5, de forma que se deixa de apresentar comentários sobre as referidas alegações.

7.5. Da conclusão sobre a causalidade

Para fins de determinação preliminar desta investigação, considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, verificou-se que as importações da Coreia do Sul e da França a preços de dumping contribuíram significativamente para a existência de dano à indústria doméstica constatados no item 6.2 deste Documento.

8. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em agosto de 2015, iniciou-se processo de recuperação judicial da Nitriflex com vistas a evitar o encerramento das atividades da empresa. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial firmado pela peticionária, foram estipulados (i) prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, tais como dívidas trabalhistas e créditos quirografários, com a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor; (ii) redução de custos por meio de aquisição de matérias-primas à vista, acarretando em preços mais baixos e redução a zero dos encargos financeiros em compras a prazo; (iii) redução do quadro de funcionários; (iv) meta de crescimento do volume de vendas no mercado interno (na ordem de 1%) e no mercado externo (na ordem de 100%), em 2016, em relação a 2015; e (v) meta de reajuste dos custos e despesas operacionais e do preço do produto de acordo com a inflação projetada de 8% ao ano.

Conforme evidenciado no item 6, de fato a peticionária foi capaz de reduzir seus custos de produção, especialmente no que se refere ao custo de matéria-prima, e os encargos financeiros por ela incorridos (tendo em vista a suspensão dos pagamentos a credores), além de se ter constatado diminuição do número de empregados. No entanto, ao contrário do esperado, o que se viu foi a queda do volume de vendas no mercado interno (de 9,3% de P4 para P5) e da receita de vendas decorrente dessas vendas (na ordem de 12,3%), tendo em vista, também, a queda do preço de vendas em 3,3%

Constata-se, portanto, que, apesar de a recuperação judicial constituir fator que contribuiu para a atenuação do dano demonstrado pela indústria doméstica, tendo em vista a concorrência com as importações investigadas, crescentes em volume e a preços de dumping, a Nitriflex não foi capaz de colocar em prática as projeções estipuladas no plano de recuperação judicial para o período, tendo, ao contrário, demonstrado deterioração em seus indicadores econômico-financeiros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. DAS OUTRAS MANIFESTAÇÕES

9.1. Das outras manifestações

Em manifestação protocolada em 5 de outubro de 2017, a Nitriflex questionou a confidencialidade conferida a algumas informações e documentos apresentados pelos produtores/exportadores franceses e sul-coreanos em suas respostas aos questionários. A empresa alegou existirem parâmetros legais bem definidos no art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013, acerca de informações que devem ser tratadas como restritas nos autos do processo, e mencionou, também, o art. 2º da Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), o qual requer justificativa "convincente" de informações consideradas confidenciais, para fins de se garantir o contraditório e a ampla defesa.

Com relação ao questionário do produtor/exportador francês Arlanxeo, a Nitriflex questionou, primeiramente, a confidencialidade dada à resposta ao item 3.2, relacionada com as plantas de fabricação e escritórios da empresa. A peticionária rebateu a justificativa da Arlanxeo de que seus concorrentes não poderiam ter acesso a essas informações, uma vez que estas estariam disponíveis no seu próprio website.

A confidencialidade conferida à resposta ao item 3.3 do questionário, referente ao quadro organizacional da estrutura legal da empresa, também foi questionada pela Nitriflex. A peticionária ressaltou que, nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013, tais informações não poderiam ser consideradas confidenciais. Além disso, acrescentou que seria de notoriedade pública o controle da Arlanxeo Emulsion Rubber France S.A.S. pela Lanxess AG. Além disso, a lista de todas as subsidiárias da Lanxess AG estaria disponível no Financial Statement publicado pela empresa em 2016.

No tocante à resposta ao item 4.8, referente ao software contábil utilizado, a Nitriflex, contrariando a justificativa de confidencialidade fornecida pela empresa francesa, alegou não ser de comum entendimento que uma informação a respeito de um software contábil seria considerada uma vantagem competitiva. Neste caso, de acordo com a peticionária, a confidencialidade dessa informação deveria ser revista, nos termos dos § § 8º e 9º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013.

A Arlanxeo teria, ainda, conferido o status de confidencial à resposta ao item 4.9 referente às suas demonstrações financeiras. A esse respeito, a Nitriflex ressaltou que, tendo em vista que a Arlanxeo da Franca é uma sociedade anônima, suas demonstrações financeiras deveriam ser publicadas. Ademais, a empresa francesa seria completamente controlada pela Arlanxeo AG, a qual teria oferta pública de ações na bolsa da Alemanha, sendo, portanto, uma companhia aberta. Por estes motivos, a confidencialidade desses documentos também deveria ser afastada, nos termos do inciso II do § 5º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Outra resposta confidencial apresentada pela empresa francesa e questionada pela peticionária foi a do item 8.3.4, referente ao valor e volume de devoluções da empresa em P5. De acordo com a peticionária, ainda que a alínea "c", do inciso II do § 5º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013, se refira ao volume de vendas internas, as devoluções, ao fazerem parte do processo de vendas, também estariam aí incluídas. Ademais, esta informação serviria apenas para oferecer uma noção mais próxima do valor normal praticado pela Arlanxeo França, assegurando o contraditório e a ampla defesa. Ao contrário do alegado pela empresa francesa, no entendimento da Nitriflex, tal informação não conferiria vantagem competitiva às partes do processo.

A peticionária destacou, ainda, alguns documentos apresentados pelo produtor/exportador francês os quais, na versão restrita, não estariam em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.058, de 2013, quais sejam o apêndice III (estoque), apêndices de vendas, V, VII e VIII.

Estaria expressamente disposto na alínea "c", do inciso II do § 5º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013, que informações relativas ao volume de produção, das vendas internas, das exportações, importações e dos estoques não poderiam ser consideradas confidenciais. O apêndice III apresentado, no entanto, conteria apenas informações relativas ao volume de vendas no mercado interno e o estoque final.

Já com relação aos demais apêndices supramencionados, a Nitriflex argumentou que a disponibilização apenas dos dados de volume total não proporcionaria o contraditório e a ampla defesa, indo de encontro ao disposto nos § § 8º e 9º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013. No seu entendimento, a intenção do produtor francês seria de impedir qualquer manifestação acerca do preço de exportação, valor normal ou margem de dumping. Dessa forma, segundo a peticionária, seria coerente que o DECOM solicitasse a apresentação, de forma restrita, também dos valores totais desses apêndices.

De modo semelhante, o produtor/exportador sul-coreano LG Chem teria deixado de apresentar informações essenciais, sob a justificativa de serem confidenciais. A Nitriflex mencionou primeiramente a resposta ao item 3.4 do questionário do produtor/exportador, referente à participação de afiliadas no processo produtivo. De acordo com a peticionária, tendo em vista que o produtor/exportador teria reconhecido que esses dados dizem respeito ao seu processo produtivo, não poderia, portanto, ocultar o produto que seria fornecido por sua controlada e nem a identificação da empresa, tal como foi feito. A empresa estaria, de acordo com a Nitriflex, indo de encontro com a alínea "c", do inciso II do § 5º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013. Com isso, a LG Chem estaria, possivelmente, e em desconformidade com o art. 19 de Decreto nº 8.058, de 2013, com a intenção de considerar transações de suas afiliadas no cálculo do preço de exportação.

O produtor/exportador sul-coreano teria também considerado confidencial suas vendas para suas afiliadas no mercado doméstico, o que, conforme argumentado pela peticionária, e nos termos do art. 90 do Decreto nº 8.058, de 2013, traria prejuízo para o cálculo do valor normal.

A LG Chem, em resposta ao item 8.1.12, estaria deixando, também, de informar quais os termos de comércio utilizados. Ao contrário do alegado pela empresa, a Nitriflex alegou que tais informações não consistiriam em dados sensíveis acerca de sua relação com seus clientes e sua estrutura de distribuição.

Com relação a documentos erroneamente classificados como confidencial, a peticionária mencionou o Apêndice VIII que traz os valores e quantidades das vendas realizadas em P5. De acordo com a Nitriflex, ainda que a relação individualizada dos valores de venda, de fato, fosse confidencial, os valores e quantidades totais de suas exportações para o Brasil não poderiam estar fechados, contrariando o disposto na alínea "c", do inciso II do § 5º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Diante de todo o exposto, a peticionária requereu que fosse retirada a confidencialidade das informações apresentadas pelos produtores/exportadores explicitadas acima, sob pena de uso da melhor informação disponível, conforme disposto no § 3º art. 49 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em resposta ao questionário do importador protocolado no dia 1º de setembro de 2017, a empresa Netzsch alertou que "tem tido uma enorme dificuldade de adquirir tal insumo no mercado nacional", e que a razão não seria uma questão de preço, mas sim a comprovada incapacidade do produto produzido no Brasil atender as especificações exigidas pelos clientes no mercado internacional. A importadora alegou que já tentou adquirir o produto nacional, entretanto ele não teria sido aprovado em exames laboratoriais, o que teria afastado definitivamente a possibilidade de utilizar esta borracha.

A Netzsch apontou ainda que a peticionária não possuiria concorrência no mercado interno, o que impede a importadora de adquirir a NBR de outros fabricantes nacionais que pudessem ser aprovados no controle de qualidade. Assim, tendo em conta a inexistência de concorrência no mercado interno, agravada pelo fato de que a borracha produzida no mercado nacional não atenderia aos requisitos técnicos, a empresa "tem sido obrigada a promover a importação da borracha nitrílica".

Ante o exposto, considerando que a Netzsch não comercializa, revende ou distribui o produto objeto de investigação no mercado interno, e que utilizaria o produto importado tão somente para aplicação em processo produtivo, a importadora requereu a sua exclusão do feito.

9.2. Dos comentários acerca das manifestações

No que se refere ao pedido da peticionária de que fosse aplicada a melhor informação disponível aos exportadores LG e Arlanxeo por razões formais referentes à disponibilização de informações em bases não confidenciais, esclarece-se que se julgaram adequados a forma de apresentação dos dados e os resumos concernentes às informações subtraídas. Busca-se garantir a preservação das informações das partes submetidas em bases confidenciais e, ao mesmo tempo, garantir o direito à ampla defesa das contrapartes envolvidas no processo.

Nesse sentido, ainda que se conclua pela adequação das justificativas de confidencialidade e dos resumos restritos, permite-se às demais partes do processo que submetam pedidos de reanálise sobre a adequação da informação apresentada por uma contraparte, quando entende que não foi possível compreender razoavelmente a informação subtraída. Diante de um pedido dessa natureza, poder-se-á solicitar à parte que submeteu a informação novas justificativas e novos resumos restritos sob pena de desconsideração das informações.

Dessa forma, confirmam-se as conclusões sobre a adequação da maior parte dos dados apresentados pelos exportadores LG e Arlanxeo, conclusões chegadas após realização diligente de análise a cada nova submissão pelas partes interessadas. Para os casos em que se concluiu que o resumo restrito impedia o exercício do contraditório, enviar-se-á ofício para que as partes interessadas reavaliem a confidencialidade da informação ou apresente resumos que permitam a razoável compreensão da informação.

Recebidas as respostas a essas solicitações, serão avaliadas a forma e a substância das informações prestadas, com o intuito de garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Com relação aos argumentos levantados pela Netzsch de que a peticionária não possuiria concorrência no mercado interno, o que impediria a importadora de adquirir a borracha NBR de outros fabricantes nacionais que pudessem ser aprovados no controle de qualidade, deve-se ressaltar que as medidas de defesa comercial não visam a impedir a importação, mas tão somente corrigir uma prática desleal de comércio. Os importadores de borracha NBR ainda disporão de seus fornecedores estrangeiros na Coreia do Sul e na França, cujos produtos poderão estar sujeitos ao recolhimento do direito antidumping, ou de quaisquer outras origens não gravadas pela medida. O que se busca é que a comercialização destes produtos seja realizada a preços considerados leais pela legislação multilateral.

A importadora Netzsch solicitou a sua exclusão do processo, porque não comercializaria, revenderia ou distribuiria o produto objeto de investigação no mercado interno, e que utilizaria o produto importado tão somente para aplicação em processo produtivo. A esse respeito, por ter importado produto objeto da investigação durante o período de investigação de dumping e nos termos do inciso II do § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, a empresa se enquadra na definição de parte interessada da investigação em epígrafe, podendo participar do processo para prestar informações e manifestar sobre os elementos dos autos, caso tenha interesse.

10. DA CONCLUSÃO FINAL

Considerando-se a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se preliminarmente que as importações das origens investigadas a preços de dumping constituem o principal fator causador do dano à indústria doméstica constatado no item 6.2 deste Documento.

CIRCULAR Nº 63, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum - TEC em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais - DEINT, com o objetivo de obter subsídios para definição de posicionamento no âmbito do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do MERCOSUL - CT-1.

Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do Protocolo-Geral do MDIC, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 70053-900, Brasília -DF. As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e serem encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta normativa no Diário Oficial da União.

As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do roteiro próprio, disponível na página deste Ministério na internet, no endereço http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/deint/cgam/tec/TEC_2017/roteiro-de-contestacao.doc.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC %	NCM	DESCRIÇÃO	TEC %
2905.19.92	Isononanol	12	2905.19.92	Isononanol e seus isômeros; misturas de isômeros do isononanol	12
2905.19.99	Outros	2	2905.19.99	Outros	2
2917.20.00	- Ácidos policarboxílicos ciclânicos, ciclênicos ou cicloterpênicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, peroxiácidos e seus derivados	2	2917.20	- Ácidos policarboxílicos ciclânicos, ciclênicos ou cicloterpênicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, peroxiácidos e seus derivados	
			2917.20.10	Ciclohexanoato de dioctila	12
			2917.20.90	Outros	2
3904.90.00	Outros	14	3904.90.10	Poli(cloreto de vinila) clorado	2
			3904.90.90	Outros	14
8528.59.20	Policromáticos	20	8528.59.2	Policromáticos	
			8528.59.21	Com múltiplas entradas de áudio e vídeo mediante conectores BNC	0BK
			8528.59.29	Outros	20
9018.32.19	Outras	16	9018.32.13	Agulhas ponta de lápis, do tipo das utilizadas em anestesia epidural ou raquidiana	2
			9018.32.19	Outras	16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 622, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e considerando o disposto no art. 2-A, incluído pela Medida Provisória n. 786, de 12 de julho de 2017, na Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1° Instituir como obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme informações constantes na tabela.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO	DETALHAMENTO	MUNICÍPIO / UF
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	SÃO DOMINGOS - BA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de estradas vicinais	VÁRZEA ALEGRE - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de estradas vicinais	ASSARÉ - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção, ampliação e ou reforma de mercado	NOVA OLINDA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	SALITRE - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção, ampliação e ou reforma de mercado	MADALENA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de estradas vicinais	ARNEIROZ - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	MOMBACA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de estradas vicinais	MOMBACA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção, ampliação e ou reforma de mercado	ABAIARA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	BREU BRANCO - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	MUANÁ - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Construção de Orla	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	MISSÃO VELHA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção, ampliação e ou reforma de mercado	MAURITI - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	NOVA IPIXUNA - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços Urbanização de Eixo Rodoviário	MEDICILÂNDIA - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	SÃO FRANCISCO - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	ÁGUA AZUL DO NORTE - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de estradas vicinais	TEJUÇUOCA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de estradas vicinais	CATARINA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	BONITO - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	MAURITI - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	CURUÁ - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Urbanização de canteiro central	PLACAS - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e/ou Vias	SOURE - PA

Art. 2º Compete à Secretaria ou Entidade Vinculada da Administração Pública Federal, a qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante na tabela acima, a análise e aprovação formal pela unidade competente do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 441, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo inciso VII do art. 9º da Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 subsequente, considerando o disposto na Lei n. 11.357, de 19 de outubro de 2006, na Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, e na Lei n. 12.277, de 30 de junho de 2010, todas regulamentadas pelo Decreto n. 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria MI n. 210 de 19 de julho de 2016, e o constante nos processos n. 59229.000102/2017-50 e n. 59229.000267/2017-21, resolve:

Art. 1º Tornar público que a apuração parcial das metas intermediárias referentes à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e à Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, respectivamente, de que trata o Anexo da Portaria MI n. 164, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 28 subsequente, com vigência no período de 1º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, foram repactuadas, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 5º do Decreto n. 7.133, de 19 de março de 2010, de acordo com o anexo a esta Portaria.

REYNALDO ABEN-ATHAR

ANEXO

PERÍODO AVALIATIVO: 1º/03/2017 a 28/02/2018 (GDPGPE) e 1º/03/2017 a 31/03/2018 (GDACE)

UNIDADE DE AVALIAÇÃO (art. 2º, inciso II): Gabinete do Ministro.

META GLOBAL (art. 2º, inciso IX): Otimizar os processos de trabalho relativos às relações públicas e institucionais do Ministério da Integração Nacional, bem como os relativos à transparência e correição.

Metas Intermediárias (art. 2º, inciso X)	Quantitativo de produtos esperado (A)	Unidade
Atender parlamentares e seus assessores; prefeitos; secretários; assessores municipais e outras autoridades.	250	ASPAR
Análise de processos pela Área Técnica.	44	CORREGEDORIA

PERÍODO AVALIATIVO: 1º/03/2017 a 28/02/2018 (GDPGPE) e 1º/03/2017 a 31/03/2018 (GDACE)

UNIDADE DE AVALIAÇÃO (art. 2º, inciso II): Secretaria-Executiva - SECEX

META GLOBAL (art. 2º, inciso IX): Implementar gestão eficiente, eficaz e efetiva, promover a valorização e qualificação permanente dos servidores e colaboradores, assegurar a participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão além de apoiar as Secretarias finalísticas a alcançarem suas metas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Metas Intermediárias (art. 2º, inciso X)	Quantitativo de produtos esperado (A)	Unidade
Digitalizar o acervo funcional do legado dos servidores cedidos e de todos os servidores empossados após julho de 2016.	100%	CGGP
Realizar estudo técnico preliminar para contratação e gestão do serviço de transporte do Ministério da Integração Nacional.	0	CGSL
Coordenar o planejamento ou a implementação de 25 (vinte e cinco) iniciativas para a organização e inovação institucional visando a melhoria contínua das rotinas de trabalho.	100%	CGPM
40 registros de responsabilidade e de relatórios de TCE.	100%	CCONT

PERÍODO AVALIATIVO: 1º/03/2017 a 28/02/2018 (GDPGPE) e 1º/03/2017 a 31/03/2018 (GDACE)

UNIDADE DE AVALIAÇÃO (art. 2º, inciso II): Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC

META GLOBAL (art. 2º, inciso IX): Reduzir a vulnerabilidade a desastres por meio de políticas públicas de prevenção, ampliar e qualificar a capacidade de resposta à desastres.

Metas Intermediárias (art. 2º, inciso X)	Quantitativo de produtos esperado (A)	Unidade
Emitir pareceres técnicos/análises e outros documentos referentes aos pleitos de solicitação de recursos.	107	DRR



Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.070, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a atuação da Força Nacional de Segurança Pública em apoio Departamento de Polícia Federal na região fronteiriça do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, no Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013, e na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a manifestação do Diretor-Geral da Polícia Federal, contida no Ofício nº 256/2017-SEAPRO/GAB/PF, de 24 de outubro de 2017, quanto à necessidade da permanência da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, na região fronteiriça do Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação da atuação da FNSP, em apoio ao Departamento de Polícia Federal - DPF, em caráter episódico e planejado, por 180 (cento e oitenta), a contar da data de vencimento da Portaria nº 522, de 27 de junho de 2017, na região fronteiriça do Estado do Paraná, sob a coordenação da Polícia Federal, em atividades de fiscalização, inibição, prevenção, coibição e repressão aos crimes de contrabando, de saída irregular de riquezas e de tráfico de drogas e de armas.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à instalação de base administrativa da FNSP.

Art. 3º O número de policiais e as ações a serem desenvolvidas obedecerão ao planejamento conjunto e definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.071, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.015308/2010-52, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MANZOOR HUSSAIN, de nacionalidade paquistanesa, filho de Faiz Ahmed e Salima Bili, nascido em Sialkot, na República Islâmica do Paquistão, em 1º de janeiro de 1963, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.072, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017767/2016-55, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, LISA FABIANA CESPEDES PORTILLO, de nacionalidade paraguaia, filha de Carlos Robert Cespedes e de Modesta Gaona, nascida em Hernandarias, Paraguai, em 16 de agosto de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.073, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2000, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012293/2009-37, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 65 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JAMES MICHAEL MCCANN, de nacionalidade inglesa, filho de Terence McCann e Beryl McCann, nascido no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em 29 de julho de 1957, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.074, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2000, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012445/2010-35, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, KENNETH JAMES BATT, de nacionalidade inglesa, filho de Reginald James Batt e de Louis Denise Mc Gaarww, nascido em Londres, Inglaterra, em 27 de fevereiro de 1960, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.075, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e o art. 6º, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Consultoria Jurídica, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, é o constante do anexo VI da Portaria nº 820, de 29 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MJ nº 486, de 22 de abril de 2016.

TORQUATO JARDIM

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, administrativamente subordinada ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, nos termos do art. 2º, inciso I, alínea "e", e art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, sem prejuízo das atribuições institucionais, subordinação técnica, coordenação, orientação, supervisão e fiscalização da AGU, tem por finalidade:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser seguida, uniformemente, na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das suas entidades vinculadas;

IV - participar da articulação com a Casa Civil, nos assuntos jurídicos de competência do Ministério;

V - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos, na elaboração de propostas de atos normativos de interesse do Ministério;

VI - formular propostas de atos normativos nas matérias não afetas a outros Ministérios;

VII - realizar revisão final e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a técnica legislativa, das propostas de atos normativos de interesse do Ministério;

VIII - examinar a constitucionalidade, a juridicidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e o interesse público dos projetos de lei em fase de sanção;

IX - examinar a constitucionalidade, a juridicidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a técnica legislativa dos atos normativos que serão remetidos pelo Ministro de Estado à consideração da Presidência da República;

X - examinar a constitucionalidade, a juridicidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico, a técnica legislativa e o mérito das propostas de atos normativos em matérias não afetas a outros Ministérios;

XI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação e de contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados;

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação; e

c) os textos de editais de seleções públicas, convênios, acordos e instrumentos congêneres;

XII - examinar e elaborar manifestação jurídica em processos administrativos disciplinares e respectivos recursos submetidos à decisão do Ministro de Estado;

XIII - acompanhar o andamento dos processos judiciais nos quais o Ministério tenha interesse, em conjunto com a Procuradoria-Geral da União, as Procuradorias-Regionais da União e as Procuradorias da União;

XIV - orientar as áreas técnicas do Ministério, quando necessário, quanto ao cumprimento de decisões judiciais, observados os atos normativos que regem a matéria;

XV - fornecer os subsídios requeridos para a atuação consultiva, judicial e extrajudicial dos membros da AGU, nas questões relacionadas às competências do Ministério;

XVI - fornecer subsídios para a atuação da Consultoria-Geral da União em assuntos de sua competência; e

XVII - zelar pelo cumprimento e observância das orientações emanadas dos órgãos de direção da AGU.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA

Art. 2º A CONJUR tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - CJGAB, composto por:

a) Divisão de Apoio Administrativo - DAA;

II - Coordenação-Geral de Elaboração Normativa - COGEN, composta por:

a) Coordenação de Elaboração Normativa - COEN;

III - Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos: - CGAE, composta por

a) Coordenação do Contencioso Judicial - CCJ;

1. Divisão de Contencioso Judicial - DCJ;

IV - Coordenação-Geral de Licitação e Contratos - CGLIC, composta por:

a) Coordenação de Licitações e Contratos Administrativos - COLIC;

1. Divisão de Licitações e Contratos - DILIC; e

b) Coordenação de Assuntos Disciplinares - CAD;

V - Coordenação-Geral de Atos Administrativos - CGAD composta por:

a) Coordenação de Estudos e Pareceres - CEP; e

VI - Coordenação-Geral de Análise de Sanção e Veto - COGEVE, composta pela:

b) Coordenação de Sanção e Veto - COSV.

Art. 3º A Consultoria Jurídica é dirigida pelo Consultor Jurídico, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores e as Divisões, por Chefes, cujas atribuições são definidas neste Regimento Interno.

Art. 4º O Consultor Jurídico será substituído, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo Consultor Jurídico Adjunto. Nas mesmas hipóteses, os Coordenadores-Gerais serão substituídos pelos Coordenadores e os Coordenadores pelos Chefes de Divisão, ou por servidores designados na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - organizar o recebimento, o registro e o acompanhamento do trâmite dos processos e documentos recebidos e remetidos pela CONJUR;

II - realizar a gestão e o trâmite de processos na CONJUR, em observância ao Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais legislações pertinentes;

III - despachar os documentos administrativos a serem assinados ou chancelados pelo Consultor Jurídico;

IV - assessorar o Consultor Jurídico na elaboração das respostas aos pedidos de acesso a informação, dirigidos à CONJUR por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC - Central do Ministério;

V - assessorar de forma direta e imediata o Consultor Jurídico na coordenação das atividades administrativas da CONJUR e elaborar informações e relatórios administrativos solicitados;

VI - assessorar o Consultor Jurídico na compilação e sistematização de informações acerca da atuação administrativa e judicial dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

VII - exercer o controle do patrimônio, de recursos tecnológicos e de materiais no âmbito da CONJUR;

VIII - exercer a gestão dos sistemas informatizados no âmbito da CONJUR;

IX - manter, em condições de pronta consulta, cadastro do quadro de advogados públicos em exercício na CONJUR e preparar os atos de encaminhamento referentes a frequências, licenças, comunicações de férias, alterações de exercício e outros atos pertinentes;

X - manter o controle estatístico dos processos e das manifestações jurídicas;

XI - elaborar e acompanhar o Plano Anual de Capacitação dos servidores em exercício na CONJUR, bem como propiciar os meios necessários à sua execução; e

XII - coordenar as atividades administrativas relacionadas a pessoal, material e patrimônio.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Elaboração Normativa compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades da unidade que lhe é subordinada;

II - atuar em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério na elaboração de propostas de atos normativos e de atos legislativos;

III - elaborar os atos normativos a serem chancelados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nas matérias afetas às competências do Ministério;

IV - formular e examinar propostas de atos normativos nas matérias não afetas a outros Ministérios;

V - analisar a constitucionalidade, legalidade, compatibilidade com o ordenamento jurídico e com a técnica legislativa e proceder à revisão final das propostas de atos normativos a serem editados por autoridades do Ministério;

VI - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a técnica legislativa dos atos normativos em tramitação no Congresso Nacional, que serão remetidos à consideração da Presidência da República;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - coordenar o encaminhamento de pareceres jurídicos à Presidência da República;

VIII - coordenar o estudo prévio da conformação de atos internacionais aos preceitos da Constituição Federal e do ordenamento jurídico pátrio, quando a matéria for de interesse do Ministério e a elaboração de atos normativos destinados à implementação desses instrumentos após sua ratificação pelo Brasil; e

IX - examinar processos e exercer outras atividades que forem atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 7º À Coordenação de Elaboração Normativa compete:

I - emitir pareceres e informações em assuntos pertinentes às áreas de competência do Ministério; e

II - examinar processos e exercer outras atividades que forem atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades da unidade que lhe é subordinada;

II - elaborar os atos a serem chancelados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nas matérias de sua competência;

III - formular e examinar propostas de atos normativos nas matérias não afetas a outros Ministérios, em sua área de competência;

IV - acompanhar as decisões e os processos administrativos de interesse do Ministério junto aos demais órgãos e instituições, tais como Tribunal de Contas da União - TCU e Ministério Público; e

V - examinar processos e exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 9º À Coordenação de Contencioso Judicial compete:

I - prestar os subsídios para a atuação judicial dos membros da AGU nas questões concernentes ao Ministério;

II - acompanhar o andamento dos processos judiciais nos quais o Ministério tenha interesse, em auxílio à Procuradoria-Geral da União, às Procuradorias-Regionais da União e às Procuradorias da União;

III - elaborar as peças de informação em mandados de segurança e habeas corpus impetrados contra atos do Ministro de Estado;

IV - colaborar, quando solicitado, na elaboração de peças de informação em mandados de segurança impetrados contra o Secretário-Executivo e os demais Secretários do Ministério;

V - acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, a implementação e o exato cumprimento das determinações judiciais;

VI - emitir pareceres e informações em assuntos judiciais; e

VII - exercer outras atividades que forem atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 10. À Divisão de Contencioso Judicial compete:

I - examinar as ordens e sentenças judiciais dirigidas ao Ministério e propor a orientação a ser seguida para o seu devido cumprimento;

II - emitir pareceres e informações em assuntos pertinentes à sua área de competência; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Licitação e Contratos compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades das unidades que lhe são subordinadas;

II - elaborar os atos a serem chancelados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nas matérias afetas à competência da Coordenação de Licitação e Contratos Administrativos; e

III - examinar processos e exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 12. À Coordenação de Licitação e Contratos Administrativos, compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - examinar a legalidade e emitir manifestações jurídicas referentes a:

a) acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

b) editais de licitação e contratos de interesse do Ministério; e

c) atos que visem a reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação;

III - coordenar e executar atividades relacionadas à análise jurídica de processos e documentos referentes a recursos hierárquicos, pedidos de reconsideração ou representações concernentes à sua área de atuação;

IV - emitir pareceres e informações em assuntos pertinentes à sua área de competência;

V - emitir pareceres e informações nas consultas formuladas pelas áreas do Ministério e, quando solicitado pelas demais Coordenações da Consultoria Jurídica, nas matérias que versem sobre contratos, acordos, convênios, ajustes e demais instrumentos congêneres; e

VI - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 13. À Divisão de Licitação e Contratos compete:

I - examinar termos aditivos referentes à prorrogação de vigência de contratos administrativos, convênios ou instrumento congêneres;

II - examinar os editais de seleções públicas, minutas de convênio, acordos e outros instrumentos congêneres;

III - emitir pareceres e informações em assuntos pertinentes à sua área de competência; e

IV - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador e pelo Coordenador-Geral.

Art. 14. À Coordenação de Assuntos Disciplinares compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - opinar sobre a legalidade da instauração de sindicâncias e processos disciplinares e examinar tais procedimentos administrativos e os recursos contra eles interpostos;

III - elaborar os atos a serem chancelados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nas matérias afetas à sua competência;

IV - emitir pareceres e informações nos assuntos pertinentes à sua área de competência; e

V - exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Atos Administrativos compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades da unidade que lhe é subordinada;

II - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos elaborados no Ministério;

III - elaborar atos administrativos a serem chancelados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;

IV - emitir pareceres e informações sobre as matérias de competência do Ministério;

V - coordenar e orientar a análise de processos e documentos e a emissão de manifestações jurídicas relativas aos seguintes temas:

a) políticas nacionais de migrações, refugiados, enfrentamento ao tráfico de pessoas e classificação indicativa;

b) políticas de justiça, modernização, aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania;

c) proteção e defesa do consumidor;

d) cooperação jurídica internacional, em matéria cível e penal, bem como sobre a execução dos pedidos e das cartas rogatórias relacionadas a essas matérias;

e) segurança pública;

f) combate à corrupção e à lavagem de dinheiro;

g) políticas sobre drogas; e

h) questões relacionadas a recursos humanos;

VI - orientar as unidades do Ministério quanto à correta interpretação das leis e dos demais atos normativos; e

VII - exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 16. À Coordenação de Estudos e Pareceres compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - emitir pareceres e informações em assuntos pertinentes à sua área de competência; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Análise de Sanção e Veto compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades da unidade que lhe é subordinada;

II - elaborar pareceres sobre a constitucionalidade e a juridicidade dos projetos de atos normativos em fase de sanção presidencial submetidos à apreciação do Ministério; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 18. À Coordenação de Sanção e Veto compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - emitir pareceres e informações em assuntos pertinentes à sua área de competência; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 19. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico direto e imediato ao Ministro de Estado;

II - assessorar o Ministro de Estado na defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais e das instituições democráticas e republicanas;

III - dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da CONJUR;

IV - atuar na uniformização das manifestações jurídicas produzidas no âmbito da CONJUR;

V - examinar, quanto ao mérito, propostas de atos legislativos nas matérias não afetas a outros Ministérios;

VI - analisar, em conjunto com as áreas técnicas, o interesse público dos projetos de atos normativos em fase de sanção presidencial submetidos à apreciação;

VII - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

VIII - apreciar as manifestações elaboradas no âmbito da CONJUR e submetê-las ao Advogado-Geral da União, se for o caso;

IX - suscitar divergências de entendimentos jurídicos entre a CONJUR e demais Consultorias Jurídicas;

X - zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas firmadas pela AGU;

XI - promover o atendimento aos pedidos de informações formulados por autoridades da AGU;

XII - dirigir-se diretamente aos titulares dos órgãos do Ministério para alertar quanto ao prazo para cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de procedimentos administrativos ou processos judiciais submetidos à sua apreciação;

XIII - indicar servidores e advogados em exercício na CONJUR para representá-lo em reuniões e grupos de trabalho;

XIV - indicar servidores e advogados em exercício na CONJUR para participar de programas e cursos de treinamento ou aperfeiçoamento; e

XV - editar atos normativos complementares a este Regimento Interno para a execução das competências da CONJUR.

Art. 20. Ao Consultor Jurídico Adjunto incumbe:

I - substituir o Consultor Jurídico nos seus afastamentos, impedimentos regulamentares, na vacância do cargo e quando por ele previamente determinado;

II - auxiliar o Consultor Jurídico na coordenação das atividades administrativas da CONJUR;

III - submeter ao Consultor Jurídico pareceres, informações, notas e planos de trabalho, bem como relatórios das atividades desenvolvidas;

IV - supervisionar a distribuição de trabalhos no âmbito da CONJUR; e

V - exercer quaisquer outras atividades delegadas pelo Consultor Jurídico.

Art. 21. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - aprovar os pareceres, notas, informações e despachos elaborados no âmbito de suas unidades, encaminhando-os à consideração do Consultor Jurídico;

II - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação;

III - planejar, coordenar, orientar e praticar atos de administração necessários à execução das atividades das respectivas unidades;

IV - zelar, em conjunto com o Consultor Jurídico, pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da CONJUR;

V - avocar as competências das respectivas unidades, sempre que necessário, como medida de equalização de demandas e para evitar o acúmulo de serviços ou a perda de prazos;

VI - programar, orientar e controlar a distribuição e a execução das atividades a cargo de suas respectivas unidades, quando não houver delegação de competência; e

VII - exercer as atribuições e atividades que lhes sejam delegadas ou subdelegadas expressamente pelo Consultor Jurídico.

Art. 22. Aos Coordenadores incumbe:

I - administrar a execução das atividades afetas à respectiva unidade;

II - submeter ao Coordenador-Geral pareceres, informações, notas, planos de trabalho e relatório das atividades desenvolvidas nas respectivas áreas;

III - assistir o Coordenador-Geral em assuntos de competência de sua unidade;

IV - solicitar diligências necessárias à instrução dos processos e expedientes, submetendo-as diretamente aos setores técnicos do Ministério, aos seus órgãos autônomos e vinculados; e

V - praticar atos de administração necessários à execução das atividades afetas às suas unidades.

Art. 23. Aos Chefes de Divisão incumbe auxiliar na orientação dos trabalhos realizados nas respectivas unidades e executar outras tarefas que lhes forem atribuídas.

CAPÍTULO V

DAS CONSULTAS E DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS

Art. 24. Poderão encaminhar consultas à Consultoria Jurídica o Ministro de Estado, o Secretário-Executivo, os Secretários e os ocupantes de cargos em comissão do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.5, seus respectivos chefes de gabinete ou substitutos eventuais.

§ 1º As consultas deverão ser autuadas em processo administrativo, devidamente instruído com os seguintes documentos, além de outros previstos na legislação pertinente:

I - parecer, nota técnica, informação ou despacho da unidade ou órgão envolvido que contenha:

a) a identificação do setor de origem responsável pela propositura;

b) a exposição clara do caso concreto a demandar esclarecimento jurídico;

c) a justificativa de sua necessidade e, quando for o caso, o ato normativo que o ampare; e

d) a aprovação expressa da autoridade responsável, quando o pronunciamento for originário de setor subordinado;

II - os processos referentes a atos normativos, além da nota técnica, deverão ser instruídos com a respectiva minuta, em meio eletrônico;

III - os processos que tratarem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento da unidade técnica, deverão ser instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, com a obrigatória indicação funcional-programática dos recursos financeiros por onde correrão as despesas, dentre outros aspectos pertinentes; e

IV - os processos de contratação de bens e serviços deverão ser instruídos, além dos demais documentos previstos na legislação pertinente, com:

a) os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência, Projeto Básico, atos convocatórios e contratos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União; e

b) manifestação técnica da entidade ou do órgão envolvido com a indicação e justificativa das alterações, exclusões das disposições contidas nos modelos originais e inclusão de novas regras editalícias ou contratuais.

§ 2º Em caso de comprovação da inviabilidade técnica da utilização dos documentos referidos no inciso IV, os órgãos e as entidades do Ministério poderão utilizar minutas diversas daquelas disponibilizadas pela Advocacia-Geral da União.

§ 3º A CONJUR poderá restituir à origem, para complementação da instrução, na forma deste artigo, os processos insuficientemente preparados, submetidos a seu exame.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 25. No desempenho das atribuições de seus cargos, os membros efetivos da Advocacia-Geral da União observarão especialmente:

I - a Constituição Federal, as leis e os atos normativos emanados dos Poderes e das autoridades competentes;

II - o interesse público, neste considerado o da sociedade, o da União e o dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

III - as Políticas Públicas fixadas pelo Governo federal; e

IV - os princípios éticos e morais inerentes aos agentes públicos.

Art. 26. O Consultor Jurídico, conforme o impacto, relevância e repercussão do caso, poderá submeter os pareceres da CONJUR à apreciação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, os quais, se aprovados, poderão se tornar pareceres normativos, que vincularão o Ministério e as entidades sob sua supervisão, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Na distribuição dos processos e das consultas serão observados o volume de serviço e sua complexidade, bem como as competências das Coordenações e dos membros da CONJUR.

Art. 28. Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas pelo Consultor Jurídico.

PORTARIA Nº 1.076, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Institui procedimentos para credenciamento e renovação de credenciamento de organismos estrangeiros e nacionais para atuarem em adoção internacional no Brasil, de acordo com o Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; tendo em vista o disposto nos art. 50 a art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; e de acordo com o Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos os procedimentos para credenciamento e renovação de credenciamento de organismos estrangeiros e nacionais para atuarem em adoção internacional no Brasil, de acordo com o Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999, que Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993.

§ 1º Compete à Autoridade Central Administrativa Federal - ACAF, a que se refere o art. 6º da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 1999, o credenciamento e a renovação de credenciamento de que trata o caput.

§ 2º As atribuições da ACAF devem ser exercidas por intermédio da Coordenação-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça deste Ministério.

Art. 2º O credenciamento e a renovação do credenciamento iniciam-se com requerimento do organismo dirigido à ACAF.

§ 1º Sempre que considerar oportuno e conveniente, a ACAF poderá limitar ou suspender o recebimento de requerimentos de credenciamento por prazo estipulado, divulgado em seu sítio eletrônico, mediante ato fundamentado.

§ 2º A ACAF poderá ainda publicar edital de chamada pública visando a selecionar organismos para credenciamento, o que não exime o organismo interessado de atender aos requisitos determinados por esta Portaria.

§ 3º A chamada pública a que se refere o § 2º não é procedimento necessário para o credenciamento de organismo.

Art. 3º O credenciamento somente poderá ser deferido quando o organismo atender aos seguintes requisitos:

I - ser oriundo de Estado-Parte da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 1993;

II - estar devidamente credenciado pela Autoridade Central do país de sua sede, no caso de organismo estrangeiro;

III - perseguir unicamente fins não lucrativos, nas condições e dentro dos limites fixados pelas autoridades competentes do país onde estiver sediado, pela ACAF e pela legislação brasileira;

IV - ser dirigido e administrado por pessoas qualificadas e de reconhecida idoneidade moral, com comprovada formação ou experiência para atuar na área de adoção internacional, cadastradas pelo Departamento de Polícia Federal;

V - satisfazer as condições de integridade moral, competência profissional, experiência e responsabilidade exigidas pelas autoridades brasileiras e pela ACAF;

VI - ser qualificado por seus padrões éticos e sua formação e experiência para atuar na área de adoção internacional;

VII - estar submetido à supervisão das autoridades competentes do país onde estiver sediado e das autoridades brasileiras, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e situação financeira;

VIII - cumprir os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e pelas normas estabelecidas pela ACAF;

IX - possuir Certificado de Cadastramento de entidades, obtido junto ao Departamento de Polícia Federal, nos termos da Portaria nº 815 - DG/DPF, de 28 de julho de 1999, e alterações; e

X - possuir autorização para funcionamento de organizações estrangeiras no Brasil emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, se organismo estrangeiro.

§ 1º Os organismos estrangeiros de direito público que não executem atos de império ou não sejam dotados de imunidade de jurisdição ou execução em território brasileiro deverão atender ao disposto nos incisos I a IX do caput e serão credenciados após autorização do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se atos de império aqueles praticados em nome da soberania do Estado estrangeiro.

§ 3º É vedado o credenciamento de organismos estrangeiros de direito público que exerçam atos de império ou sejam dotados de imunidade de jurisdição ou execução em território brasileiro.

§ 4º Não se aplica aos organismos nacionais o disposto nos incisos I e II do caput.

Art. 4º São obrigações do organismo credenciado:

I - apresentar à ACAF, a cada ano, relatório geral das atividades desenvolvidas e relatório de acompanhamento das adoções internacionais efetuadas no período, cuja cópia será encaminhada ao Departamento de Polícia Federal;

II - enviar relatório pós-adotivo semestral de cada criança adotada para a Autoridade Central Estadual, com cópia para a ACAF, pelo período mínimo de dois anos;

III - encaminhar à ACAF cópia autenticada da certidão de registro de nascimento e do certificado de nacionalidade tão logo lhes sejam concedidos pelo país de destino; e

IV - encaminhar à ACAF cópia do relatório nominal mensal de crianças adotadas no Brasil enviado à Polícia Federal.

Parágrafo único. Passado o período mínimo de dois anos, a obrigação de envio do relatório de que trata o inciso II do caput será mantida até que o organismo credenciado encaminhe à ACAF cópia autenticada do registro civil que estabelece a cidadania do país de acolhida para o adotado.

Art. 5º O requerimento, formulado por escrito e assinado pelo representante legal do organismo, deve conter as seguintes informações:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do organismo interessado e de quem o representa;

III - comprovante de domicílio do representante legal e do organismo;

IV - exposição dos fatos e dos fundamentos do requerimento, em particular acerca dos requisitos IV, V e VI do caput do art. 3º; e

V - data e assinatura.

Art. 6º O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - formulário de solicitação, conforme modelo disponibilizado pela ACAF;

II - cópia autenticada do Certificado de que trata o inciso IX do caput do art. 3º;

III - cópia de relatório financeiro do organismo, incluindo lista de receitas, despesas e doações;

IV - cópia da portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a autorização de funcionamento do organismo estrangeiro, conforme o inciso X do caput do art. 3º;

V - cópia autenticada do documento de identidade do representante legal;

VI - cópia autenticada do comprovante de residência do representante legal, emitido a até três meses antes da data da apresentação;

VII - currículum vitae do representante legal;

VIII - cópia autenticada da procuração ou do documento equivalente emitida pelo organismo autorizando o representante a atuar em seu nome; e

IX - comprovante de credenciamento junto à Autoridade Central do país de origem, acompanhado da tradução para o português e da respectiva certificação consular.

Parágrafo único. Não se aplica aos organismos nacionais o disposto nos incisos IV e IX do caput.

Art. 7º Para instruir o procedimento, a ACAF poderá realizar diligências ou solicitá-las a outros órgãos da administração pública.

Art. 8º A ACAF consultará a Autoridade Central do país de origem do organismo estrangeiro requerente para:

I - verificar se este se encontra devidamente credenciado, confirmando a regularidade de seu funcionamento; e

II - confirmar o endereço da sede do organismo no país de origem.

Art. 9º Instruído e analisado o procedimento, a ACAF emitirá parecer que recomendará o deferimento ou o indeferimento do pedido de credenciamento, mediante fundamentação e observância dos requisitos do art. 3º.

Art. 10. O parecer será estruturado em tópicos:

I - critérios objetivos para a concessão do credenciamento;

II - análise; e

III - conclusão.

Parágrafo único. O tópico a que se refere o inciso II do caput deve avaliar os aspectos da concessão do credenciamento, em particular os itens IV a VI do caput do art. 3º, analisando os processos de preparação dos postulantes a adoção, o acompanhamento durante a adoção, e o acompanhamento pós- adotivo.

Art. 11. Após a elaboração do parecer, a ACAF preparará minuta de portaria e encaminhará o procedimento à Diretoria do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, para transmissão à Consultoria Jurídica - CONJUR, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para análise.

§ 1º Após a análise da CONJUR, o procedimento será devolvido à ACAF que o encaminhará para decisão da Diretoria do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e publicação da portaria de credenciamento.

§ 2º O credenciamento de organismo nacional ou estrangeiro encarregado de intermediar pedidos de adoção internacional terá validade de dois anos, contados da data de publicação da portaria que o deferir.

Art. 12. Na hipótese de indeferimento, o organismo terá prazo de dez dias, contados da data de notificação sobre a decisão, para interpor recurso.

Parágrafo único. O recurso de que trata o caput será dirigido à Secretaria Nacional de Justiça e terá decisão proferida no prazo de até dez dias, contado da data de interposição.

Art. 13. O procedimento de renovação do credenciamento dos organismos seguirá o procedimento e os requisitos estabelecidos para o credenciamento.

§ 1º O requerimento de renovação de credenciamento deverá ser apresentado à ACAF em até trinta dias antes do término do prazo de validade do credenciamento em vigor.

§ 2º No requerimento de renovação do credenciamento, o organismo deverá apresentar quaisquer alterações dos documentos exigidos no art. 6º.

§ 3º Na apreciação do requerimento de renovação pela ACAF será analisado o cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 4º.

Art. 14. A ACAF comunicará às Autoridades Centrais dos Estados e do Distrito Federal e ao Escritório Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado o credenciamento dos organismos para atuação em adoção internacional no Estado brasileiro.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 157, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dia: 22.11.2017
Hora: 11:15
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição iniciará sem os nomes dos Conselheiros João Paulo de Resende, Mauricio Oscar Bandeira Maia e Paulo Burnier da Silveira que nos últimos blocos de sorteio - nas 153ª, 154ª e 155ª Sessões Ordinárias de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Processo Administrativo nº 08700.001859/2010-31

Representados: Associação das Centrais de Rádio Táxi de Curitiba - ACERT; Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Sereia; Associação dos Cotistas de Rádio Táxi Curitiba; Associação Rádio Teletáxi; Associação Rádio Táxi Paraná; Associação Rodo Radiotaxi Capital; Associação Rádio Táxi Faixa Vermelha; Alexandre Ferreira; Joaquim Adir da Rocha; Sérgio Luiz de Araújo; Joil José Mores; Gilmar Abreu e Silva; e Agostinho Ferreira.

Advogados: Heitor Henrique Pedroso, Paulo Joaquim dos Santos, Flávia Iris Paião, Cláudio Adriano Santa Rosa, Edson Renato Almeida Fernandes, José Carlos Dizidel Machado, Caio Murilo Alves Teodoro e outros.

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.744, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/87099 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXATA CARGO LTDA, CNPJ nº 06.186.733/0001-49 para atuar no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.762, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/43482 - DPF/DRS/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAFETY ASSESSORIA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO EM SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 15.439.139/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2190/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.770, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84648 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAGUAI CONSTRUÇÕES NAVAIS S/A, CNPJ nº 10.827.182/0001-22 para atuar no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.904, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89161 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0075-71, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Espingardas calibre 12

480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.973, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89289 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0030-10:

30 (trinta) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0044-15:

5 (cinco) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.101, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92102 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LIBERTY SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 24.600.921/0001-53, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.103, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92928 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESBA- EMPRESA DE SEGURANCA DA BAHIA LTDA., CNPJ nº 02.240.022/0001-54, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.104, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92805 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SAGA - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.687.730/0001-02, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Espingardas calibre 12

11 (onze) Pistolas calibre .380

40 (quarenta) Revólveres calibre 38

480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre 12

351 (trezentas e cinquenta e uma) Munições calibre 38

330 (trezentas e trinta) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.130, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73125 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2176/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.131, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78941 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HÉRCULES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.274.939/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2231/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.164, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80403 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLUBE MUNICIPAL DE MANAUS, CNPJ nº 04.020.913/0001-20 para atuar no Amazonas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.165, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80509 - DPF/CCM/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEIP VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 07.898.515/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2436/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.168, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83698 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSFEDERAL TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 26.324.424/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2380/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.170, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89827 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 20.164.044/0001-64, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente DEPARK SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 04.500.111/0001-18:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

174 (cento e setenta e quatro) Munições calibre 38

23 (vinte e três) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 34.015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08514.302132/2016-61 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TRANSVIP-SEGVAP - TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA LTDA - CNPJ 60.210.721/0005-81, sediada no Estado de MINAS GERAIS, para adquirir:

Da empresa cedente TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº 02.445.414/0006-64:

8 (oito) espingardas calibre 12;

103 (cento e três) revólveres calibre 38;

1362 (mil trezentos e sessenta e dois) cartuchos de munição calibre 38;

192 (cento e noventa e dois) cartuchos de munição calibre 12;

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 90 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 17 DE NOVEBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Nº 235 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria Coletiva/SE nº 2213, de 01 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial de 02 de dezembro de 2011, que concedeu a nacionalidade brasileira, por naturalização, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a MITSUO ISERI, RNE W491025-B, natural do Japão, nascido aos 26 de novembro de 1925, filho de Ichihe Iseri e de Tsuya Iseri, residente no Estado de São Paulo tendo em vista o mesmo não ter sido encontrado para a entrega do certificado de naturalização no prazo previsto no Artigo 119, § 3º, da Lei 6.815/1980. (Processo nº 08505.040605/2010-44).

Nº 236 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria Coletiva/SE nº 2215, de 01 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial de 02 de dezembro de 2011, que concedeu a nacionalidade brasileira, por naturalização, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a HATURO INSERI, RNE W448262-T, natural do Japão, nascida aos 28 de março de 1933, filha de Seiziro Nakamura e de Tei nakamura, residente no Estado de São Paulo, tendo em vista a mesmo não ter sido encontrada para a entrega do certificado de naturalização no prazo previsto no Artigo 119, § 3º, da Lei 6.815/1980. (Processo nº 08505.019564/2010-27).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 237, DE 20 DE NOVEBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria nº 226, de 17 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro 2016, que concedeu a nacionalidade brasileira, por naturalização, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, no tocante à LOLIA ABDEEN, natural da Síria, nascida em 09 de janeiro de 2011, filha de Ayman Abdeen e de Kinana Alkhateeb, residente no Estado do Paraná, tendo em vista que a requerente não cumpriu o disposto no inciso II do Art. 112 da Lei nº 6.815/80. (Processo nº 08000.042041/2016-51).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 04/12/2012, Seção 1, página 37.

Processo nº 08452.001048/2012-71 - MOUSTAPHA KANE

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/06/2013, Seção 1, página 29.

Processo nº 08270.001014/2012-14 - FEDERICO ZUCCHINI

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 04/07/2013, Seção 1, página 38.

Processo nº 08505.093206/2011-67 - MARCELA IVONNE SALAZAR CISTERNAS

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato publicado no Diário Oficial da União de 18/08/2016, Seção 1, página 45.

Processo nº 08505068058200928 - QINGHE MENG

Em 16 de novembro de 2017

Nº 1.724/2017/DNN_Naturalizacao/DNN/DEMIG/SNJ.
Assunto: Naturalização Ordinária
Processo: 08389.007820/2016-01
Interessado: ABDUL FATAH ABDUL FATAH

Em que pese o Despacho nº 1268/2017/DPM_Naturalizacao/DPM/DEMIG/SNJ, determino o arquivamento do presente processo, considerando que o requerente não cumpre a condição prevista no Art. 112, inciso IV da Lei nº 6.815/80.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de transformação de visto oficial em temporário, na forma do art. 39 c/c art. 13, inciso V, todos da Lei 6.815/80, pelo prazo de 2 (dois) anos. Processo nº 08280.023529/2013-37 - MARIE THERESE NDJOG

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao visto do(a) chamante, Sr. LEONEL MARTIN PINUS, com validade até 24/02/2019. Processo nº 08460.010620/2017-06 - VICTOR FAIG

DEFIRO os pedidos de permanência definitiva nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, abaixo relacionados:

Processo nº 08506.010207/2017-60 - CESAR EDUARD CORRALES PANTOJA

Processo nº 08460.030565/2016-81 - YOLANDA JIMENEZ TEJA

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao visto do(a) chamante, Sr. LEONEL MARTIN PINUS, com validade até 24/02/2019. Processo nº 08460.010621/2017-42 - VICENTE FAIG

DEFIRO o presente pedido de residência temporária a título de reunião familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao visto do(a) chamante, Sra. LORENA MERCEDES LAVIN RODRIGUES, com validade até 29/01/2020. Processo nº 08354.000901/2017-50 - MAURICIO COSME ABRAHAM LAVIN

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.058803/2017-11 - DANYI ZHANG

Processo nº 08000.056462/2017-40 - TAMARA MOLINAS

Processo nº 08505.058709/2017-81 - YING YU

Processo nº 08506.011416/2017-21 - ERIC BURGUIN, MARIE TEIXEIRA

Processo nº 08452.005638/2017-87 - JACOPO PAFFARINI

Processo nº 08505.055259/2017-75 - DERINYERR ISAIAS RAMIREZ GONZALEZ

Processo nº 08505.041198/2017-69 - PEDRO AZEREDO LEONE LINO RODRIGO, RENATA LEAL DA SILVA RAMALHOSA, ANTONIO LEAL RAMALHOSA DE AZEREDO RODRIGO, FRANCISCO LEAL RAMALHOSA DE AZEREDO RODRIGO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser autuado(a) considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81. Processo nº 08000.052262/2017-18 - LUIS BRANCO VENANCIO

DEFIRO os pedidos de permanência de caráter provisório, a título especial, vinculada ao trâmite da ação penal. Outrossim, se for o caso, até o término do cumprimento da pena ou a sua expulsão definitiva, nos termos da Resolução Normativa CNIG N.º 110, de 10 de abril de 2014, regulamentada pela Portaria SNJ n.º 6, de 30 de janeiro de 2015, abaixo relacionados:

Processo nº 08018.006960/2017-52 - FRANCISCO DEL RIO PORTERO

Processo nº 08000.050538/2017-23 - FELICIANO CHOQUE CHUPILLA

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 19/10/2017, Seção 1, pág. 25 e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08000.049801/2017-31 - CRAIG MALCOLM MELVILLE, CATHERINE JANE STANNARD

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 12/09/2017, Seção 1, pág. 28, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08351.001337/2017-12 - MASAYOSHI TAKAO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 20/07/2017, Seção 1, pág. 46, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08495.001442/2017-17 - RUI DIAS FLORENCIO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 12/09/2017, Seção 1, pág. 28, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80. Processo nº 08000.042899/2017-04 - FRANK WILLE

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 16/10/2017, Seção 1, pág. 32, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser autuado(a) considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81.

Processo nº 08000.052258/2017-50 - PAULO JOAQUIM DA SILVA MOREIRA DUARTE

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 28/04/2017, Seção 1, pág. 74, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08792000892201657 - PAULO JORGE LEITE DA SILVA

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva por meio do processo nº 47039.013286/2014-23 que tramitou no Ministério do Trabalho.

Processo nº 08505.052238/2014-55 - HERNANI ANTONIO CIDADE MOURA THEIAS, CRISTINA ELISA AGUILAR JIMENEZ, CLARA THEIAS AGUILAR, NUNO MATEO THEIAS AGUILAR, TIAGO THEIAS AGUILAR

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento integral das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08508.007643/2017-31 - TANIA MARYLIN ESTHER HOHENEGGER

Processo nº 08501.000458/2017-86 - ESTHER OLUWADAMILOLA BOLUWATIFE FALESE

Processo nº 08444.007277/2012-06 - BRUNO CALUSTRO TORRICO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo nº 08280.300451/2016-22 - RASHA SALAHELDIN HUSSIEN, ANAS MORAMED SALAHELDIN MOHAMED, SONDOS MOHAMED SALAHELDIN MOHAMED

Processo nº 08280.009255/2017-05 - RAY-DAWN LUTICE SIMON

Processo nº 08280.004726/2017-81 - MANUEL DE OLIVEIRA CUARTERO

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/02/2016, Seção 1, pág. 43, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo nº 08000.002096/2016-28 - ODD-ARE SORENSEN

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/07/2016, Seção 1, pág. 20, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo nº 08000.022017/2015-14 - PRZEMYSLAW PIOTR SZUMNY

Considerando a alteração promovida pelo Decreto 8.757, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11.05.2016, na redação do art. 64, par. único, do Decreto 86.715/1981, que transfere o início do pedido de prorrogação de estada temporária - item V - para o Ministério do Trabalho, DETERMINO o arquivamento do presente processo, facultando-se à parte interessada a apresentação de novo pedido perante aquele Ministério, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no pedido original.

Processo nº 08492.004159/2017-77 - JOÃO CARLOS VENÂNCIO CANECO

Considerando a informação constante no Alvará de Soltura, juntado nos autos, no qual o Juízo declarou extinta a punibilidade do(a) interessado(a), nos termos do Decreto Presidencial de 12 de abril de 2017, INDEFIRO o presente pedido de permanência provisória com fundamento na Resolução Normativa nº 110/2014 do CNIG.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 08505.057491/2017-48 - PAULA FATO MAKENGO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o presente pedido de transformação de visto já é objeto de análise de outro processo protocolado nesta Divisão, conforme processo nº 08000.052959/2017-99.

Processo nº 08000.052931/2017-51 - MARTA MORAN MORAN, ELISA MARTIN MORAN, TERESA MARTIN MORAN, CECILIA MARTIN MORAN

Determino o arquivamento, conforme previsto no art. 52 da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que o(a) estrangeiro(a) já obteve a permanência por meio do processo nº 46094.045201/2012-87.

Processo nº 46094.028905/2012-95 - NATASHA ADELAIDE COCKRELL

Determino o arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, considerando a perda do objeto, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a transformação do visto por meio do processo nº 08495.001442/2017-17.

Processo nº 08495.004565/2017-18 - RUI DIAS FLORENCIO

Considerando a informação do cumprimento da pena, na data prevista de 03/03/2014, INDEFIRO o presente pedido de permanência provisória com fundamento na Resolução Normativa nº 110/2014 do CNIG. Processo nº 46094.038505/2012-98 - LAWRENCE JEFFREY BERNSTEIN

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em reunião familiar, tendo em vista constar nos autos a informação de condenação criminal no exterior, razão pela qual o presente requerimento não preenche os requisitos previstos da Portaria MJ n° 04/2015.

Processo nº 08460.001826/2017-37 - LOREDANA MONGARDINI

IVON JORGE DA SILVA

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal. Processo nº 08505135659201330 - PETER LAUERMANN

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO os pedidos, tendo em vista que o endereço da requerente não foi localizado, restando prejudicada a instrução dos respectivos processos abaixo relacionados:

Processo nº 08505.029541/2017-05 - DANELIS ANTELO CORRALES

Processo nº 08505.033530/2017-11 - TOCHI IKEDINACHI UGOCHUKWU

INDEFIRO os processos de permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro (a), considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal não restou comprovada a existência dos respectivos casamentos de fato.

Processo nº 08505.023957/2017-10 - THERESA ESTHER KAMARA

Processo nº 08505.063743/2017-78 - YIFANG DI

Processo nº 08505.041233/2017-40 - PROMISE AZUBUIKE MBAKWE

Processo nº 08505.030137/2017-76 - OBI CASMIR CHIGAEMEZU

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Substituto

DEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no País abaixo relacionados:

Processo nº 08280.009911/2017-61 - STEFAN TRIFUNOVIC, até 30/06/2018.

Processo nº 08000.011647/2017-25 - ISAMERY AUXILIADORA MACHADO DE SARMIENTO, WISMAR ALI SARMIENTO LYLO, ALANIS ISABEL SARMIENTO MACHADO e LUIS MANUEL SARMIENTO MACHADO, até: 16/03/2018.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato de INDEFERIMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 19/11/2014, Seção 1, página 36, e determino o ARQUIVAMENTO do pedido de reconsideração, tendo em vista já ter decorrido o prazo da estada solicitada. Processo nº 08390.000276/2014-67 - MANUEL SOMA JOAQUIM CATALA

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 13/09/2017, Seção 1, pág. 50.

Onde se lê: Processo nº 08505.015931/2017-90 - GODWIN CHUKVVUEMEKA DDILI;

Leia-se: Processo nº 08505.015931/2017-90 - GODWIN CHUKWUEMEKA ODILI.

No Diário Oficial da União de 27/06/2017, Seção 1, pág. 34.

Onde se lê: Processo Nº 08505.034923/2016-61 - AGINES DOLLY NGCAMA;

Leia-se: Processo Nº 08505.034923/2016-61 - AGNES DOLLY NGCAMA.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.093, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a outubro, novembro e dezembro de 2017, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 6 Subgrupo 4 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS no 4º trimestre de 2017, conforme valores descritos no Anexo I a esta Portaria.

1º Os valores foram estabelecidos, considerando as informações aprovadas pelas unidades federadas em junho, julho e agosto de 2017 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

2º Para o Estado do Pará foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 872.278,26 (oitocentos e setenta e dois mil duzentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos) já que o estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de maio de 2017 até o momento de elaboração da Portaria nº 1.899/GM/MS, de 4 de agosto de 2017. Com os dados disponíveis para esta competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme anexo a esta Portaria.

3º Foi realizado o ressarcimento de estoque referente ao medicamento riluzol 50 mg, que teve aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde no primeiro trimestre de 2017, totalizando R$ 1.650.908,67 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil e novecentos e oito reais e sessenta e sete centavos), conforme Anexo II a esta Portaria.

4º Para o Estado do Rio de Janeiro foi realizado um ajuste a menor no total de R$ 469.807,50 (quatrocentos e sessenta e nove mil e oitocentos e sete reais e cinquenta centavos) em virtude de determinação do Acórdão 5811/2017 - Segunda Câmara, do Tribunal de Contas da União. Esse valor foi dividido em três parcelas, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º O valor total a ser repassado às unidades federadas é de R$ 184.870.976,25 (cento e oitenta e quatro milhões e oitocentos e setenta mil e novecentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) que corresponde a um valor mensal de R$ 61.623.658,75 (sessenta e um milhões e seiscentos e vinte e três mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, pertencente ao Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.108, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Imperatriz (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 22, de 5 de abril de 2017, que decreta estado de calamidade econômico-financeira no âmbito do Poder Público Municipal da Secretaria de Saúde de Imperatriz (MA); e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial no montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser disponibilizado ao Município de Imperatriz (MA).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência imediata do valor descrito no art. 1º desta Portaria, em parcela única, ao Fundo Municipal de Saúde de Imperatriz (MA) - IBGE 210530.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Repasse de recursos financeiros no 4º Trimestre de 2017

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em junho, julho e agosto de 2017 (R$)	Ajuste Mensal a Maior (1)	Ajuste Mensal a Maior (2)	Ajuste Mensal a Menor (3)	Valor de pagamento de outubro, novembro e dezembro de 2017 (R$)
Acre	18.622,30		0,00		18.622,30
Alagoas	348.281,50		22.597,43		370.878,93
Amapá	5.093,22		0,00		5.093,22
Amazonas	464.240,30		2.126,47		466.366,77
Bahia	1.392.439,80		0,00		1.392.439,80
Ceará	1.341.747,78		0,00		1.341.747,78
Distrito Federal	925.261,99		0,00		925.261,99
Espírito Santo	2.050.959,98		0,00		2.050.959,98
Goiás	2.259.501,46		44.581,53		2.304.082,99
Maranhão	595.459,56		0,00		595.459,56
Mato Grosso	901.600,93		0,00		901.600,93
Mato Grosso do Sul	1.160.245,46		1.123,72		1.161.369,18
Minas Gerais	5.086.216,33		0,00		5.086.216,33
Pará	524.427,89	290.759,42	44.986,87		860.174,18
Paraíba	742.050,49		0,00		742.050,49
Paraná	4.199.665,79		64.756,43		4.264.422,22
Pernambuco	1.020.789,34		0,00		1.020.789,34
Piauí	453.265,61		4.598,86		457.864,47
Rio de Janeiro	1.989.698,58		0,00	156.602,50	1.833.096,08
Rio Grande do Norte	163.619,96		0,00		163.619,96
Rio Grande do Sul	2.049.674,99		39.566,72		2.089.241,71
Rondônia	278.875,12		0,00		278.875,12
Roraima	11.849,17		0,00		11.849,17
Santa Catarina	3.169.130,74		20.785,05		3.189.915,79
São Paulo	29.172.143,39		304.738,38		29.476.881,77
Sergipe	515.628,46		0,00		515.628,46
Tocantins	98.708,80		441,43		99.150,23
Total	60.939.198,94	290.759,42	550.302,89	156.602,50	61.623.658,75

Conforme § 2º do artigo 1º;

Conforme § 3º do artigo 1º;

Conforme § 4º do artigo 1º.

ANEXO II

Ressarcimento de estoque no 4º trimestre de medicamento que teve aquisição centralizada

Riluzol 50 mg		
Unidade Federada	Valor trimestral (R$)	Valor mensal (R$)
Acre	0,00	0,00
Alagoas	67.792,29	22.597,43
Amapá	0,00	0,00
Amazonas	6.379,41	2.126,47
Bahia	0,00	0,00
Ceará	0,00	0,00
Distrito Federal	0,00	0,00
Espírito Santo	0,00	0,00
Goiás	133.744,59	44.581,53
Maranhão	0,00	0,00
Mato Grosso	0,00	0,00
Mato Grosso do Sul	3.371,16	1.123,72
Minas Gerais	0,00	0,00
Pará	134.960,61	44.986,87
Paraíba	0,00	0,00
Paraná	194.269,29	64.756,43
Pernambuco	0,00	0,00
Piauí	13.796,58	4.598,86
Rio de Janeiro	0,00	0,00
Rio Grande do Norte	0,00	0,00
Rio Grande do Sul	118.700,16	39.566,72
Rondônia	0,00	0,00
Roraima	0,00	0,00
Santa Catarina	62.355,15	20.785,05
São Paulo	914.215,14	304.738,38
Sergipe	0,00	0,00
Tocantins	1.324,29	441,43
Total	1.650.908,67	550.302,89

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.125, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita a Fundação PIO XII - Unidade Porto Velho, localizada em Porto Velho (RO) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Rondônia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a aprovação no âmbito da Deliberação CIB nº 261, de 4 de outubro de 2017;

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde, do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Coordenação-Geral de Atenção Especializada/DAET/SAS/MS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Fundação PIO XII - Unidade Porto Velho, CNES: 7068336, CNPJ: 49.150.352/0016-07, localizada em Porto Velho (RO) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON (Código 17.06).

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Rondônia, no montante anual de R$ 5.352.495,84 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde de Rondônia, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0008 - Controle do Câncer.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2017.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.136, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	SALMOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALMOURAO	12401658000117004	190.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	190.000,00		

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.015, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 027, realizada em 31/10/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: COMERCIAL SOARES & VARDIERO LTDA. - ME
CNPJ: 13.774.681/0001-97
Processo: 25351.321845/2017-33
Expediente: 1603380/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 349/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: COSMOVIX DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP
CNPJ: 06.981.357/0003-46
Processo: 25351.280675/2017-60
Expediente: 1559119/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 344/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA CORREA SILVA LTDA. - ME
CNPJ: 13.537.995/0001-76
Processo: 25351.202025/2017-43
Expediente: 1178402/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 347/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: DROGARIA DNA FARMA LTDA. - ME
CNPJ: 24.409.900/0001-55
Processo: 25351.221569/2017-12
Expediente: 1002043/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 346/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: M. F. A AGUIAR - EPP
CNPJ: 23.453.855/0001-73
Processo: 25351.330938/2017-26
Expediente: 1669611/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 345/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: SMA TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA. - ME
CNPJ: 13.198.391/0001-42
Processo: 25351.418858/2017-56
Expediente: 1884407/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 354/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
CNPJ: 11.089.732/0001-16
Processo: 25351.346927/2017-79
Expediente: 1676507/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 330/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: LITORAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - ME
CNPJ: 25.164.770/0001-09
Processo: 25351.258481/2017-84
Expediente: 1614172/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 304/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: JOSÉ CARLOS PERRETI DESENTUPIDORA - EPP
CNPJ: 07.913.170/0001-06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 25767.099092/2017-88
Expediente: 0960011/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 323/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: DROGARIA MONTEIRO GP LTDA.
CNPJ:12.606.800/0001-30
Processo: 25351.698674/2013-12
Expediente: 0139297/17-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, e conceder a alteração de endereço na Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa, nos termos do voto do relator - Relatório e Voto 026/2017 - Diare/Anvisa.
Recorrente: S R COSMÉTICOS LTDA. - ME
CNPJ: 91.815.027/0001-98
Processo: 25351.055082/2017-27
Expediente: 0341318/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 326/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: FARMÁCIA DO POVO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 27.058.753/0001-04
Processo: 25351.183565/2017-11
Expediente: 0867491/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 228/2017 - Coare/Dimon
Recorrente: GLOBAL PHARMA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME
CNPJ: 09.362.992/0001-71
Processo: 25351.211368/2017-07
Expediente: 0991029/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 343/2017 - Coare/Dimon
Recorrente: NUTRIR COM. DE PROD. NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA. - ME
CNPJ: 23.025.775/0001-17
Processo: 25351.227931/2017-61
Expediente: 0999174/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, fazendo retornar à área técnica para reforma da decisão, fazendo publicar a Autorização de Funcionamento para Distribuidora de produtos para saúde, conforme solicitada na petição, para as atividades de transportar, expedir e armazenar produtos para saúde nos termos do voto do relator - Voto 079/2017 - Diare/Anvisa.
Recorrente: SALUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA. - ME
CNPJ: 10.968.160/0001-82
Processo: 25351.314300/2017-10
Expediente: 1649473/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, fazendo retornar à área técnica para reforma da decisão, fazendo publicar a Autorização de Funcionamento para Distribuidora de medicamentos, cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumaria, nos termos do voto do relator - Voto 076/2017 - Diare/Anvisa.
Recorrente: DROGARIA ALVES E AZEVEDO LTDA. - ME
CNPJ: 03.067.596/0001-35
Processo: 25351.531263/2013-30
Expediente: 1649928/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 353/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: POLIANA MARTINS DA GLÓRIA - ME
CNPJ: 20.219.595/0001-88
Processo: 25351.365124/2014-92
Expediente: 1674018/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 351/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: FARMÁCIA PINHEIRO MACHADO LTDA.
CNPJ: 27.644.004/0001-69
Processo: 25351.212127/2016-96
Expediente: 2152570/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 352/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: NORTEC QUÍMICA S/A
CNPJ: 29.950.060/0001-57
Processo: 25351.462917/2016-52
Expediente: 1717416/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 329/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: IMPACTO MANUTENÇÃO, PINTURA, CONSERVAÇÃO DE AERONAVES E SERVIÇOS AUXILIARES
CNPJ: 04.510.602/0001-40
Processo: 25759.830988/2016-32
Expediente: 1656901/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso e retornar para análise da área técnica, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 356/2017 - Coare/Dimon.

ARESTO Nº 1.014, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 027/2017, realizada em 31/10/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente:Arese Pharma Ltda
CNPJ: 07.670.111/0001-54
Medicamento: Mencirax (Actaea racemosa)
Processo: 25351.123103/2017-09
Expediente: 1767143/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, por exaurimento da esfera administrativa, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 330/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Blau Farmacêutica S/A
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Medicamento: Dazolston (metronidazol)
Processo: 25351.678124/2010-91
Expediente: 1374353/16-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 320/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Cazi Química Farmacêutica Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 44.010.437/0001-81
Medicamento: Tussolvan (cloridrato de ambroxol)
Processo: 25351.468899/2011-23
Expediente: 1265938/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 308/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Cifarma Científica Farmacêutica Ltda
CNPJ: 17.562.075/0001-69
Medicamento: Dorciflexin (dipirona + cafeína anidra + citrato de orfenadrina)
Processo: 25000.004353/99-03
Expediente: 1244729/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, e cancelar o registro do produto, acompanhando o voto do relator que acata integralmente os argumentos e decisão da COREC constantes no Parecer nº 335/2017.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: olanzapina
Processo: 25351.146227/2010-01
Expediente: 1372315/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 331/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Crisapina (olanzapina)
Processo: 25351.146181/2010-36
Expediente: 1372265/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 332/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Germed Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Medicamento: pentoxifilina
Processo: 25351.341766/2015-87
Expediente: 2174471/16-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 348/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Medicamento: Monozol (albendazol)
Processo: 25351.666021/2010-11
Expediente: 2374507/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 347/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Natcofarma do Brasil Ltda.
CNPJ: 08.157.293/0001-27
Medicamento: letrozol
Processo: 25351.307995/2012-60
Expediente: 1062821/14-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 315/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Nutriex Imp. e Exp. de Prod. Nutricionais e Farmoquimicos Ltda.
CNPJ: 06.172.459/0001-59
Medicamento: decitabina
Processo: 25351.793641/2016-35
Expediente: 1905565/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 352/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S/A.
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Medicamento: Unidol (cloridrato de tramadol)
Processo: 25000.006296/97-72
Expediente: 0089932/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 342/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S/A.
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Medicamento: Unidol (cloridrato de tramadol)
Processo: 25000.006296/97-72
Expediente: 2278101/16-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 341/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Fundação para o Remédio Popular - FURP
CNPJ: 43.640.754/0001-19
Medicamento: paracetamol
Processo: 25351.371101/2014-17
Expediente: 417537/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por Perda do Objeto, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 227/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: E.M.S. S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: bosentana
Processo: 25351.385073/2012-12
Expediente: 0115748/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: E.M.S. Sigma Pharma Ltda.
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Medicamento: Haptana (bosentana)
Processo: 25351.407536/2012-22
Expediente: 0632261/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Germed Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Medicamento: Bosare (bosentana)
Processo: 25351.416060/2012-63
Expediente: 0646156/13-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Germed Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Medicamento: bosentana
Processo: 25351.404860/2012-45
Expediente: 0646411/13-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica
CNPJ: 05.161.069/0001-10
Medicamento: Doralgina (isometepteno + dipirona sódica + cafeína)
Processo: 25351.563866/2011-77
Expediente: 0256015/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, com retorno à Área Técnica para proceder à análise completa da renovação, nos termos do voto do relator - Voto 080/2017 - Diare/Anvisa.
Recorrente: Diffucap - Chemobrás Química e Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 42.457.796/0001-56
Medicamento: Nemodine (besilato de anlodipino)
Processo: 25000.033302/97-46
Expediente: 0475994/13-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso e cancelar o registro, nos termos do voto do relator - Relatório e Voto nº 082/2017 - Diare/Anvisa.
Recorrente: Medquímica Indústria Farmacêutica S/A
CNPJ: 17.875.154/0001-20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Medicamento: Cefalina (mucato de isometepteno + cafeína + dipirona)
Processo: 25000.040589/98-14
Expediente: 0484815/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 142/2015 - Corec.
Recorrente: Medquímica Indústria Farmacêutica S/A
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Medicamento: Cefalina (mucato de isometepteno + cafeína + dipirona)
Processo: 25000.040589/98-14
Expediente: 0484824/14-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 141/2015 - Corec.
Recorrente: Medquímica Indústria Farmacêutica S/A
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Medicamento: Cefalina (mucato de isometepteno + cafeína + dipirona)
Processo: 25000.040589/98-14
Expediente: 0484829/14-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 144/2015 - Corec.
Recorrente: Medquímica Indústria Farmacêutica S/A
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Medicamento: Cefalina (mucato de isometepteno + cafeína + dipirona)
Processo: 25000.040589/98-14
Expediente: 0485287/14-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 143/2015 - Corec.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Roxetin (cloridrato de paroxetina)
Processo: 25351.016695/01-56
Expediente: 0599133/12-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 001/2016 - Corec.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Roxetin (cloridrato de paroxetina)
Processo: 25351.016695/01-56
Expediente: 0599166/128
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 002/2016 - Corec.
Recorrente: Laboratório Sanobiol Ltda.
CNPJ: 21.561.931/0003-09
Medicamento: fluconazol
Processo: 25351.073317/2009-01
Expediente: 0787858/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 222/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Propovan (propofol)
Processo: 25000.003577/94
Expediente: 0856158/13-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Propovan (propofol)
Processo: 25000.003577/94
Expediente: 0857987/13-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Propovan (propofol)
Processo: 25000.003577/94
Expediente: 0858194/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Medicamento: Propovan (propofol)
Processo: 25000.003577/94
Expediente: 0858196/13-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Laboratórios Bagó do Brasil S/A
CNPJ: 04.748.181/0009-47
Medicamento: keflex (cefalexina monoidratada)
Processo: 25351.405535/2008-80
Expediente: 0899839/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Medicamento: Pantogastro (pantoprazol sódico sesqui-hidratado)
Processo: 25351.347935/2015-92
Expediente: 0977999/15-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Medquímica Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Medicamento: dipirona mono-hidratada
Processo: 25351.267345/2008-58
Expediente: 0987987/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 314/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Theodoro F. Sobral & Cia Ltda.
CNPJ: 06.597.801/0001-62
Medicamento: Dipidor (dipirona sódica)
Processo: 25000.015719/89-35
Expediente: 1282634/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 316/2017 - Corec/GGMED.
Recorrente: Nova Química Farmacêutica S/A
CNPJ: 72.593.791/0001-11
Medicamento: Astig (hemitartarato de rivastigmina)
Processo: 25351.587828/2011-37
Expediente: 1776265/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Medicamento: dextrotartarato de brimonidina
Processo: 25351.538041/2008-81
Expediente: 1992307/16-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por expressa desistência, acompanhando a posição da relatoria que acata o informe de desistência da recorrente.
Recorrente: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 51.780.468/0001-87
Medicamento: Tylex (paracetamol + fosfato de codeína)
Processo: 25992.006995/75
Expediente: 243310/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 325/2017 - Corec/GGMED.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.069, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

Considerando o Laudo de Análise Fiscal Amostra Única nº. 1282.1P.0/2017, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz, que apresentou resultado insatisfatório quanto ao aspecto para o lote nº 17081429B3 (validade 02/2020) do medicamento Solução de Cloreto de Sódio 0,9 %, solução injetável, da empresa Laboratório B. Braun S.A., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do lote nº 17081429B3 do medicamento SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9 %, solução injetável, da empresa Laboratório B. Braun S.A. (CNPJ: 31.673.254/0001-02).

Art. 2º Determinar à empresa o cumprimento de todos os requisitos relativos ao recolhimento descritos na Resolução - RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

RETIFICAÇÕES

No art. 1° da Portaria nº 1.566/SAS/MS, de 4 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 67,

Onde se lê:
Art. 1°.....
.....
FÍGADO: 24.08
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 01 16 DF 01

Leia-se:
Art. 1°.....
.....
FÍGADO: 24.08
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 01 16 DF 08

PORTARIA Nº 1.567, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017

ANEXO II (*)

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO TOCANTINS

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
170025	ABREULANDIA	0,00	0,00	0,00	6,85	0,00	6,85	0,00	0,00	0,00
170030	AGUIARNOPOLIS	0,00	0,00	0,00	101.356,34	0,00	0,00	0,00	0,00	101.356,34
170035	ALIANCA DO TOCANTINS	38.762,86	458,73	0,00	12.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	51.697,94
170040	ALMAS	177.222,73	0,00	0,00	16.704,58	0,00	193.927,31	0,00	0,00	0,00
170070	ALVORADA	256.587,21	923,83	88.380,00	18.425,03	0,00	364.316,07	0,00	0,00	0,00
170100	ANANAS	364.204,02	21.022,57	122.026,66	21.709,89	0,00	0,00	0,00	0,00	528.963,14
170105	ANGICO	0,00	0,00	0,00	6,21	0,00	6,21	0,00	0,00	0,00
170110	APARECIDA DO RIO NEGRO	75.715,84	131.208,71	0,00	9.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216.214,55
170130	ARAGOMINAS	94,50	0,00	0,00	8,83	0,00	103,33	0,00	0,00	0,00

170190	ARAGUACEMA	133.527,08	9.419,32	75.287,40	13.902,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.135,80
170200	ARAGUACU	277.488,50	61.920,79	0,00	0,00	0,00	339.409,29	0,00	0,00	0,00
170210	ARAGUAINA	27.933.060,87	61.082.867,39	7.586.283,84	13.565.348,48	0,00	84.953.532,83	0,00	0,00	25.214.027,75
170215	ARAGUANA	52.389,81	552,49	0,00	71.066,43	0,00	0,00	0,00	0,00	124.008,73
170220	ARAGUATINS	1.066.486,02	12.576,80	245.214,64	618.681,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.942.959,05
170230	ARAPOEMA	68.135,62	40.608,31	0,00	0,32	0,00	108.744,25	0,00	0,00	0,00
170240	ARRAIAS	320.932,95	189.769,92	0,00	314,40	0,00	511.017,27	0,00	0,00	0,00
170255	AUGUSTINOPOLIS	925.985,52	5.857.625,42	0,00	477.361,06	0,00	7.260.972,00	0,00	0,00	0,00
170270	AURORA DO TOCANTINS	368,50	0,00	0,00	2,89	0,00	371,39	0,00	0,00	0,00
170290	AXIXA DO TOCANTINS	5.000,90	0,00	0,00	20.406,04	0,00	0,00	0,00	0,00	25.406,94
170300	BABACULANDIA	367,20	0,00	0,00	22.933,02	0,00	0,00	0,00	0,00	23.300,22
170305	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	1,77	0,00	1,77	0,00	0,00	0,00
170307	BARRA DO OURO	2.130,34	0,00	0,00	9.071,13	0,00	0,00	0,00	0,00	11.201,47
170310	BARROLANDIA	240.706,89	0,00	0,00	11.768,20	0,00	0,00	0,00	0,00	252.475,09
170320	BERNARDO SAYAO	17.064,20	0,00	0,00	9.805,23	0,00	0,00	0,00	0,00	26.869,43
170330	BOM JESUS DO TOCANTINS	7.756,37	0,00	0,00	8.290,43	0,00	16.046,80	0,00	0,00	0,00
170360	BRASILANDIA DO TOCANTINS	24.218,14	0,00	0,00	4.541,70	0,00	0,00	0,00	0,00	28.759,84
170370	BREJINHO DE NAZARE	113.335,19	0,00	105.761,16	11.407,80	0,00	0,00	0,00	0,00	230.504,15
170380	BURITI DO TOCANTINS	114.307,93	0,00	0,00	361.151,85	0,00	0,00	0,00	0,00	475.459,78
170382	CACHOEIRINHA	164,61	0,00	0,00	0,65	0,00	165,26	0,00	0,00	0,00
170384	CAMPOS LINDOS	42.101,47	0,00	0,00	0,28	0,00	42.101,75	0,00	0,00	0,00
170386	CARIRI DO TOCANTINS	1.803,97	0,00	0,00	8.266,37	0,00	0,00	0,00	0,00	10.070,34
170388	CARMOLANDIA	2.216,69	0,00	0,00	90.012,29	0,00	2.228,98	0,00	0,00	90.000,00
170389	CARRASCO BONITO	1.005,95	0,00	0,00	16,89	0,00	1.022,84	0,00	0,00	0,00
170390	CASEARA	58.487,04	0,00	0,00	9.994,60	0,00	0,00	0,00	0,00	68.481,64
170410	CENTENARIO	0,00	0,00	0,00	0,89	0,00	0,89	0,00	0,00	0,00
170460	CHAPADA DE AREIA	1.056,85	0,00	0,00	1,91	0,00	1.058,76	0,00	0,00	0,00
170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	90,63	0,00	0,00	2,10	0,00	92,73	0,00	0,00	0,00
170550	COLINAS DO TOCANTINS	1.950.829,29	1.620.086,66	118.800,00	5.804.894,44	0,00	3.328.185,51	0,00	0,00	6.166.424,88
170555	COMBINADO	94.551,28	15.896,54	110.920,61	10.276,02	0,00	0,00	0,00	0,00	231.644,45
170560	CONCEICAO DO TOCANTINS	55.523,87	0,00	0,00	9.200,35	0,00	0,00	0,00	0,00	64.724,22
170600	COUTO DE MAGALHAES	118.425,48	0,00	0,00	11.021,30	0,00	0,00	0,00	0,00	129.446,78
170610	CRISTALANDIA	181.110,87	14.324,47	260.507,94	15.917,21	0,00	0,00	0,00	0,00	471.860,49
170625	CRIXAS DO TOCANTINS	1.457,78	0,00	0,00	1,87	0,00	1.459,65	0,00	0,00	0,00
170650	DARCINOPOLIS	2.937,00	0,00	0,00	101.601,85	0,00	0,00	0,00	0,00	104.538,85
170700	DIANOPOLIS	636.745,32	537.872,99	118.800,00	477.371,35	0,00	1.651.989,66	0,00	0,00	118.800,00
170710	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	152.793,13	280,00	79.542,00	13.999,25	0,00	0,00	0,00	0,00	246.614,38
170720	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	155.124,89	0,00	0,00	15.754,02	0,00	0,00	0,00	0,00	170.878,91
170730	DUERE	103.037,20	0,00	120.049,87	100.103,99	0,00	0,00	0,00	0,00	323.191,06
170740	ESPERANTINA	164,70	0,00	0,00	20.847,03	0,00	0,00	0,00	0,00	21.011,73
170755	FATIMA	29.333,84	0,00	0,00	8.374,52	0,00	0,00	0,00	0,00	37.708,36
170765	FIGUEIROPOLIS	74.941,31	0,00	95.296,21	11.753,46	0,00	0,00	0,00	0,00	181.990,98
170770	FILADELFIA	280,80	0,00	0,00	18.711,28	0,00	0,00	0,00	0,00	18.992,08
170820	FORMOSO DO ARAGUAIA	443.503,82	261,83	0,00	381.148,27	0,00	0,00	0,00	0,00	824.913,92
170825	FORTALEZA DO TABOCAO	4.336,21	0,00	0,00	5.322,01	0,00	0,00	0,00	0,00	9.658,22
170830	GOIANORTE	10.526,36	0,00	0,00	10.905,66	0,00	0,00	0,00	0,00	21.432,02
170900	GOIATINS	196.151,71	6.646,51	167.981,86	26.550,88	0,00	0,00	0,00	0,00	397.330,96
170930	GUARAI	715.378,75	754.847,95	0,00	1.251.029,03	0,00	2.272.509,49	0,00	0,00	448.746,24
170950	GURUPI	11.615.709,55	11.752.623,29	1.823.700,00	8.952.525,51	0,00	24.910.790,54	0,00	0,00	9.233.767,81
170980	IPUEIRAS	685,75	0,00	0,00	1,28	0,00	687,03	0,00	0,00	0,00
171050	ITACAJA	398.156,33	127.701,65	0,00	15.630,94	0,00	0,00	0,00	0,00	541.488,92
171070	ITAGUATINS	99.529,20	20,94	132.586,54	13.264,58	0,00	245.401,26	0,00	0,00	0,00
171090	ITAPIRATINS	0,00	1.780,85	0,00	90.000,33	0,00	1.781,18	0,00	0,00	90.000,00
171110	ITAPORA DO TOCANTINS	27.542,20	0,00	0,00	5.379,70	0,00	0,00	0,00	0,00	32.921,90
171150	JAU DO TOCANTINS	26.884,27	0,00	0,00	7.724,40	0,00	0,00	0,00	0,00	34.608,67
171180	JUARINA	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00
171190	LAGOA DA CONFUSAO	167.139,29	0,00	61.866,00	22.466,76	0,00	0,00	0,00	0,00	251.472,05
171195	LAGOA DO TOCANTINS	16.507,22	0,00	0,00	7.755,63	0,00	0,00	0,00	0,00	24.262,85
171200	LAJEADO	25.800,78	0,00	341.936,40	96.101,17	0,00	0,00	0,00	0,00	463.838,35
171215	LAVANDEIRA	1.572,42	0,00	0,00	3.534,70	0,00	0,00	0,00	0,00	5.107,12
171240	LIZARDA	0,00	0,00	0,00	0,47	0,00	0,47	0,00	0,00	0,00
171245	LUZINOPOLIS	0,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,80	0,00	0,00	0,00
171250	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	42.834,05	0,00	0,00	9.574,22	0,00	0,00	0,00	0,00	52.408,27
171270	MATEIROS	2.271,08	0,00	0,00	0,55	0,00	2.271,63	0,00	0,00	0,00
171280	MAURILANDIA DO TOCANTINS	149,26	0,00	0,00	0,72	0,00	149,98	0,00	0,00	0,00
171320	MIRACEMA DO TOCANTINS	976.829,38	403.199,97	0,00	1.585.165,07	0,00	2.134.996,20	0,00	0,00	830.198,22
171330	MIRANORTE	378.841,44	13.120,75	341.936,40	27.771,44	0,00	0,00	0,00	0,00	761.670,03
171360	MONTE DO CARMO	136.044,41	0,00	64.351,08	14.776,37	0,00	0,00	0,00	0,00	215.171,86
171370	MONTE SANTO DO TOCANTINS	25.315,14	0,00	0,00	2,43	0,00	656,82	0,00	0,00	24.660,75
171380	PALMEIRAS DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	102.628,68	0,00	0,00	0,00	0,00	102.628,68
171395	MURICILANDIA	0,00	0,00	0,00	0,22	0,00	0,22	0,00	0,00	0,00
171420	NATIVIDADE	194.849,17	55.535,96	221.630,93	19.791,25	0,00	0,00	0,00	0,00	491.807,31

171430	NAZARE	58.581,42	0,00	0,00	99.658,37	0,00	0,00	0,00	0,00	158.239,79
171488	NOVA OLINDA	306.082,98	0,00	0,00	113.511,64	0,00	0,00	0,00	0,00	419.594,62
171500	NOVA ROSALANDIA	51.020,44	0,00	0,00	8.359,58	0,00	0,00	0,00	0,00	59.380,02
171510	NOVO ACORDO	30.295,56	17,49	204.750,00	98.279,41	0,00	0,00	0,00	0,00	333.342,46
171515	NOVO ALEGRE	25.479,88	0,00	0,00	5.031,59	0,00	0,00	0,00	0,00	30.511,47
171525	NOVO JARDIM	0,00	0,00	0,00	1,61	0,00	1,61	0,00	0,00	0,00
171550	OLIVEIRA DE FATIMA	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	1,87	0,00	0,00	0,00
171570	PALMEIRANTE	4.060,75	0,00	0,00	0,07	0,00	4.060,82	0,00	0,00	0,00
171575	PALMEIROPOLIS	226.086,73	4.455,51	82.123,13	16.146,91	0,00	0,00	0,00	0,00	328.812,28
171610	PARAISO DO TOCANTINS	3.271.406,17	1.493.873,92	500.336,40	1.784.294,31	0,00	4.072.016,25	0,00	0,00	2.977.894,55
171620	PARANA	646.199,24	679,40	0,00	21.241,25	0,00	67,83	0,00	0,00	668.052,06
171630	PAU D"ARCO	1.609,52	0,00	0,00	10.098,90	0,00	0,00	0,00	0,00	11.708,42
171650	PEDRO AFONSO	400.227,44	314.038,92	0,00	25.387,70	0,00	739.654,06	0,00	0,00	0,00
171660	PEIXE	336.771,62	12.413,15	0,00	22.846,89	0,00	0,00	0,00	0,00	372.031,66
171665	PEQUIZEIRO	98.514,98	1.105,23	0,00	350.832,37	0,00	0,00	0,00	0,00	450.452,58
171670	COLMEIA	416.351,25	30.375,37	184.347,70	18.957,60	0,00	0,00	0,00	0,00	650.031,92
171700	PINDORAMA DO TOCANTINS	26.629,02	0,00	60.000,00	9.913,86	0,00	0,00	0,00	0,00	96.542,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

171720	PIRAQUE	23.969,21	0,00	0,00	96.426,56	0,00	0,00	0,00	0,00	120.395,77
171750	PIUM	161.032,33	0,00	77.015,52	14.727,98	0,00	0,00	0,00	0,00	252.775,83
171780	PONTE ALTA DO BOM JESUS	89.966,12	0,00	0,00	9.997,38	0,00	12,22	0,00	0,00	99.951,28
171790	PONTE ALTA DO TOCANTINS	26.799,37	238,88	71.795,40	15.797,81	0,00	0,00	0,00	0,00	114.631,46
171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	6.532,42	0,00	0,00	6.153,65	0,00	12.686,07	0,00	0,00	0,00
171820	PORTO NACIONAL	3.629.890,19	2.843.110,61	579.536,40	4.350.687,04	0,00	4.666.918,11	0,00	0,00	6.736.306,13
171830	PRAIA NORTE	124.855,52	0,00	0,00	16.849,80	0,00	0,00	0,00	0,00	141.705,32
171840	PRESIDENTE KENNEDY	40.298,62	0,00	128.771,88	8.101,91	0,00	0,00	0,00	0,00	177.172,41
171845	PUGMIL	20.682,06	0,00	0,00	1,25	0,00	20.683,31	0,00	0,00	0,00
171850	RECURSOLANDIA	0,00	0,00	0,00	1,16	0,00	1,16	0,00	0,00	0,00
171855	RIACHINHO	1.420,99	0,00	0,00	99.220,04	0,00	0,00	0,00	0,00	100.641,03
171865	RIO DA CONCEICAO	2.496,85	0,00	0,00	3.779,39	0,00	6.276,24	0,00	0,00	0,00
171870	RIO DOS BOIS	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00
171875	RIO SONO	94.732,74	0,00	0,00	13.759,19	0,00	108.491,93	0,00	0,00	0,00
171880	SAMPAIO	0,00	0,00	0,00	1,97	0,00	1,97	0,00	0,00	0,00
171884	SANDOLANDIA	0,00	0,00	0,00	1,86	0,00	1,86	0,00	0,00	0,00
171886	SANTA FE DO ARAGUAIA	87.339,64	0,00	60.000,00	14.518,10	0,00	0,00	0,00	0,00	161.857,74
171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,95	0,00	0,95	0,00	0,00	0,00
171889	SANTA RITA DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	1,72	0,00	0,00	0,00
171890	SANTA ROSA DO TOCANTINS	61.588,88	0,00	0,00	0,15	0,00	197,45	0,00	0,00	61.391,58
171900	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	675,21	0,00	0,00	0,35	0,00	675,56	0,00	0,00	0,00
172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	95.445,00	0,00	2,20	0,00	0,00	95.442,80
172010	SAO BENTO DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00
172015	SAO FELIX DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	1,79	0,00	1,79	0,00	0,00	0,00
172020	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	8.087,20	0,00	0,00	23.060,92	0,00	0,00	0,00	0,00	31.148,12
172025	SAO SALVADOR DO TOCANTINS	27.548,16	0,00	0,00	8,73	0,00	27.556,89	0,00	0,00	0,00
172030	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	0,00	0,00	0,00	0,21	0,00	0,21	0,00	0,00	0,00
172049	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	42.636,94	508,20	0,00	1,22	0,00	43.146,36	0,00	0,00	0,00
172065	SILVANOPOLIS	171.986,91	0,00	58.342,69	102.823,72	0,00	0,00	0,00	0,00	333.153,32
172080	SITIO NOVO DO TOCANTINS	40.648,29	10.530,02	0,00	359.786,35	0,00	0,00	0,00	0,00	410.964,66
172085	SUCUPIRA	0,00	0,00	0,00	2,06	0,00	2,06	0,00	0,00	0,00
172090	TAGUATINGA	889.178,67	87.349,66	0,00	372.772,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.349.300,33
172093	TAIPAS DO TOCANTINS	532,82	0,00	0,00	2,61	0,00	535,43	0,00	0,00	0,00
172097	TALISMA	51.161,70	0,00	0,00	5.636,37	0,00	0,00	0,00	0,00	56.798,07
172100	PALMAS	40.530.545,93	62.701.225,33	3.064.800,00	16.838.345,76	0,00	85.302.642,80	0,00	0,00	37.832.274,22
172110	TOCANTINIA	85.864,10	0,00	0,00	14.819,10	0,00	0,00	0,00	0,00	100.683,20
172120	TOCANTINOPOLIS	1.121.326,06	267.147,43	0,00	2.161.961,22	0,00	0,00	0,00	0,00	3.550.434,71
172125	TUPIRAMA	0,00	0,00	0,00	1,57	0,00	1,57	0,00	0,00	0,00
172130	TUPIRATINS	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	1,87	0,00	0,00	0,00
172208	WANDERLANDIA	249.000,52	0,00	0,00	24.158,30	0,00	0,00	0,00	0,00	273.158,82
172210	XAMBIOA	296.385,78	150.509,35	0,00	25.264,34	0,00	472.159,47	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										111.356.595,03

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União (DOU) nº 198, de 16 de outubro de 2017, seção 1, pag. 67, com incorreções no original.

No art. 9° da Portaria nº 1.564/SAS/MS, de 4 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 1, página 66,
Onde se lê:
Art. 9° .....
.....
PÂNCREAS: 24.04
PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 31 15 PR 04

Leia-se:
Art. 9° .....
.....
PÂNCREAS: 24.04
PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 32 15 PR 06

PORTARIA Nº 1.597, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Fundação Municipal de Saúde - FUMSA, com sede em Butiá (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Fundação Municipal de Saúde - FUMSA, CNPJ nº 90.260.480/0001-12; e

Considerando o Parecer Técnico nº 62-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.044081/2016-56/, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica excluída do PROSUS, a Fundação Municipal de Saúde - FUMSA, CNPJ nº 90.260.480/0001-12, com sede em Butiá (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a Lei n° 12.873 de 24 de outubro de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito o art. 3º da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no DOU nº 151, de 8 de agosto de 2016, seção1, página 28.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.647, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Santa Catarina.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio do Ofício nº. 565/2017, de 26 de setembro de 2017 e a Deliberação da CIB/SC n°. 176, de 24 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Santa Catarina, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 1.360.158.654,71, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	370.225.313,49	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	960.508.702,57	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	29.424.638,65	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 9.827.400,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 42.922.440,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11° parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	14.376.071,27
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	385.273.880,87
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	29.424.638,65
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	370.225.313,49

ANEXO II
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)											
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs		Total
		Próprio	Referenciado								
420005	ABDON BATISTA	25.278,36	609,48	0,00	35.699,89	0,00	0,00	0,00	0,00	61.587,73	
420010	ABELARDO LUZ	691.036,22	291.078,94	0,00	839.630,56	0,00	948.540,82	0,00	0,00	873.204,90	
420020	AGROLANDIA	245.503,22	71.670,81	0,00	211.737,17	0,00	268.472,51	0,00	0,00	260.438,69	
420030	AGRONOMICA	69.465,48	0,00	0,00	33.312,98	0,00	0,00	0,00	0,00	102.778,46	
420040	AGUA DOCE	223.811,32	115.847,58	0,00	486.785,54	0,00	327.591,58	0,00	0,00	498.852,86	
420050	AGUAS DE CHAPECO	96.345,36	0,00	0,00	158.732,26	0,00	0,00	0,00	0,00	255.077,62	
420055	AGUAS FRIAS	33.983,88	0,00	0,00	109.483,76	0,00	0,00	0,00	0,00	143.467,64	
420060	AGUAS MORNAS	29.572,32	0,00	263.028,00	33.400,94	0,00	0,00	0,00	0,00	326.001,26	
420070	ALFREDO WAGNER	309.608,23	148.543,01	157.500,00	101.097,50	0,00	361.021,56	0,00	0,00	355.727,18	
420075	ALTO BELA VISTA	26.125,32	0,00	0,00	102.542,37	0,00	0,00	0,00	0,00	128.667,69	
420080	ANCHIETA	102.928,20	0,00	0,00	308.251,85	0,00	0,00	0,00	0,00	411.180,05	
420090	ANGELINA	442.609,39	233.752,09	454.042,69	170.566,10	0,00	1.287.679,41	0,00	0,00	13.290,86	
420100	ANITA GARIBALDI	429.465,30	251.408,56	0,00	261.064,14	0,00	628.865,16	0,00	0,00	313.072,84	
420110	ANITAPOLIS	175.425,41	88.801,08	0,00	89.351,36	0,00	252.116,93	0,00	0,00	101.460,92	
420120	ANTONIO CARLOS	126.189,24	0,00	0,00	68.092,77	0,00	0,00	0,00	0,00	194.282,01	
420125	APIUNA	89.527,08	0,00	0,00	188.501,62	0,00	0,00	0,00	0,00	278.028,70	
420127	ARABUTA	77.881,51	14.175,08	0,00	119.627,00	0,00	66.301,72	0,00	0,00	145.381,87	
420130	ARAQUARI	330.601,20	13.395,24	0,00	270.863,40	0,00	0,00	0,00	0,00	614.859,84	
420140	ARARANGUA	5.004.320,73	3.350.045,10	4.144.000,96	-2.182.949,08	0,00	4.916.545,97	0,00	0,00	5.398.871,74	
420150	ARMAZEM	275.445,56	161.152,09	0,00	215.535,06	0,00	411.846,70	0,00	0,00	240.286,01	
420160	ARROIO TRINTA	84.255,62	42.416,25	0,00	34.199,87	0,00	141.869,75	0,00	0,00	19.001,99	
420165	ARVOREDO	24.424,68	0,00	0,00	103.883,29	0,00	0,00	0,00	0,00	128.307,97	
420170	ASCURRA	74.345,76	0,00	157.500,00	40.162,48	0,00	0,00	0,00	0,00	272.008,24	
420180	ATALANTA	12.452,52	0,00	0,00	22.273,89	0,00	0,00	0,00	0,00	34.726,41	
420190	AURORA	76.502,04	0,00	0,00	57.557,28	0,00	0,00	0,00	0,00	134.059,32	
420195	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	121.134,96	0,00	0,00	62.694,25	0,00	0,00	0,00	0,00	183.829,21	
420200	BALNEARIO CAMBORIU	7.233.471,14	3.465.126,13	1.111.428,00	5.832.475,06	0,00	558.000,00	0,00	0,00	17.084.500,33	
420205	BALNEARIO BARRA DO SUL	82.860,60	0,00	0,00	40.242,53	0,00	0,00	0,00	0,00	123.103,13	
420207	BALNEARIO GAIVOTA	85.970,04	0,00	0,00	60.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.945,04	
420208	BANDEIRANTE	57.518,64	0,00	0,00	119.045,83	0,00	0,00	0,00	0,00	176.564,47	
420209	BARRA BONITA	16.891,92	0,00	0,00	84.521,31	0,00	0,00	0,00	0,00	101.413,23	
420210	BARRA VELHA	311.341,44	2.255,76	0,00	333.205,29	0,00	0,00	0,00	0,00	646.802,49	
420213	BELA VISTA DO TOLDO	23.930,04	0,00	0,00	38.201,07	0,00	0,00	0,00	0,00	62.131,11	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

420215	BELMONTE	46.162,32	0,00	0,00	102.562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.724,32
420220	BENEDITO NOVO	181.168,44	0,00	0,00	214.281,42	0,00	0,00	0,00	0,00	395.449,86
420230	BIGUACU	10.222.105,74	6.276.504,98	2.421.828,00	1.979.666,62	0,00	0,00	0,00	0,00	20.900.105,34
420240	BLUMENAU	34.964.028,88	19.756.778,89	25.077.864,33	39.098.450,71	0,00	1.218.000,00	0,00	0,00	117.679.122,81
420243	BOCAINA DO SUL	20.928,72	350,64	263.028,00	173.561,94	0,00	0,00	0,00	0,00	457.869,30
420245	BOMBINHAS	208.009,20	0,00	263.028,00	135.890,70	0,00	0,00	0,00	0,00	606.927,90
420250	BOM JARDIM DA SERRA	16.248,13	4.304,40	0,00	31.328,33	0,00	16.775,00	0,00	0,00	35.105,86
420253	BOM JESUS	5.007,96	0,00	0,00	14.458,54	0,00	0,00	0,00	0,00	19.466,50
420257	BOM JESUS DO OESTE	6.248,28	0,00	0,00	102.792,26	0,00	0,00	0,00	0,00	109.040,54
420260	BOM RETIRO	278.494,37	104.170,28	263.028,00	197.913,95	0,00	334.834,01	0,00	0,00	508.772,59
420270	BOTUVERA	8.129,16	0,00	0,00	20.534,78	0,00	0,00	0,00	0,00	28.663,94
420280	BRACO DO NORTE	1.511.099,16	687.872,24	1.235.551,78	893.601,29	0,00	2.964.725,84	0,00	0,00	1.363.398,63
420285	BRACO DO TROMBUDO	59.040,36	0,00	0,00	10.648,28	0,00	0,00	0,00	0,00	69.688,64
420287	BRUNOPOLIS	21.206,64	0,00	0,00	116.965,71	0,00	0,00	0,00	0,00	138.172,35
420290	BRUSQUE	6.110.167,49	2.697.698,79	4.367.595,64	5.994.536,58	0,00	0,00	0,00	0,00	19.169.998,51
420300	CACADOR	5.189.390,47	2.521.659,45	1.996.478,06	9.783.234,76	0,00	16.342.827,24	0,00	0,00	3.147.935,50
420310	CAIBI	196.804,11	80.309,06	0,00	259.873,81	0,00	237.256,41	0,00	0,00	299.730,57
420315	CALMON	73.192,08	0,00	0,00	36.230,45	0,00	0,00	0,00	0,00	109.422,53
420320	CAMBORIU	1.429.384,21	240.000,01	263.028,00	976.954,16	0,00	77.908,66	0,00	0,00	2.831.457,72
420325	CAPAO ALTO	4.552,80	0,00	0,00	18.319,85	0,00	0,00	0,00	0,00	22.872,65
420330	CAMPO ALEGRE	304.250,86	79.808,30	0,00	96.614,97	0,00	337.640,16	0,00	0,00	143.033,97
420340	CAMPO BELO DO SUL	243.208,47	91.600,50	263.028,00	172.372,63	0,00	306.789,70	0,00	0,00	463.419,90
420350	CAMPO ERE	353.354,89	168.515,45	0,00	799.534,17	0,00	613.599,41	0,00	0,00	707.805,10
420360	CAMPOS NOVOS	1.376.893,56	648.032,32	263.028,00	731.332,91	0,00	1.866.506,59	0,00	0,00	1.152.780,20
420370	CANELINHA	239.516,57	35.825,88	0,00	273.385,34	0,00	16.966,92	0,00	0,00	531.760,87
420380	CANOINHAS	3.278.291,09	1.794.444,79	3.197.859,58	2.687.772,62	0,00	0,00	0,00	0,00	10.958.368,08
420390	CAPINZAL	627.054,89	312.898,12	0,00	565.370,71	0,00	866.888,97	0,00	0,00	638.434,75
420395	CAPIVARI DE BAIXO	400.815,72	0,00	0,00	1.148.213,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549.029,37
420400	CATANDUVAS	217.841,00	55.181,98	0,00	241.183,61	0,00	45.932,28	0,00	0,00	468.274,31
420410	CAXAMBU DO SUL	398.225,05	224.187,61	0,00	61.878,65	0,00	628.073,06	0,00	0,00	56.218,25
420415	CELSO RAMOS	7.999,80	0,00	0,00	18.344,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.343,80
420417	CERRO NEGRO	10.374,24	0,00	0,00	29.510,51	0,00	0,00	0,00	0,00	39.884,75
420419	CHAPADAO DO LAGEADO	11.825,88	0,00	0,00	24.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.861,88
420420	CHAPECO	22.537.522,91	16.172.186,87	15.598.483,92	28.757.672,98	0,00	1.218.000,00	0,00	0,00	81.847.866,68
420425	COCAL DO SUL	282.769,60	57.364,85	0,00	679.075,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.019.210,37
420430	CONCORDIA	7.651.499,78	4.364.233,09	5.453.325,50	7.852.124,48	0,00	0,00	0,00	0,00	25.321.182,86
420435	CORDILHEIRA ALTA	37.726,08	0,00	0,00	16.666,90	0,00	0,00	0,00	0,00	54.392,98
420440	CORONEL FREITAS	347.425,73	123.983,00	0,00	208.323,09	0,00	433.308,49	0,00	0,00	246.423,33
420445	CORONEL MARTINS	7.235,28	0,00	0,00	102.181,55	0,00	0,00	0,00	0,00	109.416,83
420450	CORUPA	220.050,72	0,00	0,00	81.556,42	0,00	0,00	0,00	0,00	301.607,14
420455	CORREIA PINTO	335.042,71	89.596,73	7.500,00	248.426,75	0,00	68.486,12	0,00	0,00	612.080,07
420460	CRICIUMA	25.325.241,92	17.038.702,66	13.132.122,74	34.858.971,99	0,00	888.000,00	0,00	0,00	89.467.039,31
420470	CUNHA PORA	473.381,96	188.367,49	0,00	403.638,02	0,00	598.981,45	0,00	0,00	466.406,02
420475	CUNHATAI	43.532,76	0,00	0,00	132.717,92	0,00	0,00	0,00	0,00	176.250,68
420480	CURITIBANOS	4.848.673,79	2.910.283,00	401.628,00	6.653.277,02	0,00	12.525.741,87	0,00	0,00	2.288.119,94
420490	DESCANSO	105.052,66	43.726,46	0,00	313.245,63	0,00	181.995,24	0,00	0,00	280.029,51
420500	DIONISIO CERQUEIRA	454.461,34	152.499,87	375.300,00	1.029.999,32	0,00	50.091,24	0,00	0,00	1.962.169,29
420510	DONA EMMA	56.140,92	0,00	0,00	23.697,75	0,00	0,00	0,00	0,00	79.838,67
420515	DOUTOR PEDRINHO	31.491,12	0,00	0,00	21.253,70	0,00	0,00	0,00	0,00	52.744,82
420517	ENTRE RIOS	29.543,64	0,00	0,00	81.001,70	0,00	0,00	0,00	0,00	110.545,34
420519	ERMO	4.870,20	0,00	0,00	13.265,51	0,00	0,00	0,00	0,00	18.135,71
420520	ERVAL VELHO	187.445,44	111.836,19	0,00	45.768,12	0,00	330.659,71	0,00	0,00	14.390,04
420530	FAXINAL DOS GUEDES	482.678,63	218.459,03	7.500,00	367.558,50	0,00	650.665,68	0,00	0,00	425.530,48
420535	FLOR DO SERTAO	5.671,08	0,00	0,00	98.736,39	0,00	0,00	0,00	0,00	104.407,47
420540	FLORIANOPOLIS	47.755.072,90	39.655.898,23	53.525.153,31	-24.157.261,39	0,00	73.798.875,62	0,00	0,00	42.979.987,42
420543	FORMOSA DO SUL	21.299,88	0,00	0,00	113.953,04	0,00	0,00	0,00	0,00	135.252,92
420545	FORQUILHINHA	387.402,84	0,00	157.500,00	513.168,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058.071,46
420550	FRAIBURGO	1.334.962,15	393.674,05	263.028,00	3.604.109,13	0,00	3.662.867,67	0,00	0,00	1.932.905,66
420555	FREI ROGERIO	24.562,44	0,00	0,00	38.295,43	0,00	0,00	0,00	0,00	62.857,87
420560	GALVAO	9.132,00	0,00	0,00	241.988,59	0,00	0,00	0,00	0,00	251.120,59
420570	GAROPABA	329.168,88	0,00	157.500,00	856.633,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343.301,89
420580	GARUVA	197.078,04	0,00	0,00	162.150,65	0,00	0,00	0,00	0,00	359.228,69
420590	GASPAR	1.983.779,76	544.345,01	355.500,00	1.927.217,40	0,00	34,92	0,00	0,00	4.810.807,25
420600	GOVERNADOR CELSO RAMOS	227.483,28	0,00	0,00	33.632,68	0,00	0,00	0,00	0,00	261.115,96
420610	GRAO PARA	91.206,84	0,00	0,00	157.419,79	0,00	0,00	0,00	0,00	248.626,63
420620	GRAVATAL	162.170,76	0,00	0,00	213.205,48	0,00	0,00	0,00	0,00	375.376,24
420630	GUABIRUBA	240.654,24	489,60	0,00	109.443,09	0,00	0,00	0,00	0,00	350.586,93
420640	GUARACIABA	346.449,90	86.998,32	0,00	948.070,00	0,00	925.173,46	0,00	0,00	456.344,76
420650	GUARAMIRIM	781.568,56	174.698,71	157.500,00	1.173.179,97	0,00	51.881,76	0,00	0,00	2.235.065,48
420660	GUARUJA DO SUL	243.846,85	94.699,82	0,00	244.528,38	0,00	291.813,67	0,00	0,00	291.261,38
420665	GUATAMBU	71.250,48	0,00	0,00	34.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.551,48
420670	HERVAL D"OESTE	102.151,20	9.307,44	2.040.000,00	508.847,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.660.306,24
420675	IBIAM	13.572,00	0,00	0,00	25.305,10	0,00	0,00	0,00	0,00	38.877,10
420680	IBICARE	106.626,62	55.142,26	0,00	54.093,06	0,00	201.638,04	0,00	0,00	14.223,90
420690	IBIRAMA	1.704.121,94	1.198.849,97	335.700,00	-1.426.931,94	0,00	348.860,96	0,00	0,00	1.462.879,01
420700	ICARA	2.165.667,11	914.736,00	1.551.033,52	3.658.760,44	0,00	6.078.496,00	0,00	0,00	2.211.701,07
420710	ILHOTA	68.366,52	0,00	0,00	196.540,88	0,00	0,00	0,00	0,00	264.907,40
420720	IMARUI	269.835,39	37.330,66	0,00	231.835,80	0,00	170.551,21	0,00	0,00	368.450,64
420730	IMBITUBA	1.508.716,12	478.228,79	1.100.455,95	1.872.802,52	0,00	1.029.105,03	0,00	0,00	3.931.098,35
420740	IMBUIA	40.825,13	6.523,39	0,00	32.823,16	0,00	18.810,84	0,00	0,00	61.360,84
420750	INDAIAL	2.440.972,02	1.068.616,18	157.500,00	1.350.385,17	0,00	2.636,32	0,00	0,00	5.014.837,05
420757	IOMERE	20.544,00	0,00	263.028,00	27.340,95	0,00	0,00	0,00	0,00	310.912,95
420760	IPIRA	95.133,66	31.827,56	0,00	59.408,60	0,00	133.427,67	0,00	0,00	52.942,15
420765	IPORA DO OESTE	312.685,31	108.036,63	0,00	291.113,56	0,00	407.879,63	0,00	0,00	303.955,87
420768	IPUACU	27.707,28	0,00	0,00	199.012,45	0,00	0,00	0,00	0,00	226.719,73
420770	IPUMIRIM	127.064,11	29.624,84	0,00	45.448,57	0,00	98.895,15	0,00	0,00	103.242,37
420775	IRACEMINHA	12.468,48	0,00	0,00	176.221,11	0,00	0,00	0,00	0,00	188.689,59
420780	IRANI	658.709,63	389.796,03	0,00	361.593,04	0,00	889.514,18	0,00	0,00	520.584,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

420785	IRATI	24.870,36	0,00	0,00	199.085,61	0,00	0,00	0,00	0,00	223.955,97
420790	IRINEOPOLIS	335.465,18	94.890,17	263.028,00	116.465,44	0,00	105.176,52	0,00	0,00	704.672,27
420800	ITA	241.967,71	78.453,65	0,00	169.139,33	0,00	239.782,48	0,00	0,00	249.778,21
420810	ITAIOPOLIS	436.209,25	54.388,48	0,00	571.557,41	0,00	64.618,80	0,00	0,00	997.536,34
420820	ITAJAI	25.130.300,67	15.224.248,34	21.294.262,77	32.049.582,74	0,00	0,00	0,00	0,00	93.698.394,52
420830	ITAPEMA	838.122,78	62.540,87	461.028,00	582.603,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.944.295,24
420840	ITAPIRANGA	691.710,31	287.806,44	157.500,00	384.599,28	0,00	843.572,60	0,00	0,00	678.043,43
420845	ITAPOA	113.222,64	0,00	263.028,00	70.573,21	0,00	0,00	0,00	0,00	446.823,85
420850	ITUPORANGA	2.705.831,78	1.689.757,57	1.157.457,87	1.937.760,36	0,00	6.492.074,51	0,00	0,00	998.733,07
420860	JABORA	32.953,56	244,80	263.028,00	229.836,27	0,00	0,00	0,00	0,00	526.062,63
420870	JACINTO MACHADO	286.014,52	104.633,38	0,00	102.051,84	0,00	374.602,82	0,00	0,00	118.096,92
420880	JAGUARUNA	523.083,86	192.803,78	0,00	171.158,98	0,00	654.426,28	0,00	0,00	232.620,33
420890	JARAGUA DO SUL	17.721.223,65	10.175.268,53	7.364.024,44	19.221.399,96	0,00	0,00	0,00	0,00	54.481.916,58
420895	JARDINOPOLIS	4.946,64	0,00	0,00	11.640,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.586,76
420900	JOACABA	10.008.413,90	9.504.434,83	5.243.431,14	6.793.457,05	0,00	31.146.943,28	0,00	0,00	402.793,65
420910	JOINVILLE	55.582.371,63	30.979.665,95	8.915.265,82	-4.511.934,46	0,00	6.820.594,68	0,00	0,00	84.144.774,26
420915	JOSE BOITEUX	82.587,12	0,00	60.000,00	49.968,85	0,00	0,00	0,00	0,00	192.555,97
420917	JUPIA	5.861,52	0,00	0,00	99.939,25	0,00	0,00	0,00	0,00	105.800,77
420920	LACERDOPOLIS	13.991,64	0,00	0,00	22.156,41	0,00	0,00	0,00	0,00	36.148,05
420930	LAGES	18.915.224,32	11.886.395,87	8.481.460,95	8.216.024,85	0,00	1.460.055,84	0,00	0,00	46.039.050,15
420940	LAGUNA	1.496.722,53	437.827,90	2.496.309,81	2.893.335,34	0,00	0,00	0,00	0,00	7.324.195,58
420945	LAJEADO GRANDE	5.932,80	0,00	0,00	95.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00	101.461,31
420950	LAURENTINO	22.653,72	0,00	0,00	47.605,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.259,55
420960	LAURO MULLER	490.659,02	135.902,42	157.500,00	634.053,68	0,00	95.030,40	0,00	0,00	1.323.084,72
420970	LEBON REGIS	300.362,37	68.183,66	0,00	281.274,82	0,00	405.307,19	0,00	0,00	244.513,66
420980	LEOBERTO LEAL	24.219,60	0,00	0,00	29.716,98	0,00	0,00	0,00	0,00	53.936,58
420985	LINDOIA DO SUL	350.526,90	185.552,20	0,00	1.376.006,96	0,00	1.845.386,56	0,00	0,00	66.699,50
420990	LONTRAS	175.348,80	0,00	0,00	30.202,38	0,00	0,00	0,00	0,00	205.551,18
421000	LUIZ ALVES	306.066,56	118.843,86	0,00	924.965,47	0,00	73.216,44	0,00	0,00	1.276.659,45
421003	LUZERNA	566.151,89	358.648,60	319.854,49	233.510,14	0,00	1.367.998,90	0,00	0,00	110.166,22
421005	MACIEIRA	14.778,00	0,00	0,00	21.639,21	0,00	0,00	0,00	0,00	36.417,21
421010	MAFRA	5.244.664,81	2.922.737,48	2.296.045,36	2.762.566,26	0,00	11.085.898,39	0,00	0,00	2.140.115,52
421020	MAJOR GERCINO	23.075,28	0,00	0,00	28.334,84	0,00	0,00	0,00	0,00	51.410,12
421030	MAJOR VIEIRA	333.151,13	180.840,03	0,00	191.252,46	0,00	43.944,36	0,00	0,00	661.299,26
421040	MARACAJA	64.610,16	0,00	0,00	18.769,58	0,00	0,00	0,00	0,00	83.379,74
421050	MARAVILHA	2.192.721,38	1.521.253,57	1.146.936,72	5.770.058,85	0,00	8.629.727,45	0,00	0,00	2.001.243,07
421055	MAREMA	14.037,24	0,00	0,00	79.443,67	0,00	0,00	0,00	0,00	93.480,91
421060	MASSARANDUBA	1.249.950,19	717.964,01	0,00	203.554,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.171.469,10
421070	MATOS COSTA	20.385,60	0,00	157.500,00	100.831,19	0,00	0,00	0,00	0,00	278.716,79
421080	MELEIRO	556.936,87	317.837,93	157.500,00	113.170,14	0,00	924.628,56	0,00	0,00	220.816,38
421085	MIRIM DOCE	7.835,40	0,00	0,00	15.720,61	0,00	0,00	0,00	0,00	23.556,01
421090	MODELO	165.122,13	107.463,82	0,00	421.957,58	0,00	244.820,11	0,00	0,00	449.723,42
421100	MONDAI	427.658,46	171.737,88	134.376,18	677.270,89	0,00	875.799,97	0,00	0,00	535.243,44
421105	MONTE CARLO	170.940,48	0,00	0,00	135.107,18	0,00	0,00	0,00	0,00	306.047,66
421110	MONTE CASTELO	547.618,10	281.689,85	0,00	706.597,55	0,00	740.353,15	0,00	0,00	795.552,35
421120	MORRO DA FUMACA	1.479.026,78	798.974,26	833.955,60	1.073.695,00	0,00	3.266.143,26	0,00	0,00	919.508,38
421125	MORRO GRANDE	30.030,48	0,00	0,00	-8.960,47	0,00	0,00	0,00	0,00	21.070,01
421130	NAVEGANTES	1.554.918,70	463.871,69	421.428,00	1.361.917,61	0,00	47.052,80	0,00	0,00	3.755.083,20
421140	NOVA ERECHIM	206.550,73	78.299,05	0,00	145.957,15	0,00	252.589,13	0,00	0,00	178.217,80
421145	NOVA ITABERABA	47.918,16	0,00	0,00	91.079,48	0,00	0,00	0,00	0,00	138.997,64
421150	NOVA TRENTO	876.076,26	488.447,64	263.028,00	277.131,97	0,00	132.143,88	0,00	0,00	1.772.539,99
421160	NOVA VENEZA	556.412,22	220.315,72	0,00	185.722,17	0,00	796.010,98	0,00	0,00	166.439,13
421165	NOVO HORIZONTE	7.638,48	0,00	0,00	101.501,09	0,00	0,00	0,00	0,00	109.139,57
421170	ORLEANS	734.526,11	199.279,24	559.840,98	681.988,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.175.634,77
421175	OTACILIO COSTA	286.109,29	134.870,33	263.028,00	295.841,47	0,00	500.803,77	0,00	0,00	479.045,32
421180	OURO	52.241,28	0,00	0,00	79.443,23	0,00	0,00	0,00	0,00	131.684,51
421185	OURO VERDE	10.145,88	0,00	0,00	89.187,82	0,00	0,00	0,00	0,00	99.333,70
421187	PAIAL	6.815,28	0,00	0,00	104.307,90	0,00	0,00	0,00	0,00	111.123,18
421189	PAINEL	1.941,48	0,00	0,00	12.547,16	0,00	0,00	0,00	0,00	14.488,64
421190	PALHOCA	2.810.082,25	104.867,28	473.400,00	2.446.065,58	0,00	0,00	0,00	0,00	5.834.415,11
421200	PALMA SOLA	643.988,23	320.203,96	0,00	292.113,29	0,00	902.722,31	0,00	0,00	353.583,17
421205	PALMEIRA	2.219,16	0,00	0,00	13.027,43	0,00	0,00	0,00	0,00	15.246,59
421210	PALMITOS	1.043.233,85	492.821,35	342.300,00	875.583,61	0,00	1.457.452,08	0,00	0,00	1.296.486,73
421220	PAPANDUVA	811.196,29	302.978,00	0,00	340.917,14	0,00	500.311,50	0,00	0,00	954.779,93
421223	PARAISO	33.187,68	0,00	0,00	107.781,96	0,00	0,00	0,00	0,00	140.969,64
421225	PASSO DE TORRES	27.059,76	0,00	0,00	221.851,87	0,00	0,00	0,00	0,00	248.911,63
421227	PASSOS MAIA	54.624,60	0,00	0,00	64.388,62	0,00	-14.975,52	0,00	0,00	133.988,74
421230	PAULO LOPES	114.683,88	0,00	0,00	234.741,03	0,00	0,00	0,00	0,00	349.424,91
421240	PEDRAS GRANDES	42.604,20	0,00	0,00	22.523,86	0,00	-1.135,80	0,00	0,00	66.263,86
421250	PENHA	2.373.957,76	1.376.559,71	0,00	583.622,43	0,00	3.637.445,43	0,00	0,00	696.694,47
421260	PERITIBA	117.146,45	52.151,24	0,00	124.661,51	0,00	165.211,45	0,00	0,00	128.747,75
421265	PESCARIA BRAVA	115.249,68	0,00	0,00	30.111,60	0,00	0,00	0,00	0,00	145.361,28
421270	PETROLANDIA	119.647,76	29.394,70	0,00	41.622,47	0,00	130.101,66	0,00	0,00	60.563,27
421280	BALNEARIO PICARRAS	223.118,52	2.976,48	0,00	607.115,36	0,00	0,00	0,00	0,00	833.210,36
421290	PINHALZINHO	493.230,78	142.344,28	158.400,00	475.777,75	0,00	548.403,11	0,00	0,00	721.349,70
421300	PINHEIRO PRETO	39.476,28	0,00	0,00	46.347,97	0,00	0,00	0,00	0,00	85.824,25
421310	PIRATUBA	12.242,52	0,00	0,00	119.042,61	0,00	0,00	0,00	0,00	131.285,13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

421315	PLANALTO ALEGRE	33.383,04	0,00	0,00	28.319,12	0,00	0,00	0,00	0,00	61.702,16
421320	POMERODE	1.254.046,48	533.831,66	157.500,00	799.329,21	0,00	1.585.104,22	0,00	0,00	1.159.603,13
421330	PONTE ALTA	110.726,14	31.349,90	0,00	39.127,09	0,00	121.777,11	0,00	0,00	59.426,02
421335	PONTE ALTA DO NORTE	6.554,76	0,00	0,00	108.619,64	0,00	0,00	0,00	0,00	115.174,40
421340	PONTE SERRADA	1.098.775,86	662.691,68	157.500,00	406.147,97	0,00	1.651.751,06	0,00	0,00	673.364,45
421350	PORTO BELO	194.194,32	0,00	0,00	278.162,40	0,00	0,00	0,00	0,00	472.356,72
421360	PORTO UNIAO	3.092.738,00	1.582.917,49	138.600,00	1.743.462,36	0,00	5.475.492,75	0,00	0,00	1.082.225,10
421370	POUSO REDONDO	464.302,33	151.993,29	0,00	88.200,86	0,00	450.599,03	0,00	0,00	253.897,45
421380	PRAIA GRANDE	679.529,39	394.341,43	342.735,83	203.800,08	0,00	1.413.936,53	0,00	0,00	206.470,21
421390	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	8.326,68	0,00	0,00	14.393,43	0,00	0,00	0,00	0,00	22.720,11
421400	PRESIDENTE GETULIO	372.763,78	196.203,58	0,00	1.074.099,07	0,00	1.456.352,67	0,00	0,00	186.713,76
421410	PRESIDENTE NEREU	31.100,04	0,00	0,00	17.396,08	0,00	0,00	0,00	0,00	48.496,12
421415	PRINCESA	45.788,04	0,00	0,00	107.166,09	0,00	0,00	0,00	0,00	152.954,13
421420	QUILOMBO	633.212,22	353.840,20	868.516,17	900.827,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.756.395,60
421430	RANCHO QUEIMADO	16.353,96	0,00	263.028,00	23.079,37	0,00	0,00	0,00	0,00	302.461,33
421440	RIO DAS ANTAS	100.527,12	0,00	0,00	192.670,70	0,00	0,00	0,00	0,00	293.197,82
421450	RIO DO CAMPO	122.926,37	64.486,44	0,00	73.921,26	0,00	251.231,51	0,00	0,00	10.102,56
421460	RIO DO OESTE	112.439,16	58.166,40	0,00	107.202,72	0,00	0,00	0,00	0,00	277.808,28
421470	RIO DOS CEDROS	229.647,58	56.795,98	0,00	106.812,36	0,00	182.407,28	0,00	0,00	210.848,64
421480	RIO DO SUL	15.613.432,24	11.012.231,72	8.813.465,07	12.049.069,48	0,00	0,00	0,00	0,00	47.488.198,51
421490	RIO FORTUNA	203.967,04	110.125,27	0,00	138.512,87	0,00	290.711,75	0,00	0,00	161.893,43
421500	RIO NEGRINHO	1.491.029,72	445.601,82	724.956,14	3.977.664,67	0,00	0,00	0,00	0,00	6.639.252,35
421505	RIO RUFINO	6.113,40	0,00	0,00	16.837,50	0,00	0,00	0,00	0,00	22.950,90
421507	RIQUEZA	66.034,92	435,84	0,00	130.958,18	0,00	0,00	0,00	0,00	197.428,94
421510	RODEIO	171.147,60	0,00	0,00	79.669,73	0,00	0,00	0,00	0,00	250.817,33
421520	ROMELANDIA	74.221,44	0,00	0,00	249.717,26	0,00	0,00	0,00	0,00	323.938,70
421530	SALETE	89.798,49	46.835,22	0,00	70.391,58	0,00	194.520,12	0,00	0,00	12.505,17
421535	SALTINHO	49.470,12	0,00	0,00	107.237,10	0,00	0,00	0,00	0,00	156.707,22
421540	SALTO VELOSO	84.633,59	28.208,96	0,00	34.679,90	0,00	120.142,03	0,00	0,00	27.380,42
421545	SANGAO	153.954,72	0,00	0,00	86.244,12	0,00	0,00	0,00	0,00	240.198,84
421550	SANTA CECILIA	1.056.156,91	504.927,96	263.028,00	889.674,68	0,00	1.512.699,31	0,00	0,00	1.201.088,24
421555	SANTA HELENA	30.031,08	0,00	157.500,00	100.362,57	0,00	0,00	0,00	0,00	287.893,65
421560	SANTA ROSA DE LIMA	9.709,92	0,00	0,00	13.093,29	0,00	0,00	0,00	0,00	22.803,21
421565	SANTA ROSA DO SUL	91.960,08	0,00	157.500,00	133.291,07	0,00	0,00	0,00	0,00	382.751,15
421567	SANTA TEREZINHA	38.689,32	0,00	0,00	58.865,26	0,00	0,00	0,00	0,00	97.554,58
421568	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	6.379,80	0,00	0,00	104.849,50	0,00	0,00	0,00	0,00	111.229,30
421569	SANTIAGO DO SUL	3.860,52	0,00	0,00	98.352,20	0,00	0,00	0,00	0,00	102.212,72
421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	1.927.474,67	1.133.192,45	1.670.142,18	1.647.036,27	0,00	4.981.962,14	0,00	0,00	1.395.883,43
421575	SAO BERNARDINO	7.338,36	0,00	0,00	107.265,37	0,00	0,00	0,00	0,00	114.603,73
421580	SAO BENTO DO SUL	4.146.676,80	1.796.847,16	1.866.081,99	2.204.929,76	0,00	0,00	0,00	0,00	10.014.535,71
421590	SAO BONIFACIO	151.764,57	85.559,66	263.028,00	76.396,51	0,00	297.287,88	0,00	0,00	279.460,86
421600	SAO CARLOS	890.567,90	467.338,54	600.814,98	864.839,75	0,00	1.842.901,56	0,00	0,00	980.659,61
421605	SAO CRISTOVAO DO SUL	21.974,28	0,00	0,00	28.419,38	0,00	0,00	0,00	0,00	50.393,66
421610	SAO DOMINGOS	158.678,16	78.369,96	0,00	316.726,88	0,00	0,00	0,00	0,00	553.775,00
421620	SAO FRANCISCO DO SUL	1.253.089,02	294.221,50	1.281.802,08	1.927.104,32	0,00	0,00	0,00	0,00	4.756.216,93
421625	SAO JOAO DO OESTE	146.584,93	53.550,89	0,00	224.640,74	0,00	193.098,42	0,00	0,00	231.678,14
421630	SAO JOAO BATISTA	836.570,30	246.149,61	0,00	393.724,27	0,00	95.959,08	0,00	0,00	1.380.485,10
421635	SAO JOAO DO ITAPERIU	7.019,88	0,00	0,00	15.651,11	0,00	0,00	0,00	0,00	22.670,99
421640	SAO JOAO DO SUL	79.555,56	54.205,08	0,00	159.928,45	0,00	0,00	0,00	0,00	293.689,09
421650	SAO JOAQUIM	959.952,69	391.229,58	401.628,00	1.592.492,41	0,00	2.056.852,26	0,00	0,00	1.288.450,42
421660	SAO JOSE	31.741.621,21	18.070.520,63	1.000.284,00	-28.240.420,54	0,00	15.476.320,01	0,00	0,00	7.095.685,29
421670	SAO JOSE DO CEDRO	401.075,56	118.763,70	0,00	332.467,91	0,00	376.937,82	0,00	0,00	475.369,35
421680	SAO JOSE DO CERRITO	7.946,76	0,00	263.028,00	300.137,40	0,00	0,00	0,00	0,00	571.112,16
421690	SAO LOURENCO DO OESTE	773.454,76	398.955,67	315.900,00	1.376.624,17	0,00	1.185.287,87	0,00	0,00	1.679.646,73
421700	SAO LUDGERO	156.382,20	0,00	0,00	182.165,94	0,00	0,00	0,00	0,00	338.548,14
421710	SAO MARTINHO	89.539,49	49.942,03	0,00	110.178,95	0,00	144.479,88	0,00	0,00	105.180,59
421715	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	8.515,92	0,00	0,00	149.063,62	0,00	40.140,96	0,00	0,00	117.438,58
421720	SAO MIGUEL D"OESTE	4.389.042,00	2.918.990,58	2.461.428,00	-2.338.912,01	0,00	3.000.433,20	0,00	0,00	4.430.115,36
421725	SAO PEDRO DE ALCANTARA	347.400,53	195.977,87	0,00	-249.321,31	0,00	0,00	0,00	0,00	294.057,09
421730	SAUDADES	285.223,07	121.809,43	0,00	178.332,83	0,00	415.431,62	0,00	0,00	169.933,71
421740	SCHROEDER	201.843,84	0,00	0,00	86.776,31	0,00	0,00	0,00	0,00	288.620,15
421750	SEARA	577.910,48	165.803,02	687.337,71	911.882,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.342.934,03
421755	SERRA ALTA	48.758,40	0,00	0,00	114.956,69	0,00	0,00	0,00	0,00	163.715,09
421760	SIDEROPOLIS	212.225,88	737,40	157.500,00	385.698,46	0,00	0,00	0,00	0,00	756.161,74
421770	SOMBRIO	520.168,30	106.860,68	157.500,00	254.967,26	0,00	516.347,32	0,00	0,00	523.148,92
421775	SUL BRASIL	10.666,44	0,00	0,00	142.805,73	0,00	0,00	0,00	0,00	153.472,17
421780	TAIO	482.904,82	390.160,67	157.500,00	310.786,69	0,00	472.598,25	0,00	0,00	868.753,93
421790	TANGARA	273.083,32	63.036,26	263.028,00	292.616,60	0,00	152.868,84	0,00	0,00	738.895,34
421795	TIGRINHOS	3.822,24	0,00	0,00	74.126,84	0,00	0,00	0,00	0,00	77.949,08
421800	TIJUCAS	1.155.710,55	400.946,82	851.734,41	1.614.756,88	0,00	2.721.109,86	0,00	0,00	1.302.038,80
421810	TIMBE DO SUL	137.367,11	55.829,12	0,00	180.346,31	0,00	177.632,11	0,00	0,00	195.910,43
421820	TIMBO	3.231.483,44	1.814.290,17	157.500,00	2.888.089,33	0,00	6.267.186,53	0,00	0,00	1.824.176,40
421825	TIMBO GRANDE	96.417,84	0,00	0,00	168.051,67	0,00	0,00	0,00	0,00	264.469,51
421830	TRES BARRAS	1.047.257,41	436.451,04	183.149,17	3.018.827,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4.685.685,54
421835	TREVISO	57.491,28	0,00	0,00	20.449,71	0,00	0,00	0,00	0,00	77.940,99
421840	TREZE DE MAIO	654.643,92	358.025,20	0,00	84.924,09	0,00	1.007.142,16	0,00	0,00	90.451,05
421850	TREZE TILIAS	87.538,92	0,00	0,00	102.820,40	0,00	0,00	0,00	0,00	190.359,32
421860	TROMBUDO CENTRAL	815.540,36	478.630,82	627.927,48	85.032,51	0,00	1.920.136,30	0,00	0,00	86.994,87
421870	TUBARAO	18.975.534,35	12.385.640,52	12.279.870,92	15.890.186,82	0,00	54.614.302,96	0,00	0,00	4.916.929,65
421875	TUNAPOLIS	304.555,87	146.548,53	0,00	261.548,29	0,00	425.792,68	0,00	0,00	286.860,01
421880	TURVO	245.861,93	108.490,57	157.500,00	209.221,77	0,00	323.190,66	0,00	0,00	397.883,61
421885	UNIAO DO OESTE	21.184,68	0,00	0,00	110.641,26	0,00	0,00	0,00	0,00	131.825,94
421890	URUBICI	229.190,81	69.261,99	138.848,94	1.309.532,13	0,00	1.430.557,98	0,00	0,00	316.275,89
421895	URUPEMA	5.583,00	0,00	0,00	16.594,71	0,00	0,00	0,00	0,00	22.177,71
421900	URUSSANGA	1.456.909,57	713.342,68	1.176.625,66	913.138,60	0,00	0,00	0,00	0,00	4.260.016,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

421910	VARGEAO	123.488,05	64.642,09	0,00	56.208,38	0,00	226.055,78	0,00	0,00	18.282,74
421915	VARGEM	50.752,20	0,00	0,00	67.654,96	0,00	0,00	0,00	0,00	118.407,16
421917	VARGEM BONITA	26.580,72	0,00	0,00	85.935,95	0,00	0,00	0,00	0,00	112.516,67
421920	VIDAL RAMOS	124.671,86	27.499,45	0,00	39.743,06	0,00	106.939,23	0,00	0,00	84.975,14
421930	VIDEIRA	3.436.541,05	2.440.898,42	2.465.837,22	3.459.638,93	0,00	7.343.179,11	0,00	0,00	4.459.736,51
421935	VITOR MEIRELES	63.726,18	24.452,04	60.000,00	47.677,26	0,00	46.319,40	0,00	0,00	149.536,08
421940	WITMARSUM	67.384,92	67.757,16	157.500,00	12.055,08	0,00	0,00	0,00	0,00	304.697,16
421950	XANXERE	11.684.806,79	7.788.449,44	4.441.519,56	11.497.163,48	0,00	33.093.782,79	0,00	0,00	2.318.156,48
421960	XAVANTINA	170.577,16	68.558,11	0,00	35.533,88	0,00	252.382,31	0,00	0,00	22.286,84
421970	XAXIM	1.109.961,28	463.347,79	0,00	1.007.281,15	0,00	1.408.330,91	0,00	0,00	1.172.259,31
421985	ZORTEA	23.624,04	303,48	0,00	131.953,44	0,00	0,00	0,00	0,00	155.880,96
422000	BALNEARIO RINCAO	137.190,24	0,00	0,00	51.776,19	0,00	0,00	0,00	0,00	188.966,43
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										960.508.702,57

ANEXO III
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	420540 - FLORIANOPOLIS	DEPARTAMENTO DE ESTOMATOLOGIA	4059727	002	01-01-2006	105.600,00
Estadual	420540 - FLORIANOPOLIS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	3157245	001	24-11-2005	29.319.038,65
TOTAL						29.424.638,65

PORTARIA Nº 1.661, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Cancela, a pedido, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com sede em Brasília (DF).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício - SEI nº 22/2017/PRES-EBSERH, de 17 de outubro de 2017; e

Considerando a Nota Técnica nº 213-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.192753/2015-58, que conclui pelo atendimento da solicitação da instituição para o cancelamento do CEBAS; resolve:

Art. 1º Fica cancelado, a pedido, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, CNPJ nº 15.126.437/0001-43, com sede em Brasília(DF), concedido nos termos da Portaria nº 981/SAS/MS, de 31 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 104, seção 1, pagina 32, com validade de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.698, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, o Hospital e Maternidade Santa Cecília, com sede em Santa Cecília (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, do Hospital e Maternidade Santa Cecília, CNPJ nº 85.997.872/0001-29; e

Considerando o Parecer Técnico nº 63-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.045387/2016-20, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica excluído do PROSUS, o Hospital e Maternidade Santa Cecília, CNPJ nº 85.997.872/0001-29, com sede em Santa Cecília (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito a Portaria nº 56/SAS/MS, de 5 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 5, de 6 de janeiro de 2017, seção1, página 36.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.700, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Fundação de Saúde Três Marias, com sede em Três Marias (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a Nota Técnica nº 75-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.121551/2014-41, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Fundação de Saúde Três Marias, CNPJ nº 18.048.223/0001-41, com sede em Três Marias (MG).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 7/SAS/MS, de 4 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 02, de 5 de janeiro de 2016, seção 1, página 96.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.704, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Redefine recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado da Bahia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.736/GM/MS, de 18 de outubro de 2017, que estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia;

Considerando o Ofício nº 130, de 30 de outubro de 2017, da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia; e

Considerando a Resolução CIB nº 195, de 30 de outubro de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite da Bahia, resolve:

Art. 1º Fica redefinido recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação- FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado da Bahia, conforme discriminado no quadro a seguir:

IBGE	Município	Valor mensal
290070	Alagoinhas	433.363,69
290320	Barreiras	184.410,40
290460	Brumado	480.829,38
290570	Camaçari	528.239,05
291072	Eunápolis	513.006,83
291080	Feira de Santana	1.904.602,76
291170	Guanambi	592.169,54
291360	Ilhéus	452.719,42
291480	Itabuna	665.495,01
291750	Jacobina	276.834,12
291800	Jequié	697.912,78
291840	Juazeiro	741.883,95
292400	Paulo Afonso	534.697,98
292740	Salvador	3.073.361,69
292870	Santo Antônio de Jesus	487.038,18
293010	Senhor do Bonfim	548.363,83
293050	Serrinha	522.978,90
293330	Vitória da Conquista	1.065.409,23
Total Gestão Municipal		13.703.316,74
290000	Gestão Estadual	2.424.809,48
Total Geral		16.128.126,22

Art. 2º A redefinição não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Municipais e Fundo Estadual de Saúde até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2017.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.708, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Remaneja recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.736, de 18 de outubro de 2017, que estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia; e

Considerando o Ofício nº 050, de 18 de outubro de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso do limite financeiro mensal do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação- FAEC, no valor mensal de R$ 2.524,60 (dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), do município de São José do Rio Pardo (IBGE 354970) para o município de Mogi Mirim (IBGE 353080), destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de São Paulo.

Art. 2º O Remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art.3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2017.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.709, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Atualiza a habilitação do Hospital Regional Sul do Município de São Paulo - SP como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 08 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do respectivo Estado, aprovado pela Deliberação CIB nº 3, de 13 de fevereiro de 2014;

Considerando a Portaria nº 1.668/GM/MS, de 5 de agosto de 2014, que aprova o Componente Parto e Nascimento da Etapa X do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de São Paulo e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implementação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando Anexo II Título III Capítulo I à Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui os princípios e as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco (GAR); define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco; define os critérios para a implantação e habilitação da Casa de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP);

Considerando Anexo II à Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede Cegonha;

Considerando Anexo II Título IV Capítulo II à Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSMU/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do Estabelecimento de Saúde a seguir descrito, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2:

Estado de São Paulo:

Município	São Paulo/SP
Estabelecimento de Saúde	Hospital Regional Sul
CNES	2091313
Nível de Referência	Tipo 2
Código de Habilitação	14.14
Nº de leitos GAR	09

Parágrafo único. O estabelecimento de Saúde poderá ser submetido à avaliação, por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Os recursos financeiros para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, do seguinte Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.710, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
FÍGADO: 24.09
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 02 17 RJ 11
II - denominação: Impar Serviços Hospitalares S/A - Hospital São Lucas
III - CNPJ: 60.884.855/0016-30
IV - CNES: 7474059
V - endereço: Travessa Frederico Pamplona, n°32, Bairro: Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.061-080.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 00 SP 32
II - denominação: Hospital do Servidor Público Estadual - IAMSPE
III - CNPJ: 60.747.318/0001-62
IV - CNES: 2058502
V - endereço: Rua Pedro Toledo, nº 1800, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.039-004.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 99 PR 25
II - denominação: Hoftalon Centro de Estudo e Pesquisa da Visão
III - CNPJ: 07.194.341/0001-94
IV - CNES: 2578506
V - endereço: Rua Senador Souza Naves, nº 648, Bairro: Centro, Londrina/PR, CEP: 86010-160.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 41 12 PR 02
II - denominação: Hospital Nossa Senhora das Graças
III - CNPJ: 76.562.198/0001-69
IV - CNES: 0015318
V - endereço: Rua Alcides Munhoz, nº 433, Bairro: Mercês, Curitiba/PR, CEP: 80.810-040.

Art. 4° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 02 17 RJ 80
II - responsável técnico: Silvio José de Souza Martins, cirurgião geral, CRM 52378251;
III - membro: Eduardo de Souza Martins Fernandes, cirurgião geral, CRM 52731242;
IV - membro: Samanta Teixeira Basto, hepatologista, CRM 52644153;
V - membro: Claudia Cristina Tavares de Sousa, hepatologista, CRM 52630942;
VI - membro: Ronaldo de Oliveira Andrade, anestesiologista, CRM 52908525;
VII - membro: Ronie Muniz Marques, anestesiologista, CRM 52775495;
VIII - membro: Camilla Cesar, cirurgião geral, CRM 521064886;
IX - membro: Giltamar da Costa Marques, anestesiologista, CRM 52559830;
X- membro: Bruno Vilanova, anestesiologista, CRM 52821187;
XI - membro: Leandro Moreira Savattone Pimentel, cirurgião geral, CRM 52892831;
XII - membro: Ana Lucia de Araujo Ramos, clínica médica, CRM 52537690;
XIII - membro: Fernanda Luiza Valladares Calçado, clínica médica, CRM 52906107;
XIV - membro: Camila Liberato Girão, clínica médica, CRM 52977730.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 24
II - responsável técnico: Maria Emília Xavier dos Santos Araújo, oftalmologista, CRM 60202;
III - membro: Myrna Serapião dos Santos, oftalmologista, CRM 85055;
IV - membro: Alexandre Manetta, oftalmologista, CRM 58823;
V - membro: André Luiz de Freitas Silva, oftalmologista, CRM 98320;
VI - membro: Sérgio Felberg, oftalmologista, CRM 92504.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 99 PR 24
II - responsável técnico: Noboru Yagui, oftalmologista, CRM 7773;
III - membro: Ana Paula Miyagusko Taba Oguido, oftalmologista, CRM 13194;
IV - membro: Antônio Marcelo Barbante Casella, oftalmologista, CRM 11399;
V - membro: Cybelle Moreno Luize, oftalmologista, CRM 24713;
VI - membro: Erika Hoyama, oftalmologista, CRM 16452;
VII - membro: Francisco Eugênio Campiolo, oftalmologista, CRM 9200;
VIII - membro: Gerson Jorge Aparecido Lopes, oftalmologista, CRM 9317;
IX - membro: Henrique Minoru Misse, oftalmologista, CRM 23130;
X - membro: Ivan Luis Idalgo de Oliveira, oftalmologista, CRM 23543;
XI - membro: Juliana Sato Hasegawa, oftalmologista, CRM 26031;
XII - membro: Marcelo Rosa Gameiro, oftalmologista, CRM 10489;
XIII - membro: Nobuaqui Hasegawa, oftalmologista, CRM 3883;
XIV - membro: Osman Simei Baena Ferraz, oftalmologista, CRM 2340;
XV - membro: Wlademir Eduardo Kawagoe, oftalmologista, CRM 13138;
XVI - membro: Rui Barroso Schimiti, oftalmologista, CRM 10863.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 41 12 PR 02
II - responsável técnico: Roberto Gomes de Carvalho, cirurgião cardiovascular, CRM 3707;
III - membro: Leonardo Andrade Mulinari, cirurgião cardiovascular, CRM 9999;
IV - membro: Gustavo Klug Pimentel, cirurgião cardiovascular, CRM 16228;
V - membro: Remulo José Rauen Junior, cirurgião cardiovascular, CRM 18869;

VI - membro: Cristiano Gustavo Hahn, cirurgião cardiovascular, CRM 17300;

VII - membro: Alexandre Alessi, cirurgião cardiovascular, CRM 12439;

VIII - membro: Fabio Binhara Navarro, cirurgião cardiovascular, CRM 15839;

IX - membro: Vinicius Nicolau Woitowicz, cirurgião cardiovascular, CRM 15091;

X - membro: Gustavo Tedeschi dos Santos, cirurgião cardiovascular, CRM 20846.

Art. 7° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.711, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017 e na Portaria de consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015 bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização aos Bancos de Tecidos Oculares Humanos dos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 3 51 15 SP 09
II - Denominação: Fundação Faculdade de Medicina - HCFMUSP
III - CNPJ: 56.577.059/0001-00
IV - CNES: 2078015
V - Endereço: Avenida Rebouças, n° 381, Bairro: Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 05.401-000.

I - Nº do SNT 3 51 07 SP 09
II - Denominação: Banco de Olhos de Sorocaba/BOS São Paulo
III - CNPJ: 50.795.566/0007-10
IV - CNES: 5281482
V - Endereço: Avenida Celso Garcia, n° 4815, Bairro: Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03.063-000.

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 3 51 12 PE 05
II - Denominação: Banco de Olhos de Recife - BORE - Centro Médico Senador José Ermirio de Moraes
III - CNPJ: 41.090.291/0001-33
IV - CNES: 0000558
V - Endereço: Avenida 17 de agosto, n° 2388, Bairro: Monteiro, Recife/PE, CEP: 52.061-540.

Art. 2º As renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria terão validade de quatro anos a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.712, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Inclui membros em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 768/SAS/MS, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 121, de 27 de junho de 2016, seção 1, página 31, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 01 SC 06
II - membro: Marília Bastos Quirino Brasil, oftalmologista, CRM 10634;
III - membro: Gabriela Puel de Oliveira, oftalmologista, CRM 17680;
IV - membro: Júlia Fortes Schuchovski, oftalmologista, CRM 24000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.719, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, com sede em Monte Mor(SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013,

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, CNPJ nº 52.973.872/0001-30; e

Considerando o Parecer Técnico Nº 61-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.036679/2016-71 /MS, que concluiu que a entidade não atende aos requisitos da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica excluída do PROSUS, a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, CNPJ nº 52.973.872/0001-30, com sede em MONTE MOR(SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. §3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito o art. 16 da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 151, de 8 de agosto de 2016, seção1, página 28.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.722, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, o Hospital Evangélico da Bahia, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, do Hospital Evangélico da Bahia, CNPJ nº 15.171.093/0001-94; e

Considerando o Parecer Técnico nº 66-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.036515/2016-44, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Fica excluída do PROSUS, o Hospital Evangélico da Bahia, CNPJ nº 15.171.093/0001-94, com sede em Salvador (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a Lei n° 12.873 de 24 de outubro de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito o art. 23 da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no DOU nº 151, de 8 de agosto de 2016, seção1, página 28.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.723, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Desabilita e altera o leito da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do Hospital Memorial Guararapes - Instituto Alcides D"Andrade Lima -Jaboatão dos Guararapes/PE.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Título X - Do cuidado progressivo ao paciente crítico ou grave;

Considerando o Ofício nº 1137/2017/SREG de 24 de julho de 2017, da SMS de Jaboatão dos Guararapes solicitando o remanejamento de leitos de UTI adulto;

Considerando a Resolução CIB/PE nº 3.018, de 29/06/2017, aprovando o remanejamento de leitos de UTI do Hospital Memorial Guararapes, para o Hospital Memorial Jaboatão;

Considerando a Portaria SAS 1.393 de 18/12/2012, que habilita leitos de UTI para o Hospital Memorial Guararapes;

Considerando a Portaria nº 497/SAS/MS, de 30 de maio de 2012, que habilita leitos de UTI para o Hospital Memorial Jaboatão; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do hospital a seguir relacionado:

CNES:	Hospital	Nº leitos
2319454	Hospital Memorial Guararapes - Instituto Alcides D"Andrade Lima -Jaboatão dos Guararapes/PE	
Leito: 26.01 Adulto		20

Art. 2º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 15.879	Hospital	Nº leitos
CNES: 5356067	Hospital Memorial Jaboatão - Instituto Alcides D"Andrade Lima - Jaboatão dos Guararapes/PE	
Leito: 26.01 Adulto		40

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Título X, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.725, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Associação Matogrossense de Combate ao Câncer, com sede em Cuiabá (MT).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Matogrossense de Combate ao Câncer, CNPJ nº 24.672.792/0001-09; e

Considerando o Parecer Técnico nº 64-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.147990/2014-83/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Fica excluída do PROSUS, a Associação Matogrossense de Combate ao Câncer, CNPJ nº 24.672.792/0001-09, com sede em Cuiabá (MT).

Art.2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a Lei n° 12.873 de 24 de outubro de 2013.

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.728, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere, de forma definitiva, a Adesão ao PROSUS, do Hospital Beneficente São Lucas de São Pedro, com sede em São Pedro (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;e

Considerando o Parecer Técnico nº 65-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.034584/2016-13/MS, que concluiu que foram atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva a Adesão ao PROSUS, do Hospital Beneficente São Lucas de São Pedro, CNPJ nº 70.914.171/0001-01, com sede em São Pedro (SP).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito o art. 21 da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no DOU nº 151, 8 de agosto de 2016, seção1, página 29.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.732, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

CEARÁ

I - Nº do SNT: 2 01 04 CE 01
II - denominação: Fundação Leandro Bezerra de Menezes
III - CNPJ: 06.746.713/0002-66
IV - CNES: 2415496
V - endereço: Avenida Teodorico Telles, nº 99, Bairro: Centro, Crato/CE, CEP: 63.100-000.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

FÍGADO: 24.09

PARAÍBA

I - Nº do SNT: 2 02 04 PB 01
II - denominação: Hospital Unimed João Pessoa Hospital Alberto Urquiza Wanderley
III - CNPJ: 08.680.639/0003-39
IV - CNES: 3056724
V - endereço: Avenida Ministro José Américo de Almeida, nº 1450, Bairro: Torre, João Pessoa/PB, CEP: 58.040-300.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 12 07 RS 04
II - denominação: Associação Bartolomeu Tacchini Hospital Tacchini
III - CNPJ: 87.547.444/0001-20
IV - CNES: 2241021
V - endereço: Rua Doutor José Mário Mônaco, nº 358, Bairro: Centro, Bento Gonçalves/RS, CEP: 95700-068.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 16 PR 02
II - denominação: Hospital Nossa Senhora das Graças
III - CNPJ: 76.562.198/0001-69
IV - CNES: 0015318
V - endereço: Rua Alcides Munhoz, nº 433, Bairro: Mercês, Joinville, Curitiba/PR, CEP: 80810-010.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 21 12 RS 03
II - denominação: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
III - CNPJ: 92.815.000/0001-68
IV - CNES: 2237253
V - endereço: Rua Prof. Anne Dias, n° 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 17 MS 04
II - responsável técnico: Flávia Sotolani Silva, oftalmologista, CRM 6861.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 01 05 CE 01
II - responsável técnico: Fernando Antônio Coutinho, urologista, CRM 4252;
III - membro: Valêncio Pereira de Carvalho, nefrologista, CRM 4555;
IV - membro: Bráulio Gonçalves Sombra, anestesiologista, CRM 1160
0;
V - membro: Davi Carneiro de Brito, cirurgião geral e urologista, CRM 12800;
VI - membro: Leonardo Beserra Landim, anestesiologista, CRM 8996;
VII - membro: Lenina Ludimila Sampaio de Almeida, nefrologista, CRM 13640;
VIII - membro: Jader Salviano Macedo, cirurgião geral e urologista, CRM 15401.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09

PARAÍBA

I - Nº do SNT 1 02 04 PB 01
II - responsável técnico: Cássio Virgílio Cavalcante de Oliveira, cirurgião gastroenterologista, CRM 3870;
III - membro: José Eymard Moraes de Medeiros Filho, hepatologista, CRM 4375;
IV - membro: Ruy Cesar de Freitas Evangelista, anestesiologista, CRM 3556;
V - membro: Francisco Arthur Bezerra de Oliveira, anestesiologista, CRM 7643;
VI - membro: Daniel de Albuerque Rangel Moreira, cirurgião geral e pediátrico, CRM 6137.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 99 RS 05
II - responsável técnico: Ítalo Mundialino Marcon, oftalmologista, CRM 3424;
III - membro: Alexandre Seminoti Marcon, oftalmologista, CRM 23564;
IV - membro: Terla Nunes de Castro, oftalmologista, CRM 22717;
V - membro: Caroline Fabris, oftalmologista, CRM 25713;
VI - membro: Ruy Rafael Fernandes Miorim, oftalmologista, CRM 34857;
VII - membro: Gustavo Antônio Widholzer Rey, oftalmologista, CRM 33736.

Art. 9° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 12 07 RS 05
II - responsável técnico: André Vinícius Saueressig Kruel, ortopedista e traumatologista, CRM 23627;
III - membro: Alessandro Sommavilla, ortopedista e traumatologista, CRM 30525;
IV - membro: Alfredo Antônio Scarton, ortopedista e traumatologista, CRM 13049;
V - membro: Fabiano Dachery, ortopedista e traumatologista, CRM 24139;
VI - membro: Thiago Arpini Valério, ortopedista e traumatologista, CRM 34799.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 16 PR 02
II - responsável técnico: Márcio Fernando Aparecido de Moura, ortopedista e traumatologista, CRM 13354;
III - membro: Renato César Sahagoff Raad, ortopedista e traumatologista, CRM 15122;
IV - membro: Elias Marcelo Batista da Silva, ortopedista e traumatologista, CRM 16898;
V - membro: Leonardo Dau, ortopedista e traumatologista, CRM 18407;
VI - membro: Paulo Gilberto Cimbalista de Alencar, ortopedista
e traumatologista, CRM 7200;
VII- membro: Marcello Zaia Oliveira, ortopedista e traumatologista, CRM 21121.

Art. 10 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.733, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Histocompatibilidade da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais	CNPJ: 26.388.330/0019-19 CNES: 4034325

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Histocompatibilidade da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais	CNPJ: 26.388.330/0019-19 CNES: 4034325

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.751, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Reclassifica hospitais psiquiátricos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando as recomendações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, ocorrida entre 27 de junho e 1º de julho de 2010;

Considerando a Portaria nº 52/GM/MS, de 20 de janeiro de 2004, que institui o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam reclassificados os hospitais psiquiátricos, descritos no Anexo desta Portaria, para as Classes NI e NIII, de acordo com o porte e número de leitos SUS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO - CLASSE NI - até 160 leitos					
UF	MUNICÍPIO	CNES	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	Nº de leitos SUS (CNES) out/2017
SP	Presidente Prudente	2058782	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL ADOLPHO BEZERRA DE MENEZES	HOSPITAL PSIQUIATRICO ESPIRITA BEZERRA DE MENEZES P PRUDENT	160

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO - CLASSE NIII - de 241 a 400 leitos					
UF	MUNICÍPIO	CNES	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	Nº de leitos SUS (CNES) out/2017
SP	Casa Branca	2749033	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	CENTRO DE REABILITACAO DE CASA BRANCA	320

PORTARIA Nº 1.752, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial do Estado de Alagoas.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n°. 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas , por meio do Ofício n° 1831/2017 GS/SESAU, de 25 de setembro de 2017, Resolução CIB/AL n° 052, de 09 de outubro de 2017 resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob Gestão Estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob Gestão dos Municípios, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º O total do recurso financeiro anual do Estado de Alagoas, referente ao Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, incluindo incentivos, corresponde a R$ 777.871.100,59 e fica assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Fundo Estadual de Saúde - FES	223.930.987,68	Anexo I
Fundos Municipais de Saúde - FMS	536.399.547,87	Anexo II
Hospitais Universitários	17.540.565,04	Anexo III

§ 2º O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recursos publicado por meio desta Portaria, será efetivado sem acarretar impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0027 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11ª parcela de 2017, com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	142.025.696,01
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	81.905.291,67
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	223.930.987,68

ANEXO II
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
270010	AGUA BRANCA	946.225,94	38.627,17	0,00	154.352,67	0,00	566.370,85	0,00	0,00	572.834,93
270020	ANADIA	715.034,04	1.956,00	0,00	297.131,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.121,36
270030	ARAPIRACA	23.056.876,51	32.921.492,90	6.242.844,34	35.638.317,18	0,00	9.051.596,90	0,00	0,00	88.807.934,03
270040	ATALAIA	2.747.645,37	26.567,07	157.500,00	813.372,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	3.587.584,44
270050	BARRA DE SANTO ANTONIO	397.723,34	0,00	150.000,00	1.158,01	0,00	150.000,00	0,00	0,00	398.881,35
270060	BARRA DE SAO MIGUEL	225.591,27	0,00	0,00	0,53	0,00	0,00	0,00	0,00	225.591,80
270070	BATALHA	1.258.913,38	446.744,27	268.800,00	138.523,37	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.962.981,02
270080	BELEM	143.890,57	0,00	0,00	24.594,94	0,00	0,00	0,00	0,00	168.485,51
270090	BELO MONTE	124.325,46	0,00	0,00	62.147,62	0,00	0,00	0,00	0,00	186.473,08
270100	BOCA DA MATA	1.380.904,83	228,06	138.600,00	87.500,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.607.233,73
270110	BRANQUINHA	161.754,50	0,00	0,00	27.269,84	0,00	0,00	0,00	0,00	189.024,34
270120	CACIMBINHAS	432.418,28	0,00	150.000,00	125.199,42	0,00	150.000,00	0,00	0,00	557.617,70
270130	CAJUEIRO	1.226.203,57	26.233,60	0,00	149.176,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.401.613,90
270135	CAMPESTRE	86.315,81	0,00	0,00	13.068,36	0,00	0,00	0,00	0,00	99.384,17
270140	CAMPO ALEGRE	1.852.965,60	0,00	268.800,00	1.218.680,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	3.190.445,60
270150	CAMPO GRANDE	43.230,44	377,62	99.000,00	43.245,34	0,00	0,00	0,00	0,00	185.853,40
270160	CANAPI	537.872,98	0,00	0,00	153.501,79	0,00	0,00	0,00	0,00	691.374,77
270170	CAPELA	1.230.385,88	4.263,66	0,00	178.373,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.023,48
270180	CARNEIROS	82.666,33	0,00	0,00	113.050,21	0,00	0,00	0,00	0,00	195.716,54
270190	CHA PRETA	173.861,10	0,00	0,00	11.825,92	0,00	0,00	0,00	0,00	185.687,02
270200	COITE DO NOIA	195.690,62	8.904,24	0,00	92.930,65	0,00	0,00	0,00	0,00	297.525,51
270210	COLONIA LEOPOLDINA	2.035.484,85	44,57	150.000,00	85.315,33	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.120.844,75
270220	COQUEIRO SECO	66.735,27	0,00	0,00	4,98	0,00	0,00	0,00	0,00	66.740,25
270230	CORURIPE	4.030.449,13	4.598.992,41	150.000,00	7.699.194,68	0,00	150.000,00	0,00	0,00	16.328.636,22
270235	CRAIBAS	663.633,40	0,00	0,00	437.290,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.924,31
270240	DELMIRO GOUVEIA	2.666.656,99	977.047,08	334.800,00	5.541.113,46	0,00	2.137.748,88	0,00	0,00	7.381.868,65
270250	DOIS RIACHOS	117.493,38	0,00	0,00	126.471,60	0,00	0,00	0,00	0,00	243.964,98
270255	ESTRELA DE ALAGOAS	19.996,76	0,00	0,00	350.207,15	0,00	0,00	0,00	0,00	370.203,91
270260	FEIRA GRANDE	962.312,75	0,00	0,00	93.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.055.995,75
270270	FELIZ DESERTO	45.517,32	0,00	0,00	7.102,90	0,00	0,00	0,00	0,00	52.620,22
270280	FLEXEIRAS	452.909,60	0,00	0,00	34.905,90	0,00	0,00	0,00	0,00	487.815,50
270290	GIRAU DO PONCIANO	1.247.112,20	235.188,13	150.000,00	730.313,12	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.212.613,45
270300	IBATEGUARA	1.502.952,39	0,00	0,00	52.523,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.555.476,07
270310	IGACI	410.278,58	0,00	0,00	7.945,93	0,00	0,00	0,00	0,00	418.224,51
270320	IGREJA NOVA	885.791,19	8.740,75	184.800,00	145.421,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.224.753,50
270330	INHAPI	489.289,00	175.980,57	150.000,00	210.170,01	0,00	150.000,00	0,00	0,00	875.439,58
270340	JACARE DOS HOMENS	108.183,23	0,00	0,00	40.623,48	0,00	0,00	0,00	0,00	148.806,71
270350	JACUIPE	44.512,80	0,00	0,00	28.512,76	0,00	0,00	0,00	0,00	73.025,56
270360	JAPARATINGA	83.330,71	0,00	0,00	114.565,82	0,00	0,00	0,00	0,00	197.896,53
270370	JARAMATAIA	48.321,58	0,00	0,00	3.092,80	0,00	0,00	0,00	0,00	51.414,38
270375	JEQUIA DA PRAIA	434.169,98	147,60	0,00	87.634,64	0,00	0,00	0,00	0,00	521.952,22
270380	JOAQUIM GOMES	1.347.374,36	75.141,34	308.400,00	26.982,84	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.607.898,54
270390	JUNDIA	86.176,04	0,00	0,00	116.136,74	0,00	0,00	0,00	0,00	202.312,78
270400	JUNQUEIRO	1.967.859,39	35.836,28	0,00	628.166,70	0,00	0,00	0,00	0,00	2.631.862,37
270410	LAGOA DA CANOA	754.110,26	0,00	138.600,00	1.102.141,36	0,00	0,00	0,00	0,00	1.994.851,62
270420	LIMOEIRO DE ANADIA	1.170.775,63	0,00	0,00	14.362,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.185.138,19
270430	MACEIO	121.618.312,39	97.524.109,94	20.830.946,85	71.129.448,25	0,00	62.906.827,86	17.540.565,04	0,00	230.655.424,53
270440	MAJOR ISIDORO	1.079.559,32	12.310,13	0,00	146.837,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1.238.707,03
270450	MARAGOGI	982.799,14	0,00	150.000,00	1.645.870,42	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.628.669,56
270460	MARAVILHA	135.962,02	0,00	0,00	73.219,02	0,00	0,00	0,00	0,00	209.181,04
270470	MARECHAL DEODORO	1.596.735,47	0,00	249.000,00	2.712.000,06	0,00	150.000,00	0,00	0,00	4.407.735,53
270480	MARIBONDO	183.384,74	0,00	150.000,00	33.962,10	0,00	150.000,00	0,00	0,00	217.346,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

270490	MAR VERMELHO	17.669,66	0,00	0,00	9.039,37	0,00	0,00	0,00	0,00	26.709,03
270500	MATA GRANDE	1.245.260,83	130.151,16	150.000,00	258.808,01	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.634.220,00
270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	1.343.724,08	40.006,16	138.600,00	156.474,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.678.804,58
270520	MESSIAS	559.299,72	0,00	138.600,00	34,30	0,00	0,00	0,00	0,00	697.934,02
270530	MINADOR DO NEGRAO	93.961,95	0,00	0,00	21.264,26	0,00	0,00	0,00	0,00	115.226,21
270540	MONTEIROPOLIS	82.668,09	0,00	0,00	15.084,52	0,00	0,00	0,00	0,00	97.752,61
270550	MURICI	1.682.197,84	1.440,00	150.000,00	683.815,65	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.367.453,49
270560	NOVO LINO	338.225,05	73.734,27	0,00	117.210,70	0,00	0,00	0,00	0,00	529.170,02
270570	OLHO D"AGUA DAS FLORES	865.178,04	41.387,98	118.800,00	186.151,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.211.517,62
270580	OLHO D"AGUA DO CASADO	51.787,07	0,00	150.000,00	15.964,17	0,00	150.000,00	0,00	0,00	67.751,24
270590	OLHO D"AGUA GRANDE	77.767,52	0,00	0,00	16.101,20	0,00	0,00	0,00	0,00	93.868,72
270600	OLIVENCA	85.454,91	0,00	0,00	35.940,10	0,00	0,00	0,00	0,00	121.395,01
270610	OURO BRANCO	80.019,71	0,00	150.000,00	363.271,10	0,00	150.000,00	0,00	0,00	443.290,81
270620	PALESTINA	66.909,21	0,00	0,00	1.974,60	0,00	0,00	0,00	0,00	68.883,81
270630	PALMEIRA DOS INDIOS	6.228.382,84	6.405.309,48	4.363.510,01	10.550.155,16	0,00	150.000,00	0,00	0,00	27.397.357,49
270640	PAO DE ACUCAR	1.295.055,03	301.509,78	150.000,00	74.927,55	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.671.492,36
270642	PARICONHA	150.273,76	0,00	0,00	41.387,40	0,00	0,00	0,00	0,00	191.661,16
270644	PARIPUEIRA	216.467,54	0,00	0,00	529,48	0,00	0,00	0,00	0,00	216.997,02
270650	PASSO DE CAMARAGIBE	370.228,63	13.636,05	0,00	59.316,40	0,00	113.416,25	0,00	0,00	329.764,83
270660	PAULO JACINTO	377.257,79	0,00	0,00	44.194,86	0,00	0,00	0,00	0,00	421.452,65
270670	PENEDO	4.860.799,59	2.068.537,53	1.802.857,17	9.434.347,81	0,00	150.000,00	0,00	0,00	18.016.542,10
270680	PIACABUCU	634.947,94	0,00	0,00	171.363,28	0,00	0,00	0,00	0,00	806.311,22
270690	PILAR	1.881.512,64	5.319,60	0,00	0,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.886.832,63
270700	PINDOBA	59.808,08	0,00	0,00	9.051,65	0,00	0,00	0,00	0,00	68.859,73
270710	PIRANHAS	754.756,06	226.799,79	249.000,00	1.057.481,61	0,00	1.272.011,24	0,00	0,00	1.016.026,22
270720	POCO DAS TRINCHEIRAS	101.943,03	0,00	0,00	124.585,59	0,00	0,00	0,00	0,00	226.528,62
270730	PORTO CALVO	1.436.541,85	650.826,13	249.000,00	206.749,47	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.393.117,45
270740	PORTO DE PEDRAS	231.970,57	0,00	0,00	26.205,04	0,00	0,00	0,00	0,00	258.175,61
270750	PORTO REAL DO COLEGIO	645.184,05	8.800,44	150.000,00	29.169,02	0,00	150.000,00	0,00	0,00	683.153,51
270760	QUEBRANGULO	776.734,41	630,00	118.800,00	297.292,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.193.456,98
270770	RIO LARGO	2.225.196,12	441.402,91	150.000,00	262.515,90	0,00	1.042.319,69	0,00	0,00	2.036.795,24
270780	ROTEIRO	84.009,95	0,00	0,00	43,34	0,00	0,00	0,00	0,00	84.053,29
270790	SANTA LUZIA DO NORTE	58.087,42	0,00	0,00	2.690,78	0,00	0,00	0,00	0,00	60.778,20
270800	SANTANA DO IPANEMA	2.816.338,75	4.850.351,20	334.800,00	24.370.245,54	0,00	150.000,00	0,00	0,00	32.221.735,49
270810	SANTANA DO MUNDAU	169.228,43	0,00	138.600,00	36.117,38	0,00	0,00	0,00	0,00	343.945,81
270820	SAO BRAS	222.975,58	215.604,46	0,00	9.547,26	0,00	0,00	0,00	0,00	448.127,30
270830	SAO JOSE DA LAJE	1.372.067,32	5.436,43	0,00	174.139,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.551.643,68
270840	SAO JOSE DA TAPERA	1.173.165,96	34.757,17	150.000,00	319.506,72	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.527.429,85
270850	SAO LUIS DO QUITUNDE	1.624.024,84	110.807,87	268.800,00	186.994,56	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.040.627,27
270860	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	4.250.899,27	2.550.772,85	3.370.595,61	8.833.993,04	0,00	150.000,00	0,00	0,00	18.856.260,77
270870	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	126.507,11	0,00	150.000,00	11.167,82	0,00	150.000,00	0,00	0,00	137.674,93
270880	SAO SEBASTIAO	1.391.033,44	0,00	308.400,00	39.745,18	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.589.178,62
270890	SATUBA	134.463,91	0,00	0,00	340.416,56	0,00	0,00	0,00	0,00	474.880,47
270895	SENADOR RUI PALMEIRA	244.430,60	0,00	0,00	48.388,77	0,00	0,00	0,00	0,00	292.819,37
270900	TANQUE D"ARCA	95.929,24	0,00	0,00	2.403,16	0,00	0,00	0,00	0,00	98.332,40
270910	TAQUARANA	398.230,91	0,00	0,00	342.183,56	0,00	0,00	0,00	0,00	740.414,47
270915	TEOTONIO VILELA	2.417.648,04	81.900,41	288.600,00	846.719,62	0,00	150.000,00	0,00	0,00	3.484.868,07
270920	TRAIPU	461.473,58	0,00	157.500,00	49.954,86	0,00	157.500,00	0,00	0,00	511.428,44
270930	UNIAO DOS PALMARES	4.352.561,33	1.342.693,82	2.114.255,63	933.387,17	0,00	150.000,00	0,00	0,00	8.592.897,95
270940	VICOSA	1.613.039,04	303.784,85	150.000,00	3.049.392,85	0,00	150.000,00	0,00	0,00	4.966.216,74
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										536.399.547,87

ANEXO III
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	270430 - MACEIÓ	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	2006197	40/2009 GP	27-07-2009	17.540.565,04
TOTAL						17.540.565,04

PORTARIA Nº 1.763, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 01 09 SC 05
II - denominação: Hospital Municipal São José
III - CNPJ: 84.703.248/0001-09
IV - CNES: 2436469
V - endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Bairro: Centro, Joinville/SC, CEP: 89.202-000.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 02 07 PE 07
II - denominação: Instituto de Medicina Intregral Professor Fernando Figueira - IMIP
III - CNPJ: 10.988.301/0001-29
IV - CNES: 0000434
V - endereço: Rua dos Coelhos, nº 300, Bairro: Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50.070-550.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CORAÇÃO: 24.11

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 2 03 04 ES 03
II - denominação: Hospital Meridional S.A.
III - CNPJ: 00.625.711/0001-51
IV - CNES: 2494450
V - endereço: Avenida Meridional, n° 200, Bairro: Alto Lage, Cariacica/ES, CEP: 29.151.920.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 03 12 PE 04
II - denominação: Instituto de Medicina Intregral Professor Fernando Figueira - IMIP
III - CNPJ: 10.988.301/0001-29
IV - CNES: 0000434
V - endereço: Rua dos Coelhos, nº 300, Bairro: Boa Vista, Recife/PE, CEP: 50.070-550.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARÁ

I - Nº do SNT: 2 11 11 PA 05
II - denominação: Centro Especializado em Olhos Ltda
III - CNPJ: 07.774.211/0001-20
IV - CNES: 5022517
V - endereço: Rua Diogo Moia, nº 2961, Bairro: Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-171.

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 81
II - responsável técnico: Frederico Nogueira Pércope Rodrigues Guerra, oftalmologista, CRM 52753696.

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 82
II - responsável técnico: Frederico Nogueira Pércope Rodrigues Guerra, oftalmologista, CRM 52753696.

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 83
II - responsável técnico: Frederico Nogueira Pércope Rodrigues Guerra, oftalmologista, CRM 52753696.

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 84
II - responsável técnico: Frederico Nogueira Pércope Rodrigues Guerra, oftalmologista, CRM 52753696.

I - Nº do SNT 1 11 17 RJ 85
II - responsável técnico: Frederico Nogueira Pércope Rodrigues Guerra, oftalmologista, CRM 52753696.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 01 09 SC 02
II - responsável técnico: Luciane Monica Deboni, nefrologista, CRM 6828;
III - membro: Ana Carolina Luck Moniz de Aragão, nefrologista, CRM 19898;
IV - membro: André Carminati Lima, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 16831;
V - membro: Artur Ricardo Wendhausen, nefrologista, CRM 5027;
VI - membro: Carlos Alberto Rost, nefrologista, CRM 6738;
VII - membro: Carlos Eduardo Sampaio de Castro Noleto, nefrologista, CRM 16294;
VIII - membro: Christian Evangelista Garcia, cirurgião geral, CRM 12224;
IX - membro: Franco Silveira da Mota Kruger, nefrologista, CRM 15126;
X - membro: Hercílio Alexandre da Luz Filho, nefrologista, CRM 2297;
XI - membro: Jean Cristóvão Pereira Guteres, urologista, CRM 7924;
XII - membro: José Aluísio Vieira, urologista, CRM 1423;
XIII - membro: Marcos Alexandre Vieira, nefrologista, CRM 9581;
XIV - membro: Paulo Eduardo da Silveira Lobo Cicogna, nefrologista, CRM 8765;
XV - membro: Viviane Calice da Silva, nefrologista, CRM 12611.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 1 02 07 PE 06
II - responsável técnico: Cláudio Moura Lacerda de Melo, cirurgião geral, CRM 4545;
III - membro: Américo Gusmão Amorim, cirurgião geral, CRM 5898;
IV - membro: Paulo Sérgio Vieira de Melo, cirurgião geral, CRM 10218;
V - membro: Olival Cirilo Lucena da Fonsêca Neto, cirurgião geral, CRM 11542;
VI - membro: Bernardo David Sabat, cirurgião geral, CRM 4688;
VII - membro: José Olimpio Maia de Vasconcelos Filho, cirurgião vascular, CRM 4777;
VIII - membro: Carlos Augusto Ribeiro Rocha, anestesiologista, CRM 10822;
IX - membro: Cinthia Cecília Cabral Cordeiro da Silva, hepatologista, CRM 12866;
X - membro: Tibério Batista de Medeiros, hepatologista, CRM 14331;
XI - membro: Gustavo Michel da Cunha Cruz, anestesiologista, CRM 14141;
XII - membro: Edmundo Pessoa de Almeida Lopes Neto, gastroenterologista, CRM 7988;
XIII - membro: Helry Luiz Lopes Cândido, cirurgião pediátrico, CRM 11545;
XIV - membro: Priscylla Jennie Monteiro Rabelo, cirurgião geral, CRM 18413;
XV - membro: Paulo Fernandes Saad, cirurgião geral, CRM 16203.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração às equipes de saúde a seguir identificadas:

CORAÇÃO: 24.11

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 03 01 ES 03
II - responsável técnico: Melchior Luiz Lima, cirurgião cardiovascular, CRM 4475;
III - membro: Fábio José dos Reis, cirurgião cardiovascular, CRM 5423;
IV - membro: Fabrício Otávio Gaburro Teixeira, cirurgião cardiovascular, CRM 5819;
V - membro: Heber Souza Melo Silva, cirurgião cardiovascular, CRM 9034;
VI - membro: José Magno Bufon, anestesiologista, CRM 4836;
VII - membro: Luzielio Alves Sidney Filho, cirurgião torácico, CRM 7821;
VIII - membro: Pablo Braga Gusman, anestesiologista, CRM 9002;
IX - membro: Thiago Passamani, cardiologista, CRM 8121.

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 1 03 12 PE 04
II - responsável técnico: Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, cirurgião cardiovascular, CRM 15687;
III - membro: Cristiano Berardo Carneiro da Cunha, cirurgião cardiovascular, CRM 16104;
IV - membro: Rodrigo Mezzalira Tchaick, cirurgião cardiovascular, CRM 18659;
V - membro: Diogo Luiz de Magalhães Ferraz, cirurgião cardiovascular, CRM 19466;
VI - membro: João Paulo Segundo de Paiva Oliveira, cirurgião cardiovascular, CRM 17838;
VII - membro: Felipe Ribeiro Walter, cirurgião geral, CRM 20744;
VIII - membro: Igor Tiago Correia Silva, cirurgião cardiovascular, CRM 17859;
IX - membro: Anna Paula Lapa de Melo, clínica médica, CRM 20835;
XI - membro: Cleusa Cavalcanti Lapa Santos, cardiologista, CRM 7254;
XII - membro: Verônica Soares Monteiro, cardiologista, CRM 13723;
XIII - membro: Rodrigo Moreno Dias Carneiro, cardiologista, CRM 13775;
XIV - membro: Guilherme Vieira de Mendonça Filho, cirurgião torácico, CRM 16292;
XV - membro: Rafaela de Melo Simões Lima, anestesiologista, CRM 17441;
XVI - membro: Daniel Diniz Correia, anestesiologista, CRM 16139;
XVII - membro: Alexandre Dubeux Dourado, anestesiologista, CRM 17739;
XVIII - membro: Rodrigo José Floro Luciano da Silva, anestesiologista, CRM 18405;
XIX - membro: Andresa Cavalcante Rodrigues, anestesiologista, CRM 17434;
XX - membro: Andressa Galindo de Lima Toscano, anestesiologista, CRM 18754;
XXI - membro: Maria Fernanda Bitu Rabêlo Berardo, anestesiologista, CRM 16115.

Art. 9° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARÁ

I - Nº do SNT 1 11 11 PA 05
II - responsável técnico: Cynthia Cyllene de Oliveira Charone, oftalmologista, CRM 5348;
III - membro: Patrick Reis Morais, oftalmologista, CRM 9567;
IV - membro: Alan Souza Costa, oftalmologista, CRM 8620;
V - membro: Edmundo Frota de Almeida Sobrinho, oftalmologista, CRM 2976;
VI - membro: Aline Andreza Henderson de Castro, oftalmologista, CRM 9007;
VII - membro: Gisele Maria Machado Sgroff, oftalmologista, CRM 9423.

Art. 10 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.764, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

NÍVEL C: 24.28

PARANÁ

I - denominação: Irmandade da Santa Casa de Londrina - ISCAL
II - CNPJ: 78.614.971/0001-19
III - CNES: 2580055
IV - endereço: Avenida Senador Souza Naves, n° 441, andar 15, Bairro: Centro, Londrina/PR, CEP: 86.010-160.

NÍVEL D: 24.29

MINAS GERAIS

I - denominação: Hospital Escola AISI Itajubá
II - CNPJ: 21.040.696/0003-11
III - CNES: 2208857
IV - endereço: Rua Miguel Viana, n° 420, Bairro: Morro Chic, Itajubá/MG, CEP: 37.500-086.

Art. 2º As classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 2º da Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.769, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial do Estado da Paraíba

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o título III da Portaria de Consolidação n° 6, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Paraíba, por meio do Ofício SES nº 1.780/2017, de 25/10/2017,e as Resoluções CIB/PB n° 55, 56 e 58 , de 29/08/2017 resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos anexos II e III.

§ 1º O total do recurso financeiro anual do Estado da Paraíba, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, incluindo incentivos, corresponde a R$ 757.670.311,04, e fica assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Fundo Estadual de Saúde - FES	R$ 74.873.156,22	Anexo I
Fundos Municipais de Saúde - FMS	R$ 659.083.396,59	Anexo II
Hospitais Universitários	R$ 23.713.758,23	Anexo III

§ 2º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recursos publicitado por meio desta Portaria, será efetivado sem acarretar impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0025 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª parcela de 2017, com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	R$ 48.130.121,68
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	R$ 12.634.658,70
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	R$ 14.108.375,84
Hospitais Universitários	R$ 0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	R$ 74.873.156,22

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
250010	ÁGUA BRANCA	330.569,15	23.912,71	157.500,00	-	-	-	-	-	975.643,27
250020	AGUIAR	95.730,17	-	296.100,00	-	92.003,00	-	-	-	392.881,53
250030	ALAGOA GRANDE	1.240.264,45	63.621,36	804.300,00	-	-	-	-	-	2.414.729,49
250040	ALAGOA NOVA	440.865,51	880,00	401.628,00	-	-	-	-	-	903.440,49
250050	ALAGOINHA	8.797,41	-	157.500,00	-	-	-	-	-	166.298,34
250053	ALCANTIL	41.529,56	-	263.028,00	-	-	-	-	-	644.220,13
250057	ALGODÃO DE JANDAÍRA	3.228,77	-	-	-	-	-	-	-	93.228,88
250060	ALHANDRA	60.911,19	-	758.100,00	-	-	-	-	-	1.248.671,76
250070	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	513.486,87	64.318,18	276.300,00	-	-	-	-	-	1.259.067,30
250073	AMPARO	2.432,15	-	-	-	-	-	-	-	2.437,42
250077	APARECIDA	10.319,32	-	118.800,00	-	-	-	-	-	196.871,44
250080	ARAÇAGI	148.835,63	-	-	-	-	-	-	-	578.495,79
250090	ARARA	140.570,03	-	263.028,00	-	-	-	-	-	493.598,96
250100	ARARUNA	821.450,21	272.999,41	1.032.896,72	-	-	-	-	-	3.206.695,10
250110	AREIA	761.254,97	88.558,20	157.500,00	-	-	-	-	-	1.577.487,85
250115	AREIA DE BARAÚNAS	997,57	-	-	-	-	-	-	-	90.998,82
250120	AREIAL	22.166,62	-	-	-	-	-	-	-	112.166,80
250130	AROEIRAS	289.296,65	10.391,09	1.000.080,00	-	-	-	-	-	1.753.604,12
250135	ASSUNÇÃO	26.380,44	-	-	-	-	-	-	-	116.380,47
250140	BAÍA DA TRAIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	90.000,00
250150	BANANEIRAS	786.698,25	505.409,48	276.300,00	-	-	-	-	-	2.046.010,73
250153	BARAÚNA	21.022,64	-	-	-	-	-	-	-	111.022,75
250157	BARRA DE SANTANA	211.972,92	16.885,79	157.500,00	-	-	-	-	-	825.121,81
250160	BARRA DE SANTA ROSA	10.159,34	-	157.500,00	-	-	-	-	-	597.319,60
250170	BARRA DE SÃO MIGUEL	11.936,17	368,02	-	-	-	-	-	-	79.616,93
250180	BAYEUX	3.147.479,03	4.133,71	1.358.400,00	-	-	-	-	-	5.022.005,78
250190	BELÉM	322.045,45	164.852,71	315.900,00	-	652.024,60	-	-	-	1.015.849,17
250200	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	235.797,28	-	263.028,00	-	-	-	-	-	588.826,22
250205	BERNARDINO BATISTA	2.060,15	-	157.500,00	-	-	-	-	-	249.560,33
250210	BOA VENTURA	2.392,22	-	-	-	-	-	-	-	92.392,26
250215	BOA VISTA	11.361,05	-	-	-	-	-	-	-	11.363,51
250220	BOM JESUS	20.618,73	-	-	-	-	-	-	-	20.619,59
250230	BOM SUCESSO	51.862,36	-	263.028,00	-	-	-	-	-	314.890,51
250240	BONITO DE SANTA FÉ	277.632,09	103,05	157.500,00	-	-	-	-	-	436.423,35
250250	BOQUEIRÃO	386.849,76	90.008,05	421.428,00	-	-	-	-	-	2.172.109,43
250260	IGARACY	100.878,65	371,81	401.628,00	-	-	-	-	-	592.879,29
250270	BORBOREMA	6.300,24	-	-	-	-	-	-	-	96.301,07
250280	BREJO DO CRUZ	230.729,52	3,14	381.828,00	-	-	-	-	-	624.681,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

250290	BREJO DOS SANTOS	23.435,22	-	-	-	-	-	-	-	321.193,67
250300	CAAPORÃ	527.552,35	129.050,20	758.100,00	-	-	-	-	-	2.351.896,50
250310	CABACEIRAS	27.819,41	2.249,35	263.028,00	-	-	-	-	-	293.097,24
250320	CABEDELO	2.085.311,26	222.820,89	211.200,00	-	-	-	-	-	3.926.139,41
250330	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	66.287,27	-	118.800,00	-	-	-	-	-	275.087,61
250340	CACIMBA DE AREIA	294,99	-	-	-	-	-	-	-	95.286,84
250350	CACIMBA DE DENTRO	139.049,78	1.209,27	157.500,00	-	-	-	-	-	297.760,04
250355	CACIMBAS	23.993,08	-	-	-	-	-	-	-	23.993,51
250360	CAIÇARA	48.915,77	6.976,81	157.500,00	-	-	-	-	-	303.392,60
250370	CAJAZEIRAS	3.823.874,65	3.702.763,39	1.281.900,00	-	3.336.718,46	191.586,85	-	-	7.607.044,18
250375	CAJAZEIRINHAS	589,53	-	157.500,00	-	-	-	-	-	248.089,71
250380	CALDAS BRANDÃO	18.995,69	-	-	-	-	-	-	-	108.996,21
250390	CAMALAÚ	4.241,66	50,80	99.000,00	-	-	-	-	-	193.292,62
250400	CAMPINA GRANDE	35.537.556,53	61.427.861,20	19.892.844,72	-	-	3.761.076,26	9.508.609,01	-	136.969.584,33
250403	CAPIM	606,01	-	-	-	-	-	-	-	84.856,30
250407	CARAÚBAS	232,79	-	-	-	-	-	-	-	25.754,42
250410	CARRAPATEIRA	377,18	-	-	-	-	-	-	-	378,04
250415	CASSERENGUE	22.744,97	-	-	-	-	-	-	-	112.745,34
250420	CATINGUEIRA	1.183,41	-	263.028,00	-	-	-	-	-	264.213,38
250430	CATOLÉ DO ROCHA	1.351.394,78	1.175.763,99	1.026.480,00	-	872.606,11	101.373,52	-	-	4.953.618,13
250435	CATURITÉ	59.029,56	-	263.028,00	-	-	-	-	-	325.249,89
250440	CONCEIÇÃO	887.694,99	317.261,73	738.300,00	-	-	-	-	-	2.790.366,74
250450	CONDADO	1.149,20	-	138.600,00	-	-	-	-	-	192.486,95
250460	CONDE	25.504,47	189,08	138.600,00	-	-	-	-	-	2.843.018,40
250470	CONGO	10.389,41	-	-	-	-	-	-	-	75.789,56
250480	COREMAS	607.455,95	19.347,91	960.480,00	-	-	-	-	-	1.909.301,23
250485	COXIXOLA	719,51	-	-	-	-	-	-	-	12.420,79
250490	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	113.821,91	-	-	-	-	-	-	-	159.262,33
250500	CUBATI	106.268,04	-	-	-	-	-	-	-	265.666,91
250510	CUITÉ	955.077,19	448.047,83	758.100,00	-	-	-	-	-	3.120.654,69
250520	CUITEGI	13.803,24	-	-	-	-	-	-	-	55.453,74
250523	CUITÉ DE MAMANGUAPE	447,95	-	-	-	-	-	-	-	448,00
250527	CURRAL DE CIMA	24.140,84	-	-	-	-	-	-	-	24.141,42
250530	CURRAL VELHO	271,11	-	-	-	-	-	-	-	4.734,29
250535	DAMIÃO	2.643,56	-	-	-	-	-	-	-	92.644,13
250540	DESTERRO	149.609,14	57.921,76	-	-	-	-	-	-	214.844,66
250550	VISTA SERRANA	23.690,99	-	-	-	-	-	-	-	23.691,28
250560	DIAMANTE	1.695,67	-	381.828,00	-	-	-	-	-	473.526,09
250570	DONA INÊS	204.577,09	-	-	-	-	-	-	-	204.736,59
250580	DUAS ESTRADAS	664,05	64,76	-	-	-	-	-	-	90.730,14
250590	EMAS	1.069,99	-	-	-	-	-	-	-	1.070,80
250600	ESPERANÇA	1.277.427,65	681.125,71	738.300,00	-	-	-	-	-	3.907.370,52
250610	FAGUNDES	-	-	-	-	-	-	-	-	2.515,28
250620	FREI MARTINHO	65.237,04	-	-	-	-	-	-	-	155.545,21
250625	GADO BRAVO	86.894,37	1.205,63	-	-	-	-	-	-	101.290,92
250630	GUARABIRA	2.991.368,11	5.370.091,13	1.263.108,00	-	-	382.879,28	-	-	11.537.204,04
250640	GURINHÉM	161.737,95	14.111,54	157.500,00	-	-	-	-	-	533.838,28
250650	GURJÃO	7.267,73	-	99.000,00	-	-	-	-	-	196.269,12
250660	IBIARA	1.267,49	-	263.028,00	-	-	-	-	-	354.298,28
250670	IMACULADA	44.308,78	-	-	-	-	-	-	-	134.309,01
250680	INGÁ	606.741,99	235.046,26	296.100,00	-	-	-	-	-	1.765.493,35
250690	ITABAIANA	825.272,06	751.019,55	777.900,00	-	1.396.367,82	-	-	-	1.824.805,73
250700	ITAPORANGA	977.290,41	1.002.931,00	758.100,00	-	741.256,60	90.445,90	-	-	2.972.854,70
250710	ITAPOROROCA	79.476,56	-	157.500,00	-	54.818,16	-	-	-	611.818,67
250720	ITATUBA	31.573,26	7.078,30	138.600,00	-	-	-	-	-	168.649,51
250730	JACARAÚ	25.549,52	-	157.500,00	-	-	-	-	-	612.942,49
250740	JERICÓ	98.793,54	715,00	99.000,00	-	-	-	-	-	288.509,34
250750	JOÃO PESSOA	73.031.603,55	110.441.395,61	25.603.260,51	-	-	7.051.919,59	14.205.149,22	-	276.434.915,44
250760	JUAREZ TÁVORA	34.367,52	-	-	-	-	-	-	-	131.365,19
250770	JUAZEIRINHO	547.786,24	117.580,90	296.100,00	-	-	-	-	-	1.793.175,60
250780	JUNCO DO SERIDÓ	1.025,47	-	-	-	-	-	-	-	1.025,88
250790	JURIPIRANGA	116.634,40	-	296.100,00	-	-	-	-	-	684.667,73
250800	JURU	240.574,09	-	-	-	-	-	-	-	700.235,65
250810	LAGOA	-	-	-	-	-	-	-	-	90.001,95
250820	LAGOA DE DENTRO	14.841,26	6.748,33	157.500,00	-	-	-	-	-	269.090,25
250830	LAGOA SECA	799.022,48	1.033,30	211.200,00	-	-	-	-	-	1.458.821,71
250840	LASTRO	62.257,75	-	-	-	-	-	-	-	134.179,98
250850	LIVRAMENTO	63.091,57	3.242,80	157.500,00	-	-	-	-	-	313.966,65
250855	LOGRADOURO	16.336,35	8.709,52	-	-	-	-	-	-	115.046,73
250860	LUCENA	14.066,97	-	157.500,00	-	-	-	-	-	159.717,21
250870	MÃE D"ÁGUA	3.062,43	-	-	-	-	-	-	-	22.920,81
250880	MALTA	2.160,85	-	-	-	-	-	-	-	92.164,06
250890	MAMANGUAPE	1.081.145,70	459.117,69	738.300,00	-	-	-	-	-	3.827.779,41
250900	MANAÍRA	136.077,71	-	157.500,00	-	-	-	-	-	323.578,38
250905	MARCAÇÃO	2.735,11	-	-	-	-	-	-	-	2.736,65
250910	MARI	467.232,95	1.960,30	-	-	-	-	-	-	869.233,74
250915	MARIZÓPOLIS	114.773,91	-	138.600,00	-	-	-	-	-	323.576,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

250920	MASSARANDUBA	447.812,70	16.628,17	138.600,00	-	-	-	-	-	697.935,05
250930	MATARACA	-	-	157.500,00	-	-	-	-	-	676.956,93
250933	MATINHAS	32.960,93	-	-	-	-	-	-	-	32.962,13
250937	MATO GROSSO	1.320,58	-	-	-	-	-	-	-	1.320,79
250939	MATURÉIA	589,53	-	-	-	-	-	-	-	90.589,85
250940	MOGEIRO	124.858,92	-	256.500,00	-	-	-	-	-	476.384,68
250950	MONTADAS	16.291,37	-	138.600,00	-	-	-	-	-	231.591,72
250960	MONTE HOREBE	21.378,44	-	-	-	-	-	-	-	21.378,76
250970	MONTEIRO	1.281.811,53	1.013.669,81	3.865.740,00	-	-	109.234,90	-	-	10.946.853,89
250980	MULUNGU	42.587,30	-	138.600,00	-	-	-	-	-	520.848,03
250990	NATUBA	239.336,15	-	157.500,00	-	-	-	-	-	499.316,87
251000	NAZAREZINHO	1.234,27	-	-	-	-	-	-	-	61.234,81
251010	NOVA FLORESTA	138.336,91	-	-	-	-	-	-	-	167.343,60
251020	NOVA OLINDA	78.131,19	-	157.500,00	-	-	-	-	-	248.119,34
251030	NOVA PALMEIRA	1.214,68	-	-	-	-	-	-	-	1.214,84
251040	OLHO D"ÁGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	0,42
251050	OLIVEDOS	35.899,85	-	-	-	-	-	-	-	46.800,26
251060	OURO VELHO	29.032,30	-	-	-	-	-	-	-	124.452,56
251065	PARARI	247,37	-	-	-	-	-	-	-	249,77
251070	PASSAGEM	832,44	-	-	-	-	-	-	-	90.833,19
251080	PATOS	5.267.242,83	7.533.864,72	4.907.448,00	-	-	454.604,59	-	-	26.378.964,76
251090	PAULISTA	250.151,51	-	276.300,00	-	-	-	-	-	526.452,02
251100	PEDRA BRANCA	28.077,47	-	-	-	-	-	-	-	28.077,64
251110	PEDRA LAVRADA	178.970,32	6.502,75	276.300,00	-	-	-	-	-	721.435,44
251120	PEDRAS DE FOGO	1.190.710,01	123.517,05	296.100,00	-	-	-	-	-	2.965.993,15
251130	PIANCÓ	857.976,53	915.632,98	6.530.448,00	-	1.371.791,45	60.757,29	-	-	14.804.482,20
251140	PICUÍ	940.450,80	1.236.280,34	738.300,00	-	1.361.487,87	79.920,49	-	-	2.106.927,60
251150	PILAR	145.180,45	34.398,85	118.800,00	-	-	-	-	-	770.482,83
251160	PILÕES	5.532,73	-	-	-	-	-	-	-	65.532,86
251170	PILÕEZINHOS	18.446,86	-	-	-	-	-	-	-	108.447,28
251180	PIRPIRITUBA	16.362,51	-	-	-	-	-	-	-	107.476,41
251190	PITIMBU	-	-	-	-	-	-	-	-	339.660,42
251200	POCINHOS	567.666,19	14.421,61	401.628,00	-	-	-	-	-	1.402.412,99
251203	POÇO DANTAS	2.021,95	-	-	-	-	-	-	-	2.022,29
251207	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	784,85	-	-	-	-	-	-	-	90.785,74
251210	POMBAL	1.163.539,29	554.213,21	2.955.600,00	-	525.162,45	-	-	-	7.381.307,20
251220	PRATA	36.456,02	-	118.800,00	-	-	-	-	-	574.775,52
251230	PRINCESA ISABEL	804.660,18	794.926,66	1.064.280,00	-	765.171,04	71.556,19	-	-	4.996.942,76
251240	PUXINANÃ	81.944,70	-	-	-	-	-	-	-	176.947,52
251250	QUEIMADAS	1.015.729,62	891.871,68	738.300,00	-	360.042,18	-	-	-	3.394.632,83
251260	QUIXABÁ	572,57	-	-	-	-	-	-	-	90.574,18
251270	REMÍGIO	253.187,64	-	381.828,00	-	-	-	-	-	725.015,73
251272	PEDRO RÉGIS	13.034,43	-	-	-	-	-	-	-	103.034,69
251274	RIACHÃO	1.124,08	-	-	-	-	-	-	-	91.124,82
251275	RIACHÃO DO BACAMARTE	8.625,32	-	-	-	-	-	-	-	8.625,39
251276	RIACHÃO DO POÇO	1.374,67	-	-	-	-	-	-	-	91.375,42
251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	7.876,74	-	157.500,00	-	-	-	-	-	177.376,85
251280	RIACHO DOS CAVALOS	87.275,38	-	-	-	-	-	-	-	426.935,56
251290	RIO TINTO	484.955,95	123.359,55	296.100,00	-	-	-	-	-	1.398.572,71

251300	SALGADINHO	29.287,18	-	-	-	-	-	-	-	29.287,30
251310	SALGADO DE SÃO FÉLIX	48.992,62	-	-	-	-	-	-	-	138.992,70
251315	SANTA CECÍLIA	189,00	-	-	-	-	-	-	-	90.853,00
251320	SANTA CRUZ	193.637,28	-	381.828,00	-	-	-	-	-	665.465,34
251330	SANTA HELENA	85.868,26	-	99.000,00	-	-	-	-	-	184.869,09
251335	SANTA INÊS	1.978,39	-	-	-	-	-	-	-	91.978,67
251340	SANTA LUZIA	338.782,60	138.927,76	804.300,00	-	357.463,75	-	-	-	1.669.806,41
251350	SANTANA DE MANGUEIRA	383,59	-	-	-	-	-	-	-	407,65
251360	SANTANA DOS GARROTES	71.843,18	-	263.028,00	-	-	-	-	-	349.501,67
251365	JOCA CLAUDINO	2.138,08	-	-	-	-	-	-	-	92.138,18
251370	SANTA RITA	5.907.060,75	1.658.068,54	2.970.167,40	-	-	-	-	-	11.567.237,31
251380	SANTA TERESINHA	727,63	-	263.028,00	-	-	-	-	-	263.756,18
251385	SANTO ANDRÉ	25.752,75	-	-	-	-	-	-	-	115.753,54
251390	SÃO BENTO	1.204.467,42	240.544,01	401.628,00	-	-	-	-	-	2.268.266,31
251392	SÃO BENTINHO	22.583,17	-	-	-	-	-	-	-	38.364,08
251394	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	4.730,91	-	-	-	-	-	-	-	4.731,57
251396	SÃO DOMINGOS	11.442,31	31,26	-	-	-	-	-	-	101.473,81
251398	SÃO FRANCISCO	785,05	-	99.000,00	-	-	-	-	-	183.521,20
251400	SÃO JOÃO DO CARIRI	78.392,38	58,81	157.500,00	-	-	-	-	-	270.190,93
251410	SÃO JOÃO DO TIGRE	6.327,15	-	118.800,00	-	-	-	-	-	125.127,24
251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	25.056,91	-	157.500,00	-	-	-	-	-	242.557,02
251430	SÃO JOSÉ DE CAIANA	114.656,04	-	-	-	-	-	-	-	143.705,42
251440	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	10.754,78	-	-	-	-	-	-	-	100.756,17
251445	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	25.800,50	-	-	-	-	-	-	-	115.801,73

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	76.878,32	-	157.500,00	-	-	-	-	-	938.728,56
251455	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	1.569,83	-	-	-	-	-	-	-	91.569,91
251460	SÃO JOSÉ DO BONFIM	566,46	-	-	-	-	-	-	-	566,74
251465	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	6.565,73	-	-	-	-	-	-	-	6.566,24
251470	SÃO JOSÉ DO SABUGI	1.433,09	-	-	-	-	-	-	-	1.831,50
251480	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	1.971,47	-	-	-	-	-	-	-	91.971,87
251490	SÃO MAMEDE	179.900,98	52.615,94	-	-	-	-	-	-	360.747,25
251500	SÃO MIGUEL DE TAIPU	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04
251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	230.694,71	-	276.300,00	-	-	-	-	-	847.393,60
251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	1.345,53	115,92	118.800,00	-	-	-	-	-	210.272,59
251530	SAPÉ	1.666.152,69	372.956,19	738.300,00	-	-	-	-	-	5.904.762,78
251540	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	372.600,58	-	157.500,00	-	-	-	-	-	530.100,65
251550	SERRA BRANCA	541.718,59	444.374,78	157.500,00	-	-	-	-	-	1.162.360,59
251560	SERRA DA RAIZ	313,27	-	-	-	-	-	-	-	1.707,84
251570	SERRA GRANDE	20.595,36	-	157.500,00	-	-	-	-	-	178.098,62
251580	SERRA REDONDA	24.727,27	-	-	-	-	-	-	-	24.727,82
251590	SERRARIA	32.838,98	4.684,56	157.500,00	-	30.864,34	-	-	-	164.159,44
251593	SERTÃOZINHO	8.222,65	-	-	-	-	-	-	-	98.687,19
251597	SOBRADO	813,48	-	-	-	-	-	-	-	813,87
251600	SOLÂNEA	871.474,84	110.329,83	960.480,00	-	1.173.182,70	-	-	-	1.551.861,11
251610	SOLEDADE	558.839,41	52.286,15	1.000.080,00	-	-	-	-	-	2.217.324,07
251615	SOSSÊGO	8.475,50	-	-	-	-	-	-	-	98.476,02
251620	SOUSA	3.496.329,14	3.879.228,45	4.836.048,00	-	659.444,56	279.214,85	-	-	17.323.480,20
251630	SUMÉ	785.735,91	509.027,15	447.828,00	-	-	88,99	-	-	2.639.062,37
251640	TACIMA	16.997,71	-	-	-	-	-	-	-	16.997,81
251650	TAPEROÁ	324.150,71	35.145,40	342.300,00	-	357.970,75	-	-	-	1.029.314,41
251660	TAVARES	391.350,23	-	-	-	-	-	-	-	481.351,34
251670	TEIXEIRA	245.289,51	72.945,83	-	-	-	-	-	-	747.928,82
251675	TENÓRIO	3.508,66	-	99.000,00	-	-	-	-	-	196.409,59
251680	TRIUNFO	1.919,86	-	157.500,00	-	-	-	-	-	159.420,70
251690	UIRAÚNA	442.597,26	302.390,81	619.500,00	-	-	-	-	-	1.871.708,12
251700	UMBUZEIRO	121.351,79	-	263.028,00	-	-	-	-	-	814.040,13
251710	VÁRZEA	335,87	-	-	-	-	-	-	-	336,53
251720	VIEIRÓPOLIS	4.498,60	-	-	-	-	-	-	-	4.500,16
251740	ZABELÊ	2.307,83	-	-	-	-	-	-	-	2.309,60
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										659.083.396,59

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DA PARAÍBA

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	250400 - CAMPINA GRANDE	Hosp. Universitario Alcides Carneiro/HUAC	2676060	2390	06/10/2006	9.508.609,01
Municipal	250750 - JOÃO PESSOA	Hosp. Universitario Lauro Wanderley/UFPB	2400243	28	05/01/2005	14.205.149,22
TOTAL						23.713.758,23

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DA PARAÍBA

Detalhamento dos valores a serem descontados da PPI dos municípios em função de tcep entre os gestores estadual e municipal (valores anuais)

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
250020 - AGUIAR	HOSPITAL FRANCISCO BENTO CABRAL	2322153	07/2017	27/09/2017	Estadual	92.003,00
250190 - BELÉM	HOSPITAL DISTRITAL DE BELEM	2613301	06/2017	06/09/2017	Estadual	652.024,60
250370 - CAJAZEIRAS	HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS	2613476	05/2017	21/09/2017	Estadual	3.336.718,46
250430 - CATOLÉ DO ROCHA	HOSPITAL REGIONAL DR. AMERICO MAIA DE VASCONCELOS	2592460	02/2017	08/08/2017	Estadual	872.606,11
250690 - ITABAIANA	HOSPITAL REGIONAL DE ITABAIANA	6644996	15/2016	11/10/2016	Estadual	1.396.367,82
250700 - ITAPORANGA	HOSPITAL DISTRITAL DE ITAPORANGA	2341204	03/2017	18/08/2017	Estadual	741.256,60
250710 - ITAPOROROCA	HOSPITAL GERAL DE ITAPOROROCA	6658520	08/2016	27/09/2016	Estadual	54.818,16
251130 - PIANCÓ	HOSPITAL WENCESLAU LOPES	2600331	19/2016	26/10/2016	Estadual	1.371.791,45
251140 - PICUÍ	HOSPITAL REGIONAL DE PICUI	2757710	10/2017	25/04/2017	Estadual	1.361.487,87
251210 - POMBAL	HOSPITAL DISTRITAL SENADOR RUY CARNEIRO	2592568	04/2017	22/08/2017	Estadual	525.162,45
251230 - PRINCESA ISABEL	HOSPITAL REGIONAL DE PRINCESA ISABEL	2321637	06/2017	20/04/2017	Estadual	765.171,04
251250 - QUEIMADAS	HOSPITAL GERAL DE QUEIMADAS	6679528	01/2017	09/03/2017	Estadual	360.042,18
251340 - SANTA LUZIA	HOSPITAL E MATERNIDADE SINHA CARNEIRO	2321122	27/2016	27/12/2016	Estadual	357.463,75
251590 - SERRARIA	HOSPITAL DR. OVIDIO DUARTE	2613360	03/2017	21/03/2017	Estadual	30.864,34
251600 - SOLÂNEA	HOSPITAL DR. FRANCISCO ASSIS FREITAS	2613379	26/2016	24/12/2016	Estadual	1.173.182,70
251620 - SOUSA	HOSPITAL DISTRITAL DEP MANOEL GONCALVES ABRANTES	2504537	02/2017	13/04/2017	Estadual	659.444,56
251650 - TAPEROÁ	HOSPITAL DISTRITAL DE TAPEROA	2757664	05/2017	15/08/2017	Estadual	357.970,75
TOTAL						14.108.375,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.774, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Sociedade Beneficente e Amparo Social de Poções, com sede em Poções (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Sociedade Beneficente e Amparo Social de Poções, CNPJ nº 13.908.231/0001-40; e

Considerando o Parecer Técnico nº 72-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.037160/2016-19, que concluiu que a entidade não atende aos requisitos da Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014 e da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica excluída do PROSUS, a Sociedade Beneficente e Amparo Social de Poções, CNPJ nº 13.908.231/0001-40, com sede em Poções (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito o art. 7º da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 151, de 8 de agosto de 2016, seção 1, página 29.

DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

PORTARIA Nº 2.487, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 17 do Decreto nº 8.109 de 17 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar público o resultado final do 9º Concurso de Desenho e Redação, edição 2017, promovido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, instituído pela Portaria nº 628 de 06 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA TAYA

ANEXO I

9º CONCURSO DE DESENHO E REDAÇÃO - RESULTADO FINAL
CATEGORIA DESENHO - 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
DF	Aluno: Felipe Gomes Diniz Professor: Roberta Patrícia de Siqueira Azevedo Escola: Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco Município: Ceilândia
PR	Aluno: Maria Izabel Ferro Schmidt Professor: Marciane Aleixo de Bastos Baretta Escola: Escola Educare Município: Campo Mourão
TO	Aluno: Pedro Henrique dos Santos Martins Professor: Márcia Lucena dos Santos Sousa Escola: Escola Municipal Degraus do Saber Município: Palmas

CATEGORIA DESENHO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
AP	Aluno: Bruno Eduardo do C. Bejamim Professor: Suellem Cristina Dias Amaral Escola: Escola Municipal Paraíso das Acácias Município: Macapá
ES	Aluno: Yasmin Zibel Gums Professor: Luriam Adam Milke Escola: Escola Municipal Córrego Francisco Corrêa Município: Afonso Cláudio
PB	Aluno: Flavyanny Theresa Dantas da Silva Moraes Professor: Simone Alves Pinheiro Escola: Escola Vitoria Régia Município: Cajazeiras

CATEGORIA DESENHO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
GO	Aluno: Wagner Honório dos Santos Professor: Ângela Abadia de Jesus Escola: Escola Estadual João Lobo Filho Município: Inhumas
CE	Aluno: Alice Holanda Almeida Desiderio Professor: Vera Lucia Sulina Bezerra Escola: Escola Aprender e Crescer Município: Iracema
PA	Aluno: Laura Menezes da Costa Professor: Alyne Queiroz Cunha Escola: Colégio Equipe Cristal I Município: Belém

FRANCISCO

CATEGORIA DESENHO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
GO	Aluno: Mariana Sobreiro de Freitas Oliveira Professor: Rosimary de Moura Rodrigues Escola: Escola Estadual Dom Abel Município: Goiás
MS	Aluno: Beatriz Ramires Oshiro Professor: Gabriela Romero Escola: Escola Visconde de Cairu Município: Campo Grande
SP	Aluno: Giovanna da Hora Santos Professor: Maria da Conceição de Castro Escola: E.E. Glauber Rocha Município: Guarulhos

CATEGORIA DESENHO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
MG	Aluno: Lívia Marques Medeiros Professor: Penha Barbosa Moreira Escola: Escola Municipal Orosina Cecílio Mendonça Município: Pará de Minas
PR	Aluno: Eloisa Ryzik Professor: Neidilene Braga dos Reis Padilha Escola: Escola Municipal do Campo Caetano Munhoz da Rocha Município: Campo Mourão
SP	Aluno: Sarah Tiemi Cava Tokumoto Professor: Vanda de Fátima Polônio Escola: Cooperativa Educacional de Bariri Município: Bariri

CATEGORIA REDAÇÃO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
PA	Aluno: João Guilherme Juarez Peres Professor: Carolina Baker de Carvalho Escola: Sistema de Ensino Equipe Integrado Eireli EPP Município: Belém
PR	Aluno: Cibeli Fabiane dos Santos Professor: Amelia Borges Pitta Escola: Escola Estadual Ribeiro de Campos Município: Goioerê
RJ	Aluno: Lindson Marcos da Silva Brandão Professor: Cristiane da Silva Brandão Escola: C.I.E.P. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda Município: Rio de Janeiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CATEGORIA REDAÇÃO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
AP	Aluno: Carolina Trajano Contart Professor: Chirley Pessoa Guimarães Escola: Colégio Santa Bartolomea Capitanio Município: Macapá
MT	Aluno: Emanuelly Aparecida da Silveira Santos Professor: Clodoelma de Siqueira Xavier Escola: E.E. Professor Ana Tereza Albernaz Município: Chapada dos Guimarães
PB	Aluno: Jaislane Julia Viana de Medeiros Professor: Jaissa Cristina da Silva Azevedo Escola: Escola Estadual de Ensino Fundamental Arlindo Bento de Morais Município: Santa Luzia

CATEGORIA REDAÇÃO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
DF	Aluno: Laura Silveira De Oliveira Professor: Karla Danielle Oliveira Tavares Escola: Colégio Marista João Paulo II Município: Brasília
GO	Aluno: Kamilly Lauany Araújo Professor: Quirtes Maria Borges Escola: Colégio Estadual Jalles Machado Município: Goianésia
SP	Aluno: Izabella Fernanda de Oliveira Leme Professor: Tatiana Salmeron Boschi Escola: E.M.E.F. Prof.ª Terezinha Elizabeth Sarubbi Sebastiani Município: Boituva

CATEGORIA REDAÇÃO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	
MS	Aluno: Letícia Beatriz Lopes Medeiros Professor: Adriene Cristina Assunção dos Santos Escola: E.E. Presidente Vargas Município: Dourados
MS	Aluno: Maria Fernanda Guilherme Professor: Flávia Malaquias Escola: E.M. Professor Arassuay Gomes de Castro Município: Campo Grande
RJ	Aluno: Letícia Rodrigues Alberici Professor: Luiz Gustavo Teixeira Moraes Lopes Escola: Fundação Osório Município: Rio de Janeiro

CATEGORIA REDAÇÃO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

UF	
CE	Aluno: Larha Júlia Cruz Portela Professor: Amanda Alencar Ferreira Escola: Instituto Pedagógico Professor Carlos Lobo Município: Maracanaú
DF	Aluno: Victória dos Santos Luz Professor: Adriana Salvina dos Santos Escola: Colégio Educandário de Fátima Município: Riacho Fundo II
SC	Aluno: Isadora Kiebler Professor: Keila Raquel de Souza Escola: Escola de Educação Básica Letícia Possamai Município: Pouso Redondo

CATEGORIA REDAÇÃO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO

UF	
CE	Aluno: Izaberen Sampaio Stevam Professor: Gabriel de Melo Escola: Colégio 7 de Setembro Município: Fortaleza
SP	Aluno: Ana Carolina Oliveira Santos Professor: Luiz Carlos Ribeiro da Silva Escola: E.T.E.C. Prof. Basilides de Godoy Município: São Paulo
SP	Aluno: Heloísa Quadros Brandolt Professor: Marilia Cibeli Navarqui Pires Escola: Claretiano - Colégio Rio Claro Município: Rio Claro

CATEGORIA REDAÇÃO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

UF	
PB	Aluno: Emmanoel Matheus Moraes do Nascimento Professor: Myrela Lopes da Silva Escola: Espaço Educacional Carmela Veloso LTDA Município: Campina Grande
PB	Aluno: Larissa Vitória Albuquerque Carlos Professor: Theodora Barbosa da Silva Escola: Escola João Rique Ferreira - Sesi Município: Campina Grande
RJ	Aluno: Amanda Ferruggini Chami Professor: Ana Leticia Barone Escola: Colégio Internacional Everest Município: Rio de Janeiro

CATEGORIA REDAÇÃO EJA

UF	
GO	Aluno: Paula Cristiane da Silva Professor: Patrícia Parreira da Silva Escola: E.M. Manoel Gonçalves da Cruz Município: Anápolis
MG	Aluno: Felipe Aquiles da Silva Professor: Mariluce Rodrigues Batista Escola: E.M. Honorina Rabello Município: Belo Horizonte
RJ	Aluno: Israel Barbosa Azeredo Professor: Diognes Marchon Escola: Escola Municipal Siqueira Salles de Carvalho Município: Casimiro de Abreu

CATEGORIA ESCOLA CIDADÃ

UF	Escola
DF	Escola: Colégio Batista de Brasília Município: Brasília
DF	Escola: Centro de Ensino Sesi do Gama Município: Gama
MG	Escola: Escola Municipal Santos Panta Município: Grão Mogol

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE, POR TROCA DE NOTAS, ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE A CONCESSÃO DE UM EMPRÉSTIMO NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA BILATERAL EM BENEFÍCIO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - "PROGRAMA PROCLIMA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (BNDES)"

NOTA DE PROPOSTA DA REPÚBLICA FED ERAL DA ALEMANHA

Brasília, 19 de julho de 2017

N.º: WZ 444/202/2017

A Sua Excelência o Senhor
Aloysio Nunes Ferreira
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil
Brasília
Senhor Ministro,

Com referência à Ata das Negociações Intergovernamentais de 20 de agosto de 2015, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a concessão de um empréstimo no âmbito da cooperação financeira bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento sustentável da República Federativa do Brasil:

1. Em conformidade com a legislação vigente na República Federal da Alemanha, o Governo da República Federal da Alemanha concederá um empréstimo no valor total de até 265 000 000 euros (duzentos e sessenta e cinco milhões de euros) para o projeto "Programa ProClima em Energias Renováveis e Eficiência Energética (BNDES)". Tal empréstimo será concedido pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (doravante referido como "KfW"), de acordo com a legislação pertinente da República Federal da Alemanha, ao beneficiário especificado no Anexo, com o propósito de implementar, de acordo com a legislação pertinente da República Federativa do Brasil, o projeto referido no Anexo à presente Nota em conformidade com a finalidade que consta desse Anexo.

2. a) O empréstimo será disponibilizado por um contrato de empréstimo, a ser firmado entre o beneficiário e o KfW. Os termos e as condições do empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelo mencionado contrato de empréstimo.

b) O disposto na alínea a) do item 2 acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de empréstimo.

c) O contrato de empréstimo mencionado na alínea a) do item 2 será firmado depois de o Governo da República Federal da Alemanha reconhecer a elegibilidade do projeto referido no Anexo, que está vinculado a esse contrato.

d) O respectivo período de desembolso poderá ser estendido com o consentimento das autoridades competentes dos dois Governos.

3. a) O Governo da República Federal da Alemanha pode requerer uma garantia (uma garantia do Estado, por exemplo), cuja concessão está sujeita ao cumprimento dos requisitos legais brasileiros, do Governo da República Federativa do Brasil para o reembolso do empréstimo concedido ao beneficiário, bem como para o pagamento dos juros e de outras despesas correspondentes relativas ao projeto especificado no Anexo.

4. a) O empréstimo será disponibilizado à agência executora brasileira para o financiamento total ou parcial da aquisição de bens e contratação de serviços necessários à execução do projeto especificado no Anexo, tais como pagamentos a fornecedores, empreiteiros e/ou consultores.

b) Uma parte do empréstimo poderá ser utilizada para cobrir despesas cambiais resultantes da conversão em moeda local com vistas à execução do projeto mencionado na coluna 1 do Anexo.

5. A utilização dos recursos de empréstimo para pagamento total ou parcial dos bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4 deverá estar em consonância com as diretrizes do KfW relativas à contratação de consultores e à adjudicação de contratos de fornecimento e de prestação de serviços no âmbito da Cooperação Financeira, as quais estabelecem, inter alia, os procedimentos a serem observados em licitações internacionais competitivas, exceto quando tais procedimentos forem inaplicáveis ou inapropriados.

6. Em relação ao transporte e seguro marítimos dos bens adquiridos total ou parcialmente com recursos de empréstimo, os dois Governos evitarão, dentro do escopo de suas respectivas leis e regulamentos pertinentes, impor restrições que possam prejudicar a concorrência justa e livre entre as transportadoras e seguradoras dos dois países.

7. Serão outorgadas facilidades para entrada e permanência na República Federativa do Brasil aos nacionais alemães cujos serviços na República Federativa do Brasil sejam necessários para o fornecimento de bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4, para a execução de seu trabalho, em conformidade com a legislação brasileira para estrangeiros.

8. O KfW não arcará com o pagamento de impostos, taxas e tributos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com relação à celebração e execução dos contratos mencionados nas alíneas a) e b) do item 2.

9. O compromisso de alocação referente ao projeto mencionado no item 1, em conjugação com o Anexo, assim como à quantia mencionada no item 1, serão anulados, se o respectivo contrato de empréstimo não for firmado até 31 de dezembro de 2017.

10. O projeto mencionado no Anexo não poderá ser substituído por outros projetos.

11. O beneficiário do empréstimo, no âmbito do contrato a ser firmado, fornecerá ao Governo da República Federal da Alemanha e ao KfW informações e dados relacionados aos avanços na implementação do projeto enumerado no Anexo.

12. Os dois Governos consultar-se-ão mutuamente sobre qualquer questão que possa surgir e que esteja relacionada ao presente Ajuste.

13. O Anexo é parte integrante da presente Nota.

14. O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no Anexo, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de empréstimo.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

CHRISTOPH BUNDSCHERER
Encarregado de Negócios da Embaixada da República Federal da Alemanha

ANEXO

Empréstimo a juros reduzido

Projeto	Tomador do Empréstimo ou Devedor	Ano da autorização (do crédito)	Montante em Euros
Programa ProClima em Energias Renováveis e Eficiência Energética (BNDES)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	2015	265 Milhões

NOTA DE RESPOSTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DCFT/DAI/ABC/DESET/05/EFIN BRAS RFA

Em 31 de julho de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
Georg Witschel, Embaixador da República Federal da Alemanha
Senhor Embaixador,

Tenho a honra de confirmar o recebimento da Nota N.º WZ444/202/2017, datada de 19 de julho de 2017, cujo teor em português é o seguinte:

ABRE ASPAS

Senhor Ministro,

Com referência à Ata das Negociações Intergovernamentais de 20 de agosto de 2015, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a concessão de um empréstimo no âmbito da cooperação financeira bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento sustentável da República Federativa do Brasil:

1. Em conformidade com a legislação vigente na República Federal da Alemanha, o Governo da República Federal da Alemanha concederá um empréstimo no valor total de até 265 000 000 euros (duzentos e sessenta e cinco milhões de euros) para o projeto "Programa ProClima em Energias Renováveis e Eficiência Energética (BNDES)". Tal empréstimo será concedido pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (doravante referido como "KfW"), de acordo com a legislação pertinente da República Federal da Alemanha, ao beneficiário especificado no Anexo, com o propósito de implementar, de acordo com a legislação pertinente da República Federativa do Brasil, o projeto referido no Anexo à presente Nota em conformidade com a finalidade que consta desse Anexo.

2.a) O empréstimo será disponibilizado por um contrato de empréstimo, a ser firmado entre o beneficiário e o KfW. Os termos e as condições do empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelo mencionado contrato de empréstimo.

b) O disposto na alínea a) do item 2 acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de empréstimo.

c) O contrato de empréstimo mencionado na alínea a) do item 2 será firmado depois de o Governo da República Federal da Alemanha reconhecer a elegibilidade do projeto referido no Anexo, que está vinculado a esse contrato.

d) O respectivo período de desembolso poderá ser estendido com o consentimento das autoridades competentes dos dois Governos.

3.a) O Governo da República Federal da Alemanha pode requerer uma garantia (uma garantia do Estado, por exemplo), cuja concessão está sujeita ao cumprimento dos requisitos legais brasileiros, do Governo da República Federativa do Brasil para o reembolso do empréstimo concedido ao beneficiário, bem como para o pagamento dos juros e de outras despesas correspondentes relativas ao projeto especificado no Anexo.

4.a) O empréstimo será disponibilizado à agência executora brasileira para o financiamento total ou parcial da aquisição de bens e contratação de serviços necessários à execução do projeto especificado no Anexo, tais como pagamentos a fornecedores, empreiteiros e/ou consultores.

b) Uma parte do empréstimo poderá ser utilizada para cobrir despesas cambiais resultantes da conversão em moeda local com vistas à execução do projeto mencionado na coluna 1 do Anexo.

5.A utilização dos recursos de empréstimo para pagamento total ou parcial dos bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4 deverá estar em consonância com as diretrizes do KfW relativas à contratação de consultores e à adjudicação de contratos de fornecimento e de prestação de serviços no âmbito da Cooperação Financeira, as quais estabelecem, inter alia, os procedimentos a serem observados em licitações internacionais competitivas, exceto quando tais procedimentos forem inaplicáveis ou inapropriados.

6.Em relação ao transporte e seguro marítimos dos bens adquiridos total ou parcialmente com recursos de empréstimo, os dois Governos evitarão, dentro do escopo de suas respectivas leis e regulamentos pertinentes, impor restrições que possam prejudicar a concorrência justa e livre entre as transportadoras e seguradoras dos dois países.

7.Serão outorgadas facilidades para entrada e permanência na República Federativa do Brasil aos nacionais alemães cujos serviços na República Federativa do Brasil sejam necessários para o fornecimento de bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4, para a execução de seu trabalho, em conformidade com a legislação brasileira para estrangeiros.

8.O KfW não arcará com o pagamento de impostos, taxas e tributos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com relação à celebração e execução dos contratos mencionados nas alíneas a) e b) do item 2.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.O compromisso de alocação referente ao projeto mencionado no item 1, em conjugação com o Anexo, assim como à quantia mencionada no item 1, serão anulados, se o respectivo contrato de empréstimo não for firmado até 31 de dezembro de 2017.

10.O projeto mencionado no Anexo não poderá ser substituído por outros projetos.

11.O beneficiário do empréstimo, no âmbito do contrato a ser firmado, fornecerá ao Governo da República Federal da Alemanha e ao KfW informações e dados relacionados aos avanços na implementação do projeto enumerado no Anexo.

12.Os dois Governos consultar-se-ão mutuamente sobre qualquer questão que possa surgir e que esteja relacionada ao presente Ajuste.

13.O Anexo é parte integrante da presente Nota.

14.O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no Anexo, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de empréstimo.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

FECHA ASPAS

Tenho, igualmente, a honra, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, de confirmar que o disposto anteriormente também é o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil e de concordar que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituirão um Acordo entre os dois Governos, cujo texto será estabelecido como autêntico e definido na data desta Nota de resposta. Sua entrada em vigor ocorrerá na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

AJUSTE, POR TROCA DE NOTAS, ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS ALEMÃES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA BILATERAL EM BENEFÍCIO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - "PROGRAMA ABERTO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (CEMIG)"

NOTA DE PROPOSTA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Brasília, 20 de julho de 2017

N.º: WZ 444/201/2017

A Sua Excelência o Senhor
Aloysio Nunes Ferreira
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil
Brasília

Senhor Ministro,

Com referência à Ata das Negociações Intergovernamentais de 20 de agosto de 2015 e ao item 2.8 da Ata das Consultas Intergovernamentais de 6 de dezembro de 2016, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a concessão de empréstimos alemães no âmbito da cooperação financeira bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento sustentável da República Federativa do Brasil:

1. Em conformidade com a legislação vigente na República Federal da Alemanha, o Governo da República Federal da Alemanha concederá um empréstimo no valor total de até 150 000 000 euros (cento e cinquenta milhões de euros) para o projeto "Programa Aberto de Eficiência Energética (CEMIG)". Tal empréstimo será concedido pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (doravante referido como "KfW"), de acordo com a legislação pertinente da República Federal da Alemanha, ao beneficiário especificado no Anexo, com o propósito de implementar, de acordo com a legislação pertinente da República Federativa do Brasil, o projeto referido no Anexo à presente Nota em conformidade com a finalidade que consta desse Anexo.

2. a) O empréstimo será disponibilizado por um contrato de empréstimo, a ser firmado entre o beneficiário e o KfW. Os termos e as condições do empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelo mencionado contrato de empréstimo.

b) O disposto na alínea a) do item 2 acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de empréstimo.

c) O contrato de empréstimo mencionado na alínea a) do item 2 será firmado depois de o Governo da República Federal da Alemanha reconhecer a elegibilidade do projeto referido no Anexo, que está vinculado a esse contrato.

d) O respectivo período de desembolso poderá ser estendido com o consentimento das autoridades competentes dos dois Governos.

3. O Governo da República Federal da Alemanha pode requerer uma garantia (uma garantia do Estado, por exemplo), cuja aprovação está sujeita ao cumprimento dos requisitos legais brasileiros, do Governo da República Federativa do Brasil para o reembolso do empréstimo concedido ao beneficiário, bem como para o pagamento dos juros e de outras despesas correspondentes relativas ao projeto especificado no Anexo.

4. a) O empréstimo será disponibilizado à agência executora brasileira para o financiamento total ou parcial da aquisição de bens e contratação de serviços necessários à execução do projeto especificado no Anexo, tais como pagamentos a fornecedores, empreiteiros ou consultores.

b) Uma parte do empréstimo poderá ser utilizada para cobrir despesas cambiais resultantes da conversão em moeda local com vistas à execução do projeto mencionado na coluna 1 do Anexo.

5. A utilização dos recursos de empréstimo para pagamento total ou parcial dos bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4 deverá estar em consonância com as diretrizes do KfW relativas à contratação de consultores e à adjudicação de contratos de fornecimento e de prestação de serviços no âmbito da Cooperação Financeira, as quais estabelecem, inter alia, os procedimentos a serem observados em licitações internacionais competitivas, exceto quando tais procedimentos forem inaplicáveis ou inapropriados.

6. Em relação ao transporte e seguro marítimos dos bens adquiridos total ou parcialmente com recursos de empréstimo, os dois Governos evitarão, dentro do escopo de suas respectivas leis e regulamentos pertinentes, impor restrições que possam prejudicar a concorrência justa e livre entre as transportadoras e seguradoras dos dois países.

7. Serão outorgadas facilidades para entrada e permanência na República Federativa do Brasil aos nacionais alemães cujos serviços na República Federativa do Brasil sejam necessários para o fornecimento de bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4, para a execução de seu trabalho, em conformidade com a legislação brasileira para estrangeiros.

8. O KfW não arcará com o pagamento de impostos, taxas e tributos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com relação à celebração e execução dos contratos mencionados nas alíneas a) e b) do item 2.

9. O compromisso de alocação referente ao projeto mencionado no item 1, em conjugação com o Anexo, assim como à quantia mencionada no item 1, será anulado, se o respectivo contrato de empréstimo não for firmado dentro de um prazo de oito anos a contar do ano em que o compromisso foi assumido. O respectivo prazo se encerra em 31 de dezembro de 2018.

10. O projeto mencionado no Anexo não poderá ser substituído por outros projetos.

11. O beneficiário do empréstimo, no âmbito do contrato a ser firmado, fornecerá ao Governo da República Federal da Alemanha e ao KfW informações e dados relacionados aos avanços na implementação do projeto enumerado no Anexo.

12. Os dois Governos consultar-se-ão mutuamente sobre qualquer questão que possa surgir e que esteja relacionada ao presente Ajuste.

13. O Anexo é parte integrante da presente Nota.

14. O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no Anexo, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de empréstimo.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

CHRISTOPH BUNDSCHERER
Encarregado de Negócios da Embaixada da República Federal da Alemanha

ANEXO

Empréstimo a juro reduzido

Projeto	Tomador do Empréstimo ou Devedor	Ano da autorização (do crédito)	Montante em Euros
Programa Aberto de Eficiência Energética (CEMIG)	CEMIG Geração e Transmissão (CEMIG GT)	2015	150 Milhões.

NOTA DE RESPOSTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DCFT/DAI/ABC/DESET/04/EFIN BRAS RFA

Em 31 de julho de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
Georg Witschel, Embaixador da República Federal da Alemanha
Senhor Embaixador,

Tenho a honra de confirmar o recebimento da Nota N.º WZ444/201/2017, datada de 20 de julho de 2017, cujo teor em português é o seguinte:

ABRE ASPAS

Senhor Ministro,

Com referência à Ata das Negociações Intergovernamentais de 20 de agosto de 2015 e ao item 2.8 da Ata das Consultas Intergovernamentais de 6 de dezembro de 2016, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a concessão de empréstimos alemães no âmbito da cooperação financeira bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento sustentável da República Federativa do Brasil:

1. Em conformidade com a legislação vigente na República Federal da Alemanha, o Governo da República Federal da Alemanha concederá um empréstimo no valor total de até 150 000 000 euros (cento e cinquenta milhões de euros) para o projeto "Programa Aberto de Eficiência Energética (CEMIG)". Tal empréstimo será concedido pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (doravante referido como "KfW"), de acordo com a legislação pertinente da República Federal da Alemanha, ao beneficiário especificado no Anexo, com o propósito de implementar, de acordo com a legislação pertinente da República Federativa do Brasil, o projeto referido no Anexo à presente Nota em conformidade com a finalidade que consta desse Anexo.

2.a) O empréstimo será disponibilizado por um contrato de empréstimo, a ser firmado entre o beneficiário e o KfW. Os termos e as condições do empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelo mencionado contrato de empréstimo.

b) O disposto na alínea a) do item 2 acima não exime os beneficiários brasileiros de observarem as disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil quando da celebração dos contratos de empréstimo.

c) O contrato de empréstimo mencionado na alínea a) do item 2 será firmado depois de o Governo da República Federal da Alemanha reconhecer a elegibilidade do projeto referido no Anexo, que está vinculado a esse contrato.

d) O respectivo período de desembolso poderá ser estendido com o consentimento das autoridades competentes dos dois Governos.

3. O Governo da República Federal da Alemanha pode requerer uma garantia (uma garantia do Estado, por exemplo), cuja aprovação está sujeita ao cumprimento dos requisitos legais brasileiros, do Governo da República Federativa do Brasil para o reembolso do empréstimo concedido ao beneficiário, bem como para o pagamento dos juros e de outras despesas correspondentes relativas ao projeto especificado no Anexo.

4.a) O empréstimo será disponibilizado à agência executora brasileira para o financiamento total ou parcial da aquisição de bens e contratação de serviços necessários à execução do projeto especificado no Anexo, tais como pagamentos a fornecedores, empreiteiros ou consultores.

b) Uma parte do empréstimo poderá ser utilizada para cobrir despesas cambiais resultantes da conversão em moeda local com vistas à execução do projeto mencionado na coluna 1 do Anexo.

5. A utilização dos recursos de empréstimo para pagamento total ou parcial dos bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4 deverá estar em consonância com as diretrizes do KfW relativas à contratação de consultores e à adjudicação de contratos de fornecimento e de prestação de serviços no âmbito da Cooperação Financeira, as quais estabelecem, inter alia, os procedimentos a serem observados em licitações internacionais competitivas, exceto quando tais procedimentos forem inaplicáveis ou inapropriados.

6. Em relação ao transporte e seguro marítimos dos bens adquiridos total ou parcialmente com recursos de empréstimo, os dois Governos evitarão, dentro do escopo de suas respectivas leis e regulamentos pertinentes, impor restrições que possam prejudicar a concorrência justa e livre entre as transportadoras e seguradoras dos dois países.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Serão outorgadas facilidades para entrada e permanência na República Federativa do Brasil aos nacionais alemães cujos serviços na República Federativa do Brasil sejam necessários para o fornecimento de bens ou serviços mencionados na alínea a) do item 4, para a execução de seu trabalho, em conformidade com a legislação brasileira para estrangeiros.

8. O KfW não arcará com o pagamento de impostos, taxas e tributos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com relação à celebração e execução dos contratos mencionados nas alíneas a) e b) do item 2.

9. O compromisso de alocação referente ao projeto mencionado no item 1, em conjugação com o Anexo, assim como à quantia mencionada no item 1, será anulado, se o respectivo contrato de empréstimo não for firmado dentro de um prazo de oito anos a contar do ano em que o compromisso foi assumido. O respectivo prazo se encerra em 31 de dezembro de 2018.

10. O projeto mencionado no Anexo não poderá ser substituído por outros projetos.

11. O beneficiário do empréstimo, no âmbito do contrato a ser firmado, fornecerá ao Governo da República Federal da Alemanha e ao KfW informações e dados relacionados aos avanços na implementação do projeto enumerado no Anexo.

12. Os dois Governos consultar-se-ão mutuamente sobre qualquer questão que possa surgir e que esteja relacionada ao presente Ajuste.

13. O Anexo é parte integrante da presente Nota.

14. O presente Ajuste é concluído nos idiomas alemão e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com o entendimento acima apresentado, tenho a honra de sugerir que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo da República Federativa do Brasil, constituam um Ajuste entre os nossos Governos, cujo teor será vinculativo e definitivo. Para o projeto mencionado no Anexo, o mesmo entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de empréstimo.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada consideração.

FECHA ASPAS

Tenho, igualmente, a honra, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, de confirmar que o disposto anteriormente também é o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil e de concordar que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituirão um Acordo entre os dois Governos, cujo texto será estabelecido como autêntico e definido na data desta Nota de resposta. Sua entrada em vigor ocorrerá na data do recebimento, pelo Governo da República Federal da Alemanha, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se encontram preenchidos os requisitos legais brasileiros para a assinatura do contrato de financiamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.705, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos: 48500.003261/2015-61. Interessada: Cemig Geração e Transmissão S.A. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 5.775, de 12 de abril de 2016, que autorizou a Interessada a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, estabelecendo valor de 4.206.175,85 (quatro milhões, duzentos e seis mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos, como parcela da Receita Anual Permitida - RAP. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.714 , DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005360/2012-35. Interessado: Geradora de Energia do Maranhão S.A. - Gera Maranhão. Objeto: Alterar o caput do art. 2º da Resolução Autorizativa nº 4.142, de 11 de junho de 2013. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.715, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 4800.001269/2004-60. Interessado: ALCON - Companhia de Álcool Conceição da Barra. Objeto: Alterar a Potência Instalada da UTE Alcon, de 11.200 kW para 41.110 kW, CEG UTE.AI.ES.029150-1.01, localizada no município de Conceição da Barra, estado do Espírito Santo. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.717, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006833/2013-01. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A. Objeto: alterar a Resolução Autorizativa nº 4.481, de 17 de dezembro de 2013. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.342, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005536/2017-63. Interessado Agentes do setor elétrico. Decisão: fixar a Tarifa Atualizada de Referência - TAR para o cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, em R$ 74,03/MWh (setenta e quatro reais e três centavos por megawatt hora), e o Preço Médio da Energia Hidráulica - PMEH, em R$ 123,19/MWh (cento e vinte e três reais e dezenove centavos por megawatt hora), que terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 791, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o submódulo 2.9 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, e art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com base no art. 4º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nos Contratos de Concessão, o constante do Processo nº 48500.000738/2017-19, e considerando que:

as respostas e comentários às contribuições apresentadas na Audiência Pública n.º 22/2017 contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª versão do submódulo 2.9 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que disciplina a admissibilidade de pedidos de Revisão Tarifária Extraordinária - RTE das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. O Submódulo de que trata o caput está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 2º A presente norma será objeto de Avaliação de Resultado Regulatório até 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 24 de outubro de 2017

Nº 3.564 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do processo 48500.005396/2013-08, 48500.005397/2013-44 e 48500.005427/2013-12 decide conhecer e, no mérito, indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade e de alteração dos cronogramas de implantação das Centrais Geradoras Eólicas Assuruá II, Assuruá V e Assuruá VII e da data do início de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva - CERs.

Em 14 de novembro de 2017

Nº 3.800 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003580/2015-77, decide não conhecer, por ausência de interesse de agir e perda de objeto do pedido, da representação, com pedido de efeito suspensivo, interposta pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa, com vistas a impugnar a prorrogação do prazo concedido à WPR Participações Ltda. para aporte da garantia de fiel cumprimento, bem como os procedimentos para assinatura do Contrato de Concessão de Transmissão nº 15/2016.

Nº 3.812 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005593/2015-81, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Cteep em face do Auto de Infração nº 31/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa em decorrência do descumprimento às disposições regulamentares relativas ao nível de qualidade dos serviços de energia elétrica e da não prestação do serviço público de transmissão, e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a multa de R$ 140.850,04 (cento e quarenta mil, oitocentos e cinquenta reais e quatro centavos), a ser recolhida conforme a legislação vigente.

Nº 3.813 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000066/2017-41, decide conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Alexsandro Santos da Silva em face do Despacho nº 1.208/2017, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, que negou provimento à sua reclamação e manteve o faturamento realizado pela Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - EPB no mês de julho de 2015.

Nº 3.815 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002219/2017-95, decide por conhecer do Pedido de Reconsideração, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. - MRTE, em face do Despacho nº 1.630, de 6 de junho de 2017, que indefere os pleitos da Recorrente de antecipação do direito de recebimento de receita da Subestação Marechal Rondon para abril de 2016 e dá outras providências, e no mérito, dar-lhe parcial provimento, para autorizar o ONS a emitir o TLP da Subestação Marechal Rondon, outorgada à MRTE pelo Contrato de Concessão nº 10/2014-ANEEL, a partir de 19 de dezembro de 2016, e a efetuar o pagamento à MRTE de 90% das receitas associadas às suas instalações energizadas, de 19 de dezembro de 2016 a 28 de junho de 2017.

Nº 3.816 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003003/2017-47, decide deferir parcialmente os Requerimentos da Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira e dar outras providências, para: : (i) estabelecer 13 de março de 2015 como a data de início dos testes de integração Bipolo 2 do Complexo do Madeira; (ii) estabelecer a não obrigatoriedade de devolução de receita recebida no período de 19.12.2014 e 13.03.2015; (iii) estabelecer 21 de junho de 2015 como a data de início de operação comercial; (iv) determinar ao Operado Nacional do Sistema Interligado Nacional - ONS que apure a PVI e PVRO, a contar de 21.06.2015, conforme estabelecia a REN nº 270, de 2007, e estabelece a REN nº 729, de 2016; (v) revogar os TLPs emitidos pelo ONS para o 2º Bipolo do Complexo Madeira para o período de 13.03.2015 a 20.06.2015; (vi) estabelecer a obrigatoriedade de devolução de receita recebida no período de 13.03.2015 e 20.06.2015; e (vii) determinar que o ONS emita TLP a partir de 21 de junho de 2015.

Nº 3.828 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta nos Processos nºs 48500.001408/2003-83 e 48500.004003/2002-15, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. em face do Despacho nº 2.392, de 8 de agosto de 2017, que decidiu aprovar a alteração de características técnicas da Central Geradora Eólica - EOL Taíba Andorinha, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 3.829 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.003437/2015-85, decide: não conhecer, por intempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela empresa Usina Xavantes S.A. contra a adjudicação do Lote B/III do Leilão n. 02/2016-2ª Etapa à empresa Powertech Engenharia, Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Nº 3.830 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005425/2017-57, decide: (i) autorizar a CCEE a efetuar o ressarcimento financeiro à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., conforme disposto na Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 387, de 3 de outubro de 2017, pela disponibilização da geração da central geradora termelétrica Mauá 3 (Código CEG: UTE.GN.AM.031888-4.01), no valor mensal de R$ 37.709.692,57 (trinta e sete milhões, setecentos e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos) para cobertura dos custos fixos no período de 27/9/2017 a

31/12/2018, via Encargo de Serviços do Sistema - ESS, observado o disposto no § 7º do art. 11 do Decreto nº 7.246/2010;(ii) determinar à CCEE que contabilize a diferença entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD apurado para cada período de contabilização e o CVU - Custo Variável Unitário definido no Despacho nº 3.462, de 11/10/2017, como alívio do ESS nos termos do módulo Encargos das Regras de Comercialização vigentes; e (iii) determinar à CCEE que proceda ao bloqueio da garantia física da UTE Mauá 3 para fins de comercialização ou composição de lastro pela Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., até 31/12/2018.

Nº 3.832 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001276/2002-63, decide intimar a Zarwal de Participação Ltda. para, no prazo de 60 (sessenta) dias, regularizar o processo de autorização e concessão para implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Matrinchã para fins de deferimento da outorga.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 21 de novembro de 2017

Nº 3.918 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.002436/2017-85 e em cumprimento ao disposto no Edital do Leilão de Transmissão nº 02/2017-ANEEL, decide conhecer, por tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte contra o Despacho nº 3.609, de 26 de outubro de 2017, que tornou público o não atendimento ao requisito de habilitação técnica de que trata o item 10.9.5 do Edital e, no mérito, dar-lhe provimento para permitir a participação da Eletronorte, de forma isolada ou em consórcio com participação majoritária, nesse Leilão.

Nº 3.919 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.002436/2017-85 e em cumprimento ao disposto no Edital do Leilão de Transmissão nº 02/2017-ANEEL, decide conhecer, por tempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GT, contra o Despacho nº 3.609, de 26 de outubro de 2017, que tornou público o não atendimento ao requisito de habilitação técnica de que trata o item 10.9.5 do Edital e, no mérito, dar-lhe provimento para permitir a participação da Copel GT, de forma isolada ou em consórcio com participação majoritária, nesse Leilão.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.736, de 7 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2017, seção 1, pág. 104, onde se lê: "R$ 109.740,38 (cento e nove mil, setecentos e quarenta reais e trinta e oito centavos) ... ", leia-se: "R$ 110.411,69 (cento e dez mil, quatrocentos e onze reais e sessenta e nove centavos)".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2017

Nº 3.865 - Processo nº 27101.000463/1989-40. Interessado: Bom Retiro Energia Ltda. decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-UHE) da UHE Bom Retiro, com 35.180 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.RS.000288-7.02, localizada no rio Taquari, integrante da sub-bacia 86, na bacia hidrográfica do Atlântico Sudoeste, no município de Cruzeiro do Sul, estado de Rio Grande do Sul.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 21 de novembro de 2017

Nº 3.866 - Processo nº 27101.000463/1989-40. Interessado: Bom Retiro Energia Ltda. decisão: alterar a potência instalada da UHE Bom Retiro, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 6.080, de 11 de outubro de 2016, CEG UHE.PH.RS.000288-7.02, em favor da Bom Retiro Energia Ltda., localizada no rio Taquari, integrante da sub-bacia 86, na bacia hidrográfica do Atlântico Sudoeste, no município de Cruzeiro do Sul, estado de Rio Grande do Sul, que passará a ser 35.180 kW.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.904 - Processo nº 48500.005924/2017-44. Interessado: Galvani Indústria Comércio e Serviços S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Galvani Serra do Salitre, CEG n° UTE.PE.MG.038221-3.01, com 31.100 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Salitre, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.910 - Processo nº 48500.004937/2017-04. Interessado: Suspiro Energia Ltda. decisão: (i) rever a decisão consubstanciada no Despacho nº 3.292, de 26 de setembro de 2017, que indeferiu a solicitação de registro da CGH Suspiro para fina de participação do Leilão de Energia Nova de 2017 (A-4/2017); e (ii) Registrar a intenção da Suspiro Energia Ltda., CNPJ n° 26.257.692/0001-41, em participar do Leilão de Energia Nova de 2017 (A-4/2017), conforme disposto no Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016, com a CGH Suspiro, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° CGH.PH.MT.038161-6.01, com 5.000 kW de potência instalada, localizada no rio Suspiro, município de Santo Antônio do Leste, estado de Mato Grosso, coordenadas do ponto de captação 15°01"01,77"S; 53°56"20,40"W e coordenadas da casa de força 15°03"52,05"S; 53°56"34,54"W; ii) Este Despacho tem a finalidade de permitir à Suspiro Energia Ltda. o cadastramento junto a Empresa de Pesquisa Energética - EPE para fins de habilitação técnica, conforme §1º do art. 2º e §1º do art. 3º da Portaria MME nº 102/2016 , bem como as providências junto aos órgãos ambientais e de recursos hídricos, não gerando quaisquer direitos ou obrigações com relação às fases subsequentes dos processos de leilão de energia, devendo ser observado o disposto no respectivo edital; iii) Informar que este Despacho terá validade até a data de realização do Leilão A-4/2017; iv) Informar que este Despacho não configura registro de empreendimento de capacidade reduzida nos termos do art. 8º da lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 22 de novembro de 2017

Nº 3.915 - Processo nº: 48500.007333/1999-41. Interessada: Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. decisão: Registrar o recebimento do requerimento de outorga para ampliação em 3.200 kW da UTE Guarani Cruz Alta cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.027796-7.01.

Nº 3.916. Processo nº: 48500.004534/2009-47. Interessada: Tereos Açúcar e Energia Andrade S.A. decisão: Registrar o recebimento do requerimento de outorga para ampliação em 26.000 kW da UTE Guarani Andrade cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.030538-3.01.

Nº 3.917. Processo nº: 48500.000592/2000-56. Interessada: Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. decisão: Registrar o recebimento do requerimento de outorga para ampliação em 35.600 kW da UTE Guarani cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.028028-3.01.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de novembro de 2017

Nº 3.840 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003886/2017-95, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CPFL, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

ANEXO

AAM BOLDRINI TELECOM - ME	F. J. FANTINI AMPARO ME	RF CONNECT PROVEDOR DE ACESSO LTDA.- ME
BR INTERNET LTDA. ME	GLOBAL TECH INTERNET BANDA LARGA LTDA. - EPP	SIMNET TELECOMUNICACOES LTDA.
CMC TELECOM EIRELI - ME	HARDONLINE LTDA - EPP	SKYMAX TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
DESCALNET PROVEDOR LTDA.	J R BOLDRINI INFORMATICA-ME	TALKLINK INFORMÁTICA LTDA. - EPP
EAGLE REDES DE TELECOMUNICACOES LTDA.	JOTAPLUS - SOLUÇÃO EM WIRELESS LTDA.-ME	WIFI GLOBAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA.-ME
EDSON MARTINS ASSIS - ME	L. M. NETWORKS LTDA EPP	WILLIAM HENRIQUE GARCIA ME
F B BABETO ME	RIOTELE- REAL INTERNET OPTICA TELECOMUNICACOES EIRELI - ME	

Nº 3.841 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003995/2017-11, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Light Serviços de Eletricidade S.A., e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Light Serviços de Eletricidade S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

ANEXO

DIG CARMO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	TEEPCHPNET COMUNICAÇÃO DE MULTIMÍDIA LTDA - ME.	JE PROVEDOR DE REDE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
FERABRAZNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	ESTRELAR WEB SERVIÇOS DE INTERNET LTDA - ME	JUNIOR E BRUNO PEÇAS E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - ME
SPEED VALLEY TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI		

Nº 3.842 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004052/2017-05, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Rio Grande Energia S.A. - RGE, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela RGE, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ALEXANDRO SCHUCK - ME	SÃO PEDRO NET LTDA - EPP	CSNET TELECOM LTDA. ME
IN - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI - ME	BRGROUP TELECOMUNICAÇÕES LTDA	G.PASI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA. - ME
SUELEN ROZADO PAZZINI - ME	RJNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA- ME	SCHMIDT & ZUCHETTO LTDA
ALCIONE MICHEL RIEDIGER - ME	SPEAKERS PROJETOS E EXECUÇÕES EM ÁUDIO LTDA.	

Nº 3.843 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005618/2017-16, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CPFL Sul Paulista, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

ANEXO

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S/A	Fernanda Cristina Ruiz Matiazzo ME	BR Internet Ltda ME

Nº 3.844 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005620/2017-87, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CPFL Jaguari, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICAÇÕES S.A.	F. J. FANTINI AMPARO ME.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes no despacho a seguir para início de operação comercial a partir do dia 23 de novembro de 2017.

Nº 3.927. Processo nº 48500.000193/2017-41. Interessado: Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de São Vicente 10. Unidades Geradoras: UG6 a UG12 de 2.100 kW cada, totalizando 14.700 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí.

A íntegra deste Despacho consta do auto e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes no despacho a seguir para início de operação em teste a partir do dia 23 de novembro de 2017.

Nº 3.928. Processo nº 48500.000302/2017-20. Interessado: Solaire Floresta III Energia Solar S.A. Usina: UFV Floresta III. Unidades Geradoras: UG19 a UG22, de 1.000 kW cada uma, totalizando 4.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra deste Despacho consta do auto e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de novembro de 2017

Nº 3.914 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.004084/2016-11, decide:

(i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Termopernambuco S.A. para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termopernambuco (Código CEG: UTE.GN.PE.028031-3.01), no valor de R$ 106,85/MWh (cento e seis reais e oitenta e cinco centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e

(ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor de CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termopernambuco a partir do mês de outubro de 2017.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 21 de novembro de 2017

Nº 3.911 - Processo nº 48500.003260/2011-93. Interessados: Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (compradora) e Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica (vendedora). decisão: não aprovar o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCE500LP celebrado entre a compradora Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. e a vendedora Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.912 - Processo nº 48500.005836/2017-42. Interessados: UTE Iguaçu Borja Energética Ltda.; Concessionárias de Distribuição; Consumidores Cativos de Energia Elétrica; e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. decisão: indeferir o pedido realizado pela UTE Iguaçu Borja Energética Ltda para a suspensão dos CCEARs lastreados pela UTE São Borja (CEG nº UTE.AI.RS.029583-3.01).

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução ANP nº 703, de 26 de setembro de 2017, publicado no DOU nº 186, de 27 de setembro de 2017, seção 1, págs. 71 e 72,

No Art. 4º, onde se lê:

"P_{Pref} - o valor médio mensal dos preços diários do petróleo utilizado como referência internacional para preço de petróleo, definido no Art. 2º, inciso XI, desta Resolução, em dólares americanos por barril, para o mês; "

Leia-se:

"P_{Pref} é o valor médio mensal dos preços diários do petróleo utilizado como referência internacional para preço de petróleo, definido no Art. 2º, inciso XII, desta Resolução, em dólares americanos por barril, para o mês; "

No § 3º do Art. 4º, onde se lê:

"Se SPnac maior 0,60% m/m, S = (SPnac - 0,60) x Ds 0,10"

Leia-se:

"Se SPnac maior 0,60% m/m, S = [(S_{Pnac} - 0,60) x D_s] / 0,10"

No § 7º do Art. 4º, onde se lê:

"Os derivados referentes às frações F_l, F_m e F_p, F_{lb}, F_{mb} e F_{pb} - respectivamente leves, médios e pesados obtidos a partir de cada Tipo de Petróleo nacional e do Petróleo de Referência - utilizados para o cálculo do Preço de Referência do Petróleo na fórmula apresentada no § 1º, estão estabelecidos no Anexo I, desta Resolução. "

Leia-se:

"Os derivados referentes às frações F_l, F_m e F_p, F_{lref}, F_{mref} e F_{pref} - respectivamente leves, médios e pesados obtidos a partir de cada Tipo de Petróleo nacional e do Petróleo de Referência - utilizados para o cálculo do Preço de Referência do Petróleo na fórmula apresentada no § 1º, estão estabelecidos no Anexo I, desta Resolução. "

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 1428	CASTROL BRASIL LTDA - CNPJ nº 33.194.978/0001-90					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002824/2017 - 38	GTX ULTRACLEAN 15W-40	SAE 15W-40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18532
Nº 1429	ELVIN LUBRIFICANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 62.417.282/0001-84					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002836/2017 - 62	SETTA MAX DIESEL	SAE 15W40	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18547
Nº 1430	INCOL-LUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 04.338.434/0001-57					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002856/2017 - 33	INCOL SUPER SL	SAE 20W-50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	7663
	48600.002856/2017 - 33	INCOL SUPER SL	SAE 15W-40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	7663
	48600.002854/2017 - 44	INCOL SUPER SL	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	7663
	48600.002854/2017 - 44	INCOL SUPER SL	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	7663
	48600.002854/2017 - 44	INCOL SUPER SL	SAE 30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	7663

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1431	INTERLUB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA - CNPJ nº 07.830.331/0001-06					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002839/2017 - 04	RMK-TREAT	SAE 5W-30	API SN, ACEA C2/C3-12	ÓLEO LUBRIFICANTE	18535
Nº 1432	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002838/2017 - 51	EXCLUSIVE PLUS	SAE 10W-40	API SM / SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18534
Nº 1433	MULTIGRAX INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 27.017.222/0001-73					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003203/2017 - 71	MULTIGRAX SEMI SYNTH API SL	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18541
	48600.003206/2017 - 13	MULTIGRAX PREMIUM API SL	SAE 25W60	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18545
	48600.003212/2017 - 62	MULTIGRAX ESTACIONÁRIO API CF	SAE 40	API CF	ÓLEO LUBRIFICANTE	18542
	48600.003205/2017 - 61	MULTIGRAX SEMI SYNYH API SL	SAE 5W30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18541
	48600.003207/2017 - 50	MULTIGRAX PREMIUM API SL	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18545
	48600.003210/2017 - 73	MULTIGRAX FÓRMULA SYNTH API SL	SAE 5W30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18544
	48600.003255/2017 - 48	MULTIGRAX HIDRA C	ISO 68	.	ÓLEO LUBRIFICANTE	18546
	48600.003214/2017 - 51	MULTIGRAX 4T API SL	SAE 20W50	API SL/JASO MA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18543
Nº 1434	PACKBLEND INDUSTRIA E COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 03.805.416/0001-75					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002823/2017 - 93	VORAX MOTO RACING 4 T SM	SAE 10W-30	API SM, JASO T903:2016 MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18533
Nº 1435	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003279/2017 - 05	PETRONAS HYDRAULIC HV	ISO 150	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PART 1/2/3, US STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS 1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	17266
	48600.003280/2017 - 21	PETRONAS HYDRAULIC HV	ISO 68	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PART 1/2/3, MAG IAS P-69, GM LS-2, US STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS 1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	17266
	48600.003282/2017 - 11	PETRONAS HYDRAULIC	ISO 100	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PARTE 1,2,3. US STEEL 127/136. BOSCH REXROTH RD90220. SAE MS 1004.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17253
	48600.003283/2017 - 65	PETRONAS HYDRAULIC	ISO 46	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PARTE 1,2,3. MAG IAS P-70. GM LS-2. JCMAS HK. US STEEL 127/136. BOSCH REXROTH RD90220. SAE MS 1004.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17253
	48600.003276/2017 - 63	PETRONAS HYDRAULIC	ISO 150	. PARKER DENISON HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PARTE 1,2. US STEEL 127/136. BOSCH REXROTH RD90220	ÓLEO LUBRIFICANTE	17253
	48600.003277/2017 - 16	PETRONAS HYDRAULIC HV	ISO 32	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PART 1/2/3, MAG IAS P-68, GM LS-2, JCMAS HK, US STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS 1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	17266
	48600.003281/2017 - 76	PETRONAS HYDRAULIC HV	ISO 46	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PART 1/2/3, MAG IAS P-70, GM LS-2, JCMAS HK, US STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS 1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	17251
	48600.003278/2017 - 52	PETRONAS HYDRAULIC HV	ISO 100	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PART 1/2/3, US STEEL 127/136, BOSCH REXROTH RD90220, SAE MS 1004	ÓLEO LUBRIFICANTE	17266
	48600.003284/2017 - 18	PETRONAS HYDRAULIC	ISO 32	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PARTE 1,2,3. MAG IAS P-68. GM LS-2, JCMAS HK. US STEEL 127/136. BOSCH REXROTH RD90220. SAE MS 1004.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17253
	48600.003285/2017 - 54	PETRONAS HYDRAULIC	ISO 22	. PARKER HANNIFIN FRANCE (DENISON) HF-0, EATON BROCHURE 03-401-2010, DIN 51524 PARTE 1,2,3. GM LS-2, US STEEL 127/136. BOSCH REXROTH RD90220. SAE MS 1004.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17253
Nº 1436	PIZZANI LUBRIFICANTES LTDA - EPP - CNPJ nº 15.642.942/0001-40					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003173/2017 - 01	OKS 410	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5652
	48600.003180/2017 - 03	OKS 1155	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5653
	48600.003182/2017 - 94	OKS 4210	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5654
	48600.003172/2017 - 59	OKS 400	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5651
Nº 1437	SR III INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 04.521.158/0001-68					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003042/2017 - 16	MAXI 1 PASEO	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17677
	48600.003049/2017 - 38	MAXI 1 MAXITEC	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	16564
	48600.003051/2017 - 15	MAXI 1 MILHAS	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	16582
	48600.003047/2017 - 49	MAXI 1 PRIMAZ	SAE 5W30	API SN/ILSAC GF-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	18537
	48600.003041/2017 - 71	MAXI 1 PASEO	SAE 30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17677
	48600.003040/2017 - 27	MAXI 1 PASEO	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	17677
	48600.003043/2017 - 61	MAXI 1 VELOZ	SAE 10W30	API SL, JASO MA.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16693
	48600.003050/2017 - 62	MAXI 1 MOTO SUPER 4T	SAE 20W50	API SL, JASO MA	ÓLEO LUBRIFICANTE	16586

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 22 de novembro de 2017

Nº 1.425 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao POSTO DE GASOLINA DO CATONHO LTDA, CNPJ nº 42.474.734/0001-52, conforme Processo nº 48610.008423/2016-91.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.426 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PRRJ0183971	POSTO FRAGOSO LTDA	28.838.167/0001-45	48610.013087/2017-80
PR/BA83951	RP3 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	19.933.813/0001-62	48610.005678/2017-83

Nº 1. 427 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/MG0243000	ADELAINE TRINDADE INACIA DOS REIS 02327725682	28.047.404/0001-50	48610.012480/2017-56
GLP/SP0243001	ANA MARIA TASSONI - ME	19.409.156/0001-59	48610.013155/2017-19
GLP/SP0243002	ANDRÉ MARIO BARBOSA DA SILVA 30779488857	27.837.499/0001-42	48610.010761/2017-74
GLP/GO0243003	ANTONIA FERNANDA FERREIRA PEREIRA 70221209190	26.915.562/0001-59	48610.013304/2017-31
GLP/RN0243004	ANTONIO DO NASCIMENTO 72784857468	28.869.793/0001-07	48610.013159/2017-99
GLP/MG0243005	BOM GAS HERMANO EIRELI - ME	27.544.914/0001-70	48610.011789/2017-29
GLP/PE0243006	CARLA ALEXANDRE DA SILVA NASCIMENTO MASCENA 60010816380	27.222.370/0001-20	48610.010511/2017-34
GLP/MG0243007	COMERCIO JM LTDA ME	26.851.393/0001-30	48610.012121/2017-07
GLP/RJ0243008	COSTA E SILVA COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA ME	27.063.853/0001-29	48610.011352/2017-95
GLP/MG0243009	DISTRIBUIDORA DE GÁS VESPERMANN LTDA	06.951.302/0011-01	48610.010265/2017-11
GLP/SP0243010	E R MUNHOZ GAS - ME	27.912.305/0001-26	48610.013153/2017-11
GLP/PA0243011	E SOUSA DE ARAUJO COMERCIO EIRELI - ME	28.195.505/0001-78	48610.013305/2017-86
GLP/RN0243012	EDMA MOURA DA SILVA PENHA	27.075.184/0001-05	48610.013307/2017-75
GLP/GO0243013	ELSON DE OLIVEIRA VELOSO - ME	11.570.996/0001-97	48610.012995/2017-56
GLP/PR0243014	G COELHO DA SILVA COMERCIO DE GAS	28.027.283/0001-84	48610.013199/2017-31
GLP/MG0243015	GERFSON AZEREDO COUTINHO FILHO 01988725690	27.646.197/0001-97	48610.013152/2017-77
GLP/PE0243016	JAILTON DA SILVA SANTOS 09503073430	27.054.027/0001-13	48610.011364/2017-10
GLP/PR0243017	JULIA UEDA MOREIRA - ME	28.741.480/0001-60	48610.013142/2017-31
GLP/BA0243018	LUCAS DE JESUS BARROS ME	28.640.958/0001-66	48610.012259/2017-06
GLP/CE0243019	LUCAS LINO DOS SANTOS - ME	10.565.205/0001-78	48610.012481/2017-09
GLP/SP0243020	M. M. KUNINARI LTDA.	43.137.249/0006-60	48610.010607/2017-01
GLP/ES0243021	MARCIO ESPIROTO DAMBROS MEI	28.622.101/0001-13	48610.013200/2017-27
GLP/MG0243022	MARIA BELMRIRA DOS ANJOS 34700684615	25.464.115/0001-68	48610.012150/2017-61
GLP/GO0243023	MARLI DE SOUSA OLIVEIRA 96966823104	26.307.972/0001-17	48610.012236/2017-93
GLP/PR0243024	MERCADO CARNIEL LTDA - EPP	04.002.769/0001-08	48610.012994/2017-10
GLP/SP0243025	MICHELE APARECIDA ROSA COMERCIO DE GAS - ME	26.477.955/0002-09	48610.011942/2017-18
GLP/MG0243026	NEUZA MARIA DE MEDEIROS	18.569.609/0001-41	48610.013201/2017-71
GLP/PA0243027	O. P MIRANDA	28.166.191/0001-85	48610.013154/2017-66
GLP/PR0243028	PEDRO LINS DE MENEZES	18.730.339/0001-09	48610.013198/2017-96
GLP/MG0243029	RAFAEL EDUARDO PEREIRA 05255760617	28.250.402/0001-63	48610.012816/2017-81
GLP/PA0243030	SANTEVAN B ARAUJO - EPP	27.413.356/0001-03	48610.012390/2017-65
GLP/PR0243031	SILVANA BOBATO BASTOS & CIA LTDA - ME	82.446.964/0001-22	48610.013143/2017-86
GLP/BA0243032	SOLENILDO DE JESUS SANTOS	12.714.048/0001-40	48610.013161/2017-68
GLP/SP0243033	SUPERMERCADO BICO DO PATO LTDA - ME	01.220.666/0001-18	48610.013144/2017-21
GLP/AL0243034	TEONIA BISPO DOS SANTOS 04200478404	28.611.627/0001-06	48610.013158/2017-44
GLP/BA0243035	THIAGO NUNES ROCHA - ME	26.123.007/0001-94	48610.013311/2017-33
GLP/GO0243036	VALDISSON APARECIDO DA SILVA 86122428191	27.693.489/0001-80	48610.013160/2017-13
GLP/GO0243037	WELLINGTON DINIZ XAVIER 05745384107	28.112.160/0001-41	48610.013151/2017-22
GLP/GO0243038	WILSIRLEY PEREIRA DE SOUZA 00021396183	26.624.347/0001-07	48610.012483/2017-90

Nº 1.438 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base no Art. 7º, IV, e Art. 30, I da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
BA0191308	AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEL REIS DE CANAVIEIRAS LTDA.	07.382.376/0001-57	48610.009231/2005-41
PR/MG0147903	AUTO POSTO GIBI LTDA	18.892.898/0001-15	48610.012057/2013-22
PR/GO0168807	BABY COMNUSTIVEIS LTDA - EPP	21.411.308/0001-08	48610.000492/2015-76
SP0016221	CARINHOSO POSTO DE ABASTECIMENTO LTDA	46.819.058/0001-62	48610.017602/2001-33
SP0182616	CINTRA & LEME COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	54.736.830/0002-91	48610.000791/2005-39
PR/CE0080925	COMERCIAL DE COMBUSTIVEL MONSENHOR TABOSA LTDA.	10.902.973/0001-70	48610.002866/2010-83
PR/SC0160122	COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS SC 301 LTDA	18.269.802/0001-67	48610.007269/2014-79
PR/MT0115563	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS TAPURAH LTDA EPP	07.092.263/0001-17	48610.007138/2012-20
PA0184073	H. H. BRITO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA.	06.985.946/0001-30	48600.000500/2005-21
PI0023640	KING PETRÓLEO LTDA	06.664.585/0009-88	48610.004463/2002-69
PR/SP0138004	POSTO BENETTON LTDA	47.818.877/0001-58	48610.006188/2013-71
SC0000968	POSTO VIA NORTE BLUMENAU LTDA	03.776.824/0001-46	48610.005344/2000-61
PI0018578	RAIMUNDO AGUIAR BATISTA - EPP	04.026.473/0001-19	48610.016299/2001-51
BA0019429	SERTO REV. DE COMB. LTDA	01.716.090/0001-84	48610.000094/2002-35
PR/MG0114423	SILVIO LUCAS ALVES	15.279.419/0001-00	48610.005940/2012-85
PA0011529	T S OLIVEIRA	00.455.399/0001-03	48610.008674/2001-91
PR/PR0144083	TRIUNFO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	06.277.722/0002-55	48610.009928/2013-21

Nº 1.439 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao JR COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 17.968.553/0001-35, ficando registrado na ANP sob o nº MG/0027840, conforme Processo nº 48610.009096/2016-95.

MARIA INES SOUZA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 793, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.007554/2013-17, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0027-98, autorizada a operar o Terminal Terrestre de Paulínia, no Município de Paulínia, no Estado de São Paulo.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 228/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
860.516/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.- Alvará N°6927- DOU de 14/11/2017
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
860.955/2015-ANNIBAL CROSARA JUNIOR - PLG N°005/2017 de 07/11/2017 - Prazo 05 anos
860.956/2015-ANNIBAL CROSARA JUNIOR - PLG N°006/2017 de 07/11/2017 - Prazo 05 anos
861.096/2015-ANNIBAL CROSARA JUNIOR - PLG N°007/2017 de 07/11/2017 - Prazo 05 anos
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
860.529/2006-MINERAÇÃO FORTALEZA LTDA- Licenciamento N°:050/2007 - Prorrogado por 02 ano(s)
860.999/2010-MARCELO AMERICO DANTAS- Licenciamento N°:207/2010 - Prorrogado por 01 ano(s)
860.417/2011-DIVINO CELIO ALVES DE CARVALHO- Licenciamento N°:119/2011 - Prorrogado por 03 ano(s)
861.288/2012-EGNALDO FERREIRA DA CUNHA- Licenciamento N°:073/2014 - Prorrogado por 03 ano(s)
860.673/2013-MARLON BATISTA RIBEIRO- Licenciamento N°:076/2014 - Prorrogado por 03 ano(s)
860.775/2013-MARIA SILVA GUIMARAES DE PAIVA- Licenciamento N°:191/2013 - Prorrogado por 03 ano(s)
860.911/2013-MOISES TAVARES DA CUNHA- Licenciamento N°:103/2013 - Prorrogado por 03 ano(s)
861.214/2013-EMIVALDO FRANCICO DOURADO- Licenciamento N°:059/2015 - Prorrogado por 01 ano(s)
861.566/2013-CERÂMICA MONTE CRISTO EIRELI ME- Licenciamento N°:216/2014 - Prorrogado por 03 ano(s)
861.598/2013-CERAMIKALYS INDUSTRIA CERAMICA E COMERCIO LTDA- Licenciamento N°:024/2014 - Prorrogado por 03 ano(s)
861.677/2013-MR EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Licenciamento N°:174/2013 - Prorrogado por 03 ano(s)
861.678/2013-ANA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO- Licenciamento N°:102/2015 - Prorrogado por 03 ano(s)
862.068/2013-LUIZ FERNANDES MONTEIRO FILHO- Licenciamento N°:049/2015 - Prorrogado por 03 ano(s)
860.429/2016-AWALIAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME- Licenciamento N°:189/2016 - Prorrogado por 01 ano(s)

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 115/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
806.259/2013-MINERAÇÃO MARACANÃ LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
806.076/2007-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.699/2017
806.077/2007-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.698/2017
806.078/2007-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.698/2017
806.079/2007-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.698/2017
806.080/2007-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.698/2017
806.203/2007-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.701/2017
806.117/2010-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°1.707/2017
806.314/2010-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-OF. N°1.711/2017
806.690/2010-CLÁUDIO RAMOS CARDOSO-OF. N°1.700/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

806.701/2010-BIOMAR MINERAÇAO LTDA-OF. N°1.706/2017
806.347/2012-NORDESTE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA-OF. N°1.705/2017
806.181/2014-GRANORTE S A-OF. N°1.697/2017
806.185/2014-GRANORTE S A-OF. N°1.697/2017
806.188/2014-GRANORTE S A-OF. N°1.697/2017
Despacho publicado(256)
806.314/2010-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA-Acata defesa apresentada contra a negativa do Relatório Final de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
806.050/2013-GRANORTE S A-Granito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
806.116/2010-SERVENG CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
806.192/2004-M.A.G. CONSULT EMPRES EMPREEND IMOB E PART EMPRES LTDA-OF. N°1.796/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
806.005/1996-COCAIS MA ÁGUAS MINERAIS LTDA.- Fonte: PIRINÃ; Marca: COCAIS; EMBALAGENS: SEM GÁS 200ml (copo); 300ml (copo); 300ml; 510ml; 1.500ml; 5.000ml; 10.000ml e 20.000ml- SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA
806.044/2006-DBL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS E EMBALAGENS LTDA.- 1) Fonte: SÃO FRANCISCO, Marca: PSIU, EMBALAGENS: SEM GÁS (330ml; 500ml; 1.500ml e 2.000ml) - COM GÁS (500ml); 2) Fonte: SÃO FRANCISCO, Marca: LUI, EMBALAGENS: SEM GÁS (330ml e 500ml) - COM GÁS (330ml e 500ml); 3) Fonte: SÃO FRANCISCO, Marca: SANTA MÔNICA, EMBALAGEM: SEM GÁS 2000ml- SÃO LUÍS/MA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.457/2010-CONSTRUTORA DECOLA BRASIL LTDA-OF. N°1.734/2017 que reitera os oficios nº 768 e 885/2017
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA-OF. N°1.739/2017
806.074/2014-JOAO DA S ROCHA-OF. N°1.741/2017
806.086/2014-EDECON MINERADORA LTDA.-OF. N°1.732/2017
806.043/2015-JOSE FRANCISCO BELICHE BUZAR-OF. N°1.730/2017
806.045/2015-ASSIS ALDER QUEIROZ-OF. N°1.728/2017
806.058/2015-NIVALDO COELHO-OF. N°1.726/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
806.179/2015-FABIANE FERNANDES TEIXEIRA SILVA-Licenciamento N°:11/2017 - Prorrogado por 10 ano(s)
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
806.025/2013-REGINALDO GOUVEIA SANTOS- Cessionário:TRANSCOMIL MINERAÇÃO TRANSPORTE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- CNPJ 00.389.728/0001-57- Licenciamento n°13/2013- Vencimento do Licenciamento: 28/11/2022
Determina a cassação do Licenciamento(1289)
806.101/2013-GUTERRES CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA- Licenciamento N°006/2014- Publicado no DOU de 20/02/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
806.174/2008-CERAMICA LIVRAMENTO LTDA-OF. N°1.470 /2017
806.182/2008-CERAMICA LIVRAMENTO LTDA-OF. N°1.470 /2017
806.592/2011-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1.525, 1.526 e 1.780/2017
806.670/2011-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1.525, 1.526, 1.527 e 1.779/2017
806.329/2012-JOSÉ DE RIBAMAR GONÇALVES JUNIOR-OF. N°1.789/2017
806.062/2013-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1.527 e 1.779/2017
806.161/2013-WILSON ALMEIDA BARBOSA-OF. N°1.736/2017
806.079/2014-PAULO ALENCAR DOS SANTOS-OF. N°1.407, 1.408 e 1.787/2017
806.154/2015-CERAMICA LIVRAMENTO LTDA-OF. N°1.470 /2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
806.090/2016-RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO
806.116/2016-F S SOARES BARROS E CIA LTDA.
Despacho publicado(1153)
806.064/2017-CERITA CERAMICA ITA LTDA-Acatado o pedido de reconsideração contra o indeferimento do licenciamento publicado no DOU em 09/10/2017.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.054/2017-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-OF. N°1.714/2017
806.088/2017-FRANCINALDO PEREIRA DA COSTA ME-OF. N°1.712/2017
806.090/2017-FRANCISCA DOS SANTOS-OF. N°1.713/2017
806.097/2017-MARA RUBIA VIEIRA ARAUJO-OF. N°1.795/2017

RELAÇÃO Nº 116/2017

Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
806.174/2008-CERÂMICA LIVRAMENTO LTDA- AI N°501 e 502/2017
806.182/2008-CERÂMICA LIVRAMENTO LTDA- AI N°504 e 505/2017
806.457/2010-CONSRUTORA DECOLA BRASIL LTDA-AI N°478 e 479/2017
806.592/2011-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°497 e 498/2017
806.670/2011-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°493/2017
806.161/2013-WILSON ALMEIDA BARBOSA- AI N°483/2017
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- AI N°487/2017
806.154/2015-CERAMICA LIVRAMENTO LTDA- AI N°503/2017
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
806.592/2011-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°494 a 496/2017
806.670/2011-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°489 a 492/2017
806.329/2012-JOSÉ DE RIBAMAR GONÇALVES JUNIOR- AI N°508 a 511/2017
806.062/2013-CERÂMICA BAIANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°499 e 500/2017
806.161/2013-WILSON ALMEIDA BARBOSA- AI N°480 a 482/2017
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- AI N°484 a 486/2017
806.074/2014-JOAO DA S ROCHA- AI N°488/2017
806.079/2014-PAULO ALENCAR DOS SANTOS- AI N°506 e 507/2017
806.086/2014-EDECON MINERADORA LTDA.- AI N°476 e 477/2017
806.043/2015-JOSE FRANCISCO BELICHE BUZAR- AI N°475/2017
806.045/2015-ASSIS ALDER QUEIROZ- AI N°473 e 474/2017
806.058/2015-NIVALDO COELHO- AI N°471 e 472/2017

RELAÇÃO Nº 118/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
806.040/2016-EXTRATIVA SUMAUMA-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Licenciamento N°32/2017 - Prazo: 10 ano(s)
806.006/2017-CERÂMICA MODELAR LTDA.-Licenciamento N°33/2017 - Prazo: 10 ano(s)
806.057/2017-EXTRATIVA SÃO FRANCISCO LTDA EPP-Licenciamento N°35/2017 - Prazo: 10 ano(s)
806.076/2017-ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO-Licenciamento N°34/2017 - Prazo: 10 ano(s)

RELAÇÃO Nº 119/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Farid Costa Baquil - 806199/14 - Not.376/2017 - R$ 144,72
Genielzio Messias Pereira - 806037/15 - Not.382/2017 - R$ 3.828,03
km Engenharia e Equipamentos Ltda - 806001/14 - Not.364/2017 - R$ 6.759,78, 806002/14 - Not.366/2017 - R$ 6.920,85, 806003/14 - Not.368/2017 - R$ 7.269,72, 806004/14 - Not.370/2017 - R$ 7.470,27, 806005/14 - Not.372/2017 - R$ 7.325,59
Lupama Comercio e Construções Ltda - 806159/15 - Not.388/2017 - R$ 195,72
M.J. Logística - 806211/14 - Not.378/2017 - R$ 64,17
Maria Aparecida Carneiro - 806065/15 - Not.386/2017 - R$ 184,58
Mineração Cipoeiro Ltda me - 806057/14 - Not.374/2017 - R$ 5.986,39
Moderna Mineração Ltda - 806032/15 - Not.380/2017 - R$ 181,18, 806040/15 - Not.384/2017 - R$ 2.020,67

RELAÇÃO Nº 120/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Farid Costa Baquil - 806199/14 - Not.377/2017 - R$ 3.549,58
Genielzio Messias Pereira - 806037/15 - Not.383/2017 - R$ 7.099,17
km Engenharia e Equipamentos Ltda - 806001/14 - Not.365/2017 - R$ 7.099,17, 806002/14 - Not.367/2017 - R$ 7.099,17, 806003/14 - Not.369/2017 - R$ 7.099,17, 806004/14 - Not.371/2017 - R$ 7.099,17, 806005/14 - Not.373/2017 - R$ 7.099,17
Lupama Comercio e Construções Ltda - 806159/15 - Not.389/2017 - R$ 7.099,17
M.J. Logística - 806211/14 - Not.379/2017 - R$ 3.549,58
Maria Aparecida Carneiro - 806065/15 - Not.387/2017 - R$ 3.549,58
Mineração Cipoeiro Ltda me - 806057/14 - Not.375/2017 - R$ 3.549,58
Moderna Mineração Ltda - 806032/15 - Not.381/2017 - R$ 3.549,58, 806040/15 - Not.385/2017 - R$ 3.549,58

RELAÇÃO Nº 121/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 806246/11 - Not.390/2017 - R$ 4.253,35

RELAÇÃO Nº 122/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 806246/11 - Not.391/2017 - R$ 7.099,17

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 110/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Dragagem de Areia Seringa Ltda Cpf/cnpj :90.064.205/0001-23 - Processo minerário: 810086/01 - Processo de cobrança: 910496/17 Valor: R$.31.314,36

SIDNEI ECKERT

Ministério do Desenvolvimento Social

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA N° 190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ADJUNTO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, na Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e
Considerando o inciso V do art. 6° da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que estabelece dentre os objetivos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS a implementação da Gestão do Trabalho e Educação Permanente na Assistência Social;
Considerando a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;
Considerando a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS;
Considerando a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;
Considerando a Resolução nº 4, de 13 de março de 2013, do CNAS, que aprova a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS;
Considerando o disposto na Resolução nº 7, de 18 de maio de 2016, do CNAS, que aprova as metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), dentre as quais se destaca a ampliação e aprimoramento das ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS, fomentando a Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS, resolve:
Art. 1° Instituir o Núcleo Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - NUNEP/SUAS, instância colegiada de caráter consultivo, coordenada pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, por meio do Departamento de Gestão do SUAS, que tem como objetivo:
I - promover a efetivação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, aprovada pela Resolução nº 4, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
II - fomentar a unidade nacional no processo de implementação, monitoramento e avaliação das ações de formação e de capacitação, conforme os princípios e diretrizes da PNEP/SUAS.
Art. 2° São atribuições do NUNEP/SUAS:
I - realizar debate sobre competências e habilidades necessárias ao trabalho no âmbito do SUAS, visando subsidiar o processo de planejamento e oferta das ações de Educação Permanente;
II - realizar debate sobre estratégias para o aprimoramento da Educação Permanente no SUAS;
III - propor formas para disseminar informações e conhecimentos relacionados à Educação Permanente no âmbito do SUAS;
IV - apoiar na elaboração de metodologias de modelo ascendente de diagnósticos de necessidades de qualificação dos trabalhadores, gestores e conselheiros de assistência social;
V - apoiar na definição e no desenho de ações de formação e de capacitação a serem ofertadas nacionalmente;
VI - acompanhar, por meio dos registros e documentos técnicos produzidos pelo órgão gestor federal, o processo de implementação da PNEP/SUAS em âmbito nacional, de forma articulada com os núcleos estaduais e do Distrito Federal;
VII - contribuir no processo decisório acerca do processo de adesão de instituições, organizações e entidades à Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS - RENEP/SUAS;
VIII - homologar conteúdo dos cursos de capacitação ofertados nacionalmente;

IX - certificar, juntamente com o órgão gestor, a validade no âmbito do SUAS dos cursos de capacitação desenvolvidas de forma direta pela gestão federal;

X - pronunciar-se acerca da compatibilidade e adequação à PNEP/SUAS das ações de formação e capacitação ofertadas pelos entes e também em relação a ações de qualificação profissional fora da abrangência institucional desta política;

XI - atuar, de forma colaborativa, com os núcleos de educação permanente do SUAS, instituídos pelos estados, Distrito Federal e municípios, de forma a possibilitar a articulação e integração.

Art. 3° O NUNEP/SUAS assessorará a SNAS quanto ao desenvolvimento de ações de educação permanente no âmbito do SUAS com vistas à implementação da PNEP/SUAS, em especial nos seguintes assuntos:

I - diagnósticos de necessidades de qualificação e de formatação;

II - oferta e implementação de ações de formação e capacitação;

III - formação profissional e currículos;

IV - ações de pesquisa e extensão no SUAS;

V - estruturação de observatórios e núcleos de pesquisa;

VI - atividades de fomento à RENEP/SUAS.

Art. 4° O NUNEP/SUAS é composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 6 (seis) representantes titulares e respectivos suplentes do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS;

II - 2 (dois) representantes titulares e respectivo suplentes, professor ou pesquisador que atuem em instituição que integre a RENEP/SUAS.

III - 1 (um) representante titular e respectivo suplente indicados pelos trabalhadores integrantes da Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS;

IV - 1 (um) representante titular e respectivo suplente indicados pelos usuários integrantes do CNAS;

V - 1 (um) representante titular e respectivo suplente, integrantes do Núcleo Estadual de Educação Permanente, indicados pelo Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS;

VI - 1 (um) representante titular e respectivo suplente, integrantes do Núcleo Municipal de Educação Permanente, indicados pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - Congemas;

§1° A participação no NUNEP/SUAS será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§2° Os membros do NUNEP/SUAS serão designados em ato da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS.

§3° Compete à SNAS realizar as indicações referentes aos incisos I e II.

§4° Quando necessário, poderão ser convidados especialistas, pesquisadores e outros profissionais que aportem conhecimentos para tratar de temas específicos.

Art. 5° O NUNEP/SUAS se reunirá em Brasília, de forma ordinária trimestralmente, e extraordinariamente a critério da SNAS.

§1° A SNAS arcará com os custos de passagens e diárias dos membros do NUNEP/SUAS quando houver deslocamento até Brasília para as reuniões.

§2° Os membros do NUNEP/SUAS não residentes em Brasília poderão participar das reuniões por videoconferência.

Art. 6° A instalação e primeira reunião do NUNEP/SUAS deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 7° Os casos omissos serão resolvidos pela SNAS.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RETIFICAÇÃO

Em função do disposto na Nota Técnica 384 (SEI 0917796), solicitamos a retificação da Instrução Operacional SESAN nº 11, de 6 de setembro de 2017, publicada no D.O.U. nº 179, de 18 de setembro de 2017, Seção 1, página 73, conforme abaixo.

UF	Alteração do Valor Unitário de Referência com ISS	
	De	Para
Alagoas	14.752,06	14.856,48
Bahia	14.965,69	15.063,67
Ceará	13.938,00	14.055,77
Maranhão	14.222,85	14.325,54
Minas Gerais	14.466,65	14.576,68
Paraíba	14.319,51	14.419,37
Pernambuco	14.245,17	14.345,14
Piauí	15.506,57	15.616,11
Rio Grande do Norte	14.445,92	14.544,30
Sergipe	14.936,85	15.038,02

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.133, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017, 04/10/2017 e 08/11/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017, 04/10/2017 e 08/11/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.108390/2017-00
Proponente: Instituto Esporte Educação
Título: Ano II - Rede de Núcleos Esportivos Sócio-Educativos IEE - A
Registro: 02SP002062007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.381.220/0001-63
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.059.186,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0300 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 75675-X
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.102342/20177-08
Proponente: Instituto Passando a Guarda de Desenvolvimento Educacional da Cultura, Esporte e Educação
Título: Novo CIEEL Itatinga
Registro: 02SP135382014
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 11.413.347/0001-82
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 248.991,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1563 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29454-3
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003427/2015-37
Proponente: Associação Leões do Futuro
Título: Leões do Futuro
Valor autorizado para captação: R$ 621.304,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0259 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 75670-9.
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 757, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Prorroga o prazo previsto no art. 9º da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016 (02070.017361/2016-62).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 7 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir do dia 22 de novembro de 2017, o prazo previsto no art. 9º da Portaria nº 40, de 06 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016, seção 1, páginas 135 e 136, para as empresas e órgãos públicos firmarem Termo de Compromisso ou Termo de Cessão com o ICMBio.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

PORTARIA Nº 1, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Divulga o Regimento Interno do COMITÊ BRASIL-CHINA DE COOPERAÇÃO PARA A EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA (doravante denominado "CBC-FUNDO")

O Secretário de Assuntos Internacionais (SEAIN), Jorge Saba Arbache, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 9063, de 30 de maio de 2017, que institui o Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, resolve:

Art. 1º Divulgar o Regimento Interno do Comitê Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SABA ARBACHE

ANEXO

REGIMENTO INTERNO
CAPÍTULO I
DO FUNDO

Artigo 1°. O FUNDO BRASIL-CHINA DE COOPERAÇÃO PARA A EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA (doravante denominado "FUNDO") foi instituído no âmbito do Memorando de Entendimento firmado em 11 de outubro de 2016 (doravante denominado "MdE") entre a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da República Federativa do Brasil (doravante denominada "SEAIN") e o China-Lac Industrial Cooperation Investment Fund Co. Ltd. (doravante denominado "CLAIFUND"). Neste Regimento Interno, que é baseado no Artigo 2 do MoU, SEAIN e CLAIFUND são conjuntamente referidos como "Partes" e individualmente como "Parte".

Artigo 2º. O FUNDO não constitui uma pessoa jurídica ou condomínio e é destinado a funcionar como mecanismo de cooperação, por meio do qual será estabelecido um processo de avaliação de projetos, classificados de acordo com os setores indicados no item IV do Artigo 2 do MdE para benefício mútuo.

Artigo 3º. O FUNDO tem por objetivo avaliar projetos a serem realizados no Brasil, de acordo com as regras estabelecidas por este Regimento Interno e nos termos do MdE.

Artigo 4º. Para análise e enquadramento dos projetos conforme os setores explicitados no item (IV) do Artigo 2 do MdE, os Proponentes, deverão submeter Cartas-Consulta, nos termos descritos no Anexo 1 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 5º. A estrutura organizacional do FUNDO será composta por:

I. Comitê Diretivo
II. Grupo de Trabalho Técnico
III. Secretaria-Executiva

Artigo 6º. O Comitê Diretivo é composto por representantes de alto nível de cada Parte em igual número.

§ 1º Cada representante referido neste artigo terá um suplente, que o substituirá na impossibilidade de sua presença. Se um membro ou um suplente é nomeado ou renomeado, a Parte notificará a outra Parte dentro de dez (10) dias.

§ 2o O Comitê Diretivo poderá convidar Potenciais Financiadores (como definido no Capítulo IX) e representantes de outros órgãos e entidades relevantes, públicos ou privados, assim como especialistas em assuntos afetos a um dado tema para participarem, ocasionalmente, de atividades do Comitê Diretivo.

Artigo 7º. O Grupo Técnico de Trabalho (GTT) é constituído por representantes de nível técnico de cada Parte em igual número:

§ 1º Cada representante referido neste Artigo terá um suplente, que o substituirá na impossibilidade de sua presença. Se um membro ou um suplente é nomeado ou renomeado, a Parte notificará a outra Parte dentro de dez (10) dias.

§ 2o O GTT poderá convidar os Proponentes, representantes de outros órgãos e entidades relevantes, públicos ou privados, e especialistas em assuntos afetos às Cartas-Consulta (Anexo 1) para participarem de atividades do GTT.

Artigo 8º. Caberá à SEAIN o exercício da função de Secretaria Executiva do FUNDO.

Artigo 9º. A atuação do Grupo Técnico de Trabalho e do Comitê Diretivo é limitada à avaliação dos projetos apresentados por meio de Cartas-Consulta, observadas as diretrizes do FUNDO.

Parágrafo Único: Não compete ao Grupo Técnico de Trabalho nem ao Comitê Diretivo o exame da viabilidade econômico-financeira do projeto ou qualquer recomendação, deliberação ou pré-aprovação acerca de financiamento ou investimento para o projeto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DO COMITÊ DIRETIVO

Artigo 10. O Comitê Diretivo é responsável por analisar as propostas de classificação das Cartas-Consulta submetidas pelo GTT e emitir a decisão final sobre a classificação ou rejeição das mesmas.

Artigo 11. Compete ao Comitê Diretivo:

I. Aprovar por consenso este Regimento Interno e suas alterações posteriores;

II. Aprovar as Diretrizes e o Plano de Trabalho Anual do FUNDO elaborados pelo GTT;

III. Propor medidas, normas e procedimentos que assegurem o bom funcionamento das atividades do Comitê Diretivo;

IV. Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao FUNDO nas matérias de sua competência;

V. Aprovar os critérios, procedimentos e parâmetros básicos para a análise e enquadramento das Cartas-Consulta, propostos pelo GTT;

VI. Avaliar as propostas de classificação das Cartas-Consulta submetidas pelo GTT e emitir decisões finais sobre a classificação ou rejeição das mesmas;

VII. Decidir sobre os pedidos de reconsideração submetidos pelos Proponentes, nos casos de Cartas-Consulta rejeitadas;

VIII. Realizar os demais atos de gestão relativos ao FUNDO.

§ 1º. O Comitê Diretivo poderá manter diálogo com representantes de entidades representativas do setor privado com o objetivo de discutir estratégias e projetos.

§ 2º. O Comitê Diretivo será apoiado pelo Grupo de Trabalho Técnico e pela Secretaria Executiva, respectivamente, quanto à análise e classificação das Cartas-Consulta e à administração das suas atividades.

Artigo 12. A classificação realizada pelo Comitê Diretivo não obriga os Potenciais Financiadores ou quaisquer investidores a aprovarem o investimento e não geram, por si só, direito ao Proponente da Carta-Consulta de receber o financiamento ou investimento por parte de Potenciais Financiadores e/ou outros investidores.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DIRETIVO

Artigo 13. O Comitê Diretivo funcionará por meio de reuniões presenciais ou de videoconferências, e alternará locais entre o Brasil e a China, no caso de reuniões presenciais, conforme acordado pelas Partes.

Artigo 14. O Comitê Diretivo, com a presença de todos os seus membros, buscará o consenso em suas deliberações.

Parágrafo único. No caso de duas convocações sequenciais sem a presença de todos os membros, a terceira reunião poderá realizar-se, excepcionalmente, com presença mínima de quatro membros titulares do Comitê Diretivo, sendo dois de cada Parte.

Artigo 15. O Comitê Diretivo enviará à Secretaria Executiva as decisões relativas à classificação das Cartas-Consulta, para os encaminhamentos pertinentes, conforme Capítulo VII.

Artigo 16. As reuniões serão convocadas pela Secretaria Executiva, que preparará e enviará a convocação, a pauta, os documentos de trabalho e ata da reunião.

§1º A convocação das reuniões ordinárias do Comitê Diretivo deverá ser encaminhada com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos à reunião, por meio eletrônico, e deverá conter:

I. Pauta preliminar;

II. Indicação da data, horário e local; e

III. Documentação pertinente às reuniões.

§ 2º As pautas preliminares das reuniões poderão ser emendadas, por solicitação dos membros, em até dez (10) dias anteriores à reunião.

Artigo 17. Será lavrada ata de cada reunião presencial ou realizada por meio de videoconferência pela Secretaria Executiva.

Artigo 18. As atas das reuniões do "Comitê" deverão conter:

I. O local e a data de sua realização;

II. Os nomes dos presentes;

III. O resumo dos assuntos apresentados;

IV. As deliberações tomadas, quando couber; e

V. A documentação pertinente às reuniões.

§ 1º As atas serão encaminhadas aos membros e participantes dentro de dez (10) dias após à reunião para conhecimento e confirmadas por assinatura através de e-mail ou meios eletrônicos, com cópia a todos os membros do Comitê Diretivo. As atas serão consideradas aprovadas uma vez que todos os membros tenham confirmado suas assinaturas.

§ 2º Observações e retificações aos termos das atas deverão ser comunicadas à Secretaria Executiva em até dez (10) dias após o recebimento das minutas pelos membros.

§ 3º A versão final das atas aprovadas por todos os membros de acordo com este Artigo será arquivada pela Secretaria Executiva, sendo enviada cópias para as Partes e cada membro do Comitê Diretivo e do GTT.

Artigo 19. Os membros do Comitê Diretivo poderão realizar consultas e manifestar-se por meio eletrônico, com apoio da Secretaria Executiva.

CAPÍTULO V

DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO

Artigo 20. O Grupo de Trabalho Técnico (GTT) é a instância de decisão técnica do FUNDO. O GTT é responsável por analisar as Cartas-Consulta de acordo com este Regimento Interno, diretrizes e procedimentos aprovados pelo Comitê Diretivo e submeter as propostas de classificação das Cartas-Consulta ao Comitê Diretivo para decisão final.

Artigo 21. Compete ao GTT:

I. Propor as Diretrizes e o Plano de Trabalho Anual do FUNDO para aprovação pelo Comitê Diretivo;

II. Propor ao Comitê Diretivo critérios, procedimentos e parâmetros básicos para a análise, e classificação das Cartas-Consulta;

§ 1º. O GTT poderá manter diálogo com representantes de entidades representativas do setor privado com o objetivo de discutir estratégias e projetos.

§ 2º.O GTT será apoiado pela Secretaria Executiva quanto à proposta de classificação das Cartas-Consulta e à administração das suas atividades.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO

Artigo 22. O GTT funcionará por meio de videoconferências e quando possível por reuniões presenciais no Brasil ou na China, conforme acordado pelas Partes.

Artigo 23. O GTT, com a presença de todos os seus membros, buscará o consenso na elaboração de suas propostas de classificação de projetos.

Parágrafo único. No caso de duas convocações sequenciais sem a presença de todos os membros, a terceira reunião poderá realizar-se, excepcionalmente, com presença mínima de quatro membros titulares do GTT, sendo dois de cada Parte.

Artigo 24. O GTT enviará à Secretaria Executiva a proposta de classificação das Cartas-Consulta, para os encaminhamentos pertinentes, conforme Capítulo VII.

Artigo 25. As reuniões serão convocadas pela Secretaria Executiva, que preparará e enviará a convocação, a pauta, os documentos de trabalho e ata da reunião.

§ 1º A convocação das reuniões ordinárias do GTT deverá ser encaminhada com antecedência mínima de quinze (15) dias corridos à reunião, por meio eletrônico, e deverá conter:

I. Pauta preliminar;

II. Indicação da data, horário e local.

III. Documentação pertinente às reuniões.

§ 2º As pautas preliminares das reuniões poderão ser emendadas, por solicitação dos membros, em até dez (10) dias úteis anteriores à reunião.

Artigo 26. Será lavrada ata de cada reunião pela Secretaria Executiva. As atas das reuniões do GTT deverão conter:

I. O local e a data de sua realização;

II. Os nomes dos presentes;

III.O resumo dos assuntos apresentados;

IV.As deliberações tomadas, quando couber; e

V. A documentação pertinente às reuniões.

§ 1º. As atas serão encaminhadas aos membros e participantes dentro de dez (10) dias após à reunião para conhecimento e confirmadas por assinatura através de e-mail ou meios eletrônicos, com cópia a todos os membros do GTT. As atas serão consideradas aprovadas uma vez que todos os membros tenham assinado.

§ 2º. Observações e retificações aos termos das atas deverão ser comunicadas à Secretaria Executiva em até dez (10) dias após o recebimento da minuta pelos membros.

§ 3º. A versão final das Atas aprovadas por todos os membros de acordo com este Artigo será arquivada pela Secretaria Executiva, sendo enviadas cópias para as Partes e para cada membro do Comitê Diretivo e do GTT.

Artigo 27. Os membros do GTT poderão realizar consultas e manifestar-se por meio eletrônico, com apoio da Secretaria Executiva.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 28. À Secretaria Executiva compete:

I. Coordenar o processo de análise e classificação das Cartas-Consulta no âmbito do Comitê Diretivo e do GTT;

II. Executar atividades técnico-administrativas segundo as instruções do Comitê Diretivo e do GTT;

III. Elaborar documentos e notas técnicas para subsidiar o Comitê Diretivo e o GTT;

IV. Propor as pautas das reuniões do Comitê Diretivo e do GTT;

V. Elaborar as atas das reuniões do Comitê Diretivo e do GTT;

VI. Convocar outros órgãos e entidades da Administração Pública de cada país para participar de reuniões do Comitê Diretivo e do GTT, segundo as respectivas instruções do Comitê Diretivo ou do GTT;

VII. Requerer às autoridades competentes esclarecimentos referentes a assuntos pertinentes aos temas das reuniões do Comitê Diretivo e do GTT;

VIII. Manter comunicação e coordenação referentes a todos os assuntos com entidades relevantes que tenham sido indicadas pelo Comitê Diretivo ou GTT;

IX. Executar o Plano de Trabalho Anual e a agenda de trabalho aprovadas pelo Comitê Diretivo;

X. Apresentar avaliação das ações realizadas ao longo do ano e preparar nota técnica sobre a execução do Plano de Trabalho Anual;

XI. Organizar fóruns e seminários objetivando a discussão, promoção e atração de projetos, segundo instruções do Comitê Diretivo e GTT;

XII. Receber as Cartas-Consulta preparadas pelos Proponentes de projetos, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo 1;

XIII. Conduzir a revisão das Cartas-Consulta e verificar se todos os itens estabelecidos no Anexo 1 foram incluídos nas Cartas-Consulta, e requerer aos Proponentes, se necessário, a revisão da Carta-consulta.

XIV. Enviar ao CLAIFUND todas as comunicações entre a Secretaria Executiva e os membros chineses do Comitê Diretivo; e

XV. Implementar outras atribuições estabelecidas pelo Comitê Diretivo ou GTT.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA

Artigo 29. O processo de análise e classificação das Cartas-Consulta seguirá os seguintes procedimentos:

I. O Proponente do projeto apresentará Carta-Consulta segundo os requisitos exigidos no Anexo I à Secretaria Executiva;

II. A Secretaria Executiva conduzirá, por pura formalidade, a revisão das Cartas-Consulta e verificará se todos os itens estabelecidos pelo Anexo 1 estão incluídos, seguindo o seguinte processo:

A. Para cada reunião, o GTT considerará as Cartas-Consulta recebidas até quinze (15) dias antes da data da reunião;

B. Se houver informações faltantes nas Cartas-Consulta, a Secretaria Executiva informará o Proponente, que terá quinze (15) dias para a revisar e apresentar a Carta-Consulta revisada;

C. Se as Cartas-Consulta (original ou revisadas) satisfizerem a formalidade da revisão, a Secretaria Executiva as submeterá ao GTT para uma revisão substancial seguindo o item III, do caput, e convocará reunião do GTT.

III. Em suas reuniões o GTT analisará as Cartas-Consulta de acordo com este Regimento Interno, diretrizes e procedimentos aprovados pelo Comitê Diretivo e apresentará uma proposta de classificação das Cartas-Consulta de acordo com os setores indicados no item IV do Artigo 2 do MdE , que será submetida ao Comitê Diretivo através da Secretaria Executiva para decisão final;

IV. Após receber a proposta de classificação da Carta-Consulta do GTT, a Secretaria Executiva convocará, com antecedência mínima de 30 dias corridos, reunião do Comitê Diretivo para avaliação dessas propostas de classificação submetidas pelo GTT e emissão de decisão final de classificação ou rejeição;

V. Para evitar dúvidas, nas situações descritas abaixo a Secretaria Executiva informará os Proponentes da Carta-Consulta sobre a necessidade de revisão da mesma dentro de quinze (15) dias, e que deverá ser apresentada a Carta-Consulta revisada nos termos do item I do Artigo 29, após a notificação oficial:

A. Quando o Comitê Diretivo ou o GTT considerarem que a Carta-Consulta não preenche todos os requisitos ou houver alguma informação faltante;

B. Quando o GTT ou o Comitê Diretivo considerar que é necessário informar ao Proponente que ele deve submeter uma Carta-Consulta revisada.

VI. A Secretaria Executiva informará aos Proponentes das Cartas-Consulta e aos Potenciais Financiadores a decisão do Comitê Diretivo.

Artigo 30. A classificação da Carta-Consulta pelo Comitê Diretivo não gera para o Proponente qualquer direito ou expectativa quanto ao financiamento ou investimento do Projeto pelos Potenciais Financiadores e outros investidores, que decidirão sobre a concessão de financiamentos ou investimentos aos projetos a partir de suas normas e processos internos e respectivas políticas de crédito.

CAPÍTULO IX

DOS PROPONENTES E DOS POTENCIAIS FINANCIADORES

Artigo 31. São considerados Proponentes as pessoas físicas ou jurídicas, baseadas ou não no Brasil, que submeterem seus projetos por meio de Carta-Consulta (com referência ao Anexo I).

Artigo 32. Os Potenciais Financiadores são instituições chinesas e brasileiras, conforme estabelecido no item VI do Artigo 2 do MdE.

Artigo 33. Cada um dos Potenciais Financiadores será responsável por suas próprias análises e investimentos nos projetos que tenham as Cartas-Consulta classificadas pelo Comitê Diretivo, assim como serão responsáveis pela decisão sobre a forma de investimento.

Artigo 34. As decisões sobre financiamento, investimentos e desembolsos para os projetos com Cartas-Consulta classificadas pelo Comitê Diretivo serão feitas pelos Potenciais Financiadores e outros investidores projeto a projeto, e em conformidade com as legislações e normas internas aplicáveis de cada instituição, sem qualquer ingerência do Comitê Diretivo, GTT ou Secretaria Executiva.

CAPÍTULO X

IDIOMAS

Artigo 35. Este Regimento Interno vigora em Chinês, Português e Inglês. As três versões têm o mesmo efeito legal. No caso de alguma inconsistência, a versão na língua inglesa prevalecerá. Português e Inglês são os idiomas de trabalho a serem utilizadas pelo FUNDO para comunicação verbal e escrita. Quaisquer documentos preparados, utilizados, originados ou criados pelo FUNDO (incluindo, mas não apenas as atas, decisões, Cartas-Consulta e outros documentos) deverão ser escritos em português e inglês. Em caso de conflito entre as duas versões prevalecerá a versão em inglês. O inglês é o idioma de trabalho para toda comunicação com o CLAIFUND, o Proponente Chinês e outro Financiador Chinês.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 36. É de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da República Federativa do Brasil providenciar ao FUNDO todos os meios necessários ao exercício das atividades de sua competência, incluindo o apoio estabelecido no Artigo 3 do MdE e requerido para o exercício das funções da Secretaria.

Artigo 37. Cada Parte arcará com os custos das suas próprias atividades comunicativas, cooperativas, de viagem e de administração concernentes à gestão e à operacionalização do FUNDO, salvo acordo em contrário.

Artigo 38. Quaisquer questões ou disputas emanadas da interpretação ou implementação deste Regimento Interno deverão ser resolvidas por meio de consulta direta entre as Partes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 39. As Partes concordam que quaisquer disputa, controvérsia ou reclamações decorrentes ou em conexão com este Regimento Interno, incluindo a existência, validade, interpretação, desempenho, violação ou rescisão serão resolvidas mediante consulta em boa-fé.

Artigo 40. Qualquer informação relacionada a este Regimento Interno deverá ser considerada como informação em conexão com o MdE e deverá ser tratada segundo os Artigos 10 e 11 do MdE. Os princípios dos Artigos 10 e 11 do MdE se aplicam a todos os membros do Comitê Diretivo e do GTT.

Artigo 41. Este Regimento Interno poderá ser retificado, modificado ou complementado pelo Comitê Diretivo.

Artigo 42. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de aprovação pelo Comitê Diretivo.

O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco.

ANEXO I

CARTA-CONSULTA

A Carta-Consulta é o documento que descreve as ações relacionadas à execução dos projetos a serem contratados com base no mecanismo de cooperação do FUNDO.

A Carta-Consulta deverá conter os seguintes pontos:

I. Identificação: Nome do Projeto e Informações do Proponente

II. Dados do Projeto:

1. Breve relatório sobre o problema que o projeto se propõe a resolver, como o Proponente pretende fazê-lo, como o projeto se enquadra nas prioridades do Governo e a que setores o projeto está associado.

2. Relatório do Projeto:

2.1 Projeto:

i. Objetivos do projeto proposto: quais são os resultados das ações implementadas através do projeto;

ii. Indicadores: avaliação quantitativa dos resultados esperados da implementação do projeto;

iii. Componentes: ações a serem implementadas pelo projeto;

iv. Etapas Realizadas: o Proponente deve informar as medidas já realizadas em relação ao projeto;

v. Ambito Geográfico: especificar a localização do projeto e a região, estado ou município a ser afetado;

vi. Público Alvo e Beneficiários: o proponente deve informar o segmento da sociedade que se beneficiará direta e indiretamente das ações do projeto.

2.2 Custo e financiamento do projeto: estimativa do custo global do projeto, bem como do valor estimado e/ou percentagem a financiar pelo FUNDO.

2.2.1 o valor a ser financiado para cada projeto dependerá da análise dos financiadores de acordo com suas políticas operacionais.

2.3 Prazo: Indicar o prazo necessário para a execução do projeto.

2.4 Cronograma: Distribuir os valores dos produtos por anos.

2.5 Riscos: o Proponente deve informar os riscos inerentes e possíveis do projeto

2.6 Anexos: o Proponente deve incluir informações sobre o cronograma, a análise dos impactos diretos e indiretos do projeto, um relatório sobre a importação de tecnologia ou a geração de tecnologia e quaisquer outros dados que o proponente considere relevantes para solicitar acesso ao FUNDO.

A Secretaria Executiva providenciará às informações técnicas sobre como submeter a Carta-Consulta bem como os procedimentos adicionais

O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 21, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria n° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU, de 30 de junho de 2010, Seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, do artigo 11 do Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, e o disposto no art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterado pela a Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, e os elementos que integram o Processo nº 10580.004327/00-77, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória, sob a forma de utilização gratuita, ao ESTADO DA BAHIA, do imóvel de propriedade da União, localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 2242, Salvador/BA, medindo 1.662,90 m² e com área construída de 1.247,28 m², para a instalação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, CNPJ 14.674.303/0001-02.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior se destinase a acomodar unidades de Corregedoria, Auditoria Interna, Gerência de Arquivo, Núcleo de Atuação da Procuradoria Geral do Estado Junto ao Tribunal, Parte da Gerência de Protocolo, Parte da Ouvidoria e parte da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa

Art. 3º A presente cessão provisória terá validade até que se conclua a incorporação do imóvel ao patrimônio da União, onde passará a ser definitiva, mediante elaboração de novo contrato a critério e conveniência deste Ministério.

Art. 4º Tornar sem efeito a Portaria nº 16, de 13 de setembro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO SABACK ERUDILHO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA PARAÍBA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere Portaria/SPU n° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 e a alínea "a" do inciso II, do art, 2° da Portaria 144, de 09 de julho de 2001, bem como os elementos que integram o Processo nº 04931.000540/2010-13, especialmente a Nota Técnica 17312/2017-MP, resolve promover alteração normativas no caput e no parágrafo único do Artigo 2° da Portaria Autorizativa da Cessão nº 02 de 05 de janeiro de 2012, desta Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, Pág. 58, de 18/01/12, que passará a constar com a seguinte redação:

Art. 2°- A cessão a que se refere o art. 1° destina-se a instalação de uma UPA- Unidade de Pronto Atendimento, a instalação e funcionamento da Secretaria de Infraestrutura e o Departamento de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de Sousa-DAESA, bem como a construção de uma Unidade Especializada de Saúde - Centro de Imagem, de acordo com todas as especificações e fundamentos insertos no Ofício nº 2226C/2017, de 30/08/2017, presente às folhas 115, do processo supra;

Parágrafo único - A cessão terá vigência pelo prazo de (20) vinte anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

JOSÉ CLIDEVALDO SAMPAIO ALVES

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 21 de novembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1470/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: CANCELAR o registro sindical do SINDSEMG - Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de Minas Gerais/MG, CNPJ 23.971.567/0001-00, Carta Sindical: L107 P079 A1987, e por conseguinte, o registro de alteração estatutária 46211.004810/2010-31, nos termos do art. 34, inciso V da Portaria 326/2013 c/c art. 52 da Lei 9.784/1999.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 1469/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária (RAE) ao SINCAPR - Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidores do Estado do Paraná, processo n.º 46212.001490/2013-08 (SA01383), CNPJ n.º 76.683.010/0001-30, para representar a categoria do comércio atacadista de: cacau; soja, alimentos para animais; leite e laticínios; cereais e leguminosas beneficiados; farinhas, amidos e féculas; cereais e leguminosas beneficiados, farinhas amidos e féculas, com atividades de fracionamento acondicionamento associada; frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos; aves vivas e ovos; coelhos, galinhas, patos, perus, lebres; carnes bovinas, suínas e derivados; aves abatidas e derivados; pescados e frutos do mar; carnes e derivados de caprinos, ovinos e equídeos; café em grãos, torrado, moído e solúvel; açúcar; óleos e gorduras; pães, bolos, biscoitos, bolachas, produtos de padaria; massas alimentícias; sorvetes, picolés, tortas geladas de sorvete; chocolates, confeitos, balas, bombons; alimentos preparados em frituras; alimentos preparados, alimentos prontos, para preparo em microondas; condimentos e especiarias e essências para uso em alimentos; produtos alimentícios em geral e com atividade de fracionamento e acondicionamento associada e comércio atacadista especializado, mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios, outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, armarinhos, artigos de vestuário e acessórios, chapéus, enxovais, guarda chuva, sombrinha, calçados, bolsas, malas, artigos de viagens; fumo beneficiado, cigarro, cigarrilha, charuto; cosméticos e artigos de perfumaria; produtos de higiene pessoal, limpeza, conservação domiciliar e com atividade de fracionamento e acondicionamento associado, embalagens; bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos; bebidas, cerveja, chope, refrigerante, água mineral e bebidas com atividade fracionamento e acondicionamento associado; equipamentos elétricos e aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, móveis e artigos de colchoaria; tapeçaria, persianas e cortinas, lustres, luminárias e abajures; material elétrico; lubrificantes; mercadorias em geral sem predominância de produtos alimentícios, insumos agropecuários e sem predominância de insumos agropecuários; com abrangência no estado do Paraná. Exceto para representatividade legal das categorias do comércio de tecidos, artigos do vestuário e acessórios, jóias e bijuterias, calçados de qualquer material, artigos de armarinhos, cama, mesa e banho, de eletrodomésticos e outros equipamentos de uso pessoal e de cosméticos e perfumaria que abrangerão os seguintes municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Altamira do Paraná, Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Amaporã, Ampére, Anahy, Andirá, Antonina, Antônio Olinto, Apucarana, Arapoti, Arapuã, Araruna, Araucária, Ariranha do Ivaí, Assaí, Assis Chateaubriand, Balsa Nova, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barra do Jacaré, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Ventura de São Roque, Boa Vista da Aparecida, Bocaiúva do Sul, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso, Bom Sucesso do Sul, Borrazópolis, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Campina da Lagoa, Campina do Simão, Campina Grande do Sul, Campo Bonito, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Candói, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Carambeí, Carlópolis, Cascavel, Castro, Catanduvas, Centenário do Sul, Cerro Azul, Céu Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colombo, Colorado, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Contenda, Corbélia, Cornélio Procópio, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Corumbataí do Sul, Cruz Machado, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Cruzmaltina, Curitiba, Curiúva, Diamante do Norte, Diamante do Sul, Diamante d"Oeste, Dois Vizinhos, Douradina, Doutor Ulysses, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Entre Rios do Oeste, Esperança Nova, Espigão Alto do Iguaçu, Farol, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Fênix, Fernandes Pinheiro, Figueira, Flor da Serra do Sul, Florestópolis, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Foz do Jordão, Francisco Alves, Francisco Beltrão, General Carneiro, Godoy Moreira, Goioerê, Goioxim, Grandes Rios, Guaíra, Guairaçá, Guamiranga, Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guaraniaçu, Guarapuava, Guaraqueçaba, Guaratuba, Honório Serpa, Ibaiti, Ibema, Ibiporã, Icaraíma, Iguatu, Imbaú, Imbituva, Inácio Martins, Inajá, Indianópolis, Ipiranga, Iporã, Iracema do Oeste, Irati, Iretama, Itaguajé, Itaipulândia, Itambaracá, Itapejara d"Oeste, Itaperuçu, Itaúna do Sul, Ivaí, Ivaiporã, Ivaté, Jaboti, Jacarezinho, Jaguapitã, Jaguariaíva, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japira, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Jesuítas, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Juranda, Jussara, Kaloré, Lapa, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Leópolis, Lidianópolis, Lindoeste, Loanda, Londrina, Luiziana, Lunardelli, Lupionópolis, Mallet, Mamborê, Mandaguari, Mandirituba, Manfrinópolis, Mangueirinha, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Marquinho, Marumbi, Matelândia, Matinhos, Mato Rico, Mauá da Serra, Medianeira, Mercedes, Mirador, Miraselva, Missal, Moreira Sales, Morretes, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Fátima, Nova Laranjeiras, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Prata do Iguaçu, Nova Santa Bárbara, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ortigueira, Ourizona, Ouro Verde do Oeste, Palmas, Palmeira, Palmital, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaguá, Paranapoema, Paranavaí, Pato Bragado, Pato Branco, Paula Freitas, Paulo Frontin, Peabiru, Perobal, Pérola, Pérola d"Oeste, Piên, Pinhais, Pinhal de São Bento, Pinhalão, Pinhão, Piraí do Sul, Piraquara, Pitanga, Pitangueiras, Planaltina do Paraná, Planalto, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Porecatu, Porto Amazonas, Porto Barreiro, Porto Rico, Porto Vitória, Prado Ferreira, Pranchita, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Quarto Centenário, Quatiguá, Quatro Barras, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol, Quitandinha, Ramilândia, Rancho Alegre, Rancho Alegre d"Oeste, Realeza, Rebouças, Renascença, Reserva, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Azul, Rio Bom, Rio Bonito do Iguaçu, Rio Branco do Ivaí, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Rolândia, Roncador, Rondon, Rosário do Ivaí, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Maria do Oeste, Santa Mariana, Santa Mônica, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São João do Triunfo, São Jorge do Patrocínio, São Jorge d"Oeste, São José da Boa Vista, São José das Palmeiras, São José dos Pinhais, São Manoel do Paraná, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sapopema, Saudade do Iguaçu, Sengés, Serranópolis do Iguaçu, Sertaneja, Sertanópolis, Siqueira Campos, Sulina, Tamarana, Tamboara, Tapejara, Tapira, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Tibagi, Tijucas do Sul, Toledo, Tomazina, Três Barras do Paraná, Tunas do Paraná, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Turvo, Ubiratã, Umuarama, União da Vitória, Uniflor, Uraí, Ventania, Vera Cruz do Oeste, Verê, Virmond, Vitorino, Wenceslau Braz e Xambrê, no estado do Paraná.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando prosseguimento a decisao judicial exarada nos autos do Processo 1005545-58.2017.4.01.3400, procedente da 16ª Vara Cível da SJDF, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 1468/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Viçosa e Região - SINTICONV, CNPJ 20.323.952/0001-53; Processo 46211.005203/2016-83, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores em edificações e nas indústrias da construção civil, de cimentos, cal, gesso, ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento, cerâmica para construção, mármores, granitos, olaria, decorações, estuques e ornatos, artefatos de cimentos armados; e nas indústrias de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitários e de refratários; e do mobiliário, exceto trabalhadores moveleiros; e oficiais eletricistas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Eugenópolis, Guiricema, Mirai, Muriaé, Patrocínio Do Muriaé, Paula Cândido, Porto Firme, Rio Pomba, Rodeiro, Rosário Da Limeira, São Geraldo, São Sebastião Da Vargem Alegre, Tocantins, Tombos, Ubá e Viçosa - MG, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, dando continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000716-94.2017.5.10.0012 procedente da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1477/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva e Sarandi, CNPJ 24.913.614/0001-22, Processo 46212.015825/2016-18, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Jandaia

do Sul, Mandaguari, Marialva e Sarandi, Estado do Paraná/PR, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: 1) STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JANDAIA DO SUL, CNPJ: 78.364.874/0001-15, Carta Sindical: L044 P041 A1963, excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, no município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná/PR; 2) STRURALMANDAGUARI - SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, CNPJ: 78.960.499/0001-76, Carta Sindical: L035 P089 A1963, excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, no município de Mandaguari, Estado do Paraná/PR; 3) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari, CNPJ Não Informado, Carta Sindical: L033 P014 A1962, excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, no município de Mandaguari, Estado do Paraná/PR; 4) S.T.R.M. - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARIALVA, CNPJ: 76.121.664/0001-70, Carta Sindical: L076 P035 A1975, excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, no município de Marialva, Estado do Paraná/PR; 5) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi, CNPJ: 76.722.339/0001-63, Carta Sindical: L095 P079 A1984, excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, no município de Sarandi, Estado do Paraná/PR, todas as anotações nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade à Decisão Judicial prolatada no Processo 000384-41.2016.5.14.0404, procedente da 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, e, em continuidade à Decisão Judicial prolatada no Processo 0001686-49.2016.5.10.0006, procedente da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, na Nota Técnica 1476/2017/CGRS/SRT/MTb, decide: ARQUIVAR a impugnação 46000.005077/2017-23 nos termos do art. 18, inciso VII da Portaria 326/2013, e deferir o pedido de registro sindical 46200.001513/2014-96 de interesse do SINDENF/AC - Sindicato dos Enfermeiros Graduados e Enfermeiros Especialistas do Estado do Acre, CNPJ 13.830.057/0001-60, para representação da Categoria profissional dos enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Acre (COREN-AC), na base territorial do estado do Acre, com fundamento no inciso II do art. 25 da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SNEMM - Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante, CNPJ 42.107.276/0001-13, Carta Sindical L016 P014 A1940, excluindo da base territorial o estado do Acre; B) SPATE/ACRE - Sindicato dos Profissionais Auxiliares, Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros do Acre, CNPJ 01.733.555/0001-05, Processo 46000.008133/98-94, excluindo a Categoria profissional dos enfermeiros devidamente registrados no Conselho Regional de Enfermagem do Acre (COREN-AC); conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013."

Em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 0000493-63.2016.5.10.0017, procedente da 17ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1475/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SEAHPAR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ALIMENTACÃO E HOSPITALIDADE DE PARAUAPEBAS E REGIAO, CNPJ 21.533.100/0001-53, Processo 46222.002649/2015-46, para representar a Categoria Econômica de hotéis, restaurantes, albergues, apart-hoteis, botequins, bufets, cafés, cafeterias, cantinas, casas de chá, casas de cômodo, casas de diversão, casas de espetáculos, casas de jogos, casas noturnas, casas de recuperação, campings, condohotéis, cervejarias, condomínios, churrascarias, economatos, fast food, flats, hospedarias, hotéis fazenda, indústria de alimentação preparada, motéis, pensões, pousadas, lanchonetes, leiterias, pastelarias, pizzarias, quiosques, restaurantes de comida a quilo, salsicharias, sorveterias, tendinhas, trailers e equipamentos ambulantes que comercializam alimentação preparada, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Água Azul Do Norte, Canaã Dos Carajás, Curionópolis, Eldorado Do Carajás, Ourilândia Do Norte, Parauapebas, Rio Maria e Xinguara, estado do Pará, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento à Decisão Judicial prolatada no Processo 0000950-76.2017.5.10.0012, procedente da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 1474/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de São Gabriel do Oeste/MS, CNPJ 24.405.116/0001-79, Processo 46312.001440/2016-37, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência Municipal e base territorial no Município de São Gabriel Do Oeste - MS, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel do Oeste, CNPJ 01.952.076/0001-80, Carta Sindical L100 P074 A1985; excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, no Município de São Gabriel Do Oeste - MS, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento à Decisão Judicial prolatada no Processo 0000507-22.2017.5.10.0014, procedente da 14ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 1471/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINTRAMGEM - Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de General Maynard - SE, CNPJ 13.564.611/0001-04, Processo 46221.009643/2016-91, para representar a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Cumbe, General Maynard e Rosário do Catete, Estado de Sergipe, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais dos municípios de Cumbe, General Maynard e Rosário do Catete, Estado de Sergipe; B) Sindicato dos Trabalhadores no Poder Executivo do Estado de Rondônia, CNPJ 05.577.273/0001-17, Processo 46000.004870/2003-18; excluindo de sua base territorial os municípios de General Maynard e Rosário do Catete, Estado de Sergipe; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 22 de novembro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46265.000131/2015-71
Entidade	Sindicato das Indústrias do Calçado e Vestuário de Birigui
CNPJ	51.098.390/0001-15
Fundamento	NT 1466/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1480/2017/CGRS/SRT/MTb resolve ANULAR a Nota Técnica 125/2016/GAB/SRT/MTb, com fulcro nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas 346 e 473 do STF e, por conseguinte, retornar ao status de INDEFERIMENTO o pedido de alteração estatutária do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista e Região Sul e Oeste da Bahia - SINSERV-BA (CNPJ 16.415.671/0001-53), Processo 46204.007322/2011-55, com respaldo nos motivos explicitados na NT 497/2016/CGRS/SRT/MTPS, publicada em 12/04/2016 no DOU, Seção 1, nº 69, pág. 61."

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo:	46205.007414/2010-44.
Entidade:	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar Vale do Coreaú I.
CNPJ:	08.761.950/0001-40.
Abrangência:	Intermunicipal.
Base Territorial:	*Ceará*: Coreaú, Frecheirinha e Moraújo.
Categoria Profissional:	Todos os Trabalhadores da categoria diferenciada da agricultura familiar dos Municípios de Coreaú, Frecheirinha e Moraújo CE, de acordo com a legislação vigente, respeitado os parâmetros do Decreto Lei nº 1.166/71, com a redação dada pela lei nº 9.701/98, limitado até 2 (dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 1478/2017/CGRS/SRT/MTb

Processo	46213.001285/2017-58
Entidade	SINDITAC AGRESTE - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas do Agreste de Pernambuco e Região.
CNPJ	26.113.818/0001-04
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Águas Belas, Altinho, Angelim, Arcoverde, Belo Jardim, Brejão, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Ibirajuba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa Do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Pesqueira, São Bento Do Una, São Caitano, São João, Tacaimbó, Terezinha e Venturosa - PE.
Categoria	Econômica dos transportadores autônomos de cargas, na respectiva base territorial, exceto a categoria dos Transportadores autônomos de veiculo (cegonheiros), em observância a Nota Técnica nº 134/2016/CGRS/SRT/MTb.
Fundamento	NT 1472/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento a Decisão Judicial exarada no Processo 0001244-43.2017.5.10.0008 em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46211.004621/2016-53
Entidade	Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Condomínios, Administradora de Condomínios e Imóveis de Viçosa e Região - SETHAC - VR.
CNPJ	25.107.829/0001-19
Abrangência	Intermunicipal.
Base Territorial	*Minas Gerais*: Amparo do Serra, Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Guaraciaba, Guiricema, Paula Cândido, Pedra do Anta, Raul Soares, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Teixeiras e Viçosa.
Fundamento	NT 1473/2017/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Trabalhadores em empresas de prestação de serviços de asseio e conservação, limpeza urbana e áreas verdes, constituída pelas categorias profissionais e funções de empregados em empresas de prestação de serviços de asseio e conservação (higiene, faxina, servente), copa, limpeza de fossas e caixas d"água, manutenção predial, limpeza e restauração de fachadas, limpeza de vidros, jardinagem,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

portaria, zeladoria, recepção e vigia, empregados de condomínios, de edifícios comerciais, residenciais ou mistos, shopping center, galerias, empregados de empresas administradoras de condomínios e imóveis, conservação de elevadores, inclusive os empregados em serviços administrativos das referidas empresas e dos cabineiros (ascensoristas), independentemente do cargo ou função que ocupem, exceto os de categorias diferenciadas por lei; controle de pragas e vetores (dedetização, desratização, descupinação), limpeza urbana (coleta de lixo domiciliar, industrial, de resíduo de saúde, seletiva e de entulhos, grandes geradores de resíduos), destino final de lixo (usinas de reciclagem, compostagem, incineradores e aterros sanitários), varrição de vias públicas, serviços complementares de limpeza urbana, operacional, de manutenção e administrativo, manutenção de área verde, (jardinagem e paisagismo, manutenção e instalação em vias e logradouros públicos, poda de árvores, capinação e limpeza de córregos, canais e sistema de drenagem, pintura de postes e meio fio, operacional, manutenção e administrativo); empregados em institutos de beleza e cabeleireiros, barbearias, salões de beleza, oficiais barbeiros, manicures, esteticistas, maquiadores, depiladores, ajudantes, copeiros.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF prolatada nos autos do Processo Judicial nº 0001114-172017.5.10.0020, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46211.004513/2016-81
Entidade	SINDISMI - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Municipais de Santa Maria de Itabira - MG.
CNPJ	14.153.434/0001-36
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Santa Maria de Itabira - MG.
Categoria Profissional	Servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo da Administração direta e indireta.
Fundamento	NT 1467/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1479/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve RETIFICAR o despacho de interesse do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Presidente Prudente, CNPJ 55.355.192/0001-40, processo 46021.003256/2003-82 publicado no DOU de 21 de novembro de 2016, Seção 1, página 117, nº 222; para que inclua os municípios de "Taciba, Teodoro Sampaio" no estado de São Paulo.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 22 de novembro de 2017

Nº 37- A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADODA BAHIA- EM EXERCÍCIO, tendo em vista o que consta do Processo nº 46204.011864/2017-18 e nos termos do despacho exarado nos autos do processo em epígrafe e usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho.
HOMOLOGA o Plano de Cargos e Salários dos Técnicos Administrativos da Editora e Distribuidora Educacional S/A inscrito no CNPJ sob o nº 38.733.648/0061-80, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no mencionado plano dependerá de prévia autorização desta Superintendência.

Nº 38 - A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADODA BAHIA- EM EXERCÍCIO, tendo em vista o que consta do Processo nº 46783.000390/2017-13 e nos termos do despacho exarado nos autos do processo em epígrafe e usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho.
HOMOLOGA o Plano de Cargos e Salários dos Técnicos Administrativos da Editora e Distribuidora Educacional S/A inscrito no CNPJ sob o nº 38.733.648/0064-23, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no mencionado plano dependerá de prévia autorização desta Superintendência.

Nº 39 - A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADODA BAHIA- EM EXERCÍCIO, tendo em vista o que consta do Processo nº 46783.000389/2017-81 e nos termos do despacho exarado nos autos do processo em epígrafe e usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, da Secretaria de Relações do Trabalho.
HOMOLOGA o Plano de Cargos e Salários dos Técnicos Administrativos da Editora e Distribuidora Educacional S/A inscrito no CNPJ sob o nº 38.733.648/0064-23, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no mencionado plano dependerá de prévia autorização desta Superintendência.

GERTA ANGÉLICA SCHULTZ CÔRTES FAHEL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA N° 178, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL - Substituta, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Carreira e Salários do Corpo Técnico Administrativo da Associação Educacional do Planalto Central - AEPC - CNPJ: 02.168.995/0002-00 nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 138/2017, de 21 de novembro de 2017, anexa ao Processo n. 46206.005910/2017-20.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA REGINA SOARES DA SILVEIRA ROSA

PORTARIA N° 179, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL - Substituta, no uso da atribuição que lhe subdelega o art. 1º, da Portaria SRT/MTE n° 02, de 25 de maio de 2006, resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Carreira Docente do Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico, mantenedora do Centro Universitário Estácio de Brasília - CNPJ: 03.316.456/0001-53 nos termos da NOTA TÉCNICA nº. 137/2017, de 21 de novembro de 2017, anexa ao Processo n. 46206.008439/2017-21.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA REGINA SOARES DA SILVEIRA ROSA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017. (*)

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 3.787 - Alterar a inscrição do heliponto privado Hospital Santa Isabel (SC) (código OACI: SSCZ) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.511019/2017-78. A inscrição tem validade até 2 de janeiro de 2022. Fica revogada a Portaria nº 2618/SIA, de 30 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 2 de janeiro de 2012, Seção 1, Página 1.

Nº 3.788 - Alterar a inscrição do heliponto privado EPCCO (SP) (código OACI: SIFP) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.555484/2017-21. A inscrição tem validade até 30 de novembro de 2021. Fica revogada a Portaria nº 2308/SIA, de 29 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2011, Seção 1, Página 4.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

(*) Republicado por conter erros no original publicado no DOU de 22 de novembro de 2017, Seção 1, página 94

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 3.838, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 10 da Resolução nº 218, de 28 de fevereiro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 00058.534471/2017-16, resolve:

Art. 1º Estabelecer os modelos a serem adotados pela ANAC para a divulgação dos percentuais de atrasos e de cancelamentos de voos do transporte aéreo público regular doméstico e internacional de passageiros no Brasil, operados por empresas brasileiras e estrangeiras.

§ 1º Os percentuais de atrasos e de cancelamentos de cada etapa de voo serão individualmente divulgados na forma do Anexo I desta Portaria.

§ 2º Os percentuais de atrasos e de cancelamentos de voos consolidados por empresa e por par de aeroportos de origem e de destino serão divulgados na forma do Anexo II desta Portaria.

§ 3º Os percentuais de atrasos e de cancelamentos de voos consolidados por par de aeroportos de origem e de destino serão divulgados na forma do Anexo III desta Portaria.

Art. 2º Os percentuais de atrasos e cancelamentos de voos serão mensalmente divulgados pela ANAC, por meio de 2 (dois) tipos de arquivos eletrônicos, em seu site (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/percentuais-de-atrasos-e-cancelamentos).

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de cada divulgação dos percentuais de atrasos e de cancelamentos na página da ANAC, para que as empresas aéreas atualizem as informações a serem disponibilizadas ao adquirente do bilhete de passagem na fase inicial do processo de comercialização, de acordo com a Seção II do Capítulo III da Resolução nº 218, de 28 de fevereiro de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.096/SRE, de 1º de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2012, Seção 1, página 3.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

MODELO DE PERCENTUAIS DE ATRASOS E CANCELAMENTOS POR ETAPA BÁSICA DE VOO A SEREM DIVULGADOS NA PÁGINA DA ANAC
Percentuais de Atrasos e Cancelamentos por Etapa Básica de Voo - MMM/AAAA

Empresa Aérea	Nº Voo	Aeroporto de Origem		Aeroporto de Destino		Etapas Previstas	% de Cancelamentos	% de Atrasos	
		Designador OACI	Nome/UF/País	Designador OACI	Nome/UF/País			Superiores a 30 min.	Superiores a 60 min.

ANEXO II

MODELO DE PERCENTUAIS DE ATRASOS E CANCELAMENTOS DE VOOS CONSOLIDADOS POR EMPRESA AÉREA E POR AEROPORTO DE ORIGEM E DE DESTINO A SEREM DIVULGADOS NA PÁGINA DA ANAC
Percentuais de Atrasos e Cancelamentos por Etapa Básica de Voo Consolidados por Empresa e por Aeroporto de Origem e de Destino - MMM/AAAA

Empresa Aérea	Aeroporto de Origem		Aeroportos de Destino		Etapas Previstas	% de Cancelamentos	% de Atrasos	
	Designador OACI	Nome/UF/País	Designador OACI	Nome/UF/País			Superiores a 30 min.	Superiores a 60 min.

ANEXO III

MODELO DE PERCENTUAIS DE ATRASOS E CANCELAMENTOS DE VOOS CONSOLIDADOS POR AEROPORTO DE ORIGEM E DE DESTINO A SEREM DIVULGADOS NA PÁGINA DA ANAC
Percentuais de Atrasos e Cancelamentos por Etapa Básica de Voo Consolidados por Aeroporto de Origem e de Destino - MMM/AAAA

Aeroporto de Origem		Aeroporto de Destino		Etapas Previstas	% de Cancelamentos	% de Atrasos	
Designador OACI	Nome/UF/País	Designador OACI	Nome/UF/País			Superiores a 30min.	Superiores a 60min.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 22 de novembro de 2017

Nº 110 - Processo nº 50300.011042/2016-35. Fiscalizada: Portofer Transporte Ferroviário Ltda., CNPJ nº 03.835.338/0001-51. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso apresentado, uma vez que tempestivo, para no mérito conceder-lhe provimento parcial, revendo o valor da multa para R$ 4.561,92; pelo cometimento da infração ao inciso XI do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHOS DA CHEFE
Em 22 de setembro de 2017

Nº 65 - Processo nº 50300.003449/2017-70. Fiscalizada: Rodonave Navegações Ltda., CNPJ nº 06.169.194/0001-30. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 3.000,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XIX do artigo 23 da Resolução n° 1274/2009-ANTAQ.

Em 2 de outubro de 2017

Nº 67 - Processo nº 50300.002183/2017-48. Fiscalizada: Rodonave Navegações Ltda., CNPJ nº 06.169.194/0001-30. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 6.203,20; pelo cometimento das infrações capituladas nos incisos II, XVII, XXIII e XXXIII do artigo 23 da Resolução n° 1274/2009-ANTAQ.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.577, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera as Resoluções nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e nº 4.777, de 6 de julho de 2015, que dispõem sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob regime de autorização e em regime de fretamento, respectivamente

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 156, de 9 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.362768/2017-68, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º-A Os documentos exigidos neste capítulo poderão ser enviados por meio eletrônico, através de sistema disponibilizado pela ANTT." (NR)

"Art. 21. Os documentos elencados nos arts. 8º, 9º, 11, 12 e 13 poderão ser apresentados em cópia simples ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

Parágrafo único. Será exigida a apresentação, em original ou cópia autenticada, de documento cuja exatidão seja questionada pela administração." (NR)

"Art. 38. ...

§ 2º As declarações de que trata este artigo são de responsabilidade da transportadora." (NR)

Art. 2º Alterar a Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º-A Os documentos exigidos neste capítulo poderão ser enviados por meio eletrônico, através de sistema disponibilizado pela ANTT." (NR)

"Art. 9º-B Será exigida a apresentação, em original ou cópia autenticada, de documento cuja exatidão seja questionada pela administração." (NR)

"Art. 10. Para obtenção do Termo de Autorização, o transportador deverá efetuar cadastro, por meio da apresentação de requerimento à ANTT, acompanhado dos seguintes documentos:" (NR)

"Art. 11. O transportador interessado na prestação do serviço objeto desta Resolução deverá cadastrar veículo em sua frota, mediante a apresentação dos seguintes documentos:" (NR)

§ 4º Os veículos zero quilômetro serão dispensados de apresentar o CSV pelo período de 1 (um) ano após a sua compra, devendo apresentar cópia da nota fiscal do chassi." (NR)

"Art. 13. Para efeito de prova de regularidade fiscal e trabalhista perante a ANTT, deverão ser apresentados os seguintes documentos:" (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.581, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Resolução ANTT nº 5.232, de 2016, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos, e seu anexo

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições, fundamentada no Voto DMV - 165, de 16 de novembro de 2017, no que consta do Processo nº 50500.482872/2017-78;

CONSIDERANDO a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, que estabelece, no inciso VII do artigo 22, que constitui esfera de atuação da ANTT o transporte de produtos perigosos em rodovias e ferrovias e, no inciso XIV do artigo 24, que cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuição geral, estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativas às operações de transporte terrestre de produtos perigosos;

CONSIDERANDO a Audiência Pública nº 004/2016, realizada no período de 14 de março de 2016 a 15 de abril de 2016, que resultou na publicação da Resolução ANTT nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 e a necessidade de alterações em seu anexo; e

CONSIDERANDO a Audiência Pública nº 012/2017, nos termos dos Processosnºs 50500.189443/2017-24 /2017 e 50500.248057/2017-81, resolve:

Art. 1º O artigo 2º da Resolução ANTT nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Estabelecer o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da vigência desta Resolução, para exigência de cumprimento das disposições estabelecidas em seus anexos.

§ 1º Produtos perigosos embalados e identificados conforme os critérios estabelecidos no anexo à Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, serão aceitos para transporte até o seu prazo de validade, desde que comprovado que foram embalados antes do término do prazo estabelecido no caput.

§2º Os procedimentos de certificação de embalagens e equipamentos de transporte estabelecidos nas Portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, com base nos critérios previstos no anexo da Resolução ANTT nº 420/04, incluindo os prazos de ensaios e inspeções periódicas, continuam válidos e aplicáveis por um período de até 18 meses após o prazo estabelecido no caput." (NR)

Art. 2º Alterar os itens 1.1.1.2 "e", 1.1.1.3, 1.1.1.3.2, 1.1.1.3.3, 1.1.1.3.4, 1.1.4.1 "d", 1.2.1, 2.0.0, 2.4.2.3.1.1, 2.6.3.6.2, 2.9.2, 2.9.3.1.4, 2.9.3.2.4, Tabelas 2.9.1 e 2.9.2, 2.9.3.4.2 "c", 2.9.3.4.3.4, 2.9.3.4.5.2 "b", 2.9.4 "e", Tabela 2.9.5, Provisão Especial 163 do item 3.3.1, 3.4.2.2, 3.4.2.3, 3.4.2.6 "d", Nota do item 3.4.2.8.1, 3.4.4.1, 3.4.5, 3.5.1, 3.5.3 "e", "f" e "g", 4.1.1.1, 4.1.1.1.1, 4.1.1.9.1.1, 4.1.1.9.3, 4.1.2.1.1, 4.1.2.1.2, 4.1.2.1.3, 4.1.2.2, Provisão Especial PP1 da Instrução para Embalagem P001, Instruções para Embalagens P112 e P650 do item 4.1.4.1, 4.1.6.1.8, 4.3.1.8, 5.1.0.1 "c" e "d", 5.2.2.1.1.1, 5.2.2.2.1.1, 5.2.2.2.1.2, 5.2.2.2.1.6, 5.2.2.2.2, Figuras 5.2.2 e 5.2.3, Nota 3 do item 5.2.3.1.4, Nota 2 do Capítulo 5.3, 5.3.1.1.2, 5.3.1.1.4 "d" e "e", 5.3.1.2.2.3, 5.4.1.2.2, 5.4.1.6.11, 5.4.1.8, 6.1.2.7, 6.1.3.10, 6.1.3.11, 6.1.4.20, 6.2.3.5, 6.3.4.2, 6.5.2.4, 6.5.5.1.5, 6.6.3.2, Nota do item 6.6.3.3, 6.7.2.2.10, 6.7.3.2.1, 6.7.3.3.3, 6.7.3.4.4, 6.7.3.8.1.1, 6.7.3.15.9, 6.7.4.14.6 "b", 6.7.4.14.10, 7.1.1.3 "c" e "d", 7.1.1.9, 7.1.1.11, 7.1.1.20, 7.1.1.23, 7.1.1.26 7.1.6.4 e Apêndice "A" das Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, anexas à Resolução ANTT nº 5.232, de 16 de dezembro de 2016, conforme redação disponibilizada no endereço eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br.

Art. 3º A Relação de Produtos Perigosos das Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, anexas à Resolução ANTT nº 5.232, de 16 de dezembro de 2016, passa a vigorar com alterações nos números ONU 1196, 1263, 1324, 1347, 1411, 1418, 1432, 1433, 1950, 2024, 2031, 2984, 3091, 3100, 3101, 3102, 3103, 3104, 3105, 3106, 3107, 3108, 3109, 3110, 3111, 3112, 3113, 3114, 3115, 3116, 3117, 3118, 3119, 3120, 3268, 3379, 3380, 3388, 3481, 3508, 3509, 3531, 3532, 3533 e 3534, conforme redação disponibilizada no endereço eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br.

Art. 4º Incluir os itens 2.4.2.5, 2.4.2.5.1, 2.4.2.5.2, 3.4.3.2.1, 3.5.6, 3.5.7 e Nota ao item 5.1.2.1, das Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, anexas à Resolução ANTT nº 5.232, de 16 de dezembro de 2016, conforme redação disponibilizada no endereço eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br.

Art. 5º Excluir os itens 7.1.1.25 e 7.1.2.4.1.1 das Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, anexas à Resolução ANTT nº 5.232, de 16 de dezembro de 2016, disponibilizada no endereço eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 5.582, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 167, de 17 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.063138/2009-01, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa REUNIDAS S/A - TRANSPORTES COLETIVOS, CNPJ nº 83.054.395/0001-32, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A, inciso V da Lei nº 10.233, de 2001

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 429, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 165, de 16 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.482872/2017-78, delibera:

Art. 1º Aprovar a minuta de Resolução e o Relatório da Audiência Pública nº 012/2017, realizada no período de 5 de setembro de 2017 a 4 de outubro de 2017, com o objetivo de alterar a Resolução ANTT nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016, que aprova as instruções complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos e dá outras providências, e seu anexo.

Art. 2º Determinar, conforme art. 24 da Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011, a divulgação do Relatório no endereço eletrônico da ANTT.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 159, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS - SUFER, DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT n° 158/2010, e no que consta do Processo nº 50500.549935/2017-83, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Fiscalização da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER, para o exercício de 2018, consubstanciado nos seguintes documentos, todos disponíveis no sítio eletrônico da ANTT:

I - Anexo A, referente à Gerência de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviços - GECOF/SUFER;

II - Anexo B, referente à Gerência de Projetos Ferroviários - GPFER/SUFER e

III - Anexo C, referente à Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira - GEAFI/SUFER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 143, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Portaria PGR/MPU nº 705, de 12 de novembro de 2012, que dispõe sobre a concessão de licença-prêmio por tempo de serviço aos membros do Ministério Público da União.

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o que consta no Processo Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.011769/2012-40, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria PGR/MPU nº 705, de 12 de novembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O gozo da licença-prêmio deverá ser requerido, preferencialmente, por meio eletrônico, com indicação do período de fruição, bem como o quinquênio a que se refere.

.....

Art. 5º.....

.....

§ 1º Poderão ser convertidos em pecúnia, mediante requerimento, os períodos de licença-prêmio não usufruídos pelos membros do Ministério Público da União nas seguintes hipóteses:

I - falecimento, em favor de seus beneficiários;

II - aposentadoria;

III - o membro requerente integrar os requisitos necessários para a concessão de aposentadoria;

IV - ao membro ativo, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) exame de conveniência e oportunidade pelo administrador no ato de sua conversão;

b) existência de interesse público prévia e devidamente fundamentado de forma individual para cada um dos casos;

c) existência de disponibilidade orçamentária e financeira por parte do Ministério Público;

§ 2º Os requerimentos fundamentados no inciso IV do artigo anterior, caso atendam os requisitos das alíneas a e b, serão sobrestados até a implementação do requisito constante do item c.

§ 3º O pagamento das conversões em pecúnia referentes à hipótese prevista no inciso IV do parágrafo primeiro seguirá critérios de conveniência e oportunidade fixados pela Administração, considerando a disponibilidade orçamentária de cada exercício financeiro.

Art. 6º O número de membros em gozo simultâneo de licença prêmio por tempo de serviço poderá ser limitado por razões de interesse público, devidamente fundamentadas pela autoridade competente" (NR).

Art. 2° Ficam revogados o parágrafo único do artigo 2º, o artigo 2º-A, o § 1º e o § 2º do artigo 6º da Portaria PGR/MPU nº 705, de 12 de novembro de 2012.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 693, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

ICP n.º 08190.048762/17-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, nos termos do art. 7º, §2º, inciso I, da Res. 23, de 17 de setembro de 2007 do CNMP, torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL Nº 08190.048762/17-76, de caráter sigiloso.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 42, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017
(Sessão Extraordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

Às dez horas, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Bruno Dantas, em razão de participação em evento educacional no exterior.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 41, referente à Sessão realizada em 7 de novembro de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 022.381/2006-0, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 006.549/2017-9, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro; e

- 022.217/2016-9 e 032.766/2015-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 10267 a 10303 e 10331 a 10348.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 10267/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados e determinar o destaque do ato referente à servidora Joana Darc Bernardes Ramos (212.063.926-49), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.559/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Idelma Maria Sisconeto da Silva (212.122.286-34); Ilse Sehn (348.025.769-00); Joana Darc Barbosa Magalhães (134.864.031-68); José Cardoso dos Santos (450.734.816-15); João Gomes da Cruz (060.271.302-10); Lucia Aparecida Rezende (560.871.796-15); Lídia Paulina de Araújo (535.504.046-20); Marcelene Vieira (796.326.886-00); Márcia Maria Tobias (366.527.416-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SEFIP realize diligência à Fundação Universidade Federal de Uberlândia para que, em relação à inativa Joana Darc Bernardes Ramos (212.063.926-49):
1.7.1 seja enviada a cópia do mapa de tempo de contribuição, bem como das certidões relativas a tempos eventualmente averbados pela interessada na UFU;
1.7.2. esclareça a natureza dos 3 anos e 3 dias de tempo de contribuição computados para fim de aposentadoria e descritos à fl. 3 da peça n.º 4 como *"Proc.199838030018329"*;
1.7.3. caso o tempo de contribuição acima citado refira-se a tempo obtido por decisão judicial, envie a cópia da sentença que determinou a contagem para fim de aposentadoria pela interessada;
1.7.4. se o referido tempo corresponder a tempo ponderado decorrente do exercício de atividade insalubre, envie a cópia de certidão emitida pelo INSS que reconheceu a insalubridade ou de laudo pericial emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - ou por profissional por ele cadastrado - que ateste as condições nas quais a atividade insalubre era exercida pela ex-servidora, não ocupante de cargo ligado à área de saúde, nos termos do entendimento firmado pelos Acórdãos n.ºs 911/2014 e 914/2014, ambos do Plenário.

ACÓRDÃO Nº 10268/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e determinar os destaques dos atos referentes às seguintes empregadas Acacia Maria Nunes da Silva (940.669.065-91), Adelice de Castro Lima (000.113.823-50) e Adeline Fernanda Penha Serra (999.346.043-53), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.416/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abadiana Ferreira Matias (003.664.161-89); Abgail Souza da Silva (935.032.701-59); Adão Charles Gomes Luz (023.200.213-45); Adeleide dos Santos Reis (013.973.345-09); Adelmar Lima Batista Filho (823.539.483-91); Adeniz Lima de Oliveira (915.099.476-04); Adevair Teodoro de Carvalho (489.249.031-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SEFIP realize diligência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com o fito de que, em relação às empregadas Acacia Maria Nunes da Silva (940.669.065-91), Adelice de Castro Lima (000.113.823-50) e Adeline Fernanda Penha Serra (999.346.043-53):

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.1. comprove a compatibilidade de horários entre os dois cargos acumulados pelas interessadas, conforme pesquisa feita na Rais - ano base 2016 (peça n.º 14), enviando cópias das escalas de horários a serem cumpridas em cada um dos vínculos ocupados;

1.7.2. envie cópia da declaração de acumulação firmada pelas interessadas, esclarecendo ainda se as empregadas deram conhecimento da situação ora detectada na Rais à Ebserh.

ACÓRDÃO Nº 10269/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e determinar o destaque do ato referente à empregada Alexsandra Silva Barcelos (867.040.603-91), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.422/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Rodrigues Repinaldo (010.008.387-06); Alexandre Saboia Leitao Junior (872.837.273-53); Alexandre Santos de Carvalho (877.335.957-20); Alexandro de Araujo Altamiranda (042.901.214-46); Alexsandro Maxs Ferreira (072.915.477-76); Alice Florentino Echeverria (955.351.601-72); Aline Araujo Pias (004.607.420-19); Aline Bento da Silva (037.862.033-93); Aline Cristina Pais Caldeira (060.020.746-35)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a SEFIP realize diligência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com o fito de que, em relação à empregada Alexsandra Silva Barcelos (867.040.603-91):

1.7.1. comprove a compatibilidade de horários entre os dois cargos acumulados pela interessada, conforme pesquisa feita na Rais - ano base 2016 (peça n.º 14), enviando cópias das escalas de horários a serem desempenhadas em cada um dos vínculos ocupados;

1.7.2. envie cópia da declaração de acumulação firmada pela interessada, esclarecendo ainda se a empregada deu conhecimento da situação ora detectada na Rais à Ebserh.

ACÓRDÃO Nº 10270/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e determinar os destaques dos atos referentes às seguintes empregadas Andrea Silva Mangabeira Lordelo (991.284.625-72), Andreia Aparecida de Queiroz (892.033.211-87), Andreia Christianne Lessa Souza (747.290.556-91), Andreia Cristina da Silva Ribeiro (773.428.793-04), Andreia Cristina Domingues (027.937.746-00), Andreia Freitas da Silva (567.371.492-00) e Andreia Neujahr Agostini (715.842.690-49), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.434/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Carneiro de Araujo (013.517.987-40); Andreia Costa Marques (087.914.106-90); Andreia Elias da Cruz Nascimento (054.819.016-09)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a SEFIP realize diligência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com o fito de que, em relação às empregadas Andrea Silva Mangabeira Lordelo (991.284.625-72), Andreia Aparecida de Queiroz (892.033.211-87), Andreia Christianne Lessa Souza (747.290.556-91), Andreia Cristina da Silva Ribeiro (773.428.793-04), Andreia Cristina Domingues (027.937.746-00), Andreia Freitas da Silva (567.371.492-00) e Andreia Neujahr Agostini (715.842.690-49):

1.7.1. comprove a compatibilidade de horários entre os dois cargos acumulados pelas interessadas, conforme pesquisa feita na Rais - ano base 2016 (peça n.º 14), enviando cópias das escalas de horários a serem desempenhadas em cada um dos vínculos ocupados;

1.7.2. envie cópia da declaração de acumulação firmada pelas interessadas, esclarecendo ainda se as empregadas deram conhecimento da situação ora detectada na Rais à Ebserh.

ACÓRDÃO Nº 10271/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e determinar os destaques dos atos referentes às seguintes empregadas Auxiliadora Reis Sousa (002.889.815-02), Ayreme Wanderley Ducas e Silva (021.567.214-32), Azenath Helena da Silva (053.211.444-27) e Barbara Helena de Brito Angelo (063.210.374-43), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.443/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Augusto Barbosa Cavalcanti (009.982.661-59); Augusto Ricardo Regis de Oliveira (784.415.281-87); Aurora Maria Bento de Oliveira (002.889.805-22); Australia Braga Moreira da Silva (007.165.113-63); Avallus André Alves Araujo (090.371.706-92); Barbara Arduini Fernandes Correa (057.803.136-10)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a SEFIP realize diligência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com o fito de que, em relação às empregadas Auxiliadora Reis Sousa (002.889.815-02), Ayreme Wanderley Ducas e Silva (021.567.214-32), Azenath Helena da Silva (053.211.444-27) e Barbara Helena de Brito Angelo (063.210.374-43):

1.7.1. comprove a compatibilidade de horários entre os dois cargos acumulados pelas interessadas, conforme pesquisa feita na Rais - ano base 2016 (peça n.º 14), enviando cópias das escalas de horários a serem desempenhadas em cada um dos vínculos ocupados;

1.7.2. envie cópia da declaração de acumulação firmada pelas interessadas, esclarecendo ainda se as empregadas deram conhecimento da situação ora detectada na Rais à Ebserh.

ACÓRDÃO Nº 10272/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e determinar os destaques dos atos referentes aos seguintes servidores Aldicleya Lima Luz (890.553.223-34), Anderson Gomes Nascimento (005.823.613-97), Anildes Iran Pereira Sousa (427.893.033-04), Claudia Regina de Andrade Arrais Rosa (272.045.373-00) e Elaine Rocha Meirelles Rodrigues (553.801.076-72), para cumprimento das medidas propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.582/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Dias Lucena (947.558.091-34); Ana Cristhine Algarves Ribeiro (428.098.003-91); Aurenisia Rodrigues de Miranda (661.736.713-87); Bruno Roberto Silva de Moraes (021.512.643-27); Carmem Lucia de Sousa Mendes (753.372.073-34)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Sefip realize diligência à Fundação Universidade Federal do Maranhão, com o fito de que, em relação aos servidores Aldicleya Lima Luz (890.553.223-34), Anderson Gomes Nascimento (005.823.613-97), Anildes Iran Pereira Sousa (427.893.033-04), Claudia Regina de Andrade Arrais Rosa (272.045.373-00) e Elaine Rocha Meirelles Rodrigues (553.801.076-72):

1.7.1. comprove a compatibilidade de horários entre os dois cargos acumulados pelos interessados, conforme pesquisa feita na Rais - ano base 2016 (peça n.º 14), enviando cópias das escalas de horários a serem cumpridas em cada um dos vínculos ocupados;

1.7.2. envie cópia da declaração de acumulação firmada pelos interessados, esclarecendo ainda se os servidores deram conhecimento da situação ora detectada na Rais à FUFMA.

ACÓRDÃO Nº 10273/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.422/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Livia de Fátima Silva Mendes (089.663.636-44); Lucio Fernandes Dutra Santos (021.544.785-90); Marcos Vinicius Montanari (091.051.046-61); Valeria Magro Octaviano Bernis (606.594.916-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10274/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.379/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Michelly Tavares da Silva Marques (041.068.824-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10275/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.480/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: José Carlos Dias de Freitas (352.542.035-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10276/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.724/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabricio dos Passos Pereira (033.996.515-03); Francisca Mariana Rufino de Oliveira Silva (010.487.843-63); Tiago Gomes da Silva Benigno (004.178.673-44)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10277/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.801/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Danielle do Nascimento Lins (030.538.464-38); Raquel de Oliveira Cavalcanti (055.059.624-08)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10278/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.813/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Crisiane de Freitas Soares (011.957.960-05)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10279/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.862/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Aldo Luiz Andrade Paiva (509.433.672-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10280/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.901/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elza Teresa Costa Domingos (230.383.223-34); Maria do Carmo Walbruni Lima (362.981.073-04); Robério Alexandre Coelho (018.596.703-50)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10281/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.368/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Clisivaldo Oliveira de Omena (140.341.074-72); Joangelo Soza da Silva (349.132.114-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão/entidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 10282/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.369/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Edlamar Braga de Holanda Osorio (622.057.143-68)

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao órgão/entidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 10283/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada por inépcia a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.371/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lilian Ferreira Gomes da Silva (154.617.146-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo que, no prazo de (30) trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 10284/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.368/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiane Inocêncio Pereira (955.046.561-68); Evandro Fernandes de Melo (379.861.578-01); Everton de Freitas Cordova de Souza (040.387.581-17); Fagner Fernando Santana (986.545.271-53); Fernando Rocha Martinez (003.904.431-90); Francisco Pedroso Fernandes (000.861.430-00); Geison de Lima (815.279.260-87); Graziela Martins dos Santos (027.516.321-06); Jair Paulo Costa (543.819.161-15); Jefferson Damaceno do Nascimento (842.432.011-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10285/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.378/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalberto Campinho Clementino Filho (799.451.635-15); Adeilda de Jesus Barbosa (010.820.755-23); Adeilton Veríssimo Duarte (040.191.894-71); Adelice Lopes Borges (883.178.704-72); Adelle Cristine Lima Cardozo (004.780.445-93); Adilson Boson Almeida Junior (881.128.615-87); Adriana Aparecida Ferreira (036.238.256-54); Adriana Bastos Freitas Amâncio (013.632.535-14); Adriana Carvalho Castelo Branco (976.628.523-34); Adriana Cristina Nobre de Oliveira (388.797.433-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10286/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.381/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldenise Luiza da Silva (685.810.845-91); Aleide Karine Vieira Torres Barbosa (024.111.844-17); Aleone Gonçalves Alves (884.530.301-20); Alessandra Helena Soares Ferreira (012.012.130-10); Alessandra Rezende de Oliveira (840.520.316-87); Alessandra Santos de Oliveira (776.004.365-15); Alessandrino Terceiro de Oliveira (659.071.243-34); Aleteia Cristina Fonseca de Anunciação (692.052.481-34); Alexandra Menezes dos Anjos Dória Silva (093.131.867-05); Alexandra Noronha Martins (060.562.746-08)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10287/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.384/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Ramos Bastos (017.578.783-27); Aline Reis Souza de Oliveira (900.612.175-49); Aline Silva Barreto (070.491.924-90); Aliucha Magalhães Santos Fontes (008.208.135-24); Allan Lemos Maia (059.514.784-48); Allan Valadão de Oliveira Britto (974.094.135-49); Almira Machado Andrade (201.901.235-91); Alonso Soares Campos Neto (939.398.843-91); Alterlynne Barbosa da Silva (030.633.314-73); Althaynne Florentino Peixoto (066.590.224-73)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10288/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.391/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anny Kelly Gomes Leite (024.684.374-89); Anselmo Duarte Rodrigues (032.498.106-65); Antônia Lúcia Nunes de Araujo (932.623.293-04); Antônia Yara Moreira Lima Silva (840.633.353-72); Antonielen Marcilino (094.490.307-07); Antonio Alexandre Carneiro Monteiro (506.413.525-49); Antonio Frederico Feitosa da Costa (634.759.523-00); Antonio José Ludovico Ferreira da Silva (692.131.271-20); Antonio Luiz da Silva Filho (543.458.984-04); Antonio Pereira dos Santos (037.296.503-27)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10289/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.395/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca Correa da Silva (077.941.097-10); Bianca Veiga do Amarilho (987.404.400-44); Bianca Vieira da Silva (879.499.893-00); Briana Coutinho Cruz Abaunza (092.283.697-36); Bruna Martins Meireles (951.390.442-34); Bruna Ribeiro de Oliveira (033.658.811-90); Bruna Siqueira Correia (060.626.344-67); Bruno Cesar Torres Melo Cavalcanti (011.905.114-10); Bruno Fernando da Silva Reis (060.839.696-62); Bruno Lima Alves (102.629.827-06)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10290/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que por meio do Acórdão 1403/2015-TCU-1ª Câmara o Sr. Lauro Morhy foi condenado por este Tribunal ao pagamento de multa no valor de R$ 100.000,00 e teve ciência do teor

daquela deliberação em 20/3/2015;

Considerando que o responsável interpôs uma série de recursos, o último deles recurso de reconsideração, apreciado pelo Tribunal por meio do Acórdão 2792/2017-TCU-1ª Câmara, em 9/5/2017;

Considerando que o falecimento do responsável ocorreu em 17/7/2016, data anterior à prolação do Acórdão 2792/2017-TCU-1ª Câmara;

Considerando que a Resolução TCU 178/2005, art. 3º, § 2º, com redação dada pela Resolução TCU 235/2012, estabelece que "o Tribunal, mediante proposta do relator, da unidade técnica ou do Ministério Público, poderá rever, de ofício, o acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação", e a existência de jurisprudência nesse sentido, como os Acórdãos 2409/2016-Plenário, 2726/2016-Plenário, 2280/2016-Plenário, 2944/2016-Plenário, 4407/2016-1ª Câmara, 6625/2016-1ª Câmara, 8357/2016-2ª Câmara, 10912/2016-2ª Câmara, dentre outros;

Considerando os pareceres uníssonos da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas junto ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento na Resolução TCU 178/2005, art. 3º, § 2º, com redação dada pela Resolução TCU 235/2012, e no RITCU, art. 143, I, b, tornar, de ofício, insubsistente a multa aplicada ao Sr. Lauro Morhy por meio do item 9.7 do Acórdão 1403/2015-TCU-1ª Câmara, tendo em vista o falecimento do responsável ocorrido antes do trânsito em julgado daquela deliberação.

1. Processo TC-002.120/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alexandre Lima (122.993.756-00); Fundação de Gestão e Inovação (03.151.583/0001-40); Lauro Morhy (024.287.841-53); Timothy Martin Mulholland (150.829.971-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: Francinaldo Fernandes dos Santos (12859/OAB-RN) e outros, representando Alexandre Lima; Paulo José Machado Corrêa (14515/OAB-DF) e outros, representando Timothy Martin Mulholland; Marisvaldo Paiva de Menezes (29518/OAB-DF), representando Soraya de Almeida Leda, Sandra Regina Carneiro da Silva e Alcides Soares de Souza; Luiz Daniel Rodrigues Carvalho (11.797/OAB-DF), representando Edeijavá Rodrigues Lira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10291/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 e 250, inciso II, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em fazer as seguintes determinações e recomendações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.123/2017-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo - Alagoas

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações e recomendações:

1.7.1. Determinação: À Universidade Federal de Alagoas, para que adote as medidas cabíveis com vistas a:

a.1) dotar a Comissão de Ética da Ufal de estrutura adequada para o seu pleno funcionamento, a exemplo de sala própria, equipamentos e mobiliários adequados, bem como secretaria executiva e pessoal de apoio administrativo, consoante previsto no art. 6º, inciso I, e 8º, inciso III, do Decreto 6.029/2007;

a.2) implantar os arranjos institucionais exigidos na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1, de 2016, relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à governança, compreendendo necessariamente a adoção das seguintes medidas:

a.2.1) definir e publicar a política de gestão de riscos da Universidade, a que se refere o art. 17 da IN MP/CGU 1, de 2016;

a.2.2) elaborar e executar plano de capacitação dos dirigentes e demais servidores em gestão de riscos;

a.2.3) estabelecer diretrizes para o gerenciamento de riscos da área de aquisições;

a.2.4) realizar gestão de riscos das aquisições.

a.3) adotar em suas contratações documento para formalização da demanda, a ser elaborado pelo setor requisitante do serviço a ser contratado, nos moldes estabelecidos no art. 21, inciso I, e Anexo II, da IN SEGES/MP 5/2017;

a.4) adotar as seguintes medidas previstas na IN SEGES/MP 5/2017, quanto ao planejamento das aquisições:

a.4.1) designar formalmente uma equipe para o planejamento das contratações da entidade, na forma estabelecida no art. 22, inciso. III c/c os art. 23 e 24 da IN SEGES/MP 5/2017;

a.4.2) realizar, na etapa de planejamento de suas contratações, os estudos preliminares, conforme diretrizes e conteúdo constantes, respectivamente, do Anexo III e do art. 24, § 1º, da IN SEGES/MP 5/2017;

a.4.3) juntar os estudos preliminares aos respectivos autos dos processos de contratação;

a.5) incluir em seus processos de contratação de serviços, na etapa de elaboração do termo de referência ou projeto básico, controle interno com objetivo de assegurar a segregação das atividades de recebimento provisório e definitivo de serviços, observadas as diretrizes estabelecidas no art. 50 da IN SEGES/MP 5/2017;

a.6) definir o modelo a ser adotado pela instituição para a gestão e a fiscalização da execução de seus contratos, à luz das disposições contidas na IN SEGES/MP 5/2017, inclusive quanto à designação, por ato formal, de todos os atores responsáveis, em especial, o gestor do contrato, o fiscal e os substitutos;

1.7.2. Recomendação: À Universidade Federal de Alagoas, para que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:

b.1) aprovar o plano de trabalho da Comissão de Ética da Universidade para nortear sua atuação e permitir o acompanhamento da sua execução, nos termos do art. 7º, § 1º, do Decreto 6.029/2007;

b.2) responder os questionários de avaliação periodicamente aplicados pela Comissão de Ética da Presidência da República (CEP);

b.3) padronizar e manter atualização periódica das informações divulgadas em sua página de transparência relativas aos procedimentos licitatórios e às contratações realizadas pela entidade, com observância às orientações do Guia da Transparência Ativa para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal (5ª Versão);

b.4) alterar o regimento interno e o manual de auditoria interna da instituição, de forma a adequá-los às novas diretrizes trazidas pela IN CGU 3/2017;

b.5) formalizar e executar a política de desenvolvimento de competências específica para os auditores internos da entidade, conforme apontado no item 63 do anexo da IN CGU 3/2017;

b.6) incluir entre as atividades de auditoria interna a avaliação da gestão de riscos da organização, inclusive na área de aquisições, conforme apontado nos itens 1, 3, 16, 19 do anexo da Instrução Normativa.

b.7) realizar processo de planejamento das aquisições, contemplando, ao menos:

b.7.1) elaboração, com participação de representantes dos diversos setores da organização, de um documento que materialize o plano de aquisições, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para aquisição (e.g., mês), programa/ação suportado(a) pela aquisição, e objetivo(s) estratégico(s) apoiado(s) pela aquisição;

b.7.2) aprovação, pelas instâncias superiores da instituição, do plano de aquisições;

b.7.3) divulgação do plano de aquisições na internet; e

b.7.4) acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios.

1.7.3. Determinação: À Universidade Federal de Alagoas, para que encaminhe, no prazo de sessenta dias a contar da ciência deste acórdão, plano de ação para a implementação das medidas constantes deste acórdão, contendo:

c.1) para cada determinação, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

c.2) para cada recomendação, cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

c.3) para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão.

1.7.4. Dar ciência à Universidade Federal de Alagoas, com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, acerca das seguintes impropriedades constatadas:

d.1) a ausência de aprovação do Regimento Interno da Auditoria-Geral e do Manual de Auditoria pela Reitora da Ufal e pelo Conselho Universitário e a inexistência de formalização de uma política de desenvolvimento de competências específica para os auditores internos, além de fragilizar a atuação da auditoria interna da instituição, constitui afronta às recomendações constantes nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 3.452/2014-TCU-Plenário; (item 99)

d.2) a não aprovação dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna pela alta administração da Ufal contraria o que dispõe o art. 7º da IN CGU 24, de 17/11/2015, que estabelece a obrigação do Conselho de Administração ou instância com atribuição equivalente ou, inexistindo, do dirigente máximo do órgão ou entidade, de aprovar o PAINT até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução; (item 99)

d.3) a ausência de reuniões de iniciação dos contratos e de mecanismos de controle e fiscalização adequados para rastrear os serviços prestados (relatórios de fiscalização, registro de ponto dos terceirizados, rondas periódicas nos postos de trabalho), a exemplo do identificado no Contrato 24/2014, para prestação de serviços de segurança eletrônica, afronta o disposto na Lei 8.666/93, art. 67 § 1º; IN/SLTI 2/2008, art. 34; bem como os comandos da novel IN SEGES/MP 5/2017, arts. 40, inc. II, 45, 46 e 47.

1.7.5. Determinação: À Secretaria de Controle Externo de Alagoas que monitore o cumprimento da determinação constante do item "1.7.3" deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 10292/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer as seguintes determinações e determinar o arquivamento, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.720/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Advocacia Geral da União (26.994.558/0024-10)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Anna Dias Rodrigues e outros, representando Advocacia Geral da União.

1.7. Determinações: ao Ministério da Educação (MEC), considerando a necessidade de correções no plano de trabalho em atendimento ao disposto no art. 6º da IN SLTI 2/2008, que:

a) fixe a vigência do contrato decorrente do pregão eletrônico 17/2017 em doze meses, condicionando a sua prorrogação à (ao):

a.1) revisão do plano de trabalho, de maneira a torná-lo completo, incluindo estudo que correlacione a demanda de serviços e o quantitativo de postos;

a.2) revisão da quantidade de postos contratada a partir do plano de trabalho ajustado, refletindo as reais necessidades da administração; e

a.3) desenvolvimento e inclusão de mecanismos que possam apurar e registrar, de modo quantitativo e qualitativo, o desempenho dos profissionais alocados no contrato, em atendimento também à jurisprudência do TCU (Acórdãos-TCU 3.023/2016-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler; 5.157/2015-1ª Câmara, Relator Ministro José Múcio Monteiro e 3.489/2014-Plenário, Relator Ministro Marcos Bemquerer; e informe, no prazo de 90 (noventa) dias as providências adotadas com vistas a dar cumprimento às determinações supra.

1.7.1. à Sefip a autuação de processo, com cópia dos documentos referentes aos presentes autos, para que seja examinada a regularidade da terceirização pretendida pelo MEC no âmbito do pregão eletrônico 17/2017, bem como de verificar se tal situação não estaria difundida por outros órgãos da Administração.

ACÓRDÃO Nº 10293/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer a seguinte determinações e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.028/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Universidade Federal de Minas Gerais (17.217.985/0001-04)

1.2. Interessado: Transformar Transportes Eireli-me (20.460.322/0001-20)

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinação: Ao Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh que, nos pregões realizados com recursos públicos federais, ao inserir nos editais exigência de comprovação de capacidade técnica, sob o aspecto técnico-profissional, não exigir comprovação do vínculo empregatício, por meio de carteira de trabalho, por configurar restrição ao caráter competitivo da licitação.

RELAÇÃO Nº 32/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 10294/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-001.585/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo - IBCDTur, (05.621.140/0001-09); Rui Aurélio de Lacerda Badaró (213.985.848-43);

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo - MTur

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Roberto Botelho (239.728/OAB-SP), representando Rui Aurélio de Lacerda Badaró e Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo - Ibcdtur.

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da não-aprovação das contas do Convênio 626/2007, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo - IBCDTur,

Considerando que, por meio do Acórdão 6.195/2016-1ª Câmara, o Tribunal julgou irregulares as contas do senhor Rui Aurélio de Lacerda Badaró e do Instituto Brasileiro de Ciências e Direito do Turismo, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito objeto da TCE em tela e aplicou-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1192;

Considerando que, em qualquer fase do processo o Tribunal pode autorizar o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento (do art. 217 do RI/TCU);

Considerando que o senhor Rui Aurélio de Lacerda Badaró e o IBCDTur protocolaram petição, ainda não apreciada, solicitando o parcelamento da dívida em "*no mínimo*" 96 vezes (peça 94);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que, excepcionalmente, o Tribunal reconhece a possibilidade de parcelamento da dívida em quantidade superior a 36 vezes, desde que verificada a boa-fé dos responsáveis;

Considerando que o recolhimento de débito em número de parcelas superior ao limite legal não se aplica aos casos em que não possa ser verificada a boa-fé do responsável;

Considerando que a boa-fé dos responsáveis foi afastada mediante o disposto no Acórdão 6.195/2016-1ª Câmara;

Considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento pelo Relator dos pareceres constantes dos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b"; e 217 do Regimento Interno/TCU, em:

a) indeferir a solicitação efetuada pelos responsáveis para o parcelamento das importâncias devidas por período superior a trinta e seis meses;

b) dar ciência desta decisão aos responsáveis.

RELAÇÃO Nº 29/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 10295/2017 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto por Severina de Melo e pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social de Pernambuco - Sindsprev/PE, contra os itens 9.1, 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 5.142/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria em favor da Sra. Severina de Melo (peça 16).

Considerando que, regularmente notificada, em 25/7/2017 (peça 24), da deliberação recorrida (Acórdão 5.142/2017-TCU-1ª Câmara), a recorrente somente compareceu aos autos em 17/8/2017, oportunidade em que protocolizou seu pedido de reexame (peça 29);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "o prazo começa a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 185, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 26/7/2017, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 9/8/2017;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que os documentos trazidos aos autos pela recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando que o processo em tela trata de direitos e interesses individuais heterogêneos, caso que enseja a hipótese de representação processual pela entidade associativa;

Considerando que a representação exige a comprovação de autorização do representado, a qual pode se dar por procuração ou pela comprovação de filiação do interessado à entidade;

Considerando que nos presentes autos não se verifica o cumprimento do requisito constitucional da expressa autorização, devido à ausência de comprovação de filiação da ex-servidora atingida pela deliberação recorrida;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 48, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 146, 277, inciso II, 282, 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Severina de Melo, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) não conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social de Pernambuco, ante a ausência de legitimidade e interesse recursal; e

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos recorrentes e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-010.688/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Maria do Carmo Alves de Castro (102.307.504-00).
1.2. Recorrentes: Severina de Melo (143.434.794-04); Sindsprev/pe (24.130.122/0001-60).
1.3. Interessada: Severina de Melo (143.434.794-04).
1.4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.
1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.9. Representação legal: Claudio Soares de Oliveira Ferreira (OAB/PE 15.020) e outros.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10296/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.644/2016-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hegel de Brito Boson (009.081.186-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: Caio Luiz Almeida Vieira de Mello (OAB/MG 36.405).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10297/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.110/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ligia Mara Sabino (030.884.256-17); Lilian Alves da Silva (033.091.276-30); Maria Amalia de Almeida Cunha (163.911.388-69).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10298/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário e com o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.3 do Acórdão 6.025/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 25/8/2015 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.3. (...) atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido (...)."

Leia-se:

"9.3. (...) atualizada monetariamente desde a data deste acórdão (...)."

1. Processo TC-006.966/2013-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87); Sandra Maria Ferreira de Souza (089.696.472-87).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Igarapé-miri - PA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
1.6. Representação legal: Leandro Araújo Filho (OAB/PA 13.682) e José Luiz Messias Sales (OAB/PA 6.150-A).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10299/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

b) dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) de que a instauração de Tomada de Contas Especial se sujeita ao preenchimento dos pressupostos contidos no art. 5º da IN-TCU 71/2012;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos responsáveis e ao DNIT.

1. Processo TC-013.315/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Claúdio José Madeira Basto Menezes (070.613.587-34); Fernando Antonio Carvalho Baldiotti (289.114.586-00); Florivaldo Vieira Martins (108.654.972-49); Inacio Satoshi Takeuti (530.188.188-49); Luiz Francisco Silva Marcos (269.130.547-34); Parsifal de Jesus Pontes (124.394.442-00); Raimundo Nonato Dutra Duarte (118.255.962-04); Wildjan da Fonseca Magno (002.902.891-49).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Tucuruí - PA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10300/2017 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Emilson Couras da Silva, contra os subitens 9.1, 9.1.2 e 9.2 do Acórdão 5.131/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas irregulares (peça 33).

Considerando que, regularmente notificado, em 18/7/2017 (peça 48), da deliberação recorrida (Acórdão 5.131/2017-TCU-1ª Câmara), o responsável somente compareceu aos autos em 7/8/2017, oportunidade em que protocolizou seu recurso de reconsideração (peça 51);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 19/7/2017, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 2/8/2017;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que os documentos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando que o recurso de reconsideração interposto por Donizetti Borges Barbosa (peça 44) já foi conhecido por meio do despacho constante à peça 53;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Emilson Couras da Silva, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados; e

c) restituir os autos à Serur para análise de mérito do recurso interposto por Donizetti Borges Barbosa.

1. Processo TC-035.812/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Donizetti Borges Barbosa (795.566.208-34); Emilson Couras da Silva (176.541.814-34).
1.2. Recorrente: Emilson Couras da Silva (176.541.814-34).
1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Apiaí - SP.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Carlos Pereira Barbosa Filho (OAB/SP 108.524/OAB-SP); Maria Donizete de Mello Andrade Pereira (OAB/SP 93.272) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10301/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-025.416/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgãos: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10302/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 218 do Regimento Interno/TCU, e com o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação ao Sr. João Martins Dias (CPF 012.062.142-87), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 1.059/2013-TCU-2ª Câmara (peça 26);

b) encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-026.108/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: João Martins Dias (012.062.142-87).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10303/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-028.795/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgãos: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios).

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2017 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 10331/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução à peça 18 e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 21), em:

a) julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, regulares com ressalva, em face das falhas apontadas, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação:

a.1) Luiz Aroldo Rezende de Lima, superintendente regional no período de 31/1/2015 a 31/12/2015, devido a fragilidades na fase de concessão e na fiscalização da execução do objeto de transferências voluntárias; à aprovação de prestações de contas com base em documentação contábil e financeira, sem considerar as informações dos relatórios e pareceres técnicos; à utilização de indicadores de desempenho com resultados imprecisos pela alta gestão do órgão; e à baixa efetividade do sistema de controles internos;

a.2) Severino Lúcio Lins Siqueira, chefe da Divisão de Desenvolvimento no período de 1º/1/2015 a 17/6/2015, devido a fragilidades na fiscalização da execução do objeto de transferências voluntárias; e à aprovação de prestações de contas com base em documentação contábil e financeira, sem considerar as informações dos relatórios e pareceres técnicos;

a.3) Joilson Barreto Costa, chefe da Divisão de Desenvolvimento no período de 18/6/2015 a 30/11/2015, devido a fragilidades na fase de concessão e na fiscalização da execução do objeto de transferências voluntárias; e à aprovação de prestações de contas com base em documentação contábil e financeira, sem considerar as informações dos relatórios e pareceres técnicos;

b) julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 1.1 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena;

c) considerar cumprida a determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 7741/2015 TCU 1ª Câmara;

d) dar ciência à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Pernambuco (Incra SR-03) sobre as seguintes falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

d.1) falta de informações requisitadas nos itens 8.1 Tratamento de deliberações do TCU e 8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno, identificada no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015, o que afronta o previsto no Anexo Único da Portaria TCU 321/2015;

d.2) ausência de informações requeridas (identificação dos atos formais de nomeação, de designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais; do endereço residencial completo; e do endereço de correio eletrônico), identificada no Rol de Responsáveis relativo ao exercício de 2015, em afronta ao previsto no art. 11 da IN-TCU 63/2010;

e) dar ciência deste Acórdão, fazendo-o acompanhar de cópia da instrução à peça 18, à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Pernambuco (Incra SR-03).

1. Processo TC-025.979/2016-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Breno Moura Lima do Canto (024.785.554-50); Ermando Belmiro dos Santos (168.820.674-49); Heliodoro Daltino Jeronimo Santos (426.831.144-00); Isaias Valeriano Leite (040.270.204-21); Joilson Barreto Costa (824.540.864-68); Karla Patricia Correia dos Santos Barros (830.693.724-49); Luiz Aroldo Rezende de Lima (527.227.834-87); Reny Ítalo de Oliveira Pereira (680.602.973-68); Ricardo Bruno de Lima Barbosa (012.088.344-95); Roberto Neres Quirino de Oliveira (022.371.474-77); Severino Lucio Lins Siqueira (344.762.454-04)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10332/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos responsáveis a seguir relacionados e dar-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos às peças 15 a 17, sem prejuízo da recomendação indicada no subitem 1.7 deste acórdão, arquivando-se os autos após o trânsito em julgado deste acórdão, dando-se ciência à Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e à Controladoria Geral da União/RJ.

1. Processo TC-029.007/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alvaro Toubes Prata (145.041.381-15); Andre Nachbin (667.272.867-87); Carlos Afonso Nobre (738.128.978-49); Carlos Augusto de Azevedo (243.461.877-49); Carlos Ivan Simonsen Leal (441.982.057-87); Cesar Leopoldo Camacho Manco (290.266.957-72); Claudio Landim (825.738.597-20); Edgar Dutra Zanotto (930.410.478-53); Emilia Maria Silva Ribeiro Curi (292.910.701-49); Glaucius Oliva (045.686.168-83); Hernan Chaimovich Guralnik (271.069.268-68); Jonas de Miranda Gomes (137.092.164-00); Jorge Almeida Guimarães (048.563.847-91); Jose Felipe Linares Ramirez (051.534.037-50); Jose Fernando Perez (730.524.268-34); João Carlos Silva de Paiva (045.351.357-38); Luiz Davidovich (532.487.597-04); Marcelo Miranda Viana da Silva (994.234.487-04); Rodrigo Cruz Guardatti (086.185.467-55); Sergio Ribeiro da Costa Werlang (506.666.577-34)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Recomendar à Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), com fundamento no art. 250, inciso III, do RI-TCU, que aprimore as demonstrações orçamentárias e financeiras constantes do seu Relatório de Gestão de modo a evidenciar a utilização dos saldos orçamentários e financeiros obtidos de um exercício para outro e dos recursos advindos de outras fontes que não o contrato de gestão celebrado com o MCTIC.

ACÓRDÃO Nº 10333/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em desfavor de Ivan Alves Soares, ex-prefeito de Nova Redenção/BA, em razão da não apresentação da prestação de contas da primeira parcela dos recursos recebidos por força do Termo de Compromisso TC/PAC 71/2012 (Siafi 671418), celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tendo por objeto melhorias sanitárias domiciliares no município.

Considerando que a Funasa atestou a execução da totalidade do objeto;

Considerando que a segunda parcela dos recursos do ajuste, executada no mandato da prefeita sucessora, teve a prestação de contas aprovada pela Funasa;

Considerando que, em resposta à citação promovida por este Tribunal, o responsável apresentou alegações de defesa, acompanhadas de documentação a título de prestação de contas;

Considerando que o responsável justificou que cabia à prefeita sucessora a apresentação de contas também da primeira parcela e que teria lhe transferido a documentação necessária para tanto;

Considerando que a documentação apresentada em resposta à citação é apta a comprovar a regularidade das despesas realizadas;

Considerando a proposta da Secex/BA no sentido de acolhimento das alegações de defesa e julgamento pela regularidade das presentes contas, com quitação plena;

Considerando, entretanto, que o Ministério Público junto ao TCU, embora concorde que a documentação trazida aos autos é suficiente para demonstrar a regularidade das despesas, aponta algumas inconsistências entre os valores das notas fiscais apresentadas e as transferências bancárias a título de pagamento, mas que não chegam a comprometer a correlação entre as despesas e os pagamentos efetuados;

Considerando que, em razão dessas falhas releváveis, o MP/TCU propõe também acolhimento das alegações de defesa, mas com o julgamento pela regularidade com ressalva das presentes contas, com quitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) julgar, com fundamento nos artigos 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, regulares com ressalva as contas de Ivan Alves Soares e, em consequência, dar quitação ao responsável; e

b) dar ciência desta deliberação ao responsável.

1. Processo TC-000.250/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ivan Alves Soares (205.060.155-72)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Redenção - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10334/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 17, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 27 a 30), em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU;

b) dar ciência desta deliberação, da instrução e pareceres de peças 27 a 30, ao Ministério do Desenvolvimento Social.

1. Processo TC-002.930/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Paulino Ribeiro Rocha (287.864.919-20)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alvorada D"oeste - RO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10335/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, os itens 9.1. e 9.2 do Acórdão nº 5138/2017-TCU- 1ª Câmara, considerando a manifestação do Ministério Público junto ao TCU (peça 57), como a seguir:

a) a tabela constante do subitem 9.1 passa a constar da seguinte forma:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
25.000,00	19/1/2007
22.000,00	2/2/2007
5.005,00	5/2/2007
18.920,00	8/3/2007
32.540,00	12/3/2007
10.847,00	13/3/2007
4.040,00	5/4/2007
4.000,00	23/4/2007
12.500,00	4/5/2007
5.777,00	14/5/2007
5.816,00	23/5/2007
5.000,00	29/5/2007
43.702,80	8/6/2007
4.172,20	29/6/2007

b) o subitem 9.2 passa a constar com a seguinte redação:

"9.2. condenar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, Altamiro Souza da Silva ao pagamento da quantia de R$ 102,20 (cento e dois reais e vinte centavos), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir 21/12/2006 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;".

1. Processo TC-010.707/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Altamiro Souza da Silva (139.662.862-20); Sulnorte Construções Ltda. - EPP (33.008.723/0001-96)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4.634) e Adeusair Ferreira dos Anjos (OAB/RO 3.780).

ACÓRDÃO Nº 10336/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1. do Acórdão nº 371/2017-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

- onde se lê:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19 e 23, inciso III da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Srª Ana Lúcia Bahia Costa Paixão (CPF 206.867.735- 00) e da associação civil Galpão de Arte (CNPJ 05.448.371/0001-54), e condená-las, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"

- leia-se:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", 19 e 23, inciso III da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Srª Ana Lúcia Bahia Costa Paixão (CPF 206.867.735- 00) e da associação civil Galpão de Arte (CNPJ 05.448.371/0001-54), e condená-las, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"

1. Processo TC-017.282/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ana Lucia Bahia Costa Paixão (206.867.735-00); Galpão de Arte (05.448.371/0001-54)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10337/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) em desfavor de Otaviano Joaquim Filho, ex-prefeito de Botuporã/BA, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 0310.934-47/2009/MCIDADES (Siconv 719628), tendo por objeto a execução de pavimentação asfáltica com ciclovia e calçadas.

Considerando que o valor total do ajuste foi de R$ 498.448,98, sendo R$ 487.500,00 em recursos do Ministério das Cidades e R$ 9.948,98 a título de contrapartida;

Considerando que foram efetivamente repassados ao ente municipal a quantia de R$ 211.575,01, tendo a obra sido paralisada com a execução de 43,4%;

Considerando que a instauração da presente tomada de contas especial decorreu da avaliação da CAIXA no sentido de que os serviços não foram concluídos e a parcela executada não apresentava funcionalidade;

Considerando, entretanto, que na fase de saneamento do processo no âmbito deste Tribunal sobreveio nova documentação fornecida pela CAIXA (peça 37), em que, por meio do Parecer Técnico - RAE 03, foi atestada a funcionalidade da execução do objeto pactuado e informada a exclusão da meta não executada do objeto do ajuste;

Considerando, assim, que houve redução da meta pactuada, com a correspondente redução dos recursos, e que a parcela executada gerou os benefícios previstos à população atendida;

Considerando, ademais, não haver notícia de outras irregularidades em relação à parcela executada;

Considerando que, ante os novos elementos acostados aos autos, não subsistem as razões que fundamentaram a instauração da presente tomada de contas especial;

Considerando as propostas uniformes da Secex/BA e do Ministério Público junto ao TCU no sentido de se arquivar a presente tomada de contas especial ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU; e

b) dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Botuporã/BA e ao Sr. Otaviano Joaquim Filho.

1. Processo TC-017.414/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Otaviano Joaquim Filho (480.040.815-68)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Botuporã - BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10338/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1 do Acórdão nº 9031/2017-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

- onde se lê:

"9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Waldeles Cavalcante, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 60.275,00 (sessenta mil, duzentos e setenta e cinco reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 23/3/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

- leia-se:

"9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Waldeles Cavalcante, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 58.375,00 (cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 23/3/2010 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

1. Processo TC-035.867/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 021.116/2017-2 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Waldeles Cavalcante (576.668.147-04)

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - ES

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10339/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer desta representação, vez que preenchidos os requisitos de admissibilidade aplicáveis, considerá-la prejudicada, visto que a apuração quanto a pendências cadastrais compete primariamente ao órgão repassador dos recursos, conforme exposto no parecer da Secex/MA (peças 06/07), adotar as providências listadas adiante e arquivar este processo.

1. Processo TC-008.175/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Cajapió/MA

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cajapió/MA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Representação legal: Diego José Fonseca Moura (OAB/MA 8192) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar ao Município de Cajapió/MA cópia das peças 06/07 e deste acórdão, informando que:

1.7.1.1. na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da Instrução Normativa - TCU 71, de 28 de novembro de 2012, alterada pela Instrução Normativa - TCU 76, de 23 de novembro de 2016, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos, que, no caso específico destes autos, trata-se do Ministério da Saúde;

1.7.1.2. cabe ao município interessado intentar as gestões necessárias, junto ao Ministério da Saúde, com vistas a reverter situação de inadimplência/omissão perante o Siops (e, consequentemente, perante o Cauc), mediante a adoção de providências no sentido de regularizar os registros dos dados municipais referentes aos períodos faltantes, podendo, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas judiciais ou administrativas julgadas cabíveis, com vistas a modificar sua situação junto ao mencionado sistema, de maneira a viabilizar eventual suspensão da restrição de repasse de recursos federais;

1.7.2. encaminhar cópia da instrução (peças 06/07) e deste acórdão ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e ao Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, de modo a dar ciência das questões tratadas nesta representação, possibilitando a adoção das providências consideradas necessárias.

ACÓRDÃO Nº 10340/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar o prazo estipulado pelo Acórdão 6810/2017-TCU-1ª Câmara, por mais sessenta dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido.

1. Processo TC-009.297/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10341/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Correntina/BA, relacionadas à execução de obra do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC naquele município,

especificamente no que tange à construção de uma escola infantil tipo B, por meio do Termo de Compromisso PAC 202578/2012, no valor de R$ 1.222.772,42, posteriormente alterado para R$ 1.638.258,00, por meio do Termo de Compromisso PAC-2 04020/2013, processo esse já objeto de apreciação por meio do Acórdão 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara,

Considerando que, por intermédio do Acórdão 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara, este Tribunal, após conhecer da presente representação, deliberou, entre outras medidas, por determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que, no prazo de cento e vinte dias, concluísse a análise da aplicação dos recursos transferidos por meio do Termo de Compromisso PAC-2 04020/2013 (obra ID 24312), instaurando, se fosse o caso, a devida tomada de contas especial, bem como informasse ao Tribunal as medidas adotadas e os resultados obtidos;

Considerando que, em resposta à notificação acerca de tal deliberação, o FNDE, após informar que os dados da prestação de contas do Termo de Compromisso PAC-2 04020/2013 (obra ID 24312) não foram registrados pela Entidade Executora na base de dados online do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), não obstante o prazo para tanto se haja encerrado em 16/7/2017, em razão do que a notificação dos responsáveis já foi intentada eletronicamente por meio do SiGPC e, caso persista a omissão, considerando o prazo estabelecido para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa e exauridas as medidas administrativas no âmbito interno com vista ao saneamento da irregularidade, serão adotadas as medidas de exceção previstas na IN/TCU 76/2016;

Considerando o registro da Secex/BA de que, tendo em vista a ciência do FNDE a respeito da determinação constante do Acórdão 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara (peça 32) haver ocorrido noventa dias antes da data final estabelecida para a apresentação da prestação de contas do ajuste em tela, o prazo fixado no referido *Decisum* para a conclusão da análise da aplicação dos recursos transferidos por meio do ajuste em tela ficou drasticamente reduzido a no máximo trinta dias, isso se as contas houvessem sido tempestivamente apresentadas, o que findou por não ocorrer;

Considerando, então, o posicionamento daquela unidade técnica de, embora entendendo possível propor que o Tribunal amplie o prazo fixado no Acórdão em questão, optar por sugerir o arquivamento destes autos, por considerar que o FNDE já está adotando as providências necessárias à verificação da regularidade da aplicação dos recursos repassados por força do Termo de Compromisso PAC-2 04020/2013;

Considerando o aspecto de, na verdade, o arquivamento deste feito já haver sido autorizado por meio do item 9.5 do Acórdão 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara;

Considerando, igualmente, o fato de a obrigatoriedade de monitorar o cumprimento da referida determinação ao FNDE persistir mesmo em face do arquivamento destes autos, tendo em vista corresponder a comando dirigido à Secex/BA por intermédio do item 9.4 do Acórdão 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara;

Considerando, ademais, a possibilidade de o monitoramento em questão, nos termos do § 1º do art. 4º da Portaria Segecex 27/2009, poder ser levado a efeito mesmo sem a autuação de processo, a não ser que presentes razões para tanto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) autorizar o arquivamento destes autos, com fulcro no inciso V do art. 169 do Regimento Interno desta Casa;

b) esclarecer à Secex/BA que a obrigatoriedade de monitorar o cumprimento da determinação ao FNDE constante do item 9.2 do Acórdão 1842/2017 - TCU - 1ª Câmara persiste mesmo em face do arquivamento destes autos, tendo em vista corresponder a comando dirigido àquela unidade técnica por intermédio do item 9.4 daquele *Decisum*, devendo-se ter em conta, ainda, a possibilidade de tal monitoramento, nos termos do art. 4º da Portaria Segecex 27/2009, poder ser levado a efeito mesmo sem a autuação de processo, a não ser que presentes razões para tanto.

1. Processo TC-015.234/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ezequiel Pereira Barbosa, CPF 016.562.525-20.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Correntina/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/BA.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10342/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação ante suposta omissão no dever de prestar contas do Conselho Regional de Serviço Social 15ª. Região, relativa ao exercício de 2016, evidenciada pela falta de apresentação do Relatório de Gestão no sistema e-contas do Tribunal de Contas da União até o dia 31/5/2017.

Considerando a existência de pedido intempestivo, por parte da Sra. Andréia Santos Cavalcante, Conselheira Presidente do CRESS 15ª. Região AM/RR, pela reabertura do prazo e do acesso para envio do relatório de gestão;

Considerando que o pedido fora deferido e, assim, reaberto o sistema e-contas até o dia 24/7/2017 para o envio do relatório, e que a unidade técnica havia informado a não localização do referido relatório de gestão (peças 3-4);

Considerando a realização da audiência da responsável pelo Conselho Regional de Serviço Social 15ª. Região, Sra. Andréia Santos Cavalcante, a respeito da omissão no dever de prestar contas;

Considerando que, em sede de razões de justificativas, a responsável informou que enviou o relatório de gestão dentro do novo prazo que lhe foi concedido, 24/7/2017, e encaminhou cópia do recibo de entrega da prestação de contas anual, emitido pelo sistema do TCU (peça 9, p. 2);

Considerando que, em nova consulta ao sistema e-contas, a unidade técnica confirmou que o relatório de gestão encontra-se na base do sistema;

Considerando a análise e a proposta uníssonas da Secex-AM, constante das peças 10 a 12 dos autos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 237 e 250, inciso I, todos do Regimento Interno, por unanimidade, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para no mérito considerá-la improcedente.

1. Processo TC-021.368/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secex/AM

1.1. Responsável: Andreia Santos Cavalcante (614.401.162-53)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região (AM e RR)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10343/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação autuada a partir do recebimento de tomada de contas especial instaurada pela Prefeitura de Balneário Piçarras/SC, tratando de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Termo de Compromisso 49/2010, firmado com o Ministério da Integração Nacional - MI, cujo objeto é a execução de ações de combate à erosão marinha;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis;

Considerando que as diligências realizadas pela unidade técnica evidenciam que a vigência da avença foi prorrogada até 25/2/2017 e que a documentação apresentada pela municipalidade encontra-se em exame no âmbito do MI, o qual emitirá o parecer técnico conclusivo e, posteriormente, a análise contábil e financeira;

Considerando a manifestação da Secex/SC no sentido de considerar a representação procedente e arquivar os presentes autos, deixando de adotar qualquer providencia, tendo em vista que as medidas a cargo do órgão repassador ainda não se esgotaram;

Considerando que a fiscalização da aplicação dos recursos repassados ao Município de Balneário Piçarras/SC, por meio do Termo de Compromisso 49/2010, é competência primária do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que antes da conclusão das análises pelo órgão repassador não é possível confirmar a procedência das irregularidades relatadas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do RI/TCU, e arquivar os presentes autos, após adoção das medidas indicadas no item 1.7. abaixo.

1. Processo TC-023.363/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prefeitura de Balneário Piçarras/SC.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Balneário Piçarras/SC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia do presente processo ao Ministério da Integração Nacional;

1.7.2. dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução de peça 18, ao representante e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 10344/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Serviços de Tratamento Intensivo de Imperatriz - STI, acerca de possíveis irregularidades na condução, pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, da Licitação de Credenciamento 02/2017-SES/MA, relacionadas a suposto indeferimento indevido de credenciamento da representante por falta de atendimento a exigência (fls. 1, 11, 16 e 21/22, peça 1, e fls. 46/47 e 50, peça 7),

Considerando o aspecto de a representante insurgir-se, em síntese, contra a exigência, a seu ver indevida, de propriedade do imóvel ou contrato de locação válido que assegurasse a continuidade dos serviços no local onde serão prestados, requisito cujo descumprimento levou à sua inaptidão para o credenciamento em destaque (fl. 1, peça 12);

Considerando, por um lado, os registros da Secex/MA de que a empresa STI, à luz do disposto no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno e do § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, possui legitimidade para representar ao Tribunal e de que o certame em questão, em função de utilizar recursos do SUS, corresponde a matéria sob a jurisdição deste Tribunal (fls. 2, peça 12);

Considerando, de outra parte, a ponderação daquela unidade instrutiva de que a exigência pela qual a representante foi considerada inapta ao credenciamento pode ser tida como razoável (fls. 2, peça 12);

Considerando, quanto a isso, a anotação da unidade técnica de que a administração nem mesmo chegou a exigir a prévia propriedade para a participação do processo de contratação com o poder público, mas sim de que a posse do imóvel, em que deverão ser prestados os serviços de UTI, não fosse precária;

Considerando os registros acerca da disputa judicial entre a Unimed e a representante em relação ao imóvel ocupado por esta última e o aspecto de seu contrato de aluguel encontrar-se vencido (fls. 3, peça 12);

Considerando não haver indicação, em função do insucesso do procedimento licitatório em tela (nenhuma das duas empresas participantes conseguiu demonstrar que dispunha de condições para executar o serviço objeto da contratação, restando fracassado o certame), de que a administração pretenda realizar contratação direta, mas sim de repetir o processo de credenciamento (fls. 3, peça 12);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade para tanto, em especial aqueles previstos no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno e do § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão à representante e à Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão;

c) arquivar estes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-026.100/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Serviços de Tratamento Intensivo de Imperatriz - STI, CNPJ 06.314.283/0001-22.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/MA.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 10345/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, formulada pelo Conselho Regional de Educação Física - CREF3 - Santa Catarina, tratando de possíveis irregularidades cometidas por ex-empregada da autarquia,

Considerando que os fatos noticiados nos autos dão conta de supostas irregularidades cometidas por ex-empregada daquele Conselho, Sra. Marli Ignácio da Silva Trentin, a exemplo de aumento salarial irregular, contratação direta e direcionamento de licitações para empresa que tem como sócio pessoa de seu relacionamento íntimo, reembolso de despesas à pessoa não integrante dos quadros do CREF3;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que o relatório apresentado pela Comissão Interna Disciplinar instaurada para apurar os fatos denunciados apontou pela procedência das alegações;

Considerando os indícios da existência de dano aos cofres do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina;

Considerando a análise empreendida pela unidade instrutiva em pareceres uníssonos (peças 10-11),

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente, dar ciência deste acórdão ao Conselho Regional de Educação Física - CREF3 - Santa Catarina, expedir a determinação abaixo, arquivando-se o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-027.223/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região (SC)

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinar ao Conselho Regional de Educação Física - CREF3 - Santa Catarina, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que tome providências no sentido de promover a completa apuração e ressarcimento do dano aos cofres da entidade supostamente causados pela Sra. Marli Ignácio da Silva Trentin, instaurando, caso as medidas de ressarcimento mostrem-se infrutíferas, processo de tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 10346/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Representação formulada pelo Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES (peça 2, p. 2-5), sobre a instauração dos procedimentos preparatórios 1.17.00.001902/2015-03 e 1.17.000.002287/2015-44 para apurar supostas irregularidades na execução dos Convênios Siconv 797611/2013 e 782753/2013;

Considerando os indícios de direcionamento nos certames promovidos pelo ente convenente, Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - Aderes, os quais resultaram na contratação do Instituto Sindimicro;

Considerando que o Convênio 782753/2013, celebrado entre o Ministério do Trabalho e a Aderes, encontra-se em execução e que o Convênio 797611/2013, celebrado entre a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (atualmente na estrutura do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC) e a Aderes, encontra-se com a respectiva prestação de contas sob análise;

Considerando que, para ambas as avenças, não foi disponibilizado o exame por parte do ente concedente, seja parcial ou final, da execução financeira (Relatórios de execução, Licitações, Contratos, Documentos de liquidação, Pagamentos/Movimentação Financeira e Declarações) e a da execução do objeto, e que ambos reuniram serviços/ações de difícil mensuração;

Considerando, de um lado, que a análise e as conclusões oferecidas de forma uníssona pela unidade instrutiva corroboram os indícios de direcionamento noticiados pelo MPF quanto aos certames promovidos pelo ente convenente que resultaram na contratação do Instituto Sindimicro (peças 37-39),

Considerando, de outro lado, que a apuração primeira de irregularidades como a indicada compete aos órgãos transferidores dos recursos federais, bem como que a atuação do Controle Externo, *in casu*, revelar-se-ia pertinente tão-somente em casos excepcionais, em que a irregularidade não seja apurada por aquele órgão concedente do recursos, ou quando revele risco, relevância e materialidade suficientes para a instauração de procedimentos de controle ou instauração de tomada de contas especial, em face de dano, ou grave infração a norma legal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 237 e 250, inciso I, todos do Regimento Interno, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 37 dos autos, à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo (IC 1.17.000.002287/2015-44 e 1.17.00.001902/2015-03), à Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, à Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e à Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - Aderes;

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, incisos II e V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-029.423/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 034.416/2016-1 (SOLICITAÇÃO); 001.675/2017-6 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Representante: Senhor Procurador da República no Estado do Espírito Santo Fernando Amorim Lavieri.

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. determinar à Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços que, no prazo de 180 dias, em relação ao Convênio 003/2013 (Siconv 797611), pactuado com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES), examine de modo conclusivo a execução financeira (Relatórios de execução, Licitações, Contratos, Documentos de liquidação, Pagamentos/Movimentação Financeira e Declarações) e a execução do objeto, que reuniu serviços/ações de difícil mensuração e na qual se verificou indício de restrição indevida de localidade no edital do processo da contratação do Instituto SINDIMICRO mediante subconvênio (Edital de Chamamento Público 001/2014 da ADERES), tendo em vista a competência primária da concedente no controle da execução dos recursos transferidos, consoante jurisprudência consolidada do TCU (a exemplo dos Acórdãos 3.434/2014-Plenário, 2.467/2016-1ª Câmara e 516/2015-2ª Câmara), bem como informe ao Tribunal, no mesmo prazo, sobre as medidas adotadas e os resultados obtidos;

1.8.2. determinar à Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho que, em relação ao Convênio 00019/2013 (Siconv 782753), pactuado com a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES), no prazo de 180 dias, proceda exame da execução financeira (Relatórios de execução, Licitações, Contratos, Documentos de liquidação, Pagamentos/Movimentação Financeira e Declarações) e da execução do objeto, que reuniu serviços/ações de difícil mensuração e na qual que se verificou indício de irregularidades atinentes a possível direcionamento para o Instituto SINDIMICRO no processo seletivo ADERES 1/2014 (Edital de Seleção Pública), tendo em vista a competência primária do concedente no controle da execução dos recursos transferidos, consoante jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 3434/2014-Plenário, 2467/2016-1ª Câmara e 516/2015-2ª Câmara, por exemplo), bem como informe ao Tribunal, no mesmo prazo, sobre as medidas adotadas e os resultados obtidos; e

1.8.3. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo que monitore o cumprimento das determinações acima, conforme as orientações previstas no art. 4º da Portaria-Segecex 27/2009, autuando-se processos específicos distintos para cada eventual destinatário de determinação.

RELAÇÃO Nº 34/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 10347/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, "d", do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar os acórdãos 6525/2016 e 3887/2017, ambos da 1ª Câmara, de modo que onde se lê, no subitem 3.2 do acórdão 3887/2017, "Responsáveis: Adailton Silva Luz Sobrinho (354.895.455-34); Venge Construções Ltda. (03.298.950/0001-32).", leia-se "Responsáveis: Adailton Silva Luz Sobrinho (354.895.455-34); VENGE CONSTRUÇÕES EIRELI. (03.298.950/0001-32)."; e onde se lê, no subitem 3.1 do acórdão 6525/2016, "Responsáveis: Adailton Silva Luz Sobrinho (354.895.455-34); Venge Construções Eirelle - ME. (03.298.950/0001-32)", leia-se "Responsáveis: Adailton Silva Luz Sobrinho (354.895.455-34); VENGE CONSTRUÇÕES EIRELI. (03.298.950/0001-32)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-013.980/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adailton Silva Luz Sobrinho (354.895.455-34); VENGE CONSTRUÇÕES EIRELI. (03.298.950/0001-32).

1.2. Entidade: Município de Jussiape/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Emanuel José Reis de Almeida (OAB/BA 14592) e outros, representando VENGE CONSTRUÇÕES EIRELI.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10348/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a proposta de inclusão de informações específicas nos relatórios de gestão de futuras contas da entidade deve ser encaminhada pela unidade técnica à Segecex, por meio da Diretoria de Normas e Gestão de Contas da Semec, para adequada discussão e avaliação da pertinência da inclusão das informações nos relatórios de gestão e no sistema e-Contas.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no item 9.3 do acórdão 1628/2015-TCU-1ª Câmara, e determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 029.344/2011-5, com fulcro no art. 35, § 1º, c/c arts. 33 e 37 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-027.514/2015-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Superintendência Regional do Incra em Santarém/PA.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Pará (Secex-PA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 009.409/2016-5, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Márcia Janete da S. Costa não compareceu para realizar a sustentação oral que havia solicitado em nome do Movimento D"ellas e de Ione Baptista Lindgren.

Na apreciação do processo nº 008.383/2012-0, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Leonardo Azevedo Saraiva declinou da sustentação oral que havia solicitado em nome de Paulo Afonso Velozo Cintra e de Paulo Fontes Cintra Neto.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 10304 a 10330, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10304/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.988/2006-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Amanda Franke de Freitas Fernandes (045.634.379-21); Angelina Fernandes (360.036.119-87); Anita Linzmeyer (320.558.389-20); Aparecida Magalhães Molina Costa (462.513.839-68); Elisabeth Hildegard Bossmann (063.774.299-08); Emery Silva Rebel (043.819.899-96); Enni Kowalski Beatriz (025.977.929-60); Fabiana Rodrigues Pereira (042.663.429-26); Fabio Rodrigues Pereira (047.320.919-54); Hilda Schinemann Costa (058.443.869-90); Jaroslau Rescetnik (016.434.019-04); Leony Ignez de Freitas Fernandes (231.082.239-68); Maria de Lurdes Oliveira de Paula (006.712.529-84); Moacir Alves de Menezes (080.220.629-87); Odocia Pastuchen Joly (047.486.069-83); Olga dos Santos de Oliveira (544.157.059-87); Pedro Rodrigues Pereira (428.678.609-97); Rafael Peixoto Ferreira (052.330.249-50); Severino Alves da Silva (147.812.809-78); Soudelina Miranda Procek (587.170.489-15); Vilma Alves Peixoto (672.853.769-49).

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão civil, emitidos pela Universidade Federal do Paraná, em favor de diversos beneficiários;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º e 5º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensões civis instituídas por: Antônio Aparecido Ferreira (CPF 514.859.159-53), em benefício de Rafael Peixoto Ferreira (CPF 052.330.249-50) e Vilma Alves Peixoto (CPF 672.853.769-49); Lilian Karpuchin (CPF 170.992.349-00), em benefício de Severino Alves da Silva (CPF 147.812.809-78); Luiz Lopes (CPF 232.057.259-72), em benefício de Maria de Lurdes Oliveira de Paula (CPF 006.712.529-84); Nestor Procek (CPF 112.011.349-00), em benefício de Soudelina Miranda Procek (CPF 587.170.489-15); Renato Beatriz (CPF 111.990.089-15), em benefício de Enni Kowalski Beatriz (CPF 025.977.929-60), e Valdir Costa (CPF 170.341.089-00), em benefício de Aparecida Magalhães Molina Costa (CPF 462.513.839-68) com a ressalva de que as rubricas consideradas indevidas pelo TCU não mais compõem os benefícios pensionais;

9.2. considerar prejudicados, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de concessão da pensões civis instituídas por Arnoldo Flores Costa (114.512.549-20), em benefício de Hilda Schinemann Costa (058.443.869-90); Braz Freitas Fernandes (002.074.629-68), em benefício de Amanda Franke de Freitas Fernandes (045.634.379-21) e Leony Ignez de Freitas Fernandes; José Borges de Souza (110.309.769-53), em benefício de Angelina Fernandes (360.036.119-87); Maria de Lourdes da Silva Alves Menezes (254.789.079-87), em benefício de Moacir Alves de Menezes (080.220.629-87); Mário Joly (027.893.889-20), em benefício de Odocia Pastuchen Joly (047.486.069-83); Ottilia Freitas dos Santos Rescetnik (500.132.549-87), em benefício de Jaroslau Rescetnik (016.434.019-04); Pedro de Oliveira (155.771.809-10), em benefício de Olga dos Santos de Oliveira (544.157.059-87); e Reinaldo Bossmann (000.124.329-20), em benefício de Elisabeth Hildegard Bossmann (063.774.299-08);

9.3. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.3.1. destaque, dos presentes autos, os atos de concessão de pensão civil emitidos por Helmut Karl Rebel (CPF 059.543.559-91), em benefício de Emery Silva Rebel (CPF 043.819.899-96); Ivanir Barboza Rodrigues Pereira (CPF 922.133.329-91), em benefício de Fabiana Rodrigues Pereira (CPF 042.663.429-26), Fábio Rodrigues Pereira (CPF 047.320.919-54) e Pedro Rodrigues Pereira (CPF

428.678.609-97); e Osvaldo da Silva (CPF 275.022.369-53), em benefício de Anita Linzmeyer (CPF 320.558.389-20) para realizar oitiva dos beneficiários em função das seguintes irregularidades:

9.3.1.1. pensão instituída por Osvaldo da Silva: indício de irregularidade no reajustamento do benefício que tem se dado com paridade em relação aos servidores ativos a despeito do óbito ter ocorrido após a entrada em vigor da Emenda Constitucional 41/2003, norma que define, como regra, o cálculo do benefício de pensão sem paridade com os servidores ativos (item 8 e 9 do parecer de peça 42);

9.3.1.2 pensão instituída por Helmut Karl Rebel: inclusão irregular, no benefício inicial de pensão, das parcelas "VP A5 D 95689/88", "GAE S/VP A5 ANT", vantagem do artigo 192, inciso II, da Lei 8.112/1990 e 3,17% (item 55 e 56 da instrução de peça 36);

9.3.1.3 pensão instituída por Ivanir Barboza Rodrigues Pereira: em razão da inclusão irregular, no benefício inicial de pensão, das parcelas "VP A5 D 95689/88" e "GAE S/VP A5 ANT" (item 6 do parecer de peça 42);

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação à Universidade Federal do Paraná.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10304-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10305/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.530/2014-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de reconsideração).

3. Recorrente: Pedro Paulo Dias de Carvalho (092.608.112-87).

4. Órgão: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Pedro Rodrigues Gonçalves Leite (OAB/AP 3.442; OAB/DF 54.763 Sup.).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Pedro Paulo Dias de Carvalho, em face do Acórdão 9.634/2017-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, da Lei 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos por Pedro Paulo Dias de Carvalho para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10305-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10306/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.930/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antonia Lima Beserra (882.912.273-49); Antonia Maia de Souza (219.517.303-30); Francisca Alves Figueiredo (706.328.043-00); Joao Alves Teixeira (698.342.108-68); Maria Amelia de Sousa (085.553.948-80); Maria Josefa Domingos (841.064.843-15); Maria Pinheiro da Silva (543.809.443-87); Nancy Viana de Andrade (132.768.324-53); Teresa Maria Bertoldo (265.639.828-24).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em desfavor de Nancy Viana de Andrade, ex-servidora daquele Instituto, em razão do prejuízo por ela causado em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários na agência da Previdência Social de Mombaça/CE;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual os segurados Francisca Alves Figueiredo (706.328.043-00); Antônia Lima Bezerra (882.912.273-49); Maria Josefa Domingos (841.064.843-15); Antônia Maia de Sousa (219.517.303-30); Maria Amélia de Sousa (085.553.948-80); João Alves Teixeira (698.342.108-68); Teresa Maria Bertoldo (265.639.828-24); e Maria Pinheiro da Silva (543.809.443-87);

9.2. julgar irregulares as contas de Nancy Viana de Andrade (132.768.324-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "d", e 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.3. condenar a responsável indicada no subitem anterior ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

1) Benefícios concedidos a Antônia Lima Beserra

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
5/7/2002	200,00
5/7/2002	421,66
5/7/2002	872,98
5/7/2002	5.868,00
1/8/2002	200,00
2/9/2002	200,00
1/10/2002	200,00
1/11/2002	200,00
2/12/2002	200,00
2/12/2002	201,52
2/1/2003	200,00
3/2/2003	200,00
5/3/2003	200,00
1/4/2003	200,00
2/5/2003	240,00
2/6/2003	240,00
1/7/2003	240,00
1/8/2003	240,00
1/9/2003	240,00
1/10/2003	240,00
3/11/2003	240,00
1/12/2003	240,00
1/12/2003	241,83
5/1/2004	240,00
4/2/2004	240,00
1/3/2004	240,00
1/4/2004	240,00
3/5/2004	240,00
1/6/2004	260,00
1/7/2004	260,00
2/8/2004	260,00
1/9/2004	260,00

2) Benefícios concedidos a Antônia Maia de Sousa

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
22/10/2002	200,00
22/10/2002	1.201,84
22/10/2002	5.375,46
1/11/2002	200,00
2/12/2002	200,00
2/12/2002	201,52
10/1/2003	200,00
11/2/2003	200,00
6/3/2003	200,00
4/4/2003	200,00
7/5/2003	240,00
2/6/2003	240,00
1/7/2003	240,00
4/8/2003	240,00
1/9/2003	240,00
1/10/2003	240,00
3/11/2003	240,00
1/12/2003	240,00
1/12/2003	241,78
5/1/2004	240,00
11/2/2004	240,00
1/3/2004	240,00
1/4/2004	240,00
3/5/2004	240,00
1/6/2004	260,00
1/7/2004	260,00
2/8/2004	260,00
2/9/2004	260,00

3) Benefícios concedidos a Francisca Alves Figueiredo

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
4/7/2002	200,00
4/7/2002	421,66
4/7/2002	872,98
4/7/2002	5.868,00
2/8/2002	200,00
3/9/2002	200,00
2/10/2002	200,00
4/11/2002	200,00
3/12/2002	200,00
3/12/2002	201,52
7/1/2003	200,00
4/2/2003	200,00
6/3/2003	200,00
2/4/2003	200,00
5/5/2003	240,00
3/6/2003	240,00
2/7/2003	240,00
4/8/2003	240,00
2/9/2003	240,00
2/10/2003	240,00
4/11/2003	240,00
2/12/2003	240,00
2/12/2003	241,83
5/1/2004	240,00
3/2/2004	240,00
3/3/2004	240,00
2/4/2004	240,00
4/5/2004	240,00
2/6/2004	260,00
2/7/2004	260,00
3/8/2004	260,00
2/9/2004	260,00

4) Benefícios concedidos a João Alves Teixeira

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
25/2/2003	200,00
25/2/2003	405,16
25/2/2003	1.253,18
25/2/2003	4.715,00
6/3/2003	200,00
2/4/2003	200,00
5/5/2003	240,00
5/6/2003	240,00
2/7/2003	240,00
4/8/2003	240,00
2/9/2003	240,00
2/10/2003	240,00
4/11/2003	240,00
2/12/2003	240,00
2/12/2003	241,83
5/1/2004	240,00
3/2/2004	240,00
2/3/2004	240,00
2/4/2004	240,00
5/5/2004	240,00
2/6/2004	260,00
2/7/2004	260,00
3/8/2004	260,00
2/9/2004	260,00

5) Benefícios concedidos a Maria Amélia de Sousa

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
22/10/2002	200,00
22/10/2002	331,00
22/10/2002	870,84
22/10/2002	5.375,46
1/11/2002	200,00
2/12/2002	200,00
2/12/2002	201,52
2/1/2003	200,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4/2/2003	200,00
5/3/2003	200,00
1/4/2003	200,00
2/5/2003	240,00
2/6/2003	240,00
1/7/2003	240,00
1/8/2003	240,00
1/9/2003	240,00
1/10/2003	240,00
3/11/2003	240,00
1/12/2003	240,00
1/12/2003	241,78
5/1/2004	240,00
11/3/2004	240,00
11/3/2004	240,00
1/4/2004	240,00
3/5/2004	240,00
1/6/2004	260,00
1/7/2004	260,00
2/8/2004	260,00
13/9/2004	260,00

6) Benefícios concedidos a Maria Josefa Domingos

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
13/3/2002	180,00
13/3/2002	331,00
13/3/2002	4.015,46
2/4/2002	180,00
2/5/2002	200,00
3/6/2002	200,00
2/7/2002	200,00
2/8/2002	200,00
2/9/2002	200,00
1/10/2002	200,00
1/11/2002	200,00
2/12/2002	200,00
2/12/2002	201,51
2/1/2003	200,00
3/2/2003	200,00
5/3/2003	200,00
1/4/2003	200,00
2/5/2003	240,00
2/6/2003	240,00
2/7/2003	240,00
1/8/2003	240,00
1/9/2003	240,00
8/10/2003	240,00
4/11/2003	240,00
2/12/2003	240,00
2/12/2003	241,79
6/1/2004	240,00
2/2/2004	240,00
1/3/2004	240,00
1/4/2004	240,00
3/5/2004	240,00
1/6/2004	260,00
1/7/2004	260,00
2/8/2004	260,00
1/9/2004	260,00

7) Benefícios concedidos a Maria Pinheiro da Silva

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
21/8/2002	200,00
21/8/2002	933,43
21/8/2002	4.975,46
2/9/2002	200,00
1/10/2002	200,00
1/11/2002	200,00
2/12/2002	200,00
2/12/2002	201,52
2/1/2003	200,00
3/2/2003	200,00
5/3/2003	200,00
1/4/2003	200,00
2/5/2003	240,00
2/6/2003	240,00
1/7/2003	240,00
1/8/2003	240,00
1/9/2003	240,00
1/10/2003	240,00
3/11/2003	240,00
1/12/2003	240,00
1/12/2003	241,83
1/12/2003	241,83
5/1/2004	240,00
11/2/2004	240,00
1/3/2004	240,00
1/4/2004	240,00
3/5/2004	240,00
1/6/2004	260,00
1/7/2004	260,00
9/8/2004	260,00
6/9/2004	260,00

8) Benefícios concedidos a Teresa Maria Bertoldo

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
24/1/2003	200,00
24/1/2003	201,52
24/1/2003	217,75
24/1/2003	1.152,31
24/1/2003	4.666,00
5/2/2003	200,00
10/3/2003	200,00
7/4/2003	200,00
5/5/2003	240,00
2/6/2003	240,00
1/7/2003	240,00
1/8/2003	240,00
1/9/2003	240,00
1/10/2003	240,00
3/11/2003	240,00
1/12/2003	240,00
1/12/2003	241,83
5/1/2004	240,00
2/2/2004	240,00
5/3/2004	240,00
1/4/2004	240,00
3/5/2004	240,00
1/6/2004	260,00
1/7/2004	260,00
2/8/2004	260,00
1/9/2004	260,00

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que decisão indicada no item 9.1 deste acórdão não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos aos segurados ali referidos, em razão da concessão indevida de benefício previdenciário.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10306-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 10307/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.564/2010-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Sebastiana Marreiro Raposo (021.705.402-10).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia em favor da ex-servidora Sebastiana Marreiro Raposo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Sebastiana Marreiro Raposo (021.705.402-10), recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial os que se referem ao índice de 26,05% (URP), no valor atual de R$ 275,48, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10307-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10308/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.604/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco de Assis Silva (283.045.004-34) e Veneza Construções Eireli-ME (07.371.262/0001-01).

4. Entidade: Município de Santana do Matos - RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) contra o Sr. Francisco de Assis Silva (283.045.004-34), ex-prefeito municipal de Santana do Matos/RN (gestões 2005-2008 e 2009-2012), em razão da execução física parcial do objeto pactuado no Convênio 2.577/2007;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco de Assis Silva (283.045.004-34) e da empresa Veneza Construções Eireli - ME (07.371.262/0001-01), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU;

9.2. condenar os responsáveis indicados no subitem anterior, solidariamente, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já recolhidas ou quaisquer novos valores eventualmente ressarcidos, na forma prevista na legislação em vigor:

Composição da dívida	Data	Valor (R$)
Débito	29/11/2011	12.534,10
Débito	18/1/2012	17.410,39
Débito	9/5/2012	31.960,27
Crédito	29/11/2011	1.904,76

9.3. aplicar ao Sr. Francisco de Assis Silva (283.045.004-34) e à empresa Veneza Construções Eireli - ME (07.371.262/0001-01), a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10308-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10309/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.383/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Recorrentes: Paulo Afonso Velozo Cintra (071.724.274-91); Paulo Fontes Cintra Neto (027.537.094-16)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Bento do Una - PE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal:

8.1. Leonardo Azevedo Saraiva (24034/OAB-PE), representando Paulo Fontes Cintra Neto e Paulo Afonso Velozo Cintra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 3.994/2016 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial de forma a tornar insubsistente os subitens 9.2. a 9.4. do Acórdão 3.994/2016-1ª Câmara e, com fundamento no art. 21 da Lei 8.443/92 c/c art. 211 do Regimento Interno, considerar iliquidáveis as presentes contas, ordenando seu trancamento;

9.2. dar ciência aos recorrentes, à Construtora Celeste Ltda. e à Procuradoria da República em Pernambuco do teor desta deliberação.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10309-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10310/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.009/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Antônio Milanezi (250.440.791-20); Terravan Construções EIRELI - EPP (03.189.011/0001-50).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

8. Representação legal:

8.1. Rodrigo Ferreira Uliana (15.946/OAB-MT) e Joacir José Carvalho (4.568/OAB-MT), representando Antônio Milanezi.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 241/2004 (Siafi 528382),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Milanezi (250.440.791-20) e da empresa Terravan Construções EIRELI - EPP (03.189.011/0001-50), condenando-os ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. responsáveis solidários: Antônio Milanezi e Terravan Construções EIRELI - EPP:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
3.406,90	30/10/2007
39.963,77	28/3/2008
7.150,00	27/5/2008

9.1.2. responsável: Antônio Milanezi:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CRÉDITO
79.918,94	9/2/2007	Débito
79.918,94	22/3/2007	Débito
3.406,90	30/10/2007	Crédito
39.963,77	28/3/2008	Crédito
7.150,00	27/5/2008	Crédito
39.959,48	2/8/2010	Débito
47.922,76	6/5/2013	Crédito

9.2. nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Antônio Milanezi multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e à empresa Terravan Construções EIRELI - EPP multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10310-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 10311/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.483/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Leopoldino José Ribeiro (033.352.756-91).

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Caraí/MG

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG)

8. Advogado constituído nos autos: José Maria Peixoto de Miranda (OAB-MG 73.298)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.843/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterados os termos do acórdão recorrido; e

9.3. dar ciência ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde e à Prefeitura Municipal de Caraí/MG acerca do teor desta deliberação.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10311-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10312/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.802/2016-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)

3. Recorrente: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará (Senac/CE)

4. Entidade: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará (Senac/CE)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Erivelton Tavares da Silva (OAB/RN 7.881), Hugo Eduardo de Oliveira Leão (OAB/CE 11.649) e outros

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 6.237/2016-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame interposto pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Ceará (Senac/CE), nos termos dos arts. 285 e 286 do RITCU c/c o art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10312-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10313/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.263/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: David José de Souza (079.430.161-49); José Antônio Mesquita (077.297.231-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguainha - MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Araguainha/MT, por meio dos Convênios nº 2704/1997, 91877/1998, 94025/1998, 93880/2000 e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 1999 e 2000, e da não comprovação da execução de parcela dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 2000,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas do Sr. José Antônio Mesquita (CPF 077.297.231-15), ex-prefeito do município de Araguainha/MT no período de 1997-2000, e do Sr. David José de Souza (CPF 079.430.161-49), ex-prefeito da referida municipalidade no período de 2001-2004, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias especificadas conforme a seguir, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor.

Sr. José Antônio Mesquita (CPF 077.297.231-15):

Data de ocorrência	Valor
06/02/1998	R$ 700,00
06/02/1998	R$ 5.150,00
24/6/1998	R$ 2.710,00
22/12/1998	R$ 5.532,00
4/3/1999	R$ 457,00
30/3/1999	R$ 671,00
4/5/1999	R$ 640,29
18/5/1999	R$ 640,29
8/7/1999	R$ 640,29
4/8/1999	R$ 518,33
24/8/1999	R$ 670,78
1/10/1999	R$ 640,29
2/12/1999	R$ 609,80
25/12/1999	R$ 609,80
24/2/2000	R$ 537,20
22/3/2000	R$ 537,20
5/4/2000	R$ 537,20
16/5/2000	R$ 537,20
14/6/2000	R$ 537,20
5/7/2000	R$ 537,20
5/7/2000	R$ 600,00
1/8/2000	R$ 537,20
22/9/2000	R$ 26,86
22/9/2000	R$ 510,34
24/10/2000	R$ 537,20
17/11/2000	R$ 537,20

Sr. José Antônio Mesquita (CPF 077.297.231-15) e Sr. David José de Souza (CPF 079.430.161-49):

Data de ocorrência	Valor
8/11/2000	R$ 5.122,00

9.2. autorizar, desde já, se requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, , nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, e fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações; e

9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Procuradoria da República em Mato Grosso, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10313-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10314/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.056/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Galba de Paula Miranda (018.909.803-15); José Mariano de Melo (028.485.704-15).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar legais, para fins de registro, as aposentadorias Galba de Paula Miranda e José Mariano de Melo;

9.2. esclarecer o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que a rubrica judicial paga no valor de R$ 484,67 também deverá ser objeto da absorção determinada pelo art. 14 da Lei 12.716/2012;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que examine a regularidade do pagamento da rubrica relativa a decisão no contracheque do inativo Galba de Paula Miranda, no valor atual de R$ 2.292,66, à luz da decisão judicial que a ele deu origem.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10314-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10315/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.947/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Anice de Fátima Ahmad Balduino (360.091.729-34); Cesar Augusto Ramos (170.826.339-04); Claudia Stabile Prates (231.253.069-49); Ehrenfried Othmar Wittig (000.531.719-34); Elizabeth Garzuze da Silva Araújo (233.152.709-10); Ernildo José Lanzarini (006.311.089-04); Muriel Mourão Vieira (164.223.769-87); Orlando Julionel (036.258.699-34); Pedro Ronzelli Junior (721.030.948-91); Ronaldo Flemming (155.891.539-72)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2. Recorrentes: Ehrenfried Othmar Wittig (000.531.719-34); Elizabeth Garzuze da Silva Araújo (233.152.709-10).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Marcelo Trindade de Almeida (19095/OAB-PR) e outros, representando Ehrenfried Othmar Wittig e Claudia Stabile Prates.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, embargos de declaração opostos por Ehrenfried Othmar Wittig e Elizabeth Garzuze da Silva Araújo ao Acórdão nº 9.640/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do RITCU, conhecer dos embargos de declaração opostos por Ehrenfried Othmar Wittig e Elizabeth Garzuze da Silva Araújo, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10315-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10316/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.974/2016-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Maria Comper Guaitolini (576.975.237-87)

3.2. Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES (02.488.507/0001-61); Maria Comper Guaitolini (576.975.237-87).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Odasir Piacini Neto (35273/OAB-DF) e outros, representando Maria Comper Guaitolini.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 1614/2017-1ª Câmara, por meio do qual foi considerada ilegal a aposentadoria de Maria Comper Guaitolini em razão do pagamento de "quintos" incorporados após 8/4/1998,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10316-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10317/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.233/2016-1

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério das Cidades (vinculador).

3.2. Responsáveis: Percídio Ribeiro dos Santos (222.939.575-00) e Valdir Jesus de Souza (156.888.875-91).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itanagra/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da impugnação total das despesas do Contrato de Repasse 0274612-78/2008 e da omissão do dever de prestar contas referentes à terceira parcela liberada, celebrado com o Município de Itanagra/BA, tendo por objeto Obras de Infraestrutura Urbana,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os art. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e art. 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Percídio Ribeiro dos Santos (CPF 222.939.575-00) e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal de Contas da União (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
23.969,39	29/3/2010
25.200,61	3/5/2010
49.234,76	31/10/2010

9.2. aplicar ao Sr. Percídio Ribeiro dos Santos (CPF 222.939.575-00) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal de Contas da União (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Valdir Jesus de Souza (CPF 156.888.875-91) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal de Contas da União (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10317-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10318/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.542/2014-8

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Zacarias Batista Donadon (CPF 090.543.242-87); Município de Vilhena/RO (CNPJ 04.092.706/0001-81).

4. Unidade: Município de Vilhena/RO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex/RO).

8. Representação legal: Carlos Eduardo Machado Ferreira, Procurador Geral do Município de Vilhena/RO (OAB/RO 3691)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Zacarias Batista Donadon, Secretário Municipal de Saúde do Município de Vilhena/RO no período de 1/1/2001 a 22/1/2007, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados na modalidade fundo a fundo no exercício de 2005, em despesas relacionadas a ações administrativas do Fundo Municipal e da prefeitura do Município de Vilhena/RO, no valor total de R$ 54.214,56 (cinquenta e quatro mil duzentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 27, inciso I, da Lei Complementar 141/2012, para que o Município de Vilhena/RO efetue, e comprove perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Vilhena/RO, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.310,00	30/6/2005
1.500,00	4/7/2005
4.200,00	8/7/2005
1.411,56	12/7/2005
1.200,00	13/7/2005
1.000,00	14/7/2005
360,00	25/7/2005
360,00	28/7/2005
800,00	1/8/2005
1.440,00	5/8/2005
1.800,00	9/8/2005
1.200,00	18/8/2005
6.000,00	19/8/2005
800,00	22/8/2005
600,00	29/8/2005
350,00	6/9/2005
400,00	12/9/2005
3.530,00	14/9/2005
1.800,00	19/9/2005
1.000,00	23/9/2005
1.600,00	4/10/2005
600,00	5/10/2005
2.800,00	11/10/2005
800,00	19/10/2005
1.400,00	24/10/2005
7.300,00	25/10/2005
7.653,00	22/12/2005

9.2. informar ao Município de Vilhena/RO que, caso venha a ser condenado por este Tribunal, o débito ora apurado será acrescido dos juros de mora, conforme art. 202, § 1º, do Regimento Interno do TCU; e

9.3. encaminhar cópia deste acórdão ao Município de Vilhena/RO.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10318-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10319/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.876/2015-0.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Responsáveis/Representante:

3.1. Responsáveis: Wilson Berger Costa, ex-Prefeito (CPF 674.760.907-72); Valcir Moreira Págio, ex-Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico (CPF 005.344.357-85)

3.2. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

8. Representação legal: Lucibéria Pagotto Zorzal (OAB/ES 10.424)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES) noticiando a existência de cláusula editalícia restritiva da competitividade no Pregão Presencial 73/2011, promovido pela Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES, com vistas à aquisição de uma máquina motoniveladora (patrulha mecanizada), incluindo a prestação de serviços de assistência técnica e de revisão pelo período mínimo de doze meses, custeada parcialmente com recursos oriundos do Contrato de Repasse 0324486-16 (Siconv 733813/2010), celebrado com o fito de apoiar as atividades de agricultura familiar no município (Programa OGU/MAPA/PRODESA),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. conhecer desta representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. aplicar ao Sr. Wilson Berger Costa a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Valcir Moreira Págio a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e à Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10319-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10320/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-025.092/2016-2

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (05.526.783/0001-65).

3.2. Responsável: Marcos Barreto Dantas (405.442.655-72).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itajuípe/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada, pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em desfavor do Sr. Marcos Barreto Dantas, ex-Prefeito do Município de Itajuípe/BA (gestões 2005-2008 e 2009-2012), em razão da não apresentação de documentos que permitiriam atestar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) àquela municipalidade para a execução dos Programas de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2012, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei 8.443/1992 c/c os art. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso "III", 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que sejam julgadas irregulares as contas do Sr. Marcos Barreto Dantas (CPF 405.442.655-72), ex-Prefeito do Município de Itajuípe/BA, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprove, perante este Tribunal de Contas da União (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor (R$)
30/12/2011	30.396,46
18/01/2012	3.500,00
18/01/2012	6.300,00
19/01/2012	1.042,42
30/01/2012	8.793,00
24/02/2012	1.042,42
29/02/2012	9.107,25
29/02/2012	6.300,00
01/03/2012	4.500,00
02/03/2012	3.500,00
20/03/2012	1.042,42
26/03/2012	6.300,00
27/03/2012	9.107,25
28/03/2012	4.500,00
12/04/2012	3.500,00
13/04/2012	1.042,42
17/04/2012	3.500,00
18/04/2012	6.300,00
24/04/2012	4.500,00
03/05/2012	9.735,75
09/05/2012	1.042,42
14/05/2012	6.300,00
18/05/2012	9.735,75
28/05/2012	3.500,00
08/06/2012	4.500,00
18/06/2012	6.300,00
26/06/2012	3.500,00
26/06/2012	1.042,42
03/07/2012	4.500,00
05/07/2012	3.500,00
05/07/2012	2.000,00
05/07/2012	2.000,00
05/07/2012	2.000,00
09/07/2012	9.735,75
11/07/2012	6.300,00
18/07/2012	1.042,42
27/07/2012	10.050,00
01/08/2012	6.500,00
03/08/2012	3.500,00
13/08/2012	1.042,42
17/08/2012	6.500,00
17/08/2012	6.300,00
20/08/2012	9.421,50
12/09/2012	3.500,00
12/09/2012	1.042,42
24/09/2012	9.421,50
24/09/2012	6.300,00
27/09/2012	6.500,00
05/10/2012	3.500,00
18/10/2012	1.042,42
18/10/2012	6.300,00
19/10/2012	6.500,00
13/11/2012	3.500,00
13/11/2012	6.500,00
20/11/2012	1.042,42
20/11/2012	6.300,00
30/11/2012	9.421,50
03/12/2012	9.421,50
07/12/2012	1.042,42
10/12/2012	3.500,00
10/12/2012	6.300,00
12/12/2012	6.500,00

9.2. aplicar ao Sr. Marcos Barreto Dantas a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal de Contas da União (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. tornar sem efeitos as peças 8 e 9 destes autos;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6. dar ciência desta decisão ao responsável.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10320-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10321/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.163/2017-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Aroldo Benjamim Rodrigues Pereira (041.946.241-49).

4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (ibama).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Sr. Aroldo Benjamim Rodrigues Pereira (peça 1), determinando seu registro;

9.2. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que:

9.2.1. ajuste o pagamento do benefício do Sr. Aroldo Benjamim Rodrigues Pereira, de forma a refletir o correto enquadramento da concessão de sua aposentadoria, EC 70/2012;

9.2.2. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a comprovação do atendimento à determinação do item 9.2.1. acima.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10321-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10322/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.023/2016-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas - Exercício: 2015.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (87.112.736/0001-30).

3.2. Responsáveis: Abílio Afonso Baeta Neves (097.419.090-04); Alexandre Bittencourt de Carli (882.888.460-68); Alucir Biasi (362.719.850-68); André Silva Spínola (030.098.416-20); André Vanoni de Godoy (407.119.940-72); Ayrton Pinto Ramos (434.327.350-49); Carlomagno Goebel (461.353.320-15); Carlos Adriano Garcia (612.473.320-04); Carlos Alberto Schütz (182.014.740-15); Carlos Rivaci Sperotto (029.628.020-87); César Rangel Codorniz (400.261.160-49); Derly Cunha Fialho (092.456.770-87); Edson Bundchen (515.844.689-04); Elimar Drehmer (423.288.889-68); Fabio Muller (971.157.890-53); Fernando Luis Palaoro (425.393.580-04); Fábio de Oliveira Branco (498.442.100-20); Gilberto Brocco (273.518.310-68); Gilberto Machado de Pinho (005.224.810-00); Gilmar Tietbohl Rodrigues (060.076.780-91); Heitor José Müller (019.919.570-68); Irany de Oliveira Sant Anna Junior (339.511.440-68); Ivanir Antonio Gasparin (311.439.700-04); Jorge Claudimir Prestes Lopes (500.267.120-91); Jose Claudio Silva dos Santos (263.135.020-00); José Benedicto Ledur (000.923.200-15); José Paulo Dornelles Cairoli (213.040.680-72); Luis Felipe Maldaner (212.504.560-53); Luiz Carlos Bohn (062.673.430-49); Luiz Gonzaga Veras Mota (287.319.640-87); Léo José Borges Hainzenreder (173.585.070-53); Marcelo de Carvalho Lopes (592.612.500-68); Marco Antonio Baldo (151.901.700-63); Marco Antônio Kappel Ribeiro (163.992.770-00); Marco Aurelio Vieira Paradeda (006.321.980-87); Nadya Pesce da Silveira (342.059.000-82); Olmiro Cavazzola (006.601.830-72); Pedro Amar Ribeiro de Lacerda (464.663.040-00); Pery Francisco Sperotto Coelho (387.368.450-00); Ricardo Russowsky (168.454.550-15); Rubem Danilo Pickrodt (404.708.650-91); Susana Maria Kakuta (296.752.940-00); Sérvulo Luiz Zardin (001.372.780-04); Tarcisio Hubner (453.600.309-68); Valmir Antonio Susin (032.770.700-34); Vanderlei Barbiero (302.171.132-49); Vitor Augusto Koch (398.433.780-91); Zildo de Marchi (001.712.470-00).

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes ao processo de prestação de contas anual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), relativa ao exercício de 2015.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Derly Cunha Fialho, diretor superintendente do Sebrae/RS, em virtude da ausência do parecer da unidade de auditoria interna sobre as contas da entidade, em descumprimento ao art. 6º, I, da DN TCU 146/2015, e em razão das constatações 3.1.1.2 e 4.1.1.1 do relatório de auditoria de gestão, dando-lhe quitação;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Srs. Carlos Alberto Schütz e Ayrton Pinto Ramos, diretor de administração e finanças e diretor técnico, respectivamente, do Sebrae/RS, em razão das constatações 3.1.1.2 e 4.1.1.1 do relatório de auditoria de gestão, dando-lhes quitação;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Luiz Gonzaga Veras Mota, Pery Francisco Sperotto Coelho, Vanderlei Barbiero, José Paulo Dornelles Cairoli, César Rangel Codorniz, Gilmar Tietbohl Rodrigues, Marcelo de Carvalho Lopes, Luis Felipe Maldaner, André Vanoni de Godoy, Abílio Afonso Baeta Neves, Marco Antonio Baldo, Vitor Augusto Koch, Zildo de Marchi, Ricardo Russowsky, Olmiro Cavazzola, Susana Maria Kakuta, Tarcisio Hubner, Fabio Muller, Marco Aurelio Vieira Paradeda, André Silva Spínola, José Claudio Silva dos Santos, Gilberto Machado de Pinho, Alexandre Bittencourt de Carli, Heitor José Müller, Irany de Oliveira Sant Anna Junior, Edson Bundchen, Fábio de Oliveira Branco, Luiz Carlos Bohn, Rubem Danilo Pickrodt, Nadya Pesce da Silveira, Elimar Drehmer, Carlos Rivaci Sperotto, Valmir Antonio Susin e Fernando Luis Palaoro, em virtude da ausência do parecer da unidade de auditoria interna sobre as contas da entidade, em descumprimento ao art. 6º, I, da DN TCU 146/2015, dando-lhes quitação;

9.4. excluir do rol de responsáveis os membros do conselho fiscal da entidade, Srs. Pedro Aimar Ribeiro De Lacerda, José Benedicto Ledur, Jorge Claudimir Prestes Lopes, Ivanir Gasparin, Sérvulo Luiz Zardin, Gilberto Brocco, Carlomagno Goebel e Carlos Adriano Garcia;

9.5. julgar regulares as contas dos Srs. Alucir Biasi, Léo José Borges Hainzenreder e Marco Antônio Kappel Ribeiro, dando-lhes quitação plena;

9.6. determinar ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) que, doravante, apresente a este Tribunal todas as peças exigidas pela decisão normativa desta Corte que dispuserem sobre os processos de prestação de contas do exercício, em especial do parecer da unidade de auditoria interna sobre a gestão da entidade;

9.7. recomendar ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), caso ainda não tenha feito, que :

9.7.1. desenvolva programa de monitoramento da qualidade do trabalho da auditoria interna;

9.7.2. normatize a atividade de auditoria interna pelo menos quanto aos seguintes aspectos:

9.7.2.1. autoridade do órgão/unidade de controle interno na organização, incluindo:

9.7.2.1.1. autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias;

9.7.2.1.2. obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pelo órgão/unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa;

9.7.2.1.3. possibilidade de se obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;

9.7.2.2. âmbito de atuação das atividades de auditoria interna, inclusive quanto à realização de trabalhos de avaliação de sistemas de controles internos;

9.7.2.3. natureza de eventuais trabalhos de consultoria interna que a unidade de controle interno preste à organização;

9.7.2.4. participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar cogestão e por isso prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria;

9.7.2.5. estabelecimento de regras de objetividade e confidencialidade exigidas dos auditores internos no desempenho de suas funções;

9.7.3. discipline a participação dos auditores da unidade de controle interno em atividades próprias e típicas de gestores;

9.7.4. reposicione hierarquicamente sua unidade de auditoria interna para esta seja diretamente subordinada ao Conselho Deliberativo Estadual;

9.8. dar ciência ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) de que:

9.8.1. a inclusão dos nomes dos membros do conselho fiscal da entidade no rol de responsáveis constitui afronta ao art. 10, III, da Instrução Normativa TCU 63/2010;

9.8.2. a ausência de identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração dos responsáveis no rol de responsáveis contraria o art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010;

9.8.3. a falta de aprovação pelo Conselho Deliberativo Estadual das gratificações aos gerentes e diretores do Sebrae/RS contraria o art. 16, XVII, do estatuto social da entidade;

9.9. dar ciência à unidade nacional do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) acerca da necessidade de orientação de suas regionais quanto à obrigatoriedade de apresentação de todas as peças exigidas pela decisão normativa desta Corte que dispuserem sobre os processos de prestação de contas do exercício, em especial do parecer da unidade de auditoria interna sobre a gestão da entidade;

9.10. dar ciência desta deliberação ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, à unidade nacional do Sebrae e à Controladoria-Regional da União no Rio Grande do Sul;

9.11. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10322-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Benjamin Zymler.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10323/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.409/2016-5.

1.1. Apenso: 011.862/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Ione Baptista Lindgren (116.663.661-53); Movimento D"ellas (02.650.559/0001-92).

3.2. Recorrentes: Movimento D"ellas (02.650.559/0001-92); Ione Baptista Lindgren (116.663.661-53).

4. Órgão: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (extinta).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: Marcia Janete da Silva Costa (OAB/RJ 58.454).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pela associação civil Movimento D"Ellas e por Ione Baptista Lindgren, coordenadora-geral da entidade à época dos fatos, contra o Acordão 7.233/2016 - 1ª Câmara (peça 25), por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-as, solidariamente, ao pagamento do débito apurado e de multa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10323-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10324/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.759/2016-3.

2. 1. Processo nº TC 000.759/2016-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de contas especial)

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

3.2. Responsável: Francisco Xavier Silva Neto (450.000.263-49)

4. Entidade: Município de Cajapió, Maranhão

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contra Francisco Xavier Silva Neto, prefeito de Cajapió, Maranhão, na gestão 2009 a 2012, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao ente subnacional para a execução do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nas modalidades educação de jovens e adultos (EJA), fundamental e pré-escola, e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), no exercício de 2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. considerar revel Francisco Xavier Silva Neto;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Francisco Xavier Silva Neto, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

Data	Valor R$
5/4/2010	1.922,21
5/4/2010	3.406,85
5/4/2010	12.361,56
5/5/2010	12.361,56
5/5/2010	3.406,85
5/5/2010	1.922,21
5/1/2010	3.251,60
5/1/2010	853,60
26/3/2010	1.638,00
26/3/2010	1.638,00
5/5/2010	1.638,00
3/8/2010	1.638,00
3/8/2010	1.638,00
13/9/2010	1.638,00
8/11/2010	1.638,00
8/11/2010	1.638,00
15/12/2010	1.638,00
26/3/2010	10.128,00

Data	Valor R$
26/3/2010	10.128,00
5/5/2010	10.128,00
3/8/2010	17.242,00
3/8/2010	10.128,00
13/9/2010	10.128,00
13/10/2010	10.128,00
8/11/2010	10.128,00
15/12/2010	10.128,00
26/3/2010	4.488,00
26/3/2010	4.488,00
5/5/2010	4.488,00
3/8/2010	4.488,00
3/8/2010	4.488,00
13/9/2010	4.488,00
8/11/2010	4.488,00
8/11/2010	4.488,00
15/12/2010	4.488,00

9.3. aplicar a Francisco Xavier Silva Neto a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia do acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para ajuizamento das ações penais e civis que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10324-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10325/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.498/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Ministério do Turismo (vinculador); Procuradoria da República/PE - MPF/MPU (26.989.715/0021-56).

3.2. Responsáveis: Allegro Produções e Publicidade Ltda. (04.009.398/0001-88); Eventos Produções Culturais Ltda. (12.853.719/0001-54); Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (40.818.841/0001-25); Jorge Pereira de Sousa (037.105.644-68).

3.3. Recorrente: Jorge Pereira de Sousa (037.105.644-68).

4. Órgão/Entidade: órgãos do Governo do Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Representação legal:

8.1. Ananda Marques Viana Ulisses (32.228/OAB-PE), representando Jorge Pereira de Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Jorge Pereira de Sousa, diretor-presidente do Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (IPSA), em face do Acórdão 8.549/2017 - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante, ao Juízo da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Recife/PE (Processo 0802220-34.2013.4.05.8300) e aos demais interessados.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10325-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10326/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.115/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: José de Ribamar Costa Filho (149.681.003-10).

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Dom Pedro - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de José de Ribamar Costa Filho, ex-prefeito de Dom Pedro/MA (gestão 2005-2008), em decorrência de irregularidades na execução de ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2005-2007, e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), nos exercícios de 2006 e 2008, bem como de falta de comprovação da utilização de parte dos recursos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", 19, 23, inciso III, e 57, da Lei n° 8.443/1992, c/c os arts. 209, incisos I e II, 210, 214, inciso III, e 267, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. José de Ribamar Costa Filho;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José de Ribamar Costa Filho, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas especificadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, desde a ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

Valor original (R$)	Data
3.982,50	1º/11/2005
3.982,50	7/12/2005
1,60	2/1/2006
2,00	2/1/2007
1,60	1/2/2006
1,60	1/3/2006
1,60	3/4/2006
2.698,00	19/4/2006
1,60	2/5/2006
1,60	1/6/2006
1,60	3/7/2006
1,60	1/8/2006
2,00	1/9/2006
2,00	2/10/2006
2,00	1/11/2006
0,35	30/11/2006
15,00	30/11/2006
2,00	1º/12/2006
2,00	1º/2/2007
2,00	1º/3/2007
2,00	2/4/2007
0,35	3/4/2007
17,50	3/4/2007
0,35	9/4/2007
17,50	12/4/2007
3.520,00	31/10/2007
3.520,00	5/12/2007
9.035,16	9/4/2008
9.035,16	18/4/2008
2.321,80	3/6/2008
2.321,80	3/6/2008
4.613,55	27/6/2008
4.613,55	29/7/2008
4.613,55	2/9/2008
4.613,55	30/9/2008
4.613,55	31/10/2008
4.613,58	28/11/2008
68.178,10	

9.3. aplicar ao Sr. José de Ribamar Costa Filho multa no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia do presente acórdão:

9.5.1. à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno;

9.5.2. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10326-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10327/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.979/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Instituto do Trabalho Dante Pellacani (67.350.231/0001-04); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Nilson Araújo de Souza (020.177.503-44); Walter Barelli (008.056.888-20).

3.2. Recorrente: Instituto do Trabalho Dante Pellacani (67.350.231/0001-04).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Walter Bernardes de Castro (90480/OAB-MG) e outros, representando Instituto do Trabalho Dante Pellacani e Nilson Araújo de Souza;

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino e Walter Barelli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Instituto do Trabalho Dante Pellacani contra o Acórdão 1.545/2017-TCU-1ª Câmara, que não conheceu de seu recurso de reconsideração interposto em face do Acórdão 4.772/2016-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los.

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10327-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10328/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.938/2014-3.

1.1. Apenso: 016.334/2014-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Ibrahim Dawa (CPF 090.465.328-52)

4. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal:

8.1. Weslon Batista Prado e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Granitos da Amazônia S/A (CNPJ 84.583.137/0001-06), versando sobre possíveis irregularidades cometidas na execução Contrato 014-EG/2013/0001, que tinha por objeto planejamento, gerenciamento e execução integral da reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema viário de acesso e demais obras complementares do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais/PR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro art. 235 e 237, VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas por Ibrahim Dawa (CPF 090.465.328-52);

9.3. aplicar a Ibrahim Dawa (CPF 090.465.328-52) a multa prevista no art. 58, III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 58.269,07 (cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e sete centavos), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a do pagamento, se efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. dar ciência de teor desta deliberação: à representante; ao Senador Acir Gurgacz; ao Consórcio Sial, Jotaele e PJJ; e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; e

9.7. arquivar estes autos.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10328-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10329/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.870/2016-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II Prestação de Contas - Exercício de 2015.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ademir Sobrinho (317.029.297-87); Gerson Menandro Garcia de Freitas (415.837.797-87); José Carlos de Nardi (007.419.730-49).

4. Órgão: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anuais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas relativas ao exercício de 2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei n° 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas de Gerson Menandro Garcia de Freitas e de Ademir Sobrinho, dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de José Carlos de Nardi, em face das impropriedades abaixo indicadas, dando-lhe quitação:

9.2.1. deficiências na concepção do plano estratégico do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, no estabelecimento de metas institucionais, na avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição e na formulação de indicadores de desempenho da gestão, prejudiciais à entidade tanto no que respeita à transparência da gestão (princípio da publicidade, Constituição Federal, art. 37, *caput*), quanto à própria administração de seus recursos (princípios da eficiência, Constituição Federal, art. 37, *caput*, e do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º);

9.2.2. falha na estruturação de controles internos da organização, que prejudica a garantia de que os recursos da entidade estão sendo empregados de forma eficiente (princípio da eficiência, Constituição Federal, art. 37, *caput*), em conformidade com a lei (princípio da legalidade, Constituição Federal, art. 37, *caput*), para garantir o atingimento de seus objetivos (princípio do interesse público, Lei 9.784/1999, art. 2º);

9.3. recomendar ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas que:

9.3.1. elabore tempestivamente seu planejamento estratégico contendo, minimamente, o estabelecimento de objetivos e metas institucionais, a programação das atividades, os meios de realização das atividades (recursos), a avaliação de riscos associados aos objetivos estratégicos da instituição, a definição dos meios de controle e de avaliação, assim como a formulação de indicadores de desempenho da gestão, de modo que seus planos estratégico e operacional orientem a atuação da unidade ao longo do exercício financeiro, atendendo aos princípios da eficiência e da publicidade, previstos na Constituição Federal, art. 37, *caput*; e do interesse público, previsto na Lei 9.784/1999, art. 2º;

9.3.2. institua e aperfeiçoe seus indicadores de desempenho de gestão para que sejam claramente definidos, associados aos objetivos estratégicos da organização e aptos a monitorar processos-chave da unidade, para que possam servir como ferramenta de apoio à tomada de decisão e úteis para a avaliação do desempenho da entidade, com base no acórdão 4239/2014 - TCU - 2ª Câmara e nos termos do art. 194 do Regimento Interno do TCU c/c art. 1º, inciso X, da IN - TCU 63/2010;

9.3.3. aprimore seus controles internos para suprimir lhes deficiências, de forma a assegurar o alcance de objetivos organizacionais, incluindo os relacionados à sobrevivência, à continuidade e à sustentabilidade da organização, atendendo aos princípios da eficiência e da publicidade, previstos na Constituição Federal, art. 37, *caput*; e do interesse público, previsto na Lei 9.784/1999, art. 2º;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e aos responsáveis.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10329-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 10330/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.688/2013-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração(Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adriano Meira Ricci (334.550.741-20); Annibal Varges Conforto Filho (426.051.480-68); Casimiro Agostinho Pereira Lopes (551.683.617-49); Cezar Luciano da Fonseca Prux (458.811.389-53); Claudio Henrique da Silva (137.245.678-39); Corinto Meffe (952.705.407-97); Daniel Andre Stieler (391.145.110-53); Eduardo César Pasa (541.035.920-87); Francisco Djalma de Oliveira (293.166.774-91); Geraldo Afonso Dezena da Silva (775.575.068-04); Gustavo de Faria Barros (395.969.234-04); Jose Geraldo Loureiro Rodrigues (160.164.592-91); José Maurício Cardoso Perez (603.361.887-49); Luis Aniceto Silva Cavicchioli (085.987.588-17); Luiz Claudio Ligabue (145.381.051-04); Luiz Cláudio Moraes (024.878.528-10); Luiz Fernando Alves (000.260.116-89); Luiz Henrique Guimarães de Freitas (350.319.726-53); Manoel Carlos de Castro Pires (079.012.567-61); Marco Antonio Ascoli Mastroeni (062.198.128-16); Marcos Alberto Joaquim (105.384.998-26); Miriam Barbuda Fernandes Chaves (715.167.867-34); Pablo Fonseca Pereira dos Santos (782.539.001-63); Paulo Eduardo Rangel (601.230.607-53); Roberto Francisco Casagrande Herdeiro (057.225.288-97); Sandro José Franco (529.739.729-49); Sergio Luiz Fornara (231.706.620-15); Sérgio Rosa (199.993.137-87); Tereza Raquel Vieira da Costa (424.114.324-53); Tony Hikari Yoshida (602.033.901-72)

3.2. Recorrentes: Claudio Henrique da Silva (137.245.678-39); Marcos Alberto Joaquim (105.384.998-26).

4. Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.a..

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Representação legal :

8.1. Marcelo Alves da Silva (44.861/OAB-DF) e outros, representando Cobra Tecnologia S.a., Claudio Henrique da Silva, Marcos Alberto Joaquim e Cobra Tecnologia S.A..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recursos de reconsideração interpostos por Marcos Alberto Joaquim e Cláudio Henrique da Silva, contra o Acórdão 5.544/2016-1ª Câmara;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inc. I, e 33, da Lei 8.443/1992 em:

9.1. não conhecer do recurso interposto por Marcos Alberto Joaquim;

9.2. conhecer do recurso interposto por Cláudio Henrique da Silva, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os exatos termos do acórdão recorrido; e.

9.3. dar ciência aos recorrentes e aos interessados da presente deliberação.

10. Ata n° 42/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 14/11/2017 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10330-42/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Walton Alencar Rodrigues (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº 033.688/2015-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler, que passou a atuar como 2º Revisor. O Ministro Walton Alencar Rodrigues, 1º Revisor, que pediu vista dos autos na sessão de 7 de novembro de 2017, acompanhou o voto apresentado naquela oportunidade pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, então convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas, no sentido de julgar as contas irregulares, com imputação de débito e aplicação de multa. O Ministro Vital do Rêgo, em voto também apresentado na sessão de 7 de novembro de 2017, acompanhou a proposta apresentada pelo Relator.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 6 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 16 de novembro de 2017.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 468, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a alteração da localização de vara federal, no âmbito da 3ª Região, estabelecida no Anexo I da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. CJF-PPN-2017/00018, na sessão realizada em 14 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar a localização e a designação da 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal de Itapeva-SP, com a transferência de sua sede para Sorocaba-SP e a renomeação para "1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Sorocaba-SP".

Art. 2º Atualizar, em decorrência do disposto no artigo anterior, o Anexo I da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO I da Resolução nº 102, de 14 de abril de 2010, alterada pela Resolução nº 468, de 20 de novembro de 2017

Localização das Varas Federais criadas pela Lei n. 12.011/2009,
por seção e subseção judiciária

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
1ª Região	Distrito Federal	Brasília	1	
	Acre	Cruzeiro do Sul	1	
	Amapá	Laranjal do Jari*	1	
		Oiapoque*	1	
	Amazonas	Manaus	2	
		Tefé	1	
	Bahia	Salvador	1	
		Alagoinhas	1	
		Bom Jesus da Lapa	1	
		Feira de Santana	2	
		Irecê	1	
		Itabuna	1	
		Teixeira de Freitas	1	
		Vitória da Conquista	1	
	Goiás	Goiânia	2	
		Anápolis	1	
		Itumbiara	1	
		Jataí	1	
		Formosa	1	
		Uruaçu	1	
	Mato Grosso	Cuiabá	3	
		Cáceres	1	
		Barra do Garças	1	
		Diamantino	1	
		Juína	1	
		Sinop	1	
	Maranhão	São Luís	6	
		Balsas	1	
		Bacabal	1	
		Imperatriz	1	
	Minas Gerais	Belo Horizonte	3	
		Contagem	3	
		Governador Valadares	1	
		Ipatinga	1	
		Ituiutaba	1	
		Janaúba	1	
		Juiz de Fora	2	
		Manhuaçu	1	
		Montes Claros	2	
		Muriaé	1	
		Paracatu	1	
		Patos de Minas	1	
		Ponte Nova	1	
		Poços de Caldas	1	
		Pouso Alegre	1	
		Teófilo Otoni	1	
		Uberaba	2	
		Uberlândia	2	
		Unaí	1	
		Varginha	1	
		Viçosa	1	
	Pará	Belém	4	
		Itaituba	1	
		Marabá	1	
		Paragominas	1	
		Redenção	1	
		Santarém	1	
		Tucuruí	1	
	Piauí	Teresina	2	
		Corrente	1	
		Floriano	1	
		Parnaíba	1	
		São Raimundo Nonato	1	
	Rondônia	Porto Velho	2	
		Guajará Mirim*	1	
		Ji-Paraná	1	
		Vilhena	1	
	Roraima	Boa Vista	1	
	Tocantins	Palmas	1	
		Araguaína	1	
		Gurupi	1	
Total			94	41%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
2ª Região	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	14	
		São Pedro da Aldeia	1	
		Campos dos Goytacazes	1	
		Duque de Caxias	2	
		Itaboraí	1	
		Nova Iguaçu	2	
		São Gonçalo	1	
		São João de Merití	1	
	Espiríto Santo	Serra	1	
		Cachoeiro do Itapemirim	1	
Total			25	11%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
3ª Região	São Paulo	São Paulo	3	
		Americana	1	
		Araçatuba	1	
		Araraquara	1	
		Barueri	3	
		Bauru	1	
		Barretos	1	
		Botucatu	1	
		Bragança Paulista	1	
		Campinas	1	
		Guaratinguetá	1	
		Guarulhos	1	
		Limeira	2	
		Franca	1	
		Itapeva	1	

		Jundiaí	1	
		Lins	1	
		Mauá	2	
		Mogi das Cruzes	1	
		Osasco	2	
		Ourinhos	1	
		Piracicaba	2	
		Presidente Prudente	1	
		Santo André	1	
		Santos	1	
		Sorocaba	2	
		São Bernardo do Campo	1	
		São José dos Campos	1	
		São Vicente	2	
		Taubaté	2	
	Mato Grosso do Sul	Ponta Porã*	1	
		Dourados	1	
Total			43	19%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
4ª Região	Rio G. do Sul	Porto Alegre	2	
		Canoas	1	
		Capão da Canoa	1	
		Carazinho	1	
		Erechim	1	
		Gravataí	1	
		Palmeira das Missões	1	
	Paraná	Curitiba	2	
		Campo Mourão	1	
		Foz do Iguaçu	2	
		Guaíra*	1	
		Ponta Grossa	1	
		Telêmaco Borba	1	
	Santa Catarina	Criciúma	1	
		Itajaí	2	
		Joinville	1	
Total			20	9%

Regiões	Seção judiciária	Subseção judiciária	Quantitativo de Varas Federais	
			Total	%
5ª Região	Ceará	Fortaleza	6	
		Itapipoca	1	
		Juazeiro do Norte	2	
		Limoeiro do Norte	1	
		Maracanaú	2	
		Sobral	2	
	Rio G. do Norte	Natal	1	
		Açu	1	
		Mossoró	2	
		Ceará-Mirim	1	
		Pau dos Ferros	1	
	Paraíba	João Pessoa	2	
		Guarabira	1	
		Monteiro	1	
		Patos	1	
		Sousa	1	
	Pernambuco	Recife	4	
		Arcoverde	1	
		Jaboatão dos Guararapes	2	
		Cabo de Santo Agostinho	2	
		Caruaru	3	
		Garanhuns	1	
		Serra Talhada	1	
	Alagoas	Maceió	3	
		Arapiraca	2	
		Santana do Ipanema	1	
	Sergipe	Lagarto	1	
		Propriá	1	
Total			48	21%
Total Geral			230	100%

Nota:

* Municípios em região de fronteira

Legenda: Municípios na cor Azul não possuem a presença da Justiça Federal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 486, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XI do Regimento Interno deste Tribunal e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 58, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 e na Instrução Normativa TSE nº 3, de 11 de abril de 2014;

CONSIDERANDO ainda, a Mensagem Eletrônica encaminhada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF, do Tribunal Superior Eleitoral, de 20 de novembro, que trata da limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito da Justiça Eleitoral e do volume de contingenciamento definido para este Regional, no 5º bimestre de 2017, constante do PAe nº 7184/2017, resolve

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 169.462,00 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), consignado a este Tribunal na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria 428/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRCIO VIDAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 13 de 17 de fevereiro de 2017 - PL. PA CFMV nº 5458/2016. Origem: CRMV-PB. Decisão: POR MAIORIA ABSOLUTA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 42 de 09 de agosto de 2017 - PL. PEP CFMV nº 1340/2017. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

Acórdão nº 165 de 23 de setembro de 2016 - 1T. PA CFMV nº 1974/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 08 de 17 de fevereiro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 5636/2016. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA
Presidente da 1ª Turma

Acórdão nº 53 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6587/2016. Origem: CRMV-RO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 62 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6245/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 63 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5898/2016. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 65 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6011/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 68 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6500/2016. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 69 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6556/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 71 de 20 de junho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5767/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 74 de 19 de julho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 1452/2015. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 77 de 19 de julho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 5766/2016. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Claudio Regis Depes.

Acórdão nº 80 de 19 de julho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 4421/2016. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 81 de 19 de julho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6127/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

Acórdão nº 88 de 19 de julho de 2017 - 2T. PA CFMV nº 6201/2016. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Adeilton Ricardo da Silva.

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Presidente da 2ª Turma
Em Exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Institui o cargo em comissão de Assessor técnico administrativo da Diretoria Executiva do CRMV-MT, Fixa o valor remuneratório do emprego comissionado do CRMV-MT e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (CRMV-MT), no uso das atribuições que lhe confere a alínea "i", do artigo 18º, da Lei nº. 5.517 de 23 de outubro de 1968, combinado com alínea "r", do Artigo 4º, da Resolução CFMV nº. 591/1992, e os §1º e 6º do Art. 2º da Resolução CFMV nº 904, de 11 de maio de 2009.

Considerando o Posicionamento do Tribunal de Contas da União, adotado a partir do Acórdão Plenário nº 341/2004;

Considerando a necessidade de assessoramento técnico e administrativo da Diretoria Executiva do CRMV-MT, com o objetivo da produção de um livro - Historia da Medicina Veterinária No Estado de Mato Grosso, cujo objeto é realizar um levantamento histórico dos primeiros registros de atividade da medicina veterinária antes de 1968 e posteriormente um resgate de memoria dos fundadores do CRMV-MT, seus marcos, feitos e dificuldades enfrentadas, até a atual gestão;

Considerando as Resoluções do CFMV nº 904/09, 905/09 e 1.018/2012;

Considerando o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal/88;

Considerando o disposto no parágrafo §4º do art. 59 e do art. 130-A, ambos da CLT;

Considerando os Acórdãos nº 65.999/2007 do TJ/MA e a AC com Revisão do TJ/SP nº 9181534-06.2009.8.26.0000 São Paulo;

Considerando o acórdão da 8ª Turma do TST nº RR-707/2013-079-15-40.8 e os precedentes nºs RR-4/2006-008-10-40;RR-2143/2004-075-15-00; RR-2437/2002-075-15-00; RR-1102/2005-124-15-00; AIRR-81/2005-081-15-40; e RR-916/2003-111-15-00 ambos do Tribunal Superior do Trabalho, Processo RR - 70740-93.2003.5.15.0079 datado de 18/03/2009, 8ª turma, DEJT 20/03/2009;

Considerando a Lei federal nº 6404/1976 em seu artigo 160; Considerando a Lei Federal nº 8036/1990;

Considerando finalmente, a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso, reunidos na CDª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2017 resolve:

Art. 1º. Criar o Cargo em Comissão de Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT, com a respectiva inclusão do Cargo no organograma do CRMV-MT.

Art. 2º. Compete ao empregado comissionado de Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT às atribuições de assessoramento;

Art. 3º. O Cargo de Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT será em Comissão, considerado de livre nomeação e exoneração do Presidente do CRMV-MT, a qualquer tempo. §1º. O cargo de Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT será de livre escolha do Presidente do CRMV/MT, mediante Portaria, a indicação do ocupante do cargo de Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT, vedada a indicação de ocupante do referido cargo a cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos Conselheiros até o terceiro grau, salvo se ocupante de emprego público no próprio CRMV/MT, o preenchimento deste Cargo dar-se-á mediante Portaria do Presidente do CRMV-MT; §2º. Constitui condição para a nomeação deste Cargo a formação de nível superior em medicina veterinária e inscrição regular no CRMV-MT; §3º. O regime jurídico aplicado aos empregos comissionados será nos moldes da CLT, onde não fará jus ao recebimento de horas extras, nem tampouco haverá recolhimento de FGTS bem como da multa de 40%. §4º. O ocupante do cargo de Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT é demissível ad nutum, isto é, não há necessidade de processo administrativo nem de qualquer motivação para a exoneração do cargo. §5º. O Assessor Técnico da Diretoria Executiva do CRMV-MT terá direito a férias conforme disposto no art. 130-A da CLT; §6º. As atribuições do emprego comissionado serão definidas em portaria pela Presidência do CRMV-MT, conforme organograma da Autarquia.

Art. 4º. O valor da remuneração do emprego comissionado do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso será de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mensais. §1º Incidirão sobre o valor da remuneração todos os descontos previstos em lei, ressalvando o FGTS; §2º O reajuste da remuneração dar-se-á anualmente tomando-se como referência o IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo;

Art. 5º. No caso de solicitação de desligamento por parte do Assessor este deverá comunicá-la oficialmente ao CRMV-MT por escrito devendo permanecer no cargo por até 15 (quinze) dias, se no interesse do CRMV-MT, recebendo a remuneração proporcional a esse período.

Art. 6º. A presente Resolução entrará em vigor na data de 01 de novembro de 2017, tendo duração de 12 (doze) meses renováveis por mais 06 (seis) meses, revogando as disposições em contrário.

VERTON SILVA MARQUES
Presidente do Conselho

PAULO AUGUSTO DAMAZO CUSTÓDIO
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 17, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas - 8ª Região, Maria Emilia Daudt von der Heyde, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei n.° 6.583, de 20 de outubro de 1978, pelo Decreto n.° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, resolve:

Art. 1º Determinar a suspensão dos prazos processuais no âmbito do CRN8, bem como, suspender a regular distribuição de processos disciplinares e o normal atendimento aos nutricionistas ou advogados, no período de 18 de dezembro de 2017 a 19 de fevereiro de 2018.

§ 1º. Os prazos com início ou término no período de 18 de dezembro de 2017 a 19 de fevereiro de 2018, prorrogam-se para o dia 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EMILIA DAUDT VON DER HEYDE
Presidente do Conselho

ALEXSANDRO WOSNIAKI
Conselheiro-Secretário

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

CONSELHO PLENO

DESPACHO

PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2017.003923-5/COP. Origem: Comissão Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conselho Federal da OAB. Assunto: Proposta de criação do Plano Nacional de Valorização da Advocacia e do Advogado com Deficiência. Relator: Conselheiro Federal Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim (AL).

DESPACHO: "Chamo o feito à ordem e, considerando a identificação de erro material na redação do inciso VIII do art. 3º do Provimento n. 177/2017, que "Cria a Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, acrescenta o inciso XX ao art. 1º do Provimento n. 115/2007, que "Define as Comissões Permanentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil", cria o Plano Nacional de Valorização da Advogada e do Advogado com Deficiência e dá outras providências", onde se lê "tecnologia assistida", devendo constar "tecnologia assistiva", determino a publicação de retificação correspondente no Diário Oficial da União, com o seguinte texto: "Art. 3º ... VIII - a garantia, às advogadas e aos advogados com deficiência, de acessibilidade nos serviços das salas de apoio, por meio de recursos de tecnologia assistiva e de disponibilização de funcionários auxiliares para a utilização desses recursos, garantindo-se ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos; ... ."

Brasília-DF, 17 de novembro de 2017.
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2015.001469-9/OEP E.D. Embte: T.A.O. (Adv: Tiago Aires de Oliveira OAB/TO 2347). Embdo: Acórdão de fls. 198/202. Recte: T.A.O. (Adv: Tiago Aires de Oliveira OAB/TO 2347). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). Redistribuído: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT).

EMENTA N. 155/2017/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada, a impedir a exata compreensão do julgado. Pretensão de utilização de embargos de declaração para o enfrentamento do mérito da decisão embargada. Impossibilidade. Retenção abusiva de autos. Desnecessidade de dolo. Desatendimento de ordem judicial para devolução dos autos. Abusividade configurada. Defesa patrocinada por defensor dativo. Ausência de prova de prejuízo à defesa. Advogado que, voluntariamente, deixa o processo correr à sua revelia. Matérias devidamente enfrentadas pelo acórdão embargado. Mera insatisfação da parte com os fundamentos ali adotados, circunstância que não se confunde com os vícios autorizadores dos embargos de declaração. Embargos rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Tocantins. Brasília, 21 de agosto de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Duílio Piato Junior, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2015.006365-1/OEP. Recte: R.A.M. (Advs: Rosemar Angelo Melo OAB/PR 26033 e Rafael Oliveira de Carvalho OAB/PR 43516). Recdo: Elias Ferlin. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). Redistribuído: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP).

EMENTA N. 156/2017/OEP. Recurso ao Conselho Federal. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas. Desclassificação. Parcial provimento. 1) A realização de acordo entre as partes, com a quitação dos valores reclamados, juntado aos autos antes do julgamento da representação pelo Tribunal de Ética e Disciplina, considerada ainda a primariedade do advogado, é circunstância que não deve passar à margem da valoração do julgador, que não deve ser mostrar insensível à tentativa das partes de pôr fim à demanda. 2) A jurisprudência deste Conselho Federal tem admitido nestes casos, a desclassificação das infrações disciplinares tipificadas no artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, para a violação ao preceito ético do artigo 9º do Código de Ética e Disciplina, que estabelece que a conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento. 3) Recurso conhecido e parcialmente provido, para desclassificar as infrações disciplinares dos incisos XX e XXI, do art. 34, da Lei 8.906/94, para violação ao preceito ético do artigo 9º do Código de Ética e Disciplina, cominando a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do advogado, dada à ausência de punição disciplinar anterior, bem como afastando a multa anteriormente cominada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 26 de junho de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Maurício Silva Pereira, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2015.007561-7/OEP. Recte: M.A.R.N. (Adv: Nelson Buganza Junior OAB/SP 128870 e OAB/DF 01973/A e outro). Recdo: W.L.S.J. (Adv: Wilson Leandro Silva Junior OAB/SP 164602). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Pedro Donizete Biazotto (TO).

EMENTA N. 157/2017/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime de Turma da Segunda Câmara. Mera reiteração das teses recursais, sem qualquer impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Mera pretensão ao reexame de questões fáticas e probatórias. Impossibilidade. Ausência dos pressupostos de admissibilidade, previstos no artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 21 de agosto de 2017. Luis Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Solano Donato Carnot Damacena, Relator ad hoc.

RECURSO n. 49.0000.2014.011737-3/OEP. Recte: G.P.M. (Advs: Flávio Vieira de Farias OAB/PR 57311, Giovani Pires de Macedo OAB/PR 22675, Ronaldo Gomes Neves OAB/PR 4853 e José Adalberto Almeida da Cunha OAB/PR 50054). Recdo: Fernando Soares de Araújo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP).

EMENTA N. 158/2017/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Abandono de causa e conduta incompatível com a advocacia. Infrações disciplinares não configuradas. Advogado que, intimado para audiência de instrução em demanda nos juizados especiais cíveis, peticiona nos autos informando não mais patrocinar os interesses da parte, resultando, assim, no adiamento da audiência, não resultando qualquer prejuízo ao então ex-cliente, nem configurando abandono da causa. Representante que comparece à audiência posteriormente designada, acompanhado de novo patrono. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 18 de setembro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Carlos José Santos da Silva, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2015.001163-4/OEP. Recte: A.A.F.V. (Advs: Raul Canal OAB/DF 10308 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Maurício Gentil Monteiro (SE).

EMENTA N. 159/2017/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Alegação de contrariedade ao Código de Ética e Disciplina, calcada exclusivamente em pedido de reexame de fatos e provas. Manutenção do acórdão recorrido, que bem soube enquadrar a conduta, segundo a decisão tomada na apreciação das provas, na legislação aplicável. Recurso julgado improcedente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em conhecer do recurso e a ele negar provimento, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 18 de setembro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Kleber Renisson Nascimento dos Santos, Relator ad hoc.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA n. 49.0000.2015.012758-9/OEP. Suscitante: Primeira Câmara do Conselho Federal da OAB. Suscitado: Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB. Interessados: Day-anne Cristina Atsuko Yamachita OAB/PR 74745 (Adv: Day-anne Cristina Atsuko Yamachita OAB/PR 74745) e Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octavio Batochio (SP).

EMENTA N. 160/2017/OEP. Conflito de competência. Cancelamento de inscrição nos quadros da OAB, ab initio, face ao exercício de atividade incompatível com a advocacia. Incompatibilidade verificada antes do deferimento da inscrição nos quadros da OAB. Irresignação da parte recorrente tão somente quanto ao pagamento da anuidade relativa ao ano do deferimento de sua inscrição nos quadros da OAB. Recurso que veicula apenas a pretensão à isenção do pagamento da anuidade, visto que cancelada a inscrição nos quadros da OAB desde o seu início, como se jamais inscrita fosse. Em se limitando a controvérsia a isenção ou anistia de débitos relativos a anuidades devidas à OAB, estando desvinculadas de sua origem, vale dizer, não havendo qualquer dúvida sobre a constituição do débito, a competência, neste Conselho Federal, deve ser fixada na Terceira Câmara. Conflito de competência resolvido, determinando-se competente a Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB para processar e julgar o recurso interposto.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dirimir o conflito de competência, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 18 de setembro de 2017. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Carlos Jose Santos da Silva, Relator ad hoc.

CONSULTA N. 49.0000.2013.012625-6/OEP. Assunto: Consulta. Reconhecimento de firma na procuração do advogado para atuar em processos administrativos da Receita Federal. Consulente: Presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/Mato Grosso TDP/OAB/MT Luiz da Penha Corrêa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP).

EMENTA N. 161/2017/OEP. Consulta. Exigência de reconhecimento de firma em processos administrativos em órgãos da administração pública. Limitação ao exercício profissional. Violação ao artigo 5º da Lei n. 8.906/94 e às prerrogativas profissionais. Consulta respondida. 1) Não é obrigatório ao advogado proceder ao reconhecimento de firma das procurações que lhe são outorgadas para o exercício profissional na esfera administrativa, constituindo-se, sim, violação ao artigo 5º da Lei n. 8.906/94, que o advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato. 2) É admissível que os órgãos da administração pública, em defesa do interesse público, possam exigir, excepcionalmente, que seja reconhecida firma na procuração outorgada, mas desde que haja dúvida sobre a autenticidade da assinatura e fundamentada a exigência, como ato administrativo que é, não sendo possível transformar a exceção em regra. 3) Consulta respondida.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de outubro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Carlos José Santos da Silva, Relator ad hoc.

RECURSO N. 49.0000.2015.007109-7/OEP. Recte: A.C.N. (Adv: Antônio da Costa Neto OAB/PA 8935). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP).

EMENTA N. 162/2017/OEP. "RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL" não conhecido. Falta de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade esculpidos no art. 85, I, do Regulamento Geral da Lei nº 8.906/1994. Mera reiteração das teses recursais sem impugnação dos fundamentos do v. acórdão objurgado, visando reexame fático probatório, vedado nesta via recursal. Recurso não conhecido.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Pará. Brasília, 23 de outubro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Maurício Silva Pereira, Relator ad hoc.

CONSULTA N. 49.0000.2016.006259-5/OEP. Assunto: Atividades privativas de advogado. Elaboração de contrato. Possibilidades. Consulente: Renata Caroline Kroska OAB/PR 58096. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP).

EMENTA N. 163/2017/OEP. Consulta. Elaboração de contratos. Atividade que se encontra inserida no conceito de assessoria jurídica e, portanto, privativa de advocacia, nos termos do art. 1º, II, da Lei n. 8.906/94. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em responder à consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 23 de outubro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. Carlos José Santos da Silva, Relator ad hoc.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



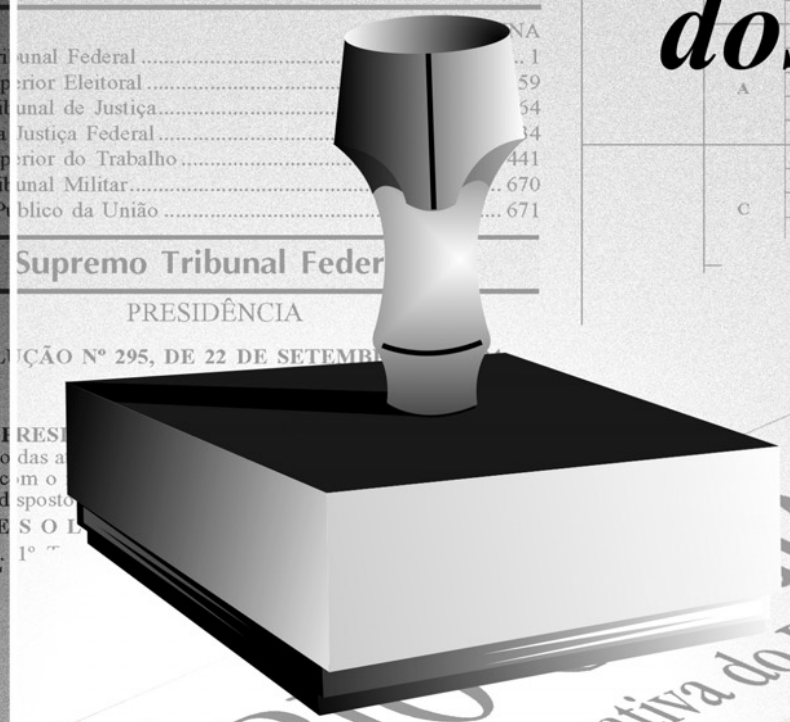
O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017112300112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.